

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

**ANGELITA DE SOUZA LEITE**



**BELO HORIZONTE – MG**

**2021**



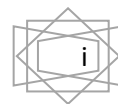
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:**  
**CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

**ANGELITA DE SOUZA LEITE**

**CONSTITUIR-SE PROFESSORA PRIMÁRIA NO INTERIOR DO ESTADO DA  
BAHIA – CAETITÉ (1926-1956): RELAÇÕES DE GÊNERO, CONHECIMENTO-  
MATEMÁTICO E PODER**

**BELO HORIZONTE – MG**

**2021**



**ANGELITA DE SOUZA LEITE**

**CONSTITUIR-SE PROFESSORA PRIMÁRIA NO INTERIOR DO ESTADO DA  
BAHIA – CAETITÉ (1926-1956): RELAÇÕES DE GÊNERO, CONHECIMENTO-  
MATEMÁTICO E PODER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientador: Luciano Mendes Faria Filho

**BELO HORIZONTE – MG**

**2021**

L533c  
T

Leite, Angelita de Souza, 1970-

Constituir-se professora primária no interior do estado da Bahia – Caetité (1926-1956) [manuscrito] : relações de gênero, conhecimento-matemático e poder / Angelita de Souza Leite. - Belo Horizonte, 2021.

338 f. : enc, il.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Luciano Mendes de Faria Filho.

Bibliografia: f. 262-273.

Anexos: f. 321-338.

Apêndices: f. 274-320.

1. Escola Normal de Caetité (BA) -- História -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação -- História -- Bahia -- Séc. XX -- Teses. 4. Professoras -- Formação -- História -- Teses. 5. Mulheres na educação -- História -- Bahia -- Teses. 6. Professores de matemática -- Formação -- História -- Teses. 7. Professores de ensino de primeiro grau -- Formação -- História -- Teses. 8. Matemática -- Estudo e ensino -- História -- Relações de gênero -- Teses. 9. Bahia -- Educação -- História -- Séc. XX -- Teses. 10. Caetité (BA) -- Educação -- História -- Séc. XX -- Teses.

I. Título. II. Faria Filho, Luciano Mendes de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E**  
**INCLUSÃO SOCIAL**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Constituir-se professora primária no interior do estado da Bahia – Caetité (1926-1956): relações de gênero, conhecimento matemático e poder.**

### ANGELITA DE SOUZA LEITE

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 31 de maio de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Luciano Mendes de Faria Filho - Orientador  
 UFMG

Prof(a). MONICA YUMI JINZENJI  
 UFMG

Prof(a). Maria Laura Magalhães Gomes  
 UFMG

Prof(a). Cleide Maria Maciel de Melo  
 SEE-Aposentada

Prof(a). Márcio Oliveira D Esquivel  
 UNEB

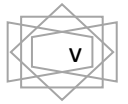
Prof(a). Lia Machado Fiúza Fialho  
 UECE

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira  
 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
 Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2021.

## **MEMÓRIA**

*Houve um dia aqui uma praça  
Onde tantas crianças cantavam  
Houve um dia aqui uma praça  
Onde os velhos sorriam lembranças  
Houve um dia aqui uma praça  
Onde os jovens em bando se amavam  
E os homens brincavam trabalhando  
Um trabalho sem desesperança  
Digo meu filho que esse jardim  
Era o viço da vida vingando  
Digo meu filho que esse jardim  
Era o branco dos dentes brilhando  
E a festa da vida seguia  
Pelo o franco dos gestos libertos  
Digo de fresca memória que não aqui não havia  
Do medo este cheiro  
Digo de fresca memória que não aqui não havia  
De estátuas canteiros  
Houve um dia aqui  
uma praça, uma rua, uma esquina, um país  
houve crianças e jovens e homens e velhos  
um povo feliz.  
(GONZAGUINHA)*



A História começa com as lembranças de Criança.  
Dedico esta tese a Miguel, meu filho!  
E a Valdemar e Eni, meus pais.

## AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

*Àquelas que nos encantaram com suas histórias e colaboraram com essa construção:*

*Dona Lili (Maria Leocina Carvalho Nascimento) - in memoriam*

*Dona Rica (Maria Moura Costa)*

*Marília de Lourdes Costa*

*Rita de Cassia Meira*

*Zaira Gumes Coutrim*

*Zilda Lima Neves*

*Ao meu orientador, **Luciano Mendes de Faria Filho**, por aceita me orientar; que, com autoridade, ética, gestos e palavras, construiu comigo essa trajetória. Muito obrigada pelo seu profissionalismo, por compartilhar suas experiências, pelo incentivo, respeito, confiança, provocações e, também, por reconhecer que eu poderia enfrentar as adversidades que surgiram ao longo da pesquisa, mesmo quando eu não acreditava que seria possível. Dentre inúmeras frases ditas por você, que me impulsionaram a buscar os encantos do trabalho com história, esta foi e será mais lembrada: “Vamos defender essa tese. O doutorado **vai passar**, e Miguel é **para toda a vida**”. Muito grata por toda a aprendizagem. Você se tornou a minha referência.*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus!*

*Aos meus pais, **Eni de Souza Leite** e **Valdemar de Castro Leite**, por confiarem em mim e por me darem suporte emocional, nos momentos de tomadas de decisões, mesmo quando elas lhes causavam preocupações, por me verem, muitas vezes, distante geograficamente da família. Simplesmente, pai e mãe, obrigada pela vida e por me educarem para ser a Mulher que sou. Este título não é só meu é de vocês também. Nada nesse mundo é maior do que o meu **amor** por **VOCÊS**.*

*A **Miguel**, por completar a minha vida! Meu filho, como é bom te ver crescer. Ouvir sua voz me chamando de mãezinha, de mamãe, de mãe, de meu amor, melodia mais suave para meus*



*ouvidos. Suas gargalhas pela casa contagiam a todos com sua alegria! Como é bom brincar com você e te ver brincando pela casa, muitas vezes, sozinho, enquanto escrevia a tese. Em vários momentos, desviava meus pensamentos da escrita, olhava para você e começava a sorrir, com cara de boba, deve ser a cara de todas as Mulheres contemplando a inocência dos seus filhos. Te peço desculpas pelas vezes que me fiz ausente. Mas confesso que era uma saudade gostosa de sentir, às vezes chorava, outras sorria, em um misto de tristeza e felicidade, tristeza por estar ausente e felicidade por ser sua mãe e saber que me esperava. Você surgiu em minha vida como um anjo, virou tudo de ponta cabeça, mas tornou-me uma mulher mais forte. No meio da noite, levantava-se, vinha ao meu encontro e pedia: “mãe, você ainda está trabalhando, vem dormir comigo”; outras vezes, chegava no silêncio da madrugada empurrava o notebook e adormecia no meu colo, ocupando o lugar que sempre será seu. Seus gestos tinham um significado de alerta, aquele era o momento de descanso e por várias noites você me lembrou disso. Obrigada por tornar minha vida mais leve. Esta conquista também é sua. **Te amarei incondicionalmente por toda a vida! Miguel, você é a minha vida!***

*A minha irmã, **Iris**, e aos meus sobrinhos, **Vitor** e **Mariana**, que são como filhos para mim, por compartilharem dos meus sonhos e pelo cuidado dedicado a Miguel, nos momentos em que precisei me ausentar, na busca da realização desse sonho. Vocês são especiais para mim, que Deus nos conceda muitos momentos juntos para curtirmos a vida.*

*Ao meu esposo, **Jossimar dos Santos Lima**, pela paciência, nos momentos de tribulações, por cuidar de mim e da minha família e por ser um PAIZÃO para Miguel, quando precisei me ausentar, principalmente nos primeiros meses da realização do grande sonho de sermos Pais. Obrigada pelo seu amor e pelo cuidado. Compartilhamos essa realização, pois sem você seria mais difícil percorrer o caminho.*

*Ao amigo de coleta, **Elizeu**. Sempre falo, se não fosse você não teria feito a inscrição para a seleção DINTER. Sou grata pelo cuidado, pelo incentivo, por ler a primeira versão do projeto e pelas suas contribuições. Elizeu, aquele que incentiva, obrigada meu amigo!*

*À **Juliane**, simplesmente por ser minha amiga em todas os momentos. Jú, minha amiga irmã, sem você esses quatro anos teriam sido mais difíceis. Como sou grata pelas orações, carinho e paciência ao me ouvir falando das dificuldades, problemas e conquistas.*

*A **João, Eliana e Claudia Meira**, pelo carinho e pelas valiosas contribuições.*

*À ex-aluna da graduação **Fabrcia**, funcionária do NUPE, pelas conversas e parceria nas visitas ao arquivo do IEAT.*

*À **Edna**, colega do DINTER, amiga que descobri ao longo do curso, simplesmente obrigada por me ouvir, pelas contribuições, que foram das mais diversas ordens. Sou muito grata pelas palavras de incentivo e pela paciência em me ouvir.*

*À amiga **Tânia Gusmão**, por me fazer acreditar que sonhar sempre é possível.*

*À amiga **Cristiane Abreu**, sempre presente na minha vida, pelo carinho, cuidado, nesse momento suas contribuições foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. Quando me vi desesperada, sem condições de trabalho em casa, em plena pandemia, você não só me ofereceu um espaço físico, como me apoiou emocionalmente, com conversas no cafezinho das 16:00 horas. Obrigada por me ajudar a conquistar esta vitória.*

*À **Rosália Junqueira** e aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Caetité, pelo cuidado na busca dos arquivos, pelas pistas que me deram para localizar os documentos. Sem a colaboração de vocês não teria conseguido localizar as fontes.*

*A **Ronildo da Cruz**, funcionário do Arquivo Público, pelo cuidado, pois, mesmo com a pandemia, na medida do possível, me ajudou na localização dos documentos. Muito obrigada!*

*À direção da Escola Instituto de Educação **Anísio Teixeira** (IEAT), que autorizou o acesso aos documentos da Escola Normal de Caetité, indisponíveis para a pesquisa, estando em fase de catalogação.*

*À **Simone da Silva Pereira**, funcionária da secretária do IEAT, que, de forma carismática, atenciosa, cuidadosa, prestativa, acompanhou-me durante as visitas ao arquivo do IEAT. Muito obrigada.*

*Aos colegas e às colegas do DINTER, pelos incentivos e por fazerem as longas viagens de Caetité a Belo Horizonte, nos ônibus da Contijo, tornarem-se apenas um detalhe. Também por*

*compartilharmos angústias, dificuldades, sonhos e alegrias. Agradeço pela companhia de vocês na busca de sonhos.*

*Às professoras **Sônia Reis**, **Ana Galvão** e **Carmem Eiterer**, coordenadoras do DINTER, pela dedicação com que nos acompanharam em todo o período do doutorado. A vocês sou muito grata por possibilitar-nos essa formação.*

*Aos professores que compuseram a banca de qualificação, **Professora Jaci** e **Professora Maria Laura**, pela sinceridade, cuidado e incentivo para prosseguir com a pesquisa.*

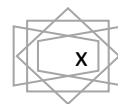
*À professora **Maria Laura**, que, com muito zelo, acompanhou-nos nessa trajetória, desde o início, emitindo parecer do projeto submetido ao colegiado, em análise do texto apresentado no EBRAPEM, por aceitar o convite para participar da banca de qualificação e defesa. Obrigada pela sinceridade, pela exigência, por reconhecer meu trabalho, pelo cuidado com a análise e por todas as contribuições.*

*Aos colegas do projeto **Pensar a Educação Pensar o Brasil**, que, direta ou indiretamente, permitiram que descobrisse a importância da História da Educação para a formação dos profissionais da Educação.*

*Aos meus professores e professoras do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que direta ou indiretamente fizeram parte da realização desta pesquisa.*

*Às professoras **Maria Laura**, **Mônica Yume**, **Cledie Maciel**, **Lia Machado**, **Maria da Conceição** e ao professor **Márcio Oliveira D'Equivel**, pela disponibilidade em contribuir na banca de defesa desta tese.*

*À Universidade do Estado da Bahia e aos colegas do campus IV, em especial a todos os colegas do colegiado de Matemática, representados pelo coordenador do curso, o professor **Robson Aldrin**, que criaram as condições para que eu me dedicasse exclusivamente à pós-graduação.*



*À Pró- Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG) da UNEB, pela concessão da Bolsa PAC-DT, que possibilitou a realização deste trabalho.*

*À **Patrícia**, por me ajudar ao longo desse processo, cuidando de mim e da minha família, principalmente quando estive ausente. Você é uma amiga!*

*Aos **meus primos e primas**, que sempre estiveram na torcida!*

*Por fim, agradeço a todos e todas que a seu modo contribuíram para a realização deste sonho. Meu muito obrigada e minha eterna gratidão!*

LEITE, Angelita de Souza. **Constituir-se professora primária no interior do estado da Bahia – Caetité (1926-1956):** relações de gênero, conhecimento-matemático e poder. 338f. 2021. Tese (doutorado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

## RESUMO

Neste trabalho, construímos uma história sobre constituir-se professora primária no interior do Estado da Bahia – Caetité (1926-1956). Procuramos compreender como se deu a formação das professoras primárias, considerando a relação entre o ensino e aprendizagem da matemática e as relações de gênero e poder no Curso Normal da Escola Normal de Caetité. Para isso, priorizamos a construção de fontes históricas através das entrevistas com ex-normalistas, teóricos que abordam os pressupostos da História Oral, memórias de pessoas idosas, lembranças, esquecimentos e trajetórias de professoras. Entrevistamos seis professoras com idades entre 80 e 94 anos. As conversas foram gravadas, transcritas e deram origem a seis textos de fundamental importância para nosso trabalho. Além das narrativas, analisamos documentos diversos, salvaguardados no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), no Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) e em Arquivos Particulares de egressas da Escola Normal de Caetité, como livros de atas, livros de pontos, fotografias, notícias sobre a Escola Normal publicadas no jornal A PENNA, textos publicados por professores e professoras na Revista de Educação da Escola Normal, relatórios, cadernos e cadernetas de ex-alunas, leis e decretos que regulamentavam o ensino, os cursos primários e normais. Criamos um contexto/cenário/cena a partir da análise das fontes, que nos permitiu concluir que a formação matemática do professor e da professora primária não aconteceu de forma isolada, mas no processo de interação com as práticas de professores e professoras que atuaram na Escola Normal de Caetité; em conjunto com experiências vividas que extrapolam o espaço da escola, pois o transitar pela cidade de Caetité também faz parte do processo de formação da mulher professora primária. O estudo favoreceu a compreensão de que as lembranças elaboradas pelas ex-normalistas, relacionadas às experiências vividas em família, à Matemática, bem como às relações de gênero e poder instituídas pelos preceitos sociais da época em que viveram, perpassam todas as áreas do conhecimento e não só a área de matemática, trazendo importantes contribuições para a construção do lugar ocupado por mulheres professoras primárias no cenário socioeconômico e sociocultural.

**Palavras-chave:** Escola Normal de Caetité. Memória. Experiência. Formação matemática da professora primária. Relações de gênero e poder.

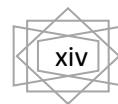
## ABSTRACT

In this research, we build a history about becoming an elementary school teacher in the backlands of the State of Bahia – Caetité (1926-1956). We seek to understand how the training of elementary school female teachers occurred, considering the relationship between mathematics teaching and learning and gender and power relations in the Normal Course at the Caetité Normal School. To that end, we prioritize the construction of historical sources through interviews with ex-normalists, thinkers that address the assumptions of Oral History, old people memories, female teachers' remembrances, lapses, and trajectories. We interview six female teachers between the ages of 80 and 94. The conversations were recorded, transcribed and gave rise to six important texts to our research. In addition to the narratives, we analyze different documents, protected in the Caetité Municipal Public Archive (APMC), in the Anísio Teixeira Educational Institute Archive (IEAT), and the private archives of Caetité Normal School former students, as minutes books, registration books, photographs, news about the Normal School published in the newspaper A PENA, texts published by male and female teachers in the Education Journal of Normal School, reports, notebooks and booklets of former female students, laws, decrees that regulated education, primary and normal courses. We create a context/scenario/scene from the analysis of sources, that allowed us to conclude that the mathematical training of the elementary school male and female teachers did not happen alone, but in the process of integrating with the practices of male and female teachers who work at the Caetité Normal School; together with lived experiences that go beyond the school environment, because the transit through the city of Caetité is also part of the training process of the female elementary school teacher. The research favored the understanding that memories elaborated by ex-normalists, related to family experiences, to Mathematics, as well as gender and power relations established by the social precepts of the time in which they lived, permeate all areas of knowledge and not only the mathematics area, bringing important contributions for the construction of the place occupied by women elementary school teachers in the socioeconomic and sociocultural scenario.

**Keywords:** Caetité Normal School. Memory. Experience. Mathematics training of the elementary school female teacher. Gender and power relations.

## LISTA DE FIGURAS

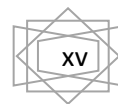
Figura 1 - Trajetória das nossas colaboradoras em busca da Escola.....	98
Figura 2 - Legenda dos caminhos percorridos pelas colaboradoras.....	99
Figura 3 - Mapa da Serra Geral na Bahia.....	101
Figura 4 - Mapa da Serra Geral.....	101
Figura 5 - Mapa da Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayeté - 1810.....	102
Figura 6 - Recorte do Jornal A PENNA: Chegada de Anísio Teixeira e Edgard Pitanguera em Caetité para a instalação da Escola Normal.....	111
Figura 7 - Escola Normal: Chamada para Inscrições da Matrícula.....	113
Figura 8 - Recorte do jornal A Penna com chamada para matrícula.....	114
Figura 9 - Vista parcial da velha cidade, atualmente Bairro Santa Terezinha (Caetité-1957)	130
Figura 10 - Rua Barão de Caetité.....	131
Figura 11 - Praça da Catedral.....	133
Figura 12 - Estrutura do prédio da Escola Normal de Caetité.....	134
Figura 13 - Fotografia da Escola Normal de Caetité.....	134
Figura 14 - Jardim no interior da Escola Normal: Dona Rica e Colegas.....	136
Figura 15 - Jardim da Escola Normal.....	136
Figura 16 - Broche usado pelas normalistas da Escola Normal de Caetité.....	137
Figura 17 - Lembrança do 20º Aniversário da Escola Normal de Caetité.....	138
Figura 18 - Capa do Periódico de Educação – Janeiro de 1927.....	142
Figura 19 - Recorte de Ata de 12 de fevereiro de 1927.....	160
Figura 20 - Impresso pedagógico.....	165
Figura 21 - Anotação referente ao programa da Escola Normal Rural de Caetité.....	179
Figura 22 - Capa da Caderneta de Hino da Mãe de Dona Zaira.....	188
Figura 23 - Hino da Escola Tiradentes.....	188
Figura 24 - Capa da Caderneta com dedicatórias das Amigas de Dona Rica.....	189
Figura 25 - Hino: Alma Tupi, dedicação de um colega do 1º ano do Curso Normal para Dona Rica.....	189
Figura 26 - Ata da primeira sessão da Congregação da escola Normal de Caetité (1926) ....	198
Figura 27 – Trecho do discurso de Anísio Teixeira na ocasião da 1ª solenidade de colação de grau da Escola Normal.....	203
Figura 28 - Folha solta de um livro de registro de conduta dos alunos.....	237
Figura 29 - Foto de uma aula de tabuada descrita por Dona Rica.....	251



## LISTA DE TABELA

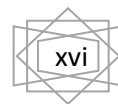
Tabela 1 - Taxas annuaes pagas em duas prestações.....	119
--	-----





## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Número de professores e professoras que colaram grau no Salão Nobre da Escola Normal de Caetité de 1029-1950.....	152
---	-----



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das Cadeiras do Curso Normal do Interior da Bahia de acordo com Decreto-Lei N. 4.218, de 30 de dezembro de 1925 .....	169
Quadro 2 - Distribuição das Cadeiras do Curso Normal Rural de acordo com o Decreto-Lei nº 12.691, de 5 de março de 1943 .....	181

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMC	Arquivo Público Municipal de Caetité
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Científico e Tecnológico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPDOC	Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EBRAPEM	Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
ES	Ensino Secundário
FaE	Faculdade de Educação
GHOEM	Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Congresso internacional de Matemática
IEAT	Instituto de Educação Anísio Teixeira
IMO	Olimpíadas Internacionais da Matemática
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAC-DT	Programa de Apoio à Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos
SBM	Sociedade Brasileira de Matemática
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal Santa Catarina
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
WM	World Meeting for Women in Mathematics

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>1 ARQUIVOS, FONTES E TEORIAS: OS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>42</b>
<b>1.1 As fontes documentais</b> .....	<b>43</b>
<i>1.1.1 A busca por documentos no arquivo do IEAT</i> .....	<b>44</b>
<b>1.2 A História Oral</b> .....	<b>51</b>
<b>1.3 Narrativas das Experiências</b> .....	<b>59</b>
<b>1.4 As colaboradoras</b> .....	<b>64</b>
<b>1.5 Apresentando as colaboradoras com base em suas vozes</b> .....	<b>67</b>
<b>2 CENÁRIOS E CENAS DE HISTÓRIAS VIVIDAS</b> .....	<b>86</b>
<b>2.1 A Escola Primária: “a professora não era formada, mas era sabida”</b> .....	<b>90</b>
<b>2.2 Por que Caetité: “Eu sinto bem quando eu vou a Caetité!”</b> .....	<b>100</b>
<b>2.3 Os anseios de um povo pela educação</b> .....	<b>102</b>
<b>2.3.1 A Segunda Escola Normal de Caetité</b> .....	<b>109</b>
<i>2.3.1.1 Quem chega ao Curso Normal</i> .....	<b>117</b>
<b>2.3.2 A escola nos entrementes da vida</b> .....	<b>121</b>
<i>2.3.2.1 A seca e a Normalista</i> .....	<b>122</b>
<i>2.3.2.2 As Normalistas e o Colégio das Freiras</i> .....	<b>125</b>
<b>2.4 Os percursos na cidade de Caetité</b> .....	<b>130</b>
<b>2.4.1 Os caminhos para a Escola Normal</b> .....	<b>133</b>
<b>3 CENÁRIO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DA PROFESSORA PRIMÁRIA</b> ..	<b>138</b>
<b>3.1 Um mundo de inovações pedagógicas!</b> .....	<b>140</b>
<b>3.1.1 A realização de um sonho</b> .....	<b>151</b>
<b>3.2 Os programas e a formação da professora na Escola Normal de Caetité</b> .....	<b>157</b>
<b>3.2.1 Formar professoras primárias em Caetité (1926 -1941)</b> .....	<b>158</b>
<b>3.2.2 Os programas das disciplinas</b> .....	<b>166</b>
<b>3.2.3 Sobre as disciplinas propostas para formar a professora primária 1941-1956</b> .....	<b>177</b>
<b>3.3 A formação matemática da professora primária</b> .....	<b>195</b>
<b>3.4 A sala de aula</b> .....	<b>204</b>
<b>4 EXPERIÊNCIA SOCIAL, MATEMÁTICA E PODER</b> .....	<b>207</b>
<b>4.1 Tornar-se professora: uma experiência marcada por relações de poder</b> .....	<b>207</b>
<b>4.1.1 Evidências de relações de poder na Escola Normal</b> .....	<b>209</b>

<i>4.1.2 A Falsa Posição: relações de poder na sala de aula</i> .....	212
<i>4.1.3 Lembranças da família</i> .....	215
<b>4.2 Entrando na Escola</b> .....	228
<b>4.3 Das várias formas que se aprende a ser professora</b> .....	231
<b>4.4 Da Escola Normal à Escola Rural: aprendendo a ser professora de matemática</b> ....	239
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	253
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	262
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	274
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEIS PELO IDOSO)</b> .....	276
<b>APÊNDICE C – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS</b> .....	278
<b>APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO</b> .....	279
<b>APÊNDICE E - MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE O CONSTITUIR-SE PROFESSORA PRIMÁRIA</b> .....	280
<b>ANEXO A - ATA DE INSTALAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ</b> .....	321
<b>ANEXO B - REVISTA DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ</b> ....	323
<b>ANEXO C - PROGRAMA DO ENSINO CURSO NORMAL (FASCÍCULOS PARA USO DOS ALUNOS DO 3º ANO EM 1928)</b> .....	324
<b>ANEXO D - CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, DR. ISAIAS ALVES DE ALMEIDA</b> .....	325
<b>ANEXO E – DECRETO N. 11.762 DE 21 DE NOV DE 1940, BAHIA</b> .....	326
<b>ANEXO F – 37ª ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1944</b> .....	327
<b>ANEXO G - TERMOS DE POSSE</b> .....	329
<b>ANEXO H - RASCUNHO DO JORNAL BEM-TI-VI, INTITULADO SECÇÃO PARA MENINAS, SEMANÁRIO N. 1 DAS MENINAS, COM A DESCRIÇÃO DE UM DESENHO</b> .....	330
<b>ANEXO I - LIVRO DE PONTO – REGISTRO DE AULAS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR</b> .....	332
<b>ANEXO J - VÁRIAS NOTÍCIAS - REVISTA DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ Nº 3</b> .....	334
<b>ANEXO K - TEXTO: AUTONOMIA DIDACTICA</b> .....	335
<b>ANEXO L – CARTA DE JAYME SPÍNOLA TEIXEIRA ENDEREÇADA AO PAI – 20 DE NOVEMBRO DE 1922</b> .....	336

## INTRODUÇÃO

Durante a realização da pesquisa e a escrita desta Tese, encontrei-me, diversas vezes, pensando sobre minha trajetória de vida, nas experiências vividas, como filha mais velha de três irmãos. Meu irmão do meio faleceu com apenas um ano e sete meses; minha irmã caçula, cinco anos mais nova do que eu, estava sempre doente. Por muitas vezes fiquei aos cuidados das minhas tias, enquanto minha mãe ia para a pedreira catar pedras para vender, e meu pai trabalhava como “boia fria” na lavoura dos meus tios.

Eu tinha seis anos quando nos mudamos, em 1976, para a cidade de Brumado, na Bahia. A família acreditava que na cidade seria possível proporcionar melhores condições para minha irmã, com a saúde muito debilitada. Nessa ocasião, meu pai foi trabalhar na empresa de mineração, posteriormente seguiu a carreira de vigilante. E minha mãe aprendeu a costurar para ajudar no sustento da família e comprar nosso material escolar. Minha mãe aprendeu a ler com o irmão mais velho e meu pai foi para a escola de jovens adultos, estudou até a 3ª série.

Fui crescendo sem muitos sonhos. Lembro-me que vendia limões na vizinhança do bairro, além de cocada e bolinho de trigo frito (receita: trigo, água, açúcar e bicarbonato) na porta da escola; tinha muita habilidade com aritmética, precisava lucrar com meus negócios. Acredito que “a arte de comercializar” aproximou-me das exatas; em casa, meus pais sempre fizeram cálculos aritméticos, para assegurar as necessidades básicas da família. Lembro-me que desejei cursar contabilidade, mas meu pai, muito conservador, não me deixou estudar à noite. Fui “obrigada” a fazer o magistério e, após concluir, a decisão de fazer concurso também não foi minha, foi da minha mãe.

Após a conclusão do magistério, em 1989, cursei contabilidade. Como já estava trabalhando, meu pai não interferiu. Não era uma profissão para mulheres, nenhuma das moças conseguiu trabalho após o estágio, sendo diferente com a maioria dos rapazes, pois eram contratados após a conclusão do estágio. Não imaginava ir para a universidade. A escolha de cursar o ensino superior foi influenciada por amigos que, assim como eu, gostavam de estudar. Acho que a escolha de ser professora de Matemática foi meio aleatória, diante do edital do vestibular de 1995. Lembro-me que analisei as opções, por eliminatória, restando Licenciatura e Ciências Exatas com Habilitação em Matemática; no processo da escolha estabeleci como critério as disciplinas com as quais tinha afinidade, considerando que gostava de calcular.

Hoje, quando leio as narrativas das colaboradoras da pesquisa, e deparo-me com questões relacionadas à escola, desde a precariedade (prédio não era adequado, salas desestruturadas, falta de quadro, carteiras, livros, professores leigos etc.) aos desafios

enfrentados para lecionarem em turmas multisseriadas, recordo-me daqueles tempos idos. Lembro-me da Escola Municipal Idalina, final dos anos de 1970, onde estudei, até a quarta série, com uma única professora. Um “cômodo” com duas portas, parecia um “boteco”, ficava em uma esquina de um pequeno largo, de onde contemplávamos os fundos da Igreja Santo Antônio. A escola não tinha carteiras, tinha bancos longos, mas nem sempre era possível todos se sentarem, era preciso sentar no chão, com essa possibilidade minha mãe preferia que levasse minha cadeira de casa. Lembro-me como hoje do percurso que fazia da minha casa até a escola, com uma cadeira azul na cabeça e o caderno amparado pela cadeira.

Algumas datas comemorativas marcaram minhas lembranças, a exemplo: as marchas do sete de setembro, a quadrilha de São João, as aulas de catecismo, visto que determinavam momentos de escolhas daqueles e daquelas que melhor representavam os lugares destinados às meninas brancas, como o lugar da rainha do milho, o par da quadrilha sempre formado por meninas brancas com os meninos brancos; não me incomodava dançar com este ou com aquele colega; no 7 de setembro, minha mãe determinava, era farda e “kichute” (sempre um número maior, para não ficar perdido); mas o lugar desejado era o do anjo, na procissão de São João Batista, ocupado por meninas e meninos brancos. Não tinha escolha, meu lugar era ao lado da minha mãe, acompanhando a procissão.

Desejava aquele lugar de destaque, não sei o porquê, mas, por várias vezes, também fui destaque, não na exposição pública, mas na sala de aula, porque aprender não dependia da minha cor, mas das minhas habilidades cognitivas, principalmente para a matemática. Creio que a prática de vendedora de cocadas e bolinhos de chuva colocava-me naquele lugar de destaque, sempre ao lado de dois colegas, estudamos sempre na mesma classe até a conclusão do magistério. Concorremos ao mesmo concurso público, iniciamos a carreira de professor primário em turmas multisseriadas. Quando fui para faculdade, em 1995, um dos meus colegas passou no vestibular para o curso de direito, muito comum nas escolhas da figura masculina. Após concluir o curso de licenciatura em Matemática e pós-graduação na mesma área da graduação, prestei concurso público para atuar no curso de Licenciatura em Matemática, e um dos meus colegas para o judiciário. Quanto ao outro colega, com o qual disputávamos o lugar de destaque na sala de aula, no curso primário, reencontramo-nos no curso de Licenciatura em Matemática da Uneb campus VI, agora como meu aluno de Cálculo I e Estágio Supervisionado. Após concluir, ele prestou concurso público, tornando-se funcionário da Caixa Econômica Federal. Os lugares que eu e meus colegas do primário ocupamos puseram-nos em posição de destaque, mesmo sendo lugares distintos.

Antes de atuar como professora em nível superior, atuei por 12 anos no Ensino Fundamental I e II, Ensino médio, lecionando como professora de Ciências e Matemática. Logo após concluir a licenciatura, em 1998, decidi continuar os estudos e fiz duas especializações, uma em Psicopedagogia e outra em Matemática. Por questões familiares e oportunidade, o mestrado só foi possível no ano 2012.

### **Um percurso profissional e várias questões elaboradas**

No decorrer da minha história no magistério, da condição de professora de classe multisseriada à de professora universitária, presenciei muitos questionamentos sobre o processo ensino-aprendizagem da matemática que miravam/miram nas representações acerca da construção do lugar laboral: “a matemática é para os homens e não para as mulheres”.

Quando lecionei matemática pela primeira vez, em 1997, senti-me muito valorizada, pois estava ocupando, *como mulher*, um lugar de privilégio na docência que historicamente parecia reservado apenas aos homens e que se assenta em uma produção histórica de *um discurso* que torna a figura masculina vinculada ao conhecimento da área de exatas. Esse discurso transita, na atualidade, pelos espaços de formação de professores(as), inclusive em espaços aos quais me vinculo como professora universitária, justamente onde ele deveria ser superado.

Percebo como esse discurso de gênero estabelece relações de poder sobre nossas concepções de ser um “bom” professor de matemática ou ser um “bom” aluno em matemática. Essas concepções parecem ser naturalizadas nos espaços de escolarização quando atribuímos aos homens um poder de apropriação da linguagem matemática, desqualificando o potencial das mulheres. Até os dias atuais, é notória a naturalidade com que o professor acompanha o desempenho dos meninos em matemática, porém ainda há espanto quando as meninas se destacam nas aulas de cálculo, álgebra, análise, dentre outros componentes da chamada “matemática pura”.

Acompanhando os alunos e as alunas no decorrer dos Estágios Supervisionados III e IV, disciplinas que leciono no 7º e 8º semestres do Curso de Matemática da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ouvi, muitas vezes, depoimentos dos estagiários que ilustram a questão-problema da tese. Frases como “as mulheres falam muito, por isso não conseguem concluir o planejamento” são enunciadas de maneira recorrente por estagiários para se referirem às estagiárias. Em uma determinada ocasião, na qual um estagiário e uma estagiária eram parceiros nos estudos para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Matemática, as



relações de gênero pareciam caminhos para justificar as dificuldades e habilidades quanto à investida na escrita. Em uma de minhas aulas no segundo semestre de 2015, quando uma aluna se referia a um aluno chamou-me atenção.

Um aluno afirmou que uma determinada aluna falava muito e sentenciou: “depois ela diz que os professores não deixam ela falar tudo que pensa, é complicado, professora, precisa ter paciência”. Posteriormente, a aluna argumentou: “ele fala assim, professora, porque os professores dão mais atenção aos homens dessa turma, muitas vezes no meio de uma conversa, percebemos que o professor nos ignora, enquanto ele fala, fala... nas aulas de Cálculo e ninguém o interrompe”. Essas ideias, muitas vezes, são reforçadas por estereótipos muito difundidos pela sociedade em torno da figura das mulheres, que não são consideradas aptas para ocuparem lugares historicamente destinados aos homens, como a área de exatas, neste caso.

Meu lugar de professora de Matemática foi construído em um leque amplo de inquietações, no sentido de tentar compreender as relações de gênero estabelecidas historicamente em relação ao ato de ensinar e aprender Matemática.

Desde a minha escolarização, presenciei afirmações do tipo: “os homens são bons em matemática, mas as meninas se esforçam para aprender”. Contudo, ao ingressar na universidade para cursar Matemática, identifiquei uma turma composta, em sua maioria, por mulheres, que também se destacavam nos exercícios, avaliações e demais atividades. Um novo olhar começou a surgir na graduação e novos questionamentos foram elaborados, a fim de entender o processo histórico de construção dessas ideias.

Até o final da década de 1990 eu não sonhava ser professora universitária, muito menos de um curso de Matemática (jamais sonhei com isso!). Considerava impossível, uma vez que essa profissão era vista por mim como um lugar inatingível, um espaço ocupado por poucos. Na minha concepção, com um histórico de menina pobre, negra, que durante a trajetória de vida teve que lutar ao lado da família por um espaço na sociedade, ser professora de Matemática, licenciada, já era o bastante para orgulhar a família. No entanto, uma determinada etapa da minha carreira foi movida pelo desejo de mudanças, o que me impelia na busca por respostas que pudessem contribuir para o ensino da Matemática. Desse modo, no início dos anos 2000, surgiu a oportunidade de submeter-me ao concurso público para professores da UNEB, sendo, então, aprovada como professora auxiliar para atuar no Colegiado de Matemática no DCH VI no campus de Caetité-BA.

Ocupando esse novo espaço, vivi e vivo experiências distintas no que diz respeito a ser professora, professor, aluna e aluno de um Curso de Licenciatura em Matemática. A primeira experiência foi um grande desafio, lecionar Cálculo I e Estágio e orientar TCC. Nesse ponto,

defrontava-me com o maior desafio da minha carreira, que oscilou da condição de professora da Educação Básica para professora universitária. Sentia que precisava de um “modelo” a seguir e projetei o lugar do meu ex-professor de Cálculo da graduação, figura masculina que marcou a minha formação acadêmica. Busquei todos os cadernos de Cálculo e segui o percurso traçado por ele. Para a disciplina de Estágio, dividiria a experiência com um colega, que deixou muitas contribuições para a formação de professores de Matemática. A postura rígida do professor mencionado incomodava-me, mas a sua experiência em muito contribuiu para o engrandecimento de minha prática docente. Mas, e quanto ao TCC? Precisava pesquisar. Naquele momento, eu era uma mulher buscando modelos masculinos para projetar um perfil para a docência. Hoje, percebo que eu mesma estava capturada pelas teias das assimetrias de gênero.

No ambiente acadêmico, surgiram várias oportunidades, uma delas, muito rica, consistiu em trabalhar em um dos programas especiais da UNEB para a formação de professores(as) em serviço: o Programa REDE UNEB 2000. Assim ficou conhecido o Programa Intensivo de Graduação desenvolvido pela UNEB desde 1998 em parceria com as prefeituras municipais de várias regiões do Estado da Bahia. Tive a oportunidade de trabalhar em quatro desses convênios, em três deles na condição de professora e em um como coordenadora do Curso de Licenciatura em Matemática.

Na experiência da Rede UNEB, em especial no município de Macaúbas-BA, funcionaram dois cursos, o de Letras e o de Matemática. Era notória a presença feminina na turma de Letras e a masculina na turma de Matemática, bem como a forma como os estudantes se relacionavam com a ideia de que a matemática se destina ao homem. Chamava a nossa atenção quando a turma de Licenciatura em Letras se posicionava em atividades comuns aos dois cursos, sempre situando o homem em lugar de destaque. Na sala de aula, tinha sempre a presença de alunas/professoras e alunos/professores, razão que nos permitia abrir espaço para que as discussões de raça e gênero no ensino de Matemática tivessem um lugar de destaque na formação. Tínhamos o propósito de romper com ideias sobre o trabalho com habilidades matemáticas não ser, para as mulheres, uma representação social negativa, que impossibilita a muitas mulheres acreditarem nas suas potencialidades para a matemática.

Tenho a oportunidade de presenciar reações assimétricas sobre as relações entre ensino de Matemática e gênero também nas reuniões de área do Colegiado de Matemática da UNEB e em reuniões com os “meus” estagiários e estagiárias para tratar de assuntos relacionados à iniciação à docência. Isto me leva a concluir que o espaço onde (possivelmente?) seria o lugar da elaboração da emancipação de todas e todos, ao menos no que tange à Educação Matemática,

reatualiza subalternidades e silenciamento da mulher, excluindo-a de um lugar de protagonista também dos conhecimentos matemáticos. Obviamente, há um fosso entre as formações matemáticas que tornam discursos masculinos hegemônicos e as práticas escolares de ensino de matemática, nas quais há protagonismos femininos no contexto da cidade de Caetité e em outras cidades da Região Sudoeste da Bahia.

Diante disso, procuro enfrentar esses estereótipos e assimetrias que transitam pela formação inicial como professora de Matemática engajada na formação para a docência. No entanto, entendo que tais formulações, estereótipos e assimetrias acerca do lugar da mulher são elaborados em distintos espaços e práticas de socialização para além da universidade, o que torna necessária a investida analítica no processo de constituição histórica do ensino de Matemática tomando como recorte as relações de gênero. Descrever, analisar e entender como essas elaborações foram tecidas no contexto das experiências das ex-normalistas poderá oferecer subsídios para a superação.

### **A Pós-graduação**

Nossas ações e opções transportam-nos por diversos lugares ao longo do tempo e da história. Os lugares que ocupamos, por muitas vezes, nos distanciam de algumas ideias originárias e passamos a enveredar por outras. Mas o que é latente insiste em ressurgir.

Ao defender a dissertação de mestrado, cujo tema girou em torno da relação entre saberes e afetividade na formação inicial do professor de Matemática, percebi que os dados produzidos levaram-nos a diversas indagações em torno da concepção de gênero presente nas aulas de Matemática, nos discursos dos estagiários e nos depoimentos dos(as) professores(as) regentes. Nos argumentos da dissertação, dei forma a uma possível coerência dos questionamentos levantados por mim em diversas etapas da carreira do magistério, como aluna, como professora de matemática e como professora de estágio supervisionado.

O estágio supervisionado traça uma trajetória para professoras supervisoras, professores supervisores, para estagiárias e estagiários, no ir e vir às escolas públicas, espaços onde ocorre a etapa de regência, com o propósito de firmar contrato entre a Escola e a Universidade para a realização dos estágios, possibilitando o contato com muitas histórias. Temos a oportunidade de ouvir sobre a constituição histórica do ensino da matemática nesses espaços, surgindo aí um olhar para o lugar da mulher e do homem na formação de professoras para entender como a matemática e as relações de gênero aparecem no processo de ensino e aprendizagem de Matemática fortalecendo a ideia de que a “Matemática é coisa de homem”.

Desde o início da minha atuação acadêmica na UNEB, percebo a total ausência da temática gênero no ensino de matemática na formação de professoras e professores. Neste contexto, surgiu o interesse por essa temática na busca de compreender como se deu o processo de escolarização das professoras e dos professores primários em matemática, em torno de um debate cuja pauta é a formação e atuação de professoras no ensino de matemática, atravessada pelas relações de gênero, pensando em uma educação de mulheres inspiradas por experiências de vida historicamente respaldadas por ideias que sustentam que o ato de ensinar Matemática foi destinado aos homens. Ampliar o debate de mulheres com habilidades para os conhecimentos matemáticos significa também pensar em uma prática em sala de aula diferente, uma matemática inspirada e renovada por experiências de vida historicamente excluídas do contexto das áreas de exatas ao longo da história.

Com esta pesquisa, procurei entender a constituição da Educação Matemática na Escola Normal de Caetité (1926-1956) com o recorte nas relações de gênero. Frente ao objeto de pesquisa esboçado, apresento como *questão principal de pesquisa*: como se deram as relações de gênero na formação matemática e na atuação de professoras primárias em Caetité, no interior da Bahia (1926-1956)?

O recorte temporal tem como início o ano de 1926, marco de reinstalação da Escola Normal de Caetité, uma pioneira escola de ensino secundário, e demarco a década de 1950, considerando que, no governo de Octávio Mangabeira, Anísio Teixeira era movido pelo desejo de uma educação integral<sup>1</sup>. Em 1956, implantou em Caetité um projeto de educação integral, o que ocasionou modificações na escola, a exemplo: mudança da Escola Normal para um novo prédio, que passa a chamar-se Instituto de Educação Anísio Teixeira, ampliação do número de turmas, de cursos; além disso, o funcionamento de várias séries diferentes marca o início de uma nova fase da História da Educação em Caetité. Assim, o recorte temporal incidirá sobre um período de 30 anos.

Investigar esta temática em um contexto de pós-graduação (Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais) torna possível a emergência de condições para superar o apagamento das experiências de mulheres no processo de formação e de atuação no ensino primário, uma crítica ao androcentrismo no ensino de Matemática, e representará uma tentativa de incluir a mulher no discurso sobre a matemática, tirando-a do silenciamento.

Após o processo de seleção do DINTER UFMG/UNEB, em abril de 2017, e com início das aulas em 2 de maio do mesmo ano, a vida tomou outros rumos, uma vez que a crença na

---

<sup>1</sup> Um modelo semelhante ao que planejava em outra instituição da capital, Escola Parque.

aprovação era muito remota e até mesmo o sonho com o doutorado não era alimentado intensamente. Era algo que sempre ficava para depois, considerando o percurso da vida pessoal e profissional. Diante da oportunidade do DINTER, não poderia deixar de experimentar o sabor do processo da seleção.

Concluído o processo seletivo, ao ser aprovada para a Linha de Educação Matemática, para minha surpresa o projeto foi remanejado para a linha História da Educação. Ressalto que tornar-me pesquisadora na linha de História da Educação, considerando que minha atuação acadêmica sempre transitou na área de Matemática e da Educação Matemática, com foco na formação de professores, e abandonar, naquele momento, o desejo de aprofundar os estudos na Educação Matemática foi algo muito penoso.

Por vários momentos fui movida por uma ansiedade, sentia vontade de me contrapor à decisão do programa, mas acreditava que iniciar um curso de 4 anos com polêmicas referentes ao processo seletivo poderia ser desagradável. Precisava observar em que circunstância tudo havia acontecido e acreditar que os profissionais responsáveis pelo processo tinham boas razões para o deslocamento do projeto para outra linha de pesquisa. Com essa convicção, decidi experimentar o que estava sendo proposto, mas tinha consciência de que qualquer decisão tomada exigiria muito esforço e determinação para a realização dos estudos e da pesquisa.

Enveredar pela linha de História da Educação não tem sido algo tranquilo. Exige elaborar mecanismos de autocontrole das emoções, na tentativa de estabelecer condições de liberdade para superação dos desafios propostos. A princípio, foi preciso desconstruir a ideia de que as pesquisas em história representam um recuo no tempo, e que seria preciso um distanciamento das questões que me inquietam no percurso das minhas experiências pessoais, profissionais, para, assim, compreender historicamente o objeto de pesquisa proposto.

Em meio às questões que tumultuavam meus pensamentos em relação à linha de pesquisa em que o projeto se encontrava inserido, havia outras questões de cunho pessoal, visto que não tinha planejado ir para Belo Horizonte-MG no primeiro semestre de 2017, pois a ideia era muito recente, ela surgiu com a publicação do edital para o processo seletivo do Doutorado Interinstitucional (*Dinter*) celebrado entre UFMG/UNEB. Até então, os sonhos eram outros, algumas coisas poderiam ser continuadas, outras precisavam de uma pausa, e outras quem sabe se seriam retomadas. Mas essa era a oportunidade de experimentar outros ares acadêmicos, a carreira acadêmica ambicionada, tendo como meta uma educação de qualidade, em busca de uma sociedade melhor.

No ato da matrícula, como aluna regular, tomei conhecimento das disciplinas que deveria cursar no primeiro semestre, algumas da Linha de Pesquisa em História da Educação:

“Metodologia de Pesquisa: História” e “Tendências do Pensamento Educacional”. Essas disciplinas ajudaram-me a compreender a importância de olhar os acontecimentos do passado, a fim de entender a importância do deslocamento do meu projeto para a referida linha de pesquisa. O estudo da história permite-nos o encontro com experiências humanas que se aproximam das nossas, dar alguns passos para trás possibilita-nos entender o que estamos vivendo no presente, considerando que muitos já pensaram como nós, e não somos tão originais como acreditávamos (LAUAND, 1986, p. 16).

### **Da minha experiência ao entendimento da presença feminina no magistério**

Minha experiência como formadora de professores de matemática e a experiência de cursar as disciplinas acima mencionadas, além da disciplina ministrada pelo professor Luiz Alberto, “Referências de Pesquisa”, forneceram elementos históricos e socioculturais que ajudaram a sustentar a importância do contar a história da formação e atuação das professoras primárias do Alto Sertão da Bahia, na primeira metade do século XX, não mais na perspectiva dos registros em documentos guardados nos arquivos, mas somando a eles as experiências vividas e sentidas por ex-normalistas que atuaram na educação primária do Alto Sertão da Bahia.

A presença feminina no magistério brasileiro ganhou mais espaço a partir dos anos finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como salientam alguns autores: o levantamento de fontes documentais oficiais realizado por Faria Filho e Macedo (2004), *que mostram evolução da feminização do magistério na província de Minas entre 1860 e 1910*; Heloisa de O. S. Villela (2016), no artigo *O mestre-escola e a professora*, envolve-nos em ideias que nos conduzem aos primórdios da profissão docente no Brasil; Zeila de Brito Fabrin Demartini e Fátima Ferreira Antunes (1993), no artigo *intitulado Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina*, procuram mostrar através de outros trabalhos como a mulher vai entrando para o magistério primário, tornando a profissão predominantemente feminina na virada do século XIX para o século XX; Almeida (1998), em *Mulher e educação: uma paixão pelo possível*, mostra essencialmente o evento da feminização do magistério, desde o final do século XIX até a década de 1930.

O acesso às Escolas Normais idealizou de forma mais acentuada a inserção feminina no contexto das cidades, possibilitando que saíssem dos espaços domésticos e tivessem uma profissão remunerada, no exercício do magistério. Essa conquista feminina no campo educacional foi marcada pela presença da mulher nos espaços escolares desde as primeiras

décadas do século XIX. Segundo Villela (2016, p. 108), em 1830 era possível perceber “mecanismo de exclusão” da mulher, na ocasião em que surgem as primeiras Escolas Normais no Brasil. Demartini e Antunes (1993) lembram que na ocasião da criação da primeira escola normal, um projeto de 1830 determinava que o magistério primário das escolas públicas seria preferencialmente para as mulheres. É importante salientar que tanto Villela como Demartini e Antunes indicam que nessa ocasião a presença feminina limitava-se às escolas para meninas nas províncias, onde aprendiam “prendas domésticas, às orações e os rudimentos de leitura. [...] a ler, escrever e a fazer as quatro operações” (VILLELA, 2016, p. 108).

Nesse contexto, Almeida (1998) salienta que a frequência das mulheres nas escolas e a educação feminina de um modo geral estavam ligadas aos princípios veiculados pela ideia de uma educação para formar mulheres, que as tornariam esposas agradáveis e mães dedicadas. Isso pode explicar a exclusão da mulher de outros níveis de ensino e justificar um currículo que privilegiava prendas domésticas em detrimento de outras disciplinas (ALMEIDA, 1998, p. 63).

As meninas poderiam ir à escola, mas não aprenderiam conteúdos destinados aos meninos, como parte do saber matemático (decimais, proporções, trigonometria, geometria dentre outros). Villela (2016, p. 109) informa que as diferenças em relação ao que deveria ser ensinado para as meninas e aos meninos atravessa todo o século XIX: “[...] a diferenciação nos currículos tanto nas escolas primárias femininas, quanto nas secções femininas das escolas normais”. A autora chama atenção para o fato da matemática e da geometria estarem ausentes nas escolas para meninas e para o currículo diferenciado que valorizava o papel da mulher na sociedade de “costumes patriarcais e aos preceitos quanto à sua capacidade intelectual” (VILLELA, 2016, p. 109), tema de discussão da Lei Geral do Ensino de 1827.

O aumento da figura feminina no universo dos cursos normais passa a ter destaque nas últimas décadas do século XIX, quando supera a presença masculina, mas essas conquistas trouxeram problemas para os governantes, considerando que desde a primeira escola não previa a presença feminina, mesmo que existissem determinações legais desde 1930, que previam a inserção da mulher nas escolas normais (DEMARTINE; ANTUNES, 1993). Conforme Villela (2006), nas escolas fixadas na Bahia em 1836 e em São Paulo em 1846, documentos “mencionavam o curso feminino que não foi implantado” (p. 121). Nos anos de 1860 e de 1870 era prevista a presença feminina, mas as questões de ordem moral passaram a interferir na administração das escolas, muitas foram as restrições para a inclusão das mulheres na escolarização e exercício da profissão.

Faria Filho e Macedo (2004) debatem a problemática da feminização do magistério em Minas Gerais, através da política, legislação e dados estatístico da província e verificam que,

depois dos anos de 1860, há um aumento considerável no número de mulheres atuando no magistério. Fato que os autores justificam pelo aumento do número de meninas nas escolas, exigindo, assim, um maior número de mestras, o que interfere na cultura escolar do início do século, quando “era difícil encontrar mulheres que quisessem ser professoras” (FARIA FILHO; MACEDO, 2004, p. 3). Essa realidade vai mudando, de forma paulatina, à medida que se constrói a ideia de que “as mulheres eram mais competentes que os homens para o exercício da profissão docente” (FARIA FILHO; MACEDO, 2004, p. 3), argumento que foi considerado uma estratégia de atração das mulheres para o ofício docente. Os autores consideram que nesse período “a maioria dos professorandos era constituído de professoras que não passaram pelas escolas normais” (FARIA FILHO; MACEDO, 2004, p. 2). No entanto, essa realidade começa a mudar na segunda década do século XX, período em que a profissão docente encontra-se feminizada por todo o país, o que é possível averiguar nas pesquisas com indicativo de que a partir dos anos de 1920 o número de mulheres nas escolas normais supera o número de homens (FARIA FILHO; MACEDO, 2004; LOURO, 1997).

Faria Filho e Macedo (2004), Louro (1997) e Demartini e Antunes (1993) chamam a atenção para o fato de poucos homens ocuparem o espaço da sala de aula, e quando ocupavam era por pouco tempo, muitos nem chegavam nesse espaço como professores, mas ocupando cargos de diretor, inspetor, dentre outras funções que lhes davam poder. Nesse sentido, os autores consideram importante buscar compreender que a feminização do magistério não pode ser entendida como um consentimento e abandono dos homens. Louro (1997) considera que as mulheres que compartilharam do processo de feminização talvez não tenham participado de forma ativa, no entanto é importante ponderar que tinham objetivos de inserção em uma carreira profissional assalariada, com notoriedade e prestígio, que viria a distinguir a profissão docente do trabalho braçal, embora com a feminização do magistério surge a desvalorização, condições de trabalho muitas vezes precárias e baixos salários do professor e da professora.

A princípio, meninas e meninos não poderiam frequentar o mesmo espaço, frequentavam a escola em dias alternados, horários alternados, diversas foram as estratégias elaboradas para que os alunos e alunas não se vissem, não se comunicassem; as moças eram vigiadas por inspetoras de ensino (VILLELA, 2006). A autora relata que o Diretor da Escola de Pernambuco faz um relato direcionado à família esclarecendo como funcionaria a fusão das escolas masculinas, ele menciona a construção de um muro no meio da sala. A construção permitia que os professores pudessem dar “sua aula simultaneamente a alunos e alunas, mas não permitindo, entretanto, que esses dois grupos se enxergassem” (VILLELA, 2006, p. 121).



Durante o século XIX ocorre a criação das escolas normais que vão determinar o início da profissionalização do magistério feminino, marcada por exigências de cunho moral e disciplinar e poucas exigências quanto à qualidade da profissão (DEMARTINE; ANTUNES, 1993; VILLELA, 2006).

Chegando ao século XX, o número de mulheres que passaram a frequentar a escola aumenta consideravelmente, no entanto os cursos universitários não eram reservados a elas. Teriam uma profissão, mas a sua atuação limitava-se ao ensino infantil e primário.

Em Caetité, a presença feminina no magistério destaca-se com a implantação da primeira Escola Normal em 1898, com o curso feminino; o “collegio de meninas”<sup>2</sup>, mantido pelo bispo nos anos 1920; e a segunda Escola Normal de Caetité a partir de 1926, não mais uma escola feminina, mas uma escola para ambos os sexos. É visível como a mulher vai conquistando o espaço da sala de aula, no entanto é importante salientar que os homens não abandonam a carreira do magistério em Caetité. Da mesma forma que aconteceu por todo o Brasil, eles deixam de entrar<sup>3</sup> para lecionar nas escolas primárias, permanecendo nas escolas como formadores de professores, como diretores e inspetores, e passam a ocupar na sociedade outras funções mais lucrativas que surgiram com a industrialização e com o processo de urbanização.

Nesse momento, o contexto social convida à participação de todos, considerando as mudanças socioeconômicas, tornando incoerente deixar a mulher em casa, imersa nas atividades domésticas, apenas com as responsabilidades referentes à educação dos filhos e aos cuidados com o marido, motivo que nos possibilita acreditar que a imersão da mulher no trabalho, no magistério, não é algo natural, mas uma forma de convocação para assumir uma profissão, contribuindo com o sistema produtivo. Mas que profissões as mulheres deveriam exercer, considerando que as mulheres, por questões de implicação moral, não deveriam assumir qualquer atividade laboral? (BESSE, 1999).

Nesse sentido, pensando em uma profissão que não colocasse em risco a moral, os valores femininos, a educação da criança passou a ser a atividade imaginada para a mulher, visto que o ato de educar era “natural” para a mulher, ela tinha o “dom de educar”, devido à maternidade. Além disso, o ser da figura feminina possuía outros atributos importantes para o

---

<sup>2</sup> Lei Nº 1.439, de 19 de agosto de 1920, Artigo 1º Ficam equiparados à escola Normal da Bahia os collegios de meninas mantidos pelos bispos de Caetité e Barra do Rio Grande mantêm naquellas cidades, satisfazendo as exigências da lei n. 637, de 14 de Agosto de 1906 e da fr n. 1.239, de 9 de novembro de 1918.

<sup>3</sup> Faria Filho e Macedo (2004) chamam atenção que é preciso pensar sobre questões como a “desmasculinização do magistério [...] no incremento do processo de escolarização, e nas transformações pelas quais passava a própria instituição escola”.

magistério, como cuidado, docilidade, desapego, atividade de amor, de entrega e doação. Assim, o magistério foi se constituindo para a mulher um verdadeiro “sacerdócio”, prevalecendo os valores morais em detrimento dos sociais, quando os meninos e meninas passariam a ser percebidos como filhos e filhas espirituais das professoras (LOURO, 2004, p. 449). Legitimando entrada da mulher no magistério, a escola corresponderia a uma extensão do lar e da igreja, e o afastamento do homem das salas de aula destinadas ao ensino infantil e primário; considerando que o masculino não teria os atributos necessários para educar os pequenos, as mulheres seriam “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras” (LOURO, 2004, p. 450), assim o trabalho feminino se mostrava mais valioso do ponto de vista moral do que social.

Esses discursos em torno da profissionalização feminina, tão debatidos na esfera internacional e nacional, também atravessam o processo de formação das mulheres do sertão da Bahia, o que é evidente nos propósitos educacionais da reforma do ensino. As publicações da Revista de Educação da Escola Normal, e as narrativas das ex-normalistas que colaboraram com a pesquisa, permitem-nos, também, perceber como esse período foi significativo para mulheres sertanejas, que através das experiências, das transgressões, da submissão às leis, em meio a um contexto social marcado pelas sobreposições de relações de poder exercido sobre a mulher, contribuíram para elaboração de uma identidade de gênero que ilustra a figura do masculino e feminino, nos assuntos que envolvem a formação do professor e da professora primário do sertão baiano.

São amplas as discussões e grande o empenho em função das mudanças na educação brasileira nas últimas décadas, sobretudo em meados dos anos de 1980, com a consolidação da Constituição de 1988. Período de muitas reformas educacionais, o investimento em pesquisas em vários campos de estudos torna-se primordial para pesquisas em História da Educação, desde as questões que envolvem o currículo, financiamento da educação, formação de professores, bem como os aspectos relacionados a gênero, raça (etnia) e classe. No entanto, as pesquisas educacionais relacionadas às relações de gênero passam a ter destaque no Brasil somente em meados dos anos de 1990. Porém, a produção de conhecimento referente à redução da desigualdade de gênero nas mais diversas áreas de conhecimento, em especial a formação matemática do professor que atua na educação básica, ainda é extremamente escassa, seguindo a escopo das investigações relacionadas a gênero na educação.

Sabemos que os estudos em História da Educação no Brasil, a exemplo de Guacira Lopes Louro (1994, 1995), Jane Soares de Almeida (1996), Martha Leone Lima (2006), Fúlvia Rosembeg (2001), dentre outros, chamam a atenção para as diferenças de gênero reguladas por

um sistema educacional de ensino, do século XIX; ou melhor dizendo, desde a implantação do sistema de ensino brasileiro, tem-se impossibilitado a participação das mulheres nos setores educacionais, seja como alunas ou como professoras, diretoras, inspetoras de ensino. Até hoje, percebemos certa intranquilidade no campo de atuação das mulheres, quando o homem ainda ocupa os diversos setores profissionais, mesmo que o contexto histórico aponte para as diversas possibilidades de atuação da mulher, nos mais diversos setores da sociedade, seja no campo educacional ou não.

### **Uma mirada para a presença feminina no ensino da Matemática**

Como se sabe, no decorrer da história, a presença masculina também se destaca no universo da matemática, e os discursos das mulheres, muitas vezes, apresentam-se como reprodução do discurso masculino. Verifica-se, ainda, que os homens não as deixam atuar na condição de sujeito da história e da cultura. Nesse sentido, Perrot (2007) e Marilena Chauí (2019) ajudam-nos a entender que ao longo da história vamos encontrar discursos sobre as mulheres e discursos proferidos por mulheres, que não foram elaborados por elas. “[...] as mulheres não falam, não temos um discurso das mulheres, [...] um discurso para as mulheres, elas são destinatárias, elas não são produtoras de discurso” (CHAUÍ, 2019).

Poucas são as pesquisas relacionadas a gênero e Matemática, conforme ressaltam Souza e Fonseca (2010) na introdução do livro *Relação de Gênero, Educação Matemática e Discurso – enunciado sobre mulheres, homens e matemática*. As autoras discutem o tema considerando que as pesquisas aparecem como uma novidade no campo da Educação Matemática no Brasil. Acreditam que é preciso ter um olhar apurado para as relações de gênero e matemática, de forma que não se deixe prender em armadilhas que venham a consentir em defesa da matemática como competente ao masculino e as afirmações de que ser bom em matemática faz parte da natureza masculina, onde a razão é própria aos homens e emoção ao feminino.

Importante salientar que Michel Foucault (1972, p. 64) considera que os discursos “não são, como poderia se esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras”. Assim, a ideia de análise de discurso proposta pelo autor possibilita “não mais tratar o discurso com um conjunto de signos de elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1972, p. 62). Além disso, as ideias de Marilena Chauí sobre o discurso e não discurso das mulheres ajudam-nos na compreensão das relações de gênero estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem da matemática no universo da Escola Normal de Caetité, bem como a entender

as representações de poder que foram instituídas sobre a formação da professora primária, e que apontam para a desigualdade de direitos e tratamentos, mesmo com as tentativas de trazer o discurso de gênero para o centro dos espaços ocupados pelas mulheres, onde até hoje é possível apontar desigualdade de direitos e deveres.

O papel da mulher na história tem sido de indivíduos que produziram e produzem conhecimentos e, de diversas formas, ao longo da história, esses conhecimentos foram e são apropriados pela figura masculina. Nesse sentido, Marilena Chauí<sup>4</sup> informa-nos que a mulher pertence ao campo da cultura e da história e o homem é a cultura e a história, e que durante muito tempo o pensamento não é reservado para elas, “a mulher é reservada ao particular e o homem ao pensamento universal, a ciência, a arte” (CHAUÍ, 2019). Entendemos que a mulher, mesmo presente no campo da ciência, muitas vezes é camuflada, uma vez que produzir conhecimento diz respeito ao universo do público, que é destinado exclusivamente à figura masculina.

No entanto, a história das mulheres nas pesquisas tem se tornado destaque nas estatísticas atuais, ao mesmo tempo apontam que a participação das mulheres sempre foi muito reduzida, sendo necessárias, nos últimos anos, políticas de incentivo à valorização da mulher no cenário da produção de conhecimento. No Brasil, temos como exemplo “O Programa Mulher e Ciência” que foi lançado em 2005 por um grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), tendo como finalidade estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País; promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. As estatísticas atuais registram que em média 54% dos estudantes de doutorado no Brasil são mulheres, o que representa um aumento de 10% nas últimas duas décadas. Esse número se aproxima de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, em 2017 o número de mulheres no doutorado ficou em torno de 53%. Mas esse número, tanto no Brasil como em outros países, oscila muito de acordo com a área de conhecimento, pois nas ciências da vida e na saúde, a mulheres chegam a mais de 60%, enquanto na matemática, na área das exatas, esse número é muito reduzido, atingindo menos de 25% (NEGRI, 2020).

O Biênio da Matemática 2017-2018<sup>5</sup> nasce com o propósito de promover o desenvolvimento da educação no país, após a disputa do Brasil com mais de 140 países para

---

<sup>4</sup> Curso: Afinal o que pensam as mulheres? Casa do Saber.

<sup>5</sup> Foi proclamado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei Ordinária 13.358 de 07 de novembro de 2016, e conta

sediar em 2017 e 2018 as Olimpíadas Internacionais da Matemática (IMO-2017) e o Congresso Internacional de Matemática (ICM-2018), pelo Aplicada (IMPA) e a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Em prol desse evento, muitas foram as ações que trouxeram a Matemática, a Ciência e a Tecnologia para o centro da comunicação, impactando milhares de pessoas.

No que diz respeito à Matemática, em janeiro de 2018, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em parceria com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), lançou o relatório “A Matemática Brasileira 2018”. Esse relatório apresenta um cenário da matemática no país nas últimas décadas e, dentre diversos temas que nos fornecem uma ideia do progresso do ensino da matemática desde o ensino fundamental até a pós-graduação, o relatório chama atenção para a participação da mulher nesse cenário, menciona a primeira brasileira a obter o título de doutora em matemática, Marília Chaves Peixoto, em 1948, seguida de outras duas pioneiras no campo, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Elza Furtado Gomide, que se graduaram em 1949. O relatório registra, também, que a pesquisa de matemática no Brasil iniciou por volta dos anos de 1948, mesmo que seja muito recente a inserção da mulher na pesquisa as estatísticas apontam que a participação das brasileiras aproxima-se de muitos países da Europa ou da América do Norte.

As mulheres totalizam cerca de 42% dos estudantes que ingressam na graduação em matemática, e entre os que concluem elas são quase a metade: 48%. Na pós-graduação, elas são 27% entre os que obtêm o título. O número de professoras na graduação se aproxima de 40% nas instituições federais e estaduais. Ainda nesse relatório podemos constatar outros movimentos que incentivaram a participação da mulher no campo da matemática, como: os Grupos de mulheres matemáticas, professoras e estudantes, que se constituíram em várias universidades, as reuniões específicas, como o Encontro Paulista de Mulheres na Matemática, que emanam das discussões sobre diversas questões enfrentadas pelas mulheres no campo da matemática. Enfim, os anos de 2017 e 2018 foram de suma importância no que diz respeito às mulheres em matemática no Brasil, “com um ciclo nacional de debates e mesas-redondas, intitulado ‘Matemática: substantivo feminino’, planejado para ter lugar em várias universidades federais e estaduais. Isso foi parcialmente provocado e pode ser pensado como uma colaboração para o próximo World Meeting for Women in Mathematics (WM), que deverá ter cerca de 600 participantes”<sup>6</sup>.

Em 2019, um grupo de três pesquisadoras brasileiras, Cecília de Souza Fernandez, Ana Maria Luz Fassarella do Amaral e Isabela Vasconcellos Viana, ao perceber a falta de

---

com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Educação.

<sup>6</sup> Relatório sobre a Matemática Brasileira, IMPA, SBM, em 2018.

representatividade de mulheres na matemática, publicam pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) um livro intitulado *A História de Hipácia e de Muitas Outras Matemáticas*, que traz em ordem cronológica a vida de 15 matemáticas. As autoras, no prefácio do livro, deixam clara a intenção de apresentar “o lado feminino da Matemática”. Segundo elas, o livro surgiu do resultado da dimensão extensionista do projeto Mulheres na Matemática da UFF, um portal, criado em 2017, destinado a apresentar dados sobre a participação feminina na área. Em entrevista à Revista GALILEU, uma das autoras revela que o livro tem como propósito incentivar jovens interessadas na área de exatas e que não a seguem por falta de identificação e desconhecimento de que há mulheres na profissão, pois considera que mostrar modelos femininos ajuda a mulher a ingressar na carreira.

Nessa mesma direção de incentivo à mulher no campo da pesquisa, em 2017 foi lançado o filme “Estrelas Além do Tempo”. Ele mostra a história quase inacreditável de três mulheres negras, nos anos de 1960, época em que as leis de segregação racial vigoravam nos Estados Unidos, e como o conhecimento delas foi fundamental no avanço tecnológico que permitiu a ida do primeiro americano ao espaço, visto que atuaram em computadores, compilação de cálculos matemáticos avançados.

Percebemos, nessas duas obras, que historicamente foi negado ou sonogado à mulher o direito a ciências, e quando feita a escolha pela carreira cientista, a mulher se depara com conflitos de diversas ordens. Um dos conflitos enfrentados pelas mulheres quando escolhem a carreira acadêmica está na ordem da maternidade, considerando que sua função era cuidar da casa e da família. As mulheres não deveriam ter acesso ao saber, já que “Saber é poder”. Essa ideia foi difundida por vários pensadores, “de Platão ou Aristóteles a Francis Bacon ou Michel Foucault defendem uma relação muito próxima entre as informações que constituem o saber e o poder decorrente dele. Produzir saber gera poder e o poder foi negado às mulheres por séculos” (FERNANDEZ; AMARAL; VIANA, 2019, p. 9). Partindo do princípio de que a matemática é a base para todas as ciências, tanto o livro como o filme mostram que a mulher, por séculos, ficou distante do conhecimento matemático, e as que produziram saber matemático e muito contribuíram para a ciências ficaram por muitos anos no anonimato.

No que tange ao percurso traçado pelas mulheres, apresento o resultado de um trabalho de pesquisa que mobiliza diversas fontes relacionadas à Escola Normal de Caetité, no estado da Bahia, no período 1926-1956. Trabalhei com documentos salvaguardados no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), no Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) e em arquivos particulares de egressas da Escola Normal de Caetité. Mobilizo, também,

aqui, narrativas de egressas da Escola Normal e os modos de aproximação com os interlocutores que tornaram possíveis as condições de produção da pesquisa.

Vivenciei uma série de obstáculos ao tentar levar adiante a pergunta de pesquisa, dentre os quais cito as restrições, referentes ao acesso aos documentos, impostas pelos organizadores dos acervos. Então, os documentos localizados, na sua maioria de caráter administrativo, e os documentos pedagógicos, focos primordiais do recorte, foram encontrados em número reduzido e pouco tributaram para a pesquisa. Os documentos contribuíram para a emergência de lacunas que dificultaram a sistematização de dados e, por conseguinte, colocaram em risco o percurso da pesquisa. Ao seguir um trajeto de diálogo com os moradores da cidade, entendi que as histórias registradas nos documentos abrigados nos arquivos pareciam corresponder aos interesses de grupos relacionados à organização dos acervos, especialmente de grupos que se consideram intelectuais encarregados de gerir a historiografia local, deixando de fora, a meu ver, experiências de pessoas que participaram e presenciaram os episódios de interesse para a presente pesquisa.

Frente a esse cenário, fui em busca de nomes de pessoas presentes na história, mas silenciadas nos documentos consultados até então. Nesse movimento, surgiram as narrativas das normalistas, o que trouxe nova conotação para a história de formação matemática e das relações de gênero no contexto da Escola Normal de Caetité. Destaco que iniciei o doutoramento acreditando que era possível elaborar uma compreensão acerca do ensino, da aprendizagem da matemática e das relações de gênero que permeiam as ideias referentes ao raciocínio matemático, propondo-me a identificar e analisar os discursos sobre a relação entre o ensino e a aprendizagem da matemática na formação de professoras primárias no período 1926-1956 na cidade de Caetité-BA, sem tangenciar as histórias de vida dessas senhoras que colaboraram de forma decisiva com a pesquisa.

Mediante as restrições dos documentos e a riqueza de detalhes das narrativas das colaboradoras, percebi que era preciso trazer para a pesquisa as experiências vividas por essas senhoras, em diferentes tempos, nos distintos lugares por onde transitaram desde o acesso à primeira escola, ou como normalistas, professoras, filhas, esposas, e daquelas que não se casaram, mas assumiram a responsabilidade de educar os irmãos e seus alunos, ou seja, buscando valorizar o que aparece nos relatos dessas mulheres, no decorrer da sua formação; não mais o processo de formação escolar era o mais importante para a pesquisa, mas os sujeitos como agentes sociais, considerando o contexto social onde desenvolvemos nossas práticas e nos educamos.

Assim, as fontes permitiram-nos transitar pelas representações sobre os sujeitos sociais, as normalistas, que também se constituíram enquanto professoras primárias no deslocamento das meninas do interior da sua família ao interior da cidade, para uma profissão, que se instituiu como lugar de emancipação dessas mulheres, no seu transitar pelos diversos espaços sociais que a cidade lhes oferece, com todas as limitações morais dos preceitos da educação patriarcal da época, mediante o acesso à instrução que passa a viabilizar a emancipação dessas mulheres, seja “por meio de sua participação social ou por um trabalho remunerado” (NASCIMENTO, 2004, p. 56).

As narrativas trouxeram possibilidade de obter conhecimentos que não estavam registrados em lugar algum conhecido, que se apresentaram nas narrativas das colaboradoras, nas minhas anotações, na elaboração e reelaboração dos meus pensamentos, que foram se refazendo no contato com as fontes e a cada pequeno gesto das ex-normalistas.

Dessa maneira, percebia claramente que as lembranças eram elaboradas e reelaboradas enquanto tomávamos um cafezinho no final da tarde, após ser convidada para ir à casa das colaboradoras para buscar uma foto, um broche, uma caderneta, um livro, objetos encontrados em meio aos pertences (cuja existência não era revelada nos primeiros encontros); ou no decorrer de um encontro casual no final da missa, ao ser apresentada a um parente, ou colega de carreira; ou mesmo durante uma ligação, realizada por algumas delas, para falar sobre o professor e as aulas de matemática, ou do encontro com uma colega que também denunciaria o professor de matemática: “*um bom professor, mas não sabia ensinar, não aprendíamos nada com ele, pensava que só eu achava isso, mas duas amigas que encontrei após nossa conversa disseram a mesma coisa*” (Zaira, fevereiro de 2019); ou no significado de uma foto encaminhada pela rede social. É importante registrar que nada aconteceu por acaso, nem foi dado *a priori*, foi mobilizado a partir do momento do primeiro contato com as colaboradoras, quando relatei que tinha como propósito investigar o processo da formação matemática do professor e da professora primária na Escola Normal de Caetité.

Os documentos e as narrativas permitiram que trilhasse por diversos caminhos, envolvendo o contexto familiar, as experiências<sup>7</sup> vividas, as representações<sup>8</sup> elaboradas pelas

---

7 A *experiência* aparecerá ao longo do nosso trabalho como uma categoria de análise. Para tanto, utilizamos como referência a obra *Os românticos* (2002) de Edward P. Thompson, e dialogamos também com pesquisadores que se baseiam no autor, a exemplo de Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010).

8 Sobre a *categoria representações*, ver O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, n. 11(5), 1991.



participantes da pesquisa sobre o processo de formação da professora primária, bem como as relações de poder<sup>9</sup> exercidas sobre a mulher no contexto familiar, escolar e social.

Nesse percurso, foi preciso compreender que tratar da formação matemática de professoras e professores primários e das relações de gênero<sup>10</sup> estabelecidas entre o ensino e a aprendizagem da matemática poderia tornar-se impossível se não extrapolássemos o universo dos documentos localizados nos arquivos. Para encontrar com mulheres que vivenciaram a experiência de ser normalista, procuramos valorizar suas narrativas e apreciar o lugar da normalista, com o olhar da professora do Curso de Licenciatura em Matemática, atuando no processo de formação do professor de matemática, mas tendo a consciência de que o meu objeto de estudo se encontra na conjuntura da História da Educação, considerando que todo processo de formação dá-se nas relações sociais que envolvem as práticas cotidianas de pessoas, sejam elas homens ou mulheres. E que a formação matemática da professora primária no universo do ensino normal ocorre em um contexto relacional, entre homens e mulheres, que hierarquicamente vão assumindo papéis distintos nos espaços sociais, atravessados por relações de gênero e relações de poder, que vão determinar as ações dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, Bourdieu (2019) ajuda-nos a pensar o contexto relacional da formação matemática da professora primária, muitas vezes marcado pelo poder de dominação masculina, considerada como uma forma sutil de violência, que o autor avalia como “violência simbólica”, que vai demarcar espaços diferenciados de atuação de homens e de mulheres, onde se exerce o que o autor chama de “poder simbólico”, poder que possibilita a “construção da realidade” que passa a dar “sentido imediato para o mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 1989, p. 9, destaque do autor).

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem [...] de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 2019, p. 41).

O sentido imediato do campo da matemática como ciência pode ser percebido como uma ciência que estabelece um sentido para as coisas do mundo.

---

<sup>9</sup> Quanto à categoria relações e poder, dialogamos com o conceito de “poder” a partir da obra de Michel Foucault *Vigiar de Punir: nascimento da prisão* (2014).

<sup>10</sup> Pensaremos gênero como categoria de análise, dialogando com as contribuições de Joan Scott, no artigo *Gênero: Uma Categoria útil para análise histórica*, e também com Michel Foucault. E abordamos o conceito de gênero distanciando da ideia de desigualdade fundamentada nas diferenças físicas e biológicas, mas nos aproximando do seu caráter social, histórico e político (SCOTT, 1992; 1995).

## A tese e seus capítulos

Nesta Tese, abordar a História da Educação e a História da Educação Matemática não significa seguir uma cronologia linear. Nela, resolvemos abordar as experiências dessas mulheres como protagonistas de suas histórias por meio da produção e análise das narrativas de suas lembranças da família, lembranças da escola, dos deslocamentos (vários geográficos, simbólicos, geracionais, escolares etc.), as quais destacamos ao longo no texto. Em conjunto com os documentos escritos localizados nos arquivos, as narrativas ajudaram-nos a construir novos caminhos para contar uma história da formação de mulheres professoras primárias que também ensinaram matemática no primário e no curso normal.

A Tese está organizada em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. A ênfase no primeiro capítulo, **Arquivos, Fontes e Teorias: Os Caminhos Teóricos e Metodológicos da Pesquisa**, diz respeito às questões que julgamos pertinentes sobre os caminhos teórico-metodológicos traçados para a pesquisa. Se, no início, este caminho não foi confortável, já que ao meu olhar era da pesquisadora iniciante em História da Educação, tudo era muito novo e, mesmo, às vezes, desagradável, ao longo da pesquisa pude descobrir seus encantos. Nele contaremos parte da histórica do encontro com as fontes, das decisões sobre os documentos dos arquivos, o trabalho com as narrativas produzidas com base nos pressupostos da História Oral, as vicissitudes e dificuldades trazidas pela pandemia.

No segundo Capítulo, intitulado **Cenários e Cenas de Histórias Vividas**, buscamos dar visibilidade à construção do cenário da pesquisa, mobilizando, desde o início, elementos das cenas trazidas pelas narrativas e pelos documentos encontrados nos arquivos, os quais trouxeram informações importantes para elaboração da trama que se quer contar. Acreditamos que essa construção possibilitará ao leitor elaborar seu próprio olhar para os lugares físicos e simbólicos de formação das professoras e professores primários, protagonistas na história da educação na cidade de Caetité. Ajudará, também, a compreender que as experiências vividas pelas normalistas extrapolam o espaço da escola e que, ao transitar pela cidade de Caetité, contribuem para a organização dos espaços sociais, com seus acessos permitidos e/ou restritos, que também fazem parte do processo de formação da mulher professora primária.

O Terceiro Capítulo tem como título **Cenário Educacional e a Formação da Professora Primária**. Nele apresentamos uma breve discussão sobre as disciplinas que constituíram o programa da Escola Normal de Caetité no período de 1926-1956, procurando entender o contexto de formação junto com as disciplinas que compunham o programa das

escolas normais da Bahia. Aqui, buscamos demonstrar que a formação matemática do professor e da professora primária não acontece de forma isolada, mas no processo de interação com as práticas de professores e professoras que atuaram na Escola Normal de Caetité.

No Quarto Capítulo – **Experiência Social, Matemática e Poder** – aparecem as lembranças elaboradas pelas ex-normalistas relacionadas às experiências vividas em família e à Matemática, bem como às relações de gênero e poder instituídas pelos preceitos sociais que viveram nos cenários da Escola. Buscamos perseguir, assim, a ideia de que essas relações perpassam todas as áreas do conhecimento, e não só a área de matemática, e trazem importantes constrangimentos para a construção do lugar ocupado por mulheres professoras primárias no cenário socioeconômico e sociocultural.

As considerações finais trazem uma análise sobre o processo da formação da professora primária, pela dimensão pessoal e social, atravessada pelas relações de gênero e poder no decorrer da vida.

## CAPÍTULO I

### 1 ARQUIVOS, FONTES E TEORIAS: OS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A Escola Normal de Caetité foi criada por meio da determinação da Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, como uma instituição mantida e administrada pelo Estado. Com inauguração em 21 de abril de 1926, a escola, gratuita, destinada à formação de professores para atuar na educação primária e com a expectativa de formar mestres com “nova mentalidade pedagógica” e com o propósito de descentralização do ensino da capital (TEIXEIRA, 1925), veio modificar o panorama educacional do Alto Sertão da Bahia.

O discurso de Anísio Teixeira (1925) referente aos ideais para o funcionamento da Escola Normal de Caetité apresentava uma proposta de educação liberal, que permitisse a todos o acesso a um grau de instrução que abrangesse a toda população, uma instrução que divergia de um discurso conservador. Tratava-se de uma instrução que passou a ser desejada por muitas mulheres, uma vez que possibilitava-lhes um processo de emancipação, através do exercício do magistério, profissão considerada nobre e valorizada no âmbito de toda a sociedade.

A Escola Normal de Caetité também proporcionava um reforço aos valores e princípios das classes dominantes, como podemos constatar no livro de registro de atas das sessões da congregação e solenidades de colação de grau e no livro de posse de professores, pois há um número significativo de nomes de professores, professoras e normalistas das referidas classes. Nogueira (2010, p. 33) considera que a Escola Normal em Caetité passa a ser “um canal de possibilidade abertas no espargir de reflexos e influências às mulheres de outros extratos sociais”. Mulheres que representaram a história do desenvolvimento educacional do Alto Sertão da Bahia, de forma muito tímida e muitas vezes reprimida, sendo visíveis suas contribuições para as mudanças no panorama histórico/educacional dessa região.<sup>11</sup>

Ao que tudo indica, revisitar a história da Escola Normal significa aproximar-nos das relações de implementação da instrução pública, principalmente com a instrução primária, visto que as ideias que atravessavam essa instituição estavam centradas na preparação de professores para atuarem nas escolas das primeiras letras, visando a uma formação que atendessem as demandas sociais que surgiam em consequência dos movimentos, após a Primeira Guerra

---

<sup>11</sup> Ribeiro (2009) e Nogueira (2010), em suas pesquisas, abordam a posição das mulheres no contexto sociocultural da cidade de Caetité, e consideram que o aumento significativo do número de professoras primárias, com formação adequada, passa a representar lentamente uma modificação efetiva no mundo feminino.

Mundial, quando o mundo precisou buscar mudanças para assegurar o desenvolvimento no campo tecnológico, científico e industrial. O que não foi diferente para o Brasil, para as províncias e as regiões mais distantes das capitais. Não é por acaso, pois, que Anísio Teixeira lembrava: “Ressaltamos, portanto, que uma educação que não prepara para ganhar a vida é uma educação parcial e incompleta” (Relatório de Anísio Teixeira, arquivo público de Caetité, 1928, p. 89).

Ribeiro (2009) e Nogueira (2010) consideram que o aumento significativo do número de professoras representou lentamente uma modificação afetiva no universo feminino do Alto Sertão da Bahia. A princípio, a maioria das mulheres não segue a carreira do magistério, mas, mesmo assim, é importante considerar que as primeiras professoras, compondo a sociedade sertaneja, seja na sala de aula ou nas suas atuações no entendimento social, no seio familiar, possibilitaram novas perspectivas de acesso à leitura, informações e absorção de conhecimentos, o que faz diferença na oscilação das estruturas de permanência naquela sociedade (DICK, 2008).

Com propósito de compreender os processos históricos da formação matemática das professoras primárias do Alto Sertão da Bahia, no período 1926-1956, concentramos a ênfase da pesquisa na inquietação de estudar a formação e a atuação das professoras primárias, que se formaram na Escola Normal de Caetité, considerando a relação entre o ensino e aprendizagem da matemática, e as relações de gênero, buscando desnaturalizar o lugar da matemática como lugar do homem. Para isso, procuramos por fontes documentais, guardadas em arquivos públicos e privados, nas narrativas orais de professoras primárias que estudaram na Escola Normal de Caetité, através de entrevistas produzidas mediante os pressupostos da História Oral.

### **1.1 As fontes documentais**

O arquivo é o lugar onde são guardados documentos, os quais podem ser de várias naturezas, Federais, Estaduais, Municipais, institucionais, comerciais e pessoais, que podem ou não estar disponíveis para serem consultados, fornecendo informações ou documentos para reconstruir e escrever a história. Os arquivos também são entendidos como espaços nos quais habitam interpretações sobre os acontecimentos e, por isto, férteis como campo de pesquisa (COMAROF; COMAROF, 2016; CUNHA, 2004).

O arquivo é ainda, o espaço que exhibe uma imagem social referente aos acontecimentos históricos de uma cidade, de determinados grupos ou instituições sociais, que nele depositam seus documentos. No entanto, o arquivo também registra o esquecimento, quando diversas

gerações, ao cuidarem dos arquivos, excluem documentos que julgam dispensáveis, indesejados, incompreendidos, que constituem a memória em construção de um lugar. Nesse sentido, o arquivo é um lugar para se recordar o passado ou para se esquecer alguns aspectos da história.

Mesmo constituindo-se em um espaço que sofre limitações por aqueles que têm a autoridade de arquivar, é presumível, através da sutileza encontrada nas fontes abrigadas nos arquivos, fornecer outras explicações para a memória que elabora e testemunha. Arlette Farge lembra que:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de memória. O arquivo não escreve páginas de história (FARGE, 2017, p. 14).

Deste modo, os arquivos não se constituem em uma história, eles trazem “fragmentos da verdade” (FARGE, 2017, p. 15), representam elementos que compõem as fontes das pesquisas; mas, como todas as fontes históricas, só falam quando interrogados.

### ***1.1.1 A busca por documentos no arquivo do IEAT***

Os arquivos previamente mapeados para a pesquisa foram o Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), Arquivo Público de Caetité-BA e arquivos particulares, dos quais eu tinha notícia através de familiares de ex-alunos(as) da Escola Normal. Assim, os primeiros passos na busca por documentos, para a produção dos dados, foram em direção ao arquivo do IEAT, onde se abriga parte da documentação da Escola Normal de Caetité. Antes de mencionar a primeira experiência no arquivo, preciso relatar como o idealizava: um espaço que guarda, com muito zelo, a história da Escola Normal de Caetité, símbolo majestoso da educação no Sertão da Bahia, onde os documentos deveriam estar à disposição daqueles que desejam contar a História da Educação de Caetité, que sempre foi motivo de orgulho para a população caetiteense e regiões circunvizinhas, pois são diversos os depoimentos sobre a importância da Escola Normal para o desenvolvimento intelectual da população.

Inicialmente, foi difícil entender por que nem toda a documentação da referida escola estava preservada. Hoje, percebo com naturalidade os limites da instituição no processo de conservação de tais documentos. Infelizmente, ela não é a única e compartilha, com centenas ou milhares de outras escolas do Brasil, as mesmas dificuldades.

O acesso aos documentos da Escola Normal de Caetité tornou-se uma grande expectativa para mim, uma vez que a minha trajetória pela História da Educação não passava de simples curiosidade, muitas vezes a história surgia como mera ilustração para meus trabalhos. No que diz respeito à organização, o arquivo encontra-se em constante fase de movimento no sentido de encontrar caminhos que viabilizem a catalogação dos documentos, com o propósito de serem disponibilizados ao público. O que justifica o acesso restrito dos pesquisadores aos documentos, além da falta de espaço para o manuseio do acervo. Os documentos encontram-se dispersos em armários, e há um número insuficiente de funcionários para realizar as ações necessárias à organização e catalogação do acervo. O que, muitas vezes, inviabilizou a consulta aos documentos.

Nesse arquivo, localizei as seguintes fontes documentais: livro de registro de atas, cuja primeira ata trata da solenidade de instalação da Escola Normal (Anexo A) em 21 de abril de 1926, constando nesse mesmo livro os registros das solenidades de colação de grau e sessões da congregação do período de 1926 a 1997; livros de resultados de exames de admissão (datas lacunares); livros de nomeação e posse de professores e professoras, livros de matrícula, livro com registro de diplomas por ordem alfabética de 1926 até 1936; pasta dos(as) alunos(as) de (1940-1960), livros de resultados finais (notas); livros de atas de exames de 2º época; pasta de professores (número reduzido e incompleto); livro de registro de atendimento dentário; livro de ponto dos professores; livro de registro de posse dos professores; livro de correspondências expedidas e recebidas; recortes do Jornal<sup>12</sup> A Penna (número reduzido de manchetes).

Conforme pude apreender e verificar, os documentos não são neutros, carregam consigo as marcas das pessoas que os escreveram e do seu tempo, o que nos inspirou muita cautela quanto ao uso dessas fontes, principalmente não julgar que o “documento é a verdade” (BACELLAR, 2006, p. 64), ficar atentos às circunstâncias e aos interesses dos que os produziram em sua época. Nessa mesma perspectiva, Foucault, em seu livro *Análise do discurso*, considera que discurso é efeito de sentido entre locutores. O sentido não está em pessoas, documentos ou receptores, mas surge da relação entre texto, autor e receptor. Carlos Bacellar (2006) também chama a atenção para a importância de contextualização da documentação, para a necessidade de entender o texto no contexto de uso da época. Em resumo, é preciso ter desconfiança das palavras. É importante ficar atento para os significados das palavras, visto que em cada época e lugar as palavras apresentam significados distintos, sendo preciso considerar os diferentes padrões de escrita.

---

<sup>12</sup> Jornal A Penna – primeiro jornal do sertão e o segundo do interior baiano, circulou de 1897 até 1930.

Quanto aos documentos, deparei-me ainda com várias caixas, dispersas por estantes e pelo chão de um espaço reduzido, que abrigam vários objetos utilizados em diferentes épocas em laboratórios, na rádio escolar, além de quadros com fotografias dos professores, desgastados pelo tempo. A organização das caixas e pastas não obedece a uma ordem para facilitar o acesso à documentação. Esse foi o primeiro desafio, dentre muitos outros a serem superados no percurso da pesquisa. Em uma de nossas conversas, Luciano Mendes (orientador) destacou que a “ordem dos arquivos não é a ordem da pesquisa”. Esta frase aloca meus pensamentos em outra direção, não mais de frustrações, mas de reelaboração das ideias. Assim, fui me apropriando da ideia de ser “normal” a existência de arquivos que reservam alguns armários, estantes para abrigar quantidade reduzida de documentos, sem obedecerem a uma lógica de organização, uma sequência de datas.

A princípio, propus-me organizar a documentação de 1926 até 1960, considerando que naquele espaço encontram-se documentos datados de 1926 até 2015. No primeiro semestre de 2017 consegui deslocar dois alunos, monitores voluntários, para o arquivo. Assim, iniciamos um processo de separação de documentos por natureza. À medida que avançávamos, íamos descobrindo que os documentos do período referente a minha pesquisa eram de cunho mais administrativo, alguns em estado de conservação bastante precário, outros em perfeito estado. Não conseguimos localizar cadernetas de professores e documentos de natureza pedagógica. Quando sentíamos que os trabalhos em direção ao arquivo estavam avançando, para nossa surpresa, no final do segundo semestre 2017, o acesso dos monitores ao arquivo passa a ser negado, com restrições e exigências, ocasionando incompatibilidade de horário para os alunos. Em seguida, ocorre a reforma da escola. Nesse momento, passei a me preocupar com o trabalho que havia iniciado, organização da documentação, para dar início ao processo de catalogação e análise dos documentos que julgava importantes para minha pesquisa.

Após a reforma da escola, o acesso ao arquivo ficou mais restrito, novas regras foram estabelecidas, sempre na dependência de uma única funcionária, que me acolheu desde o primeiro semestre 2017, após autorização da direção da escola. Ela ajudava a localizar os documentos referentes à Escola Normal, no entanto seu horário de trabalho era dividido entre o arquivo e a secretaria da escola, fato que dificultava a permanência no arquivo para a busca da documentação, pois o acesso só era permitido na presença da referida funcionária.

Com a intenção de ampliar nossas fontes de pesquisa, como já estava previsto no projeto inicial, passamos às nossas buscas nos acervos de documentos referentes à Escola Normal no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), onde encontramos pistas sobre a Escola Normal de Caetité: nas edições do *Jornal A Penna*, que circulou em 1856-1930 traz várias



manchetes sobre a educação de Caetité, na Revista de Educação da Escola Normal<sup>13</sup>, em relatórios de estágio, em algumas provas, em exercícios de matemática, em fotos da cidade de Caetité do início do século XX. O contato com as colaboradoras da pesquisa também permitiu o acesso a outras fontes, como álbum de formatura, fotos da parte externa da Escola Normal, fotos de desfiles cívicos, caderno de dedicatórias, caderno de recordações onde os hinos apareciam na forma de dedicatórias dos colegas, fotos demonstrando atividades de matemática e geografia através da brincadeira de pular corda, fotos de professores com as turmas, cadernos com anotações.

Esses documentos (livro de ata, livro de registro de notas, livro de registro de correspondência, livro de registro de diplomas, livros de nomeação dos professores e professoras, livro de registro dentário, pastas de alunos e alunas, pastas de professores e professoras, recorte de jornais, dentre outros), encontrados entre os mais diversos documentos produzidos desde os anos 20 do século XX e a primeira década do século XXI no arquivo do IEAT, não estavam organizados conforme uma lógica de arquivamento. Dessa forma, no percurso da pesquisa, o arquivo começa a mudar o perfil, os documentos ainda estão dispersos por vários armários, porém estão sendo separados, para que, futuramente, outros pesquisadores não experimentem as mesmas limitações de acesso aos documentos que ali estão guardados.

Foram muitas visitas aos arquivos do IEAT dedicadas a procurar por acervos de documentos que pudessem ampliar a visão histórica sobre a formação de professoras primárias no Sertão da Bahia na Escola Normal de Caetité. Ao vasculhar o arquivo do IEAT, passamos a compreender que os documentos nem sempre estão catalogados, organizados em gavetas ou em estantes, dentro de pastas identificadas, prontos para serem consultados. Em meio aos mais diversos imprevistos e surpresas, concluímos que todos os arquivos têm uma lógica de organização/desorganização, tudo depende do olhar de cada sujeito que transita por ele, e do valor atribuído aos documentos. Nesse sentido, Mignot (1997) conforta-nos, ao afirmar que

Investigar um arquivo desvendando uma trajetória é uma tarefa que não se realiza sem sobressaltos, surpresas, imprevistos. O manusear de velhos papéis, fotos, cartas, bilhetinhos, textos inéditos, recorte de jornais, convida a um folhear ziguezagueante que ante, enquanto se tenta colocar em ordem a desordem que é a vida. Guardados ao longo de anos, têm cheiro, cor, forma, textura, volume. Resistentes a roteiros preestabelecidos, os documentos maravilham, perturbam, seduzem. (MIGNOT, 1997, p. 39).

---

<sup>13</sup> *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*, anno I e anno II, circulação bimestralmente de janeiro de 1927 a junho de 1928. Typ – d’A PENNA - Gumes e Filhos, Caetité- Bahia, foram publicados oito exemplares, esses periódicos estão arquivados no APMC.

Esses documentos são ricos de uma memória escrita que se constitui em um conjunto de narrativas que, somado à memória não escrita referente às recordações e representações das ex-normalistas da escola normal e ex-professoras primárias do Alto Sertão da Bahia, buscando compreender as relações de gênero estabelecidas no interior da Escola Normal de Caetité, oferecem elementos que ajudam a responder à questão principal do projeto de doutoramento: como se deram as relações de gênero na formação matemática e na atuação de professoras da educação primária do interior do Estado da Bahia (1926-1956)?

Os documentos referentes à Escola Normal de Caetité, localizados no acervo do IEAT, em sua maioria, têm caráter administrativo e temporalidades diversas, com pouco aspecto de cunho pedagógico. A documentação encontrada mostra o que a escola tem privilegiado ou podido conservar em seus pequenos ambientes. Deste modo, os documentos de cunho pedagógico foram se perdendo com o tempo, o que tem dificultado as pesquisas sobre as ações e as práticas de ensino da referida instituição formadora de professores e professoras primários(as).

Na tentativa de encontrar elementos que possibilitassem a compreensão da relação de gênero no contexto de formação da professora primária na Escola Normal de Caetité, foi preciso estabelecer um diálogo com as fontes documentais localizadas no acervo do IEAT, do APMC e no acervo de duas das nossas colaboradoras, com atenção aos pequenos indícios, os vestígios, os sinais, que, muitas vezes, são pouco perceptíveis, e são reveladores da cultura de agentes e sujeitos da história, em consonância com o Paradigma Indiciário<sup>14</sup>, um dos pressupostos da micro-história, baseado na obra de Carlo Ginzburg, o *Queijo e os Vermes* (2006).

Como nos assevera Arlet Farge, “O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, desarticulados, [...]” (FARGE, 2017, p. 31). Assim, ao expor as experiências vividas no contato com os arquivos, julgo importante deixar para o leitor as considerações referentes ao que considero relevante sobre a imagem que construí quanto à importância do arquivo, na condição de fonte de pesquisa.

Por diversas vezes, vi-me paralisada diante da ordem/desordem encontrada no arquivo, mas foi ali que vivi a experiência da sutileza presente no encontro com as fontes do passado, que requerem, ao mesmo tempo, “afetividade e inteligência” por parte do pesquisador, como bem ressalta Arlete Farge (2017, p. 15), ou seja, percebi que o arquivo “mexe com a verdade e

---

<sup>14</sup> Paradigma Indiciário: é um conjunto de princípios e procedimentos centrados no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintomas. Na utilização do paradigma indiciário, valorizam-se as especificidades do objeto, reconhece-se o caráter indireto do conhecimento, diferem-se as causas a partir dos efeitos e exercita-se a imaginação criativa durante a pesquisa e a análise.

com o real” (FARGE, 2017, p. 32). Dessa forma, não importa saber como os documentos estão dispostos, o mais importante é viver a emoção de conseguir acesso a eles, considerando que os fatos que eles trazem nem sempre transcorreram como estão expostos, mas a autora chama nossa atenção para o fato de que o mais importante é “entender como se articulou a narrativa” (FARGE, 2017, p. 33), para compreender a verdade que pode ser extraída dos arquivos; mesmo que estes não tragam a verdade, eles dizem da verdade, tal como entende Michel Foucault (FARGE, 2017, p. 35).

O acervo do arquivo do IEAT guarda uma riqueza de documentos da Escola Normal de Caetité, documentos únicos, que não encontramos em outros arquivos da região. Entretanto, em função da falta de investimento para sua organização e preservação, tem ficado quase sempre esquecido, embora acessível a poucos pesquisadores da área de História e da História da Educação, que, muitas vezes, desistem e preferem os arquivos cuja documentação seja de fácil acesso. No entanto, desejei delinear um caminho de pesquisa pelo arquivo do IEAT, com o propósito de divulgá-lo, assim como outros pesquisadores já fizeram. Tenho a intenção, também, de colocá-lo ao alcance dos alunos da graduação e da pós-graduação, para, assim, chamar a atenção de pesquisadores para o arquivo do IEAT como lugar de memória da Escola Normal, memórias que esperam para serem interrogadas e convertidas em História da educação, História de outras áreas de conhecimentos, a nosso exemplo História da Educação Matemática.

A cada visita ao arquivo, ouvi vozes que estão silenciadas, mas o diálogo com a teoria e a empiria permitiu que as ouvisse, uma vez que o arquivo é lugar da memória e lugar para a história. A historiadora francesa Arlette Farge (2017, p. 94) também nos ajuda a perceber que “o arquivo oferece rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los; seu conhecimento é indispensável para tentar descrever depois a arquitetura da sociedade do passado”. Portanto, convenci-me de que em meio à desordem de informações fragmentadas, lacunares é possível constituir um *quebra-cabeça*, às vezes *imperfeito*, mas que nos permitirá narrar fragmentos da História da Educação na Escola Normal de Caetité.

A busca por informações, que pudessem nos ajudar a transcorrer sobre relações de gênero no processo de ensino e aprendizagem da matemática, deu-se no encontro das vozes das colaboradoras da pesquisa, com as narrativas dos documentos dos arquivos. Esse encontro de vozes conectado às informações dos documentos “oficiais” no transcorrer de toda a pesquisa pode ter ficado comprometido, considerando que o acesso aos documentos, como já foi mencionado, desde o início nos foi limitado. Ao superar essas limitações, deparamo-nos com

um problema maior, a Pandemia<sup>15</sup> causada pela Covid-19, o que exigiu da humanidade mudança de comportamento, para reduzir o índice de contaminação. Segundo protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS), era preciso o isolamento social, que nos limitou ao interior dos nossos lares.

Como não podíamos viajar, não poderíamos também entrar em contato com as colaboradoras pessoalmente, visitar os arquivos e nem ter acesso aos documentos, localizados anteriormente, na sua totalidade. Se a documentação já se apresentava de forma reduzida e fragmentada, nesse momento entendia que era quase impossível explorá-los. No entanto, decidimos que era preciso analisar, com muito cuidado, documentos já fotografados, tais como: o livro de registro de atas das solenidades e das reuniões da congregação; a Lei N.º 1.846, de 14 de agosto de 1925 e o decreto de N. 4.218, de 30 de dezembro de 1925 que regulamentam do Ensino Primário e Normal na Bahia; algumas manchetes do Jornal A Penna e artigos da Revista de Educação da Escola Normal de 1927 e 1928 relacionados à Escola Normal de Caetité e ao ensino de matemática. Portanto, foram consultados com muita cautela, para que pudéssemos perceber a materialidade e ressaltar os vestígios e indícios (GINZBURG, 2006) encontrados nos referidos documentos, com o propósito de nos aproximarmos, talvez de uma forma ingênua, das particularidades da formação matemática e das relações de gênero na Escola Normal de Caetité.

Ainda comungando das ideias de Carlo Ginzburg, também buscamos encontrar vestígios e indícios nas vozes e no que foi silenciado pelas nossas colaboradoras, referente às formas de aceitação ou subversão, no contexto social do qual fizeram parte como estudantes, mulheres atuantes na sociedade e/ou na profissão. Na maioria das vezes, esses vestígios podem ter sido velados, insuficientes ou até mesmo inexistentes. Mesmo assim, os poucos documentos em conjunto com as narrativas contribuíram para que pudéssemos nos aproximar dos ideais educacionais idealizados para o Curso Normal de Caetité, colaborando para que pudéssemos elaborar uma compreensão sobre as relações de gênero no contexto em que se deu o processo de formação matemática das professoras primárias no sertão da Bahia.

Foi preciso tomar cuidado para não constituir uma analogia entre os documentos e as narrativas, no sentido de constatar as conexões estabelecidas entre o texto e o contexto, visto que tínhamos uma escassez de documentos físicos sobre o cotidiano, sobre a dinâmica da prática da Escola Normal de Caetité. Assim focamos mais nas informações que as colaboradoras expuseram durante nossos encontros, e os documentos “dito oficiais” conduziram-nos ao

---

<sup>15</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma **pandemia** é a disseminação mundial de uma nova doença. Foi declarado pela OMS pandemia para a Covid-19, infecção causada pelo novo coronavírus.

encontro do panorama mais sistematizado do programa do Curso Normal da Escola Normal de Caetité, buscando as conexões com o que acontecia no contexto Nacional e mundial, com as relações de gênero instituídas no curso e que também foram destacadas nas narrativas.

## 1.2 A História Oral

Foram escutas difíceis e belas, pois os colegas entrevistados, homens e mulheres, nos recebiam em suas vidas e nos permitiram momento de encontro. Saíamos das entrevistas marcadas pelas histórias ouvidas. Elas nos provocavam transformações, desencadeavam reflexões sobre nós mesmas, num processo de autoanálise, em que nos perguntávamos sobre o que havíamos escutado sobre a nossa própria condição e experiência de professoras [...]. Como ler e escutar os relatos (PAULA; AUAREK, 2012, p. 35).

Como já mencionamos, as fontes mobilizadas em nossa pesquisa são compostas por documentos impressos do período da pesquisa e por narrativas de senhoras que estudaram na Escola Normal de Caetité, com idade entre 80 e 94 anos. Por isso, tomamos a História Oral como metodologia de pesquisa, com o propósito de articular o falado com os documentos escritos.

A concepção de História que temos hoje, em particular a História Oral, teve como precursores os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, com o surgimento da Escola dos Annales, no início do século XX. Marcada por três gerações: a primeira representada por Lucien Febvre e Marc Bloch, conhecidos como seus fundadores; a segunda concebida pela direção de Fernand Braudel; e a terceira constituída, dentre outros, por George Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Com as Annales, esses historiadores passam a contribuir para o desenvolvimento da história contemporânea, recomendando uma multiplicidade de fontes, contradizendo a visão positivista que valoriza apenas as fontes escritas. Assim, passa-se a defender um diálogo com outras áreas do conhecimento, como Sociologia e Antropologia, contradizendo as ideias positivistas que acreditam que os documentos falam por si só, e que os textos só falam a partir do modo como os indagamos.

Esses historiadores mudaram a visão de que só existe um único entendimento de história, que representa, de forma absoluta, os acontecimentos do passado, permitindo-se considerar a possibilidade de variadas versões historiográficas para um mesmo fato. Rompe-se, assim, com a história tradicional, indicando que é possível tornar visíveis os mais diversos segmentos sociais, mostrando a realidade daqueles que, muitas vezes, são excluídos da história.

A escola dos Annales restaurou e expandiu as pesquisas em história, abrindo o campo da História para o estudo de atividades realizadas por homens e mulheres pouco valorizadas no

âmbito da pesquisa. Podemos dizer que é visível a sua importância para o pensamento sobre o conhecimento histórico, bem como as suas contribuições para uma historiografia que passa a adotar novas probabilidades de enfoques, objetivos e dimensões que vão constituir o conhecimento histórico. Nesse contexto, as ideias referentes à História Oral, como metodologia de pesquisa, crescem em diversos países, em diversas áreas, inclusive na História da Educação e na História da Educação Matemática.

As experiências com a História Oral iniciam nos Estados Unidos e Europa, por volta da década de 1950, através de entrevistas realizadas com sujeitos que faziam parte do cenário político, e tiveram importância nesse campo, ou seja, personagens políticas de destaque. Nos anos de 1960/70, a História Oral realizada por pesquisadores, em meio a vários “acontecimentos sociais”, não tinha a preocupação em classificar previamente os acontecimentos, não se baseava em fatos. Ela permitia a discussão em torno de memórias várias, atentando para o reconhecimento de uma nova metodologia de pesquisa, com planos discursivos que valorizassem as tensões presentes entre as histórias particulares e a cultura que lhes dessem significado, para permitir, assim, o surgimento de uma história “vinda de baixo”, “dando voz” a pessoas que se estabelecem na destreza da narrativa. Alberti (2005) salienta que durante muito tempo a História Oral foi reconhecida como uma metodologia voltada para temas de militâncias políticas.

A História Oral chega ao Brasil em 1975, como o I Curso Nacional de História Oral. Após o curso, iniciam ainda em 1975 as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Como influência do curso, surge o Laboratório de História Oral do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dessa forma, os anos de 1980 marcam o processo de concretização e propagação da História Oral no Brasil e no mundo (ALBERTI, 2005).

Segundo Souza (2005), para repassar as histórias, a propósito de contar os processos educativos de ontem e de hoje, as pesquisas em História Oral e a Educação Matemática precisariam

trazer à superfície o ruído de vozes que, por diversas razões, deixaram de ser consideradas pela historiografia representativa de interesses e perspectivas de determinadas comunidades de memória. [...], tais pesquisas poderiam provocar o encontro de experiências tecidas a partir de fios históricos que evocam lembranças e trazem o potencial da mudança nos pequenos detalhes de uma história que se constrói cotidianamente (SOUZA, 2005, p. 5).

Nesse sentido, é possível averiguar que a História Oral acarreta, em suas implicações, a intenção de valorizar as narrativas orais como fonte histórica, em qualquer área que lançar mão dessa metodologia. Assim, a História Oral incide sobre as questões sociais, ou seja, passa a ter um fim social, ao trazer questões do passado, muitas vezes não detectadas e/ou percebidas nos documentos escritos. Revela-se, assim, que o papel da pesquisa em História Oral é dar visibilidade a “*possibilidades esquecidas*, mostrando que passado comportava outros futuros além daquele que se processa no presente” (SOUZA, 2005, p. 6, destaque da autora).

Em Educação Matemática, até o início dos anos 2000 foram poucas as pesquisas que lançaram mão da História Oral. Com a criação do primeiro grupo de pesquisa em Educação Matemática que tinha seus estudos focados na História Oral, o Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM), passaram-se a tornar cada vez mais públicas, no Brasil, as investigações em Educação Matemática que se utilizam dessa abordagem metodológica.

As entrevistas foram realizadas seguindo os pressupostos da História Oral, as quais possibilitam ao pesquisador interpretar as lembranças e os esquecimentos dos seus colaboradores. Ecléa Bosi (2003), em seu livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, chama a atenção para a importância das informações que nos são dadas através das fontes orais, ou seja, é preciso estar atento aos detalhes e não esquecer “que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais” (BOSI, 2003, p. 20).

Portelli (2000) também chama atenção para o fato da História Oral oferecer um desígnio social diferente para a História, considerando que através da análise das narrativas, seja possível estabelecer um novo olhar para os documentos escritos. As narrativas desafiam o registro das memórias desses documentos, muitos de caráter oficial que representam os fatos de acordo com a perspectiva daqueles que detinham o poder, não sendo diferentes os documentos relacionados ao ensino na Escola Normal de Caetité de muitas outras instituições de ensino brasileiras, considerados os únicos registros da história dessas instituições. As narrativas orais estabelecem um novo olhar para os fatos do passado, que muitas vezes não estão registrados nos documentos.

Desse modo, as narrativas das ex-normalistas constituíram-se como fontes a partir da oralidade, que foram analisadas de forma lógica, buscando capturar nas vozes dessas senhoras o sentido e o entendimento das suas narrativas, assumindo um estilo para produzir significados para as fontes. Ao escutar essas mulheres, não apenas ouvia, mas no lugar de escuta buscava captar o que, muitas vezes, não está registrado nos documentos dos arquivos, mas está nas entrelinhas do discurso daqueles que nos falam da sua *verdade*.

Ao início de cada conversa com nossas colaboradoras, era comum que dissessem não ter muita “coisa” para contar, pois consideravam suas histórias muito simples, “humildes”, que nada era muito significativo. Dona Rica chama a atenção para a incerteza de suas lembranças, e não tem certeza de que suas experiências possam colaborar muito com a pesquisa. Situa-nos em relação ao tempo que distancia o hoje do dia da sua aposentadoria e do período que estudou na Escola Normal. Verbaliza constantemente “*a gente esquece muita coisa com o passar do tempo*” (anotações da pesquisadora em 19/10/2018). Mas, durante as conversas, todas elas informavam que iriam contar como fora sua vida escolar e depois eu julgaria se tinha algo significativo para mim.

Ao falar dos lugares que ocuparam ao longo da vida, seja como normalista ou como professoras, percebíamos que nossas colaboradoras mantinham nas suas lembranças as marcas de muitos acontecimentos, fossem eles agradáveis ou não. Elas não acreditam que suas lembranças possam ser úteis e necessárias para ampliarmos nosso olhar sobre a história da educação de Caetité, porque falam das experiências com marcas do que lhes atravessou, mexeu com suas emoções. Assim, ao analisar as narrativas, pensamos em experiência a partir das ideias de Jorge Larrosa (2002, p. 21): “experiência é o que *nos* passa, o que *nos* acontece, o que *nos* toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”; o autor também chama a atenção que nos dias atuais temos muitas informações e poucas experiências, considerando que não paramos para refletir.

No decorrer dos anos de 2017, 2018 e 2019, visitei as colaboradoras e agendei entrevistas<sup>16</sup>, período em que foram contando, recontando e revivendo as histórias que compuseram suas vidas, as lembranças de menina e o sonho de ser professora; diziam que não foi fácil, mas fariam tudo de novo. As narrativas passam a dar outro sentido para suas lembranças, ao perceberem que fizeram parte de uma história, enfim que tinham uma história constituída de experiências que fazem parte dela, e assim fomos percebendo como elas foram se formando enquanto mulheres e professoras ao longo da vida. Ao narrar, as colaboradoras apresentavam suas lembranças marcadas por nostalgia, compostas por sentimentos de pesar ou

---

<sup>16</sup> O uso da Entrevista Narrativa se justifica por ser um tipo de entrevista que não segue uma estrutura prévia de roteiro, considerando que as colaboradoras são idosas com mais de 80 anos, e não apresentam os fatos seguindo uma ordem para os acontecimentos. Cada senhora apresenta um enredo para suas narrativas, cujos critérios vão surgindo no contato entre a pesquisadora e a colaboradora. Inicialmente pensava com Jovchelovitch e Bauer (2003, p. 96), os quais reforçam a ideia de que “o narrado decide o que deve e o que não deve ser dito, e o que deve ser dito antes, são operações relacionadas ao sentido que o enredo dá à narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 92), mas, no decorrer das entrevistas, extrapolamos essa ideia, uma vez que fui percebendo que a escuta, a forma de olhar, os pequenos gestos trocados entre pesquisadora e colaboradora é que vão determinando a seleção do que deve ou não ser dito pelo entrevistado.



de alívio que marcaram o relato a respeito de suas experiências, apreciando-as e reencontrando-se nelas.

As fontes orais somadas às fontes dos arquivos possibilitam “reprodução do passado” a partir da escuta dos sujeitos que colocam suas experiências em uma sequência, que muitas vezes divergem dos documentos. No entanto, em suas narrativas, verificamos evidência de acontecimentos referentes às relações de gênero e ao ensino da Matemática que não estão registrados nos documentos encontrados nos arquivos.

Por isso, a narrativa foi abordada como uma fonte de pesquisa que permite perceber as lembranças e esquecimentos das colaboradoras, encontrar elementos instigadores, que, muitas vezes, apresentam-se na formação de pequenos indícios<sup>17</sup> nos eventos passados, nas entrelinhas das narrativas.

Para realizar as entrevistas, no primeiro contato com as ex-normalistas, percebemos que não teríamos “sujeitos de pesquisa”. Entendemos, como Ecléa Bosi, que nas pesquisas com narrativas temos pessoas com as quais falamos sobre a vida, o cotidiano, a memória, a experiência, as lembranças, o tempo. Por isso, as professoras serão consideradas como aquelas que colaboraram com a nossa pesquisa, são as nossas narradoras e colaboradoras. O lugar de fala das colaboradoras e daquele que interroga foi se estabelecendo a partir da concepção que cada um elabora das suas experiências. Em consonância com Bosi (1994, p. 55), “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Dessa forma, cada momento da pesquisa dividido com essas senhoras tornava claro que, de fato, ao falar das lembranças das experiências vividas no contexto da escola, ocorria uma reconstrução das suas experiências – como filha, aluna, pensionista do Colégio das freiras, ou dos passeios pela cidade.

No ano de 2017 encontramos-nos com nossas colaboradoras, foram encontros fundamentados em uma relação de confiança, para termos conversas francas, reflexivas, desarmadas, de modo que a narradora não se sentisse incomodada para falar das suas experiências, fosse como aluna ou professora primária. À medida que nossa relação se estreitava, percebia que havia interesses em comum, entre o “narrador e o ouvinte”. Assim, durante as entrevistas, as colaboradoras tiveram a oportunidade de mobilizar sua memória e revisitar os fatos que ocorreram no passado, e nós de aprendermos muito com essas senhoras. Souza (2005) informa-nos que o “encontro com o outro não é passivo: as pessoas se envolvem,

---

<sup>17</sup> Carlo Ginzburg, em seu livro *O queijo e os vermes*, resgata a história da vida de Domenico Scandella, dito Menocchio, moleiro de Friuli, e, por intermédio deste, de um grande segmento da sociedade do século XVI.

se influenciam, negociam. O ver, o ouvir e o falar - sentido mais vividos e exercitados -, durante o processo”; diria que não só a visão, a audição são exercitadas, mas todos os órgãos dos sentidos, que nos colocam em interação com aquela que narra. O contato com as(os) colaboradoras(es) permite ao narrador e ao ouvinte conjeturarem sobre os propósitos da vida a partir do diálogo estabelecido no decorrer das entrevistas. Esse momento de aprendizagem entre pesquisador e colaboradoras só foi possível porque a entrevista em História Oral tem um caráter interativo (PORTELLI, 2000), pois permite constatações que os documentos escritos não permitem.

Quando convidei essas mulheres para participarem da pesquisa, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice A). Uma cópia foi deixada com elas para que analisassem, e posteriormente conversarmos, para que pudessem decidir se participariam ou não da pesquisa. Todas disseram que não sabiam o quanto poderiam contribuir, mas que teriam o prazer em falar das suas experiências como alunas da Escola Normal de Caetité, e como professoras, mas que tinham dúvida se deveriam expor seus nomes. Nesse momento, decidimos por não usar o nome de batismo, substituindo por outros nomes de mulheres, mas avisamos que se mudassem de ideia no decorrer do processo não teria problema. Assim, quando elas quisessem poderiam nos autorizar a mencionar seus nomes. Após comprometimento com o anonimato, algumas delas disseram estar mais à vontade para contar suas histórias.

No decorrer das nossas conversas, falavam das suas preocupações em se expor, considerando que todas elas, sem exceção, demonstravam o desejo de proteger a família. Falavam de questões familiares que na concepção da idosa não devem ser reveladas a qualquer pessoa. Percebia também o desejo de protegerem sua imagem, suas intimidades, para não serem julgadas pela sociedade. Uma das colaboradoras sussurrava ao falar do livro de dedicatórias, revelou que rasgou algumas páginas desse livro, por acreditar que tinha escritos comprometedores da sua moral, “era quase uma declaração de um namoro”. Em seguida, pediu para eu ler, quase sussurrando, a dedicatória de uma amiga, ao terminar a leitura disse: “imagine, se fosse hoje e as pessoas lessem isso, iam dizer que sou lésbica”, sussurrávamos na sua sala de estar. Seu esposo estava na sala ao lado, naquele momento em que revela para mim um de seus segredos.

Constatamos nos discursos das ex-normalistas a ocorrência de uma “autodestruição da memória feminina” (PERROT, 2007, p. 22). Primeiro por achar que suas lembranças são insignificantes, depois por compreender que seu passado está envolvido em “sentimentos de pudor”, que no decorrer da vida lhes foi inculcado, motivo que, muitas vezes, justifica a

destruição das lembranças registradas nos papéis. Vale mencionar alguns exemplos de atitudes como da ex-normalista mencionada acima, de rasgar páginas do caderno de recordações e de não tornar públicas as dedicatórias de suas amigas; outras nos revelaram que tiveram diário, cadernos de recordações, mas, em um determinado momento da vida, foram destruídos, ficando apenas as lembranças registradas na memória; outras nos revelaram que têm alguns pertences guardados em uma caixa no porão, onde as pessoas “estranhas” não podem ter acesso. Em visitas posteriores, mencionei o desejo de conhecer os “papéis”, as “cartas de familiares” que guardavam no quarto do porão, mas me diziam que haviam dado uma faxina e esses papéis não existiam mais. O comportamento das nossas colaboradoras é um “gesto clássico da mulher idosa que [destrói] os vestígios escritos de sua história” (PERROT, 2007, p. 22).

O desejo de utilizar os nomes próprios de nossas colaboradoras, como um gesto político e epistemológico de reconhecimento, nos acompanhou no decorrer de toda a pesquisa. Com a pandemia, como já mencionamos, ficamos impossibilitados de estar com nossas colaboradoras. Até março de 2020, apenas três delas nos autorizaram a fazê-lo. Não desistimos, voltamos a falar com as colaboradoras, umas por telefone, outra via WhatsApp, com o propósito de pedir autorização para o uso do nome de batismo e de uma fotografia. Ao concederem-nos o direito ao uso da sua imagem, enviando-nos fotografias, ou autorizado o uso da foto que encaminhamos via WhatsApp, elas também afirmaram que poderíamos registrar seus nomes.

Salientamos que as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade e horário de cada colaboradora, as falas foram registradas em dois gravadores e um celular. Não tínhamos um roteiro previamente elaborado para as entrevistas. Por se tratar de uma entrevista narrativa, iniciamos tratando do tema da pesquisa, da importância de colocar a mulher na história da educação, da formação e do ensino da matemática, com o propósito de mostrar que elas desempenharam um papel fundamental na expansão do ensino público do Sertão da Bahia; depois, propusemos uma conversa sobre a formação matemática na Escola Normal de Caetité, pedimos que falassem das experiências como professora primária no sertão da Bahia. Dessa forma, iniciava-se o diálogo com as entrevistadas/colaboradoras.

Após realizar cada entrevista, tinha a prática de ouvi-las antes da transcrição, nesse momento tomava consciência de que a entrevista não saía como havia idealizado. Como fui ingênua no primeiro momento, acreditar que poderia tornar linear o discurso dessas mulheres. O momento era muito particular, as nossas colaboradoras conduziam as entrevistas para o ponto que julgavam ser mais relevante para o pesquisador, mas, quase sempre, não era o esperado por nós. No entanto, a revelação do vivido encantava-nos, a cada escuta, e nos permitia imaginar diversos contextos, diversos cenários para a história que estamos escrevendo.

Muitas foram as escutas. Para realizar a transcrição das entrevistas, tentei usar alguns programas, mas não obtive muito sucesso, parecia que atrapalhavam mais do que ajudavam. Assim, à medida que ouvia, ia realizando as primeiras transcrições. Na íntegra, apresentavam vícios da fala. Depois de transcritas, havia planejado encaminhá-las às colaboradoras, para se certificarem do que deveria ou não ser retirado, do que poderia ser incluído na entrevista. Marília foi a única a ler a transcrição da entrevista. Entregamos a ela uma cópia, dias depois nos contatou, pois acreditava ter contribuído pouco com a pesquisa, mas no decorrer da nossa conversa teceu outras reflexões significativas sobre o processo da formação da professora.

Devido à pandemia, os planejamentos foram modificados. Desejávamos enviar uma cópia junto com a gravação para cada colaboradora, para que cada uma pudesse verificar a autenticidade da transcrição de sua entrevista. Não foi possível, nesse estágio, onde o texto encontrava-se em seu estado “bruto”, requerendo a “lapidação” por parte do pesquisador e do narrador, mas considerando que o acesso aos idosos não era permitido, por fazerem parte grupo de risco para a Covid-19. Assim, decidi continuar com a próxima etapa, a textualização, e com a revisão desses textos, buscando deixá-los mais claros para o leitor. Gattaz (1996) chama atenção para o fato que

A textualização deve ser uma narrativa clara, onde foram suprimidas as perguntas do entrevistador; o texto deve ser “limpo”, “ enxuto” e “coerente” (o que não quer dizer que as idéias apresentadas pelo entrevistado sejam incoerentes); sua leitura deve ser fácil, ou compreensível, o que não ocorre com a transcrição literal, apresentada por alguns historiadores como “fiel” ao depoimento, porém difícil de ser analisada como documento histórico.

Pretendíamos ter um texto cuja leitura fosse mais compreensível. Para isso, fizemos a primeira textualização, quando as perguntas do entrevistador misturavam-se com as falas das colaboradoras. Foi preciso rever por diversas vezes o texto, com o propósito de excluir trechos, frases, palavras que se repetiam. Podemos dizer que esse não foi o trabalho mais fácil, mas foi o mais demorado, sendo necessário conferir entrevista por entrevista, fala por fala, lembrar das emoções demonstradas em cada momento, conservar os pequenos gestos do narrador. Foi preciso muito cuidado durante esse processo de transcrição e textualização das entrevistas, para não tomarmos para nós a responsabilidade de assumir o que foi narrado pelas entrevistadas.

Importante considerarmos que o trabalho da textualização não estava finalizado. Conforme Gattaz (1996), torna-se importante submeter o texto à apreciação do entrevistado(a) não “só como meio de checar se está fiel às suas idéias, mas também para dirimir problemas de caráter ético e mesmo jurídico” (GATTAZ, 1996).

A Pandemia, em vários momentos da nossa pesquisa, impossibilitou-nos de checar dados. Seguindo o estabelecido no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)<sup>18</sup>, assinado pelas idosas e/ou pelos(as) seus/suas responsáveis (Apêndice B), ligamos para nossas colaboradoras e/ou responsáveis, pontuando as questões que nos impossibilitaram de retornar com o texto das narrativas, elas nos tranquilizaram dizendo que era desnecessário, que confiavam na pesquisa. Dona Zilda asseverou: “não precisa vir aqui, nem mandar papel, só falei o que era importante para você”; Marília foi a única para a qual entreguei uma cópia da narrativa, reafirmando-nos, dias depois, que acreditava ter contribuído pouco com a pesquisa.<sup>19</sup>

### 1.3 Narrativas das Experiências

Após a realização das entrevistas, a categoria experiência ganhou destaque no direcionamento da pesquisa, porque as narrativas conduziram tanto a nós como nossas colaboradoras por “lugares” há muito tempo não (re)visitados, colocando-nos a refletir sobre nossas experiências, e principalmente sobre aspectos relacionados à nossa formação, o que foi muito significativo para a constituição dos dados usados na pesquisa. Assim, podemos considerar que as experiências apresentadas pelas professoras primárias, que se formaram na escola Normal de Caetité, e atuaram como professoras primárias no Sertão da Bahia, permitiram que pesquisadora e colaboradoras estabelecessem uma viagem prazerosa nas lembranças daquelas que narraram suas experiências.

Esses encontros geraram provocação, que estimulam o lembrar, no movimento da linha da experiência. Esta é determinada a partir do que acontece às pessoas ao longo da vida, desde o nascimento até a velhice, nas interações sociais estabelecidas no interior das instituições das quais participamos: a família, a escola, a igreja, as instituições de trabalho, ou seja, na convivência com os mais diversos grupos sociais.

O uso das palavras experiência e acontecimento, em nosso trabalho, emerge da minha trajetória, bem como das narrativas das colaboradoras, e se aproxima da definição que Larrosa (2002) traz para a palavra experiência, ou seja, é o que nos forma, transforma e nos deixa marcas, enfim é o que nos acontece. Como já foi dito o acontecimento, por sua vez, pode ser

---

<sup>18</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em 14 de setembro de 2018 (Número do Parecer: 2.895.485).

<sup>19</sup> No entanto, reconhecemos que nossas colaboradoras foram privadas direito ler e, se fosse o caso, de modificar, de retirar ou de acrescentar às suas narrativas lembranças que vieram à tona após a nossa última conversa, ou que surgissem ao ler o texto. Não foi possível assegurar o direito de mudar, de retirar, de acrescentar dados, para que pudéssemos, caso fosse necessário, reescrever o texto considerando as lembranças do que viesse depois.

comum a um determinado grupo de pessoas, no entanto, cada pessoa o vivencia de forma diferente; dessa forma, verifica-se que a experiência é única, é do indivíduo, é singular e não pode ser repetida. Nesse sentido, Larrosa (2002) afirma que a experiência “não pode separ-se do indivíduo concreto em quem encarna” (LARROSA, 2002, p. 27). A experiência também não é marca de fixação de saberes, mas remete-nos às diversas maneiras de operar na sociedade, apresenta-nos as marcas da sua singularidade, expressa-se como curiosidade e permite, ainda, perceber as relações sociais que envolvem o processo de formação de homens e mulheres, logo é a experiência que “nos permite aproximar-nos de nossa própria vida” (LARROSA, 2002, p. 27).

Ao longo da vida, enquanto sujeitos reais e sociais, produzimos experiências a partir da convivência com as diversas formas de se viver os acontecimentos diariamente. Quando nos deparamos com novos acontecimentos, às vezes provenientes da interação que estabelecemos com os grupos sociais, nos quais estamos inseridos, temos a oportunidade de experimentar, no contexto das relações com outros sujeitos, situações novas que, devido à capacidade que temos de formação ou de transformação, tornam-nos sujeito da experiência (LARROSA, 2002).

Thompson (1981, p. 189) indica que “As maneiras pelas quais qualquer geração vive, em qualquer ‘agora’, ‘manipulam’ a experiência e desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”. Ou seja, nada está dado, respostas não estão prontas. Larrosa (2002) e Thompson (1981) recomendam que é preciso ficarmos atentos às questões culturais que nos envolvem, que vão interferir na forma como construímos nossas respostas, num processo no qual as questões culturais, como aquelas que envolvem a família, as convicções religiosas, os espaços de formação, estão entrelaçadas, podendo ser determinantes ou tornarem-se determinadas por meio da experiência. Muitas são as relações de poder que são constituídas no contexto sociocultural, onde o sujeito forma ou se transforma, produz conhecimento, e produz suas experiências – determinantes para a forma de pensar e agir na sociedade.

Thompson (1981) considera que a experiência se estabelece no interior do processo histórico, onde homens e mulheres estão situados.

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por “relações determinadas” indicamos relações estruturadas em termos de classes, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981, p. 111, destaque nosso).

Nesse sentido, homens e mulheres pensam e agem a partir da realidade produzida no contexto das relações sociais que os determina, respondem no individual ou em grupo. Logo, a experiência que passa a existir no indivíduo social surge a partir do pensamento, na reflexão do contexto social. No entanto, o autor considera que as pessoas lidam com as experiências não apenas na esfera do pensamento e de seus procedimentos, mas também do sentimento.

Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189).

Ou seja, as respostas que buscamos para entender as relações de gênero e de poder que são estabelecidas no contexto da formação matemática da professora primária remetem-nos à ideia de experiência no individual, que se constrói nas interações com os grupos sociais, mediante relações que vão se estabelecendo e exigem dos indivíduos aprenderem a lidar com os sentimentos.

Na perspectiva dos autores o que constitui as pessoas no mundo é a experiência. A experiência é o que emana desse sujeito, emana dando visibilidade a sua história de vida, não existe algo pré e pós-experiência. Assim, no decorrer da análise foi preciso perceber em que momento as colaboradoras estavam refletindo explicitamente sobre as experiências vividas/lembradas nos mais diversos contextos de sua itinerância de vida, nas mais distintas circunstâncias, admitindo sentidos diferentes. Dessa forma, é importante considerar o que falam, pois, independente de serem falas de sofrimento, superação, correspondem às experiências de cada umas das colaboradoras no momento que fazem inferência e refletem sobre o que é lembrado.

As experiências só existem à medida que se consegue simbolizá-las. A narrativa é simbolização da experiência, ou seja, as colaboradoras, ao narrarem sobre suas experiências, refletem, fazem inferência, tornam a experiência consciente. Daí a importância de entender a experiência como uma representatividade simbólica de uma posição e não da essência das falas das ex-normalistas. Nesse sentido, Joan Scott (1999, p. 42) afirma que os

Sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada.

De tal modo, entendemos que as experiências compõem as histórias das trajetórias vividas, construídas por cada uma destas mulheres, mas não de forma fortuita, como estiveram representadas no tempo e no espaço da linguagem do universo sociocultural e histórico.

As narrativas trazidas aqui são, portanto, narrativas das experiências das professoras, mulheres que saíram de casa ainda jovens para estudar na Escola Normal de Caetité, as quais ajudam-nos a compreender por que ao narrar elas expõem os desafios para superação do distanciamento da família e o sofrimento daí advindo, dentre muitas outras lembranças narradas. Desse modo, suas memórias não poderiam ser outras senão as que carregam a marca daquilo que constitui as suas experiências: as lembranças da família, dos amigos, da escola, da profissão.

Essas narrativas permitem-nos comungar das inquietações de pesquisadoras do método biográfico, da formação e gênero (SOUZA et al., 1999; CATANI et al., 2003; BUENO; SOUSA, 1998), que pesquisam de maneira reflexiva as itinerâncias de vida e formação, bem como as extensões e sentidos de narrar histórias de pessoas, da mesma forma que as experienciou, entendendo que as experiências definem as elaborações sociais das ideias referente aos papéis desempenhados por homens e mulheres, que passam a determinar suas identidades subjetivas. As autoras Catani, Bueno e Sousa (2000, p. 127) enfatizam que “abordar a identidade, implica necessariamente, falar do eu, bem como das formas pelas quais o sujeito rememora suas experiências e entra em contato consigo mesmo”. Dessa forma, as lembranças que aparecem de forma mais expressiva são as que adquirem sentidos no contexto da prática e, muitas vezes, só ocorrem mediante a interação com outros.

É através das histórias de vida, das reflexões realizadas ao relembrar seu passado, que homens e mulheres passam a ter consciência das suas experiências, sejam elas negativas ou positivas, revivem lugares de atuação e passam a reconstruir o seu itinerário de vida. Bueno (2002) considera que à medida que o sujeito reconstrói seu itinerário de vida também toma consciência de si.

Assim, entendemos que a experiência é, ao mesmo tempo, subjetiva e social. É subjetiva porque é marcada pelo vivido, pela forma como o sujeito social passa pela experiência particular. Larrosa (2011, p. 7) afirma que:

[...] o lugar da experiência é o sujeito ou, dito de outro modo a experiência é sempre subjetiva [...], o que o autor define como “Princípio da subjetividade” quando supõe acreditar que não exista “experiência em geral, que não há experiência de ninguém, que a experiência é sempre experiência de alguém



ou, dito de outro modo, que a experiência é, para cada um, a sua, que cada um faz ou padece sua própria experiência, e isso de um modo único, singular, particular, próprio” (LARROSA, 2011, p. 7).

Ressaltamos que a experiência pressupõe o resultado dos acontecimentos, que são externos ao sujeito, mas o afetam, produzindo efeitos sobre o que ele é, no que ele pensa, no que ele sente, no que ele sabe. Essa ideia de experiência defendida por Larrosa permite-nos perceber que o ato de narrar das colaboradoras possibilitou para elas e para nós a constituição de uma autocompreensão.

As experiências são diversas, chegam-nos como registro de ideias, com a marca do tempo, de uma temporalidade assinalada por questões geracionais, de uma mesma mulher, narrada por ela na velhice – daquela que acredita que suas histórias de vida são apenas histórias de professora aposentada. No entanto, ao narrarem os eventos que as marcaram, deixam os sentimentos aflorarem, eles geram emoções em nós. Suas lembranças não são soltas, elas são resultado das experiências, que precisam ser registradas, uma vez que nos ajudam a compreender as relações de gênero inseridas em um contexto social, cultural e histórico (SCOTT, 1995). É importante observar que, nesse contexto, não só se configuram as relações de gênero, mas também as relações de poderes que definem hierarquias entre homens e mulheres.

De tal modo, julgamos ser preciso compreender os discursos presentes nas narrativas, como práticas sociais pertencentes a um contexto social, de maneira que as representações que passam a existir permitam-nos compreender o sentido das experiências das mulheres professoras que se formaram na Escola Normal de Caetité. Importante salientar que o discurso presente nas narrativas deixa intuir que as relações sociais constituídas no decorrer da vida são resultantes da ação de homens e mulheres.

Procuramos tecer um fio da trajetória de formação da professora primária no interior da Escola Normal de Caetité, no intuito de compreender como as relações de gênero estiveram presentes no contexto da formação matemática dessas professoras, mediante relatos de ex-normalistas. Por meio de fragmentos da memória foi-nos apresentado o discurso, presente nas suas narrativas, a respeito da vida de mulheres professoras. Assim, vamos considerar que o discurso é resultante da memória e se constitui mediante palavras, apresentando-se na forma de fragmentos das lembranças do passado e do presente, que são reordenadas e passam a constituir as narrativas das experiências vividas pelas ex-normalistas na itinerância da vida. A partir do que foi dito pelas colaboradoras, do que está registrado nos documentos “ditos oficiais” e do que nos informa a teoria sobre relações de gênero e formação de professoras primárias,

buscamos por respostas que nos ajudem a contar a história da formação matemática da professora primária na Escola Normal de Caetité.

#### 1.4 As colaboradoras

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (BOSI, 1994, p. 37).

Quando decidi, pelos motivos e caminhos já descritos, que os sujeitos desta pesquisa seriam senhoras que estudaram na Escola Normal de Caetité até 1956 e que atuaram como professoras primárias no Sertão da Bahia, desejava captar as experiências daquelas que pudessem contar algo sobre os acontecimentos de sua vida, que tivessem a sensibilidade de selecionar as lembranças a serem registradas, não apagadas pelo tempo. Desejava reconstruir fatos sociais, a partir do ponto de vista daqueles e daquelas que a mim confiaram<sup>20</sup> suas lembranças sobre o processo de sua formação, não se limitando apenas aos meus interesses iniciais da pesquisa, os quais giravam em torno da história do ensino e da aprendizagem da matemática e das relações de gênero no contexto da formação do professor primário na Escola Normal de Caetité.

Em suas narrativas, as colaboradoras permitem-nos olhar para o processo da formação matemática do professor primário como algo que não acontece de forma isolada na relação professor e aluno, mas em um contexto simbólico, que envolve o processo de mobilização dessas mulheres ao encontro da Escola.

A princípio, buscamos estabelecer uma relação de confiança com as colaboradoras. Esse vínculo foi se revelando na confiança e na relação de amizade constituída ao longo da pesquisa. Nesse sentido, concordo com Ecléa Bosi (1994), ao considerar que um trabalho de pesquisa se dá ombro a ombro com o sujeito da pesquisa, pois é preciso uma relação que supere a “simpatia (sentimento fácil), [...] é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes” (BOSI, 1994, p. 38), possibilitando, assim, o retorno tranquilo à casa das colaboradoras, quando fosse necessário. Assim como Ecléa Bosi, por diversas vezes, vi-me como um *instrumento* que tinha o papel de “receber e transmitir

---

<sup>20</sup> A colaboradora Marília, após ler a sua entrevista, ligou para mim e disse: “como fui espontânea, mas a confiança é tudo, se não tivesse confiado em você não teria dito o que disse”.

a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (BOSI, 1994, p. 38).

Chegar a cada uma delas foi mais fácil do que eu imaginava: em uma breve conversa com uma colega de trabalho, tomei conhecimento de que na Avenida Nossa Senhora de Santana, em Caetité, moram cinco irmãs<sup>21</sup>, em uma residência conhecida pela comunidade caetiteense como a “casa das irmãs Mouras”; todas solteiras, professoras primárias aposentadas, que se formaram na Escola Normal de Caetité.

Em uma tarde do mês de abril de 2017, eu e dois amigos<sup>22</sup>, batemos à porta da casa das “irmãs Mouras”. Ao tocar a campainha, uma senhora abriu a porta e perguntou o que desejávamos. Nos apresentamos, mas antes de dizer por que estávamos ali fomos interrompidos: “Aguardem um momento”! Em seguida, surge uma senhora, apresenta-se como Dona Rica; nós também nos apresentamos ainda na entrada da casa. Convidou-nos para entrar, conduziu-nos por uma sala ampla, com alguns móveis de madeira. Ali tivemos uma breve conversa sobre minhas intenções de pesquisa, ela nos deu várias “pistas” que nos ajudaram a localizar outras senhoras<sup>23</sup>. A partir dessa conversa informal fomos criando uma rede de contatos, desse modo mapeio as possibilidades de encontro com outras mulheres. Ao todo, localizamos 20 mulheres que estudaram na Escola Normal de Caetité, com idades entre 80 e 94 anos e temos notícias de outras.

Neste trabalho, apresentaremos as vozes de seis dessas mulheres<sup>24</sup>: Maria Moura Costa, conhecida na cidade como Dona Rica; Marília Lourdes Costa, prima de Dona Rica, conhecida simplesmente como Marília ou Lourdes, não admite ser chamada por dona ou senhora (no decorrer do texto refiro-me a ela simplesmente como Marília); Maria Leocina Carvalho Nascimento, também conhecida como Dona Lili, em uma de nossas conversas disse que as pessoas nem sabem o seu verdadeiro nome; Zaira Gumes Coutrim, conhecida como Dona Zaira, tem orgulho do seu sobrenome; Zilda Lima Neves, também conhecida na cidade como Dona Zilda; Rita de Cassia Meira – por diversas vezes fui lembrada para não chamá-la de

---

<sup>21</sup> No percurso da pesquisa, duas das irmãs de Dona Rica faleceram.

<sup>22</sup> Prof. Dr. Elizeu Pinheiro da Cruz, docente do curso de Biologia/UNEB/Campus VI, e João Mauricio Santana Ramos, doutorando em Arquitetura na UFBA.

<sup>23</sup> Ela falou a respeito de várias colegas da época de estudante na Escola Normal e de colegas de trabalho. Nesse momento, algo nos chamou a atenção: a irmã que nos atendera, não retornou à sala. Vale mencionar, também, que a entrevistada não se refere às irmãs como mulheres, professoras que se formaram na Escola Normal de Caetité e atuaram como professoras primárias. Essa postura em relação às irmãs manteve-se durante todas as nossas conversas, era claro que estava ali representando a família. Em outro momento retomaremos com mais detalhes as questões que dizem respeito à Dona Rica.

<sup>24</sup> Professoras aposentadas que atuaram no ensino primário do sertão da Bahia, cinco delas se formaram na Escola Normal de Caetité até 1956, exceto Dona Zilda, por questões familiares, formando-se anos depois no colégio em Caculé.

senhora ou dona, “*minha filha, a Senhora está no céu, sou apenas Rita, pode me chamar de você*”.

Ao longo de todo o texto, refiro-me às ex-normalistas da forma como são conhecidas/reconhecidas na cidade onde residem, ou seja, com apelidos. Em relação a quatro delas o apelido é precedido pelo pronome de tratamento Dona. Sobre qual seria a primeira a ser entrevistada, a princípio a escolha foi aleatória; visitaria primeiro aquela que morasse mais próximo da minha residência ou da UNEB, pois não tínhamos critérios pré-estabelecidos a serem seguidos.

Entretanto, após realizar as primeiras visitas, percebi que a minha escolha pela ordem das entrevistas não fora aleatória, talvez intencional, não sei ao certo. O mais importante é que elas frequentaram a Escola Normal de Caetité em épocas distintas, exceto Dona Rica e Dona Zilda, que foram colegas, ingressando no ensino primário elementar em 1932, a primeira com seis anos de idade e a segunda com oito anos. Rita foi para Caetité aos 16 anos para prestar o exame de admissão, a fim de ingressar no Curso Normal; Marília, com 10 anos de idade, mudou-se para Caetité no intuito de dar continuidade aos estudos, pois já havia concluído a 4ª série; Dona Lili não precisou a idade em que foi para Caetité, relata apenas que foi sabendo ler, escrever e contar e em Caetité deu continuidade aos estudos; Dona Zaira, a mais nova, ingressou em uma turma do “jardim de infância”<sup>25</sup> que funcionava no prédio da Escola Normal.

Dentre essas mulheres, inicialmente, apenas Dona Zilda não concedeu a entrevista. Na ocasião em que agendamos, ficou adoentada, e não desejava falar das suas lembranças, mas, com o transcorrer do tempo, a visitei diversas vezes, mesmo acreditando que sua narrativa não faria parte da pesquisa, porém, em uma dessas visitas, levei algumas fotos de Caetité, datadas da primeira metade do século XX. Ao ver as fotos, ela se emocionou e falou dos acontecimentos do período em que frequentou a Escola Normal. Para minha surpresa, ela autorizou, verbalmente<sup>26</sup>, que poderíamos incluir suas narrativas em nossa pesquisa, as quais não foram registradas da mesma forma que as das outras colaboradoras, considerando que não tivemos um dia determinado para conversarmos, ou para que ela pudesse conceder uma entrevista para nós. Assim, fizemos um apanhado dos registros das conversas que tivemos desde a primeira visita, em julho de 2017 até novembro de 2019.

Como em qualquer início de relacionamento, o meu com as colaboradoras exigiu compromisso, comprometimento, cuidado, atenção, ter paciência, não gerar situações que provocassem constrangimento, ser pontual aos compromissos, jamais deixar uma senhora

---

<sup>25</sup> Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925.

<sup>26</sup> Na ocasião da última visita, em novembro de 2019, Dona Zilda e sua sobrinha, Ilnar, assinaram o TCLE.

esperando; são condutas que não estão fixadas, mas precisamos estabelecer relações a partir do respeito e sermos capazes de perceber as circunstâncias ideais para dar andamento à produção das narrativas das colaboradoras – assim foram todos os instantes em que estive com essas senhoras.

Na análise das narrativas, não nos limitamos apenas às entrevistas, mas trabalhamos também aquilo que nos foi dito desde o primeiro contato com a colaboradora, no decorrer das conversas informais, na hora do cafezinho no final da tarde, no jardim, no portão de saída, nas emoções, nos sentimentos externados ao relatarem fatos que iam sendo lembrados. Assim como Souza (2005), consideramos importante enfatizar que a “memória tece lembranças cujos movimentos vibram de forma descompassada, independente de grandes ou pequenos acontecimentos” (SOUZA, 2005, p. 58). Os nossos encontros eram estimulantes, muitas eram as lembranças das experiências, que eram reveladas de forma singela, chamava-me a atenção o fato das experiências serem relatadas de inúmeras formas, a cada novo encontro alguma delas sempre dizia: “*depois que você saiu aquele dia fiquei pensando na minha vida, são muitas lembranças adormecidas*” (Rica, anotações da pesquisadora); “*Desculpa te ligar essa hora, mas estava aqui lembrando do meu professor de matemática. A matéria não é aprendida se o professor não souber ensinar!*” (Zaira, uma ligação em fevereiro de 2019).

A memória tece lembranças das experiências de vida, as quais são avaliadas pelo narrador, que encontra formas de apresentá-las ao ouvinte/leitor, apresentando os traços mais singulares, omitindo informações, muitas vezes as lembranças são apresentadas de forma fragmentada, existe um cuidado para não se expor ao pesquisador, aquele que pode tornar públicos seus segredos. Nesse sentido, Pollak (1989) assevera que “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

### **1.5 Apresentando as colaboradoras com base em suas vozes**

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas com confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembranças puxam lembranças e seria preciso um escutador infinito (BOSI, 1994, p. 39).

## Dona Rica



Foto: Arquivo particular de Dona Rica

*Eu nasci em Lagoa Real, em 07 de agosto de 1925. Sou a quinta de onze filhos.*

*A gente sabe como a gente lutou até aqui, não tenho vaidade nenhuma. Para mim, nunca tive vaidade, nunca fui desprezada [...].*

*Primeiro fui para zona rural, [...]. Na sala tinha um quadro de meio metro, quatro carteiras duplas balançando e o resto era caixão de querosene, deitado e de pé. De pé servia de mesa e deitado duas crianças se sentavam.*

*Veja como vai contar essas histórias, mas eu confio em você e não estou contando mentira, apenas o que de fato aconteceu. Não precisa trazer para eu ver depois. É muito trabalho.*

*Maria Moura Costa*

O primeiro contato foi estabelecido no dia 19 de abril de 2017, quando eu e dois amigos pesquisadores, da antropologia, dirigimo-nos à residência das irmãs “Mouras”, com o propósito de encontrar pistas sobre o Ginásio de Caetité (1936-1939).

Fomos recebidos por Dona Rica, uma senhora com mais de noventa anos. Nascida em Lagoa Real, aos seis anos foi para Caetité, para estudar. Apresentou-se no dia do primeiro encontro como Dona Rica (não me senti à vontade para perguntar seu nome, as pessoas a conhecem como Rica e se referem à sua residência como casa das irmãs “Mouras”, onde residem cinco irmãs).

Outras visitas aconteceram em função da reelaboração do meu projeto de doutorado. Diante disso, fui, com muito entusiasmo, ouvindo essa senhora, branca, de cabelos curtos branquinhos, magra, de estatura baixa, de uma sabedoria e de uma memória brilhantes. Disse-nos que atuou como professora primária por muitos anos, mas se aposentou como professora de Educação Física no IEAT.

No portão de sua casa, contou-nos casos que considera proezas da sua vida escolar. Falou-nos de suas experiências como aluna da Escola Normal, em seguida de seus professores, das experiências nas aulas de educação física, deixando claro que essa área é a maior paixão da sua vida, “*desde a época de estudante os jogos e as aulas de Educação Física eram minha paixão*” (Anotações da pesquisadora).

A primeira entrevista, portanto, foi realizada no dia 19 de outubro de 2018, no período vespertino, na sala de visitas da sua residência, na Avenida Santana, no centro de Caetité. Foi gravada em áudio com duração de 72 minutos e 35 segundos. Deixei que nossa colaboradora definisse o lugar para a entrevista. Mas, como todos os nossos encontros foram na sala de visitas, tinha certeza de que não seria diferente nesse dia. Esse ambiente já era familiar para mim.

O acesso à casa é feito por um portão principal e todas as pessoas que ali vão entram por esse portão, sem se anunciar. Comigo não foi diferente: atravessei um jardim com algumas roseiras e jasmim, logo à frente havia uma escada, subi alguns degraus, de onde pudesse alcançar a campainha. Tinham duas portas para acessar a casa, uma levava diretamente à sala de visitas, a outra à cozinha. Eu sempre ficava na expectativa, qual das duas portas seria aberta? Mas, desde o primeiro dia, a porta que se abria dava acesso à cozinha, espaço que dividia a casa em duas partes. Uma delas permaneceu desconhecida para mim. Tive muita curiosidade para conhecer aquela outra parte da casa, mas sentia que ali estava a intimidade daquelas senhoras, um espaço privado, de acesso restrito à família. Durante nossas conversas, por diversas vezes, ao lembrar-se de uma fotografia, de uma anotação, um livro, um broche que desejava me mostrar, levantava, se direcionava à parte desconhecida e dizia “espere aí, já volto”. Essa frase tinha um ar de mistério, era como se dissesse não se levante, não me acompanhe.

Em relação à parte da casa que tinha acesso, é possível descrever apenas os aspectos físicos, que captei com meu olhar: Dona Rica não falava das histórias ocorridas na intimidade daquele lar e o toque nos objetos parecia proibido; até chegar ao sofá, onde sentava-me, passávamos pela cozinha e por uma sala, desejava apreciar os objetos daqueles espaços, mas os passos daquela senhora eram rápidos, não me permitia ficar a contemplar seus objetos.

Uma sala ampla, subdividida em espaços, o primeiro tinha o perfil da sala de jantar, ali alguns móveis e objetos chamaram minha atenção, seja pelo estilo de design, ou pelo material que os constituía, ou pela disposição. Nessa sala tinha uma mesa oval com oito cadeiras; um oratório; um móvel com alguns porta-retratos; uma poltrona com dois assentos; mas o que chamou minha atenção foi um cantinho reservado a uma poltrona de madeira, com assento em couro repousando uma almofada de tricô colorida (ela sempre dizia que aquela almofada foi

feita a partir de um desenho que fizeram na Escola Normal); uma pequena mesa de canto, sobre ela algumas revistas de caça palavras, uma lupa, um “bastidor” prendendo um tecido branco, linha, agulha, dedal e tesoura; três poltronas, cuja disposição dava a ideia de que o ambiente era subdividido em duas salas, além das três poltronas ali encontrava-se um sofá em couro com várias almofadas; uma mesa de centro, uma poltrona que chamou minha atenção pela sua disposição em relação aos demais assentos, dali era possível ver a todos que estivessem naquela sala ampla, subdividida em espaços, pela forma como os móveis estão dispostos, exceto um lugarzinho atrás dessa poltrona com uma vitrola, alguns discos de vinil, revistas e mais duas poltronas. É evidente que durante muitos anos existiu uma rotina naquela sala, seus espaços eram demarcados pelo uso que se fazia deles, seja um jantar em família, seguido de um cafezinho e uma boa conversa ouvindo música.

Sempre era recebida naquela casa por uma das irmãs, que sempre verbalizava “Rica! Espere um momento, vou chamá-la”. Em seguida, Dona Rica vinha ao meu encontro, convidava-me a entrar e conduzia-me através daquela sala, até o sofá.

Todas as vezes que estive ali era como um ritual: Dona Rica esperava que primeiro eu me acomodasse, no sofá, lugar indicado por ela, oferecia uma almofada para eu me sentir mais confortável. Acredito que sabia que nossa conversa não duraria menos de uma hora, posicionada em frente da poltrona, que chamava minha atenção, sentava-se logo em seguida. Essa sala tem as marcas da sua família. Essa sala é um espaço de lembranças daquelas mulheres e homens que habitaram e habitam aquele lar, o que foi possível constatar quando ela mencionou: “outro dia estávamos aqui nessa sala, eu e meus sobrinhos e irmão, relembando o passado”, permitindo-nos inferir que aquele lugar afluía as suas lembranças. Sim, este era o lugar ideal para nossa conversa, mesmo que às vezes houvesse a interferência de alguns ruídos de carros que passavam pela Avenida Santana.

### ***As palavras de Dona Rica***

*Não há necessidade de gravar, são apenas lembranças de uma velha maluca (reflete por um momento e justifica). Trata-se de verdade, pode gravar! Mas não deixe ninguém ouvir, pode contar, mas só você ouve. [...] Eu nasci em Lagoa Real, em 07 de agosto de 1925. Sou a 5ª filha de onze filhos. Fora os que morreram prematuros, sobreviveram 7 mulheres e 4 homens, das mulheres apenas a filha mais velha se casou. [...] Eu e minha irmã Zulmira viemos para Caetitê em 1932. Mas eu não sei, é um pedaço da minha vida que não lembro bem, sei que a gente veio passear aqui, eu e Zú! Eu vim passear, a gente era pequenininha, aí (oferece algo para beber). Então, papai e nós viemos aqui, e na casa onde a gente ficou, apegaram-se a nós, porque papai era político! Isso foi em 1932.*

*Estudei na parte da Escola Normal separada, escolas anexas, era outro anexo, tinha salas de aula comuns. Eu tive bons professores. Dona Judith me*



*alfabetizou. De Dona Mariquinha Lobão tenho uma vaga lembrança. Fiz o quinto ano com o professor Lourenço e estagiei com ele, em sua sala. Quando me formei, estagiei na sala dele, o que era normal! Em 1937 entrei para o ginásio, fiz o teste de admissão. Nesse mesmo ano papai faleceu, em 42 eu perdi de ano, mas era muito jovem e impossível, coisa de adolescente. Concluí o curso normal com 17 anos, em 1943.*

*O mais engraçado foi que quando me formei falei: “vou fazer o concurso”, mas o diretor disse para não fazer, pois não passaria. Eu pensei: “passo”. Outras alunas estavam com o programa. Foi quando estava mudando a ortografia, “p”, “h”, “y”, fí-si-ca (física). Foi difícil com essa mudança. Passei em terceiro lugar, com 6,98 e as Lessa ficaram abaixo de mim. Por isso ele viu! Depois fui nomeada para Lagoa Real. Eu fiquei 38 anos na escola primária. Hoje o que eu ganho? Um salário-mínimo. Fiquei 31 anos em educação física, levantando 5 horas da manhã, sob um sol que não tinha um lugar para você proteger a cabeça... Nunca fiz uma greve, me arrasava, pois sei onde descontam! Os colegas diziam que se descontassem partiriam para outra, mas eu não podia. Quando perguntavam “quanto foi que descontou?”, eu falava “não descontou! Eu não fiz greve, o aluno não veio, mas eu vim”!*

## **Dona Zilda**

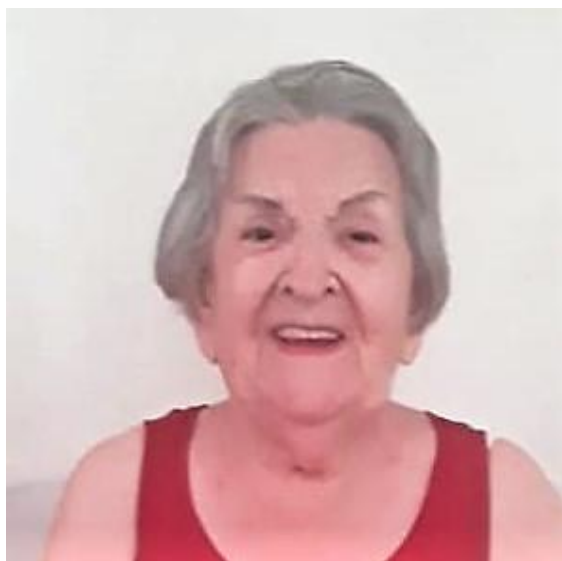


Foto: Cedida pela sobrinha Ilná Neto Santos

*Nasci em 7 de agosto de 1923, na Fazenda Casa Nova, pertencia o distrito de Brumado/BA.*

*Quando a gente tinha uma festa, semana santa, meu pai do céu! Até de madrugada essas freiras levavam a gente para a catedral. Tinha um coro lá em cima. Tem dois coros. Nós ficávamos lá em cima, até de madrugada. Todas as cerimônias da semana santa a gente presenciava, porque as freiras levavam a gente.*

*Angelita, você pode usar tudo, sem essas informações sua pesquisa vai ficar incompleta.*

**Zilda Lima Neves**

O primeiro contato ocorreu em abril de 2017, quando estive em sua residência, na companhia de dois colegas. Sendo muito simpática, recebeu-nos com todo entusiasmo e falou sobre a importância da Escola Normal para as moças da região, da sua origem familiar. Procurou por um álbum de fotografias da época em que fora aluna na Escola Normal de Caetité, mostrou-nos algumas fotos, por coincidência eram as mesmas mostradas por Dona Rica.

Descobrimos que foram contemporâneas da Escola Normal, que faziam aniversário no dia 7 de agosto, e que se tornaram grandes amigas, até hoje se comunicam regularmente por celular.

Ao falar da sua trajetória de vida, as suas memórias familiares e escolares destacavam-se em sua narrativa, mostrando serem de grande relevância para ela. Considerando que escrevera alguns livros, um sobre a vida de seu pai, presenteou-nos com o livro intitulado: *Um homem Empreendedor: Felício Augusto dos Santos*. Conforme relatou, gosta muito de escrever, destacando que tivera uma infância feliz.

Após esse primeiro encontro, tivemos outros, não mais na sala de visitas, mas em uma sala com uma televisão, um notebook sobre uma mesa pequena, um andador, uma cama de solteira, uma mesa de cabeceira onde repousa um celular, uma estante e um pequeno sofá. Essa sala era conjugada com sala de jantar, sempre que chegava era convidada a me sentar pela cuidadora, que puxava uma das cadeiras que ficavam em torno da mesa, mas Dona Zilda pedia para que me sentasse no sofá-cama que estava à frente da sua cama. Depois desse dia, nossos encontros foram todos naquele espaço. Algumas vezes deitada, outra sentada; algumas vezes disposta, outras indisposta; assim foram os encontros com essa senhora branca, de cabelos curtos, estatura mediana, imponderada, determinada, muito vaidosa. Na ocasião de seu aniversário de 95 anos, fiquei encantada com a formosura daquela senhora, que se queixava de muitas dores, toda coberta de “joias” e rodeada por amigas e amigos que conquistou ao longo da carreira no magistério.

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 14 de setembro de 2018, na semana seguinte retornei à casa de Dona Zilda. Ela estava acamada, queixando-se de dores na coluna, que a impossibilitavam de andar. Conversamos sobre suas “moléstias” e preocupações, era claro que se preocupava com a sua morte e deixar o filho desamparado. Essas questões tiravam sua paz. Seu filho adotivo (filho biológico de sua prima) possui alguns problemas de saúde. Mesmo assim, ela estava disposta a agendar nossa entrevista para o final de semana, reafirmava sempre: “*vamos ter uma conversa sobre minha vida escolar e profissional*”; mas quando nos despedimos, nesse dia, ela fez uma ressalva, “*se eu não tiver piorado*”.

No dia 23 de setembro de 2018 retornei à residência de dona Zilda, com o propósito de entrevistá-la. Para minha surpresa, ela havia piorado. Quando me viu, verbalizou: “*Não tenho condição de dar entrevista, hoje não estou para muita conversa*”. Tinha alguns familiares presentes, expliquei que não desejava falar de entrevista, mas gostaria de saber da sua saúde. O mais importante era a sua saúde. Assim, mantive uma rotina quinzenal, depois mensal, de visitas à Dona Zilda; não falava mais do passado.

Em julho de 2019, após ter acesso a uma variedade de fotos da cidade de Caetité, da primeira metade do século XX, consultei a tutora de Dona Zilda quanto à possibilidade de mostrar aquelas fotos para a colaboradora da pesquisa. Com o seu consentimento e agendado previamente, levei as fotografias. Mesmo que não tivesse a permissão para trazer suas narrativas para minha tese, ainda assim, era muito gratificante ouvir aquela senhora, que indiretamente apareceria no meu trabalho, embriagando-se de tamanha felicidade ao recordar as experiências vividas na cidade de Caetité.

Solicitei, então, permissão para gravar nossa conversa. Ela permitiu, com muita satisfação, e demonstrou gratidão por proporcionar a ela aquele momento. Passou a narrar episódios dos anos em que morou no Colégio das freiras, a dar muitas risadas dos próprios casos. No final da minha visita, perguntei se poderíamos usar as histórias contadas em minha pesquisa. Dessa vez, fui eu que fiquei eufórica, ao ouvi-la: *“pode usar tudo o que acha que vai servir, sem essas informações sua pesquisa vai ficar incompleta”* (Dona Zilda, julho de 2019).

Nesse mesmo dia, tive outra surpresa: Dona Zilda não concluiu o curso Normal em Caetité, vindo a concluir em Caculé, em 1963. Abandonou os estudos após o pai tomar conhecimento de que estava enamorada por um rapaz, falou com pesar: *“não me formei em Caetité, lá estudei até o segundo ano normal, mas também não me casei com o namoradinho”*. Anos depois, após se casar, retomou os estudos em um colégio de Caculé/Bahia, relatando que o marido não era favorável, *“foi preciso muitas conversas para convencê-lo da importância de realizar o sonho interrompido, no terceiro ano do Curso Normal”*. Talvez essa informação excluísse dona Zilda do perfil do nosso grupo, mas, mesmo assim, outros fatores, como o fato de ter estudado desde os oito anos de idade na escola anexa, ter cursado metade do Curso Normal, morar no Colégio das Freiras, o motivo que interrompe o seu sonho de ser professora primária formada na Escola Normal de Caetité, por ter dedicado seis anos de sua vida às atividades do lar e ao ofício de costureira, e suas lembranças do que aprendera naquela escola, deixaram-nos encantados pela lucidez de sua memória e pela forma com relata os fatos e vive a vida. *“Mesmo com essas dores ainda divirto-me com o computador, e o celular, gostaria de fazer tricô, crochê, mas as vistas estão cansadas, gosto muito de ler. Ultimamente toco órgão portátil de teclado. É assim que levo a vida!”* (Zilda, anotações da pesquisadora).

Não tínhamos um dia específico para entrevistar Dona Zilda. Gravamos suas falas desde o nosso primeiro encontro e a nossa conversa do mês de julho, na ocasião levei as fotos de Caetité. Sempre que ia à casa de Dona Zilda e começávamos a falar da Escola Normal, pedia consentimento para gravar nossas conversas, considerando que a ideia de entrevista não agradava a nossa colaboradora.

### **As palavras de Dona Zilda**

*Nasci na Fazenda Casa Nova pertencente a Itaquaraí, distrito de Brumado, em dia 7 de agosto de 1923. Éramos 11 irmãos, seis homens e 5 mulheres, sou do nono parto de minha mãe e sou a única entre os mortais. Minha mãe era dona de casa, meu pai fazendeiro, cultivava algodão, era um homem empreendedor, ele não deixava minha mãe fazer nada sozinha. Tive uma infância feliz. Morei na fazenda Sítio São José. Vivi em uma família que reinava o amor, elo de uma convivência pacífica entre todos os familiares, que me ajudou muito na minha educação, sempre tive como espelho a honestidade e o caráter de meus pais, cujo exemplo influenciou a minha vida. Fui uma criança reservada com estranhos, mas sempre gostei de brincar, dançar e cantar. Os gatos são meus animais de estimação preferidos, até hoje, “veja como é lindo meu gato”. Sempre fiz parte nas apresentações teatrais que as freiras promoviam no colégio.*

*Fui com oito anos e fui satisfeita. Meu pai me levava a Caetité, ele me levou várias vezes. Eu ia muito a cavalo, a gente ia pelo gerais, passava pela fazenda chamada Santa Barbara, de lá de cima a gente via Caetité, dentro de um buraco, a gente entrava em Caetité pela Rua da Barroquinha. Primeiro morei na residência do casal Aníbal Antunes Teixeira e Dona Ina Prisco Teixeira, um casal sem filhos.*

*Quando cheguei em Caetité, já sabia ler e escrever, pois aprendi com a professora leiga Palmira Martins, de Rio de Contas, na escola de Itaquaraí. O primeiro ano em Caetité estudei com a professora Judith Moreira da Cunha, e o segundo ano com as estagiárias na escola anexa à Escola Normal. Para submeter ao curso de admissão para a Escola Normal de Caetité fiz um curso preparatório com o professor Alfredo Silvão. Fui aprovada, cursei até o segundo ano do Curso Normal. Durante este período, frequentei o colégio de freiras espanholas como pensionista.*

*Fiquei doente e estudei um ano com o Professor Santana. Ele me ensinou conteúdos muito mais abrangentes do que os propostos no programa da escola primária convencional.*

*Não consegui concluir o curso Normal em Caetité, interrompi meus estudos na adolescência, por diversos problemas de saúde. Meu pai, por uma ocasião, decidiu que não retornaria aos estudos, faltava pouco para concluir, foi muito desgosto, pois meu sonho foi subtraído em 1940.*

*Meu casamento foi em 7 de agosto de 1946, no dia do meu aniversário. Após seis anos de matrimônio, fomos residir na cidade de Caculé/BA. Em Caculé, foi instalado um colégio onde se cursavam quatro anos de ginásio, um ano de curso intermediário e mais dois anos pedagógicos para a formação de professores. Como havia cursado quatro anos na Escola Normal de Caetité, esse período equivaleu ao ginásio. Apesar da discordância do meu marido, decidi fazer o curso. Me formei e passei em concurso, lecionando 27 anos no primário. Me aposentei em 1991, mas parei de lecionar em 1993. Nos 30 anos atuando como professora também trabalhei com Didática e Língua portuguesa no colégio e no magistério.*

## Marília

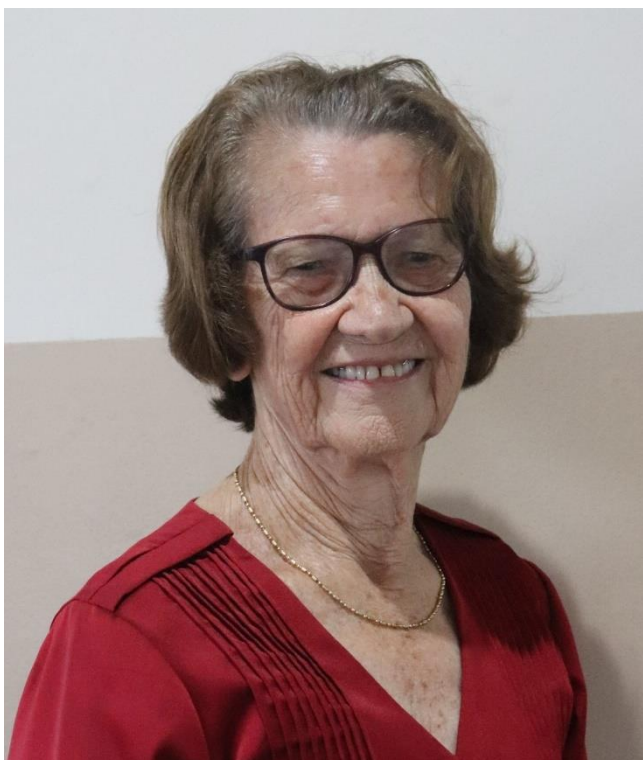


Foto: Tirada por Letícia Meira Santos Barros

*Nasci em 28 de dezembro de 1932, na fazenda de nome Alegria, próximo a Lagoa Real, distrito de Caetité, que foi emancipada em 1989.*

*Com uns oito anos de idade fui estudar em Rio de Contas. Eu era uma das menores da minha casa [...] depois fui para Caetité.*

*Minha família foi para São Paulo [...] me lembro que papai me visitou uma vez, mas a família não, nem na minha formatura puderam vir.*

Marília de Lourdes Costa

O primeiro contato foi estabelecido em 19 de abril de 2017, após Dona Zilda relatar que Marília de Lourdes Costa foi uma das normalistas da Escola Normal de Caetité. No final da tarde desse dia, estive na residência de Marília, uma senhora branca, de cabelos curtos, lisos e brancos, encoberto por um loiro escuro, olhos castanhos claros, solteira, católica praticante, sempre presente nas obrigações com a igreja. Fui aluna de Marília no curso de magistério no Colégio Estadual de Brumado, uma pessoa muito reservada; ao falar das suas experiências de vida é perceptível seu cuidado com as palavras. Não permite que se extrapole o limite do que é exposto. Demonstra preocupação em preservar a sua família e a família que a acolhera em Caetité, durante seus estudos. Nesse dia, falei do meu projeto de doutoramento, ela demonstrou contentamento por saber que estava cursando o doutorado e destacou seu desejo de colaborar, de alguma forma, com minha pesquisa, ao mesmo tempo demonstrou não saber se tinha muito a contribuir. Nesse primeiro encontro, percebi que falar sobre suas experiências não a deixava muito à vontade, sem que as emoções aflorassem.

Marília reside com duas irmãs, criam um gato e um papagaio de estimação, em uma casa muito aconchegante, dividida em duas salas pequenas, decoradas com mobília e objetos modernos. Não identifiquei objetos que pudessem relembrar a juventude daquelas senhoras,

exceto na primeira sala, onde nos sentávamos para conversar, na mesa de canto estava depositado um retrato de Marília, ainda jovem, exposto em um porta-retratos de design que não se identificava como um objeto guardado junto com a foto. Quando questionei sobre coisas que guardara, disse-me que não tinha nada guardado, “*não sou do tipo que guarda, mudamos muito, assim muitas coisas foram descartadas ao longo do tempo, tenho só aquela foto*”. Disse que nem álbum de formatura ela teve, justificando que as condições não permitiam a todos serem fotografados na época.

Pouco a pouco, nossa conversa foi se distanciando do foco que eu desejava, mas se tratava de um reencontro, no qual a relação aluna e professora ainda existia entre nós. Em algum momento da conversa a minha vida passou a ser o foco, e Marília desejou, de forma ansiosa, saber da minha trajetória profissional após a conclusão do Magistério em 1998, e saber da minha vida particular. Assim, a conversa prosseguiu sobre minha vida. Depois de um longo intervalo sobre o objetivo da minha visita, consegui falar sobre o projeto.

Ela concluiu nossa conversa, ressaltando: “*quando você estiver liberada para fazer a entrevista a gente conversa, aí você traz um roteiro com antecedência*”. Mencionei que não possuía um roteiro prévio, que conversaríamos sobre sua formação na Escola Normal.

Assim, nossa primeira entrevista foi realizada em 24 de outubro de 2018, no período matutino, na residência de Marília, situada na Praça do Jurema, em Brumado-BA, 110 km distante de Caetité-BA. A casa localiza-se na esquina, muito arejada, com uma arrumação impecável, nada parecia estar fora do lugar. Devido ao barulho externo, fui convidada para ir até seu quarto. Pediu para que me sentasse na sua cama, relutei, mas foi em vão; trouxe alguns travesseiros para servirem de encosto para minhas costas. Ela se acomodou ao meu lado, em um ambiente de muita intimidade, de confiança, sabia que muito seria revelado naquele momento de conversa, a qual foi gravada em áudio com duração de 66 minutos e 38 segundos.

### ***As palavras de Marília***

*Nasci em 28 de dezembro de 1932, na fazenda de nome Alegria, próximo à Lagoa Real, distrito de Caetité, que foi emancipada em 1989, herança dos meus avós paternos, onde meu pai e meu tio constituíram família, viviam da lavoura. A lavoura era nossa principal fonte de renda, principalmente de algodão. Meu pai era apaixonado pela lavoura de algodão, mas tinha um lavourazinha de feijão, milho, arroz. Meu pai fez o curso primário até o 5º ano, acredito que em Rio de Contas com professor Santana. Dizem que ele ensinava a criança até a calçar o sapato, calçar a meia, como sentar-se à mesa, como receber uma pessoa, ele dava essa formação ao aluno. Éramos 10 irmãos, mas não cresci junto com meus irmãos, com uns oito anos de idade fui estudar em Rio de Contas. Eu era uma das menores da minha casa naquele tempo, eu sou a 6ª filha, dos filhos nascidos vivos. Tinha oito anos, sete para oito anos quando comecei a ser alfabetizada, com certa facilidade,*

*aprendendo as primeiras letras, as primeiras continhas, aquelas operações básicas, de início adicionar, subtrair; os moradores se reuniam e contratavam uma professora para alfabetizar os filhos. Por um período de um ano ou dois ela moraria em uma das casas dos moradores, e a escola ficava na casa onde ela residisse. Isso aconteceu em muitas casas, 1, 2, 3 ou 4 casas, era uma professora leiga, de Rio de Contas. A essa altura ela já era comadre de meus pais, porque ela crismou Glória.*

*Ela disse, 'oh compadre deixa essa menina ir comigo, para morar na minha casa, e matricular numa escola, essa menina está se saindo muito bem, aqui não ajuda vocês em nada'. Eu era pequena, e veja a confiança que se tinha naquela época, nas pessoas, pois meu pai me levou para Rio de Contas, para ficar com aquela família, que conhecera quando chegamos lá. A professora foi conosco, passou alguns dias. [...] Eu fiquei na casa dela, com os pais já idosos, com umas moças já idosas que tomavam conta da gente, e lá eu fiz o segundo ano e o terceiro.*

*Em 1943 fui para Caetité morar com a família de Rica, e continuei meus estudos na escola anexa da Escola Normal. Depois submeti ao curso de admissão para o Curso Normal, com 18 anos, incompletos, em 1950 fui diplomada como professora primária. Nomeada no ano seguinte para dar aula na zona rural. Lembro-me que papai era muito engraçado. Era um homem sério, mas tinha uma veia de humor. Ele falava: "sua formatura foi como o descobrimento do Brasil, foi um acaso". Quando estudei em Caetité minha família se mudou para São Paulo e eu fiquei, não podia abandonar os estudos, momentos difíceis.*

## **Dona Lili**



Foto: Postada por Paulo Nunes no site:  
<http://www.blogdopaulonunes.com/v4/?p=38178>

*Nasci em Araraquara, município de São Paulo, em 31 de janeiro de 1932, sou a quinta filha de 9 irmãos. [...] Me formei com quase vinte anos, em 1951.*

*Os professores exigiam tanto que a gente, para não dormir, naquele tempo em que Caetité fazia gelo, a gente botava os pés no gelo para não dormir. Acredita numa coisa dessa?*

**Maria Leocina Borgens Carvalho  
Nascimento**

O primeiro contato realizou-se em agosto de 2017<sup>27</sup>, quando fui apresentada à Professora Maria Leocina Carvalho Nascimento, conhecida por todos como Dona Lili. A

<sup>27</sup> Em uma daquelas conversas de amigos e amigas, sobre qualquer coisa, em um determinado momento, com conotação mais formal, passamos a falar de trabalho, mencionei que estava revisando o projeto de doutoramento. Então, uma colega, Eliana Almeida Reis Rocha, revelou: “conheço a primeira professora de Matemática da Escola Normal de Vitória da Conquista-BA, ela concedeu uma entrevista no período que estava escrevendo minha

professora de Matemática da Escola Normal de Caetité é uma senhora branca, magra, de cabelos curtos cacheados, falante, simpática e com muita disposição para a vida. Ela nos recebeu com entusiasmo, orgulhou-se em dizer que foi professora de Matemática. Sua narrativa é atravessada pela experiência de ser mãe, conversa pouco a respeito dos pais, não menciona o esposo. Fala com grande paixão dos quatro filhos, adotivos, e da profissão, mas a figura do marido é apagada das suas narrativas. Diferentemente de outras colaboradoras que se apoiam nessas duas figuras masculinas, a presença masculina pouco aparece em sua narrativa, quando aparece é na figura dos irmãos, dos filhos, dos professores, dos colegas de trabalho. Fez o curso primário e Normal em Caetité, lembra-se dos colegas e dos professores, nomeando-os.

Após formada, lecionou na zona rural de Caetité por três anos. Mudou-se para Itambé-BA, depois para Vitória da Conquista-BA; na escola anexa à Escola Normal, da mesma cidade, por gostar de matemática, participou do curso da CADES<sup>28</sup> e passou a dar aulas para os alunos e alunas do Curso Normal da Escola Normal, sendo a primeira mulher a dar aulas de matemática naquela escola, em 1962. Lembrou-se que tinha o apoio de um professor: “[...] fui nomeada e na escola tinha um professor de matemática, Professor Geisel Norberto. Quando tinha dificuldade, quando tinha dúvida, perguntava para o colega e ele era maravilhoso para ajudar” (DONA LILI, anotações da pesquisadora).

A entrevista com Dona Lili foi realizada em 25 de outubro de 2018. Entrei em contato com ela e agendamos para o dia seguinte, em sua residência, na Rua Dois de Novembro, no Bairro Alto Maron, em Vitória da Conquista, deixando-a decidir onde seria o melhor lugar para conversarmos. Sentamo-nos na sala de estar, a mobília da sala não tinha nada que me reportasse ao passado, à história da jovem Lili. Sobre uma estante tinha alguns porta-retratos com fotografias dos filhos e dos netos. Em diversos pontos da sala meus olhos localizavam objetos religiosos, como um quadro com mais ou menos um metro de comprimento da imagem de Nossa Senhora, e outras estatuetas de santos, o que demonstrava a devoção daquela senhora à Igreja Católica. Além disso, Dona Lili criava gatos e demonstrava preocupação caso os gatos fugissem.

Conversamos sobre os objetivos da pesquisa. Pedi permissão para gravar o áudio da nossa entrevista no celular e no gravador. Sem restrições, autorizou a gravação. Antes mesmo

---

dissertação, mas infelizmente não tive a permissão de usar”. A colega disponibilizou a entrevista, porém preferi que ela me apresentasse à dona Lili – caso fosse necessário, aceitaria as gravações depois.

<sup>28</sup> Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) criada a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Com ampliação para as diversas localidades Brasil, principalmente as mais distantes das capitais. O capítulo da Tese de Doutorado (OLIVEIRA, 2013), intitulado *Cades na Formação de Professores no Brasil: do que se pode dizer*, apresenta uma compreensão sobre o funcionamento e papel da CADES na formação de professores no Brasil nas décadas de 1950 e 1960.



que ligasse o gravador e fizesse um questionamento que serviria como ponto norteador da nossa conversa, assim como Dona Rica, Dona Lili começou a falar. Diferente de outras colaboradoras, ela começou a falar sobre o professor de matemática. Não a interrompi e deixei que falasse.

Em outra ocasião que estive em sua casa, falei da pesquisa e da importância da sua história como aluna da Escola Normal, professora primária e professora de matemática. Nessa oportunidade, ela me questionou sobre minha área de atuação; ao afirmar que gostava de matemática, ela demonstrou contentamento em falar das suas experiências com a matemática, razão que talvez justifique ter iniciado falando sobre o professor de matemática, antes mesmo que a pergunta fosse feita.

No início da entrevista, o telefone tocou, era o filho mais velho: “*estava aguardando essa ligação, é meu filho que está viajando, estava preocupada*”, disse ela. Depois da conversa com o filho, passou a narrar a história da adoção de seus filhos. Dando ênfase à primeira adoção, direcionou a atenção para um quadro de Nossa Senhora, na parede, e salientou: “*eu converso com ela todos os dias, a senhora me deu um filhinho de uma mãe morta*”, em seguida falou sobre a família desse filho. Relatou que tem uma felicidade plena com a família que construiu. Informou que já enfartou duas vezes, mas superou todas elas. Nossa conversa teve duração de 59 minutos e 34 segundos.

### ***As palavras de dona Lili***

*Nasci em Araraquara, São Paulo, em 31 de janeiro de 1932, sou a quinta filha de 9 irmãos. [...]*

*Me formei com quase vinte anos, em 1951! Minha vida na escola foi naquela ocasião que era primeiro fundamental, segundo, terceiro, quarto e quinto ano, que era normal. [...] na época, eu vim de Bom Jesus da Lapa, papai era político e funcionário público, era coletor em Bom Jesus da Lapa e nos trouxe para Caetité. Fiz o exame de admissão e passei até bem, porque eu era muito estudiosa, hoje que estou muito “avacalhada” (risos). Eu gosto muito das lembranças da Escola Normal de Caetité e das de Conquista, onde ensinei Matemática por muitos anos. Tenho uma saudade imensa!*

## Dona Zaira



Foto: Tirada por Letícia Meira Santos Barros

*Nasci em Rio do Antônio/Bahia, em 14 de novembro de 1938. Em 1941 minha mãe morreu, fui morar com minhas tias em Caetitê.*

*Minhas tias me tratavam como uma princesa, eu não fazia nada dos trabalhos domésticos, só estudava... nem aprendi a cozinhar [...]*

*Em julho de 1956, o curso normal (pedagógico) 1º e 2º ano passou a funcionar no novo ginásio, atual IEAT. O acesso principal era pela atual avenida Santana, onde enfrentávamos um areião, pela distância, o trajeto difícil e com muito frio. Mas foi por pouco tempo, me formei no final do ano.*

*Zaira Gumes Coutrim.*

O primeiro contato com Zaira Gumes Coutrim aconteceu em abril de 2018. Todos a conhecem como Dona Zaira, uma senhora branca, magra, de baixa estatura, cabelos lisos, cobertos por um tom de loiro acinzentado, olhos azuis, professora primária aposentada. Durante alguns anos, Dona Zaira foi minha vizinha, mas desconhecia sua história; sendo ela muito reservada, nosso contato restringia-se apenas a um cumprimento de “bom dia”. Atualmente, Dona Zaira reside em Brumado, na Bahia, com seu esposo.

Já no doutorado, nas idas e vindas, semanalmente, para Caetitê, em conversa com um de seus filhos, no ônibus, ele mencionou a origem da sua família. Descobri, dessa forma, que Dona Zaira poderia colaborar com minha pesquisa. Antes que chegássemos ao nosso destino, mencionei a meu amigo que gostaria muito de conversar com sua mãe. Prometeu-me que conversaria com ela.

Em 28 de abril de 2018, uma semana depois do encontro com seu filho, tive a oportunidade de encontrar-me com Dona Zaira. Ela me procurou, levando informações da primeira Escola Normal de Caetitê que foi fechada em 1903. Na semana seguinte, fiz uma visita surpresa, pois não foi possível agendar previamente. A entrevistada demonstrou muita

satisfação com a visita. Nesse primeiro contato, falou sobre suas experiências enquanto normalista, mostrou o álbum de formatura, algumas fotos da família. Depois desse dia, Dona Zaira, leitora assídua, sempre que lia e se lembrava de algum fato sobre a Escola Normal de Caetité, entrava em contato comigo via mensagens de WhatsApp.

Como já havia percebido quando conversei com o filho de Dona Zaira, eles se orgulham dos sobrenomes Gumes Coutrim que carregam. *Zaira Gumes Coutrim* da Silva fala com orgulho do avô João Gumes<sup>29</sup>, das tias, da família, pertencentes a uma elite cultural de Caetité.

Nossa primeira entrevista ocorreu em 16 de janeiro de 2019. Cheguei às 14:00h, como havíamos agendado previamente, o local foi determinado pela colaboradora. Como sempre, Dona Zaira foi muito simpática, solicitou que eu entrasse e pediu que me sentasse em um sofá, na sala principal. Conheci apenas aquela sala, com um jogo de sofá, coberto com uma manta, um aparador com alguns porta-retratos com fotografias da família, filhos e netos. Durante nossas conversas não fomos interrompidas por qualquer tipo de ruído ou interferência de outras pessoas. Residem naquele lar apenas ela e seu esposo, o senhor Jaime.

Recebeu-me com um abraço. Pediu que entrasse e começou a dizer que havia procurado algumas coisas para mostrar. Trouxe um álbum de formatura, uma caderneta de dedicatórias, um livro de recordações do último ano na Escola Normal com homenagens dos colegas, uma Xerox de um recorte de jornal com uma dedicatória, em 1930, à sua mãe, o convite da sua formatura. Em seguida, antes mesmo de solicitar que se apresentasse, com o propósito de registrar tais informações, ela começou a falar. Conduta que se repetiu com todas as colaboradoras. Enfim, foi muito difícil fazer a entrevista sair como o planejado, mas deixar que a colaboradora falasse sem seguir um protocolo contribuiu para uma narrativa mais livre. Nossa conversa teve a duração de 86 min.

### *As palavras de Dona Zaira*

*Nasci em Rio do Antônio, em 14 de novembro de 1938, mas fui morar em Caetité aos três anos de idade, após a morte da minha mãe. Minha irmã mais velha era adotiva, depois de seis anos eu nasci, em seguida outro irmão. Quando minha mãe morreu um ficou com 2, outro 3 e outra com 6 seis anos. Meu pai construiu nova família, teve 11 filhas. Fomos criadas pelas tias, mas tínhamos ligação com o meu pai. Ele estudou somente o primário antigo e escrevia corretamente. Foi*

---

<sup>29</sup> João Antônio dos Santos Gumes nasceu em 10 de maio de 1855 em Caetité, onde viveu durante toda a sua vida, faleceu em 29 de abril de 1930. Teve como professor seu pai. Sua família não tinha condições financeiras para investir nos seus estudos, fora de Caetité. Sua neta Zaira, uma das nossas colaboradoras sinalizou que seu avô era autodidata e que tinha várias profissões: professor, rábula, funcionário público, pintor, arquiteto, “foi ele quem desenhou a planta do Teatro Centenário e do Mercado público”, escritor, tipógrafo, jornalista, “ele fundou o Jornal A Penna, no século XIX, meu avô era m verdadeiro autodidata”. Sugiro como leitura sobre vida e obra de João Gumes: Reis (2010) e M. Reis (2004).

comerciante, mas aposentou-se como avaliador judicial, que hoje exige nível superior.

*Eu fui criada por quatro tias, às quais chamo quatro anjos. Tive uma criação rigorosa [...] uma vez que elas eram beatas. Acreditavam que eu tinha que me aprimorar; parecia que eu era princesa, quando chegava lá todos vinham me paparicar. Fui estudar na escola normal desde o jardim de infância. Concluí o primário com 11 anos, fui estudar em Ponte Nova. Lá tinha o instituto da enfermagem. Ganhei uma bolsa de estudo para ficar lá e fazer o curso de enfermagem, quando tivesse o ginásio eu entraria para o curso de enfermagem, mas eu não quis, fiquei somente um ano [...], voltei e ingressei no curso normal em 1951, concluindo o curso pedagógico em 1956.*

## Rita Meira



*Nasci em 31 de março de 1933.*

*Meu avô gostava muito de ler Romance. Tinha aqueles romances grandes... De vez em quando ele arranjava um menor e eu lia.*

*Minha tia chegava brincar comigo: “fica só estudando, não quer fazer as outras coisas, precisa aprender a fazer tudo. Escola é pouco tempo”. Ela pensava que eu sairia da escola primária e me casaria.*

***Rita de Cassia Meira***

Foto: Tirada por Letícia Meira Santos Barros

Nosso primeiro encontro aconteceu em 22 de novembro de 2018. Em uma das visitas ao arquivo do IEAT, em novembro de 2018, encontrei uma pasta de matrícula da aluna Teresinha Meira, natural de Livramento de Brumado. No primeiro momento, acreditava que tivesse encontrado a pasta da professora de Didática do Colégio Estadual de Brumado chamada Terezinha Meira.

Ao retornar a Brumado, entrei em contato com Terezinha Meira, agendei a primeira visita às irmãs Meira, como são conhecidas. Trata-se de quatro senhoras solteiras, mulheres serenas, de vozes suaves, de vida religiosa, que inspiram respeito. Residem em um casarão construído pelo avô, Francisco Meira, uma construção antiga, localizada no centro da cidade,

tendo como referência a casa que fica no “fundo da Igreja Matriz”, onde moram as professoras, mulheres solteiras de vida religiosa, muito respeitadas pelas contribuições que deram à sociedade através da educação e da vida religiosa na comunidade do Bom Jesus.

Esse casarão conserva a estrutura do início do século XX, tanto a fachada externa como as dependências internas são muito bem cuidadas. Algumas adaptações, que não mudam o estilo da casa, foram realizadas com o propósito de dar conforto àquelas senhoras. Toda a mobília da sala de estar e sala de jantar é a mesma usada pelos seus pais, conservam parte das louças usadas pela família na primeira metade do século XX. Em um dos quartos, elas guardam vários baús de couro bordados com botões de metal e gravadas as iniciais dos respectivos donos. Identificamos: o da avó, Rita da Glória de Castro Meira (com as iniciais R G C M); o do pai, Francisco Meira (F M); o da tia avó, Donatila de Castro Meira (D C M); o da mãe, Maria do Patrocínio Meira (M P M), nesse último apenas as marcas das iniciais, pois era mais simples, de estilo diferente. Elas contaram que os noivos deveriam cada um ter seu baú, onde levariam seu enxoval. Hoje elas guardam roupas de cama, mesa e banho “mais antigas”, bordadas, colcha de crochê, coisas dessa natureza. Durante as minhas visitas, por diversas vezes, encontrei-as bordando, costurando, fazendo crochê, tricô.

Em nossa entrevista com Rita, no dia 17 de dezembro de 2019, às 9:00h, encontrava-se presente inicialmente Teresinha, sua irmã, que a ajudava a preparar o enxoval de uma sobrinha neta. Para isso, faziam trabalho de tricô e crochê. Quando elogiei o trabalho, Rita informou que as tias se preocupavam com os afazeres do lar, e que todas as mulheres precisavam saber costurar, bordar, fazer crochê, tricô e cozinhar; considera que “*com certeza elas acreditavam que todas nós iríamos nos casar*”. Só uma, Maria do Carmo, casou-se.

Para evitar interrupções, fomos para a cozinha, local que possivelmente favoreceria as lembranças, visto que em sua família há mulheres habilidosas na culinária, porém Rita não compartilha desse talento, pois informou não saber cozinhar, por ser a mais velha e ter saído de casa muito jovem para estudar, e quando retornou já era professora e suas ocupações eram outras.

Trata-se de uma senhora de aparência frágil, magra, de estatura baixa, pele branca, cabelos curtos, lisos e brancos (encoberto por um tom de castanho escuro); solteira, católica praticante, sempre presente nas obrigações da igreja. Seu pai era fazendeiro e comerciante que sabia ler e escrever. Segundo Rita, aprendeu a ler com o avô, mas foi alfabetizada em casa por uma professora particular. Sua mãe, dona de casa, era conhecedora das regras de civilização, mesmo sem ler livro de etiqueta, conforme conta.

Na ocasião da primeira visita, não havia observado que Rita (como pediu para ser chamada, ao solicitar que esquecesse o “dona”) tinha um tremor no lábio superior, como se estivesse nervosa, talvez pelo fato de estar narrando acontecimentos da própria vida, ficando ansiosa, considerando que uma de suas irmãs chamou a sua atenção, dizendo: “*Não vá ficar preocupada e perder o sono até o dia da entrevista*”. Mas, durante nossa conversa, Rita justificou que o tremor nos lábios “*não é nervosismo, há alguns anos apresentei esse tremor, nos lábios, meu sobrinho que é médico disse que é da idade*”. Essa justificativa trouxe tranquilidade, porque havia a preocupação de não provocar desconforto à colaboradora. A conversa foi gravada em um gravador e no celular, com duração de 1h e 50min.

### ***As palavras de Rita***

*Sou Rita de Cassia Meira. Nasci em 31 de março de 1933, na fazenda Casa Nova, no município de Brumado. Fiz o magistério na Escola Normal de Caetité, concluindo em 1953. Meus pais são Francisco de Souza Meira e Maria do Patrocínio Meira; sou a primogênita dos 9 irmãos, três do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Todas as mulheres exerceram o magistério, dos homens apenas um, quanto aos outros dois um é médico e o outro mecânico. Minha família é família tradicional de Brumado. É descendente do fundador de Brumado, o capitão Francisco de Souza Meira. Meu contato com a leitura aconteceu muito cedo, pois meus avós tinham o hábito de ler histórias para nós. Eu pegava o livro e agia como se estivesse lendo, imitava minha avó. Meu pai e meu avô compravam livros para a gente. Estudei com a professora da fazenda, depois fui para Livramento de Nossa Senhora de Brumado, morar com minha avó, lá estudei até o 4º ano, quando voltei estudei mais um ano aqui em Brumado, depois fui para Caetité, fiz o Curso de admissão, e fui morar no Colégio das Freiras.*

As narrativas produzidas individualmente, pelas nossas colaboradoras, permitiram-nos ter acesso a informações sobre a família, a trajetória escolar, as relações de gênero que se estabeleciam no interior e no exterior da escola, as relações de poder que se intuíram a partir dos padrões dos valores sociais.

Elas surgem como um mecanismo que direciona o nosso olhar para as experiências narradas, considerando que as narradoras são mulheres que falam de um determinado lugar social, de um tempo distante, em que suas experiências foram atravessadas pelos acontecimentos no decorrer da vida, dos quais elas falam na velhice com mais emoção, sem se aprisionar às imposições da profissão ou da família. Nesse sentido, Leia Paixão (1991, p. 11) também enfatiza que a “memória dos velhos não é dirigida pela ação presente, ela implica um certo desinteresse pela vida presente, que as libera de imposições atuais da profissão e da família”; consoante a essa ideia da autora, percebemos que por mais que exista a liberdade de se expressar, elas ainda são cautelosas e buscam proteger a família, muitas vezes mantendo

segredos, que são revelados em uma relação de cumplicidade com a pesquisadora, impossibilitando-a de revelar. Coadunamos com a assertiva de Leia Paixão no sentido de entender que as narrativas de pessoas mais velhas, ao apresentarem o desinteresse pelo presente, possibilitam que as lembranças do vivido no passado, de forma natural, surjam no presente de maneira mais intensa, e muitas vezes aparecem com contornos diferentes.

Desse modo, muitos foram os cuidados ao trabalhar com as narrativas, visto que tivemos o mesmo ou até um maior grau de cuidado do que tivemos com os documentos localizados nos arquivos. Assim sendo, em conjunto com os documentos localizados nos arquivos, as narrativas possibilitaram-nos entender como essas mulheres se constituíram na condição de mulheres professoras primárias, que ensinaram matemática e outras disciplinas.

## CAPÍTULO II

### 2 CENÁRIOS E CENAS DE HISTÓRIAS VIVIDAS

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 1990).

Como afirma Jacques Revel<sup>30</sup>, o contexto nunca é algo neutro, inerte, que é apenas o cenário da história. Pelo contrário, é parte constitutiva e ativa da trama e, portanto, só adquire sentidos como parte da história que se quer contar. Assim, neste capítulo, buscamos construir cenários a partir dos fragmentos da história que emerge de documentos localizados nos arquivos públicos e privados, como o jornal A Penna<sup>31</sup>, a Revista de Educação da Escola Normal<sup>32</sup> (Anexo B), as fotos do APMC, as narrativas das colaboradoras, dentre outros documentos relacionados à formação de professoras primárias.

Para a construção desse cenário, foram mobilizados elementos das narrativas de senhoras, ex-normalistas, e dos documentos dos arquivos, os quais trouxeram elementos importantes para elaboração de contexto/cenário/cenas. Acreditamos que essa construção possibilite ao leitor elaborar seu próprio olhar para o lugar de formação das professoras e professores primários, protagonistas na história da educação na cidade de Caetité.

Nossos documentos, em especial as narrativas das colaboradoras, não apenas forneceram informações para o entendimento da relação ensino e aprendizagem da matemática e as relações de gênero no contexto de formação da professora primária, na Escola Normal de Caetité, e de sua atuação na educação primária do sertão da Bahia. Também, e essencialmente, possibilitaram vincular indagações sobre as experiências das colaboradoras e as representações que elas elaboraram sobre a dinâmica de se constituírem professoras na primeira metade do

---

<sup>30</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 262p.

<sup>31</sup> Editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1887 e 1943. Publicação com certa periodicidade, impresso na Typografia d'A Penna, do proprietário João Antônio dos Santos Gumes (1856-1939), jornalista, romancista e dramaturgo, avô da nossa colaboradora Zaira. Segundo esta, o Jornal A Penna não era limitado aos acontecimentos que ocorriam na localidade, de interesse apenas da população local, ela afirma que nas colunas do jornal era possível encontrar informações sobre acontecimentos mundiais. Circulava por Caetité e por boa parte do alto sertão da Bahia como fonte principal de informações, e também em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e no Estado de Minas Gerais (ZAIRA, anotações da pesquisadora, agosto de 2018). O jornal não se trata de um impresso estritamente pedagógico. Assim como o Jornal "O sexo feminino", mencionado por Faria Filho (2005, p. 72-75), fazia circular diversos temas referentes à instrução pública e privada.

<sup>32</sup> Essa revista era publicação da Escola Normal de Caetité, circulou bimestralmente de janeiro 1927 a junho de 1928, totalizando 8 números. No APMC existem seis exemplares, os demais não foram localizados.



século XX, enquanto sujeitos sociais dessas narrativas. Portanto, mulheres atuando conforme suas condutas e valores sociais, movidas por crenças, visões de mundo, por uma dinâmica de pensamentos sobre as diversas situações sociais em que suas múltiplas vozes soam suas versões sobre o vivido, nos diversos espaços sociais por onde circularam, em busca de uma formação centrada em aspectos físico, moral e intelectual, de acordo com as exigências legais<sup>33</sup> da época, tornando-as aptas para o exercício do magistério.

As narrativas e os documentos possibilitam um olhar mais aprofundado para a formação do professor a partir de vários lugares, ou seja, lugares de possibilidades, lugares de narrativas, que produzem elementos carregados de detalhes, de certas possibilidades, que não encontraremos em outros lugares, mas são apenas possibilidades, pistas ou prenúncios, dentre muitos outros que possam existir; como as várias cidades sugeridas ao longo do livro *As Cidades Invisíveis*, no qual Italo Calvino, por meio do discurso arrebatador do mercador veneziano Marco Polo, sugere várias cidades e as apresenta mediante insinuações sobre as imagens, as formas, as palavras, que provocam diferentes sensações em todos aqueles com quem interage.

Assim como as cidades de Marco Polo, as narrativas passam a ter visibilidade e dar forma ao contexto/cenário/cena com base nas viagens que fazemos com nossas colaboradoras, nos momentos de leitura incisiva dos documentos. Trilhamos pelos caminhos físico e simbólico, em que as colaboradoras traçam as idas e vindas da fazenda para a cidade, para a escola, para a igreja, para os passeios em torno da cidade aos domingos (especificamente ao observatório), para as festas de clubes ou em casa de amigos da dona do pensionato. Do mesmo modo que o grande imperador Kublai Kha, a quem Marco Polo conta suas histórias, fazemos livres associações para leitura das fontes, buscando descrever detalhadamente as exposições das experiências e representações elaboradas em torno do simbólico atribuído pelas ex-normalistas ao contexto de formação.

Bourdieu (2010) considera a existência de relações materiais e/ou econômicas, relações simbólicas (*status*) e/ou culturais (escolarização) que operam entre os indivíduos, numa organizada rede de interdependência. Ou seja, a posição social ou o poder que apreendemos na sociedade não estão sujeitos à quantidade de dinheiro que empilhamos, ou à posição de prestígio que gozamos quando temos escolaridade, ou a qualquer outra característica de evidência social, contudo está na relação de sentidos que essas questões adquirem em diferentes momentos históricos.

---

<sup>33</sup> Lei n. 1.846, de agosto de 1925.

Assim, as aspirações e as práticas culturais de cada pessoa são resultados de condições de socialização. Enfim, é nas histórias das experiências vividas por grupos ou por indivíduos que podemos abranger a natureza das aspirações, entender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem. Partindo desse ponto de vista, passamos a entender que as experiências vividas pelas ex-normalistas carregam as marcas de uma estrutura social definida a partir de um sistema de disposições de cultura na dimensão material, simbólica e cultural, dentre outras determinantes para a posição de privilégio ou não ocupada por cada uma delas.

No processo de formação da professora primária aparecem alguns tipos de aprendizado, destacados nas narrativas, relacionados ao contexto familiar e escolar – são maneiras distintas de adquirir conhecimento. Os conhecimentos adquiridos no contexto familiar seriam caracterizados pelo desapego e invisibilidade, garantindo às moças a aquisição e apreciação dos aspectos culturais dos seus grupos; por outro lado, o conhecimento escolar sistematizado e consciente assegurou o contato com os meios de produção de cultura.

Para Bourdieu ([1979] 2007), a aprendizagem familiar e a escolar são responsáveis pelos anseios, desejos culturais dos sujeitos, o chamado “capital cultural incorporado”. Nesse sentido, identificamos que o desejo de estudar das meninas é adquirido no contato com a família, uma vez que todas relatam que alguém da família lia para elas, contava histórias, dava livros de presente, além do fato de os pais promoverem aproximação da família com a escola, prática de algumas famílias, que supõem uma interiorização e identificação com certas informações e saberes; que têm um capital, em versão simbólica, resultante do processo de assimilação, adquirido à custa de investimento, tempo, dinheiro e desbarato, o que é muito comum nos grupos considerados privilegiados. No caso da nossa pesquisa, arriscamo-nos a chamar de grupos privilegiados aqueles constituídos por moças e rapazes que desbravavam o sertão em busca do conhecimento.

A mobilização em direção ao processo educacional é determinada pelo afastamento da instrução da família e aproximação da instrução escolar. Nesse processo, identificamos marcadores simbólicos que configuram as diferenças e as relações de poder, orientadoras das práticas de deslocamentos dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, entendemos, por exemplo, como são elaborados os critérios de diferenciação simbólica que se estabelecem no contexto da formação, onde existe uma definição de critérios para a escolha daquela ou daquele que vai dar continuidade aos estudos, muitas vezes implícito nas narrativas, nos modos de deslocamento para/na cidade, onde e com quem residirá, a decisão de permanência na cidade, a mudança de todos os membros da família, o distanciamento físico da família, aproximar e afastar-se da

família quando se aproxima da escola, o que é permitido e o proibido, as formas de acesso à escola normal, a presença do teatro na cidade, a vida religiosa, as festas.

Assim, os lugares por onde nossas colaboradoras passaram operam na *espacialidade*, mediante referências expostas na forma de narrativas das paisagens, descritas por meio da utilização de signos, que se compõem nas práticas sociais, e na compreensão dos valores e significados estabelecidos no campo simbólico (BOURDIEU, 2010), produzindo, assim, representações de lugares que estabelecem uma ordem local.

Portanto, novos espaços vão se construindo, a narrativa direciona-nos para os espaços de formação, não se restringindo apenas à escola normal ou a família, mas a espaços que as professoras frequentaram ao longo do processo de mobilização que acontece em prol da educação, dessa forma outros espaços vão se constituindo e, juntos, tornam-se responsáveis pelo processo de escolarização do sertão da Bahia.

As histórias sem palavras do andar, do vestir-se, de morar ou de cozinhar trabalham os bairros como ausência; traçam aí memórias que não têm mais lugar – infâncias, tradições genealógicas, eventos sem data. Este é também o ‘trabalho’ dos relatos urbanos. Nos cafés, nos escritórios, nos imóveis eles insinuam espaços diferentes. Acrescentam à cidade visível as ‘cidades invisíveis’ de que fala Calvino. Com o vocabulário dos objetos e das palavras bem conhecidas, elas criam uma outra dimensão, sempre mais fantástica e delinquente, terrível ou legitimante. Por isso, tornam a cidade ‘confiável’, atribuindo-lhe uma profundidade ignorada a inventariar e abrindo-a a viagens. São as chaves da cidade: elas dão acesso ao que ela é, mítica (CERTEAU, 1994, p. 200).

Nesse sentido, é preciso conceber a forma como estão dispostas as organizações sociais, visto que os lugares se modificam, transformam-se em novos espaços, o contrário também é válido, podendo ainda incluir as práticas sociais, especificamente, o jogo de poder<sup>34</sup>. Assim, os lugares vão ganhando forma, assumindo posições, dentro de uma ordem em que os elementos se relacionam e passam a coexistir. Os espaços são condicionados por intervenções, são lugares estudados socialmente, onde é preciso considerar os vetores como módulo de tempo, direção e sentido histórico (CERTEAU, 1994, p. 201).

Do ponto de vista físico e simbólico, a narrativa apresenta-nos algumas palavras-chave, como aproximação, distância, deslocamento, mobilidade, que nos levam a considerar os vetores tempo, direção e sentido históricos, os quais oscilam entre um ver, um ir e vir entre a cidade e

---

<sup>34</sup> Jogo de poder: expressão proveniente da teoria foucaultiana de poder, de jogo, de guerra. São as relações de poder presentes nas instituições, escolas, prisões, marcadas pela disciplina; através delas os jogos de poder são observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, subordinador-subordinado.

a fazenda, a pé, a cavalo, no carro de boi, na “boleia” do caminhão; nos pequenos trajetos pela cidade, que passam a ter sentido à medida que os sujeitos envolvidos no processo se deslocam pelos espaços e reconhecem a existência de uma ordem que opera nos lugares.

Neste ponto, ressaltamos a dificuldade em entender os aparatos simbólicos que constituem o processo da formação matemática da professora primária e as relações de gênero no contexto da Escola Normal de Caetité, pelo fato de os símbolos transmitirem vários sentidos, e esses sentidos serem e poderem ser explicados de diversos modos por diferentes sujeitos. Geertz (2001) chama a atenção para o fato de que “Os signos do poder e suas substâncias não são muito fáceis de separar” (GEERTZ, 2001, p. 121); diante disso, comecei a refletir sobre a necessidade de compreender o que as colaboradoras estavam dizendo, quando narravam trechos das viagens (constituem parte do cenário/cena da pesquisa) que as conduziram em direção ao conhecimento, o que despertava na menina o desejo de aprender, bem como entender as diferentes estratégias que elaboravam para vencer as *distâncias*, os *percursos*, os *caminhos* que as conduziram a um lugar na sociedade, cujo acesso não era para todas as mulheres, era lugar de privilégio, por muito tempo, reservado aos homens. Elas, então, descobrem que é possível ter acesso a um conhecimento que as tornaria professoras diplomadas, capazes de regulamentar a própria vida.

As vozes das nossas colaboradoras possibilitam perceber diferentes práticas de deslocamento, colocando-nos diante do desafio de nos atermos ao discurso, procurando entender, no diálogo, como essas práticas contribuíram para a superação das limitações de acesso à educação, que, muitas vezes, tinha início na tomada da decisão de encaminhar os filhos e filhas para estudar em Caetité – como já mencionamos, a primeira escola normal do interior da Bahia implantada em Caetité em abril de 1926.

Compartilhamos a ideia de que “A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados” (PORTELLI, 2016, p. 18). As narrativas das nossas colaboradoras admitem, de certo modo, destacar questões em que o discurso possibilita dar significado para os aspectos simbólicos que as lembranças, os esquecimentos permitem-nos perceber.

## **2.1 A Escola Primária: “a professora não era formada, mas era sabida”**

As narrativas das professoras evidenciam as distâncias percorridas para ter acesso à escola, nos esforços desprendidos pelas(os) jovens para estudar, na contratação de professoras leigas que vinham de longe, para ensinar as primeiras letras e as operações matemáticas aos

filhos e filhas dos fazendeiros, dos pequenos proprietários que viviam em torno da fazenda e dos familiares que moravam mais próximos à fazenda. Essa prática foi muito comum nas primeiras décadas do século XX, quando os fazendeiros cediam espaços para as aulas e para a residência da professora. Rita, Marília e Dona Zilda comentam sobre esse modelo de escola.

*A professora tinha a casinha dela. [...] Essa casa era de meu pai. Acho que meu pai deu. Era uma casinha também na zona rural. Tinha uma lagoa muito grande. Lembro-me que ia com meus colegas. Ao chegar, tínhamos que lavar os pés primeiro para poder entrar na sala. Isto era para quem quisesse, não era uma obrigação [...]. Tinha uma mesa bem grande também, uns bancos, mas não tinha carteira. Não sabia nem o que era carteira. [...] Era tudo principiante. Ela ensinava o 'abc', o soletrar, essas coisas assim. [...] A professora não era formada, mas era sabida. Ela ensinava direitinho. Depois ela encontrou oportunidade melhor em outro lugar e foi embora. Após isso, fui para Livramento (RITA, 07 de dezembro de 2019).*

*Meu pai estava preocupado com nossa educação, porque naquele tempo era difícil ter escola na zona rural. Tinha uma escola distante 18 ou 20 quilômetros, não tinha onde os alunos ficarem e os pais não tinham condições de matriculá-los. Então os moradores se reuniam e contratavam uma professora para alfabetizar os filhos, por um período de um ou dois anos. Ela se hospedava na casa de um dos moradores, e a escola era instalada na casa onde ela residisse, isso aconteceu em várias casas; era uma professora leiga, de Rio de Contas, [...] (MARÍLIA, 24 de outubro de 2018).*

*Aos sete anos fui estudar em Itaquaraí, com uma professora leiga, Palmira Martins Ramos, veio de Rio de Contas, ela só ficou três meses. Estudei o primário com a professora Judith Moreira da Cunha, na escola anexa da Escola Normal, já alfabetizada, e o segundo ano com as estagiárias na escola anexa à Escola Normal. Com o Professor Santana estudei um ano (devido a uma doença respiratória tinha aulas particulares). Ele me ensinou assuntos com um programa abrangente, superior ao que se ensinava no programa da escola primária convencional. Ao final daquele ano, fiz curso preparatório com o professor Alfredo Silvão, para submeter-me ao exame de admissão à Escola Normal. Aprovada, cursei quatro anos. Durante este período, frequentei o colégio de freiras espanholas como pensionista (DONA ZILDA, abril de 2017).*

Essa prática de educação mencionada pelas colaboradoras, como instrução em domicílio, em estabelecimento particular (o ensino oferecido na fazenda), em escola isolada (conforme dona Zilda), trata-se de um ensino particular, pois não existia uma verba do Estado. Segundo bibliografia estudada (FARIA FILHO, 2016; BRASIL, 1925; SANTANA et al., 2011), esses modelos de escola foram muito difundidos no Brasil desde o século XIX, atravessando as primeiras décadas do século XX. As narrativas mostram que essa prática de

escolarização estendeu-se pelo sertão da Bahia, até os anos 1940, como forma encontrada pelos fazendeiros, seus parentes e vizinhos para garantir os estudos de filhas e filhos.

As representações sobre o modelo de escola primária elaborada por essas mulheres estão relacionadas a uma escola precária, em razão das seguintes questões: falta de mobiliário; espaço de sala de aula precário; ausência de uma professora permanente; dificuldades de manter uma escola para a zona rural; cooperação entre famílias amigas, para manter uma escola próxima para seus vizinhos; existência de uma escola doméstica compartilhada com os filhos dos vizinhos. Uma escola que, a princípio, atende as necessidades de uma instrução destinada às primeiras letras, a contar e realizar as operações básicas, tendo uma professora leiga que sabia ensinar, e ambicionava remuneração.

Suas narrativas também evidenciam outras representações em torno do modelo de escola que não era para todos, por ser restrita a um número reduzido de sujeitos, devido às limitações de acesso, como o grau de dificuldade do ensino. Elas falam das dificuldades que marcaram as experiências vividas no percurso da formação, até o dia em que receberam o diploma de professora primária, mas é evidente que esse é um lugar de *status*, de poder social, desejado por todas as mulheres da época.

Outra questão que surge em torno desse modelo de escola refere-se à necessidade/desejo de dar continuidade dos estudos, que se manifestava nas meninas ou por sua família, após aprenderem as primeiras letras e a fazerem contas. Nas narrativas, percebemos que a continuidade aos estudos é destinada a poucos, uma condição de privilégio de algumas famílias, pois não era para todos os filhos e/ou filhas. Observamos que essa prática de encaminhar um ou dois filhos para as cidades, onde dariam continuidade aos estudos, era muito comum entre os fazendeiros de grande e médio porte; ademais, aqueles que tinham algum nível de instrução, acesso à informação, envolvimento político eram os que buscavam estratégias para encaminhar pelo menos uma das filhas para a escola normal.

Dona Zaira, Dona Lili, Rita e Dona Zilda deixam subentendido que os estudos eram a prioridade para os rapazes e moças da sua família. Enquanto Dona Rica, Marília e Rita não mencionam que todos os filhos e filhas iam para escola; destacam que, de alguma forma, elas se sobressaíram, pela facilidade de aprender a ler. Rita afirma que sempre que era questionada se desejava estudar “a resposta era sim”.

Dona Rica relata o esforço em levar os irmãos aos estudos, depois que ela e a irmã já tinham se formado e estavam trabalhando, mas nenhum dos homens deu continuidade aos estudos na Capital – prática comum aos filhos da elite.

Na família de Dona Zilda não havia escolha entre os filhos. Era comum a prática de encaminhar os filhos para estudarem em Caetité e depois na Capital. Ela nos conta que entre 1923 e 1925 cinco dos seus irmãos estudavam em Caetité, no colégio dos Jesuítas, ou no colégio do Padre Palmeira, e as duas irmãs mais velhas foram para a “*casa da ordem Bom Pastor, as duas estudaram lá*”. Embora seu pai não medisse esforços para os filhos estudarem, ela deixa claro que foi preciso impressionar seu pai, mostrando que tinha gosto para os estudos: “*eu vivia fazendo de conta que sabia ler, com 6 ou 7 anos ficava simulando a leitura em revista, livros do meu pai ou dos meus irmãos, fui alfabetizada em três meses*” (Dona Zilda, anotações da pesquisadora).

Em alguns casos, a influência da professora leiga foi fundamental na decisão de família, porque esta sabia quais crianças tinham mais habilidades para os estudos. Em outros momentos, as tias e os tios também influenciavam o pai e a mãe nas decisões relacionadas à educação, à preparação para o casamento, como podemos observar nas narrativas de Marília, Rita e Dona Rica, adiante.

Marília lembra que a professora da fazenda disse ao seu pai que ela ia muito bem nos estudos e, pelo fato de ser pequena e não poder ajudar nos afazeres do dia a dia da roça, gostaria de levá-la com ela, a fim de matriculá-la numa escola em Rio de Contas. Ela chama atenção para a relação de confiança que o pai havia estabelecido com essa família, uma vez que ele só conhecia a professora, que já era sua comadre, mas não conhecia os outros membros da família. Marília assim relata:

*[...]veja a confiança que se tinha, naquela época, nas pessoas. Meu pai abriu mão e me levou em Rio de Contas, para ficar lá com aquela família que ele só conheceu quando chegamos lá. Saí de casa e ainda não tinha nove anos... A professora nos acompanhou, meu pai passou uns dias por lá, depois foi embora, e eu fiquei na casa dela, com os pais, já idosos, e com umas moças já idosas que tomavam conta da gente. Lá eu fiz o segundo ano e o terceiro.*

*Em 1944 fiz o terceiro ano em Rio de Contas, quando voltei para as férias no fim do ano. Quando retornei para casa em 44, no fim do ano, a mãe de Rica e sua família já tinham se mudado para Caetité, onde recebiam sobrinhos e primos que iam estudar. Nesse tempo, minha tia, irmã do meu papai, disse: “manda essa menina pra Rio de Contas mais não, manda essa menina para Caetité, que em Caetité ela já continua” [...]. (MARÍLIA, 24 de outubro de 2019).*

Nesse caso, é clara a participação da professora e das tias na decisão de dar continuidade aos estudos para a formação de uma professora primária, mas a decisão final sempre era da

figura paterna. Quanto à escolaridade dos irmãos, Marília se refere a dois deles: “*foram dois, mas não continuaram, já estavam ficando rapazinhos e tal, interromperam*”.

Observa-se na fala de Rita que a decisão de continuar os estudos ocorreu quando a professora da fazenda abandonou a escola. Ela assegura que desejava muito estudar. Na sua narrativa, a figura materna sempre aparece em destaque e os avós aparecem como mediadores para o desenvolvimento intelectual, seja lendo livros, presenteando com romances, em alguns casos incentivando para os estudos. Enquanto as tias incentivavam para as atividades do lar, como podemos verificar na fala de Rita sobre as preparações para a viagem a Livramento de Brumado, ocasião em que os pais a deixaram morando com os avós.

*A professora teve que ir embora e eu já tinha uns oito para nove anos, quando meu pai me enviou para Livramento, aproveitando que uma tia nossa iria se casar. Minha mãe assistiu ao casamento e me levou para ficar, mas todos pensavam que eu não ficaria, por saudades. Então perguntavam: “Você quer ficar?”. Eu falava “quero”. “Quer aprender?”. Dizia “quero”. Nunca dizia não. Queria muito aprender. Gostava muito de estudar. Minha tia brincava comigo: “Você fica só estudando, não quer fazer as outras coisas, precisa aprender a fazer tudo. Escola é pouco tempo”. Ela pensava que eu sairia da escola primária para me casar (RITA, 17 de novembro de 2018).*

Ao falar da viagem para Livramento de Brumado, Rita permite-nos perceber as distâncias percorridas da fazenda até a cidade, que dariam condições para que pudesse continuar os estudos.

*Lembro-me que minha mãe arrumava tudo, fazia as malas [...] a galinha para comer no caminho, [...]. No fim, o cavalo entrou lá no meio do mato e saiu rasgando a roupa, não sei como não rasgou minha perna também. Mas minha mãe tinha um roupão de brim. Vestia de pé, tinha manga comprida, vestia até no pé. Montava no cavalo com uma sela diferente chamada silião. E ainda levava um camarada chamado Jesuinho. Ele me pegava e botava no cavalo. Meu pai também, naquele tempo era forte, ainda me pegava, mas geralmente era Jesuinho. O Jesuinho levava coisas de comer, levava carne, requeijão, essas comidas da fazenda, porque meu avô morava na cidade e não tinha essas coisas (RITA, 17 de novembro de 2018).*

Rita saiu de Brumado, com seu pai, no lombo do cavalo, muito pequena, para Livramento do Brumado, onde foi morar com sua avó, para estudar. Após concluir o 4º ano, retornou a Brumado, onde estudou mais um ano. Posteriormente, na boleia de um caminhão, juntamente com sua mãe, foi levada para Caetité, hospedou-se a princípio em uma pensão. Mas, na mesma ocasião, ao realizar o exame de admissão, foi morar no Colégio das Freiras.



*Fomos para Caetité no transporte do caminhão. Meu pai foi em cima do caminhão. Eu e minha mãe fomos na boleia. Lourde também foi. Levamos Meire, porque era pequena. Minha mãe falou: “vou para saber como é”. Chegando lá, ficamos no hotel Brasília, aquele de frente à catedral [...]. Quando chegamos no colégio, a freira deu o estatuto de tudo que precisava e eu fiquei logo lá. Tinha que estudar para o exame de admissão (RITA, 17 de dezembro de 2018).*

Dona Rica também se lembra das viagens realizadas em companhia da irmã e do pai, quando se deslocaram de Lagoa Real para Caetité. Seu pai era político e pequeno agricultor. Em uma visita a um amigo político, que residia em Caetité, elas ficaram para estudar, hospedando-se em casa desse amigo. Elas foram para Caetité a cavalo, em 1932.

*[...] sei que viemos passear aqui, eu e minha irmã. Éramos pequenininhas quando papai nos trouxe. Na casa onde ficamos, todos se apegaram a nós. Papai era político [...]. Então, o tal homem que ele sempre chamou para a política nos acolheu até a morte de papai (DONA RICA, 18 de outubro de 2018, grifo nosso).*

Dona Zilda foi morar em Caetité quando tinha 8 anos de idade. Hospedou-se em pousada, depois tornou-se “pensionista do Colégio das Freiras”, passando um período de seis meses em casa de parentes. Dona Zilda, ao ser indagada sobre o período que viveu em Caetité, lembrou de diversos episódios sobre as experiências vividas na Escola Normal, no Colégio das Freiras desse período, razões pelas quais teve sua narrativa incluída na pesquisa.

*Fui com 8 anos e fui satisfeita. Meu pais me levavam a Caetité, ele me levou várias vezes. Eu ia muito a cavalo; passávamos pelos gerais, pela fazenda chamada Santa Barbara, de cima víamos Caetité, dentro de um buraco, entrávamos em Caetité pela Rua da Barroquinha (DONA ZILDA, 29 de junho de 2019).*

Dona Lili, por sua vez, menciona que a família mudava-se muito, porque o pai era político e tinha o cargo de coletor do Estado.

*[...] eu vim de Bom Jesus da Lapa, papai era funcionário, coletor em Bom Jesus da Lapa, e trouxe-nos para cá. Eu fiz o exame de admissão na época, passei até bem, porque eu era muito estudiosa (DONA LILI, 25 de outubro 2018).*

A história de Dona Zaira é diferente das demais, considerando que passou a residir em Caetité logo após a morte da mãe. Orfã de mãe aos 3 anos de idade, foi criada por tias solteiras.

*Fui criada por quatro tias, quatro anjos na verdade, mas tive uma criação muito rigorosa. Elas eram beatas. Então achavam que tinham que me aprimorar e me criaram como se eu fosse uma princesa, todos me paparicavam.*

*Estudei em Caetité nos anos quarenta. Minha mãe faleceu em quarenta e dois. Fui para lá aos 3 anos. Com 4, 5 anos em Caetité tinha jardim infantil. Era a coisa mais linda o jardim infantil de Caetité na escola normal. Tem uma maquete da escola normal que mostra que tinha o salão nobre, que hoje é a câmara.*

Os trechos das narrativas, anteriormente mencionados, permitem-nos pensar sobre os múltiplos tempos que habitam o tempo da pesquisa. Por meio das histórias sobre as limitações encontradas, em busca do conhecimento, as colaboradoras procuram refazer, mesmo que mentalmente, os diversos caminhos percorridos, refletindo sobre as diversas formas e significados de deslocamento ressignificado ao longo do tempo: andar a pé, a cavalo, de carro de boi, na boleia de um caminhão.

Torna-se, então, relevante conhecer e entender as relações de tempo que envolvem a pesquisa, criando possibilidades para a percepção do universo formativo ligado ao processo da viagem, uma vez que a noção de tempo decorre das descrições das viagens em direção ao conhecimento.

Se as histórias das viagens fossem-nos contadas pelas jovens no final de cada tempo, talvez os detalhes dos lugares, o contato com o novo tivessem outra conotação, mas não saberemos, considerando que a memória não tem a função de reconstruir o tempo, e nem de anulá-lo. Ao romper com o “acortinado” que afasta o tempo presente do passado, a memória, sempre carregada de sentido e de sentimentos do que aconteceu, não apenas permite lembrar o fato, mas também como se sentiu, o que se sentiu. Ecléia Bosi (1994) lembra que os velhos exibem uma memória social atual, ao mesmo tempo contextualizada e resolvida, uma vez que se tornam espectadores de uma cena já terminada e desenhada no tempo. E o tempo passado é apenas a marca de onde tudo se iniciou.

As experiências das ex-normalistas são marcadas pelo tempo que separa o passado do presente. É importante considerarmos que ouvimos as histórias de viagem contadas por senhoras, falando de si em tempos distintos: da criança, da adolescente, da menina moça, da professora, da esposa, daquela que não se casou e cuidou da educação dos irmãos, ou daquela que sonhou com o casamento que não aconteceu. Enfim, são histórias que permitem perceber

uma conexão entre a permanência do passado e a sua articulação com o presente. Para Bosi (1994), seria a junção da memória com as diversas formas de percepção das lembranças que irão sobreviver de forma consciente no tempo presente, mesmo que de maneira inconsciente. Portanto, são as lembranças que atravessaram todas as etapas de uma vida.

Quando o sujeito envelhece, as histórias são narradas com a serenidade e com a experiência que só se adquirem com o tempo. Assim, elas falam dos lugares por onde iniciaram a viagem, dos lugares a que chegaram, do vivido, do ciclo de amigos (percebido nas cadernetas de recordações guardadas por Dona Rica, Marília e Dona Zaira), falam de muitos amigos que fizeram no percurso das viagens pelos diversos caminhos seguidos, sempre convergindo para o mesmo lugar do conhecimento. Cada história é única, o tempo vivido é único, ele pertence a cada sujeito. Desse modo, não podemos dizer que histórias são individuais, elas são constituídas no coletivo e, ao mesmo tempo, elas constituem o contexto social.

A relação de tempo em nosso estudo é percebida a partir de variadas dimensões, seja a física, o vivido, a dimensão histórica determinada pela relação entre presente, passado e futuro; tudo organizado na alternância de significados apresentados nas interações das narrativas das colaboradoras, que tornam evidente uma ordem de sucessão, duração e simultaneidade de fatos que marcaram as permanências e as mudanças educacionais do sertão da Bahia.

Nossa pesquisa atravessa tempos distintos da experiência de vida das ex-normalistas da Escola Normal de Caetité, e a história incumbe-se de interpretá-la a partir de uma realidade situada ao longo do tempo passado, que não pode ser revisitada, vista e ouvida como verdadeiramente foi, todavia será contada mediante as pistas oferecidas pelos documentos produzidos.

Assim, destacamos os aspectos relacionados à distância percorrida, resultando em viagens longas, com duração de um, dois dias, no “lombo de cavalos”, ou na “boleia de caminhão”, ou em “carro de boi”; as visitas às famílias só ocorriam no período de férias, no final do ano.

Os esforços desprendidos pelas jovens para estudar vão além das distâncias percorridas ao deixarem a família e irem morar em casa de pessoas estranhas, ou em casa de familiares, no colégio das freiras, ainda mais acentuados pelo distanciamento da família. Esse distanciamento ocasiona mudanças no ritmo de vida dessas mulheres de origem rural, que em tenra idade passam a viver na cidade, convivendo com a ausência dos pais e irmãos.

As colaboradoras que se mudaram para Caetité e as que nasceram na referida cidade declaram com entusiasmo a importância da experiência de ter morado e estudado em Caetité, “A princesinha do Sertão”, para a formação como professoras e pessoas atuantes na sociedade,



### Municípios limítrofes (SANTOS, 1944)

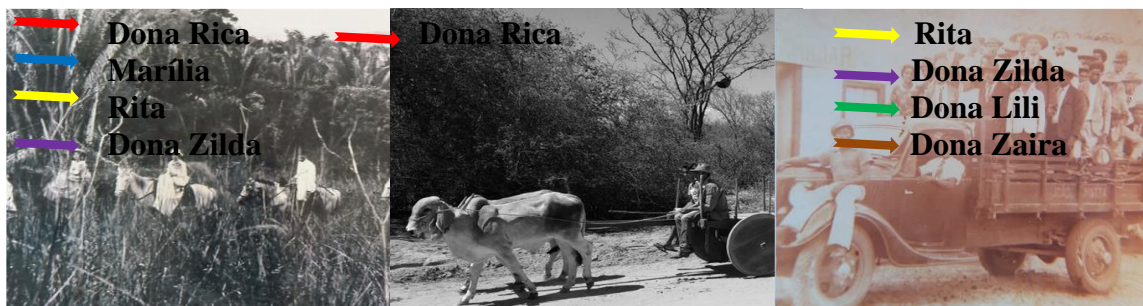
Ao Norte – Macaúbas e Paramirim

Ao Leste – Livramento do Brumado, Brumado e Caculé

Ao Sul – Urandi

Ao Oeste – Guanambi e Riacho de Santana

Figura 2 - Legenda dos caminhos percorridos pelas colaboradoras



Fonte: Fotos diversas – APMC.<sup>35</sup>

No mapa anterior, é possível observar os caminhos percorridos pelas colaboradoras em busca do conhecimento. Dona Rica faz a primeira viagem de Lagoa Real para a cidade de Caetité a cavalo, onde permanece para estudar, retornando depois de formada para exercer a profissão de professora primária no mesmo lugar de onde partira, como podemos observar em trajetória destacada em vermelho. Já o percurso de Marília está destacado em azul; como podemos visualizar, ela fez dois itinerários de viagem, primeiro sai da “roça” pertencente ao distrito de Lagoa Real para Rio de Contas, trecho que percorre apenas no retorno das férias do final do ano. Após três anos seu trajeto de viagem muda, ou seja, Marília passa a se deslocar para Caetité, onde fixa residência com a família da tia paterna, visto que sua família muda-se para São Paulo, e só retorna depois de formada, sendo nomeada professora primária, assim como dona Rita também retorna para sua terra natal. O percurso de Rita aparece em amarelo. Do mesmo modo que Marília, Rita vive a rotina de duas cidades, primeiro os pais a acompanham para estudar em Livramento de Brumado; ao concluir o primário, retorna a Brumado, e depois vai para Caetité, a fim de fazer o curso de admissão, onde fica até concluir o curso normal, retornando apenas nos feriados (como na Semana Santa) e nas férias. Dona Lili, por sua vez, relata somente que se mudara de Bom Jesus da Lapa para estudar em Caetité, trajeto destacado em verde. Dona Zilda sai de Brumado para Caetité, conforme trajetória em roxo, onde mora por 7 ou 8 anos, e passa por muitas dificuldades em razão de problema de saúde, mas ressalta que viveu momentos de muita felicidade, lembrados com muita alegria.

<sup>35</sup> A segunda foto da legenda esta disponível em: <http://www.sertaohoje.com.br/arquivo/08/2017/11>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Dona Zaira (marrom) relata-nos que é natural de Caetité, e somente depois de formada mudou-se para outras cidades.

Portanto, as experiências vividas por essas mulheres, no seu fazer diário, como filhas, irmãs, alunas, professoras primárias, também contribuíram para a imagem de Caetité, vinculada a um passado puramente intelectual<sup>36</sup>.

Nesse cenário, Caetité foi consagrada como “Princesinha do Sertão”, por ter abrigado uma elite influente, pela difusão da cultura e pelo progresso no setor educacional, conforme expõe a literatura, e pela formação das professoras primárias que expandiram a educação pelo sertão da Bahia.

## 2.2 Por que Caetité: “Eu sinto bem quando eu vou a Caetité!”

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990).

Uma forma de discorrer sobre Caetité seria a seguinte: localizada no sudoeste da Bahia distante 645 quilômetros da capital do estado, Salvador, a cidade encontra-se localizada em um trecho de terras muito tranquilo da Serra Geral<sup>37</sup>, como podemos verificar nos mapas (Figuras 3 e 4) de Localização da Serra Geral, a seguir, com uma elevação de 882,819826 m, clima tropical, latitude 13° 50' 01,96011" e longitude 42° 16' 10,69091" W ; sua história registra que durante muito tempo possuiu um grande manancial de água potável, água que foi se tornando escassa ao longo do tempo. Terras povoadas por índios, bandeirantes, fazendeiros, garimpeiros, políticos, religiosos, educadores, muitos foram aqueles que colaboraram com o seu desenvolvimento e com a sua história.

---

<sup>36</sup> Ribeiro (2009), Nogueira (2010), Pires (2005), Rica (2017), Marília (2017), Lili (2018), Zaira (2019) e Rita (2019).

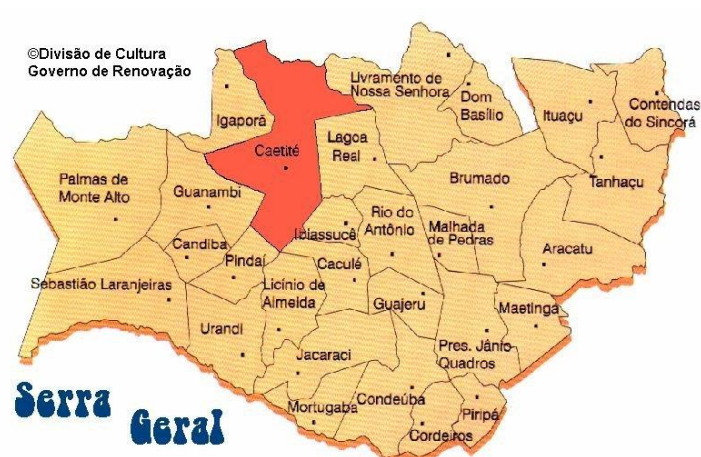
<sup>37</sup> Informações do site do IBGE.

Figura 3 - Mapa da Serra Geral na Bahia



Fonte: Site Geocities<sup>38</sup>.

Figura 4 - Mapa da Serra Geral



Fonte: Site Geocities<sup>39</sup>.

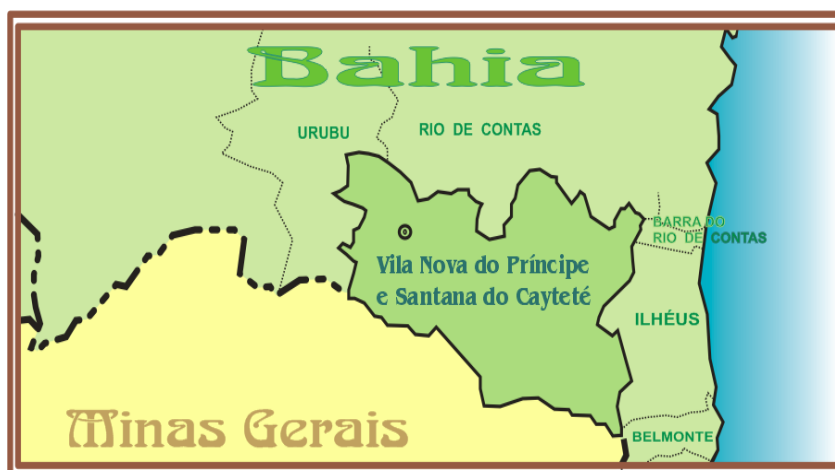
As condições geográficas de Caetité atraíam um grande número de pessoas, que faziam dessa região ponto de descanso/sobrevivência durante as viagens, devido às condições favoráveis e à hospitalidade, representando um oásis no meio do sertão. As pessoas que aspiravam os encantos da região também se encarregavam de difundir a impressão que apreendiam daquelas terras, atraindo para a região famílias que se tornaram proprietárias de fazendas, de pequenos lotes de terras, e passaram a desenvolver atividades relacionadas à agropecuária, à agricultura e/ou ao garimpo de pedras preciosas. Dessa forma, Caetité foi se

<sup>38</sup> Disponível em: [http://www.geocities.ws/caetitecultura/imagens\\_mapas.html](http://www.geocities.ws/caetitecultura/imagens_mapas.html). Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>39</sup> Disponível em: [http://www.geocities.ws/caetitecultura/imagens\\_mapas.html](http://www.geocities.ws/caetitecultura/imagens_mapas.html). Acesso em: 11 nov. 2020.

constituindo, chegando em 1810 à condição de Vila Nova do Príncipe e Santana, constituída praticamente por toda a serra Geral e o Sudoeste da Bahia, como poderemos verificar no mapa seguinte (Figura 5), e emancipou-se do município de Rio de Contas em 1867<sup>40</sup>.

Figura 5 - Mapa da Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayteté - 1810



Fonte: Site Wikipédia<sup>41</sup>.

Mesmo distante das regiões mais desenvolvidas do país e da capital do estado, as informações se propagavam, tanto de Caetité para outras regiões como das outras regiões para a cidade. Neste cenário, Caetité foi se desenvolvendo e no final do século XIX já ostentava o título de “Princesinha do Sertão”.

### 2.3 Os anseios de um povo pela educação

Só quem, como eu, conhece este nosso meio, presenciou as manifestações de cultura que os nossos velhos traziam de tempos mais remotos, o gosto decidido que havia entre nós para as causas de arte e litteratura; quem assistiu, em atrahentes tertúlias, o interesse que os moços d’aquelles tempos tinha pelas questões e assumnos literários; pode avaliar quando influiu para o nosso progresso a instrucção. Si não nos falam diretamente na actualidade os espíritos que tanto concorrem para o progresso intellectual do nosso meio, que n’aquelle bons tempos denominavam *corte do sertão*, por ser o centro da zona; os nossos archivos ahi estão para confirmarem o que venho asseverando (João Gumes, Revista Educação, 1927, p. 27).

<sup>40</sup> Os pesquisadores Santos (2001), Estrela (2003), Pires (2005), Ribeiro (2009) e Nogueira (2010), dentre outros, abordam de forma mais detalhada informações sobre o cenário socioeconômico de Caetité e sua influência nos aspectos educacionais, a partir da diversidade de documentos no Arquivo Público Municipal.

<sup>41</sup> Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra\\_Geral\\_\(Bahia\)#/media/Ficheiro:Caetit%C3%A9\\_1810vila.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_Geral_(Bahia)#/media/Ficheiro:Caetit%C3%A9_1810vila.png). Acesso em: 13 nov. 2020.



Uma das razões que levam ao codinome “Princesinha do Sertão” é, sem dúvida, a maior presença da instituição escolar no território da cidade, desde o século XVIII, mudando seu panorama, como podemos constatar em uma publicação de João Gumes na primeira edição da Revista Educação<sup>42</sup>, visto que o autor chama atenção para a importância da instrução ao progresso da sociedade.

João Gumes, no texto acima indicado, assevera que o desejo pelo progresso mobilizou diversos segmentos da sociedade caetiteense ao longo do tempo. Lembra que, ainda no século XVIII, encaminha uma representação ao governo da colônia pedindo a “criação de uma cadeira régia de latim para Caetité, sendo indicado para ministrar o ensino o mineiro João de Queiroz Osorio, competente mestre de *latinidades*” (GUMES, 1927, p. 27), tendo como primeiro discípulo padre Moreira Rebordões, seguido por outros que ali residiram. O tão afamado professor atraiu figuras ilustres de várias regiões para aprenderem latim em Caetité, como João Mauricio Wanderley, barão de Cotegipe, Queiroz Osorio, que se ordenou padre e foi morar em Lavras Diamantina, onde faleceu já muito velho.

Gumes também menciona documentos relacionados aos interesses da comunidade pela instrução, Caetité como “berço” de Zama, da família Spínola, de Plínio de Lima e muitos outros “homens illustres”. Fica claro em seu texto que a comunidade apresentava “O gosto pelas letras, pelo teatro e pelas bellas artes, que foi sempre o feitio do caetitéense desde os fins do século 18 é atestado por documentos e obras d`arte que eu conheci” (GUMES, 1927, p. 28).

Tais considerações do autor fazem-nos lembrar que a escolarização, como processo político, pedagógico e cultural, não ocorre no

vazio cultural, mas numa situação de grande densidade cultural na qual as pessoas são produzidas e reconhecidas como sujeitos na e da cultura, ou seja, que nossa sociedade, antes mesmo da escola produziam também modos de significar e reconhecer as pessoas educadas (da)naquela sociedade [...] (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 47).

O valor da instrução para o povo de Caetité, se acreditarmos nas informações e reflexões de João Gumes, foi uma das formas de atingir o progresso nos mais diversos aspectos e assegurar “o preparo dos espíritos das futuras gerações sertanejas, quer moral, quer intelectualmente; sempre procuraram dotar-nos com institutos de ensino” (GUMES, 1928, p. 28).<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Intitulado: A antiga Escola Normal de Caetité.

<sup>43</sup> Nunca é demais lembrar a dimensão construtiva do discurso em relação ao seu próprio objeto. Certamente, João Gumes ao mesmo tempo em que “informa” sobre este desejo de progresso, o produz como uma aspiração da elite

Dessa forma, entendemos que Caetité foi agraciada com a presença de instituições de ensino. Na primeira década do século XX, havia duas escolas primárias, uma masculina e outra feminina, funcionando regularmente; em 1910, foi criada a primeira escola mista; outras instituições educacionais, como a Escola América, para moças e rapazes, de caráter protestante, funcionou de 1912 a 1925, junto às instalações da Igreja Presbiteriana, abrigadas em Caetité em 1912, pelo missionário Jon Hery Mac-Caul, com o apoio de José Antônio Rodrigues Lima, Coronel Cazuzinha, intendente da cidade nesse período.

Nessa mesma ocasião, monsenhor Luís, informado sobre o retorno dos Jesuítas à Bahia e com o apoio do Coronel Deocleciano Pires Teixeira<sup>44</sup>, solicita do Arcebispo Dom Jerônimo um colégio católico. A solicitação foi aceita imediatamente. O Colégio São Luiz Gonzaga começou a funcionar em 16 de julho de 1912, em regime de internato e externato, com cobranças de mensalidades, destinado aos meninos, e funcionou até 1925 (MATOS; MARTA, 2017).

Fernanda Matos e Felipe Marta (2017) mencionam que antes mesmo da instalação do Colégio São Luiz Gonzaga, o Jornal A Penna já anunciava sobre os propósitos de funcionamento da escola e chamava atenção para os possíveis interessados pela matrícula, e para as normas de funcionamento.

Na edição do jornal A Penna de 07 de junho de 1912, assim como os autores mencionados, também observamos que os objetivos do ensino no Colégio Luiz Gonzaga<sup>45</sup> estavam direcionados para uma educação civil, intelectual e religiosa, oferecida ainda na juventude daqueles que deveriam frequentá-lo, tendo em vista uma educação por excelência e a formação de líderes. Uma educação que proporcionasse a “excelência” na totalidade humana, determinada pelas conjunturas de “pessoas e lugares”, voltada para uma “formação integral do indivíduo”, valorizando a “dimensão religiosa que perpassa toda a educação e o diálogo entre a fé e a cultura” (MATOS; MARTA, 2017, p. 1267).

O colégio era de caráter particular, cobrava valores relativamente baixos, mas, mesmo assim, excluía os meninos cuja família não pudesse arcar com as despesas relacionadas ao pagamento da matrícula, mensalidades e às despesas do enxoval individual (JORNAL A PENNA, 07 de junho de 1912, p. 02).

---

da cidade.

<sup>44</sup> Deocleciano Pires Teixeira nasceu em Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, atual Ituaçu-BA, em 1844. Estudou medicina no Rio de Janeiro. Em 1885, fixou-se em Caetité, onde viveu 45 anos. Correligionário do Partido Liberal, abandonou a clínica e foi se dedicar à política, elegendo-se para vários cargos, sendo pai de Anísio Teixeira.

<sup>45</sup> Funcionou no prédio da primeira Escola Normal, onde, mais tarde, funcionaria a segunda Escola Normal de Caetité.

Vale mencionar que os alunos diplomados no Instituto Luiz Gonzaga poderiam efetuar matrícula em classe imediatamente superior em qualquer curso do Colégio Antônio Vieira, na Bahia<sup>46</sup> (JORNAL A PENNA, 07 de junho de 1912, p. 02). No entanto, esse Instituto teve vida relativamente curta, deixando em Caetité muitos “frutos” que se multiplicaram. Em meio aos alunos que passaram por esse colégio, muitos intelectuais, professores, lideranças políticas e profissionais liberais; dentre eles, temos Anísio Teixeira, que teve desejos de seguir a vida religiosa, na própria Companhia de Jesus, mas, sob os preceitos familiares e o apego à figura materna, foi convencido pelo pai à formação em advocacia. Após estudar no Colégio Luiz Gonzaga, matriculou-se no Colégio Antônio Vieira, na “Bahia”, onde chegou com notoriedade de estudante excepcional, sua fama só o faria crescer. Formado em advocacia, atuou como promotor interino em Guanambi. Mas suas contribuições para a Bahia e o Brasil estão relacionadas a uma educação de qualidade, laica, gratuita, de acesso a todas as camadas sociais.

As atividades no Colégio Luiz Gonzaga foram encerradas em 1926, devido a diversas dificuldades enfrentadas no decorrer da sua existência, como redução anual do número de padres, dificuldade de comunicação com Salvador, de conseguir banca examinadora, o que refletiu na qualidade do curso ginasial. Além dessas dificuldades, a edição de 26 de abril de 1926 do jornal A Penna menciona que um novo regulamento de ensino determinado pelo governo da Bahia foi determinante para o encerramento das atividades no referido colégio.

A autora Maria Lucia P. Nogueira (2016) exhibe informações referentes às intenções da Igreja Católica na ampliação da educação feminina, em regiões distantes da capital, após a criação de bispados no interior do Estado da Bahia, no início do século XX. Em Caetité, o 1º bispo, D. Manuel Raimundo de Melo, com a ajuda das Religiosas do Bom Pastor<sup>47</sup>, criou uma escola para moças em 1919, funcionando até 1925; por falta de experiências educacionais desse grupo, houve o fechamento desta escola.

A primeira Escola Normal de Caetité foi inaugurada no final do século XIX. Tratava-se de um estabelecimento de ensino destinado ao sexo feminino, com um curso de 4 anos de duração, funcionando no período de 1898-1903<sup>48</sup>, onde se diplomaram três turmas, um total de

---

<sup>46</sup> Como chamavam Salvador.

<sup>47</sup> Dona Zilda, em uma de nossas conversas, se refere à casa da ordem Bom Pastor, onde duas de suas irmãs mais velhas estudaram – essa informação reafirma a ideia de que a família deslocava as filhas para estudarem em Caetité.

<sup>48</sup> Mediante as articulações políticas da época, Caetité vivenciou a experiência de ter como governo do estado um caetiteense, Rodrigues de Lima, que criou, pela Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895, a primeira Escola Normal. Logo em seguida, o governador Luiz Vianna apresenta ao congresso justificativas para a não instalação das escolas criadas na cidade da Barra e Caetité, cujo regulamento já tinha sido expedido, considerando que era preciso aguardar a realização das adaptações do prédio e a chegada do material escolar “encomendado na Europa”. Em 5 de agosto de 1897 foi notificada a nomeação do corpo docente e funcionários administrativos da primeira Escola Normal de Caetité, essa notícia confirmava que seria realizado o sonho da escola normal, mas esta só foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1898 (GUMES, 1927, p. 28). Nesse mesmo texto, Gumes relata que por toda

24 alunas: 6 professoras na turma de 1901, 6 professoras na de 1902 e 12 professoras na turma de 1903. Santos (1995, p. 51) apresenta um quadro com a relação nominal dessas professoras diplomadas na referida escola, comenta que as alunas que constituíram essas turmas, na sua maioria, eram de Caetité, somente seis de outras localidades próximas, “a grande maioria não foi ensinar, não havendo tempo para que fosse melhorado o ensino primário do sertão” (NOGUEIRA, 2010, p. 41). Mesmo assim, Caetité passou a representar para o Alto Sertão Baiano o principal centro educacional, destaque na formação de professoras primárias, a partir da criação da primeira Escola Normal e depois a segunda Escola Normal<sup>49</sup> em 1925.

No momento do discurso de Anísio Teixeira, durante a solenidade de inauguração da Escola Normal de Caetité, no dia 21 abril de 1926, a comunidade não assistia apenas à solenidade de inauguração da Escola Normal. Uma das mais “ardentes aspirações da população”, que neste dia também comemorava “ardentemente a realização de um sonho”, a volta de um estabelecimento que muito contribuiu para a instrução de mulheres do Alto Sertão Baiano, a primeira Escola Normal (1895-1903), destinada à formação de professoras primárias, que funcionou em meio a muitas dificuldades e “obstáculos que o atroz pessimista enxergava” (GUMES, 1927, p. 29).

João Gumes, em texto publicado na primeira edição da Revista Educação da Escola Normal de Caetité, dialogando com os professores, quis mostrar a importância das Escolas Normais para a população, fazendo referência aos diversos textos publicados por Marcelino José das Neves<sup>50</sup>, no Jornal A Penna em edições de 1897. Apresenta as ideias do professor Marcelino José das Neves, dirigidas à população de Caetité, sobre os reais motivos pelos quais a referida escola fora fechada.

Fazia-o, combatendo com sólidos argumentos os preconceitos que homens, aliás esclarecidos, propagavam contra as escolas normaes sertanejas, uns por falta de fé, outros por política tendenciosa, embora conhecesse o valor da instrução, methodizada e diffundida geralmente sob a direção e patrocínio officiaes, como o único meio de progredirmos, mesmo materialmente. Os

---

cidade o comércio, as repartições públicas e os centros que se dedicavam ao trabalho foram fechados, “todo movimento urbano pode-se dizer que concentrou em torno e dentro do edificio” e todas as autoridades e “pessoas gradas da Cidade as senhoras e senhorinhas da melhor sociedade o professorando e candidatas ao curso e representantes de todas as classes elevadas” (GUMES, 1927, p. 28) se reuniram no salão nobre para assistirem à solenidade de inauguração da Escola Normal. Em 1903, devido às divergências entre coronel Deocleciano Pires Teixeira, pai de Anísio Teixeira, e o governador eleito Severiano Vieira, a referida Escola foi fechada por um simples decreto do referido governador, “a pretexto que não havia numero de alumnas que compreendesse a enorme despeza de quarenta contos de reis annuases” (Jornal A Penna, 29 de abril de 1926).

<sup>49</sup> Fundada em pleno sertão, no edificio onde funcionou o Collegio de S. Luis, instituto de educação secundária dirigida pelos jesuítas (TEIXEIRA, 1928, p. 73).

<sup>50</sup> Nomeado em 1895 Delegado Escolar da vasta circunscrição com sede em Caetité. Professor da primeira Escola Normal de Caetité.

comodistas, os partidários do statu quo e os ignorantes foram em todos os tempos, e ainda são-no hoje – o embaraço que aqui encontra qualquer commettimento, qualquer empresa, qualquer medida que tenha o cunho de novidade, mas não venha logo afagando a ambição de cada um d’elles, a insaciável cupidez que os domina (GUMES, 1927, p. 28-29).

João Gumes, na edição de 29 de abril de 1926 do jornal A Penna, divulga o discurso de Anísio Teixeira proferido na solenidade de inauguração da segunda Escola Normal de Caetité. Antes de apresentar aos leitores do jornal o discurso, ele faz, na introdução, um apelo de conscientização da população para a importância do referido estabelecimento de ensino e informa que no passado outro estabelecimento de instrução, destinado à formação de professoras primárias, foi fechado no início do século XX, “em um momento de enfado político contra nossa cidade, a pretexto de que não havia número de alumnas que compensasse a enorme despesa de quarenta contos de reis annuase” (A PENNA, 29 de abril 1926, p. 04). Isso gerou descrença da comunidade sertaneja, além dos vários “boatos” que surgiram na ocasião da inauguração da primeira Escola Normal em 1898, deixando dúvidas quanto ao progresso intelectual dessa região sertaneja. Para algumas famílias, a escola não teria vida longa, poderia ser fechada a qualquer momento, os professores não eram competentes, não resultando, assim, em “bons frutos”. Essas questões impossibilitaram que Caetité progredisse intelectualmente no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, ocorrendo um grande atraso para a região. Por consequência, muitas escolas primárias foram fechadas:

[...] por toda a parte porque então considerou a classe dirigente do Estado que não valia a pena prove-las de substitutos, na maior parte incompetentes, e, não só deixamos de progredir intelectualmente, mas chegamos a retrogradar, por que nos tempos de antanho não era assim; não havia o movimento de descrédito que depois se levantou contra nós e o analfabetismo era combatido insistentemente; havia eschola por toda a parte (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04).

Como podemos verificar na introdução dessa notícia, João Gumes intervém junto à população, mostrando que precisavam ficar atentos para o progresso intelectual do povo do sertão, e que a instalação de uma segunda escola normal seria uma oportunidade para combater o analfabetismo que atingia a população, por questões políticas de outros governantes.

Essas questões permitem-nos perceber que a instrução pública que emerge no alto sertão baiano traz as marcas dos interesses de grupos políticos, que, na ocasião, não idealizavam os

novos padrões de socialização alcançados por todas as camadas sociais, em especial pelas camadas mais baixas<sup>51</sup> que também teriam acesso à instrução, com a escola pública gratuita.

A instrução pública no alto sertão resulta dos interesses políticos e religiosos, que produzem um mundo social, por meio de alianças realizadas em meio a tensões e confrontos, através de conexões que os unem ou dos conflitos que os opõem.

Nesse cenário político, religioso e educacional, as notícias circulavam de boca em boca, nos impressos, nos jornais, fosse o A Penna ou aqueles que vinham dos grandes centros, chegando muitos dias depois da publicação nas localidades mais distantes, das cidades, trazendo informações referentes à importância da instrução para o progresso da sociedade e a obrigatoriedade de enviar os filhos e filhas à escola primária, sob pena de multa e prisão<sup>52</sup>.

Assim, para as famílias mais abastadas, era preciso deslocar seus filhos para as cidades, para fazer curso que pudesse impulsioná-los a uma carreira de prestígio, assegurando a posição social da família. No caso de Dona Zilda, como já descrevemos, foi uma das famílias que teve condições financeiras para encaminhar todos os filhos para a escola, seja para Caetité e/ou para a Capital. Dona Zilda mencionou que não era fácil para as famílias mandarem seus filhos para outras cidades, no entanto, por diversas vezes, ao retomar essa questão, ela apresentou naturalidade, como se fosse uma decisão que todas as famílias deveriam tomar, considerando que essa era a única forma que os pais tinham de assegurar o futuro dos filhos. Marília e Rica compartilham da mesma opinião de Dona Zilda, no que se refere à necessidade dos estudos para todos os irmãos, no entanto deixam evidente que a falta de posse das famílias não permitia que todos fossem para a escola ao mesmo tempo, era preciso formar pelo menos uma, para que pudessem futuramente ajudar na escolarização dos irmãos.

Marília destaca que ir para a escola nem sempre foi em prol da felicidade da moça ou rapaz que foi destinado a ser o primeiro a estudar, “*quem ia primeiro seria a luz para que os outros fossem*” (Marília), considerando que não seria apenas seu exemplo que serviria de estímulo, mas o seu salário de professora auxiliaria nas despesas dos irmãos e irmãs.

No entanto, constatamos nas narrativas de Dona Rica, Marília e Rita que o acesso à instrução era privilégio de poucos, mesmo que fosse um direito de todos, pois muitas eram as limitações de acesso à escola, fosse aquela da fazenda ou as das cidades. De acordo com

---

<sup>51</sup> “[...] com a emergência da escola, estamos diante de novas formas de padrões de socialização, os quais tendem a afastar as novas gerações, sobretudo das camadas mais pobres, da cultura cultivada pelos ancestrais [...]” (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 52-53).

<sup>52</sup> A obrigatoriedade de frequentar a escola Pública ou privada podemos verificar no volume I *A Construção da Escola Primária na Bahia* – guia de referências temáticas das leis de reforma e regulamentos (1890-1939), elaborado por Elizabete Conceição Santana e outros, publicado em 2011.

algumas dessas mulheres, chegar à escola era muito difícil, era sofrido, desde as viagens ao afastamento da família.

Assim, para nossas colaboradoras, o deslocar-se para a cidade de Caetité, para estudar o primário e/ou o curso normal na Escola Normal de Caetité, foi difícil, uma vez que abrangia o confronto decorrente das experiências mais livres que viveriam ao se distanciarem da família, e ao se aproximarem dos atrativos oferecidos pela cidade. Aqueles e aquelas que chegaram a Caetité não mais estavam sob a proteção dos pais, mas de alguém da confiança da família, pessoas com uma história e uma boa reputação, a fim de hospedarem moças de família, seja nos pensionatos, no colégio das freiras, na casa de parentes e de amigos. As colaboradoras destacam que ao saírem de casa perdiam a proteção dos pais e familiares, ficavam sob os cuidados de pessoas que determinavam normas rígidas que precisavam cumprir, caso não seguissem teriam que retornar para a fazenda (Dona Zilda).

Assim, Caetité ganha destaque em defesa de uma instrução pública, ao alcance de todos<sup>53</sup>, pois muitos são os empenhos da população letrada para que a escolarização chegue a todas as famílias. Ao realizar o sonho da Segunda Escola Normal de Caetité, é perceptível nos discursos da população, nos anúncios do jornal e nas narrativas das nossas colaboradoras que, mesmo sob tensão, a população precisava acreditar e investir na formação de seus filhos e filhas. Observando o livro de matrícula, as atas de colação de grau, podemos inferir que a busca pela instrução em Caetité aumentava a cada ano, a exemplo do número de mulheres que concluíam o curso normal e desbravavam o sertão, levando a instrução para aqueles e aquelas que não chegam ao circuito da cidade.

### ***2.3.1 A Segunda Escola Normal de Caetité***

Como mencionado anteriormente, entre 1925 e 1926 o Colégio Luiz Gonzaga e o colégio dirigido pelas religiosas do Bom Pastor foram fechados. O primeiro era destinado à formação dos rapazes e o segundo à formação das moças. Muitos acreditam que o fechamento destas instituições estava vinculado ao novo regulamento de ensino, que trazia exigências que dificultavam seu funcionamento.

Nessa ocasião, ocorreram novas mudanças no cenário educacional e político da Bahia, refletindo diretamente no desenvolvimento de Caetité, devido à forte aliança política da família Teixeira com o então Governador do Estado. O cumprimento dos acordos entre Coronel

---

<sup>53</sup> Conforme prevê a legislação, Lei n. 1.846 de 14 de agosto de 1925 (Art. 92º, 93º) e o Decreto n. 4.218 de dezembro de 1925 (Art. 46º ao 60º e Art. 776º).

Deocleciano Pires Teixeira e o Governador do Estado tinha o intermédio da figura do ilustre Doutor Geral da Instrução da Bahia (1925), Anísio Teixeira, nomeado pelo Governador do Estado. A reabertura da Escola Normal de Caetité<sup>54</sup> foi umas das primeiras promessas a serem cumpridas pelo Governo de Dr. Francisco Góes Calmon aos políticos de Caetité.

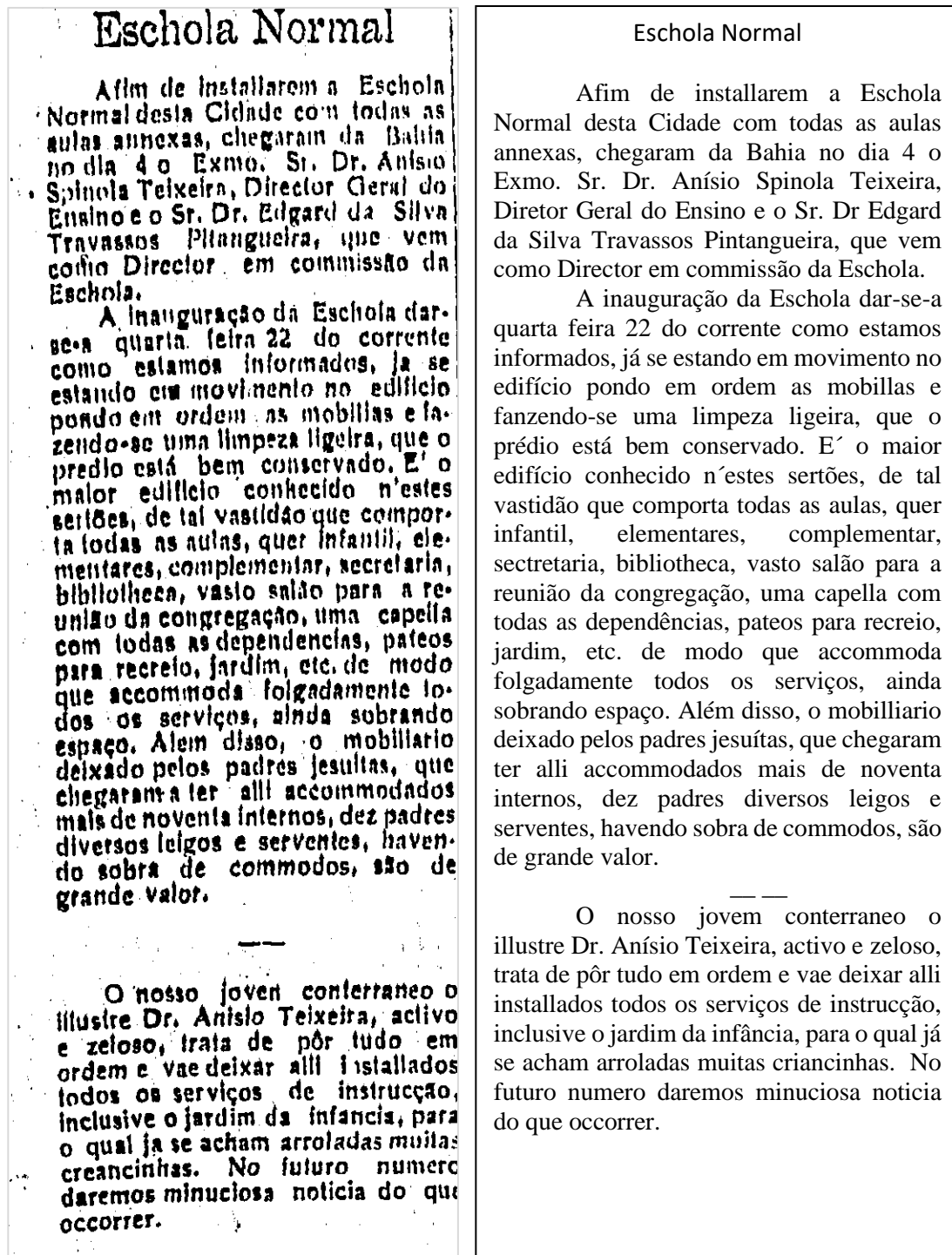
O Jornal A Penna informa à população que o prédio do Colégio São Luiz já está sendo organizado, para o funcionamento da Escola Normal, que o Exmo Sr. Dr. Anísio Teixeira e o professor Edgard da Silva Pitangueira, que assumiria a direção da Escola Normal, chegaram no dia 4 de abril de 1926 em Caetité, para organização do processo de inauguração da referida escola. Na Figura 6, adiante, podemos verificar o recorte de jornal do dia 8 de abril de 1926, acompanhado de sua transcrição.

---

<sup>54</sup> A Escola Normal de Caetité foi criada a partir da determinação da Lei de nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, mantida e administrada pelo Estado, gratuita, destinada à formação de professoras e professores, para atuarem na educação primária.



Figura 6 - Recorte do Jornal A PENNA: Chegada de Anísio Teixeira e Edgard Pitanguieira em Caetité para a instalação da Escola Normal



Fonte: Jornal A Penna de 8 de abril de 1926; Ano XV, Nº 373, p. ilegível/APMC.

A crença em um momento promissor para a instrução pública no alto sertão da Bahia provinha das notícias que circulavam em torno do papel da Escola Normal para proporcionar a instrução de qualidade ao povo do sertão. O Jornal A Penna encarregara-se de divulgar os ideais da Escola Normal meses antes da sua inauguração.

Dessa forma, o tão sonhado estabelecimento de ensino assegurava uma instrução pública de qualidade para todos. Seria um instrumento de progresso histórico para o povo sertanejo, com caráter regenerador, salvacionista, com capacidade para formar homens e mulheres aptos a mudarem o real cenário educacional de Caetité.

A edição do jornal A Penna de 4 de fevereiro de 1926 aborda a realidade em que se encontravam as escolas elementares do sertão, desde o início do século XX, quando muitas escolas foram fechadas, considerando duas razões:

As escolas elementares do sertão não mais foram providas de professores na sua maior parte por duas razões especiais: -não querer o Governo provel-as de substitutos e os normalistas formados na Capital temerem internar-se por estes sertões a dentro, apregoados inhospitos e adustos pelo próprio sertanejo (A PENNA, 04 de fevereiro de 1926, p. danificada).

O jornal também se encarregava de mostrar a seus leitores que a Escola Normal tornar-se-ia uma referência, um “modelo” disseminador da instrução pública de qualidade, ressaltando a importância da escola para o desenvolvimento da civilização da região, através do combate ao analfabetismo, que se alastrou nas últimas décadas pelo sertão, espalhando as ideias das quais estava convencido o Governador do estado.

Hoje, porem, acha-se convencido o ilustre Sr. Dr. Góes Calmon que o meio próprio de combater o analfabetismo, que por duas ou três décadas vem avolumando entre nos com uma tremenda ameaça, e estabelece se Escolas Normaes mesmo no centro onde mais distante se tornou o combate sem tréguas á ignorância [...] na grande maioria da população sertaneja. Só por meio de taes escolas poderemos contar em futuro próximo com professores que, nascidos entre nós, conhecedores do nosso meio, das nossas condições de vida, que são menos apertadas do que as da Capital e dos centros de população mas densa, preferirão exercer a nobre e digna profissão de bailar intelligencias n’esta altas regiões a submeterem-se á vivenda em meios a que já estão acostumados (A PENNA, 04 de fevereiro de 1926, p. danificada).

João Gumes, na edição de março de 1926, solicita que os leitores do Jornal A Penna meditem sobre a importância da “Eschola Normal entre nós. Que de todos os cantos da região sertaneja venham receber o pábulo de luz que é generosamente oferecido a todos sem escolha de classe ou condição” (A PENNA, 5 de março de 1926, p. danificada). Ainda:

Preparem-se pois todos os sertanejos baianos desta rica e opulenta zona para receberem condignamente o grande beneficio que o magnânimo e ilustre SR. Dr. Góes Calmon nos dispensa e concorrerem para uma grande frequência e matricula nas escolas elementares e normais que em breve vão ser instituídas

entre nós, com a certeza de que agora tesse meios de cultura intelectual serão permanente (A PENNA, 04 de fevereiro de 1926, p. danificada).

O jornal A Penna faz chamada à comunidade para a realização das matrículas, convocando o povo sertanejo a mandar seus filhos para a escola a fim de receberem a instrução, conforme ilustram as Figuras 7 e 8, adiante.

Figura 7 - Escola Normal: Chamada para Inscrições da Matrícula

**ANNO XV** ASSIGNAT POI

**ESGHOLA NORMAL**

Inscrições para matricula.  
Os pretendentes não percam tempo.  
A inscripção está aberta.

O Inspector Regional recebeu o seguinte telegramma para o qual chamamos a attenção das mocinhas e dos mancebos que se queiram matricular no primeiro anno da Eschola Normal. Delle verão também os paes de familia que os cursos do ensino elementar infantil vão ser abertos e que a inscripção para matricula das creanças deve ser feita dentro do mesmo prazo. Eis o telegramma:

«Bahia, 9—Prof. Deoclecio Silva. Abri as inscripções para a matricula e exame de admissão a completar o primeiro anno da Normal até o dia 20 e cursos da eschola elementar infantil até a mesma data. Cordeaes saudações. Anisio Teixeira, Director da Instrucção.»

Já no passado numero muito dissemos e explicamos sobre a grande conveniencia da Eschola Normal e, áquelles que não leram o que escrevemos, pedimos séria meditação sobre o que alli expozemos.

Sem perda de tempo devem inscrever-se os candidatos á Eschola Normal e habilitar-se a matricular-se nella não só para os cursos propriamente della como dos preparatorios que ministra a Eschola complementar, caso o pretendente não disponha de diploma de habilitação para uma ou outra.

Pedimos attenção para o que acima fica exposto.

JOÃO GUMES

**ANNO XV**  
**ESCHOLA NORMAL**

Inscrições para matricula.

Os pretendentes não percam tempo.

A inscripção está aberta

O Inspector Regional recebeu o seguinte telegramma para o qual chamamos a attenção das mocinhas e dos mancebos que se queiram matricular no primeiro anno da Eschola Narmal. Delle verão também os paes de familia que os cursos do ensino elementar infantil vão ser abertos e que a incrinção para matricula das creanças deve ser feita dentro do mesmo prazo. Eis o telegrama:

Bahia. O ---Prof. Deoclecio Silva. Abri as inscripções para a matricula e exame de admissão a completar o primeiro anno da Normal até o dia 20 e cursos da eschola elementar infantil ate a mesma data. Cordeaes saudações. Anisio Teixeira. Director da Instrucção.

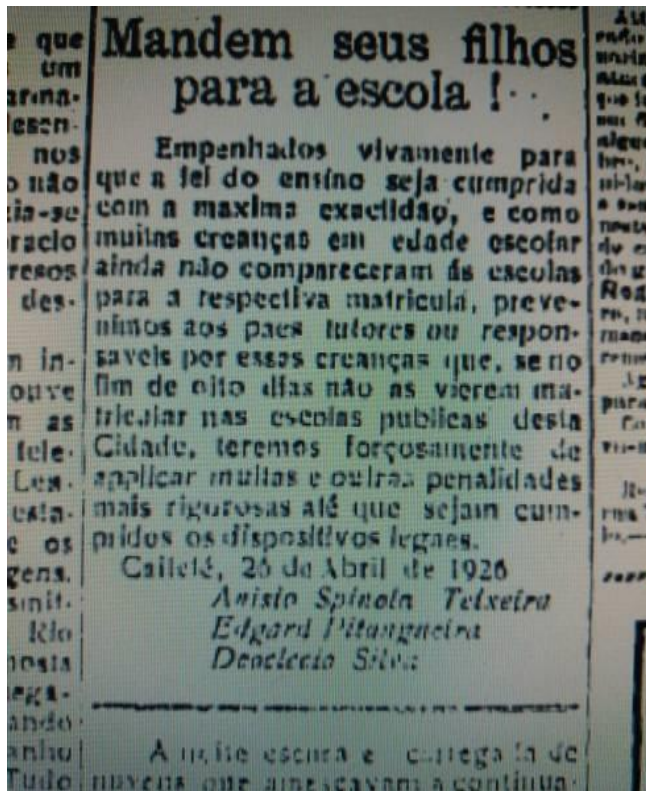
Já no passado numero muito dissemos e explicamos sobre a grande coveniencia da Eshola Normal e, áquelles que não leram o que escrevemos, pedimos séria meditação sobre o que alli expozemos.

Sem perda de tempo devem inscrever-se os ancidatos á Eschola Norma e habilitar-se a matricular-se nella não só para os cursos propriamente dela como dos preparatórios que ministra a Eschola complementar, caso o pretendente não disponha de diploma de habilitação para o acima fica exposto.

JOÃO GUMES

Fonte: Jornal A Penna, 11 de Março de 1926  
(APMC).

Figura 8 - Recorte do jornal A Penna com chamada para matrícula



Fonte: Jornal A Penna, 26 de abril de 1926 (APMC).

### Mandem seus filhos para a escola!

Empenhados vivamente para que a lei do ensino seja cumprida com a máxima de exatidão, e como muitas crianças em idade escolar ainda não compareceram às escolas para a respectiva matrícula, prevenimos aos paes tutores ou responsaves por essas creança, que se no fim de oito dias não as verem matriculas nas escolas publicas des Cidade, teremos forçosamente de aplicar multas e outras penalidades mais rigorosas até que sejam cumpidos os dispositivos legaes.

Caiteté, 26 de Abril de 1926  
Aniso Spinola Teixeira  
Edgard Pitangueira  
Deoclecio Silva

As notas publicadas no jornal A Penna apontam para o empenho das autoridades da educação em mobilizar as famílias a realizarem as matrículas dos seus filhos, considerando a obrigatoriedade e que o ensino nessa instituição contemplava desde o infantil até o curso normal. As notas deixam transparecer que todos poderiam ir para a escola, ao informar que é preciso se fazer cumprir os preceitos legais, caso contrário os pais, tutores ou responsáveis seriam multados, e poderiam sofrer outras penalizações. No entanto, é evidente que a Lei 1.846 de 24 de agosto de 1925 isenta muitas famílias de enviarem seus filhos para a escola, considerando a distância e a existência das escolas da fazenda.

Chega, então, o grande dia: a Escola Normal de Caeté<sup>55</sup> foi inaugurada em 21 de abril de 1926. Esse registro encontra-se na ata<sup>56</sup> da solenidade de inauguração da referida escola, no

<sup>55</sup> No exercício do cargo de Diretor Geral de Instrução Pública da Bahia, no Governo de Dr. Francisco Góes Calmon, Anísio Teixeira elabora um projeto de reforma da instrução pública do Estado da Bahia (Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925), regulamentada pelo decreto de 4218 de 30 de dezembro do mesmo ano, mediante instituição e institucionalização de práticas e normas que unificassem e uniformizassem o ensino público, e prevendo a descentralização do ensino. Anísio Teixeira dá início à gestão de Diretor da Instrução Pública da Bahia, com a reforma do sistema educacional, tendo como ponto de partida a formação de professoras e professores para atuarem na educação primária, tendo por base os princípios escolanovista, remodelando a escola normal da capital e criando novas escolas normais no interior.

<sup>56</sup> No Livro de Atas (1926 -1995) encontrado no Arquivo do Instituto Educacional Anísio Teixeira em Caeté, que

jornal A Penna de abril de 1926 e na Revista Educação Orgam da Escola Normal de Caetité, ato que aconteceu às 14:00 horas, no salão principal do majestoso edifício do Colegio São Luis Consales, onde passaria a funcionar a Escola Normal.

O discurso proferido por Anísio Teixeira, na solenidade da inauguração da Escola Normal de Caetité, em 21 de abril de 1926, foi publicado na íntegra na edição do Jornal A Penna de 29 de abril de 1926 e na Revista Educação Orgam da Escola Normal de Caetité, na sua primeira edição, em janeiro de 1927. Nesse discurso, fica evidente o propósito da instrução pública para a população do sertão baiano e a importância da descentralização do ensino para o sertão da Bahia:

Os objetivos de ensino variam em cada região e o olhar vigilante da administração central a todos deve reconhecer e a todos satisfazer, contrabalançando a centralização administrativa pela perfeita descentralização pedagógica.

Por isso, servir, não somente á zona do recôncavo, mas, à zona sertaneja e servil-a adequadamente, é essa a preocupação do governo, que, hoje, vamos satisfazer, em grande parte, com a instalação da primeira escola normal official do interior do Estado (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04).

Anísio Teixeira sinaliza que, na ocasião, o governador do estado estava desenvolvendo uma nova política educacional, voltada para a descentralização pedagógica, levando em consideração as diferenças regionais. Seria uma forma de tornar a instrução acessível a todos, e por consequência estimular as regiões mais distantes da Capital a atingirem os mesmos níveis educacionais apresentados pelas regiões mais progressistas, assim a instrução pública deveria alcançar as famílias mais humildes e de mais modestos recursos, que poderiam “aproveitar mais facilmente a inteligência e vocação de seus filhos” (A PENNA, 04 de fevereiro de 1926, p. danificada), ou seja, um discurso que previa a democratização da instrução através de uma educação que valorizasse integralmente as diversidades socioculturais das regiões.

Anísio Teixeira afirma que na Escola Normal serão processados “novos métodos” e “novos entusiasmos” pautados no uso de aparatos científicos e na implementação de estratégias administrativas e de cunho pedagógico. “Aqui, é que, vão proceder aos novos methods e os novos entusiasmos com que não somente se há de difundir a instrucção, mas a reforma da escola [...]” (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04). Professou também que “os actuares meios pedagógicos do mundo estão agitados por várias correntes inovadoras [...] Uma escola que seja

---

herdou a documentação da Escola Normal de Caetité, sua antecessora, consta a 1ª ata do referido livro de registro da solenidade de instalação da Escola Normal de Caetité, as atas de solenidades de colação de grau e as das sessões da Congregação da referida escola.

antes de tudo de preparação para vida [...]” (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04). Assim, a Escola Normal de Caetité, sob o olhar de Anísio Teixeira, passa a representar para o Alto Sertão Baiano um espaço de privilégio para a formação docente e de grande repercussão para toda a região sudoeste da Bahia. Um palco de profundas transformações, abrangendo os aspectos físico e social, o que torna Caetité o centro da região sertaneja em matéria de ensino público.

O propósito de Anísio Teixeira era difundir a instrução pública e reformar a escola, visava fazer com que dela saíssem mestres com “nova mentalidade pedagógica”, mestres que não medissem esforços ao educar seus alunos, para que “venha a ser um verdadeiro valor econômico na vida”. Nesse processo, a escola normal buscará guiar o mestre e “acompanhar-o-á fora da escola, buscando fazer sentir a eficácia do arrimo escolar” (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04).

Nesse mesmo discurso, Anísio Teixeira incorpora à formação do mestre a preocupação que tem com a formação do homem sertanejo, chamando a atenção para os sertanejos “homens que irão lutar com uma natureza áspera e irregular e cujos meios de victoria ainda são primitivos”, sendo preciso dar-lhes “a consciência de suas responsabilidades perante a terra a que vão servir que, só eles, poderão um dia erguer ás elevações civilizadas dos paizes esclarecidos e fortes” (A PENNA, 29 de abril de 1926, p. 04). Esses preceitos exigem, segundo Teixeira (1926, 1927), uma formação intelectual e moral do professor, inteligência, esforço, prudência e dedicação, a fim de que possa processar, de acordo como os princípios adotados para a escola do sertão, a formação dos professorandos que garantirão uma escola “razoável e alegre, que, amanhã, havemos de ter”.

Ao encerrar seu discurso, Anísio Teixeira afirma: “esta é a missão que vos entrego, meus caros professores” (A PENNA, 29 de abril de 1926). O dia festivo da solenidade de inauguração da Escola Normal de Caetité passa a ser um marco de mudanças para o Alto Sertão da Bahia.

É importante ponderar que, a partir da reinstalação da Escola Normal em 1926, os avanços na instrução escolar passam a ser mais significativos para os diversos setores da sociedade, considerando os propósitos de Anísio Teixeira. Ainda que a instrução da escola pública brasileira, nesse período, apresentasse concepções conservadoras, ele traçava metas para reestruturação da educação na Bahia, com novos significados para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

O Jornal A Penna veiculava os acontecimentos da cidade, especialmente a propósito da instrução pública, destinada a todas as camadas sociais. Mediante o papel social da Escola Normal de Caetité, pregado pelo Estado, e as chamadas incisivas à população para realizar

matrícula dos seus filhos na educação infantil, na escola elementar e no curso normal, somos levados a acreditar que a instrução pública era acessível a todas as camadas sociais. Entretanto, surgem algumas contradições em relação ao acesso das camadas mais pobres à Escola Normal de Caetité, considerando que nesses períodos os pobres não tinham acesso à leitura, visto que era um privilégio de poucos. O jornal A Penna, como mecanismo de circulação dos acontecimentos, era um jornal lido pela elite, ou seja, instrumento de diálogo entre a elite. Como, então, as notícias sobre a Escola Normal chegavam às famílias mais pobres? Como circulavam as ideias de que a instrução pública estava ao acesso de todos? Os pobres, nos primeiros anos da escola Normal, tiveram acesso ao curso normal, destinado a moças e rapazes?

Pensando no espaço de circulação do Jornal A Penna, é possível acreditar que nos primeiros anos da Escola Normal de Caetité as matrículas para o Curso Normal contemplavam apenas os filhos e filhas provenientes das camadas sociais mais abastadas e tradicionais da cidade de Caetité e das regiões mais próximas e dos setores intermediários, pequenos fazendeiros, famílias cuja figura paterna tinha engajamento político, funcionários públicos, os quais tinham interesses em comum, compartilhavam valores, concepções, comportamentos e atitudes, que constituíam uma elite na perspectiva cultural, pelo nível de instrução que apresentavam, em virtude do acesso aos conhecimentos e pelas atividades sociais que realizavam.

### 2.3.1.1 *Quem chega ao Curso Normal*

*Toda história contada é uma vida vivida!*  
(autor desconhecido)

As ex-normalistas relatam que o ingresso na Escola Normal não era para todas as moças e rapazes daquela época, esse fato as colocava em “um lugar de privilégio”, como afirmaram Marília e Zilda em uma de nossas conversas, e reforçam que não foi fácil para as famílias daqueles e daquelas que não moravam em Caetité, principalmente por questões financeiras e morais. O discurso das colaboradoras mostra que muitas eram as despesas com os filhos e filhas que iam estudar. Antes mesmo da primeira viagem a Caetité era comum “*montar um enxoval com alguns vestidos e roupas de cama e mesa*” (RITA, anotações da pesquisadora); depois vinha a compra da farda/uniforme, taxas anuais da matrícula, despesas com moradia, materiais escolares, deslocamento no período de férias, compra de livros, além das despesas que algumas famílias tinham com as visitas regulares aos filhos e filhas.

Os depoimentos das colaboradoras e a legislação fortalecem a ideia de que a instrução, nos diversos níveis, ao longo do período histórico a que estamos nos reportando, restringia-se aos filhos e filhas das famílias de um determinado grupo social; elas consideram que o acesso à instrução e permanência na escola eram limitados a uma pequena parte da população, uma vez que a educação configura-se como um “bem escasso”, que estabelece hierarquia de poder. As narrativas situam-nos em um universo específico de competição, onde muitos desejavam, mas poucos se apropriavam desse “bem escasso”, a educação.

Enfim, quem ia para a escola gozava de privilégios sociais, os quais podemos dizer que estão correlacionados com três tipos de capital definidos por Bourdieu (1987), tais como: “capital econômico”, que abrange propriedades, bens materiais e posses financeiras; “capital cultural”, que abrange o conhecimento, a instrução, a informação nas mais diversas formas; o “capital social”, que abrange recursos advindos dos contatos com pessoas, prestígios e reconhecimento associados a grupos sociais; e o “capital simbólico”, intimamente relacionado com o social, “é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecido como legítimos” (BOURDIEU, 1987 apud SILVA, 1995, p. 4). As diversas formas de capital, em conjunto, determinam as hierarquias de poder nas diversas classes sociais.

A ideia de privilégio, muito frequente nas narrativas, permite-nos pensar em um ensino destinado a um número limitado de pessoas, mesmo que a Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925, seja reformulada pela Lei n. 2.232, de 20 de setembro de 1929, no que diz respeito à obrigatoriedade dos(as) jovens frequentarem a escola elementar, ampliando a idade escolar para o ensino primário elementar, quando determina a escola gratuita e obrigatória para as crianças de 7 a 14 anos de idade. Conforme o artigo 92 da primeira lei, “§ 2.º Os pais, tutores ou quem lhes faça as vezes são responsáveis pela instrução e frequência das crianças obrigadas à escola primária” e o parágrafo 3º<sup>57</sup> menciona que “O pai, tutor ou responsável que, notificado, infringir a disposição do parágrafo anterior incorrerá na multa de 10\$000 a 50\$000”. Reforça-se, ainda, a ideia de punição com a duplicação da multa a cada mês e após seis meses os responsáveis responderiam a um processo na justiça. Mas esse art. 92 também menciona a possibilidade de flexibilização da obrigatoriedade à matrícula das crianças nos seguintes casos:

§ 1.º Ficam isentas desta obrigação:

- a) quando não houver escola pública numa área de dois quilômetros de raio;
- b) quando sofrerem de incapacidade física ou mental, enquanto não forem criadas as escolas para anormais, ou sofrerem de moléstia contagiosa ou repulsiva;

---

<sup>57</sup> O anúncio do recorte do Jornal A Penna, apresentado na figura 7, sustenta que a obrigatoriedade do ensino foi respaldada nessa determinação.



- c) quando forem indigentes, enquanto não lhes fôr fornecido o vestuário indispensável;  
 d) si receberem instrução em casa ou estabelecimento de ensino particular.

Quanto aos demais cursos, dos quais trata a mesma lei, não se aborda a obrigatoriedade e a gratuidade. O artigo 91 exigia a cobrança de matrícula para os outros cursos de acordo com a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Taxas annuaes pagas em duas prestações

PARA O ENSINO COMPLEMENTAR	10\$000
PARA O ENSINO PRIMÁRIO SUPERIOR	20\$000
PARA O ENSINO NORMAL	30\$000
PARA O ENSINO SECUNDÁRIO	60\$000

Fonte: Lei: 1.864 de 14 de agosto de 1925.

A lei 1.864/1925 e o regulamento da mesma lei fixam normas relacionadas à obrigatoriedade do ensino, mas, ao mesmo tempo, flexibilizam os critérios ligados à obrigatoriedade dos pais de enviarem seus filhos à escola, tornando facultativa para aqueles que não podem chegar ao local da escola, seja pela distância física ou por condições financeiras, ou até mesmo pela falta de instruções. Assim, a Escola Normal de Caetité, nos primeiros anos, apresenta a matrícula reduzida e forte presença de uma determinada elite dominante (SANTOS, 1995; ROCHA, 2005).

Como o passar dos anos, há um aumento do número de matrículas e concluintes do Curso Normal, como podemos verificar nos livros de matrícula e no Livro de Atas das solenidades de colações de grau. Nas narrativas, as colaboradoras também mencionam a presença de colegas que eram apadrinhados (filhos e/ou filhas daqueles não podiam arcar com as despesas escolares) e de negras e negros, segundo elas eram poucos no contexto do Curso Normal. Dona Zaira aponta no álbum de formatura uma colega preta, e em seguida narra: “*Só tinha Nathalia de preta. Ela é pretinha, pretinha, pretinha. Hoje ela é muito famosa lá onde mora, em Livramento de Nossa Senhora. Não tinha ninguém moreno. Tinha outro que morreu num acidente*” (ZAIRA, entrevista), a entrevistada não se lembra de muitos negros na escola normal. As colaboradoras mencionam o professor de Literatura, professor Alfredo, que era negro, e que este tinha preferência por alunas que fossem da sua cor (Dona Zaira, Dona Zilda, Marília e Rita).

A ideia de que a escola não era para toda a população como determina a lei, e destacada pelas colaboradoras, é reforçada com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>58</sup>, quando é proposto aos Estados um ensino gratuito e obrigatório, que estivesse ao alcance de todas as classes sociais desde o nível primário ao superior, quando o direito de acesso à instrução passa a fazer parte das políticas educacionais de todo o Brasil. Muitas eram as reivindicações dos Pioneiros da Escola Nova. O Manifesto dos Pioneiros (1932, p. 193-194) recomenda que

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda “na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem”, cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas.

O Curso Normal da Escola Normal de Caetité no período investigado em nossa pesquisa foi muito restrito a um grupo pequeno das jovens do sertão da Bahia, norte de Minas Gerais e de outras regiões da Bahia, o que podemos verificar nos livros de matrículas e no livro de registro de diplomas. Nessa ocasião temos conhecimento de apenas duas Escolas Normais públicas, a de Caetité e a de Feira de Santana, e uma privada, a de Ponte Nova. Marília, Dona Zaira, Dona Zilda e Rita mencionam que a única opção para estudar era na Escola Normal de Caetité, mesmo com as dificuldades financeiras algumas famílias tiveram o privilégio de assegurar que pelo menos uma das filhas se formasse para professora primária, como foi o caso

---

<sup>58</sup> “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Foram signatários do Manifesto: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Paschoal Lemme, Roquete Pinto, Cecília Meirelles, Hermes Lima, Nóbrega da Cunha, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Venâncio Filho, C. Delgado de Carvalho, Frota Pessoa, Raul Briquet, Sampaio Dória, Noemy Silveira, Atilio Vivacqua, Júlio de Mesquita Filho, Mario Casasanta, A. Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Paulo Maranhão, Garcia de Rezende, Raul Gomes (XAVIER, 2002 apud REIS, 2014).

de Rica, Marília e Rita, pois relatam que se formaram primeiro, depois de alguns anos suas irmãs também foram para a Escola Normal.

A determinação do art. 92 da lei de n. 1.846 de 14 de agosto de 1925 isentaria Rica, Rita e Marília de frequentarem a escola, considerando que moravam a mais de dois quilômetros, por declararem que a família era pobre, sem muitas condições financeiras, mas relatam que tiveram acesso ao universo da leitura, recebiam livros como presente dos avôs, pais e tias, ao lembrarem das práticas de leitura em sua casa, pela avó ou pelos pais. Essas práticas de acesso à instrução eram limitadas a alguns grupos sociais, colocando-as em lugar de destaque na sociedade, uma vez que tinham consciência da importância do acesso à escola para assegurar que as famílias fossem referência para a sociedade, ao terem uma professora formada na Escola Normal de Caetité, a qual seria exemplo para os irmãos e irmãs mais jovens e para outras famílias que tivessem as mesmas limitações.

### ***2.3.2 A escola nos entrementes da vida***

Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p. 53) consideram, com base nos estudos de Edward P. Thompson, “que é preciso levar em conta a ação das famílias, das crianças e de vários agentes na construção da escola, de forma a entender que esta é simplesmente uma imposição dos esclarecidos”. Nas narrativas, consideramos “esclarecidos” aqueles que decidem pela criança: a figura paterna, materna, avô, avó, tias e tios, primas e primos, sujeitos que rompem com os padrões socioculturais vivenciados por gerações, quando o papel da mulher deveria ser destinado apenas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, as orações, educação dos filhos, sob o controle do pai e marido.

As narrativas das colaboradoras permitem-nos acreditar que a decisão de enviar as filhas para estudarem na escola normal estava vinculada a um lugar de destaque na sociedade. As pesquisas de Nogueira (2010) indicam que a primeira Escola Normal de Caetité estava destinada a mulheres da elite, enquanto na segunda havia uma predominância da elite nas primeiras turmas, porém passa a atingir mulheres de vários extratos sociais e dos mais diversos lugares. Na busca do sonho de uma instrução ideal, as colaboradoras, cada uma a sua maneira, fala-nos do “sacrifício”, “sofrimento”, “alegria” de desvincilhar-se da família ainda na infância, que naquela época marcou o início da formação educacional de muitas mulheres do alto sertão. No livro de registro de diplomas datado de 1929 a 1949, nos depoimentos das ex-normalistas e nos livros de registro de matrículas, constatamos que os alunos e alunas que frequentaram a

Escola Normal de Caetité vinham das mais diversas localidades da Bahia, de outros estados, a exemplo do norte de Minas Gerais.

### 2.3.2.1 A seca e a Normalista

A seca provoca um processo de deslocamento territorial e simbólico operado pelas nossas colaboradoras e, certamente, por muitas outras mulheres, antes e depois delas, dando continuidade a uma experiência ancestral de deslocamentos por martacos por vários motivos: fuga da seca, o comércio, a agropecuária, a extração de minério, a caça, do indígena, da tropa, e muitos outros.

Marília, ao narrar sua história escolar, remete-nos simbolicamente à seca, ao conhecimento que moças e rapazes adquiriam, como ela e seus irmãos, quando tinham que enfrentar um longo percurso por estarem distantes da escola e seus pais projetarem o sonho de terem na família filhos e filhas formados, mas, para isso, era preciso se distanciar da família, para se aproximar da instrução – essa era a estratégia daqueles que desejavam estudar.

Ela reflete e permite-nos refletir sobre as marcas deixadas pela seca de 1939, um período de estiagem que se alongou pelos anos 40 do século passado. Para ela, essas marcas não estavam relacionadas apenas às estratégias de sobrevivência que muitas famílias da elite ou das camadas sociais mais baixas<sup>59</sup> traçavam para driblarem a escassez na lavoura, o aumento os preços dos itens básicos para as sobrevivências, ou a falta d'água, mas, também, aos sentimentos gerados nos sertanejos.

As marcas que ficaram registradas na memória de Marília do período da seca são lembradas com emoção, as lágrimas vêm aos olhos, seu semblante demonstra tristeza, parece sentir dor. Não saberemos dizer se as lágrimas que vêm aos seus olhos na velhice possuem a mesma intensidade das lágrimas derramadas quando foi preciso afastar-se da família e aproximar-se da escola ou quando soube que a família partiria para São Paulo e ela ficaria para estudar.

Segundo ela, antes da partida de uma família para São Paulo, o natural naquela época era o seguinte:

*[...] o filho mais velho ia e geralmente o juvenzinho já não aguentava e queria ver coisa diferente, [...] eles iam fazer experiência, se desse certo, voltavam e aconselhavam os pais deles e iam para lavoura de café. Então,*

---

<sup>59</sup> Ribeiro (2009), Nogueira (2010, 2015) e Pires (2005).

*arrendavam um terreno e plantavam café, à meia, com o dono da terra (MARÍLIA, 2018).*

Marília relata que sua família, ao se preparar para a mudança, não tinha certeza de que poderia faturar com a lavoura do café. Em conjunto com seu tio, tomaram a decisão de irem para São Paulo com a família. No entanto, ela foi deixada aos cuidados da tia, para dar continuidade aos estudos. Essa decisão fora tomada pela família, cuja figura paterna decide deixá-la com a tia e suas primas e primos. Marília afirma que o pai e a tia tinham certeza de que essa era a melhor determinação para sua vida. Dessa vez, a separação ocorreu sem despedidas, “*apenas meus pais se despediram de mim, porque eu acreditava que ia com eles*”.

Após alguns dias da partida da família para São Paulo, Marília percebe que foi deixada sem ser consultada, não sabiam qual era a sua vontade. Essas lembranças deixaram marcas, com as quais convive até a velhice, pois Marília tinha apenas 13 ou 14 anos, mas naquele momento foi preciso aceitar a decisão dos pais. Assim, ao narrar o episódio da mudança da família, deixa subtendido que na ocasião entendia os propósitos da família, porém demonstra, com essas lembranças, que a presença dos pais na adolescência deveria ser muito significativa; dessa forma, lamenta a ausência da família em momentos significativos para a sua formação. Em suas palavras:

*[...] em 1945, 1946, em 1947 (não é precisa) meus pais resolvem tentar uma experiência, passando uns anos em São Paulo, porque havia muita seca na zona rural, onde morávamos, e muito filho para criar. Acharam uma proposta boa e lá se foram, ele com a família, e um tio que era vizinho dele, inseparável. Eu, toda bonitinha, achando que iria embora para São Paulo também, com todo mundo. Resultado! Se arrumaram, foram em Caetité, me viram, despediram-se de mim, e partiram [...]* (MARÍLIA, 24 de outubro de 2018).

Ao deixar uma de suas filhas morando em casa de parentes, quando o desejo da mesma era estar junto aos irmãos, a família de Marília fazia uma escolha, foi preciso assegurar o futuro daquela que já estava “encaminhada” nos estudos, visto que era o melhor para a filha. Essa decisão aparece de forma evidente no suposto diálogo dos pais com sua tia:

*[...]Jeu não sabia que não iria, combinaram com a mãe de Rica, ela disse para não me levarem, pois estava estudando, estava na escola, lá poderia ser mais difícil, disse a eles para me deixarem estudar, pois cuidariam de mim. Fiquei muito sentida por não ir; nessa época eu já tinha 13 anos, 14, era uma época difícil para uma adolescente mudar de casa e deixar a família, mas tive que ficar. A minha salvação é que era como se eu*

*estivesse na minha casa, ali foi uma benção. [...] Então eu fiquei, estudei, terminei o quinto ano e fui para o curso normal* (MARÍLIA, 24 de outubro de 2018).

A normalista Marília deixou o convívio familiar muito jovem, indo morar com a família da professora da fazenda, em Rio de Contas, desde os “7 ou 8 anos” de idade. Essa foi a forma encontrada para garantir um nível de instrução mais avançado, porque os pais percebiam que era possível diplomar a filha como professora. Anos depois, aos 12 anos, ela foi morar com a tia em Caetité. Marília transparece sofrimento para superação da distância da família e aproximação da carreira de professora.

O sofrimento parecia necessário, ao ponto de justificar que ir para São Paulo com a família significava pôr em risco o seu o futuro que já estava garantido. O preço pago pela família e pela criança, depois adolescente e jovem moça, era reduzido pelo prestígio de ser professora naquele período, diplomada na Escola Normal de Caetité.

Os pais daquela época mandavam uma das filhas para estudar na cidade não pensando na felicidade dessa filha, mas em garantir prestígio para a família; *“você não faz ideia do que significava ter uma professora formada na família naquela época! [...] depois de formada, auxiliaria nas despesas da casa e dos estudos dos irmãos[...] era uma luz que guiava!”* (Marília, conversa por telefone em dezembro de 2020).

Ao lembrar-se das experiências vividas em busca da instrução, Marília fala da prima, Rica – constamos que as histórias se interligavam –, pois são primas de primeiro grau. Quando a família toma a decisão de que Marília continuaria os estudos em Caetité, ela passa a residir com a família da prima.

Marília e sua prima relatam que a família de Rica também passou pelo processo de migração da zona rural (Lagoa Real) para a zona urbana de Caetité, mas, ao contrário das experiências de Marília, a família de Dona Rica mudou-se pelo desejo de que todos estivessem juntos, e tivessem as mesmas oportunidades de estudo. No entanto, da família de Marília apenas ela, naquela ocasião, merecia estudar; só depois de sua formatura e do retorno da família de São Paulo, as irmãs tiveram as mesmas oportunidades de estudo. Na família de Dona Rica, os irmãos só foram para a escola depois que ela e a irmã mais velha já estavam formadas.

Na ocasião, Dona Rica já era diplomada e nomeada professora primária, atuando no distrito de Lago Real/Caetité. Conforme a colaboradora, em uma das visitas à irmã casada, elas foram ao teatro e, ao retornarem, a irmã, que era diplomada como costureira, mencionou que não era justo os irmãos não terem as mesmas oportunidades que elas, sugerindo que deveriam se mudar para Caetité.

*“[...] mas não dá, como é que aqueles meninos ficam lá, sem estudar” (disse a irmã). Eu pensei “como é que a gente vem”. Enfrentamos e fomos andando mesmo, levando tudo que tínhamos na roça: banco, cadeirinha de pau, as caminhas, tudo em carro de boi, saindo de Lagoa Real para cá. Carro de Boi! (muita ênfase ao falar do transporte). Minha irmã que costurava tinha o diploma (de costureira), e eu aprendi a fazer as costuras de mão. [...] Então fomos lutando e formamos os seis irmãos (DONA RICA, 18 de outubro de 2018).*

Para as colaboradoras da pesquisa, a mudança das famílias para São Paulo ou para Caetité<sup>60</sup> representava muito mais do que um mero deslocamento para lugares próximos ou distantes da sua localidade de origem, era um fenômeno que interferia diretamente no processo de formação de cada moça ou rapaz que deixava seu lar, sua família, e passava a morar em casa de parentes, em residências de amigos políticos, em pensionatos ou no colégio das freiras. Verificamos que o tempo de escola permitiu que Marília, Rica e as demais colaboradoras reelaborassem diversas lembranças das experiências, seja como alunas ou como professoras, que deixaram muitas marcas, as quais, segundo Nilma Lino Gomes, são “marcas profundas” que só conseguem ter aqueles que puderam “ter acesso à escola” (GOMES, 1996, p. 68).

### 2.3.2.2 As Normalistas e o Colégio das Freiras

O Colégio do Santíssimo Sacramento, fundado em Caetité-BA entre os anos de 1935 e 1952, tinha como propósito hospedar as jovens mulheres que se deslocavam de outras cidades para estudar na Escola Normal. Dona Zilda e Rita viveram a experiência de morar no Colégio das Freiras<sup>61</sup>. Por meio das suas narrativas, verificamos que um dos objetivos do colégio era resguardar a moral e a instrução das moças, para desempenharem os papéis de esposas e mães, para que expandissem na família e na sociedade os princípios e valores da Igreja Católica, conservando os princípios religiosos no lar. Uma forma de resguardar das irregularidades sociais que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita para o casamento ou para desempenhar o papel de professora.

As ex-normalistas que moraram no Colégio das Freiras descrevem com precisão o itinerário do Colégio até a Escola. Mencionam que era costume as moças saírem em fila para

<sup>60</sup> A busca pela educação ocasionou a mudança para Caetité de famílias inteiras, grupo de irmãos e irmãs, de moças e rapazes que vieram sozinhos, como o caso de Rita, Marília e Zilda.

<sup>61</sup> Sempre que nos referirmos a este espaço, chamá-lo-emos de Colégio das Freiras, expressão usada até a atualidade pela população de Caetité.

irem à Escola Normal, sempre acompanhadas por uma irmã; tudo sucedia de acordo com os padrões instituídos pelas irmãs, “*existia uma disciplina, muito rígida quanto à saída das moças do Colégio*” (Zilda e Rita). Estas não podiam, em circunstância alguma, sair sem a permissão das irmãs, e quando saíam eram acompanhadas por pessoas do Colégio, ou por parentes que moravam na cidade e iam buscá-las e trazê-las de volta. Dona Zilda e Rita falam da fila formada, em média, por 40 moças, para irem à escola, à missa e aos passeios dominicais, após a missa.

Assim, o Colégio das Freiras passava a ser um dos lugares onde as alunas incorporavam os valores e princípios morais, eram educadas para desempenhar os papéis sociais historicamente destinado à mulher. Ao falar das experiências no Colégio das Freiras, Dona Zilda e Rita citam o controle dos impulsos, do riso, dos sentimentos e das emoções, dando ênfase à forma como as normas e os dogmas da religião católica eram pregados, para que as moças, ao concluírem os estudos, fossem aceitas na sociedade da época. Rita e Dona Zilda se referem à limitação e à exaltação da voz.

*Dávamos aula de civilidade para nós mesmas, de noite, pois não podíamos conversar, mas nos lembrávamos de algo, conversávamos, ríamos até que a freira chegava e dava um “pito”* (RITA, 17 de dezembro de 2018).

*Não podíamos dar gargalhadas* (DONA ZILDA, anotações da pesquisadora após visita).

Elas se divertem ao se lembrar dos cuidados que precisavam ter com o corpo, para que este não fosse exposto. Falam das roupas que usavam: “*eram todas iguais, azul e branco, não podia usar vestido colorido, podia usar capote, mas em cores discretas, por causa do frio*” (Rita, 17 de dezembro de 2018); desse modo, deixam claro que não podiam chamar atenção para o corpo, considerado sagrado dentro da tradição católica.

Quando abordam o cuidado com a exposição do corpo, Dona Zilda e Rita dão ênfase ao hábito de tomar banho, rotina marcada pela água fria, tomar banho de roupas, andar em fila.

*[...] todo dia de manhã ela acordava a gente rezando. Quem estivesse dormindo ela fazia cócegas no pé para acordar. Rezávamos. Terminava de rezar fazíamos uma fila para lavar o rosto, depois que lavávamos o rosto vinha a fila para tomar café.*

*Depois da missa de domingo tinha um passeio no mato. Na rodagem tinha uma cachoeirinha muito bonita, tinha o observatório. Acho que era para tomar sol também. Na hora de tomar banho só tinha três banheiros. Água fria e na friagem de Caetité!* (RITA, 17 de dezembro de 2018).



*Tinha que tomar banho frio. Quando estávamos menstruadas a vontade era de tomar um banho morno, mas era difícil vir essa água morna, quando vinha tomávamos banho de “sopapo”. Tomava banho de camisola, de combinação. Não podia tomar banho nua, porque diziam que poderíamos morrer, ou acontecer alguma coisa conosco dentro do banheiro e ser preciso nos ver nuas (risos), isso era engraçado! Mas era bom, eu gostava, era muito querida das freiras (ZILDA, conversa com a pesquisadora em julho de 2019).*

A atenção para o corpo estabelece-se dentro das normas e princípios da tradição católica, quando o corpo precisava ser disciplinado através de regras, para evitar o pecado.

Segundo Dona Zilda, os dogmas da Igreja Católica embasavam-se em mentiras, que causavam medo às meninas, mas ela afirma que não se deixou conduzir pelo mundo sem resposta, apenas com as supostas verdades que eram apresentadas pelo Bispo e pelas Madres, para atender aos interesses dos pais, que confiavam a educação de suas filhas ao Colégio das Freiras, enquanto estudavam na Escola Normal. Justifica-se, ao mencionar que o marido era maçom e ela espírita.

*As freiras nos levavam para igreja [...] na Semana Santa inteira para assistir às cerimônias na Catedral, de madrugada, de manhã, meio-dia, qualquer hora que tivesse celebração da Semana Santa.*

*Às vezes o Bispo comparecia na Semana Santa, e as férias eram curtas, ninguém ia para casa. O bispo fazia aula apologética, no retiro, eram três dias de retiro, ele dava aula apologética, contava coisas mentirosas. Aula apologética de explicação, defendendo uma religião. Defendia a religião católica. Contava coisa que depois que cresci compreendi que eram tudo mentira. Contava o caso do maçom que chegou a uma pensão, na sexta feira da paixão, pediu um pedaço de carne. A mulher disse que naquele dia não serviria carne. Ele exigiu e a mulher botou. Começando a chover, trovoada e relâmpago. Quando ele foi cortando a carne, deu um trovão, ele disse “toma senhor, tanto barulho por causa de um pedaço de carne”. Mentira pura! Meu marido era maçom e eu conhecia a maçonaria.*

*A Igreja Católica tem muito dogma, muita coisa a gente tem que acreditar sem saber o porquê. Hoje eu sou espírita! Porque eu não achei resposta para minhas dúvidas na religião católica, ainda mais em um colégio que a gente ouvia tanta mentira. Queria que a gente visse demônio! Diziam que tinha demônio (ZILDA, julho de 2019).*

A reflexão de Dona Zilda sobre as verdades/mentiras contadas pelas figuras representativas da Igreja Católica durante um período da sua vida constitui-se como verdade, mas as experiências de vida, o contato com outras religiões, permitiram-na contestar as pregações do Bispo e da Madre, as quais, na velhice, são lembradas como mentiras.

Dona Zilda relata-nos que buscou outras verdades, enquanto Rita, ainda na velhice, demonstra uma fé inabalável na Igreja Católica, ou seja, cultivava os dogmas do catolicismo, os valores pregados pelas freiras, mantém uma vida religiosa, indo à missa pela manhã e aos domingos, participando das festas religiosas, o que constitui para ela, hoje, uma obrigação/rotina.

Rita, ao tratar das experiências vividas no Colégio das Freiras, não fala de sofrimento, menciona que tinha muitas regras, as moças eram vigiadas, por isso os pais confiavam a moral das filhas àquelas senhoras. Ressalta, ainda, que não tinham momentos de liberdade, considerando que a Escola Normal era uma extensão dos princípios pregados no Colégio das Freiras.

Andar em filas parece incomodar Rita até os dias de hoje. Para ela, configura-se como um excesso de cuidado, organização, limitação, proibição, considerando que em todos os lugares que as “meninas das freiras” fossem o deslocamento era sempre em fila, dessa forma os espaços de circulação pela cidade eram limitados. Em seu relato:

*[...] Terminava de tomar o café, fazia outra fila para ir à escola. Chegava lá entregava na escola e voltava. Quem não tinha a última aula a irmã voltava para buscar na última aula, mas não deixava sair só* (RITA, 17 de dezembro de 2018)

*Tinha a fila das meninas e umas freiras ou uma pessoa de confiança das freiras levavam-nos para a escola. Pessoa responsável, Lidinha, era uma pretinha, de confiança, que levava-nos para a escola. [...] tinha umas moças danadas* (ZILDA, julho de 2019).

Marília, observadora da rotina das meninas que moravam no colégio das freiras, menciona, assim como Dona Zilda e Rita, as limitações das moças. Ela desejava conhecer o colégio por dentro, mas, quando ia buscar uma prima para passar o final de semana na casa da tia, não passava da primeira entrada, onde ficava à espera da prima. Porém afirma que não adiantava essa prisão, conforme narra, em vários momentos, sobre o comportamento de algumas moças: “*Aquelas meninas internadas no colégio de freira no dia que saíam para passar o domingo fora se mostravam... Contidas? Quanto mais proibido, mais desejado*” (Marília, janeiro de 2019, anotações da pesquisadora).

Dona Zilda revela que o pior momento dos oito anos que morou em Caetité foi quando adoeceu, visto que os cuidados não correspondiam ao quadro da sua doença, quase morreu por desnutrição, teve sorte em sobreviver.

*Então, eu adoeci, tive sarampo. Estive ruim de Sarampo. Com um mês fui chupar jabuticaba na casa de uma amiga, pois eu gosto muito de jabuticaba, em Caetité até no quintal tem pé de jabuticaba. Voltei muito fraca, porque já estava fraca. Chamaram um médico, Doutor Clovis, irmão de Dona Judith. Disse que eu tinha tanta coisa, que eu era cardíaca, que eu tinha uremia (uremia), uma doença no Rim. Passou uma dieta de fome muito terrível, quase morri. Minha mãe foi me buscar, Doutor Mario me tratou e depois nós fomos para a fazenda, porque eu tive conjuntivite. O médico falou para o meu pai que por dois anos não me deixasse estudar, senão eu ficaria raquítica. Então eu fiquei o resto de 33, 34, 35. Em 1936 voltei para Caetité, para o colégio das freiras.*

*Fiquei lá, depois tive uma gripe muito forte, meu padrinho me tirou. Meu padrinho era casado com a madrastra de minha mãe. Me tirou e disse: “não, minha filha, você vai lá pra casa tratar, porque senão você morre, você fica tuberculosa e morre”. Saí e fiquei o resto do ano todo fora. Ele arranjou um professor particular. Então, fiz exame de admissão, passei, cursei os quatro anos, depois meu pai me tirou (ZILDA, conversa informal em 2017).*

Após o Colégio das Freiras ser fechado, Rita foi morar com um casal. Nessa casa ganhou mais liberdade, mas não saía muito; ficava sempre em casa para estudar.

*Fui morar na casa de seu Alírio. Era um guarda de peste, a mulher dele chamava Edite. Eu dormia sozinha num quarto, ela arrumava tudo. Ela cozinhava batata, cozinhava aipim, cozinhava abóbora. Dava aquele café gostoso e resultado: perdia a hora, chegava na escola atrasada e tomava falta. Minha colega falava: “Rita, pede a ela para lhe dar o cafezinho só com pão para não perder aula”. Meu acanhamento era tão grande que eu não tinha coragem de pedir isso a ela. Se eu falasse, ela poderia até deixar as coisas cozidas para o outro dia, mas sempre fui inimiga de pedir as coisas. Tomar emprestado até que tomava, quando não tinha (RITA, 17 de dezembro de 2018).*

Dona Zilda e Rita afirmam que foi muito tranquilo morar com as freiras, eram muito queridas por elas. Dona Zilda menciona que recebeu convite para seguir a vida religiosa, e que trocavam muitas experiências na companhia de moças de várias regiões. Entendemos que aquele espaço limitava a liberdade das moças, mas é certo que as representações elaboradas sobre as instruções recebidas, sejam de caráter religioso, moral, ético, comportamental, foram atravessadas por diversos tempos que constituem o sujeito no decorrer da vida.

As colaboradoras da nossa pesquisa comentam sobre experiências vividas pelas moças nesse colégio, e chamam a atenção para a rotina do internato e a falta de liberdade para ir e vir à Escola Normal, enfim destacam uma rigidez de normas, muito natural para a época. Segundo elas, as normas influenciaram na formação das normalistas que ali residiam com o propósito de estudarem na Escola Normal.

## 2.4 Os percursos na cidade de Caetité

Ao ver fotografias antigas da cidade de Caetité (Figura 9), Dona Zilda expressa-se com saudosismo e emoção:

*Caetité fica num buraco, entre morros! Aqui a Catedral! A Rua Barão! [...] Eu ficava no Colégio das Freiras, fica mais à frente da catedral, na Rua Rui Barbosa. Éramos pensionistas do Colégio das Freiras e estudávamos na Escola Normal. A Escola Normal era tão bonita! Muita emoção olhar essas fotos! (DONA ZILDA, julho de 2019).*

Figura 9 - Vista parcial da velha cidade, atualmente Bairro Santa Terezinha - Década de 1950



Fonte: APMC, autor desconhecido.

A memória de Dona Zilda elabora lembranças de alguns lugares em Caetité; quatro desses lugares são pontos de destaque na cidade: Praça da Catedral, Rua Barão, Colégio das Freiras e Escola Normal. Esses lugares são de destaque na cidade, dois deles mantêm até hoje o mesmo papel sociocultural. A Praça da Catedral, em especial a Catedral que tem como padroeira Nossa Senhora Santana, e a Rua Barão (Figura 10), pontos turísticos da cidade. O primeiro símbolo da Igreja Católica ainda conserva e divulga os preceitos religiosos cultivados pela diocese, talvez menos rígidos do que no passado, mas ainda conservador, mantendo, ao longo do tempo, a função de evangelização do povo sertanejo.

Figura 10 - Rua Barão de Caetité – Década de 1950



Fonte: APMC, autor desconhecido.

(Obs.: alguns detalhes: o calçamento rústico, o carro da época e um poste de ferro).

A Rua Barão constitui-se como um espaço possibilitador dos encontros das moças que passeavam de braços dados, como relatam as colaboradoras. Dona Rica e Marília lembram-se dos passeios pela Rua Barão: “saíamos da pensão por volta da 19:00h e ficávamos subindo e descendo a Rua Barão, ali os rapazes passavam e aconteciam as paqueras”; Dona Zilda e Rita recordam que não podiam sair do Colégio das Feiras para passear na Rua Barão, como faziam as outras moças, só saíam do Colégio das Freiras para a Escola Normal e para as missas. Esta era também a principal rua da cidade, onde residiam políticos e famílias influentes na época. Ao longo da história, a Rua Barão manteve-se como referência para os moradores de Caetité, como lugar de prestígio, por preservar as residências das famílias tradicionais de Caetité.

Na Rua Barão, na Praça da Catedral e nas suas imediações aconteciam e acontecem parte das festas populares da cidade. Outra rua lembrada por Dona Zilda e Dona Rica é o “Beco das Éguas”, hoje consagrada Avenida Santana; assim como a Rua Barão, constitui-se, hoje, um dos pontos de maior circulação da comunidade caetiteense. Na Avenida Santana encontramos agências bancárias, comércios diversos e a casa das irmãs Mouras, residência de uma das nossas protagonistas.

As lembranças de Dona Rica e Dona Zilda da Avenida Santana e da Rua Barão, até um determinado período, estão relacionadas à moral e dignidade das moças de “família”, visto que passar pelas imediações da primeira rua significava socialmente imoralidade e a perda da dignidade, pela segunda era uma prática de passeios noturnos das moças de “família”, como podemos verificar na fala de Dona Rica:

*Essa Avenida Santana não era rua, chamava-se Beco das Éguas, moça nenhuma podia passar aqui sozinha. Se passasse, ficava com a honra meio “arranhada”, porque aqui moravam raparigas.*

*[...] Tinha um passeio na Rua Barão, depois da janta todo mundo saía de suas casas para passear da esquina do bispo até, mais ou menos, a igreja São Benedito, passeando para lá para cá, aquele monte de gente. Das 9:30 para 10:00h todo mundo retornava para sua casa. Toda noite fazíamos esse passeio, era a coisa mais gostosa (DONA RICA, 15 de julho de 2019).*

Caminhar pela cidade significa depositar no corpo *que ocupa o espaço* os limites geográficos onde as “moças de família” poderiam ou não circular, a exemplo do “Beco das Éguas” e “Rua Barão”, ambos têm limites com a “esquina do bispo”; nossas colaboradoras elaboram, assim, uma representação gráfica dos espaços urbanos a partir do que nele é visível. Michel de Certeau (2002) sugere a “apreensão tátil” originária do ato de caminhar pela cidade, em relação com a linguagem corriqueira da ação do discurso. O autor considera que “o ato de caminhar está para o sistema urbano assim como a enunciação está para a língua” (CERTEAU, 2002, p. 164), uma forma de assimilação do código de normas que estruturam o espaço da cidade pelo passante. As experiências das normalistas de caminhar pela cidade de Caetité assumem uma “maneira de fazer” (CERTEAU, 2002) dos espaços das cidades, buscando a dimensão real e simbólica da existência dos lugares proibidos e lugares permitidos para o ir e vir das moças de família.

Estudar na Escola Normal representava circular de diversas formas pelos lugares da cidade, lugares marcados por espaços vividos em sua complexidade sociocultural, na sinuosidade do cotidiano da cidade, povoados e explorados pelos diversos sonhos, desejos, que também mostram a historicidade confrontante com os interesses dos habitantes da cidade.

É no ir e vir pelas ruas da cidade de Caetité que as normalistas encontram possibilidades para aquisição do conhecimento sobre as estratégias socioculturais, políticas, socioeconômicas – as relações de poder são estabelecidas no cenário da cidade como “lugar de transformação”.

Temos de constatar que, se no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (CERTEAU, 2002, p. 161).

Conforme Michel de Certeau (2002), as atitudes daqueles que circulam pelos espaços da cidade tornam-se responsáveis pela organização dos espaços, o que nos ajuda a compreender que as experiências vividas pelas normalistas, ao transitar pela cidade de Caetité, contribuem

para a organização de um conjunto de espaços, com acesso permitido e/ou restrito, sendo possibilidades legitimadas pelo cotidiano da cidade.

#### ***2.4.1 Os caminhos para a Escola Normal***

A Escola Normal de Caetité funcionou no mesmo prédio do Colégio Luiz Gonzaga, desapropriado pelo Governo de Dr. Francisco Góes Calmon mediante decreto de março de 1926. O prédio da Escola Normal ficava na Praça da Feira (atual Praça Rodrigues Lima) e ocupava uma grande área. A área dos fundos estava direcionada para o Jardim Ruy Barbosa (atual Praça Coronel Cazuzinha). O principal acesso à Praça da Feira era por uma rua estreita chamada Rua Saldanha, todas as normalistas se referem a esta rua como passagem diária até a escola.

Ao visualizar a foto da praça da Catedral, ilustrada na Figura 11, a seguir, Dona Rica e Dona Zilda indicam os caminhos percorridos para ter acesso à rua Saldanha, passar pela praça do mercado e chegar à Escola Normal.

Figura 11 - Praça da Catedral em Caetité – Década de 1950



Fonte: APMC, autor desconhecido.

O trajeto descrito por Dona Zilda, a partir da praça da Catedral, é mencionado pelas colaboradoras, considerando que todas moravam em ruas cuja trajetória para a escola tinha que passar pela praça da Catedral, para, depois, chegar à escola.

Ao falar da Escola Normal, todas chamam a atenção para a estrutura do prédio: “*a escola normal era tão bonita*” (Dona Zilda). O tom de voz de Dona Zilda, neste momento, está carregado de forte emoção. As experiências vividas nos espaços da escola são, hoje, reelaboradas a partir do olhar para fotografias, como as que expõem a fachada do prédio datado do século XX (Figura 12). Olhar estas fotos pode não representar muito para aquele que não tem o que recordar daquele espaço, mas para essas senhoras essas fotos contêm vida. A fotografia na Figura 13, em seguida, mostra a Escola Normal de Caetité e a imagem de pessoas que deram vida ao prédio.

Figura 12 - Estrutura do prédio da Escola Normal de Caetité – Década de 1930



Fonte: APMC, autor desconhecido.

Figura 13 - Fotografia da Escola Normal de Caetité – Década de 1930



Fonte: Acervo de Dona Rica e Dona Zilda.



Atualmente, nesse espaço, encontra-se apenas um pavilhão, onde funciona a câmara de vereadores. As fotografias (Figuras 12 e 13) mostram-nos um prédio com dois pavilhões, edificados simetricamente. As colaboradoras descrevem que o pavilhão da direita, chamado “Rui Barbosa”, era o salão nobre, sendo o salão de estudos, das festividades escolares, das solenidades de colação de grau, das sessões da congregação; no da esquerda, chamado “Goes Calmon”, funcionava a escola do jardim infantil e entre os dois pavilhões havia um pátio, com um belo jardim. Podemos verificar na fotografia que o acesso à escola dava-se por uma entrada central e uma lateral, no entanto a colaboradora Marília afirma que tinha outro portão, que não está visível na fotografia, *“havia um portão ao lado que dava acesso a outra rua. Aquele portãozinho facilitava a fuga de alunos, quando queriam faltar aulas. Tinha que ser muito rápido, porque o censor era “fogo”! (risos)”* (Marília). Dona Zaira, ao delinear a Escola Normal de Caetité, permite que suas memórias elaborem as lembranças do jardim infantil.

*Comecei no jardim infantil com cinco anos. As lembranças que tenho são do jardim com flores (verbenas coloridas) que molhávamos com um regador pequeno e das cadeirinhas. Quanto tempo! Muita recordação!* (DONA ZAIRA, WhatsApp, 9 de maio de 2019).

*E do outro lado era o jardim infantil, a sala do jardim infantil e a secretaria, tudo muito bonito. Do jardim tínhamos que cuidar das plantas, tinha as cadeirinhas, tinha o regadorzinho, em Caetité, a coisa mais linda! Não é o tempo que acaba são as pessoas. Como é que destruiu uma escola daquela, que tinha sala para tudo.*

*[...] aquelas salas todas, muito boas. Tinha um museu, e na aula de ciências íamos ao museu, onde explicavam sobre muitas coisas, tinha animais em formol [...]. Até uma criança bem novinha, um fetozinho* (DONA ZAIRA, 16 de janeiro de 2019).

Dona Rica, ao descrever o pátio da escola, a partir de uma fotografia, conforme mostra a Figura 14, adiante, também se refere a um jardim: *“era um jardim muito bonito, tinha um pé de mandacaru”*, dando ênfase à existência de um busto da princesa Isabel (Figura 15). Em seu acervo encontramos a fotografia, na qual identifica algumas colegas e afirma que foi tirada no jardim da Escola Normal. Apontando para fotografia, menciona: *“aqui tinha uma cachoeirinha, no jardim da escola, corria para uns lugares, tinha o mapa do Brasil, era uma belezinha. Nessa foto estávamos sentadas sobre a cachoeira”*.

Figura 14 - Jardim no interior da Escola Normal: Dona Rica e Colegas – Década de 1930



Fonte: Acervo particular de Dona Rica.

Figura 15 - Jardim da Escola Normal – Década de 1940



Fonte: APMC, autor desconhecido.

Em meio a tantas lembranças narradas, as ex-normalistas, que moraram na cidade de Caetité, se destacavam das moças que não iam para escola pelo uso do uniforme escolar, ou por

exibir em sua blusa um broche (Figura 16) com um escudo da escola. Observamos símbolos de *status* e poder. Dona Rica guarda seu broche como quem guarda uma joia preciosa, envolta em um lenço branco dentro de um envelope, em meio a outros pertences, como recorte de jornal, caderno de dedicatória, cadernetas de anotações, álbuns de fotografia, fotografias soltas, cartões postais, diário (que não podemos tocar), todos guardados em caixas ou em envelopes, onde deposita suas memórias.

Figura 16 - Broche usado pelas normalistas da Escola Normal de Caetité – Entre 1935-1942



Fonte: Pertence de Dona Rica.

O broche de Dona Rica, guardado com muito zelo, remete-nos à ideia de que existia uma obrigatoriedade em seu uso, para uma identificação daqueles e daquelas que poderiam ter acesso ao espaço da Escola Normal. Caso o broche ficasse em casa, apenas a farda, segundo dona Rica, não lhes dava o direito de adentrar a escola.

### CAPÍTULO III

#### 3 CENÁRIO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DA PROFESSORA PRIMÁRIA

Como sabemos, a formação matemática do professor e da professora que irão atuar no primário não acontece de forma isolada daqueles que atuaram como professores da escola normal. Por isso, buscamos entender o contexto da formação com base nas disciplinas que constituíram o programa das escolas normais da Bahia, verificando inclusive o que aparece sobre essas disciplinas no contexto local de Caetité.

Há uma fotografia da Escola Normal de Caetité que muito me impressiona, sempre! Ela foi “batida” no 20º aniversário da escola, em 1946, e impressa no papel fotográfico, hoje amarelado, destacando as marcas do tempo. Na imagem consagrada para posteridade, apresentada na Figura 17, os homens, elegantemente trajados, estão todos à frente, apoiados com um dos joelhos no chão, atrás podemos ver o conjunto expressivo das normalistas que frequentavam a escola e, no centro, o corpo docente.

Figura 17 - Lembrança do 20º Aniversário da Escola Normal de Caetité -1946



Fonte: APMC – autor desconhecido.

O fotógrafo, para capturar as imagens, escolhe o melhor ângulo, a fim de congelar determinados momentos, mas não captura uma única imagem; provavelmente existem outras fotografias, tiradas de outros ângulos, e o fotógrafo ao revelar pode ter feito outros recortes, porém foi esta escolha que eternizou o momento da solenidade do aniversário da segunda década de existência da Escola Normal de Caetité. Não sabemos se o fotógrafo teve a intenção de congelar um momento da trajetória dessa instituição apenas como “recordação individual”, ou se foi produzida com a finalidade de registrar aquele acontecimento, considerado de grande importância para a “preservação da memória da instituição” (SOUZA, 2001, p. 80).

Neste capítulo, ao operar com as opções feitas, não sabemos se seremos tão perspicazes como o fotógrafo ao fixar aquele momento, que representa um testemunho do 20º aniversário da Escola Normal, acontecimento de grande significado para a sociedade de Caetité, registrado pela fotografia. Assim como o fotógrafo precisou escolher a melhor luz, o melhor ângulo para tirar cada foto, e registrar um momento da história, nós também fizemos escolhas, tomamos decisões, fizemos recortes para a escrita de cada capítulo. Não saberemos dizer se tivemos azar ou a sorte do fotógrafo nas nossas escolhas, ao narrarmos uma história sobre o processo da formação matemática da professora primária em Caetité e as relações de gênero que envolvem o contexto da Escola Normal.

É importante considerar que as nossas escolhas se deram em face da existência de um discurso presente nos documentos, que não se trata de um jogo de “significação prévio” e não nos permite imaginar que “o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso com uma violência que fazemos às coisas, [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 53).

Dessa forma, debruçamo-nos sobre o conjunto de documentos dos quais lançamos mão no decorrer da pesquisa, constituídos por narrativas e por documentos encontrados em arquivos, e cujos enunciados configuram-se como acontecimentos descontínuos, ou seja, não exibem uma linearidade nos fatos históricos, muitas vezes configuram-se como um evento único, na sua “especificidade” (FOUCAULT, 2004). Tais documentos não apresentam uma continuidade, ou aquilo que pode se repetir infinitamente. Pelo contrário, podem se transformar e até mesmo se dispersar, se nos mantivermos atentos à ideia de descontinuidade sustentada pelo autor, de que não existe um discurso único e original. Todos os discursos, como um conjunto de enunciados,

precisam ser considerados e entendidos como práticas ou acontecimentos descontínuos<sup>62</sup>, e no momento de sua análise é preciso considerar unidade e dispersão.

Com essas ideias de especificidade e descontinuidade iremos analisar, mesmo que de forma parcial, as disciplinas que constituíram o programa posto em ação na Escola Normal de Caetité com o propósito de formar professores e professoras para atuarem no ensino primário no sertão da Bahia, revelando-se por meio de um conjunto de indícios encontrados na pesquisa.

Os indícios emanam dos registros das ações que constituem as políticas educacionais brasileiras: as leis e os decretos que regulamentavam o ensino normal, os registros do livro de ata, as publicações do jornal A Penna, os artigos escritos pelos professores da Escola Normal de Caetité publicados na *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*, anno I e II, o relatório elaborado por Anísio Teixeira, com a intenção de avaliar o ensino público da Bahia em 1928, e as narrativas das colaboradoras. Neles encontramos pistas para a história de formação dos professores(as) primários(as) em Caetité, que nos ajudaram a encontrar respostas para a questão de pesquisa.

### **3.1 Um mundo de inovações pedagógicas!**

Os fundadores e o corpo docente da Escola Normal de Caetité, ao organizar a escola, tinham plena consciência de que o faziam num ambiente regional, nacional e internacional de profundas transformações pedagógicas. Mas, ao mesmo tempo, sabiam que, ao dialogar com este mundo de inovações a partir de uma realidade local, precisavam fazê-lo também a partir das tradições que os traziam até ali. Desse modo, não é por acaso que uma das primeiras iniciativas institucionais foi a criação de uma Revista. Tal veículo, ao mesmo tempo em que buscava conectar a escola com as alunas e as professoras primárias, punha todo esse universo em contato com as várias iniciativas similares no Brasil e no mundo.

A capa do primeiro número da revista é, a este respeito, emblemática. A capa dessa edição apresenta traços que nos permitem deduzir que tenha sido desenhada à mão, representada por uma imagem feminina sobre um pedestal; um mastro, envolvido por um ramo, ostentando em seu topo uma lâmpada de Aladim; globo terrestre; livro aberto; régua, esquadro e compasso.

---

<sup>62</sup> “Um Princípio de descontinuidade: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2004, p. 52).

Nota-se a preocupação em dar destaque à figura feminina através da imagem de uma mulher branca, olhando de cima para baixo; ela se destaca pelo tamanho, transmite a ideia de superioridade, com trajés majestosos, altiva, posicionada de forma imponente em relação aos demais objetos. Poderíamos dizer que a revista incentiva/defende ideias de práticas inovadoras para o ensino no Curso Normal, representadas por objetos escolares, ilustrados na capa, principalmente no estilo da figura feminina que nesse período fora convocada para ter acesso à escola e para atuar como professora primária.

Outra forma de olhar para capa seria refletindo sobre os dispositivos gráficos que a constituem, porque são eles que permitem ao leitor o primeiro contato tátil-visual com os textos, nesse contato é possível o leitor encontrar vestígios sobre os textos colocados para leitura, assim a capa pode favorecer a mobilidade e a atualização dos escritos produzidos (CHARTIER, 2009), uma vez que os textos publicados em revistas possuem maior potencial de circulação, ou seja, nelas os textos encontram-se atualizados.

No caso dos conteúdos temáticos, sugeridos na capa da Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, remetem<sup>63</sup> o leitor às representações da escola, mediante os emblemas referentes à instituição escolar, como a imagem de uma lâmpada de Aladim, que pode representar o intelectual, a pesquisa, as constantes vigílias sobre a produção de novos conhecimentos. O livro aberto pode representar a oferta de informações, uma forma de permitir o acesso à educação e a cultura aos jovens que ingressarem na Escola Normal. Os instrumentos geométricos podem configurar como representação da aprendizagem por atividades práticas. O globo terrestre talvez remeta-nos à ideia de um ensino baseado em propostas pedagógicas pautadas em métodos inovadores, como os propostos pelos idealizadores da escola nova, escola ativa, da escola para o trabalho, discutidos no cenário internacional e nacional (TEIXEIRA, 1926).

Essa capa pode nos levar a outras interpretações, com a semelhança da imagem da mulher em um pedestal, podendo fazer uma alusão à Hipácia de Alexandria, uma Neoplatônica, primeira mulher matemática do mundo, que ensinava ao cristão e ao pagão, exercia liberdade nos espaços públicos em Alexandria, ocupando lugares masculinos, por volta de 415 AC. Hipácia ousava com seus ensinamentos em público, despertando o ódio de alguns cristãos (OLIVEIRA, 2016). “E o fato de ter sido uma mulher muito sábia, que foi destroçada por seus assassinos, fez dela uma mártir lembrada ao longo dos séculos” (OLIVEIRA, 2016, p. 5). O

---

<sup>63</sup> Nossas inferências, pois talvez não tenham sido essas as ideias daqueles e/ou daquelas que idealizaram a capa, não foi possível verificar, daí apenas sugerimos essa interpretação. Da mesma forma fizeram os pesquisadores Rocha (2005), I. Souza (1999) e Santos e Miguel (2017).

pedestal remete-nos à ideia de divindade, superioridade, domínio em relação aos objetos que estão abaixo dela, esses objetos estão dentro do campo da matemática, também nos indicam o conhecimento da ciência.

Talvez os editores da revista tenham idealizado essa imagem com o propósito de dizer que os conhecimentos das ciências estão para as normalistas como estiveram para Hipácia de Alexandria, mulher que dedicou a sua vida ao trabalho científico, uma bela mulher que não se casa, e em sua cidade natal tornou-se professora de Matemática, que tratava “os seus alunos igualmente, sendo educada, tolerante e racional [...] com uma natureza liberal, ela aceitou todos os alunos independente de suas crenças religiosas” (FERNANDEZ; AMARAL; VIANA, 2019, p. 12). O conjunto de elementos da capa mencionada pode ilustrar a mulher em posição de “poder” sobre o saber, fazendo uma analogia com a história de Hipácia de Alexandria, que surge como modelo feminino, de posse do conhecimento, para as jovens normalistas.

Figura 18 - Capa do Periódico de Educação – Janeiro de 1927



Fonte: Revista de Educação da Escola Normal de Caieté – APMC.



Como sabemos, as reformas educacionais brasileiras ocorridas nas primeiras décadas do século XX sofreram grande influência dos movimentos escolanovistas<sup>64</sup>, os quais fizeram parte de um conjunto de grandes mudanças no cenário econômico, político e social que muito contribuiu para o processo de urbanização e ampliação cultural de diversas regiões brasileiras, movimento também conhecido como escola ativa, escola do trabalho.

Os ideais do movimento da Escola Nova tiveram, em Caetité, as ideias de Anísio Teixeira (1926) como paradigmáticas. Sua influência foi de grande destaque, como podemos constatar na ênfase dada ao discurso proferido por ele na solenidade de inauguração da Escola Normal de Caetité, discurso publicado no *Jornal A Penna*, registrado no livro de ata, publicado em janeiro de 1927 na *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*. Nesse discurso, Teixeira afirma que as propostas pedagógicas da Escola Nova deveriam fazer parte dos projetos pedagógicos daquele estabelecimento de ensino. Entendemos que através do seu discurso Anísio Teixeira propagou os ideais dos pioneiros da educação em Caetité, para aqueles que iriam atuar na Escola Normal e para as autoridades ali presentes, deixando a imagem de que ali funcionaria uma escola dentro dos princípios renovadores da educação, tão debatidos em muitos Estados brasileiros.

Nas fontes analisadas, Caetité destaca-se no cenário educacional da Bahia como cidade portadora de uma concepção educacional focada na formação humana e na necessidade de formar mestres com potencialidade e habilidades para disseminar um ensino que proporcionasse o desenvolvimento das capacidades individuais das pessoas, visando o bem-estar individual e coletivo. É isso que podemos verificar em publicações da *Revista de Educação da Escola Normal de Caetité*, no *jornal A Penna* e nas falas das colaboradoras.

A revista, com publicação bimestral, circulou por dois anos, sendo seis exemplares em 1927 e dois em 1928. Não encontramos quaisquer indícios que justificassem a suspensão da sua publicação. O periódico contemplava distintos assuntos da área educacional, publicados em diferentes gêneros e estilos: artigos, textos de palestras, relatos de experiências, novas propostas para a sala de aula, noticiário pedagógico, homenagens etc. Os conteúdos publicados em uma

---

<sup>64</sup> Movimento que expandiu por todo território nacional, sob a liderança de intelectuais da educação brasileira, que defendiam a expansão dos cursos normais e protegiam as escolas normais. Entre os pioneiros da educação três deles se consagraram como “Três cardeais da Escola Nova”: Lourenço Filho, no Ceará 1923; a de Anísio Teixeira em 1925, na Bahia e Fernando Azevedo, no então Distrito Federal, em 1928; mas outros nomes também se destacaram por defenderem os mesmos ideais de uma educação democrática, como Francisco Campo e Mário Casasanta, em Minas Gerais, em 1927; e a de Carneiro Leão, em Pernambuco em 1928, e outros. Figuras que marcaram a democratização do ensino e expansão da escolarização no Brasil e contribuíram diretamente para legislação que regulamentou a formação dos professores primários.

revista revelam um produto cultural articulado ao seu tempo e revelam as ideias que os produtores têm em relação a seus leitores.

Assim, os assuntos publicados nas oito edições permitem-nos perceber que os/as leitores/as visados/as eram os/as professores/as, os alunos e as alunas do Curso Normal. Observando-se a capa e alguns dos textos do primeiro exemplar<sup>65</sup> vemos que os autores abordam questões relacionadas à formação de professores e professoras primários/as, dentro de um contexto de inovação do ensino, que estava sendo difundido em todo o Brasil. Intitulados “O nosso rumo” e “Justa homenagem”, os textos nos ajudaram a compreender que os programas das disciplinas eram elaborados tendo por base os princípios da Escola Nova; um terceiro texto, “O ensino das mathematicas elementares”, de autoria do primeiro professor de Matemática Elementar do Curso Normal de Caetité, Jayme Spinola Teixeira<sup>66</sup>, traz uma discussão sobre o ensino de matemática no ensino primário, mostrando que era preciso formar professores e professoras que atendessem às exigências do curso primário.

Começaremos com uma breve análise da capa. Nossas análises indicam que as imagens que ilustravam as capas dos periódicos poderiam representar uma ação do corpo editorial, formado por três professores da Escola Normal de Caetité, para atrair seus leitores.

Sabemos que qualquer impresso exhibe particularidades que são idealizadas para envolver os leitores. Assim, as capas dos periódicos são de fundamental importância, dando-lhe um perfil e uma marca característica, e no período em que esses periódicos foram publicados era preciso um traço que os diferenciasse dos jornais; além desse papel, é a capa que atrai os seus leitores, é o cartão de visitas para estes, ela precisa apresentar uma diagramação que os convença a levá-la, em decorrência de ser atraente.

As capas das revistas aqui analisadas são constituídas de elementos textuais e não textuais: os elementos textuais são o nome da revista, indicação de ano, data, número da edição, localidade e tipografia do trabalho gráfico-editorial – em sete exemplares aparece abaixo da ilustração central a indicação sobre o local. Além da primeira edição, em análise, os elementos não textuais das capas dos outros sete números publicados destacam, em cinco edições, a imagem de prédios escolares de cidades baianas; a edição de número 7 tem sua capa ilustrada pelo Palácio da Aclamação, residência do Governador do Estado; a de número 3 uma fotografia de “um breve trecho da cidade de Caetité”.

---

<sup>65</sup> Publicado em janeiro de 1927, anno I, tendo como Corpo Redaccional: Diretor – Edgard Pitangueira. Redactores: Prof. José Alfredo da Silva, Dr. Jayme Spinola Teixeira, Professora Dulce da Silva Araujo e Prof. Salvador da Rocha Passos. Secretária – Professora Helena Lima. Thesoureira: Professora Maria José da Silva.

<sup>66</sup> Irmão de Anísio Teixeira.

Em um determinado momento, os elementos que constituem a primeira capa passaram a chamar minha atenção, porque se diferenciavam das demais, principalmente por apresentar traços de desenho à mão, mas não encontramos indícios sobre quem a tenha desenhado, as demais capas foram ilustradas com fotografias. Além disso, na capa, nessa edição, há marcas muito fortes da presença feminina na produção da revista, se considerarmos que dos 17 textos publicados sete são de autoria feminina, quatro do corpo redacional, com a participação de quatro mulheres, e cinco de autoria masculina; na seção destinada a notícias pedagógicas não foi possível verificar a autoria.

Os textos publicados na Revista número 1 são marcados por propostas pedagógicas que se aproximam dos preceitos da Escola Nova, tão debatidos no contexto educacional brasileiro. Os autores dos textos “Os nossos rumos” e “Ensino mathematicas elementares” enfatizam que as práticas pedagógicas eram voltadas para “formar professores que eduquem a infância, compreendam como elevação de espirito os seus deveres, sejam os mais dotados dos brasileiros e elevem bem alto o ideal augusto dessa pedagogia nova, cheia de attractivos e plena de ensinamentos” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 2).

As discussões presentes nesses textos permitem-nos concluir que questões relacionadas à educação, debatidas por todo o Brasil, também estavam presentes na Escola Normal de Caetité, ou seja, aqueles que acreditavam na educação como requisito fundamental para o processo de modernização do ensino brasileiro compartilhavam das ideias inovadoras como forma de superação dos problemas educacionais, que precisavam ser resolvidos, no território brasileiro, uma vez que só era possível atingir o progresso e ter estabilidade se nos tornássemos uma nação culta, onde o direito de acesso à escola, de fato, fosse para todos.

Os textos mostram, ainda, que existia um discurso em prol do engajamento dos professores e professoras da Escola Normal de Caetité nas “ideias progressistas” que circulavam pelo Brasil e por outros países, em prol de uma educação que seria a mola mestra de toda sociedade que desejasse atingir o progresso, além de divulgar entre os/as normalistas os propósitos da educação nacional da época. Esses textos enfatizam que a “estabilidade como nação culta e digna de consideração no concerto internacional só será alcançada mediante o desenvolvimento ‘sociaes e econômicas’, que não dependerá apenas da expansão da escola primaria, mas, sobretudo das ‘Escolas Normaes’” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927).

Os autores destacam a importância do papel desempenhado pelo corpo docente da Escola Normal no processo de formação dos professores e professoras, que atuaram na formação da criança, tendo como bases os pressupostos da Escola Nova. Momento em que a

escolarização do povo Brasileiro proporcionaria o desenvolvimento socioeconômico do país. Sob o mesmo ponto de vista dos “pioneiros da educação”, os autores sinalizam que as ideias progressistas da educação só farão sentido se as escolas estiverem abertas aos novos métodos de ensino que devem ser transmitidos aos alunos, os quais se tornariam responsáveis por difundir a educação pelo sertão da Bahia.

No texto “Justa homenagem”, os autores destacam no discurso de Anísio Teixeira, na ocasião da instalação da segunda Escola Normal de Caetité que o desafio não está na obtenção de mestres, mas em assegurar uma formação intelectual, moral dos futuros professores, assim “é necessário formá-lo. Formá-lo intelectualmente e formá-lo moralmente, e esta é a missão que vos entrego, meus caros professores” (TEIXEIRA, 1926). Desse modo, deposita no corpo docente a responsabilidade pelo progresso da educação em Caetité, o que viria a refletir no desenvolvimento socioeconômico da região. No texto “Nosso rumo”, os autores reafirmam que o futuro das questões socioeconômicas de uma sociedade que poderá alcançar reconhecimento internacional está na escola primária.

Através dela tudo se fará brilhante, methodico, productivo, aperfeiçoado, progressivo enfim, mas a escola primaria não preencherá plenamente [...]. Essa realização grandiosa depende das Escolas Normais, escolas onde se ensina a ensinar, porque professores primários não se improvisam, cream-se, formam-se. Eles teem de passar, naquellas escolas, pelo cadinho da experimentação da capacidade profissional (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro, 1927, p. 1).

Esses autores reafirmam que um dos atributos da Escola Normal é formar professores capazes de perceber a escola sob uma nova perspectiva de educação, que ofereça um ensino voltado para o interesse *libertador da nação*. Dentro de uma nova conjuntura de ensino, não mais com métodos tradicionais, onde não havia preocupação com a formação do professor, com os métodos e sobretudo com a criança, como ser ativo, que precisa ser ouvido.

Teixeira (1926) evidencia que aquele estabelecimento de ensino teria como missão combater os métodos da escola tradicional:

Casa de formação dos mestres das crianças sertanejas, será nesta casa que se elaborará a escola sertaneja. [...]. Os actuares meios pedagógicos do mundo estão agitados por várias correntes inovadoras e faz-se com ardor o processo da escola antiga e tradicional. Os pioneiros da *escola nova*, em toda parte acentuam a sua propaganda por muitos lados cheios de razões (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 6).

O autor destaca, também, que os desejos dos inovadores da Escola Nova são os mesmos, porque

[...] luctavam há velhos annos os velhos educadores de todos os tempos, os Pestalozzi, Os Rousseau, os Froebel. Uma escola que seja antes de tudo, de preparação real para a vida, de concordância com o espirito infantil, alegre e viçosa como são viçosos e alegres os pequeninos que ella agasalha e educa. O erro antigo da nossa escola é proceder com a criança como um ser passivo e julga que é possível educa-la enchendo-lhe a cabecinha de noções” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 6).

Nesse discurso, Anísio Teixeira apresentava ao corpo docente da referida escola, e às autoridades presentes<sup>67</sup>, uma nova dinâmica que estava impulsionando o contexto escolar do Brasil e em outros países. Esse modelo de ensino colocava o aluno em lugar de destaque, como o centro do processo de ensino e aprendizagem, onde estaria presente uma dinâmica voltada para a cientificidade da pedagogia, com foco na observação, nas experiências e nos métodos da psicologia experimental. Essa psicologia daria suporte para as práticas de atenção à criança, negando a ela o lugar passivo, mas oferecendo um lugar para as atividades referenciadas na vida, onde as crianças são e têm experiências e elas podem ser ressaltadas no espaço de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, ele recomenda que os professores formadores de professores precisariam ter “prudências ante esses inovadores”, ao tratar dos “systemas, cada qual mais fascinantes”: Montessori, na Itália; Decroly, na Bélgica; Kerchensteiner, na Alemanha; O’Neil, na Inglaterra; e tantos outros que viram funcionar nos estabelecimentos em que as inovações pedagógicas foram postas em prática. Considera que muitos desses princípios inovadores podem não atender os preceitos do sertanejo, por isso afirma:

[...] meus senhores, estou longe de aconselhar que installemos, entre nós, um desses methodos pedagogicos modernos[...]. Nada disso. A escola hoje não pode suportar taes transformações. Aqui, é que se tem de processar, de acordo com os princípios adoptados, a escola bahiana e a escola sertaneja. [...]. A vossa intelligência, o vosso esforço, a clarividência e a lucidez com que formardes os professores desta casa nos garantirão a escola rasoavel e alegre, que, amanhã havemos de ter (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 7).

---

<sup>67</sup> Diretor Geral da Instrução, Diretor da Escola Normal, Corpo Docente da Escola Normal, Coronel Joaquim Manoel Rodrigues de Lima Junior, Professora do Curso Fundamental, Professor da cadeira de ensino elementar anexa do sexo masculino, Professoras das escolas elementares da cidade, Inspetor da Nona circunscrição Escolar, Delegado Escolar Residente, Vigário Capitular da comarca de Caetité, autoridades, pessoas gradas, funcionários da escola. (1ª Ata registrada no Livro de Atas da Congregação)

Ao abordar sobre os métodos pedagógicos modernos, Anísio Teixeira também recomenda cautela por parte dos responsáveis pela formação dos novos mestres, diante dos novos métodos de ensino que se despontavam no Brasil e aconselha que a Escola Normal de Caetité tenha como referência a “escola da bahiana”<sup>68</sup>. É evidente que Anísio Teixeira imagina viver num momento de transições da escola Tradicional para a Escola Nova, quando se passa a intensificar as preocupações com o método, com a formação de quem deveria ensinar, sempre pensando na criança, provocando insegurança na comunidade escolar. Nesse sentido, Anísio Teixeira salienta a necessidade de prudência, diante das ideias inovadoras que se propagaram naquela época, destaca que os professores teriam liberdade para fazer uso da inteligência, sem medir esforços para formar professores primários que atendessem às necessidades do povo sertanejo.

Tanto Anísio Teixeira como os redatores da revista evidenciam que a formação dos professores primários precisava reunir as qualidades “consagradas ao devotamento do ensino, escoimmados de vulgares interesses pessoais e preconceitos sociais incabíveis; mestres assim, sacerdotes, estão exigindo as nossas escolas primarias” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 2). Evidentemente aquele ou aquela que se destinasse a ensinar teria o magistério como missão de trazer para seu trabalho os preceitos dos novos métodos, mas também de manter os princípios morais da época. Para os autores, a escola teria como lema uma atuação de mestres eficientes, sinceros nas suas realizações, que usassem das suas habilidades com os métodos de ensino para desenvolverem as aptidões, dedicando-se de forma “integral [à] compleição de valores” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 2).

É nessa direção que precisamos compreender que as preocupações daqueles que propunham a reforma do ensino primário e dos cursos de formação de professores primários, dentro do contexto da “Escola Nova” nos anos 20, visavam à expansão da educação, quando todos teriam acesso à escola pública, e que os futuros professores e professoras primários/as do sertão fossem formados/as com os mesmos ideais das escolas normais instaladas e/ou que estavam sendo instaladas em diversas regiões do Brasil. No caso da Escola Normal de Caetité, Anísio Teixeira, em seus discursos e relatórios, menciona que as escolas do interior teriam como exemplo a escola da Capital, vindo reafirmar o que já estava determinado na Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925.

Em decorrência desse momento de expansão educacional, muitas leis e decretos foram criados em todo o território brasileiro, com o propósito de regulamentar as práticas de ensino,

---

<sup>68</sup> Escola Normal da Capital.

muitas delas idealizadas pelos pioneiros da educação, que defendiam em conjunto com os políticos da época uma educação em prol do progresso da nação.

Em meados dos anos de 1920, o ensino primário e a formação do professor primário passaram a ser regulamentados na Bahia pela lei nº. 1.846/1925 e pelo decreto nº. 4.218 /1925, elaborados por aqueles que acreditavam em uma educação libertadora, em um processo educacional marcado por preceitos morais conservadores da sociedade da época, que influenciaram as ações daqueles e aquelas que estudaram na Escola Normal de Caetité. O primeiro artigo da referida lei e o segundo do regulamento de Ensino Primário e Normal aprovado pelo Decreto de N. 4.218, de 30 de dezembro de 1925, determinam que as instituições de ensino deveriam ter suas ações voltadas para uma formação integral do sujeito, compreendido nas suas dimensões física, intelectual e moral.

As ideias debatidas nos textos publicados na Revista de Educação, mencionados acima, sustentam o mesmo discurso presente na legislação e cujo foco está em uma formação que considerasse a individualidade dos sujeitos, e na perspectiva de que um jovem educado serviria à família e à sociedade. Nesse sentido, Teixeira (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 7) afirma que é preciso formar “[...] homens que irão lutar”, cuja natureza “áspera e irregular e cujos meios de victoria ainda são primitivos. Demos-lhe a consciência de suas responsabilidades perante a terra a que vão servir que, só elles, poderão um dia erguer às elevações civilizadas dos paizes esclarecidos e fortes”.

No texto “Nosso Rumo”, os autores reafirmam que a Escola Normal de Caetité tinha a “missão” de formar professores que “amanhan dirijam bem a infancia, actuando com eficiencia e sinceridade nas suas realizações, proporcionando-lhe todos os meios educativos para a conquista do saber e desenvolvimento das suas aptidões, consubstanciando todas as suas energias para a integral compleição de valores” (SILVA et al., 1927, p. 1).

Outro texto, agora da segunda edição, publicada em março de 1927 (Anexo K), intitulado “Autonomia didactica”, escrito pela “redacção”, chamou nossa atenção por destacar o seguinte:

os professores que sahem das escolas normaes, devem ter capacidade profissional, conhecimento de technica educativa, o *self command* com que se desenvolvam perante as classes escolares, uma certa liberdade de acção no ensinar, mas pautada, reparada, cohibida até ser fôr preciso, pelas autoridades incumbidas de orientar e verificar a eficiencia das habilitações technicas do professorado (REVISTA DE EDUCAÇÃO, março de 1927, p. 41).

Comprendemos que a missão era formar o sujeito integral mediante uma formação que modificasse o seu perfil, para se tornar cidadão atuante na sociedade, o que deveria iniciar com

a educação infantil, mas, para isso, era preciso que a Escola Normal de Caetité formasse professores e professoras que tivessem autonomia para que, ao sair da referida escola, fossem capazes de aplicar conhecimentos e técnicas, que apresentassem liberdade e autonomia ao desenvolver suas ações, porém o mesmo discurso deixa claro que a liberdade de ação para ensinar do professor era “pautada, reparada, coibida” por autoridades competentes a supervisionar a prática docente. Portanto, era preciso que a Escola Normal também proporcionasse uma formação integral ao professor e à professora primário/a que perseguisse o desenvolvimento do povo sertanejo, atendendo aos pressupostos legais.

Embora o discurso em voga fosse o de que a educação teria como centro o aluno, era preciso proporcionar uma formação para que professoras e professores fossem “capazes de orientar a inteligência da infância; [...] avigorando-lhes as energias mentaes pelo próprio esforço [...] educar a natureza physica dos alummnos, tornando-os resolutos, corajosos e firmes na tempera do character” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1927, p. 1). Enfim, afinados com o discurso da época, estabelecem, no texto, que o progresso se dará através da instrução do professor e da professora, sendo estes bem formados, pois, assim, poderiam assegurar à criança uma educação nos estabelecimentos de ensino, garantindo o início de um processo de fomação dos sujeitos que da escola recebessem educação, e pudessem participar de forma ativa do progresso da sociedade.

Na nova estrutura escolar há o reconhecimento do entrelaçamento dos sujeitos com os seus contextos, ressaltando-se a agência deste último na transformação de suas condições sociais, culturais e políticas. Assim, o lugar ocupado pela criança passava a ser de extrema relevância para a sociedade, e na escola a ênfase seria dada à ação do aluno e não à do professor, ainda que a este fosse concedido um papel de grande relevância. Dessa forma, os programas para a formação dos professores e professoras precisavam ser organizados de acordo com as novas tendências educacionais, possibilitando, assim, um ensino que integrasse os alunos ao ambiente onde viviam; para isso, era preciso focar nos cursos normais, uma vez que o professor tornava-se o principal responsável pela escola primária.

Desta forma, como já mencionamos, a apropriação das ideias que circulavam no campo educacional naquele momento era considerada fundamental para o bom desempenho do magistério em todo o país. Nesse sentido, tanto as publicações da revista como do jornal A Penna demonstram o empenho daqueles e daquelas que se encontravam à frente da educação, de modo que a população caetiteense se tornasse destaque por oferecer uma educação de qualidade para “seus filhos” e para todo o sertão da Bahia, através daqueles que chegavam em



Caetité com o propósito de realizar um sonho de acesso a uma instrução de qualidade, fosse o das moças e dos rapazes ou dos seus familiares.

### ***3.1.1 A realização de um sonho***

A Escola Normal de Caetité, como quase todos os projetos do gênero naquele momento, começou a funcionar com um número pequeno de alunas: apenas com uma turma com dez alunas e um aluno, mas, com o passar dos anos, esse número foi crescendo, como podemos verificar no Gráfico 1, a seguir.

Ainda que seja apenas uma das pontas do iceberg<sup>69</sup>, ou melhor, de uma complexa experiência, o gráfico indica que o número de mulheres que se formaram no curso normal de Caetité desde a sua implantação sempre foi superior ao dos homens, aproximando-se apenas em 1934. Averiguamos, também, nos livros de matrícula do primeiro ano do Curso Normal (não localizamos todos), que o número de meninas era maior do que de meninos, além disso as colaboradoras informaram que no primeiro ano tinha mais moças do que rapazes e no decorrer do curso os rapazes trocavam de curso ou desistiam de estudar, mas as moças permaneciam.

Comparando o número de alunas e alunos matriculados com os números de concluintes podemos verificar que a permanência das moças desde o primeiro ano de instalação da Escola Normal é superior à dos rapazes. Assim, percebemos a presença da feminização do magistério no interior do estado da Bahia com a implantação da Escola Normal, fato que se destacou em Caetité e na região de Feira de Santana, cuja Escola Normal passou a funcionar em 1927, com os mesmos propósitos da Escola Normal de Caetité, ou seja, formar professores e professoras para atuarem nas escolas primárias. Cruz (2012), ao se referir aos propósitos da Escola Normal de Feira de Santana, chama atenção para participação das mulheres que “constituíam o maior contingente do corpo docente e discente daquela casa de ensino”; tanto Cruz (2012) como Nogueira (2015) discutem a importância da feminização do magistério para o interior da Bahia.

---

<sup>69</sup> Para brincarmos com a expressão, já que, como sabemos, iceberg só mostra uma ponta.

Gráfico 1 - Número de professores e professoras que colaram grau no Salão Nobre da Escola Normal de Caetité de 1929-1950



Fonte: Elaboração própria – dados de atas de colação de grau da Escola Normal de Caetité 1929-1950.

A presença feminina também é destacada pelas ex-normalistas quando estas chamam a atenção para a ausência de homens nas turmas, como lembram Rita e Marília, nossas colaboradoras na pesquisa: “*No primeiro ano normal tinha mais rapazes, depois eles desistiram ou foram fazer o ginásio*” (Rita, anotações das colaboradoras, novembro de 2019); “*O magistério não atraía os rapazes, poucos concluíam o curso e os que concluíam nem sempre ia dar aula*” (Marília). Também há referências elogiosas à competência das professoras que constituíam o quadro docente, como quando falam das mulheres que lhes serviram de exemplo, elas sempre trazem nos seus argumentos que eram belas e muito competentes: “*A professora Conceição [...] competéssima*” (Dona Lili); “*Dona Helena era uma professora muito rigorosa, muito competente [...], ela era uma mulher bonita*”.

Esses dados admitem-nos perceber que a feminização do magistério é também uma realidade de Caetité, não só pelo número crescente de mulheres que concluíam o curso normal e, posteriormente, iam atuar nas escolas do interior, como também pela marcante presença das mulheres nos periódicos da Escola Normal. Também no quadro docente havia um número significativo de mulheres atuando como formadoras de professores. Nogueira (2015), em sua tese de doutorado, também chama atenção para a feminização do magistério no sertão da Bahia, seja pelo número crescente de normalistas ou pelo destaque de mulheres baianas, que se formaram em Escolas Normais da Bahia, na arte e na escrita, como a professora Helena Lima, que se formou na Escola Normal da Capital e atuando no quadro docente da Escola Normal de Caetité até se aposentar. A sua atuação é marcada pelas contribuições educacionais que

forneceu para a educação de Caetité, por servir de modelo para as moças que ingressavam na Escola Normal de Caetité. Esteve presente no cenário educacional da cidade desde 1926, aposentando-se em seguida, como professora e atuando em 1951 como a primeira diretora da referida escola.

Nesse sentido, destacamos que Caetité acompanha o cenário nacional no que diz respeito à presença feminina no magistério, coadunando com diversas pesquisas, como as informações de Louro (1997, 2001). No texto, a autora explicita que desde o final do século XIX e início do século XX as mulheres ganham espaço na carreira do magistério, por todo o Brasil, e a presença cada vez menor dos homens, muitas vezes, é justificada pelos baixos salários e o desprestígio da profissão. Assim, o magistério passa a ser uma ocupação feminina, e Caetité faz parte desse contexto educacional; nesse mesmo sentido encontramos destaque para essa abordagem nos trabalhos de Faria Filho (2014), Nascimento e Oliveira (2007), Nascimento (2011), Tanuri (2000), Almeida (1998) e outros.

O propósito do discurso de Anísio Teixeira, na ocasião da inauguração da Escola Normal, destacado no texto “Justa homenagem”, no jornal A Penna, e registrado no Livro de Atas das solenidades e reuniões da congregação, não estava centrado apenas em expor os princípios educativos da Escola Nova, mas em chamar atenção ao perfil desejado para os mestres e/ou mestras que deveriam sair da referida instituição. Poderíamos dizer que Teixeira convida as mulheres sertanejas a saírem do interior de seus lares e a terem uma profissão de carreira, que as colocaria em posição de destaque (como aparece na capa da primeira edição da Revista de Educação). Mas podemos pensar, também, que Teixeira acreditava que aquele espaço não seria ocupado por homens, assim era preciso sublimar uma formação com atribuições para os mestres, focando nos atributos que seriam necessários para aquele ou aquela que fosse atuar na educação primária, ou seja, atributos que na época estavam destinados à figura feminina. Inferimos que se fosse o contrário, o projeto educacional de expansão da instrução por toda a Bahia, como perspectiva de progresso, poderia fracassar por falta de professores.

A partir da abordagem de Guacira Lopes Louro (1997), podemos dizer que Anísio Teixeira, ao fazer menção no seu discurso aos atributos necessários para o exercício do magistério, está se referindo a atributos que, muitas vezes, correspondiam, naquela época, ao perfil feminino e não ao masculino. No entanto, a linguagem no gênero masculino denota as relações de poder envolvidas no discurso. O professor deveria ser:

Corajoso, puro, humilde e fiel, eis as grandes qualidades do mestre, a que o farão verdadeiro educador e que o porão em constante contacto com esse fundo infantil onde se elabora o caracter e a verdadeira sciencia da vida. [...]. A sua acção não terá porem eficácia, si sobre todas essas qualidade, dando-lhes sentido, não aparecer o amor á criança. Amae as creanças de um amor profundo, real compreensivo e sereis mestres. Da formação moral é que provirá o êxito dos mestres que partirem deste estabelecimento. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 8).

Ao mencionar a legislação em seu discurso, Teixeira (1926) reafirma o perfil do mestre:

[...] um ardoroso pedagogo alemão desejava que o mestre fosse um homem completo [...] devia ser pobre, afim de para além do mínimo necessário para viver com decência, lançasse o seu olhar, mais alto do que os interesses materiais. Puro, afim de que as suas energias intacta tivessem um vigor fresco e sadio. Corajoso, afim de antepor sempre as aspereza da realidade o seu idealismo e o seu amor pelos homens. E queria, afinal, que fosse fiel a seu dever, nas pequenas cousas da vida quotidiana, como nas grandes, obedecendo a voz de sua consciência, afim de que os seus alunos aprendessem a obedecer á voz da razão que falla em todos elles (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 8).

Ele enfatiza a carreira pelo amor à criança ao citar William Platt: “um professor de coração e de intelligencia, não existe outro requisito, mestre: amar as creanças sempre, passo por passo, dia por dia; porque só o amor permite comprehendel-as, e ellas dele teem necessidade como as flores do sol” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 8). Nesse contexto, a carreira no magistério aparece como “vocação” e “Sacerdócio”, caraterísticas fixadas e largamente divulgadas, com o propósito de sustentar a imagem da mulher no magistério, como uma função determinada para a “natureza feminina” (LOURO, 1997).

No discurso de Anísio Teixeira e na legislação, de forma silenciosa ou eloquente, constroem-se e normatizam-se os lugares ocupados pelos homens ou pelas mulheres no cenário educacional. Os cargos de poder de decisão são ocupados por homens. Um ponto que nos chama atenção na legislação está relacionado ao uso da palavra professora, que só ganha destaque no cenário da sala de aula do Ensino Primário. Na Lei 1842 de 14 de agosto de 1925 a palavra professora aparece sete vezes e professoras duas; no regulamento de ensino da referida lei a palavra professora tem dez ocorrências e professoras duas. Em ambos os documentos só há referência à mestra quando se trata de questões relacionadas ao ensino primário, no entanto em todas as outras funções, que não dizem respeito diretamente à regência do ensino primário, aparece a figura masculina. Em contrapartida, na Lei a palavra professor aparece 87 vezes e professores 62 e no regulamento professor 171 e professores 214.

Quanto se trata do corpo docente da Escola Normal, há nos documentos mencionados no parágrafo anterior o uso da palavra professores, que fixa uma ideia em torno do lugar que poderia ser ocupado tanto pela figura masculina como pela feminina, enquanto os cargos de comando, como o do diretor, inspetores, supervisores, se referem à figura masculina como aqueles que assumiriam posições de poder. De certa forma, a legislação demarcava lugares de poder, ou seja, o lugar de atuação de homens e de mulheres.

As concepções que temos a partir do discurso de Anísio Teixeira sobre as novas concepções de educação, do texto “Os nossos rumos”, da Lei 1.842/1925 e do Regulamento do Ensino Primário e do curso Normal da Bahia publicado em dezembro de 1925 que legislava a instrução pública na Bahia, dão conta de que a elaboração dos programas das disciplinas do Curso Normal teria como princípio norteador as ideias do movimento da Escola Nova, de que a expansão da instrução seria de inteira responsabilidade dos mestres formados na Escola Normal, para que estivesse ao alcance de todos. Sobre a existência de uma necessidade de trazer as mulheres para os cursos normais não sabemos ao certo se este era o propósito de Anísio Teixeira, mas a instalação da Escola Normal de Caetité fortaleceu as ideias de feminização do magistério primário no sertão.

O Regulamento do Ensino Primário e Normal, aprovado pelo Decreto n. 4.218/1925 assim determina no art. 535: “Para os concursos só poderão inscrever-se professoras primarias”. Este artigo do Capítulo IV discorre sobre as práticas profissionais determinadas pelo regulamento de ensino da lei 1836/1925. As colaboradoras da pesquisa também mencionam que seus colegas não faziam os concursos, considerando que o salário era baixo para um homem sustentar sua família, elas justificam que poucos homens se matriculavam no curso normal e, menos ainda, se dispunham a ter um salário baixo e a viver em situações precárias; para elas, os homens também não dariam conta de ensinar tantas séries ao mesmo tempo (Marília, anotações da pesquisadora).

Certamente, dadas as assimetrias de gênero existentes, no contexto da Escola Normal, e do ensino primário, os cargos de comando eram destinados aos homens, que assumiam o poder. As colaboradoras trazem essas questões de forma naturalizada, eram lugares que não demonstravam ter despertado interesse em assumir, ou sequer questionavam. Entendemos que por ser uma questão posta pelas leis e defendida pelo “ilustre” Anísio Teixeira, o assunto não era pautado para discussão, mas tinha aceitação. Podemos observar com base nos documentos, que as colaboradoras dão destaque para a presença feminina, representada por mulheres que constituíram o corpo docente da Escola Normal de Caetité, como a figura da professora Helena Lima, que se destaca nesse cenário, mas só veio ocupar o cargo de diretora em 1951.

Assim, vamos perseguindo um modelo educacional voltado para a formação da professora primária, embasado nos princípios educacionais da Escola Nova, que a Escola Normal de Caetité adotara. Um modelo de formação pela autonomia daqueles e daquelas que desbravaram o sertão, levando a instrução para o povo sertanejo, movidos pelas ideias de que:

A missão do professor moderno, do professor que procura seguir a verdade científica da educação na experimentação pedagógica, nos postulados da *psychologia* e nos conceitos da sociologia, não pode restringir-se às determinantes didáticas que lhe são impostas; os horizontes se alargam, se desturvam com os ensinamentos da *psychologia* contemporânea, e, sendo assim, o desempenho de instruir apresentando rendimento escolar, implica a autonomia de agir, de usar deste ou daquele processo, desta ou daquela forma de ensino, de modo a não atentar o professor contra as leis do integral desenvolvimento da criança, e que a lição tenha sua finalidade exacta, concludente, compreendida e trabalhada por toda a classe (REVISTA DE EDUCAÇÃO, março de 1927, p. 41).

Os redatores da Revista de Educação enfatizam que não bastam as teorias pedagógicas como “maneiras de conceber a educação”, visto que as ações pedagógicas não ficaram restritas às leis da ciência, mas as ações, no ensino, serão determinadas pela sua capacidade de decidir na escolha dos métodos, dos processos de ensino mais adequados para a classe onde vai atuar, considerando que o futuro professor é quem vai realizar “a obra educativa que é contínua, ininterrupta” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, março de 1927, p. 42).

As publicações da Revista de Educação, mencionadas, permitem concluir que no contexto educacional da Escola Normal de Caetité muito se discutia sobre os preceitos da Escola Nova. No entanto, defendia-se uma formação para professoras e professores que ao atuarem nas escolas primárias fossem capazes de gozar de autonomia, atendendo as determinações legais, desde que as leis não impossibilitassem a atuação pedagógica preconizada naquela ocasião, assim os futuros professores e professoras aprendiam que o ensino deveria ser realizado mediante as necessidades e realidade do sertão.

Entendemos que a formação da professora primária em Caetité aconteceu atravessada por legislações, propostas pedagógicas, publicações em jornais e na revista, pelos discursos de solenidade de colação de grau e, é evidente, pelas ações mais diversas dos sujeitos envolvidos naquela trama. Esses aspectos objetivam-se também nos programas das disciplinas destinadas à formação daquelas que impulsionariam o progresso do sertão da Bahia. Na seção seguinte, apresentaremos as disciplinas que constituíram os programas destinados ao curso normal, com a perspectiva de verificar como as relações de gênero se destacavam nesses programas, buscando focar na formação matemática da professora primária.

### 3.2 Os programas e a formação da professora na Escola Normal de Caetité

Ao analisarmos o programa curricular destinado à formação matemática das normalistas no período de 1926-1956, destacamos dois momentos considerando as cadeiras ofertadas anualmente, a distribuição da carga horária das disciplinas e o quadro docente. O primeiro momento se refere ao intervalo de 1926-1941, quando foi implantada a segunda Escola Normal de Caetité, até quando a instituição passa a ser considerada Escola Normal Rural de Caetité; o segundo estende-se até 1956, ano em que a referida Escola passa a funcionar em outro prédio, onde também funcionava o Colégio de Caetité; um prédio projetado e com uma estrutura planejada para o funcionamento do Instituto de Educação Anísio Teixeira<sup>70</sup>.

A documentação mobilizada, aqui, constitui-se das leis, livros de registro de Atas da Congregação e de Registro de Ponto, Termos de Posse de professores, notícias do jornal *A Penna*, cartas trocadas entre os professores da família Teixeira<sup>71</sup> e seus familiares; e, finalmente, porém não menos importante, das narrativas das colaboradoras. Tais documentos trazem informações que nos auxiliaram a entender o processo de formação das professoras primárias, no contexto da escola.

Nesse sentido, em nossa análise, inicialmente iremos organizar dois quadros com a distribuição das disciplinas de acordo com o tempo destinado à formação do professor, com a respectiva distribuição da carga horária semanal; em seguida, apresentaremos o quadro de professores, com indicação da formação, especificando se eram professores de formação ou profissionais de outras áreas; em seguida, traremos as narrativas das colaboradoras no que se refere às disciplinas, carga horária, professores e suas práticas, enfim o que elas se lembram do programa curricular desenvolvido no decorrer do curso.

Empreendemos esforços na análise dos documentos escritos, mencionados acima, articulando-os com as narrativas das colaboradoras, focando nos discursos sobre as disciplinas,

---

<sup>70</sup> Lei de Nº 1.629, de 23 de fevereiro de 1962, Artigo 3º: a Escola Normal de Caetité é transformada em Instituto de Educação Anísio Teixeira. Consideramos o marco temporal de nossa pesquisa de 1926-1956, avaliando que o último ano se configurou com a mudança da Escola Normal de Caetité para o novo prédio, onde passaram a funcionar o Curso Normal e o Colégio de Caetité, a nova estrutura já era pensada para o funcionamento do IEAT, como informam as colaboradoras; a mudança significou o fim da Escola Normal e o início da existência do IEAT. Diante disso, consideramos o marco final da nossa pesquisa 1956, considerando que a representação construída da Escola Normal de Caetité se encontra no prédio “velho”, como mencionou Rica, que teve a oportunidade de ser aluna e professora do curso primário nas dependências da Escola Normal, e professora de Educação Física do IEAT.

<sup>71</sup> Cartas que aparecem no trabalho de Cecília Maria de Alencar Meneses (2011), que investiga e busca reconstruir as itinerâncias de vida/formação de Carmen Teixeira e atividade profissional na educação da Bahia pelas lentes de gênero, mostrando o destaque da mesma no cenário educacional de Caetité e da Bahia.

os professores e as professoras, que são destacados pelas colaboradoras, considerando que estes influenciaram no processo da formação matemática da professora primária e nas relações de gênero, que instituem poderes no contexto de formação de moças e rapazes que saem do seus lares em busca da realização de sonhos, e se encontram no universo da cidade que também sonha com o desenvolvimento. Nesse momento, a educação, como salienta uma de nossas colaboradoras, “é luz que guia”; enfim, disciplina, professores e professoras marcaram as experiências de serem normalistas.

Para traçar o quadro referente às propostas de disciplinas, orientamo-nos pela Lei de N. 1.846/1925 que estabelece a Reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia, o Decreto-Lei N. 4.218, de 30 de dezembro de 1925, que aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal. Em relação ao segundo período, baseamo-nos no Decreto-lei N. 11.762 de 21 de novembro de 1940 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Ensino no Estado da Bahia e no Decreto-lei N. 12.691, de 5 de março de 1943, que propõe a reorganização das Escolas Normais do interior do Estado. Utilizamos, também, o livro de registro de ponto localizado no arquivo do IEAT.

### ***3.2.1 Formar professoras primárias em Caetité (1926-1941)***

Estabelece a bibliografia consultada que os programas curriculares das escolas normais derivados das reformas educacionais do período, normalmente, ainda que nem sempre, dialogavam com as ideias inovadoras que circulavam em todo o Brasil naquele momento. Para promover a instituição do *moderno* nas Escolas Normais, tais reformas foram pautadas em estudiosos/as como Maria Montessori, Fröebel e Dewey, dentre outros e outras. No cenário educacional da Bahia, e em Caetité, esses pedagogos foram evidenciados por Anísio Teixeira (1926). Além das influências em A. Teixeira e em seus escritos, constatamos, nas publicações na Revista de Educação da Escola Normal de Caetité (1927 e 1928), que esses pedagogos também influenciaram na elaboração das instruções destinadas ao ensino no Curso Normal da Escola Normal de Caetité

Como já mencionamos, em meados da década de 1920, a educação, na Bahia, foi marcada pela busca de sua expansão e modernização, e teve por consequência, dentre outras, o investimento na formação dos professores primários, como apontam os estudos de Santos (1995), Rocha (2005), J. Reis (2007), Cruz (2012) e outros.

No Estado, no período estudado, o ensino primário e o curso normal passaram a ser regulamentados pela Lei de N. 1.846 de 14 de agosto de 1925 e pelo Decreto de N. 4218 de 30



de dezembro de 1925, que aprovam o regulamento do Ensino Primário e Normal na Bahia. Tais atos normativos determinavam que as Escolas Normais do interior seguiriam as mesmas disposições do presente regulamento referente à Escola Normal da Capital (Art. 202 da lei e o Art. 417 do regulamento, já mencionados), no que tange ao ensino, disciplina, horários, matrículas, exames, prêmios, direitos e deveres dos docentes e discentes, mas traziam modificações referentes às disciplinas e suas respectivas cadeiras.

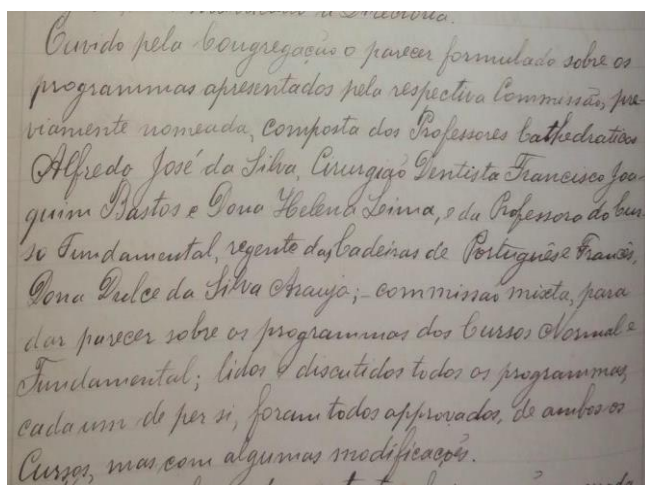
A esse respeito, constatamos que no programa das disciplinas para Escola Normal da Capital, no art. N. 427, previam-se as cadeiras para a referida escola, estabelecendo “Physica e Chimica applicadas ás industrias e agricultura; Anatomia e Physiologia do homem, Biologia vegetal e animal; Noções de Direito Público e Constitucional, Educação moral e cívica”. Estas disciplinas, no entanto, não eram ministradas nas escolas normais do interior da Bahia.

A elaboração dos programas das disciplinas era de autonomia do corpo docente sob a coordenação do diretor, previsto na lei 1.846/1925 no Art. 121. “As escolas normaes, quer officiaes, quer equiparadas, gozarão de autonomia didactica, sendo desnecessaria a identidade de programmas, exigida, porém, a equivalencia do ensino”, ou seja, cada professor elaboraria o programa para sua disciplina. Essa conduta é evidenciada no livro de registro de atas das sessões da congregação, onde verificamos que no mês de fevereiro de cada ano, como estava previsto na Lei e no regimento de 1925, acontecia a primeira reunião anual da congregação, com o propósito de avaliar os programas das disciplinas, conduta que atravessa todo o período da nossa pesquisa.

No caso das Escolas do Interior era recomendado seguir o modelo dos programas da Escola da Capital. De acordo com o Regulamento de Ensino Primário e Normal, nos Artigos 447, 448 e 449, os programas deveriam abordar os assuntos essenciais da matéria, distribuídos em pontos. Era exigido dos professores o envio dos programas para os diretores até o dia 20 do mês de janeiro, acompanhados da indicação dos livros que serviriam aos alunos como um guia. Era da competência do diretor assegurar a uniformidade entre os programas das diversas cadeiras, para, assim, evitar a repetição *inútil* de conteúdos, com *sacrifício do tempo letivo*. Para esse fim, o regulamento da lei 1.846/1925 determina que o diretor pudesse, caso fosse necessário, “designar uma comissão de professores para auxiliá-lo neste trabalho, que deverá ser apresentado à Congregação na primeira sessão anual” (DECRETO N. 4.218, de 30/12/1925, Art. 450). Após aprovação pela Congregação, os originais recebiam o visto do diretor geral e teria a cópia original arquivada; em seguida, eram “publicados no órgão official e impressos em fasciculos para uso dos alunos” (Anexo C).

Inicialmente, a Escola Normal de Caetité não apresentava programas definidos previamente para cada disciplina, ficando a sua elaboração a cargo de cada professor, que deveria apresentar um programa para o *curso letivo da matéria* que fossem lecionar. Consta nos registros da Escola Normal de Caetité que os programas eram avaliados pelo diretor com a colaboração de uma comissão, previamente designada pelo mesmo, como previa o regulamento mencionado anteriormente. Na primeira sessão da Congregação que aconteceu em 12 de fevereiro de 1927, está registrada a indicação de uma comissão destinada a avaliá-los. O diretor informa o nome dos professores que constituíram a comissão. A única comissão, ao logo desse período, considerada mista. Importante salientar que essa comissão também avaliou os programas do curso normal e do ensino fundamental, o que justifica a participação de uma professora do curso fundamental, como podemos verificar no recorte da referida ata (Figura 19), a seguir:

Figura 19 - Recorte de Ata de 12 de fevereiro de 1927



Fonte: Livro de registro de ata: primeira sessão da congregação no ano 1927.

*Ouvido pela Congregação o parecer formulado sobre os programmas apresentados pela respectiva Comissão previamente nomeada, composta dos Professores Cathedraticos Alfredo José da Silva, Cirurgião Dentista Francisco Joaquim Bastos e Dona Helena Lima, e da Professora do curso Fundamental, regente das cadeiras de Português e Francês, Dona Dulce da Silva Araujo; - comissão mista, para dar parecer sobre os programmas dos Cursos Normal e Fundamental; lidos e discutidos todos os programmas, cada um de per si, foram todos approvados de ambos os Cursos, mas com algumas modificações.*

Essa foi a única sessão a registrar a avaliação dos programas realizada por uma comissão mista. Observe-se a presença da professora Dona Dulce da Silva de Araujo, professora do curso Complementar e Fundamental da escola anexa. A presença dessa professora talvez se justificasse pelo fato de o Curso Fundamental ter a finalidade de preparar os alunos que “já tiverem feito o curso primário elementar para, sem solução de continuidade, prosseguirem os seus estudos nas escolas normaes” (Lei 1848/1925, artigo 122).

O processo de avaliação dos programas consistia na elaboração de relatórios que seriam colocados em pauta nas reuniões da congregação para discussões; caso fosse necessário, passariam por modificações. Uma das exigências era que precisavam vislumbrar a formação do mestre, com o propósito de atuar nas escolas elementares urbanas e rurais do interior, assim, a formação do professor deveria ocorrer mediante uma prática pedagógica que possibilitasse aos jovens professorandos compreenderem a finalidade da escola primária, quer fosse de caráter educacional, procurando “não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente baiano” (Lei 1.846/1925, art. 65).

Assim, o corpo docente definia os conteúdos programáticos, atentando-se para o regulamento do ensino, que previa um curso de quatro anos. Nos três primeiros anos visavam o preparo científico e no quarto ano intensificariam o estudo da didática, com “exercício diário nas escolas de aplicação anexas” à escola normal, e o estudo de “Hygiene escolar”, com o propósito de formar professores com um conhecimento profundo da criança, quando ele precisaria compreender que “o ensino deverá ser feito para o menino e não este para o ensino” (REGULAMENTO DE ENSINO, art. 426).

O regulamento recomenda no art. 431 que todas as matérias tenham práticas e atividades experimentais, ou seja, tenham como foco a aplicação e a utilidade para a vida do aluno, buscando sempre o seu desenvolvimento no que diz respeito à “iniciativa intelectual e a faculdade crítica, evitando-se com o máximo empenho, recorrer unicamente á memória”.

Para o quarto ano é recomendado um “plano de estudos”, avaliando o preparo profissional dos alunos e alunas, considerando também que estes, estando “alliviados das materias theoreticas”, poderiam se dedicar exclusivamente ao ensino, mediante prática de revezamento nas turmas das escolas de aplicação anexas,

[...] onde, assistidos e aconselhados pelos professores das cadeiras do dito anno, se exercitarão no magisterio, com a responsabilidade do trabalho pessoal. Terminado cada ciclo de maior ou menor numero de dias, marcados para os seus exercicios periodicos, apresentarão relatorio de suas observações e lições (DECRETO N. 4.218, de 30/12/1925 art. 433).

Em 1927, após o funcionamento de dois anos, o professor Edgard Pitangueira, diretor da escola, apresentou ao Diretor Geral da Instrução, Anísio Teixeira, um relatório avaliando resultados dos trabalhos desenvolvidos no decorrer do período. Ele enfatizava a necessidade de seguir os preceitos do Regulamento do Ensino, considerando os aspectos pedagógicos de cada curso, para que todos os envolvidos, como os professores, pudessem se dedicar em prol do

melhor ensino. Encontrava-se muito atento ao ensino normal, considerando a formação de mestres conscientes das suas responsabilidades profissionais, zelando da formação intelectual e cuidando para preparar o ambiente “onde o espírito dos educandos se transforma e se elabora” (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928).

No ano seguinte, o Diretor Geral da Instrução, com base no relatório, considerou que, mesmo com dificuldades, a Escola Normal agiu como um estabelecimento profissional de formação moderna para professores no interior do Estado (TEIXEIRA, 1928). O diretor da Escola coloca em evidência as preocupações com o ensino das disciplinas voltadas para as necessidades dos alunos, possibilitando que: “os alumnos trabalhassem por si mesmo, vencessem as dificuldades do momento no todo ou em parte, sentissem a necessidade da iniciativa disciplinada pelas idéas já formadas, penetrassem no segredo de resolver o que entendiam ser difficil, fosse cada qual o factor do seu proprio desenvolvimento educativo” (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928). Observa-se que tanto A. Teixeira quanto Pitangueira enfatizam que muitos são os esforços em prol de um ensino que modernizasse o sertão.

Essas informações corroboram os resultados da investigação de Rocha (2005) que, em um estudo sobre Anísio Teixeira e a Escola Normal de Caetité, põe em destaque os esforços de Anísio Teixeira e do corpo docente e discente para que o ensino na referida escola fosse modelo, dando destaque para a Escola Normal de Caetité no cenário educacional da Bahia. Nogueira (2015) também chama atenção para o fato de que a Escola Normal de Caetité foi um espaço de vivências de muitas mulheres, considerando que os cursos de formação “estavam na configuração socioeconômica e cultural instaladas na perspectiva de fortalecimento do Estado Nacional” (p. 20). Mesmo defendendo que através dos novos métodos de ensino seria possível uma aprendizagem em que o aluno fosse o centro da atenção, Nogueira (2015, p. 22) também chama atenção para a implementação de sistemas de ensinos, em especial nas escolas normais, com foco nos cumprimentos dos “rituais de controle e de vigilância” no ensino.

A legislação que regulamenta o ensino primário e normal e as publicações dos professores na Revista de Educação da Escola Normal permitem-nos perceber que os programas de Ensino do Curso Normal deveriam ser voltados para a formação de professores e professoras primários/as que, em suas ações em sala de aula, tivessem os princípios da Escola Nova como base para sua atuação nas escolas primárias.

Na edição de março de 1927 da Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, referente ao Anno I, nº 2, a equipe editorial incluiu um texto intitulado “O Ensino na Escola Normal de Caetité” (Revista Escola Normal de Caetité, março de 1927, p. 69-70) que aborda

o trabalho desenvolvido na escola do Jardim Infantil até o Curso Normal, e assegura que todos estão “convictos de que a nossa felicidade de educadores está na realização desse ideal pedagógico; os nossos esforços, a nossa vontade, os nossos sentimentos cívicos se conjugam numa só expressão de animação e amor”. O texto evidencia o desempenho e os resultados dos trabalhos com os novos métodos de ensino nos cursos da Escola Normal, reestabelece os propósitos da escola e sai em defesa de um ensino que oportunizasse aos alunos aprenderem por si mesmos e as ideias de um ensino que proporcionasse vivências de sociabilização.

Podemos perceber ainda que, no referido texto, os autores e autoras divulgavam que os programas de ensino na Escola Normal eram pautados em práticas pedagógicas vinculadas aos interesses dos alunos e das alunas, onde os professores e professoras teriam a responsabilidade de desenvolver um trabalho educativo que encantasse a todos e a todas que estivessem envolvidos/as diretamente no processo de aprendizagem, proporcionado desde o jardim infantil a oportunidade de construir coisas a partir de objetos do seu conhecimento.

Do mesmo modo, chamam a atenção para a importância de os alunos realizarem observações diretas, através do tato e de outros órgãos dos sentidos. Utilizam como exemplo situações com alunos de olhos fechados apalpando o material Montessori, com o propósito de diferenciar os diversos atributos matemáticos presentes nas peças. As práticas são bem descritas, primeiro as crianças observavam, depois apalpavam os objetos, usando o tato para reconhecê-los, diferenciando, verificando peso, tamanho, forma, entre outros atributos, como uma forma prazerosa de apreender o conhecimento matemático.

Além dessa prática de observação por meio dos sentidos no interior da sala de aula, argumentam que eram comuns aulas ao ar livre, o aluno em contato com a natureza para educar os sentidos, constituir novas relações com o conhecimento. Ao abordar essas ideias de ensino e aprendizagem cujo objetivo estava voltado para uma aprendizagem que possibilitasse à criança apropriar-se de novos conhecimentos, salientavam a perspectiva de que a criança aprendia sozinha, com autonomia. Dessa forma, propagavam o modo como ensinavam as crianças e os jovens na referida escola, sendo preciso, mediante a discussão de novos métodos, propor métodos de ensino e aprendizagem que trouxessem a felicidade daquele que ensina e daquele que aprende, através do prazer na descoberta da aprendizagem e a aquisição do conhecimento. Esses e outros aspectos são destacados pelos autores no trecho seguinte:

[...] temos o prazer de verificar a eficiência do ensino, do ensino educativo sobretudo; as lições não têm um cunho do teorismo, os alunos sentem que

estão aprendendo, que aprender é agir, é fazer é ter iniciativa (Revista de Educação da Escola Normal, março de 1927, p. 69).

Ao trazer exemplos do cotidiano da sala de aula da escola primárias, quando os alunos aprendem ciências, geografia, história, matemática através de observação, experimentação, talvez os autores e autoras pretendam envolver seus leitores e leitoras ao encantamento de se ver os alunos aprendendo em uma escola de aplicação

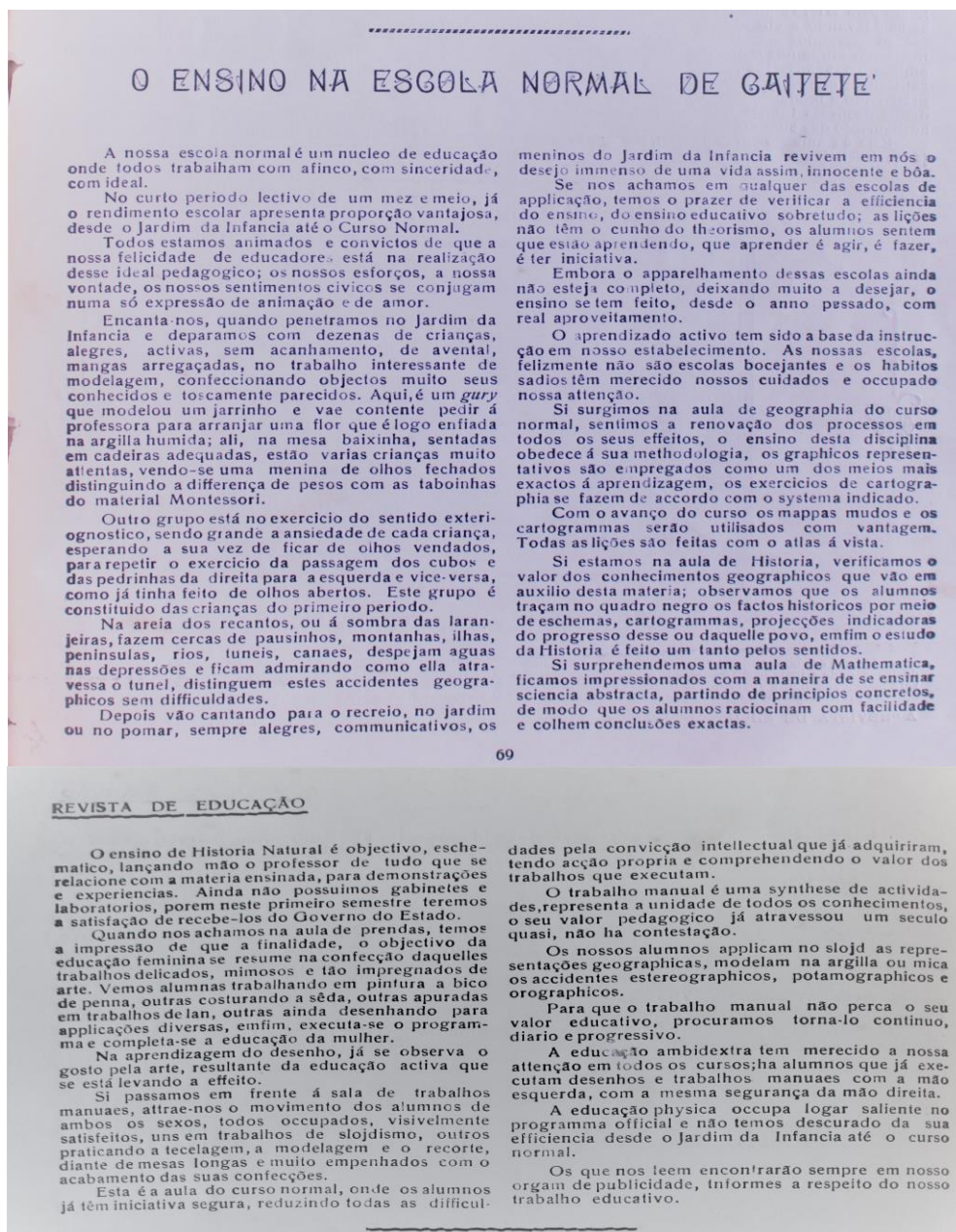
Percebemos que a revista desempenha seu papel de divulgação dos métodos pedagógicos que devem ser apreciados por professores, professoras, normalistas, os quais devem ser adotados desde o jardim infantil. Talvez seja uma forma de mostrar aos leitores da revista que é preciso se preocupar com a educação e a escola, que é reponsabilidade dos professores e professoras responsáveis pela educação desenvolver habilidades pedagógicas que distanciem as “lições” do método teórico, uma vez que as alternativas pedagógicas precisavam dar atenção aos processos de aprendizagem dos alunos, que exigem uma nova dinâmica na sala de aula.

Nesse sentido, Faria Filho (2016) ressalta que a partir de 1870 os métodos de ensino passaram por mudanças “importantes e definitivas” inspiradas nas ideias de Jean Henri Pestalozzi<sup>72</sup>, perdurando até a década de 30 do século XX. Faria Filho (2016, p. 143) ressalta que essa preocupação com um novo método de ensino focado na observação de objetos, da natureza, que permita ao aluno ver, sentir, destaca-se pelo “‘método intuitivo’ e lançará luzes sobre a importância da escola observar os ritmos de aprendizagem dos alunos” (FARIA FILHO, 2016, p. 143). O autor também destaca que os “impressos pedagógicos” (Figura 20) fizeram um intenso trabalho em aproximar os campos da psicologia e da pedagogia.

---

<sup>72</sup> É notório que os programas da Escola Normal de Caetité também sofreram influências do educador suíço Pestalozzi, visto que, além das inferências ao “método intuitivo” destacadas nas práticas pedagógicas no texto das páginas 69 e 70, nas páginas 65 e 66, na mesma edição de março de 1927, o diretor da referida escola publica um texto intitulado “Henrique Pestalozzi”, no qual descreve sobre vida e obra do referido educador, e conclui o texto da seguinte forma: “Ninguém pode negar a contribuição valiosa que os processos pestalozzianos, a serviço do methodo intuitivo, têm prestado á educação moderna e continuará a prestar” (Revista de Educação da escola Normal de Caetité, 1927, p. 66).

Figura 20 - Impresso pedagógico



Fonte: APMC - Revista Escola Normal de Caetité, março de 1927, p. 69-70.

Vale ressaltar que as publicações da Revista de Educação possibilitam pensar que os métodos adotados no programa Curricular da Escola Normal de Caetité em meados dos anos de 1920 até 1930 configuram a presença das transformações pelas quais a Educação em todo o Brasil passou, através da idealização de prática pedagógica, pelo movimento da Escola Nova, movimento que “reafirmava alguns dos princípios do método intuitivo sem, entretanto, quase nunca citá-lo” (REZENDE; SOUZA, 2005, p. 4).

Os autores e autoras, ao discorrerem sobre o ensino primário nas escolas anexas à Escola Normal, onde as normalistas passam a interagir com práticas de ensino, desde o segundo ano

do curso normal, conforme destaca a lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, demonstram encantamento e paixão pela educação, um ato de amor, com atividades práticas, relacionadas ao cotidiano dos alunos. Esse encantamento segue por todo o texto, mesmo quando tratam das disciplinas do curso normal enfatizam que o ensino tem como objetivo uma aprendizagem ativa, afirmando que a escola se ocupa dos hábitos sadios, da obediência à metodologia.

O texto parece ter o propósito de destacar os diversos aspectos relacionados aos resultados do ensino nos dois primeiros meses do segundo ano do curso normal, dando ênfase ao método de ensino usado em cada disciplina, como uma forma de mostrar para os professorandos a importância do ensino para as crianças, mas, também, como uma forma de divulgar o desempenho dos métodos adotados pela escola, e que em tão pouco tempo de funcionamento já se viam os bons resultados do trabalho.

No que se refere às disciplinas do Curso Normal, há que se considerar que os métodos de ensino fortalecem a presença dos ideais da Escola Nova, o que é visível na forma como as disciplinas são abordadas: nelas os professores e as professoras da Escola Normal de Caetité, alguns deles também redatores da revista, demonstravam preocupações em divulgar o método pedagógico aplicado no ensino das disciplinas do curso normal, seja para colocar a Escola em posição de destaque, o que atrairia mais alunos e alunas, ou como uma forma de conscientizar as futuras professoras e professores de que era preciso ensinar através de métodos novos, considerando que desde o jardim infantil, que funcionava na escola anexa, até o curso normal já era possível vislumbrar os resultados, com sucesso, ou talvez, simplesmente uma forma de aproximar as discussões no interior da escola em torno do movimento da Escola Nova, tão apreciado pelas autoridades em educação nos diversos estados brasileiros.

Nos documentos acerca das disciplinas, observamos, também, evidências relativas às relações de gênero que pouco aparecem em outros documentos e que nos permitem reafirmar a nossa impressão sobre a forma como as disciplinas foram distribuídas no programa do curso normal. No conjunto, eles enfatizam os chamados “atributos femininos” desejados para as moças naquele período: destaca-se nos documentos e nas narrativas analisados um ensino que completasse a formação da mulher, com trabalhos manuais, por exemplo; que primasse pela delicadeza feminina, tão desejada às esposas ou às professoras primárias.

### ***3.2.2 Os programas das disciplinas***

O programa das matérias do curso normal correspondia às deliberações do Regulamento de Ensino Primário e Normal de 1925, conforme art. N. 426 , do decreto já mencionado: “O



curso normal, nos seus tres primeiros annos sem prejuizo da formmação pedagogica dos alumnos, visará o seu preparo scientifico; no anno subsequente se intensificará o estudo de didactica, com exercicio diário nas escolas de applicação anexas ao estabelecimento e o estudo Hygiene escolar, com o intuito de dar ao futuro professor o conhecimento profundo da creança, afazendo-o comprehender praticamente que o ensino deverá ser feito para o menino e não este para o ensino”, e o artigo 723 delibera sobre a carga horária semanal de cada disciplina.

O Quadro 1, que será apresentado mais adiante e mostra a composição da grade curricular da Escola Normal de Caetité de 1926 até 1941, foi elaborado de acordo com o Regulamento do Ensino Primário e Normal. No que diz respeito à formação do professor e ou professora primário/a, aconteceria da seguinte forma: nos três primeiros anos disciplinas destinadas à formação científica das normalistas e dos normalistas, no quarto ano a formação era voltada para os aspectos pedagógicos, quanto aos programas das disciplinas era necessario incorporar não apenas conhecimentos científicos, mas os aspectos práticos de cada uma delas.

Nesse cenário, os professores teriam autonomia didática na elaboração dos programas da sua disciplina, responsáveis pela execução dos métodos de ensino a serem adotados, preservando a equivalência do ensino (DECRETO N. 4.218, de 30/12/1925, art. 419). Os programas das disciplinas dos três primeiros anos focalizavam a integração dos conteúdos às práticas a serem desenvolvidas nas escolas de aplicação (Escola Anexa à Escola Normal), considerando que no 2º ano do curso normal, conforme Art. 562, os/as normalistas passavam a frequentar as escolas anexas logo que cursassem o 2º ano normal (DECRETO N. 4.218, de 30/12/1925, art. 419); nos parágrafos desse mesmo artigo deliberam-se as atividades que deveriam ser desenvolvidas pelos(as) normalistas na escola anexa, seria em turma mista do jardim infantil, nas duas turmas do ensino elementar, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino.

§ 1.º No 2.º anno assistirão, pelo menos uma por semana, ao funcionamento das classes das escolas primarias.

§ 2.º No 3.º anno, sob a direcção do professor de pedagogia assistirão a licções modelos, dadas pelos professores da escola anexa, licções que o professor de pedagogia em seguida explicará e commentará.

§ 3.º No 4.º anno praticarão directamente o ensino dando licções e regendo, provisoriamente, as classes.

Buscava-se conferir a esses programas um caráter científico ao ensino, mas também deveriam aparecer os aspectos práticos e experimentais. Destaca-se, assim, a ideia de que as

disciplinas a serem ministradas no decorrer dos três primeiros anos seriam disciplinas teóricas, mas que não poderiam se desvincular da prática, como está definido no artigo 432:

O ensino na Escola Normal terá feição essencialmente pratica, e experimental, buscando-se em todas as matérias as possibilidades de aplicação utilitária, ao mesmo tempo que se procurará desenvolver no espirito do alumno, a iniciativa intelectual e a faculdade crítica, evitando-se com o máximo empenho, recorrer unicamente à memória.

Outro aspecto que reitera a formação da professora no curso normal nesse período é o fato das disciplinas distribuídas no decorrer dos quatro anos terem como objetivo o desenvolvimento da criança, daí a importância de uma metodologia de ensino adaptada às necessidades das crianças e aos princípios do processo educativo, como podemos averiguar no Art. 426 do regulamento de ensino, que prevê uma formação de professores voltada para a criança.

Os documentos mencionados possibilitaram elaborarmos quadros com a distribuição das cadeiras/disciplinas, carga horária semanal. Possibilitaram também pensar o perfil do corpo docente<sup>73</sup> designado a lecionar as cadeiras do Curso Normal de Caetité, no período pesquisado; além das legislações, o Livro de Atas pôde confirmar as disciplinas ofertadas e a identificação do corpo docente.

O quadro, a seguir, apresenta as disciplinas do Curso Normal que deveriam compor a base da formação das normalistas na Escola Normal de Caetité, com as indicações das respectivas cargas horárias e professores.

---

<sup>73</sup> N. 1.846 de 14 de agosto de 1925 previa nos artigos nº 200 determina que “Cada uma das cadeiras de lingua ou de sciencia será regida por um professor cathedratico, não havendo substituto e as de artes por professores contractados”.

Quadro 1 - Distribuição das Cadeiras do Curso Normal do Interior da Bahia de acordo com Decreto-Lei N. 4.218, de 30 de dezembro de 1925

		Art. 721. O curso abrangerá as seguintes disciplinas:							
		Art. 443/723A distribuição pelos quatro anos se fará do seguinte modo:							
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
		Disciplina	h/s	Disciplina	h/s	Disciplina	h/s	Disciplina	h/s
2 de Línguas	I. Língua portuguesa e Litteratura Nacional;	1926 - Professor Alfredo José da Silva	5	Portugues	5	Língua portuguesa e Noções de Litteratura	4		
		1926 - Cirurgião Dentista Francisco Joaquim Bastos 1931 - Dona M <sup>te</sup> Constança Paranhos Cardoso 1939 - Doutor Hybelmont Batista Neves (cirurgião dentista)	3	Francês	3				
7 de Ciências e Psychologia infantil	III. Pedagogia e didáctica;	1926 - Director Dr. Edgard da Silva Travassos Pitangueira				Didáctica	5	Didáctica (prática)	4
		1932 - Dona Carmen Spinola Teixeira 1935 - Padre Luiz Soares Palmeiras				Pedagogia			
	IV. Geographia geral, Cosmographia e Chorographia do Brasil;	1926 - Dona Helena Lima	3	Geographia geral e Cosmographia	3	Chorographia do Brasil	2		
		1926 - Dona Zelinda Teixeira Rodrigues Lima 1929 - Dona Celina Teixeira Rodrigues Lima	3	Historia do Brasil	3	Noções de Historia Universal	3		
	VI. Mathematica elementar;	1926 - Engenheiro Jayme Spinola Teixeira (primeiro semestre de 1927, consta registro) 1927 - Engenheiro Agronomo António da Silva Ramos (no livro de registro de pontos consta a assinatura 1929 - Prof. Aloysio da Costa Short	5	Arithmetica e Algebra	5	Geometria	4		



No que diz respeito às disciplinas, o Regimento do Ensino Primário e Normal, destacamos o texto intitulado “O Ensino na Escola Normal de Caetité” (Revista Escola Normal de Caetité, março de 1927, p. 69-70), de autoria de professores e professoras (redatores da revista), referente ao Anno I, nº 2, e o relatório apresentado a Anísio Teixeira, em 1927, pelo Diretor da Escola Normal de Caetité, Dr. Edgard Pitangueira. As informações desses documentos permitiram-nos traçar o perfil metodológico das disciplinas que constituíam o programa de ensino dessa instituição.

Os três documentos evidenciam que todas as disciplinas precisavam aplicar os novos métodos de ensino que possibilitassem que os “alunos trabalhassem por si mesmo, vencessem as dificuldades do momento no todo ou em parte, sentissem a necessidade da iniciativa disciplinada pelas idéas já formadas” (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928), proporcionando condições para que os alunos e as alunas fossem responsáveis pelo seu conhecimento. Quanto às disciplinas do curso normal, há que se considerar que os métodos de ensino fortaleciam a presença dos ideais da Escola Nova no discurso de que “o aprendizado ativo tem sido a base da instrução em nosso estabelecimento. As nossas escolas, felizmente não são escolas bocejantes e os hábitos sadios têm merecido nossos cuidados e ocupado nossa atenção” (Revista de Educação da Escola Normal, março de 1927, p. 69).

**Língua portuguesa e Literatura Nacional:** a primeira foi ofertada nos três primeiros anos, a carga horária no 1º e 2º ano era de 5h/s para português, no 3º ano foi reduzida para 4h/s e destinada ao ensino de Português e Literatura Nacional. Os documentos destacam que essas disciplinas foram ensinadas para atender as diretrizes educacionais. Era preciso ministrar noções elementares e literaturas e manejar a língua portuguesa como um instrumento do pensamento e expressão. No entanto, no relatório, o Diretor Edgar Pitangueira chama atenção para o ensino da língua portuguesa, exalta um ensino com a ocorrência da linguagem relacionada aos motivos nacionais, para que os alunos pudessem compreender que a língua falada não é abstrata, que seu avanço depende da “mentalidade do povo”. Menciona que o professor abandonou o “Theorimso systematico”, enfim o programa da referida disciplina adequava-se às exigências das diretrizes educacionais, operando seus estudos no campo da prática.

**Língua Francesa:** ofertada no 1º e no 2º ano, com 3h/s para cada ano, focava na ideia de um ensino que pudesse mudar os hábitos que os alunos e alunas adquirem na aprendizagem do idioma estrangeiro, a meta do ensino da língua francesa consistia em tradução, no idioma, de trechos vernáculos de autor renomado na época.

**Pedagogia e Didactica; e Psychologia infantil:** essa cadeira, no programa, aparece no 3º e 4º com a disciplina de Didática/Psicologia com uma carga horária de 5h/s no 3º ano e Didática prática no 4º ano com uma carga horária de 4h/s voltadas para atividade prática, com atividades de observação das lições nas classes da escola anexa, sob a orientação do professor de pedagogia. Posteriormente seriam temas de estudos nas aulas de pedagogia, didática e psicologia infantil, ou seja, essas aulas teriam como exercícios a prática na escola anexa, uma forma de se aprender uma metodologia aplicada ao curso primário. Seu foco era o comportamento psíquico, moral e intelectual da criança e o desenvolvimento de métodos de ensino que atendessem ao perfil da escola primária moderna. A escola progressista e a “escola nova”, a “escola Ativa”.

**Geografia Geral, Cosmographia e Chorographia do Brasil:** uma carga horária de 3h/s no 1º ano e 2h/s no 2º ano. O programa dessa disciplina propunha um ensino que buscasse a “sciencia de distribuição” (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928), que não fosse enfadonha para os alunos, proporcionando um ensino atraente relacionado com a vida humana, lançando mão de métodos que se adequassem aos novos métodos de ensino, que norteiam os princípios educativos dessa ciência, tornando a geografia humana, para que os alunos e alunas, através da generalização, compreendessem os aspectos da geografia regional e seus fenômenos (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928). Para isso, as metodologias adotadas faziam uso de gráficos, mapas mundo, cartogramas, exercícios de cartografia, da produção de atividades manuais como meios de aplicação, as provas práticas dessa cadeira eram feitas mediante o processo da representatividade, ou seja, “Todas as lições são feitos com atlas á vista” (Revista de educação da escola Normal, março de 1927, p. 69).

**Noções de Historia Universal e Historia do Brasil:** essa cadeira contemplou duas disciplinas: Historia do Brasil com 3h/s no 1º ano e Noção de História Universal no 2º com 3h/s. Na primeira disciplina era valorizado o conhecimento histórico/geográfico. Na aula de História, procurava-se seguir os métodos modernos, mas sempre focando no potencial dos alunos; verificamos que os programas de História proporcionavam um ensino voltado para o conhecimento geográfico, através do estudo de cartas geográficas dos grandes vultos da história (PITANGUEIRA, 1927 apud TEIXEIRA, 1928), os alunos tinham a oportunidade de traçar no quadro negro “os factos historicos por meio de eschemas, cartogramas, projecções indicadoras desse ou daquele povo, enfim o estudo da Historia é feito um tanto pelos sentidos” (Revista de educação da escola Normal, março de 1927, p. 70). Portanto, a proposta do ensino de história era pelo método da comparação dos fatos, pela observação do social, oportunizando aos alunos comentarem os acontecimentos, tornando-os mais concretos, mediante sua recomposição.

**Mathematica Elementar:** constituída pelas disciplinas de Álgebra e Aritmética no 1º ano com uma carga horária de 5h/s e Geometria no 2º ano com 4h/s. Considerada uma disciplina difícil, com certa “aridez”, que permite ao aluno sentir aversão ao seu estudo por considerá-la abstrata; assim, o programa foi elaborado considerando que o ensino de Mathemática Elementar era realizado a partir dos princípios concretos, de modo que os alunos raciocinassem com facilidade e obtivessem conclusões exatas, a partir do manuseio de matérias do conhecimento do aluno, tornando o ensino menos abstrato.

**Historia Natural, Physica e Chimica e Noções de Hygiene:** essa cadeira contemplava as disciplinas de: Ciencias Physica e Chimica applicadas às indústrias e agricultura no 2º ano com 4h/s e Hygiene geral no 3º ano com 3h/s e Hygiene escolar no 4º ano com 2h/s. A proposta para essa cadeira estava associada ao uso de laboratório, museus, materiais que conduziam os alunos a objetividades das lições, embora a falta desses, nos primeiros anos, geraram dificuldades em dar uma conotação prática para as aulas; uma forma de contornar essas dificuldades foi ministrar com o apoio do quadro negro, fazendo inferência com a natureza. As aulas práticas relacionadas com a Botânica e Geologia tinham como proposta serem ministradas nos jardins da Escola. Estas pareciam estar relacionadas, também, à disciplina de **Agricultura** – a proposta para o ensino de agricultura estava presente no 3º ano uma carga horária de 2h/s e no 4º ano com 1h/s, enfatizando aspectos da vida rural brasileira, inclusive com elementos práticos.

**Desenho e Calligraphia:** no 1º ano, Desenho e Calligraphia contavam com 3h/s e no 2º ano oferecia-se apenas Desenho com uma carga horária de 4h/s, de modo que o programa apresentava um foco maior para a compreensão da finalidade da aprendizagem dos conhecimentos enfatizados em Desenho. Os métodos desenvolvidos eram motivadores necessários para o pleno desenvolvimento de uma aprendizagem racional e o desenvolvimento intelectual. Era previsto nessa cadeira o acompanhamento de “graphics e as representações objectivas que os alumnos fizeram na aprendizagem de outras materias, impondo o aperfeiçoamento pelo correctivo” (PITANGUEIRA, 1927). Os métodos davam para os alunos a liberdade para criação, valorizando a capacidade criativa, muitas vezes, negada pela inflexibilidade dos programas. “A aprendizagem dos desenhos, já se observa o gosto pela arte, resultante da educação activa que se está levando a efeito” (Revista de Educação Escola Normal, março de 1927, p. 70). O ensino de desenho e caligrafia também explorava o desenvolvimento da ambidestria (PITANGUEIRA, 1927, p. 70)

**Cadeiras de Artes:** em seu relatório, o Diretor Edgard Pitanguera (1927) menciona, ao se referir às cadeiras de artes, que a escola dedicou especial atenção, sem desanimar e desistir

diante das primeiras dificuldades pela falta de experiências: “nossa inexperiencia, já da cultura ainda não generalizada da primeira daquellas cadeiras. Por isso obtivemos no presente anno lectivo resultados que nos autorizam a dizer que entramos na phase da adptação dos trabalhos manuaes, associados ás lições de cousas”. **Música e canto Coral** – faziam parte do programa do 3º e 4º anos, com uma carga horária de 3 h/s para cada ano. Consistia no ensino de teorias, syncope quiálteras e canto orfeônico. **Prendas e Economia doméstica** – carga horária distribuída da seguinte forma: no 1º e no 2º ano, Prendas, com 3h/s e 2 h/s respectivamente e no 3º ano 2h/s para Economia Doméstica. Única cadeira exclusivamente ministrada por senhoras, “todas as outras cadeiras poderão ser exercidas indistinctamente por professores ou professoras” (DECRETO N. 4.218, de 30/12/1925, art. 564). O ensino dessa cadeira consistia no planejamento dos conhecimentos domésticos, tendo em vista que a escola normal não era vocacional, mas tinha uma classe de tempo integral<sup>74</sup> para a aprendizagem dos trabalhos domésticos e economia do lar. Buscava-se um equilíbrio entre o tempo regulamentado e a extensão da matéria (PITNGUEIRA, 1927). O programa do curso normal permite-nos constatar que o foco dessa cadeira estava nas atividades do Lar, em todas as dimensões, desde a economia à educação doméstica.

Já os **Trabalhos manuais** deveriam proporcionar o desenvolvimento sistemático da habilidade manual de alunos, preparando os futuros professores para a escola ativa, para a escola de cooperação. O objetivo era envolver os alunos de ambos os sexos, de forma que todos se ocupassem e se sentissem satisfeitos; proporcionar atividades que os alunos tivessem iniciativa, reduzindo todas as dificuldades pela convicção intelectual adquirida, tendo ação própria e compreendendo o valor dos trabalhos que executam. Os trabalhos manuais deveriam se relacionar com todas as disciplinas, considerando seus aspectos pedagógicos que “atravessaram os séculos”, sem contestação. Nessas aulas, “Os nossos alunos aplicam no slojd as representações geográficas, modelam na argilla ou mica os accidentes estereigraphicos, potamographicos, orographicos” (Revista de Educação, março de 1927)<sup>75</sup>.

Na edição de janeiro de 1927 também foi destacada a importância do slojd<sup>76</sup> para as diversas áreas do conhecimento, e de fácil manuseio, podendo ser usado no jardim de infância

---

<sup>74</sup> Uma turma com um período reservado apenas para as atividades dessa disciplina, com uma carga horária superior à determinada no currículo.

<sup>75</sup> Na mesma época circulou na Escola Normal de Caetité um texto corresponde à conferência relativa ao Ensino de Trabalhos Manuais para escola de ensino primário publicado em edição especial da Revista do Ensino na Bahia, anno III, n. especial, 1927. A cópia desse texto está disponibilizada no site do repositório UFSC: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135022>. Aborda, portanto, a importância dos trabalhos manuais e o uso do slojd.

<sup>76</sup> Slojd é palavra sueca – traduzida como artesanato ou trabalho manual. Usada principalmente no desenvolvimento de trabalhos com madeira, ferro, cera, gesso, papel argamassado, barro, trabalhos de agulha e de



e com alunos mais velhos. Assim, “Slojd é o trabalho manual sem fins ou preocupações obreiras; é o trabalho puramente educativo. Nesse duplo aspecto elle se desdobra em uma serie admirável, que vem desde o jardim da infância até as escolas mais adiantadas” (Revista de Educação, janeiro de 1927, p. 31).

Tais aspectos do programa deveriam ser desenvolvidos sistematicamente, de forma contínua, diária e progressista, para manter o interesse dos alunos e alunas, considerando que essas atividades possibilitam o desenvolvimento de habilidades físicas, como também as de ordem moral, intelectual e o gosto pela cultura da terra. A educação ambidextra, já explorada na disciplina de desenho, também era uma exigência dessa disciplina, uma vez que deveriam realizar atividades com a mão esquerda com a mesma habilidade e segurando o que se realizava com a mão direita. Todas as atividades dos alunos seriam aproveitadas para exposição, em outras disciplinas, etc.

No caso da **Educação Physica**, havia uma carga horária de oito aulas semanais distribuídas ao longo dos quatro anos do curso, 3h/s no 1º ano, duas no 2º, uma no 3º e duas no 4º ano. As práticas desenvolvidas deveriam seguir as normas de higienização e observando, tanto quanto possível, a ciência pedagógica. O programa do 3º ano de 1928 era constituído de 13 lições, sendo a 13ª uma secção reservada ao masculino: pulos em altura e em distância, salto com vara em extensão e altura.

O curioso é que a carga horária destinada à formação pedagógica, assim como a formação matemática, também era reduzida, aprendia-se matemática no 1º ano e os conhecimentos pedagógicos no último ano, com ênfase nas práticas diárias que ocorriam nas escolas de aplicação anexas à Escola Normal. No 4º ano também se aprendiam normas de higienização e atividades relacionadas à agricultura, enquanto as disciplinas destinadas ao ensino de música e canto, de prendas domésticas, trabalhos manuais, economia doméstica, disciplinas associadas ao lar estavam garantidas no currículo no decorrer dos quatro anos, 21,15% da carga horária semanais, conforme distribuição no quadro 1, anterior.

Chama atenção a concentração, no programa, de disciplinas destinadas ao conhecimento do Lar e trabalhos manuais, com a carga horária distribuída para quatro anos, o que indica ênfase para uma formação voltada aos atributos femininos. Isso articula o processo de estruturação das disciplinas do referido curso à formação de mulheres-professoras, ou seja, à constituição de uma

---

\_\_\_\_\_  
corte costura, bordados. O Slojd tinha caráter formativo, de acordo com os textos mencionados é possível destacar alguns benefícios de se trabalhar como a técnica do slojd, além de contribuições para o desenvolvimento do caráter do indivíduo, como moral, inteligência e produtividade de crianças e jovens. “Nesse duplo aspecto elle se desdobra em uma serie admirável, que vem desde o jardim da infância até as escolas mais adiantadas” (Revista de Educação, Janeiro de 1927, p. 31).

imagem feminina para a docência no ensino primário. Também nos permite pensar que o programa foi pensando para atrair as mulheres para a profissão, uma vez que essas disciplinas asseguravam um ensino voltado para o desenvolvimento das habilidades consideradas femininas, para que fossem donas de casas, e quando professoras primárias tivessem cuidados com as crianças.

Outro aspecto que se destaca é o fato de o regulamento não mencionar o ensino para meninas e sim para os meninos, o que nos leva a conjecturar não apenas um problema de linguagem, mas também que havia uma preocupação com a formação do sexo masculino, desde o primário, considerando a possibilidade de atuação na agricultura e na indústria local; ou seja, seria um ensino primário voltado para a formação de homens que atuariam no magistério, mas também na agricultura.

O estabelecimento desse conjunto de disciplinas tem como propósito assegurar ao futuro do professor ou à futura professora uma formação que possibilitasse adquirir habilidades para atender deliberações do Art. 285 do Decreto N. 4.218, de 30/12/1925, referentes ao ensino nas escolas primárias elementares:

A escola primaria elementar será sobretudo educativa, buscando **exercitar nos meninos** os habitos de observação e raciocinio, despertando-lhes o interesse pelos idéaes e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e historia patria, fazendo-os manejar a lingua portuguesa como instrumento de pensamento e expressão; guiando-lhes as atividades naturaes dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de **trabalhos praticos e manuaes**; cuidando, finalmente, de seu desenvolvimento physico com exercicios e jogos organizados e a aprendizagem das regras elementares de hygiene, procurando sempre **não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir**. Utilizar-se-á o professor de todos os recursos para adaptar o ensino ás particularidades da região e do ambiente bahiano.

Paragrapho unico. As escolas ruraes, além disto, farão **da industria local a cadeira central do seu curso** que será dirigido no sentido de **aperfeiçoar o gosto e aptidão dos alumnos para a sua futura profissão** (grifos nosso).

Era preciso formar professoras e professores que tivessem conhecimentos de português, matemática, ciências, história, geografia, formação cívica, agricultura, higiene, que fossem capazes de atuar no magistério primário, principalmente no meio rural e no sertão da Bahia.

### 3.2.3 Sobre as disciplinas propostas para formar a professora primária 1941-1956

Como sabemos, os anos de 1930 são cruciais para a estruturação do Estado Brasileiro e, de outra parte, mas não por acaso, de adensamento dos debates sobre os rumos a serem tomados pelo país naquela conjuntura. Desse movimento resultou uma transformação radical do Estado e, por outro lado, a elaboração de um expressivo conjunto de sínteses sobre o Brasil.<sup>77</sup>

No conjunto destes movimentos, nas décadas de 1930 e 1940 o movimento ruralista se intensificou nos estados brasileiros, resultando na exaltação dos “valores rurais”. Tal avivamento alcançou, é claro, os cursos normais, com novas propostas e iniciativas para o currículo das escolas primárias e normais; com a intenção de ajustar o currículo às necessidades do meio, buscava-se uma proposta curricular para o curso normal que abordasse os valores rurais da sociedade brasileira; além disso esperava-se que fossem estabelecidos elementos que possibilitassem a fixação de homens no campo. Assim, o curso normal tinha como aspiração preparar os professores e professoras para o magistério rural, as quais tinham como objetivos comunicar os conhecimentos de agronomia e higiene rural, puericultura (TANURI, 2000, p. 75).

Apoiados no argumento de ser preciso formar professores primários com habilidades para atuarem no magistério na zona rural, muitos governadores defenderam “a criação de ‘escolas normais rurais’, cuja denominação expressava não apenas a localização da escola em zonas agrícolas e pastoris, mas sobretudo o objetivo de transmitir conhecimentos de agronomia e higiene rural” (TANURI, 2000, p. 75). Em 1934 instalou-se em Juazeiro, no Ceará, a primeira escola normal rural, em seguida em outros estados, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul. Quanto ao Estado de São Paulo o decreto foi de 1933, no entanto não sendo instalada no mesmo ano em Piracicaba (SOUZA, 2015), tratando também dos aspectos relacionados às propostas pedagógicas direcionadas para ao meio rural, muito debatidas em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940.

Não é por acaso, pois, que em 18 novembro de 1940 foi enviada uma correspondência (Anexo D) ao Secretário de Educação e Saúde, Dr. Isaias Alves de Almeida, pelo Secretário de Interventoria Interino, Renato Bião de Cerqueira, informando que o Exmº Sr. Ministro da Justiça comunica haver sido pelo Senhor Presidente da República aprovado o projeto de Decreto-lei que equipara o Instituto Normal às Escolas Normais Rurais. O decreto de Nº 11.762 de 21 de novembro de 1940 (Anexo E) dispõe no Art. 17º que as Escola Normais Rurais de

---

<sup>77</sup> Como o Manifesto da Escola Nova, publicado em 1932; Casa Grande e Senzala, do sociólogo Gilberto Freyre, lançado em 1933. Raízes do Brasil, do historiador Sergio Buarque de Holanda, publicado em 1936.

Feira de Santa e Caetité, bem como os estabelecimentos de preparação de docentes, fiscalizados segundo o padrão daquelas, obedecerão aos dispositivos do Decreto 11.220 de 10 de Fevereiro de 1939, 11.268, de 17 de Março de 1939, naquilo que for aplicável, a critério do Secretário de Educação e Saúde, em instruções que serão devidamente expedidas, enquanto não fosse decretado o respectivo regulamento.

Essa correspondência permite-nos pensar que o estatuto da escola Normal de Caetité tenha sido rediscutido no final dos anos 1930, considerando que algumas pesquisas indicam que a Escola Normal de Caetité passou a se chamar Escola Normal Rural em 1941 (NOGUEIRA 2015; ROCHA, 2005). No entanto, as atas das sessões da congregação destinadas à aprovação dos programas das disciplinas do Curso Normal não indicam mudanças curriculares. Como podemos verificar nas atas do mês de fevereiro ou março de 1939, 1941, 1942, 1943 e 1944, todos os catedráticos informaram que o programa do ano letivo seria o mesmo dos anos anteriores, alguns mencionam pequenos ajustes, os quais não sinalizam mudanças nos programas com ampliação de carga horária, inclusão de novas disciplinas para o curso normal.

O Livro de Ata, o Livro de Registro de pontos e um rascunho de regulamento encontrado dentro do Livro de Portarias trazem pistas que indicam que o programa curricular para o curso normal manteve as determinações da Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925 e do regulamento de ensino do mesmo ano até o final dos anos de 1943. Neste ano o Programa sofreu mudanças com a publicação do Decreto-lei N. 12.691 de 5 de março de 1943 que reorganiza as Escolas Normais do Interior, medidas que foram efetivadas em 1944, como indica a 37ª Ata (Anexo F) da Sessão Ordinária da Congregação realizada em 13 de março de 1944, na qual registra-se a apresentação dos novos programas para o 4º e 5º anos do Curso Normal de Caetité. Juntamos as informações ao rascunho encontrado em uma folha dentro do livro de portarias (Figura 21), indicando que em 1943 a congregação já discutia a implantação de um novo modelo de ensino.

Figura 21 - Anotação referente ao programa da Escola Normal Rural de Caetité

Litt 6

1.º - A Escola Normal de C.º que  
 fundada em 21 de abril de 1926.  
 2.º - Em 5 de março de 1943, sofreu uma  
 reforma pela qual passou a funcionar  
 como Escola Normal Rural.  
 3.º - O curso primário é feito em 5 anos e o  
 normal também consta de 5 anos. Com  
 dois meses, respectivamente, em 5 anos o  
 curso primário e o curso normal.  
 4.º - Terminado o curso primário, subverte-se o  
 aluno aos exames de suficiência, sendo  
 sendo a aprovação desse candidato necessária  
 para sua matrícula no 1.º ano do curso nor-  
 mal.  
 5.º \* -  
 6.º - - vai anexa a este o currículo escolar  
 da seguinte:

\* \* As ciências de educação são lecionadas nos  
 4.º e 5.º anos do curso normal. Estas  
 disciplinas têm por objetivo ensinar o  
 candidato ao magistério o que precisa saber  
 sobre a Psicologia da Criança e de  
 do prof para com ela, e a aprendizagem  
 dos processos que devem ser adotados  
 em sua educação integral.

Fonte: Folhas soltas dentro do livro de registros de portaria do IEAT.

Além disso, as narrativas das ex-normalistas também trazem pistas sobre a modalidade do curso nos anos de 1940. Em relação a 1946, Marília menciona que se matriculou no curso normal: “O meu curso normal foi de cinco anos, me matriculei em 1946 e formei em 1950, em 1951 já estava nomeada”; Dona Lili também afirma que seu curso normal foi de cinco anos: “O curso era muito puxado, tinha Aritmética no primeiro e no segundo ano, álgebra no segundo e no terceiro, ainda tinha Geometria no terceiro e quarto” (Dona Lili); Dona Zaira relata que se formou em 1956 e cursou quatro anos de ginásio e dois anos de pedagógico. O que nos permite deduzir que no decorrer dos anos de 1950 ocorreram mudanças na estrutura do ensino, buscando adequar-se às exigências da Lei Orgânica do Ensino Normal. Não sabemos ao certo

quando o programa curricular da Escola Normal se adequou à lei Orgânica do Ensino Normal de 1946<sup>78</sup>.

Devido à Pandemia/Covid19, ficamos impossibilitados de retornar aos arquivos para consultar documentos que nos permitissem verificar como ficou o programa do Curso Normal e quando a escola aderiu à Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

A Escola Normal Rural de Caetité permaneceu com essa denominação até 1949, quando, então, foi renomeada como Escola Normal Rural e Ginásio de Caetité, mediante a Lei 130 de 14 de dezembro de 1948, que delibera a criação de cursos ginásiais nas cidades de Feira de Santana e Caetité. Em relação a essa mudança de nome, não localizamos indícios que apontassem a ocorrência de algum prejuízo e/ou modificações para o ensino no curso normal.

A análise dos documentos mencionados possibilitou-nos organizar o Quadro 2 com as disciplinas que compõem o programa de ensino da Escola Normal Rural de Caetité em 1944, considerando que o Decreto-Lei Nº 12.691 de março de 1943 reorganiza as Escola Normais do Interior do Estado da Bahia.

---

<sup>78</sup> Decreto-lei de Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

Quadro 2 - Distribuição das Cadeiras do Curso Normal Rural de acordo com o Decreto-Lei nº 12.691, de 5 de março de 1943

Decreto: Artigo 1º - As Escolas Normais Rurais de Feira de Santana e Caetité ficam organizadas em 5 anos, abrangendo as seguintes matérias:											
MATÉRIA	Quadro docente	Artigo 2º - As matérias constitutivas da Escola Normais Rurais de Feira de Santana e Caetité, serão lecionadas em aulas de 50 minutos, segundo a distribuição seguinte:									
		1º ano	h/s	2º ano	h/s	3º ano	h/s	4º ano	h/s	5º ano	h/s
1 Português	1944 - Dona Maria conceição Ramos 1951 Ercinia Montenegro Cerqueira	Português	6	Português	6	Português	5	Português	2		
2 Português e Literatura Nacional	1944 - Prof. Alfredo Jose da silva 1951 - Dona Maria conceição Ramos									Literatura Nacional	3
3 Francês	1944 - Padre Delio Aloisio de Almeida 1948 - Ercinia Montenegro Cerqueira 1951 - Jose Antonio de Castro	Francês	3	Francês	3	Francês	3				
4 Matemática	Hyeront Batista Neves	Aritmética	4	Aritmética Álgebra	3	Álgebra	2	Geometria	2		
5 Geografia Geral e do Brasil	Dona Helena lima	Geografia Geral	3	Geografia Geral e do Brasil	3	Geografia Geral e do Brasil	2				
6 História Universal e do Brasil e Educação Cívica	Dona Maria Celina Teixeira Rodrigues	História Brasil e Educação Cívica	3	História Brasil e Educação Cívica	3	História Universal e Educação Cívica	2	História Universal e Educação Cívica	3		
7 Ciências Físicas e Naturais	1944 - Dr. Edilberto Costa					Ciências Físicas	4	Ciências Físicas e	3		

8 Agricultura Prática	Engenheiro Agrônomo Hernani Veloso Viana	Agricultura Prática	3	Agricultura Prática	2	Agricultura Prática	2	Agricultura Prática	2
9 Higiene, Puericultura e Educação Sanitária	Dr. Clovis Moreira					Higiene Geral e Rural	3	Higiene, Puericultura e Educação Sanitária	4
10 Pedagogia, História da Educação e Metodologia Especial	Dr. Antônio de Meireles							Pedagogia, História da Educação	2
11 Psicologia Educacional, Estatística e Administração Escolar	Dona Belaniza Lima							Metodologia Esp.	4
12 Desenho e Caligrafia	Dona Claia Assis Castro	Desenho e Caligrafia	2	Desenho e Caligrafia	2	Desenho e Caligrafia	2	Desenho Aplicado	2
13 Trabalhos Manuais	Dona Alice Kainne	Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais	2
14 Educação Física	Dona Irani Público Castro	Educação Física	2	Educação Física	2	Educação Física	2	Educação Física	2
15 Música e Canto Orfeônico	Dona Aída Moreira Silveira	Canto Orfeônico	2	Canto Orfeônico	2	Canto Orfeônico	2	Canto Orfeônico	2
Fonte: Documentos oficiais – dados verificados no Livro de Ponto da Escola Normal de Caetité de 1948– Arquivo IEAT									



Iremos verificar o movimento na formação do professor em relação aos programas das disciplinas no período de abrangência da nossa pesquisa, com foco nas disciplinas relacionadas ao conteúdo de matemática com uma carga horária semanal no decorrer do curso de 12,3%, formação pedagógica 12,3% e as disciplinas que tratavam dos conhecimentos relacionados ao trabalho do “lar”, Desenho, Educação Física, Música e Canto que correspondem a 35% da carga horária do programa. Abordaremos a disciplina da área de linguagem, que totaliza 28,04% da carga horária do programa, sem pretensão de fazer uma análise exaustiva, por dois motivos: a carga horária e o fato do professor ser o mesmo desde a primeira turma até a últimas do período de nossa pesquisa. Devido à dimensão de questões que poderiam ser discutidas aqui, foi preciso encontrar caminhos que me confortassem. Nesse momento de escolha, veio-me à mente, mais uma vez, “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino; pensei na cidade de Doroteia, cheia de possibilidades, mas é preciso fazer escolhas diante do que nos é oferecido. Precisaria de muito tempo para viajar pelo mundo de possibilidades que surgem no contexto dos programas das disciplinas que intervêm no processo de formação da professora primária.

O que muda no programa de disciplinas previsto na Lei 1.864 de 14 de agosto de 1925 para o Curso Normal com as determinações do Decreto de Lei 12.691 de 5 de novembro de 1943, que prevê a reorganização das Escolas Normais do Interior do Estado da Bahia? Uma das primeiras constatações refere-se à ampliação da carga horária das disciplinas e a forma como estão disponibilizadas ao longo dos cinco anos, considerando que antes o curso tinha duração de quatro anos. Ocorreram mudanças significativas nas disciplinas relacionadas ao ensino rural, que são assinaladas pelo movimento ruralista, que já vinha se destacando em outras regiões do Brasil desde a década de 1930. Por outro lado, pesquisas como a de D. Almeida (2007) também sinalizam que as Escolas Normais Rurais deveriam contemplar saberes que permitissem o contato com essa realidade, mas exigia uma formação que deveria extrapolar a necessidade de “profissionais do magistério urbano” (D. ALMEIDA, 2007, p. 7), de forma que o currículo observasse as disciplinas ordinárias a qualquer Escola Normal.

Quanto às disciplinas que contemplavam o currículo da Escola Normal de Caetité e da Escola Normal Rural de Caetité, no da primeira eram distribuídas no decorrer dos quatro anos e no da segunda ao longo de cinco anos, voltadas para a formação de professores e professoras com habilidades profissionais, para atuarem tanto em escolas rurais como urbanas.

As disciplinas relacionadas à linguagem estavam em destaque nos dois programas, considerando que essa área abrangia apenas três disciplinas, como podemos verificar na carga horária semanal nos quadros 1 e 2; no primeiro 19,23% da carga horária distribuídas nos três

primeiros anos, no quadro 2 essa carga horária é ampliada para 28,04%, ao logo dos cinco anos, o que mostra a valorização dessa área para a formação do professor primário.

Analisando os dois quadros constatamos que o Professor Alfredo José da Silva foi nomeado como Catedrático para a Cadeira de Português e Literatura na ocasião da inauguração da Escola Normal de Caetité em 1926, permanecendo ao longo do período da nossa pesquisa, até 1956. Nas narrativas, as lembranças dessas disciplinas aparecem ligadas à ideia de que se construíram da imagem do Professor Alfredo, *homem, negro, que se dedicou à língua portuguesa e um leitor exemplar*. A prática de leitura incentivada pela figura do professor Alfredo aparece na fala das ex-normalistas.

As lembranças de Literatura e Português são associadas ao Catedrático professor Alfredo José da Silva<sup>79</sup>. As ex-normalistas se referem a ele como o único professor negro que lecionou na Escola Normal de Caetité, desde o dia da sua inauguração até a sua aposentadoria, homem “sabido”, exigente:

*O professor Alfredo ensinava literatura, aquele homem sabia muito! Sabia as datas dos nascimentos de personalidades importantes, todos os fatos principais e era exigente. Professor Alfredo cobrava muito a respeito das biografias de que tratava (DONA LILI).*

*O professor Alfredo ensinava Literatura [...] e o ensino de Português era muito puxado. [...] O Doutor Clovis, Doutor Bulhões chegava lá todo “emperiquitado” [...]. Professor Alfredo também era do mesmo jeito, ele era negro, mas os outros não (DONA ZAIRA).*

*Professor Alfredo era pai de uma professora que se chamava Alfredina. Ele era negro e muito sabido, mas ele tinha um complexo. Tinha a sala dos professores, mas ao invés de ir para lá, ficava na dele, no jardinzinho. Ele chamava carteira de “calteira”, trocava o “r” pelo “l”. Professor Alfredo era professor de Português e Literatura. Dona Conceição era professora de português no curso ginásio (RITA).*

*Uma vez, quase tirei um dez com o professor Alfredo, porque decorei o assunto - foi professor Alfredo ou foi Dona Conceição. Tirei um nove com*

---

<sup>79</sup> Catedrático Professor Alfredo José da Silva, professor negro, de origem humilde, viveu a experiência de estudar os primeiros anos em escola particular, em Engenho América, Freguesia da Igreja Nova, município de Alagoinhas. Depois em escola pública estadual, do sexo masculino, da Freguesia de Santana do Lustosa, município de Santo Amaro. Muito se destacou por ser um aluno dedicado. Antes de chegar em Caetité, exerceu o magistério em Lavras Diamantinas, Livramento de Nossa Senhora. Por indicação de Anísio Teixeira foi nomeado mediante decreto de 10 de março de 1926 como catedrático interino de Língua Portuguesa, Literatura. Em 19 de março de 1930, foi nomeado como segundo diretor da Escola Normal, exercendo esse cargo até 12 de novembro de 1935, quando foi exonerado a pedido. Após a Segunda Guerra Mundial, chegou a ser prefeito por dois anos (MENDES, 1996), tornando-se uma figura notável em Caetité pelo alto grau de intelectualidade, e pelo legado de grande valor à comunidade caetiteense representado pela sua biblioteca, que está em processo de digitalização para ser disponibilizada ao público.

*um desses. Outra vez, falei decoradinho sobre o que é o aposto: “aposto é o adjetivo que modifica outro”. Ainda dei o exemplo assim: “Dona Isabel a redentora era brasileira”. Minha colega falou assim: “Rita, eu não sei como é o negócio de aposto”. Dei um exemplo e ela entendeu (RITA).*

Elas se lembram, com entusiasmo, das aulas de Português do professor Alfredo José da Silva. Entendemos que o gosto pela leitura, declarado no dia da entrevista, seja alimentado pelas lembranças do professor como homem dedicado aos livros. Dona Zaira informa que todos os dias, à tarde, reserva um tempo para a leitura dos clássicos da literatura; Dona Zilda, que escrevia poesias e lia muito romance, presenteou-me como um livro de sua autoria, “*escrevi um livro em homenagem a meu pai. O título do livro é ‘Um homem empreendedor’. Comecei a escrevê-lo em 1990. [...] Eu só parei de escrever e ler porque estou com um problema nas vistas, mas mesmos assim ainda uso o WhatsApp (risos)*” (Dona Zilda, anotações da pesquisadora). Dona Zaira e Marília enfatizam que gostam de português e que o conhecimento da escola normal possibilitou que elas ministrassem aulas de Português. Dona Zaira relata que ensina português para os netos, e quando tem tempo ainda corrige alguns textos para as noras (anotações da colaboradora).

Tanto o discurso dos professores como do Diretor da Escola Normal, em torno do ensino voltado para os ideais nacionalistas, e para o cuidado com os valores morais, mantiveram-se presentes na Escola Normal de Caetité nos programas, seja para o Curso Normal ou para o Curso Normal Rural, e também aparecem nas lembranças das ex-normalistas, pois elas falam dos valores morais, do respeito aos símbolos nacionais.

Podemos verificar que a carga horária destinada ao ensino de Geografia contemplava o ensino de Geografia geral, Cosmografia e Chorographia do Brasil. A professora Helena Lima considerava a carga horária de 3h/s no 1º ano e 2h/s no 2º ano insuficiente para trabalhar os conteúdos necessários à formação de professores e professoras. Para o Curso Normal Rural a carga horária foi ampliada de forma que permanecesse o ensino da Geografia Geral, acrescentando Geografia do Brasil, ministradas ao logo dos três primeiros anos 3h/s no primeiro ano, 3h/s no segundo e 2h/s no terceiro, sendo a cadeira ministrada pela Professora Helena Lima<sup>80</sup>, que também foi nomeada pelo professor Anísio Teixeira (1926), na ocasião da inauguração da referida escola, para a cadeira de Geografia, a qual lecionou até se aposentar

---

<sup>80</sup> Nasceu em 1904 em Livramento de Nossa Senhora. Filha de Manuel Pedro de Lima e de Leonídia Maria de Lima, era irmã do primeiro-ministro do Brasil, Hermes Lima. Ainda criança foi estudar na cidade de Caetité. Formou-se no Educandário Sagrado Coração de Jesus, no Curso Normal/Secundário em 1925. Casou-se com o telegrafista José Sátyro dos Santos. Escritora, publicou sobre a história de Caetité o livro “*Caetité, Pequena e Ilustre*”, e muito colaborou com a sociedade de Caetité.

em 1964, sendo a primeira mulher a ser nomeada em 1951 como Diretora da Escola Normal de Caetité. As ex-normalistas mencionam que os estudos

*[...] em Geografia eram sobre os estados do Brasil, denominações dadas às águas, moral e cívica, 'que não tem mais', sobre a bandeira, pátria, [...]* (DONA RICA).

*Essa dona Helena que ensinava geografia era muito boa, estudava história das civilizações* (DONA LILI).

*[...] não aprendi geografia com ela, porque a parte de cartografia era em aula separada. Na parte de geografia, tinha mapas bem grandes, e éramos obrigados a mostrar no mapa uma ilhazinha lá na Europa* (MARÍLIA).

Assim como a geografia, a cadeira de História teve a carga horária ampliada. História, no primeiro programa, tinha uma carga horária de 3h/s, sendo ofertada para as turmas 1º e 2º ano, no segundo programa constatamos que a carga horária foi ampliada, de tal modo distribuída ao longo de quatro anos: 3h/s no 1º, 2º e 4º e para o 3º apenas 2h/s. Essa cadeira, ao longo do período estudado, foi lecionada por duas mulheres da família de Anísio Teixeira, Dona Zelinda Teixeira Rodrigues Lima e Dona Celina Rodrigues Lima.

As ex-normalistas lembram-se dos ideais nacionalistas fortemente presentes nas disciplinas de Geografia e História, por abordarem os valores nacionais, patriotismo, dever cívico, conhecimento da história do Brasil, a Geografia do Brasil e da Europa, bem como a localização de pontos geográficos, reconhecimento das capitais do Brasil, heróis da pátria. Mas as narrativas das ex-normalistas mostram que outras disciplinas apresentavam preocupações com os ideais nacionalistas, como podemos observar nos trechos seguintes:

*História do Brasil, indígenas e descobrimento do Brasil* (DONA RICA).

*Separei umas fotografias para você olhar. Essa foto mostra que tinha uma cachoeirinha no jardim da escola, e para uns lugares, onde tinha o mapa do Brasil, era uma belezinha [...]* (mostrando uma foto da Escola Normal) [...]. *A professora Carmem (Professora de Pedagogia) levou-nos para ver uma estátua da Princesa Isabel, que tem do lado de dentro do salão nobre da escola anexa* (DONA RICA - descreve uma foto do jardim da Escola Normal de Caetité).

*Dona Aída ensinava música, tinha canto orfeônico. E o piano que dona Aída tocava? Lindo. A mulher era feia, mas tocava tão lindo o hino nacional* (DONA LILI).

*Ela ensinava História Moral e Cívica, se apegava mais com Moral e Cívica e deixava História de lado (DONA ZILDA).*

Dona Zilda guarda na memória lembranças dos seus nove anos, quando cursou o 2º ano primário, as quais indicam que os ideais nacionalistas sempre estiveram presentes no contexto do curso normal, visto que suas lembranças se relacionam com as aulas das estagiárias.

*Em 32 meu pai me levou. Me lembro bem me levou pela mão, me entregou a Dona Judite. Eu fiz o primeiro ano com ela, na escola Anexa. Tinha a Escola Normal e tinha a escola Anexa. Ai então, e no outro ano, em 33 eu fui já não tinha professora suficiente, eram estagiárias. Quinze dias uma estagiária, quinze dias outra estagiária. [...] Desde a escola primária. Eu me lembro que eu estava no segundo ano, tinha uma ginástica rítmica. Ai a Escola Normal, uma beleza aí. Rítmica com umas bandeirinhas na mão, a gente fazia, cantava, eu não aprendia, eu esquecia a letra da música. Eu tinha quantos anos, nove. Nove anos (DONA ZILDA).*

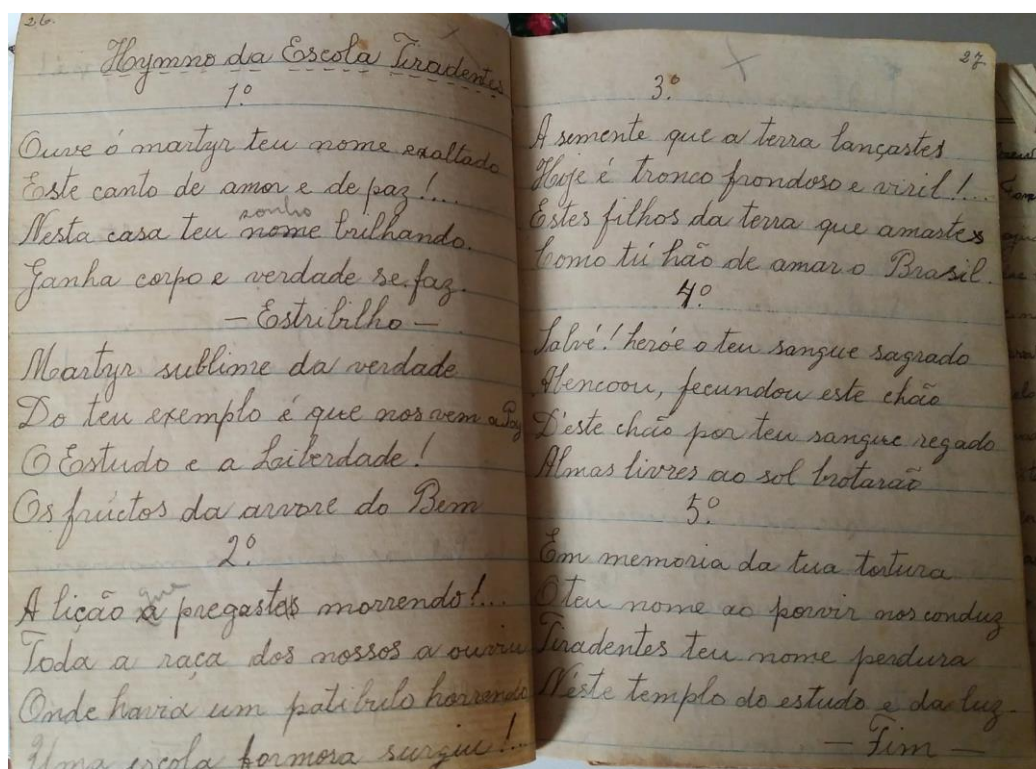
Muitas são as recordações dessas senhoras sobre as preocupações dos ideais pedagógicos presentes no contexto da escola. Desse modo, não aparecem apenas nas lembranças narradas, mas no que guardam em seus pertences, em caixas, protegidas das mãos e dos olhos dos estranhos. Não explanaremos sobre os pertences de ordem nacionalista guardados por essas senhoras, mas os ilustramos por meio da imagem de duas cadernetas de dedicatórias dos colegas e colegas, uma de Carmem Gumes, datadas do ano 1930, guardadas por sua filha, nossa colaboradora Dona Zaira, e a outra de Dona Rica de 1941 e 1942. Mesmo não sendo nosso foco, acreditamos que não poderiam ser ignoradas, porque dizem respeito ao processo de formação dessas mulheres professoras primárias. As Figuras 22, 23, 24 e 25 mostram como os ideais nacionalistas eram valorizados no interior da escola e reproduzidos por essas mulheres, seja na forma de homenagem a colegas dedicando um Hino, como aconteceu com dona Rica e com mãe de dona Zaira – esta recebeu a caderneta de presente de uma parente, considerando que quando sua mãe morreu ela tinha apenas três anos de idade, sendo esta uma recordação de sua genitora.

Figura 22 - Capa da Caderneta de Hino da Mãe de Dona Zaira



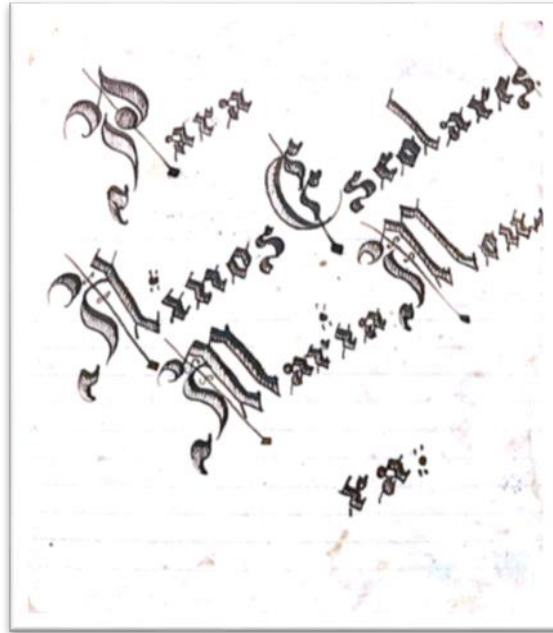
Fonte: Arquivo pessoal de Dona Zaira.

Figura 23 - Hino da Escola Tiradentes



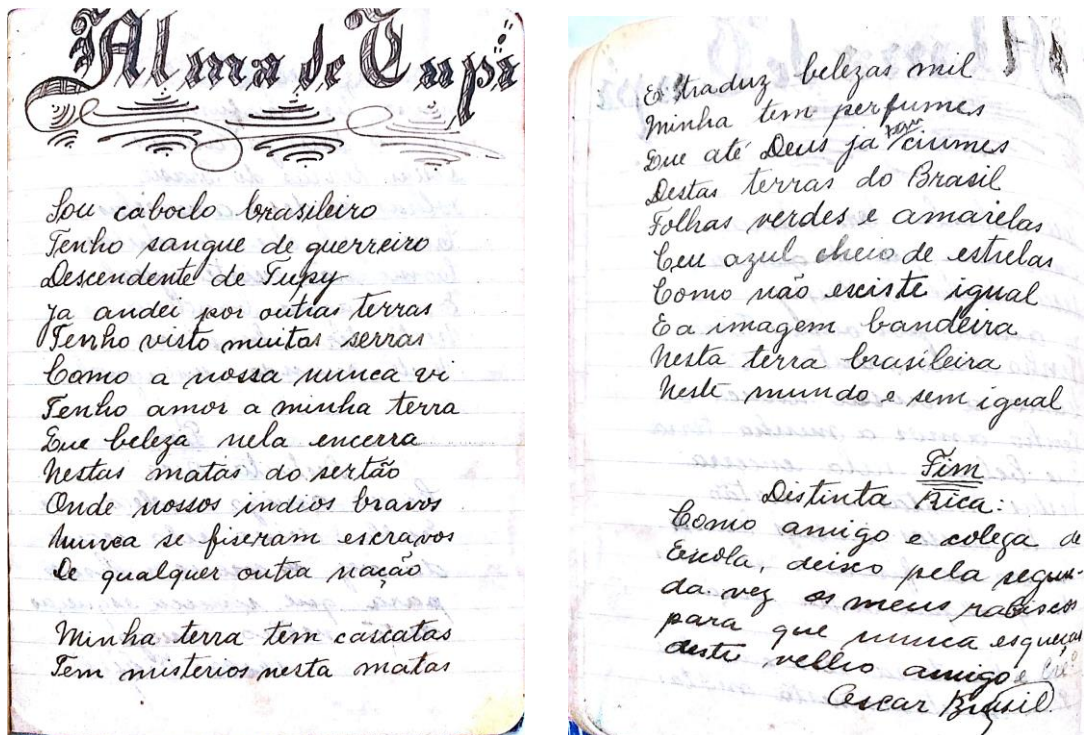
Fonte: Arquivo pessoal de Dona Zaira.

Figura 24 - Capa da Caderneta com dedicatórias das Amigas de Dona Rica



Fonte: Arquivo Pessoal de Dona Rica – localizados pela autora em 2018.

Figura 25 - Hino: Alma Tupi, dedicação de um colega do 1º ano do Curso Normal para Dona Rica



Fonte: Arquivo Pessoal de Dona Rica – localizados pela autora em 2018.

O programa de 1943, em relação à carga horária semanal da disciplina agricultura<sup>81</sup>, passou a apresentar uma preocupação com as atividades práticas, como sinaliza Dona Lili: “*Professor Hernani ensinava agricultura, a gente capinava na época (risos)*” (Dona Lili).

Observando o quadro 2, é possível constatar que no processo de formação do professor primário, em comparação com o quadro 1, passa-se a priorizar disciplinas que possibilitassem o ensino de saberes próprios da realidade rural, como: a disciplina de Agricultura, ofertada no 3º com 2h/s e no 4º com 1h/s, conforme quadro 1. No quadro 2, verifica-se mudança no nome e na carga horária, passando a ser denominada Agricultura Prática, que deveria ser ministrada no decorrer dos cinco anos com 2h/s. O que não significa que atendesse ao que era proposto para a formação da professora primária, considerando uma fala da ex-normalista Rita, sobre a ocasião do estágio, quando teve que dar uma aula.

*Isso foi no estágio. Teresinha era a regente da classe. Os próprios professores (se refere aos professores do curso normal) falavam que era Escola Normal Rural, mas só tinha de rural o nome, porque era tudo decorado. Terminando o estágio fazíamos um passeio numa chácara daquelas. No fim, fazíamos uma prova da matéria estudada. Lembro que escolhemos a cana, na prova oral. Expliquei aos meninos que a parte melhor para o plantio é o meio da cana. Meu aluno falou: “Não, Dona Rita, a parte melhor é o olho”. Terezinha corrigiu e falou: “Meu filho, seu pai e o meu plantam o olho para aproveitar, mas a parte melhor é como Dona Rita falou, é o meio”, e eu não sabia nada de cana. Decerto que eu estudei. Aprendi e ensinei.*

As disciplinas de Ciências, no programa do curso normal, eram contempladas com uma carga horária de 4h/s no 2º ano para o ensino de Ciências Naturais, 4h/s e 3h/s no 3º ano respectivamente para o ensino de Ciências físicas e Higiene geral e 2h/s no último ano de Higiene Escolar. Para o programa do curso normal rural, a carga horária semanal pouco difere do programa anterior. O que ocorre com maior ênfase, ou melhor dizendo, especificamente para a higiene geral e rural e as medidas de proteção da criança. Como podemos verificar no quadro 2, a matéria de Higiene Geral e Rural disponibilizava 3h/s no 4º ano e a de Higiene, Puericultura e Educação Sanitária 4h/s no 5º ano. Verificamos que essas cadeiras eram assumidas por médicos, como também podemos verificar nas narrativas.

---

<sup>81</sup> Importante considerarmos que essa disciplina sempre foi ministrada por engenheiros agrônomos. Não encontramos registros sobre a vida acadêmica desses catedráticos, apenas o Livro de Atas da Congregação indica que os professores de Agricultura e Agricultura prática foram: em 1927 o Engenheiro Agrônomo Antônio da Silva Ramos, em 1928 o Engenheiro Agrônomo José Francisco Junqueira Ayres, em 1938 Engenheiro Agrônomo Affonso da Silva Ramos e em 1941 o Engenheiro Agrônomo Hernanin Velloso Viana.



Os fragmentos das narrativas tornam evidente a necessidade de preparar as normalistas para desenvolverem uma prática pedagógica voltada para o ensino relacionadas às técnicas agrícolas, o que permitiria aos professores e professoras melhor conhecer a realidade onde viviam seus alunos da zona rural.

*Doutor Clovis era professor de Higiene escolar (RITA).*

*Doutor Clovis ensinava Puericultura (DONA LILI).*

*Higiene geral, higiene especial. Eu estudei num livro de um farmacêutico de Livramento, uma colega me emprestou, era um livro de médico. [...] Não comprava, por exemplo, os livros de higiene, não podia comprar porque era coisa de médico. Dr. Clovis era médico (DONA RICA).*

Podemos verificar nas narrativas que os médicos eram os professores dessas disciplinas. Dona Rica justifica isso dizendo que tais saberes se aproximavam dos saberes médicos. Ela também reforça a ideia de que os programas valorizavam a concepção de que a formação de professores deveria atender as necessidades da população Rural.

*Estudei todas aquelas normas, tudo de higiene e puericultura. Era um médico. E fazia provas com esses livros de higiene e puericultura. Tínhamos que fazer essas provas com todos os assuntos (DONA ZAIRA).*

*Quando fui encaminhada para dar aula no ginásio, fui fazer parte de uma banca. Já não era mais higiene, era tudo puericultura, já não tinha mais higiene. Dr. Clovis disse para mim assim: “Veja, Dona Maria, a diferença do seu tempo”. Era higiene geral e higiene especial. Doutor Clovis era médico, depois ele foi dar aula de higiene (DONA RICA).*

As disciplinas de cunho pedagógico continuam aparecendo nos dois últimos anos. Como podemos verificar nos quadros 1 e 2, as mudanças referentes às disciplinas do Curso Normal estão relacionadas à distribuição da carga horária de pedagogia, didática e da psicologia infantil. No primeiro quadro, estavam concentradas em uma única cadeira (quadro 1) ministradas nas disciplinas de Didática/Pedagogia no 3º ano e Didática (prática) no 4º ano. No programa do Curso Normal Rural é perceptível um destaque para as disciplinas Pedagogia, História da Educação e Metodologia Especial ministradas; Psicologia Educacional e Estatística Aplicada e Administração Escolar no último ano, mas com uma ampliação da carga horária. Quanto ao ensino dessas disciplinas, percebe-se que no período em que o curso normal era de quatro anos tivemos dois professores e uma professora assumindo essa cadeira, e no período em que era de

cinco anos apenas um professor. Como podemos verificar no quadro 1, a professora se trava da Irmã de Anísio Teixeira, Dona Carmem Spínola Teixeira<sup>82</sup>, e os professores eram o Diretor Dr. Edgard da Silva Travassos Pitangueira<sup>83</sup>, Padre Luiz Soares Palmeiras<sup>84</sup>; e no quadro 2 professor Dr. Antônio de Meireles<sup>85</sup>. Dentre esses professores, a professora Carmem se destaca no contexto da formação do professor, as contribuições pedagógicas dos professores aparecem de forma sutil nas narrativas. Documentos relacionados à trajetória profissional de Carmem Spínola Teixeira, e do período em que atuou na Escola Normal de Caetité, estão registrados em pesquisas no APMC, no arquivo público municipal de Salvador, em pesquisas acadêmicas.

Em relação ao **ensino de matemática**, percebemos uma preocupação com as disciplinas relacionadas ao conhecimento de Aritmética, Álgebra e Geometria, que ganham mais destaque no programa da escola Normal Rural não só pela ampliação da carga horária que era de 9h/s e passa para 14h/s, mas pela distribuição ao longo do curso. No Curso Normal se ensinava Aritmética e Álgebra apenas 5h/s no 1º ano e geometria 4h/s no 2º ano (quadro 1), no programa do Curso Normal Rural as disciplinas foram distribuídas no decorrer dos três primeiros anos: Aritmética 4h/s no 1º e 3h/s no 2º ano; Álgebra 1h/s ministrada no 2º e 2h/s no 3º ano; e geometria 2h/s no 3º e 4º anos (distribuição apresentada no horário da escola).

O ensino das disciplinas voltadas às atividades do lar permanece com a mesma carga horária, distribuída ao longo dos cinco anos, com pequenas mudanças na nomenclatura, como

---

<sup>82</sup> Carmen Teixeira concluiu os estudos primários e complementares em Caetité. Foi aluna da tia Priscila de Souza Spínola, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, estudou no colégio de Freiras. Nesse cenário que prevalecia nos anos 1920, Carmen Teixeira sai de Caetité para Salvador e inicia o Curso Normal no Educandário Sagrado Coração de Jesus, localizado no bairro dos Perdões, sendo diplomada em 1928. Em 1929, Carmen retorna para Caetité e inicia sua carreira como professora lecionando no Curso Fundamental e no Curso Normal da Escola Normal desta cidade. Este foi o primeiro passo de Carmen em direção à educação e já em 1930 a 1935 torna-se “[...] Catedrática Efetiva da Cadeira de Ciências de Educação na Escola Normal de Caetité” (C. MENEZEZ, 2011, p.106-107). Sugerimos como leitura sobre a vida e itinerância da Professora Carmem Spínola Teixeira: a tese de Cecilia Maria de Alencar Menezes (2011), BASTOS, Zélia. Associação de Senhoras de Caridade de Caetité 1919/ 2010. Salvador: Egba.

<sup>83</sup> Primeiro Diretor da Escola Normal de Caetité,

<sup>84</sup> Padre Palmeira, assim conhecido na cidade de Caetité, (25/06/1906, no Rio de Janeiro – 29/12/1988, em Salvador/BA). Foi ordenado sacerdote em 1932 em Caetité/BA. Nesta cidade estabeleceu relações com Hermes Lima e Anísio Teixeira. Dona Zilda menciona que seus irmãos estudaram e que as freiras deixavam as meninas assistirem aos jogos dos meninos do Colégio o Padre Palmeira em Caetité, transferido em 1939 para Vitória da Conquista, no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista e Arquivo do Museu Padre Palmeira. Padre Palmeira foi religioso, educador, político, Deputado do Estado da Bahia e Secretário de Educação do Estado Bahia

<sup>85</sup> Antônio de Meirelles nasceu na cidade de Salvador/BA em 12 de outubro de 1897, falecido em 15/05/1983, filho de Joaquim de Meirelles Sobrinho (Major do Exército) e de Agostinha de Palma Meirelles. Professor Catedrático da Escola Normal de Caetité, poeta e jornalista. Os estudos de Antônio de Meirelles foram realizados na Escola Normal da Bahia, onde desenvolveu atividades políticas estudantis e fundou o Grêmio Nacionalista. Ocupou a direção da Escola Normal de Caetité no período de 1937/1941 onde desenvolveu atividades administrativas diversas, proporcionando muitas melhorias e benefícios concernentes aos cursos e também promoveu eventos festivos como a comemoração, pela primeira vez, DO DIA DAS MÃES. Convocado pelo interventor General Renato Onofre de Pinto Aleixo para exercer o cargo de prefeito Municipal de Caetité (1944-1945) até junho (ALAB - Academia de Letras e Artes de Brumado).

podemos averiguar comparando os quadros 1 e 2. No quadro 2 percebemos que a disciplina de Prendas foi retirada, provavelmente incorporada à disciplina de trabalhos manuais ou a desenho caligráfico. Considerando que as ex-normalistas ao longo das nossas conversas mencionavam que aprendiam a desenhar, uma delas tem uma almofada em sua sala de estar, e com orgulho afirmou: “*nessa almofada fui eu que fiz o desenho na escola Normal, e depois eu mesma bordei*” (Dona Rica). Outro ponto que nos ajuda a avaliar que o foco no ensino de atividades para o lar não mudou ao longo das três décadas referentes ao nosso estudo encontra-se na fala das ex-normalistas, quando mencionam que tinham aula de etiqueta, costura, bordado, pintura, que aprendiam a fazer doces. Dona Rica e Dona Zilda estudaram na década de quarenta, segundo elas aprendiam “até a dobrar roupas” (anotações da pesquisadora); Dona Zaira formou-se em 1956 e lembra das aulas de Prendas:

*Ensinavam-nos a bordar, pregar botão, fazer casa. Tínhamos que fazer um álbum para obter a nota. Fazíamos esse álbum de bordado, crivo, na escola. Tínhamos um livro que ensinava tudo de casa, até rol de roupas e arrumação. Não me lembro se os homens faziam as mesmas coisas, ou se iam trabalhar com serra e madeira (DONA ZAIRA).*

No programa do 3º ano de 1928 (Anexo C), chama-nos atenção que essa cadeira era restrita às mulheres. Por mais que o diretor mencionasse em seu relatório que a Escola Normal não era vocacional, ainda assim destinava a uma classe especial, com preocupação a respeito do tempo regulamentado, que não seria o suficiente para contemplar as questões que precisam ser abordadas na referida cadeira. Outro aspecto é o fato de que, desde a implantação da escola, em 1926, essa disciplina era a única que só poderia ser ministrada por mulheres. Como pudemos verificar, ao longo do período estudado, apenas mulheres assumiram a referida cadeira.

Quais os conteúdos abordados nessa cadeira? Logo na primeira lição abordava: a “Importancia e extensão da Economia Domestica. Principios gerais”. A segunda assim se desdobrava: “Da dona de casa, qualidades, requisitos especiaes. Economia e administração”. As dez lições seguintes são desdobramentos das duas primeiras, versando sobre: arrumação e higiene do lar; cozinha nos mais diversos aspectos; mobiliário - limpeza, disposição; vestuário, seu fim, conservação, higiene, qualidade, lavagem; limpeza dos mais diversos tipos de objetos; costura; preparo das iguarias, qualidade, higiene; medicina caseira; regras de etiqueta para organização de jantares íntimos e cerimoniais; vida social; visita, colaboração em obras beneficentes (Programa de Economia Doméstica, 1928).

Nesse mesmo sentido, os autores do texto “O Ensino na Escola Normal de Caetité”, ao abordarem os trabalhos desenvolvidos pelos professores de todas as cadeiras no decorrer dos dois primeiros anos de funcionamento da escola, chamam a atenção para as aulas de prendas:

temos a impressão de que a educação feminina se resume na confecção daqueles trabalhos delicados, mimosos e tão impregnados de arte. Vemos alumnas trabalhando em pinturas a bico de penna, outras costurando a sêda, outras apuradas em trabalhos de lan, outras ainda desenhando para applicação diversas, emfim, executa-se o programa e completa-se a educação da mulher (Revista de Educação, 1927, p. 70).

Os professores que tinham autonomia no processo de elaboração e o diretor, que validava os programas da disciplina anualmente, demonstravam orgulho ao relatar os esforços para o ensino dessa cadeira, revelavam preocupação com o tempo regulamentado e a extensão da matéria; indicavam que a carga horária destinada era superior àquela determinada pelo Regimento, o que era justificado pela extensão da matéria.

Entendemos que o discurso circulava em torno da ideia de que o curso normal era constituído, na sua maioria, por mulheres; logo, essas questões tinham um lugar especial no programa, no interior da escola, mesmo porque a própria legislação traz uma carga horária destinada às atividades na “época” reconhecidas com atividades femininas, que perpassam todo o curso. Quando ocorre a ampliação do curso de quatro para cinco anos, as disciplinas relacionadas às aptidões femininas têm as cargas horárias distribuídas para os cinco anos.

O Diretor também justifica que a escola não era “vocacional” e que não tinha a intenção de valorizar os trabalhos domésticos. Entretanto, está clara a internalização no discurso não só masculino, mas no feminino, da ideia de legitimação da imagem da mulher como do “Lar”. É evidente a questão da feminização do magistério na Escola Normal de Caetité, bem como na Escola Normal da Capital, na Escola Normal de Feira de Santana, e tantas outras que marcaram a feminização do magistério no Brasil desde o final do século XIX. Tendo em vista a destinação da mulher à esfera do privado, era preciso criar mecanismos de controle na esfera pública, dessa forma a educação no curso normal para as meninas não poderia desconsiderar a ideia de inculcar os valores femininos para os cuidados com a família, de prepará-las para o casamento e para a maternidade. Talvez o discurso masculinizante presente em torno do ensino na escola normal, assim como bispo de Orléans, temesse sobretudo “a sedução do livre pensamento”. Nesse sentido, Perrot (2007, p. 93) acrescenta que é preciso

instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo.

Nesse cenário, várias mulheres se formaram, se destacaram profissionalmente, mas, como podemos perceber, especificamente, a partir das narrativas das ex-normalistas, os valores relacionados aos trabalhos femininos na esfera do privado estiveram presentes nas suas experiências como algo que historicamente é natural para o feminino.

### 3.3 A formação matemática da professora primária

Em relação aos programas da cadeira de Matemática elementar, encontramos algumas informações: na ata da primeira sessão da Congregação, em três de novembro de 1926; no livro de registro de ponto do professores, referente aos meses de setembro e outubro de 1926 e ao ano de 1927, algumas anotações relativas aos conteúdos de Aritmética e Álgebra, a indicação da convocação de alunos e de alunas para arguição oral; no relatório<sup>86</sup> elaborado por Anísio Teixeira, onde ele traz informações sobre a situação da Escola Normal de Caetité, citando o Diretor da referida escola, que apresenta um extrato referente aos trabalhos pedagógicos que a escola tem considerado fundamentais ao ensino dos futuros professores; localizamos, também, um caderno da normalista Carmem Gumes<sup>87</sup>, com data de registro de suas atividades no ano de 1930, quando cursava o 3º ano do Curso Normal; um texto intitulado “O Estudo de Matemática na escola primária: lição feita no curso de férias”<sup>88</sup>, no qual a autora, a professora Julia Leitão, aborda aspectos sobre o ensino de Aritmética para um grupo de professores e professoras que lecionavam na Escola Normal – o texto foi publicado na revista de Educação da Escola Normal de

---

<sup>86</sup> Relatório apresentado por Anísio Teixeira ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia

<sup>87</sup> Acervo de Dona Zaira, filha de Carmem Gumes.

<sup>88</sup> Texto relacionados às lições de Matemática, realizadas em três momentos do curso de Férias de 1928 para o professorado do interior do Estado, pela portaria 1.320, de 19 de Dezembro passado, tendo em vista que a previsão orçamentária para o curso de férias em 1928 “era insuficiente para o pagamento da ajuda de custo e transporte do professorado do interior, que deveria ser convocado, e considerando, por outra parte, ser lamentável que o curso de férias não viesse a funcionar por aquelle motivo, solicitei dos professores do interior, que desejavam assistir ao curso de férias independente do auxílio da ajuda de custo e transporte, a bondade de deixar os seus nomes na Directoria Geral de Instrução, até o dia 31 de Dezembro, ficando, para attender a essa providencia, adiado o curso de férias para 15 de Janeiro até 1º de Fevereiro (TEIXEIRA, 1928). No mesmo relatório consta que 14 professores de Caetité estiveram presentes nesse curso de férias, porém não localizamos documentos que nos ajudassem a identificá-los.

Caetité; e o texto “O Ensino das Matemáticas elementares”, escrito pelo Professor Engenheiro Jayme Spinola Teixeira<sup>89</sup>, publicado na 1ª edição da Revista da Escola Normal de Caetité.

Jayme S. Teixeira (22.10.1901-28.7.1991) e dois dos seus irmãos, após concluírem o ensino secundário na Bahia (Salvador), foram para o Rio de Janeiro, onde deram continuidade aos estudos. Jayme se formou em Engenharia Civil<sup>90</sup>. Santos (2014), analisando a trajetória dos irmãos Teixeira, também mencionou essa carta, e afirma que Jayme S. Teixeira permaneceu no Rio de Janeiro para exercer a profissão de engenheiro civil. No entanto, em 1926, na ocasião da inauguração da Escola Normal de Caetité, Jayme foi nomeado interinamente como Catedrático para a Cadeira de Matemática elementar, como podemos verificar no termo de posse (Anexo G); o engenheiro contribuiu para as discussões em torno do ensino e aprendizagem dos conceitos matemáticos necessários para a formação dos professores e professoras primários/as. Ele também foi membro do corpo da redação da Revista de Educação da Escola Normal de Caetité.

De acordo com o quadro 1, percebemos que nos primeiros anos de funcionamento do curso normal era comum a nomeação de engenheiros como catedráticos da cadeira de Matemática elementar. Nesse sentido, Dias (2002) destaca que em um determinado período a matemática “pertencia ao domínio do conhecimento do engenheiro. [...]. Os professores de matemática, fosse no nível superior, eram engenheiros. Mas, ensinar matemática não era absolutamente incompatível com as demais atividades do engenheiro” (p. 60). Portanto, mesmo que Jayme S. Teixeira tenha sido identificado como professor de matemática, havia discussões em torno de um ensino prático da matemática, seja nas sessões da congregação ou nas publicações da Revista de Educação. Vale dizer que ele não seguiu a carreira no magistério, talvez essa não lhe desse um lugar de prestígio, como idealizado por ele e pelo pai.

Em meados de 1927, conforme a 3ª edição da referida revista, na sessão “Várias Notícias” (Anexo J), foi divulgado que o Prof. Engenheiro Jayme Spinola Teixeira pediu exoneração do cargo:

---

<sup>89</sup> Irmão de Anísio Teixeira, cursou Engenharia Civil no Rio de Janeiro.

<sup>90</sup> Em uma carta destinada a seu pai, em 20/11/1922 (Anexo L), demonstra o desejo de retorno para Caetité, para cuidar da fazenda que está quase abandonada, menciona a preocupação do pai para que os filhos tenham cuidado com a profissão, referindo-se ao trecho de uma das cartas endereçadas ao pai “É tempo de vocês tres irem cuidando de uma profissão de trabalho, procurando se collocarem na sociedade [...]. Espero vê-los collocados conforme a aptidão e a vocação de cada um e satisfeitos”. Na mesma carta ele afirma o desejo de retornar para Caetité: “tereí mais prazer em viver ahi que em qualquer outra cidade, do que aqui no Rio e parece-me que será muito mais facil a mim, poder acumular alguma cousa para ter uma velhice folgada ahi, n’aquelles ramos que falei, do que onde a única cousa que poderei ser é empregado público [...]”. É evidente que tanto o pai, Deocleciano Pires Teixeira, como o filho acreditavam ser mais vantajoso para ele e família o seu retorno para Caetité.

## DR. JAYME SPINOLA TEIXEIRA

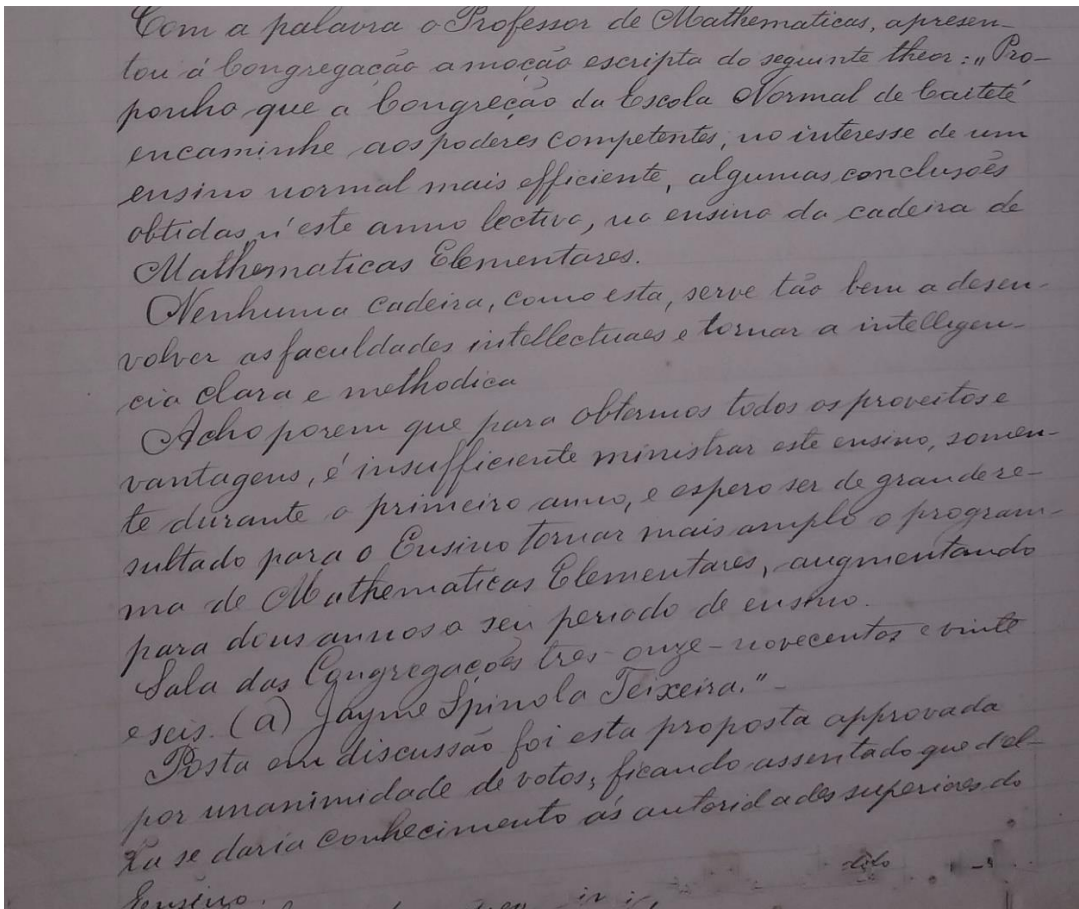
Afim de assumir o alto posto de Fiscal do Governo do Estado, junto á Empreza Viação do S. Francisco, pediu exoneração do cargo de professor de Mathematica desta Escola Normal, o Dr. Jayme Teixeira.

A “Revista de Educação” perdeu um dos seus redactores, mas continua a ter, na pessoa do Dr, Jayme Teixeira, um amigo dedicado. (Revista de Educação, junho de 1927, p. 117).

O cargo de catedrático para a cadeira de Matemática teve curta duração, deixando o Dr. Jayme suas contribuições para que aqueles que viessem depois seguissem suas ideias. As primeiras discussões em torno do ensino da Matemática elementar ocorreram na primeira sessão da Congregação, quando o professor Catedrático em Matemática, Engenheiro Jayme Spinola Teixeira, fez menção ao ensino de Matemática Elementar, falando da importância da matemática e considerou que o seu ensino não poderia ser apenas no primeiro ano (Figura 26). No quadro 1, podemos observar a carga horária de matemática elementar, que compreende o ensino de Aritmética e Álgebra, sendo de 5 horas/aulas semanais, ministrada apenas no primeiro ano. Há, ainda, uma carga horária de 4 horas/aulas semanais para o ensino de Geometria, ministrada no 2º ano. Em relação à Aritmética e Álgebra, averiguamos que eram ensinadas como pontos ou lições, em dias alternados, para a turma do 1º ano e os pontos ou lições de Geometria para o 2º ano; a regulamentação indicava que os alunos fossem convocados ao “quadro negro” para resolver exercícios.

A forma como a Matemática Elementar é apresentada no programa do Curso Normal mobiliza o catedrático e apresenta por escrito a “moção” avaliando a insuficiência do ensino da Matemática Elementar a ser ensinada no Curso Normal; apenas no primeiro traz uma justificativa considerando a importância da mesma para futuro professor.

Figura 26 - Ata da primeira sessão da Congregação da escola Normal de Caetité (1926)



Fonte: Livro de Ata da primeira sessão da Congregação da escola Normal de Caetité, 03/11/1926.

O Catedrático Engenheiro, Jayme Spinola Teixeira, aborda a importância da matemática para o desenvolvimento das faculdades mentais dos futuros professores, requerendo a ampliação do ensino da matemática elementar por mais um ano. Conforme os dados reunidos no quadro 1 e os primeiros registros no livro de ponto, aberto em setembro de 1926, pelo diretor da Escola Normal, com a finalidade de registrar o horário das aulas (Anexo I), as disciplinas, as assinaturas dos professores e os assuntos das lições, podemos constatar que o referido Catedrático na “moção”, mencionada acima, se refere à carga horária destinada às lições de aritmética e álgebra, que não atenderiam ao propósito da formação matemática dos professores e professoras primários/as. Após lida, foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade de votos, ficando acordado que dela tomariam conhecimento as autoridades superiores de ensino (Livro de Atas, ata do dia 03/11/1926).

As ideias do Catedrático se devem às concepções que ele tem da matemática dentro todas as áreas do conhecimento como a que melhor desenvolve a inteligência, segundo podemos verificar em suas palavras: “Nenhuma cadeira, como esta, serve tão bem a desenvolver as faculdades intellectuais e torna a intelligencia clara e methodica”. Ele destaca uma concepção



que, inclusive, é própria aos engenheiros e a outros profissionais que têm a matemática como disciplina muito forte em seu currículo<sup>91</sup>.

O poder do discurso e o discurso do poder ganham força ao mobilizarem as tradições, ou seja, a própria história da matemática e das diversas concepções acerca do seu ensino. Quando ele afirma que é preciso encaminhar aos poderes competentes, que se interessam por um ensino normal mais “efficiente, algumas conclusões obtidas n’este anno lectivo, no ensino da cadeira de Mathematicas Elementares”, está se referindo a várias audiências: quem o escuta presencialmente, os colegas, a direção, até a instância superior de ensino. No discurso, ele deseja assegurar uma prevalência da matemática na formação das normalistas. O que nos permite perceber/ver/notar que ele deseja convencer não só os presentes, que fazem parte daquela instituição, mas aqueles que podem fazer tal mudança. Para isso, era preciso convencer os que ali estavam presentes, uma vez que o apoio da congregação faria com que seu discurso chegasse àqueles que poderiam mudar o programa.

O lugar ocupado pelo catedrático na comunidade escolar de Caetité configura-se como lugar de destaque, visto que os engenheiros, os médicos e os advogados assumiam o ensino nas escolas públicas, nos cursos normais e particulares, o que também lhes elevava o prestígio social. Dias (2002, p. 61) também aborda sobre os prestígios desses profissionais no cenário educacional brasileiro no século passado e sobre o destaque das ciências matemáticas: “As ciências matemáticas, físicas e naturais ocupavam lugar destaque dentre as especialidades que eram consideradas como parte das competências dos engenheiros [...]”. Assim, podemos considerar que a alocação de Jayme S. Teixeira era validada pela própria instituição de matemática, ao usar o discurso de que essa disciplina é a chave, é fundamental para a formação; dessa forma, usava desse discurso para convencer os presentes, ou para que os que estivessem presentes o escutassem e validassem isso, porque estava certo, porque é o que se diz, sendo um discurso da época, próprio da Matemática.

A preocupação do engenheiro não parece estar relacionada com o ensino, nem com a metodologia e nem menciona as dificuldades da turma, constituída por 1 aluno e 10 alunas. Considera apenas aspectos intrínsecos à matemática – a mais importante dentre todas as áreas do conhecimento – e milita pela ampliação da carga horária e dos conteúdos.

Ainda referente a essa “moção”, encontramos comentários do diretor da Escola Normal no relatório<sup>16</sup> elaborado por Anísio Teixeira ao serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia

---

<sup>91</sup> Para aqueles que desejarem pesquisar sobre a presença do Engenheiro como professor de matemática, sugerimos a Tese de doutorado de André Luís Matede Dias, intitulada: *Engenheiros, Mulheres, Matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia (1896 -1968)*.

em 1928. Nesse relatório, Teixeira (1928) menciona as dificuldades que a Escola Normal de Caetité enfrentava com a matrícula e o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, além de tecer elogios ao diretor: “Graças á intelligencia, á efficiencia e ao zelo do seu director, o Dr. Edgard Pitangueira, a escola está a supprir a deficiencia de matricula com um aperfeiçoamento dos methodos de estudo e, sobretudo, com um espirito de formação profissiona que é animador” (TEIXEIRA, 1928). Menciona também que há uma preocupação dos envolvidos com o processo de formação dos professores primários, com o cumprimento das exigências regulamentares.

Anísio Teixeira estava ciente e reconhecia que a escola enfrentava problemas com a matrícula (a demanda de alunos era baixa). Em seu relatório, Anísio informa que a sociedade Caetiteense reconhece a melhoria no ensino em Caetité com a chegada da Escola Normal, a partir dos seus métodos; enaltece o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, graças a uma boa gestão. Mostra-se consciente de que graças à boa gestão associada às adaptações dos novos métodos de ensino à realidade do sertanejo ocorrem melhoras na matrícula, com o passar dos anos. O discurso deles supõe que antes os métodos de ensinosa não eram acessíveis, não geravam uma proximidade, poucas famílias mandavam seus filhos para a escola; é importante considerar que nessa época havia um rebata aos métodos tradicionais em detrimento dos métodos da Escola Nova.

Tanto no relatório apresentado pelo diretor da Escola Normal de Caetité ao Diretor Geral do Ensino, que fazia parte do relatório citado acima, como nas atas das sessões da congregação, é possível verificar que no decorrer dos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal era uma prática dos catedráticos apresentarem sugestões e/ou reivindicações para os programas de ensino, as quais sempre eram aprovadas pela congregação, sendo posteriormente submetidas à diretoria geral do ensino. Se tudo era posto em reuniões e submetido a uma aprovação, talvez a sugestão de professores de outras áreas dessem conta da parte didático-pedagógica da formação das normalistas, daí o professor Jayme S. Teixeira não apresentar preocupação com esses aspectos, uma vez que já fazia parte do discurso de outros professores.

O diretor, ao relatar sobre as disciplinas, evidencia que o desejo dos profissionais da Escola Normal de Caetité era preparar os futuros professores e professoras para “a escola activa para a escola de cooperação. Eis porque é modesta a nossa realização na escola que desejaríamos fosse a escola experimental” (PITANGUEIRA, 1927). Isso pode indicar que os professores eram ouvidos nas reuniões, que realizavam o desejo pela escola de cooperação, um trabalho de cooperação no planejamento das atividades referente ao processo de formação.

No entanto, salientamos que na maioria das atas não aparecem registros de fala das professoras, e quando aparecem são as falas das professoras Dona Helena Lima, Dona Maria Celina Teixeira Rodrigues Lima e Dona Carmem Teixeira, ou seja, registrava-se o que era dito pelo homem. As fontes não nos permitem inferir se elas falavam e quem registrava deixava suas falas de fora, ou se aquele espaço não era um espaço de fala para mulheres. Entretanto, elas tinham o direito ao voto, mas quando este era declarado, não era comum as mulheres justificarem o voto, apenas Dona Helena Lima o justificava, mesmo que este fosse ao encontro do voto da maioria da congregação.

Retomamos o relato do Diretor Edgard Pitanguieira referente às condutas adotadas pelos catedráticos das cadeiras do Curso Normal, sob a sua coordenação, considerando que ele faz menção à reivindicação do professor Engenheiro Jayme Spinola Teixeira, sustentada pelo catedrático Engenheiro Dr. Antonio Ramos, que em 1928 assume a referida cadeira.

#### *Mathematica*

No ensino de Mathematica pequena não foi a modificação metodológica, iniciada pelo Dr. Jayme Teixeira e seguida pelo actual catedrático Dr. Antonio Ramos.

A aridez dessa disciplina induz o espirito dos alumnos a uma aversão ao seu estudo; entretanto procuramos amenisar tal animadversão, tornando as lições menos abstractas, incitando os alumnos ás comparações do raciocínio, já por meios de dados materiaes, já por exemplos em que entram dados conhecidos dos alumnos.

Sempre conseguimos alcançar certo entusiasmo dos estudantes que não devotaram mais á Mathematica a aversão que antes experimentavam.

As nossas cogitações, minhas e dos meus collegas professores, de melhorar o ensino, em uma nova escola servida por professores novos, não ficaram na acção e na observação; resumbraram na experimentação.

Nota-se que ele afirma que a escola ouvia as experiências de seus alunos, os professores usavam dados reais, porque passaram a considerar os dados dos alunos, a escutar os alunos, puseram os alunos em comparação, quanto ao raciocínio de um com o outro na resolução das questões, permitindo, de alguma forma, a entrada de um diálogo, e de dados já conhecidos do aluno. Assim, o método de ensino da matemática estava focado na aplicabilidade das lições ensinadas tanto em Álgebra como em Aritmética.

O Diretor argumenta que o corpo docente era constituído por professores novos que não limitavam suas práticas apenas “na acção e na observação; resumbraram na experimentação”. Ele ressalta que não foram insignificantes as modificações realizadas pelo Catedrático Engenheiro Jayme S. Teixeira, e sustentadas por seu substituto, o Engenheiro Antônio Ramos, que deu continuidade a esse trabalho. Atribuiu, então, o mérito às modificações feitas pelos

referidos professores, por terem tornado as aulas de matemática mais prazerosas, visto que os alunos se aproximaram da matemática, tendo mais entusiasmo para estudarem a referida disciplina, sem tanta aflição, como tinham antes.

É importante salientar que as modificações indicadas pelo Diretor Edgard Pitanguera mostram os efeitos dos movimentos educacionais, que acarretaram mudanças nas propostas curriculares para a formação do professor primário na época. Nos preceitos legais do regulamento de ensino, no seu artigo 431, consta que:

O ensino na Escola Normal terá feição essencialmente pratica, e experimental, buscando-se em todas as matérias as possibilidades de aplicação utilitaria, ao mesmo tempo que se procurará desenvolver no espirito do alumno, a iniciativa intelectual e a faculdade critica, evitando-se com o maximo empenho recorrer unicamente á memoria.

Assim, acreditamos que o discurso de Edgard Pitanguera possibilita pensar que o catedrático Jayme Spinola Teixeira não só pretendia ampliar a carga horária de Matemática, mas desconstruir a ideia de que a matemática é abstrata, uma vez que chama a atenção para as ideias de um ensino voltado para o aluno, em um ambiente próprio para o desenvolvimento de atividades práticas, ideias determinadas no Regulamento de Ensino, que assegurava um ambiente equipado para um ensino que possibilitasse a observação e experimentação, e aos alunos uma aprendizagem significativa.

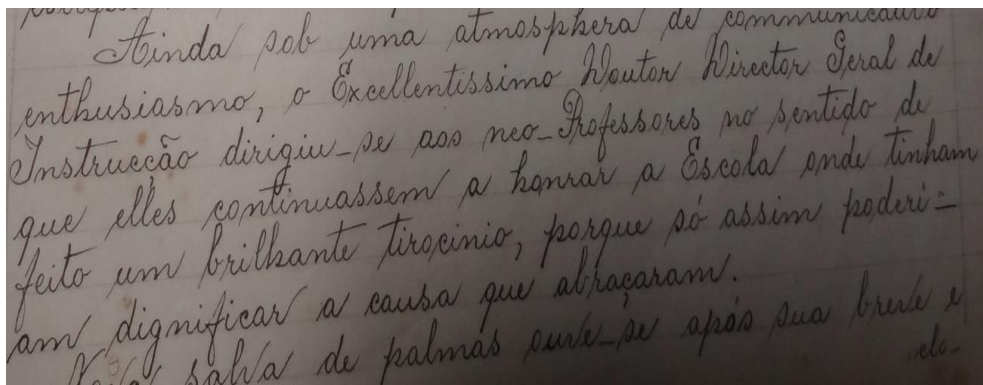
O ensino prático das disciplinas que constituem o curso normal haverá devidamente providos do material necessario:  
um gabinete de physica; um laboratorio de chimica;  
um museu de historia natural;  
um gabinete de hygiene geral e escolar, e de psychologia experimental;  
uma sala para desenho; uma sala para geographia;  
um gabinete de dactylographia;  
officinas para trabalhos de prendas e trabalhos domesticos; officinas para trabalhos manuaes;  
um portico gymnastico;  
uma area para gymnastica e jogos educativos ao ar livre;  
um campo de experiencias para trabalhos educativos de agricultura e jardinagem (Regulamento do ensino, art. 432).

O que ao certo resultaria em um espaço de formação no qual os alunos pudessem dialogar entre si. Essa ideia também se aproxima das discussões que circulavam em todo país em torno dos métodos da escola ativa “Escola Nova”.

Com uma boa gestão, um corpo docente dedicado e o reconhecimento de novos métodos de ensino, espaços de formação inovadores, a comunidade passa a se interessar pelo ensino,

pela formação do professor, a escola passa ser o interesse. Isto fica evidente no relatório de Anísio Teixeira, bem como na sua fala registrada na ata de 1ª solenidade de colação de grau, em 1929, quando reafirma a importância da boa qualidade do ensino realizado pela Escola Normal de Caetité, salientando que os neo-professores deveriam honrar a instituição onde tiveram o ensino de qualidade, e que teriam como missão dar continuidade ao ensino que receberam, conforme ilustra a Figura 27.

Figura 27 – Trecho do discurso de Anísio Teixeira na ocasião da 1ª solenidade de colação de grau da Escola Normal



Fonte: Livro de Ata - 1ª solenidade de colação de grau da Escola Normal em 17/11/1929.

Em outras atas de Colação de Grau aparecem muitas reverências ao papel da educação pública para o progresso da população brasileira, é muito frequente nos discursos daqueles que estavam engajados nos processos educacionais da época fazerem exaltações em torno dos métodos de ensino, dos valores morais e dos preceitos religiosos da Igreja Católica.

O Diretor Edgar Pitangueira indica em seu relatório que os professores de Matemática Elementar buscavam tornar o ensino das lições menos abstrato, mais fácil, indica uma subtração do ensino quando menciona que os professores tornavam “as lições menos abstractas”, os métodos do ensino da matemática não são claros, mesmo que argumente que os professores davam aulas “incitando os alumnos ás comparações do raciocínio, já por meios de dados materiaes, já por exemplos em que entraram dados conhecidos dos alunos”. Por mais que seja ressaltado, em seus argumentos, um ensino de matemática mais interativo, as falas das colaboradoras em relação ao ensino de matemática não aparecem de forma contextualizada, o diálogo com os discentes é limitado aos alunos e a algumas alunas que se destacavam, a exemplo de Dona Lili. No entanto, aquela aluna de destaque sentava-se à frente, distante das demais alunas.

Segundo o diretor, há uma ideia de método de ensino que possibilita a comparação do raciocínio, mediante a manipulação de materiais, de exemplificações a partir das experiências

vividas pelos alunos. Estaria ele mencionado que havia um diálogo com os alunos, ou seja, a comparação de raciocínio seria o resultado de práticas que possibilitassem o diálogo entre alunos, mas também deixa indícios de que os tratos com a matemática continuavam sendo abstratos, isso implica dizer que o temor e a aversão dos alunos pela disciplina não eram ao todo sanados.

### 3.4 A sala de aula

As ex-normalistas relatam que na sala de aula os rapazes sentavam-se à frente, mas esse afastamento de moças e rapazes não era uma particularidade da sala de aula, pois, durante o recreio, havia um pátio para os meninos e outro para as meninas. Dona Rica assevera que na sala de aula as “*meninas não poderiam distrair os meninos no decorrer da aula*”, outras informam que não era apenas uma questão de distração dos meninos, mas de preservação da moral das meninas, porque no recreio todos eram vigiados, para os rapazes não “paquerarem” as moças. No entanto, em uma conversa informal, o Senhor Rui Vasconcelos<sup>92</sup>, comentando sobre o distanciamento das moças e rapazes na Escola Normal de Caetité, salienta que:

*O recreio acontecia em dois pátios, um para meninos e outro para meninas, pois não podíamos ter contato, mas sempre tinha um jeito de burlar: abríamos um buraco na parede, pequeno para não chamar a atenção do censor, e ficávamos a conversar com as meninas, alguns de “namorico”. Outra forma de conversar, que os mais danados e mais danadas encontravam (risos), era os meninos dependurados no “caibo” do banheiro para falar com as meninas. Um dia tentei espíá-las, mas os braços cansaram (risos)! (SENHOR RUI).*

*Os meninos sentavam-se à frente e também ficavam em pátios diferentes quando saíam da sala de aula, pois tinha o pátio dos rapazes e o pátio das meninas. Havia um portão no meio e, quando as aulas começavam, eles vinham de lá, para irem para a aula, e nós ficávamos no outro pátio. Na sala de aula o convívio era bom, nós gostávamos, ninguém achava que tinha nada errado, e tínhamos as colegas que brincavam e conversavam, passeavam nos domingos etc. (MARÍLIA, 24 de outubro, 2018).*

---

<sup>92</sup> Foi aluno da Escola Normal de Caetité, trabalhou apenas dois anos no magistério, foi o único homem localizado. Tentei por diversas vezes contato com o Sr. Rui, mas não consegui falar com ele até o dia 21 de agosto de 2020. Após a qualificação tinha plano de fazer novas tentativas, de encontrá-lo e, se possível, entrevistá-lo, na tentativa de trazer para nossa pesquisa o pensamento da figura masculina, mas, com a pandemia, não foi possível. Falando com sua filha sobre a pesquisa, ela nos colocou em uma chamada de vídeo no WhatsApp, conversamos por cerca de 15 min. Falou da pouca experiência no magistério, e pontuou algumas questões da vivência na Escola Normal.

A conduta de separar os alunos e alunas nos espaços é mencionada em outras pesquisas, como forma de assegurar às famílias a preservação da moral feminina nas práticas escolares. Essa conduta era assegurada pelo Regulamento da lei N. 1.846 de 24 de agosto de 1925, no Art. 440: “As classes serão para ambos os sexos, com separação de logares”; o regulamento dessa lei evidencia a contratação de censores e censoras, dentre as suas atribuições o Art. 705 traz algumas determinações referentes às funções a serem desempenhadas pelo censor ou pela censora: “A cada censor ou censora cumpre: *a)* verificar a presença dos alumnos na aula, anotando no boletim as ausências; *b)* acompanhar os alumnos à entrada e saída das aulas, e vigiar-os na sala de estudo e nos intervalos”

Os relatos das colaboradoras e as atas de colação de grau sinalizam que o número de alunos/homens, desde a primeira turma, era inferior ao número de alunas/mulheres. Assim, podemos inferir que a ideia de comparação a partir do diálogo do professor com os alunos se dava com o aluno e/ou, talvez, com aluna que se destacava, segundo informações do Livro de ponto e quando relatam que a aluna era chamada ao quadro. Ao cruzar a fala do diretor com as narrativas das colaboradoras, esse discurso parece não se confirmar, pois não aparece essa incitação aos alunos a fazerem raciocínio, porque quando a aluna queria falar não era escutada.

Marília menciona que a atenção do professor era sempre voltada para os rapazes:

*Os alunos sentavam-se um de costas para o outro, em uma sala bem arrumadinha. Eu e outras meninas que não toleravam matemática ficávamos escondidas atrás do colega da frente para não sermos chamadas ao quadro. Era um terror ficar ali sentadinha, ouvindo perguntas... e outro detalhe, os alunos bons geralmente eram os rapazes, eu não me lembro de ter visto colegas meninas irem muitas vezes até o quadro, eram sempre os homens: Hermes, Raimundo Moura irmão de Rica, Joaquim irmão de Rica, Caio Mafra, Francisco Guanais [...] eram homens que aprendiam a matemática com mais facilidade, esses sentavam-se sempre à frente, por isso chamavam a atenção logo [...]. Sentavam-se perto do quadro para acompanhar a palavra do professor e ele mandava anotar no quadro. Era assim que aprendíamos matemática.[...] ficávamos no nosso cantinho, porque o que eles estavam estudando sobre matemática estava muito além de nós.*

Com base em sua fala, compreendemos que aquele que se destacava sentava-se à frente para dialogar mais próximo com o professor, estavam ali para serem vistos. O professor ficava sempre na frente, logo ele só visualizava quem estava próximo a ele. O discurso era para quem estava sentado à frente, ao lado do professor. A fala de Dona Lili remete-nos a essa ideia, ela declara gostar de matemática, salienta que o professor sabia muito sobre a matéria e que foi reconhecida pelo professor.

*[...] ele sabia muito de matemática. Então ele me sentava na frente. Dizia: “Dona Maria Leocina, senta aqui na frente!”. Junto dele.*

*Ele costumava me chamar, porque eu gostava muito de matemática, sempre gostei. Hoje não sei nada mais. Ele me chamava para explicar, mas a maior parte das vezes era ele que enchia o quadro; mas não podíamos perguntar: “é assim, professor Hyeront?”, pois ele dizia: “Já falei”! (risos), “Já expliquei”! (DONA LILI, 25 de outubro de 2018).*

A aluna, como Dona Lili, que aparecia com maior destaque já não era vista como “mulher”, ou seja, não era frágil. Era uma mulher que se igualava ao homem, com raciocínio masculino, com raciocínio da matemática.

Em nossa pesquisa, pudemos verificar nas narrativas das nossas colaboradoras a aceitação e conformidade com a concepção de que as mulheres não conseguem acompanhar a aprendizagem dos homens, no que diz respeito à matemática. Chama-nos a atenção a fala de Marília, pois ela deixa claro que nos anos de 1940 a matemática ensinada na Escola Normal de Caetité não era para as meninas, mas para os meninos.

*Os rapazes da nossa turma moravam muito próximos da nossa casa, eram colegas dos meninos. Às vezes, à tarde, eles iam para lá estudar um pouco de matemática com os outros meninos, mas estávamos tão atrasadas, tão “por fora” do que eles estudavam que não nos interessávamos. Eu e Laura, uma prima minha, ficávamos no nosso cantinho, porque o que eles estavam estudando sobre matemática estava muito além para nós. Às vezes eles estudavam juntos, trocavam ideias, se tinha um apontamento interessante eles nos passavam... havia muita união (MARÍLIA, 25 de outubro de 2018).*

Cumpramos observar que atravessamos o século XX e a mulher tem se destacado nos diversos campos de atuação, porém, por mais que o currículo seja unificado, ainda hoje nos deparamos com discursos que colocam a mulher na condição de inferior aos homens quanto às habilidades para a matemática. Essa é uma realidade que, infelizmente, muitas meninas ainda enfrentam nas aulas de matemática, da educação infantil à pós-graduação, em todo o Brasil.



## CAPÍTULO IV

### 4 EXPERIÊNCIA SOCIAL, MATEMÁTICA E PODER

O senhor Palomar procura agora limitar o seu campo de observação; se ele considerar um quadrado, digamos, de dez metros de mar, pode fazer um inventário completo de todos os movimentos de ondas que ali se repetam com variadas frequências, num dado intervalo de tempo. A dificuldade consiste em fixar os limites desse quadrado, porque se ele considerar, por exemplo, como o lado mais distante de si a linha mais proeminente de uma onda que avança, esta linha, ao aproximar-se dele e ao elevar-se, esconde aos seus olhos tudo aquilo que está por detrás dela; e eis que o espaço tomado em consideração se inverte e se reduz ao mesmo tempo (CALVINO, 2001, p. 13).

#### 4.1 Tornar-se professora: uma experiência marcada por relações de poder

Ao escrever sobre a matemática aprendida e a matemática ensinada, vi-me como Palomar<sup>93</sup>, a observar uma onda que apresenta oscilações particulares e esconde aos nossos olhos “o que está por detrás dela; e eis que o espaço tomado em consideração se inverte e se reduz ao mesmo tempo” (CALVINO, 2001, p. 13), e em outro momento, passeando por um zoológico em Barcelona (não conheço Barcelona, porém não é o lugar que importa, mas o que a história nos provoca), ao observar um gorila albino, o “Floco de Neve”. Assim como o gorila e a onda observados por Palomar, as ex-normalistas trazem da memória elementos de muita sutileza, segredos que são silenciados e/ou omitidos e, ao narrar sobre suas lembranças da matemática, temos a sensação de que se “escondem” por traz das palavras, exigindo de nós um olhar atento, que provoque e localize o que, muitas vezes, pode passar despercebido, e nos impede de alcançar o que frequentemente aparece como se estivesse ao alcance das nossas percepções. Por mais que tenhamos limitado o campo de observação, assim como Palomar, não conseguiríamos narrar tudo que vimos, ouvimos, sentimos e compreendemos.

Pensando na observação, reflexão, inferência que realizamos no contato com os documentos e com as narrativas, por muitas vezes encontrei-me como Palomar após sair do zoológico:

Uma vez saído do jardim zoológico, o senhor Palomar não consegue afastar da sua mente a imagem do gorila albino. Experimenta falar sobre ele com as pessoas que vai encontrando, mas não consegue fazer-se escutar por ninguém.

---

<sup>93</sup> Ítalo Calvino afirma: “O senhor Palomar é uma projeção de mim mesmo. Este é o livro mais autobiográfico que eu escrevi, uma autobiografia em terceira pessoa: cada experiência de Palomar é uma experiência minha” (apud FERRAZ, 2010, p. 2).

À noite, quer nas horas de insônia quer durante os breves sonhos, o gorila continua a aparecer-lhe. Tal como o gorila tem o seu pneumático que lhe serve de suporte tangível para um delirante discurso sem palavras pensa ele - também eu tenho esta imagem de um gorila branco. Todos fazemos girar entre as nossas mãos um velho pneu vazio, através do qual pretenderíamos alcançar aquele sentimento último a que as palavras não chegam (CALVINO, 2001, p. 91).

Ítalo Calvino mostra ao leitor que seu personagem, senhor Palomar, não desiste de encontrar respostas para os desafios encontrados, que por muitas vezes o desestruturam, busca compreendê-los e incorporá-los às suas experiências, este torna-se seu desígnio, seu objetivo. Dessa forma, vamos nos apropriando das narrativas, das lembranças sobre a matemática, que não vieram sozinhas, elas são-nos apresentadas por questões de cunho moral, social, cultural, econômico, que atravessam a vida dessas mulheres.

Ainda que não seja imediatamente visível, a matemática, com seus saberes e práticas, está no contexto da escola, ou em qualquer ambiente social, em condição de disputa com outras áreas de conhecimento, submetidas às relações de poder que se estabelecem nos espaços sociais. A posição de destaque ocupada no espaço escolar e no universo social por determinadas disciplinas escolares encontra-se em permanentes conflitos e em meio a contínuos processos de rupturas e acomodações. Assim, a matemática, como disciplina do currículo escolar, está sujeita às hierarquias estabelecidas entre os conhecimentos e os métodos a elas relacionados. Conforme mostram-nos Nogueira e Catani:

A hierarquia dos domínios e dos objetos orienta os investimentos intelectuais pela mediação da estrutura das oportunidades (médias) de lucro material e simbólico que ela contribui para definir. [...]. Seria necessário analisar a forma que assume a divisão, admitida como natural, em domínios nobres ou vulgares, sérios ou fúteis, interessantes ou triviais nos diferentes campos, em diferentes momentos. Certamente se descobriria que o campo dos objetos de pesquisas possíveis tende sempre a organizar-se de acordo com duas dimensões independentes, isto é, segundo o grau de legitimidade e segundo o grau de prestígio no interior dos limites da definição (NOGUEIRA; CATANI, 2007, p. 36).

Com isso, no tocante aos nossos estudos a respeito das memórias e dos processos de formação e atuação de professoras a partir das interações entre a matemática, o seu ensino e sua aprendizagem e as relações de gênero na Escola Normal, não podemos desconhecer as representações elaboradas em torno dessa disciplina como componentes do programa do curso normal das escolas normais do interior da Bahia. Além disso, é preciso considerar a lógica de disputa de relação de poder presente no interior da escola que reflete diretamente nas práticas

dos professores, seja nas aulas de matemática ou de outras arenas do conhecimento do curso normal da Escola Normal de Caetité, especificamente.

#### ***4.1.1 Evidências de relações de poder na Escola Normal***

Ao lançar mão do livro de atas, desejamos apresentar alguns dados referentes à posição das mulheres e dos homens no contexto das sessões da Congregação da Escola Normal. Tais sessões aconteciam, ordinariamente, duas vezes ao ano; quando necessárias, ocorriam sessões extraordinárias e nas solenidades de colação de grau, conforme deliberações previstas pela Lei e pelo regulamento de ensino em vigor na época.

As sessões poderiam ser ordinárias e extraordinárias no Salão Nobre da Escola Normal, com duração máxima de três horas, nos dias e horas indicados nos convites da diretoria, feitos previamente, com pelo menos de 24 horas de antecedência e declaração do horário para o término da reunião. As sessões ordinárias não funcionavam sem a presença de metade e mais um dos membros da Congregação, eram secretas, somente as sessões solenes da Congregação eram públicas. Competia ao Diretor da Escola Normal, que também era o presidente da Congregação, abrir a sessão e regular seus trabalhos, mantendo a ordem e a concessão da palavra àqueles que a pedissem. As sessões sempre seguiam o mesmo ritual: leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, que era assinada por todos os professores presentes; leitura do expediente; ordem do dia, seguida do assunto da convocação; discussão de propostas, moções ou indicações escritas e assinadas pelos seus autores (Regulamento de ensino, 1925).

Os professores que faltavam à reunião da Congregação, salvo caso de “moléstia” devidamente comprovada, eram penalizados em dois dias de vencimento, com desconto em folha, sofriam penalidades em relação aos benefícios da biblioteca (Regulamento de ensino, 1925). A mesma punição aplicava-se àqueles que se retirassem da sessão comprometendo a votação e ocasionado o adiamento das resoluções.

Competia à secretária ou ao secretário tomar as notas para a redação das respectivas atas, não tendo direito de voto, podendo, quando necessário, usar a palavra para algum esclarecimento, determinado pelo presidente da Congregação. Os demais membros da Congregação só usavam da palavra caso esta fosse concedida pelo presidente, só poderiam falar uma única vez sobre o mesmo assunto, na mesma sessão, salvo aqueles que apresentassem projeto, que poderiam usar da palavra até três vezes. As reuniões ordinárias tinham como objeto de discussões somente as questões relacionadas ao ensino, sendo vetadas quaisquer manifestações em atos ou fatos estranhos à sua competência.

As sessões solenes de colação de grau seguiam o ritual previsto no artigo 634 do Regulamento do Ensino Primário e Normal, sempre com a presença de autoridades locais, representante do governador, diretor da instrução pública; quando este não podia comparecer era nomeado um representante. As autoridades convidadas eram sempre homens que assumiam cargo de prestígio na cidade, tais como: prefeito, delegado, juiz, médico, dentre outros considerados autoridades locais e/ou regionais. A presença feminina era marcada apenas pelas professoras das escolas primárias da sede e pelas professoras da Escola Normal, e das professorandas, que se destacavam em número, como podemos observar nos registros da primeira ata da solenidade de colação de grau.

Pelo que se depreende da ata da solenidade de colação de grau da primeira turma, em 17 de novembro de 1929, todas as alunas e o aluno que ingressaram no curso em 1926 se formaram, pois nela constam os nomes de 11 normalistas que se matricularam naquele ano. Na sequência das solenidades de colação de grau dos anos seguintes, percebemos o aumento significativo das formandas, estas sempre em muito maior número do que os formandos. No entanto, observadas as atas das sessões das congregações, estas mostram o oposto em relação ao lugar de docente, no qual a imensa maioria é masculina ao longo de quase todo o período. Apenas a partir do ano 1952 o número de mulheres se iguala ao dos homens, às vezes oscilando de igual para menos.

Se, ao longo dos primeiros anos, há, em média, uma mulher para cada quatro homens no corpo docente, com o passar dos anos é perceptível que as mulheres passam a ocupar o quadro dos professores catedráticos, principalmente na área de humanas, enquanto na área de exatas os registros mostram que essas cadeiras foram ocupadas, ao longo de todo o período estudado, por homens. Nas atas e nos livros de ponto não encontramos registros de mulheres que ministraram aulas de Matemática Elementar (Aritmética, Álgebra e Geometria), Ciências Físicas, Agronomia<sup>94</sup>. No entanto, encontramos entre os documentos do IEAT uma folha solta de papel pautado, dentro de um livro de posse, com o nome da professora Judith Moreira da Cunha, com informações referentes à nomeada interinamente em 1936 como professora da Escola Normal de Caetité. No livro de registro de posses, há a indicação da professora Carmem Spínola Teixeira como nomeada para a cadeira de Matemática do curso Fundamental da Escola Normal; e nos depoimentos das colaboradoras da pesquisa, o nome da professora *Dona Idalina* é mencionado como professora de matemática do Curso Normal e como professora particular de reforço para as provas de 2ª época, nos anos 1950. Os documentos oficiais e as narrativas

---

<sup>94</sup> Em todas as atas da Escola Normal de Caetité, sejam elas das sessões da congregação ou de solenidades, são especificados os nomes de todos os professores presentes e a cadeira que ocupam.

apontam que as três atuaram como professoras que ensinaram matemática no curso Primário e Fundamental, e que Dona Carmem também lecionou no Curso Normal disciplinas da área pedagógica.

A ocupação do cargo de diretor na Escola Normal também chama atenção por não encontrarmos registro ao longo do período de 25 anos de mulheres ocupando-o. Em algumas atas aparece a figura da professora Helena Lima, Catedrática em Geografia, como diretora interina. Essa professora foi a primeira mulher a assumir o cargo de diretora da referida escola no biênio de 1951/1952, só uma década depois há registros de outras mulheres ocupando o cargo de diretora.

É evidente que nesse espaço as relações de poder se estabelecem também a partir da figura e da posição do diretor, aquele que administra, controla e vigia todos os seguimentos da escola e que faz cumprir os princípios legais, e do corpo docente, responsável por instruir, formar e controlar os alunos pela imposição de comportamentos e valores, seguindo as determinações para a escola pública à época.

Nos registros do livro de ata, como mencionado acima, é notória a posição de poder ocupada pelos homens no cenário educacional da Escola Normal de Caetité. As colaboradoras da pesquisa lembram, continuamente, as posições masculinas e femininas naquele cenário. Não se esquecem, por exemplo, da disposição dos meninos e meninas na sala de aula: os meninos sentam-se à frente e as meninas ao fundo. Segundo elas, essa disposição dos alunos e alunas era justificada para evitar a distração da atenção dos meninos, para que o foco da instrução dada pelo professor não fosse desviado, além de garantir a integridade moral das moças.

As ex-normalistas aceitavam com naturalidade que os homens ocupassem os primeiros lugares. Todas as participantes da pesquisa falam sobre a disposição da sala, explicando que, para a época, era muito natural e não causava estranheza os homens ocuparem os primeiros lugares. Ou seja, a Escola Normal de Caetité não foge à ideia defendida pelas escolas da época, como um espaço onde as relações de poder são mobilizadas para o controle e a disciplina das mulheres, constituindo-se isso, no mais das vezes, em um modelo educacional abraçado não apenas pelos homens, mas pelas próprias mulheres também (MENEZES, 2011; FARIA FILHO, 2014; CATANI, 2016).

O exercício do poder na Escola Normal de Caetité (1926-1956) é determinado através da hierarquia de posições, ocupadas por aqueles que se utilizam do regulamento de ensino como justificativa para fazer cumprir as regras determinadas pela escola. Em tais relações de poder se destacam as figuras do inspetor de ensino, do diretor, do professor, que tem a voz na sala de

aula, do censor que, pelos corredores, inspeciona os alunos e professores, dentre outras funções e posições escolares.

A escola trata-se de um espaço onde o controle das ações dos alunos, ou, mais precisamente, no caso da Escola Normal de Caetité, das alunas, através de práticas e estratégias, possibilitando a valorização dos “bons”, da avaliação, das disciplinas, dos exames, buscando formas de vigiar tudo e todos, visão de controle do poder que se aproxima da visão do “Panóptico”<sup>95</sup> – vigiar todos e todas nos diversos espaços da escola.

A esse respeito, um fato narrado pela professora Maria Costa Moura, Dona Rica, é esclarecedor ao mostrar-nos as relações de poder estabelecidas pelos professores da sala de aula, conforme veremos na subseção seguinte.

#### **4.1.2 A Falsa Posição: relações de poder na sala de aula**

No dia em que conheci Dona Rica, comentou sobre a organização da sala de aula: os meninos entravam primeiro, sentavam-se à frente e as meninas se sentavam ao fundo. Falou também de um episódio ocorrido na aula de Matemática, o caso da “Falsa Posição”. Imaginei que a “falsa posição” fosse um acontecimento referente à disposição dos alunos em sala. Nesse dia, combinamos que retornaria em outro momento, ela assegurou que sobre o episódio da “falsa posição” contaria quando retornasse para conversarmos a respeito de sua história como aluna da Escola Normal.

Na entrevista, realizada em 19/10/2018, Dona Rica falou dos mais diversos aspectos da sua vida: infância, questões familiares, trajetória escolar e profissional. Em um determinado momento da entrevista, solicitei que contasse o episódio da “falsa posição”<sup>96</sup>. Não hesitou e, em um “pisar de olhos”, começou a narrar:

*É o tal caso lá que eu falei da falsa posição dos meninos. Em umas férias, na escola primária ainda, eu fui para casa e papai era muito bom de matemática, ele estudou com o Professor Santana, lá em Rio de Contas... tem um retratinho dele lá. Então, ele falava: “fulano tinha tantos bois, metade foi para não sei onde, um terço foi para não sei onde... com quantos bois eles ficavam?”. Você tinha que fazer aquela conta e dividir por quatro, por cinco.*

<sup>95</sup> Panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 169-170).

<sup>96</sup> Falsa posição – “Uma forma antiga de resolver problemas, que atualmente podemos interpretar como relacionados a equações e sistemas de equações lineares. O método da falsa posição surgiu em vários locais e em várias civilizações da antiguidade, como uma tentativa de resolver problemas práticos ligados ao comércio, à cobrança de impostos, ao armazenamento de animais e à agrimensura” (LUMPKIN, 1992 apud MEDEIROS; MEDEIROS, 2004, p. 546).

*Começaram as aulas, o professor entrou nesse assunto, eu falei “eu sei”! Ele explicou, passou um quesito para meu colega, Humberto Carlos, que tinha uma grande capacidade mesmo, não vou negar. Ele o número um e eu número três, mas o número três sentando lá atrás, porque na frente só sentava homem. Era assim, pelo número, os homens na frente e nós atrás. Quando Humberto se levantou, eu também me levantei. Ele falou: “A senhora copiou de Humberto”. Humberto disse: “Professor, Moura senta lá atrás, eu sento aqui na frente, como é que ela copiou?”. Corrigiu, deu uma nota, deu um 10 para ele e me deu um 9. Eu não estava nem aí, 9 para mim estava ótimo. Gostava mesmo de jogar bola. Pensei que assim estaria livre de fazer prova no mês, porque era preciso só uma nota. Ele explicou regra de três composta, me chamou no quadro, fiz umas atrapalhões, então ele me deu três. Falei para ele que já tinha nota. Ele disse: “não senhora”! Fiz a prova, tirei 3. No mês dos 9 eu fiquei com 6 (risos). Nunca tive raiva desse professor, de certo tinha as razões dele. Eu era impossível, não ligava para muita coisa, porque eu gostava muito de jogar bola.*

A disposição dos alunos e das alunas na sala de aula, como vimos no capítulo anterior, situa o homem em posição de destaque em relação às mulheres, visto que eles precisam aprender, assim as moças sentadas à frente ou ao lado dos rapazes poderiam pôr em risco a aprendizagem dos mesmos. Segundo Dona Rica, “as moças tiram a atenção dos rapazes”<sup>97</sup>. De acordo com os relatos, é perceptível que naquele espaço as relações de gênero evidenciavam a dominação do masculino sobre o feminino. A própria disposição dos alunos e alunas, a postura do professor, seguida pelo reconhecimento de não ser merecedora dos mesmos tratamentos concedidos ao colega, tudo era generificado e favorecia a dominação masculina; Dona Rica reconhece que precisava ser punida por ser “impossível” e por gostar de “jogar bola”, mas ela se orgulha de saber o conteúdo da falsa posição, que lhe foi ensinada pelo pai.

Evidentemente, no trabalho de memória, Dona Rica utiliza-se da expressão “não estou nem aí” como um subterfúgio que, ao que parece, lhe traz algum conforto no presente, ainda que a situação tenha sido há várias décadas. A sua fala é saturada de *agoras* passados e presentes, e a narrativa é marcada pela emoção, pelo ressentimento e, também, pela alegria. Ao mesmo tempo em que naturaliza, estranha o tratamento desigual e preconceituoso sofrido.

Em vários trechos da narrativa, a colaboradora apresenta a valorização da figura masculina no contexto de aprendizagem da Matemática: quando fala com admiração das habilidades do pai para matemática, pois o mesmo aprendera matemática com um professor e ensinou para seus filhos; sobre o colega ser uma “*sumidade*” e merecedor de tal reconhecimento; e através da demonstração de orgulho ao levantar ao mesmo tempo que um

<sup>97</sup> Anotações da pesquisadora em 19/10/2018.

rapaz – o gesto de levantar significava ter dado uma resposta correta para a questão, gesto muito comum aos rapazes.

Mesmo após ser acusada de “*pesca*”, da intervenção do colega junto ao professor para assegurar a ela nota 9 (nove) e a ele o 10 (dez) e do professor testar seus conhecimentos em matemática, negando o direito de não fazer prova naquele mês, norma da escola<sup>98</sup>, Dona Rica a princípio não aceita as decisões do professor, busca argumentos na tentativa de se igualar ao colega quanto ao direito de não fazer a prova do mês, “*Eu falei: ‘professor, já tenho nota,[...] não preciso fazer a prova’*”, postura incomum para uma aluna da época. No entanto, mesmo discordando das determinações do professor, é perceptível sua relação de obediência e submissão às determinações do docente, justificando que era assim que deveria proceder naquela época. “*Época em que alunos respeitam o professor*” (Dona Rica, 19/10/2018).

A colaboradora pouco fala das aulas de Matemática e evita mencionar o nome do professor de Matemática, mas o relato da “*falsa posição*” é contado e recontado diversas vezes na íntegra. Rememorar o episódio da falsa posição pode significar que o acontecimento deixou marcas que a memória não apagou, seja pelas lembranças paternas, como aquele que ensinou, ou por reconhecer que, de fato, foi a única vez em que se destacou na aula de matemática, independente do tratamento dado pelo professor. Dessa forma, demonstra orgulho ao relatar esse episódio.

As narrativas de Dona Rica apontam para um contexto escolar em que a sala de aula destaca-se como o espaço de controle sobre as ações dos alunos e alunas pelas professoras e pelos professores, que seguem as normas predeterminadas pelo sistema escolar da época.

O evento referente ao conteúdo da “*falsa posição*” revela as relações de poder que acontecem à vista de todos, na sala de aula; as relações de gênero que abrangem os sujeitos envolvidos no processo de formação das professoras e professores primários e, como vimos ao longo do trabalho, constituem elemento importante da dinâmica da sala de aula de todas as disciplinas, inclusive e, neste trabalho, sobretudo nas aulas de matemática. Tal poder é exercido sobre o controle do corpo do discente; da valorização do “*bom aluno em matemática*”, representado quase sempre pela figura masculina; da avaliação dos conteúdos, através de exames (provas escritas e arguição); das premiações destinadas aos rapazes e do esforço de mostrar que as moças não têm habilidades para a matemática.

É evidente nos registros do Livro de Atas e nas narrativas de Dona Rica que a Escola Normal buscava vigiar a tudo e a todos e todas, desde o desempenho até a conduta dentro e fora

---

<sup>98</sup> Registro em livros de ata de notas da Escola Normal de Caetité, em 1933, e confirmação pela entrevistada.



da escola, e isso vai muito além das notas. Ou seja, todos os espaços eram vigiados, mesmo distante da presença física daquele destinado a vigiar.

Os alunos e as alunas se comportavam como se existisse um “olho que tudo vê”, um olhar permanente sobre sua conduta. Dona Rica não se reconhece, diz não se importar, não ser merecedora da premiação pelo professor de matemática, de não realizar a prova mensal, talvez porque reconhece gostar de atividades físicas, como jogar bola, atitudes incomuns para as moças da época, uma conduta concebida como indisciplinar. Talvez por isso achasse que poderia ser julgada e condenada pelo professor de Matemática, reconhecendo nele o direito de puni-la, o que significava também, ainda que não explicitamente, negar que a mulher teria habilidade para resolver questões de matemática.

#### ***4.1.3 Relações familiares***

Nesta sessão consideramos apenas as relações familiares de três das nossas colaboradoras, não significa que essas sejam histórias mais notáveis do que as demais, todas têm o seu reconhecimento durante a tessitura da tese, seja pelo aspecto escolar, familiar, profissional e/ou sociocultural. Assim, para não repetirmos muitas informações, julgamos que não comprometeria o argumento da tese, decidimos pelos aspectos relacionados às famílias de Dona Rica e Marília, cujas narrativas se interceptam e a de Dona Lili, falecida em 2 de novembro de 2019.

Talvez, ainda, não por acaso, quando desviamos a atenção para as questões familiares de Dona Rica, percebemos que a figura paterna, mesmo ausente, faz-se presente, como se pudesse vigiar o comportamento de cada membro da família, para admirar, confirmar ou sancionar os méritos das atitudes tomadas pelas mulheres daquela família, que assumem o lugar da referida figura paterna.

A presença do pai atravessa toda a sua vida; a figura masculina, mesmo na sua velhice, se faz presente, pois seus ensinamentos, princípios e valores morais se eternizaram, por meio dos quais ela, as irmãs e irmão projetaram sua vida, para cuidar uns dos outros. Como a maioria das famílias da época, de caráter patriarcal, a família de Dona Rica não foge a esse perfil, mesmo depois do falecimento do pai, quando as mulheres passam a ocupar o lugar de provedoras e passam a ter o controle da administração da casa.

A posição de poder da figura paterna é muito forte nas lembranças de Dona Rica. Apesar da morte, a figura paterna ainda exerce uma influência direta sobre a ação das filhas, de autoridade. Nesse sentido, Foucault (1988) nos lembra que a relação de poder é “uma ação

sobre outra ação”; logo, segundo o autor, não atua diretamente sobre o sujeito, mas sobre suas ações. No decorrer das narrativas de Dona Rica, é visível a relação de poder paterno exercida sobre as ações das mulheres dessa família.

Observamos que Dona Rica, ao narrar os fatos acontecidos, realiza uma retrospectiva da sua história de vida, em torno dos aspectos pessoais, profissionais e os familiares, este último aparece carregado de emoções no cerne das suas experiências. A todo o momento ela se apresenta como a matriarca da família, ressaltando as preocupações, as escolhas que fizera para assegurar que todos se tornassem homens e mulheres de bem, e que pudessem gerir seu sustento, sem precisar da ajuda de estranhos.

As narrativas de Dona Rica fazem-nos refletir sobre o papel desempenhado por mulheres como ela, em um contexto de supremacia do homem sobre as mulheres, pois trata-se de uma mulher batalhadora, que, ao reconstruir sua vivência, através da Entrevista Narrativa, seja no contexto familiar ou escolar, orgulha-se de ser mulher e ter vivido a sua história.

É evidente que figuras masculinas, como a do pai e a do professor de matemática, não impediram seus passos e nem calaram sua voz; mesmo que silenciada em diversos momentos, fazia-se ouvir nas suas ações, como na educação dos irmãos, ao desenvolver atividades consideradas masculinas, a exemplo de “jogar bola”, resolver “problemas de matemática” e cuidar do bem-estar da família. Revela, então, uma trajetória de vida de superação das barreiras impostas pelos padrões sociais de repressão da condição de ser mulher órfã de pai, solteira, desempenhando o papel da matriarca, condição teoricamente assumida pela figura materna, mas, na prática, fica evidente que esse papel foi desempenhado por Dona Rica.

Ao longo da pesquisa, percebemos que as famílias das nossas colaboradoras, quer apresentem características semelhantes e/ou diferentes, algumas que dizem respeito aos aspectos econômicos, culturais e intelectuais, foram fundamentais para suas formações. Por isso, vale considerar a realidade narrada por cada colaboradora, sobre os lugares e os grupos sociais aos quais as famílias pertenciam, pois são esses aspectos que vão determinar as relações masculinas e femininas na esfera da família.

Portanto, cosconsideramos que as lembranças de família, narradas pelas ex-normalistas, ajudam-nos a compreender as relações de gênero que atravessaram a formação matemática das professoras primárias, uma vez que a família constitui, segundo Xavier (1998), em um “espaço por excelência de sociabilização da mulher - é aí onde ela começa a se tornar mulher - isto é, o espaço onde as relações de gênero são aprendidas e transmitidas” (p. 65).

Como sabemos, Dona Rica, uma das nossas colaboradoras mais idosas, nasceu em 1925. Aos seis anos de idade foi passear em Caetité em companhia do pai e de uma irmã mais velha,

em 1932. Seu pai era político e tinha apoiadores e apoiados em Caetité, sendo um desses o chefe da família que os hospedava na cidade. Nessa ocasião, a família amiga de seu pai, uma família ligada à política local (ela não menciona nomes, nem sobrenome dessa família, como se a perda do pai e as dificuldades que surgiram posteriormente justificassem esse “esquecimento”), se afeiçãoou pelas meninas, e o pai decidiu deixá-las em Caetité para estudar. Ela relata que tem poucas lembranças dessa época. Apenas se lembra que foi uma decisão do pai, “[...] *é um pedaço da minha vida que eu não lembro bem*” (Dona Rica). Relata que seu pai era cuidadoso com a mãe e com os filhos, “*mas por ser político, não media esforços para cuidar de todo mundo, mas não se cuidava, ele era mão aberta*” (Dona Rica, 19/10/2018). Segundo ela, a falta de cuidado do pai com a própria saúde o levou à morte prematura em 1937. A família, aí incluindo Dona Rica, atribui esse descuido com a saúde ao fato de ser um homem que tinha tanta paixão pela política e apreço pelos seus apoiadores que se esquecia de si mesmo.

A morte do pai ameaçou a continuidade dos estudos das meninas, pois neste momento o amigo da família, não tendo mais o apoio do político, nega moradia para as estudantes. Lembrando-se daquele momento, ela afirma: “*Nós estávamos na casa dele, mas ele tirou a gente de lá. [...] colocou-nos numa pensão aqui na Rua Barão, pensamos que ele ia ajudar, mas ele achava que não iríamos estudar*”. Nesta situação, mesmo com dificuldades, e com a ajuda dos familiares, que a ajudaram com a administração da fazenda, a mãe conseguiu manter as filhas em Caetité. Assim, Dona Rica passou no teste de admissão e ingressou no Curso Normal no mesmo ano do falecimento do pai, quando também a irmã mais velha já ajudava com o pouco que arrecadava como costureira. As dificuldades financeiras enfrentadas pela família após a morte do pai não impediram que Dona Rica e sua irmã se formassem no Curso Normal na Escola Normal de Caetité.

A irmã de Dona Rica formou-se em 1940 e Dona Rica em 1943; em 1944 ambas já atuavam como professoras. Rica foi aprovada no concurso público de 1944. Sua irmã lecionou no município de Rio de Contas e ela em uma “roça” próximo a Caetité. A irmã mais velha, a única que se casou, era diplomada em corte e costura, morava em Caetité e, junto com as irmãs professoras, colaborava com a manutenção das despesas da família. A vida em Caetité trazia possibilidades e incômodos. Em 1944, Dona Rica relata a ida ao teatro em companhia da irmã mais velha, assistiram à uma peça “muito bela” e ao retornar para casa avaliaram que não era justo privar os irmãos daquele universo que a cidade lhes proporcionava. Avaliaram que teriam que proporcionar aos irmãos e irmãs uma vida com mais oportunidades, para crescerem intelectualmente e terem uma vida digna.

Assim, decidiram que a família precisava se mudar para Caetité. Contrariando a vontade dos tios, que discordavam delas, incentivaram a mãe a “abrir mão de viverem na fazenda” e se mudarem para Caetité. Os familiares não acreditavam na possibilidade dar certo. Mesmo assim, em 1944, analisaram as oportunidades que a cidade poderia oferecer, e o fato dos irmãos e irmãs estarem crescendo e “não terem jeito para a roça”. Queriam, também, contrariar o movimento natural daquela época em que os “rapazinhos iam para São Paulo”, pois não queriam separar a família e consideraram que o mais sensato seria proporcionar condições para se instalarem em Caetité e que todos os irmãos e irmãs tivessem acesso à escola.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas por essa família para manter todos na escola. Dona Rica deixa claro que, ao sair da “roça”, a única forma de sobrevivência passou a ser o salário dela e da irmã como professoras e os ganhos da irmã mais velha com a costura, com o auxílio da mãe. Sua mãe era vista pelas filhas como uma mulher frágil, mas de muita sabedoria, que criou 11 filhos e ainda acolheu vários sobrinhos e sobrinhas para estudarem em Caetité. Uma das suas sobrinhas é a ex-normalista Marília, que comunga das ideias de Dona Rica no que se refere à mãe. *“Mamãe era uma mulher sensível, cardíaca, que sofreu pela dor de ficar viúva e perder um filho muito jovem; nessa ocasião, ficou muito debilitada e precisou tomar muitas decisões para criar os filhos”* (Dona Rica e Marília, anotações da pesquisadora).

Elas destacam a figura da mãe de Rica como mulher “frágil”, “debilitada”, que teve uma velhice tranquila, que viveu primeiro sob a proteção do marido, depois das filhas, principalmente das mais velhas. Foi/é considerada uma mulher maravilhosa, que em meio às dificuldades, sem apoio da figura masculina do marido, constituiu-se como exemplo de vida para filhos, filhas, sobrinhos e sobrinha. As falas das colaboradoras permitem-nos entrever que essa família tinha no pai a figura do provedor financeiro e do cuidador, auxiliado pela mãe, considerando que a mãe sempre requereu o cuidado de todos (Dona Rica, 19/10/2018). Com a morte do pai, a mãe, mesmo requerendo cuidados, passou a ser a cuidadora, auxiliada pelas filhas mais velhas, que assumiram o lugar do provedor financeiro.

A família morou em casa de aluguel por dois anos. No terceiro ano, o tio comprou uma casa em Caetité, e ofereceu à sua mãe para morar, mas em troca do aluguel cuidaria dos seus três filhos. Relata que a casa tornou-se, assim, um pensionato de família, porque outros primos e primas iam estudar em Caetité, a mãe os recebia, *“a casa era sempre cheia”*. Seus primos começaram a se casar e elas sentiram que era chegado o momento de se mudarem, era preciso desocupar a casa, pois novas famílias estavam se constituindo e aquele lugar não era o delas. Nessa ocasião, decidiram que era preciso ter a casa própria, surgindo a oportunidade de comprar o terreno, onde construíram a casa em que moram atualmente. Descreve que nesse momento a

localidade do terreno era mato, que a rua mais próxima era “o beco das éguas”, rua em que moça de família não podia transitar, o acesso à escola e a igreja se dava pela Rua Barão e não pela parte de baixo, se fossem vistas circulando “*naquelas mediações a reputação estava acabada*” (Dona Rica).

Demorou em torno de 10 anos para pagar o terreno, muitas foram as dificuldades financeiras. E não foram poucas a agruras pelas quais passaram as professoras, talvez compartilhando a situação de várias de suas colegas por todo o Brasil. Segundo dona Rica, o seu salário sofria atrasos porque recebia pela procuradoria, que era preciso contatos políticos para receber na data certa. Relata que não pediria ajuda a político, pois foram muitas as decepções com políticos na época da morte do pai. Assim, suportava os atrasos dos pagamentos e as limitações financeiras, “*mas eu não ia atrás de políticos*”. Relata que recebia apoio das pessoas amigas, que lhes prestavam confianças e vendiam no crediário. Apesar das dificuldades, ela considerava que eram pessoas de muita sorte, pois quando ocorria o pagamento pelo banco conseguiam pagar seus débitos, “*muita coisa melhorou para nós, não devíamos como antes*”.

Com certeza, não foi fácil para essa família, liderada por mulheres, recomeçar a vida em Caetité, mantendo a família unida em torno de um ideal de que todos estudassem e se formassem “*formamos todos os irmãos*” (Dona Rica, 19/10/2018). Segundo ela, a família se mantém unida até os dias atuais. Os irmãos deixaram a casa após formados e, já casados, mudaram-se para outros estados, a exemplo de dois que foram para Goiás, mas sempre estiveram presentes, seja ajudando financeiramente ou não, sempre tiveram uns aos outros sem pedir nada em troca.

*[...] recomeçamos nossa vida. Lutamos e formamos os irmãos, uns foram embora para Goiás. Sempre que vinham aqui perguntavam “o que vocês estão devendo?”. Pagavam tudo, não tinha nada em volta. E a mesma coisa conosco, se precisassem (DONA RICA, entrevista, 19 de outubro de 2018).*

Dona Rica, em suas falas, sempre traz elementos que nos permitem perceber suas apreciações sobre as condições financeiras da família: “*éramos meia sola*”; “*saímos de Lagoa Real para cá em carro de Boi, trouxemos esse banco de madeira que está lá fora*”, aponta em direção à varanda, onde se encontra um banco de madeira, que não se assemelha ao mobiliário de quem tinha posse na época. Ela sempre reafirma as dificuldades financeiras com frases do tipo “*minha mãe era costureira*”; “*eu já devi muito, na época que meus irmãos estudavam*”.

Em sua fala, Dona Rica menciona que as limitações financeiras já estavam presentes em sua família antes da morte do pai, mas, ao mesmo tempo, insiste sobre as preocupações paternas quanto à educação das filhas e filhos: as lições paternas iam da matemática às regras de etiqueta, valores e princípios morais; e não foram jamais esquecidas.

*[...] meu pai sempre falava “minha filha, só põe a mão, não levanta o pé, porque se levantar o pé cai!”. Essas coisinhas pequenas ficaram gravadas aqui” [aponta para a cabeça]. Era igual à carne em dia de sexta-feira... só se comprava carne no sábado lá em Lagoa Real. Sexta-feira tinha uma carne bem pouca, mamãe cortou, fez um molhozinho e serviu; a carne era pouca por isso tinha que pegar pouco. E sempre falava: “não sirva assim [faz gesto com a mão indicando como deveria se servir], é de fora para dentro pra não sujar a borda do prato”. Nesse dia eu estava “com a macaca”. Todo mundo à mesa [...], peguei o prato e fiz assim “pac”, puxei um monte. Mas quando a carne caiu no prato eu levantei a vista e ele falou: “minha filha, seus irmãos também querem”. Fiquei constrangida, e tinha que comer até o último pedacinho ou comia o prato todo. Depois disso, tudo até hoje aqui é dividido. Se tem uma banana para 1, 2, 3, é dividida.*

O ensinamento do pai não se destaca apenas quando se refere à sua educação e dos irmãos, mas se estende a sua vivência com as pessoas, muito evidente quando fala da relação que estabelecia e estabelece com aqueles que lhe prestam algum tipo de serviço e com seus alunos. Expõe que uma moça, que trabalhou com elas, sempre que a encontra relembra como era respeitada em sua casa e chama a atenção para o fato de que as lições aprendidas em casa foram levadas, mais tarde, para a escola:

*“tudo que vocês comiam dividiam com a gente” - ela observou isso. [...] o que eu não quero dar para os empregados basta não deixar às vistas. Como é que não ensina para as crianças que é preciso dividir?  
“tudo que eu dava para um aluno eu dava para o outro, não tinha privilégio, a pior coisa do mundo é você excluir alguém, aprendi com meu pai que não podemos desprezar as pessoas” (DONA RICA, entrevista 19 de outubro de 2018).*

Com o esforço das irmãs e da família, aparece uma nova configuração familiar, considerando que essas mulheres, ao conquistarem espaço de credibilidade social, causaram mudanças significativas na vida de outras famílias, servindo-lhes de inspiração. Dessa maneira, outras famílias também passaram a acreditar no sonho de formar seus filhos. Marília relatou-nos em uma de nossas conversas que “depois que minha tia foi para Caetité com seus filhos outras famílias a tomaram como exemplo [...] e outras moças e rapazes foram para Caetité”.

Dona Rica deixa claro que eram independentes, tinham a confiança da mãe, o respeito dos irmãos e o dever de cuidar da família, proporcionando o bem-estar de todos. Relata que não permitiram que os irmãos, ao se depararem com a cidade de Caetité, fossem humilhados por pessoas de outra classe social, mesmo que fossem crianças ou jovens de famílias “abastadas”. Lembra que conversou com os irmãos, advertiu-os: “*Quando vocês chegarem em Caetité vão chamar vocês de ‘tabaréu’; vocês não falam nada e voltam para casa. Eu tinha um colega que não deixava bulirem com esse menino, ele falava ‘não mexe, são irmãos de Rica’*” (Dona Rica, 19/10/2018), demonstrando a ideia de uma mulher que impunha respeito, seja por ser a professora que ensinava na zona rural, ou por ser uma mulher determinada que não admitia que os irmãos sofressem qualquer tipo de constrangimento, aquela que tinha o dever de proteger a família.

As lembranças da família narradas por Dona Rica revelam-nos uma nova conjuntura familiar, que traz a mulher como o centro dessa organização, considerando que nesse período o comum seria, com a morte do pai, que a figura paterna fosse assumida pelo masculino, o filho mais velho, o marido da filha mais velha, ou por um tio. No entanto, temos aqui uma família dos anos de 1930 que se instituiu dentro dos preceitos patriarcais. O pai era sinônimo de autoridade, ele geria toda a família, tinha o poder sobre os filhos e filhas e sobre a esposa, e após a sua morte o lugar do patriarcado, pelo que tudo indica, foi ocupado por Dona Rica, na época uma jovem professora, que passa a decidir sobre a família, mas sempre compartilhava as decisões com a irmã mais velha. Nessa família acontecem mudanças de hábitos, impostos pela sociedade da época. A sociedade incitava que as moças deveriam aprender desde pequenas a cuidarem da casa, dos filhos e do marido. No entanto, Dona Rica revela que ela e as irmãs aprenderam a bordar, costurar, cozinhar, realizar os afazeres de casa, mas apenas a costureira diplomada se casou. Dona Rica reconhece que seu casamento se deu com a própria família, ao assumir a reponsabilidade da educação e do sustento dos irmãos.

Na busca por independência, torna-se uma mulher emancipada, determinada, que enfrentava os preconceitos sociais, de modo que as regras do jogo social não eram aceitas. Percebemos que as regras sociais eram claramente rompidas por dona Rica. Em um de seus relatos narra um episódio que ocorreu em um baile, no salão de festas de Caetité, situado ao lado da casa de Anísio Teixeira. Faz questão de dizer que levou as moças da família e que já era formada e independente. Sua fala evidencia as regras sociais impostas à família de caetiteense, determinando o comportamento das moças: “*não era permitido uma moça dançar mais de uma música seguida com o mesmo rapaz*”, porém ela diz que não se importava, e que muitas vezes o tio ia para vigiá-las, mas como “*eu já era formada, dona do meu nariz, nem*

*ligava, passava dançando e ainda tocava no obro do meu tio”* (Rica, anotações da pesquisadora). Na entrevista, ela volta a mencionar os bailes, falando das roupas e condições financeiras e da liberdade com os rapazes.

*[...] A roupa tem que repetir, mas algumas pessoas acham que não se pode repetir uma roupa para ir a uma festa, o sapato tem que ser de dez tipos. Conosco era na “meia sola”, e duvido que alguém dançasse mais do que eu (Risos). Ia aos bailes com as mesmas roupas. Nunca fui rejeitada, era querida pelos colegas todos. Você viu no meu livrinho? Diferente de outras que aparecem por aí. Eu era querida pelos colegas, mas era a “besta”, faziam de mim o que quisessem, e eu não me importava. Cumpria minha obrigação como professora!*

Ela não menciona como a sociedade a percebia, mas na fala da sua prima, Marília, existem preocupações de situar o lugar de respeito social das moças da família que a acolhera.

*Éramos muito respeitadas pela sociedade. Nós éramos pessoas muito disciplinadas, muito tímidas... Rica foi uma pessoa fora da época, mas também estudou em pensionato, fora da família, era solta demais, apesar de morar em um pensionato muito rigoroso, mas ela se expandiu muito, todas foram ótimas professoras, tinham o respeito das comunidades por onde passaram (MARÍLIA, 24 de outubro, 2018).*

Dona Rica, em sua narrativa, não sinaliza o desejo para o casamento ou se tivera vontade de se casar, relata que foi e é muito feliz cuidando da família e de seus alunos. Termina a entrevista dizendo-nos:

*Minha vida, a nossa vida aqui foi assim, mas se fosse para fazer tudo de novo eu faria. Se eu me formei, por que meus irmãos não podiam se formar? Vou te contar um caso, muitas saem para estudar fora, quando chegam lá se casam logo e família que se dane. [...] As moças se formavam, tinham um noivo, casavam e nem se lembravam que tinham mãe. Eu jamais deixaria minha mãe sozinha. Pode me chamar de Beata! Para que felicidade maior, faria tudo de novo! (Dona Rica, Entrevista).*

Essa mulher não se emoldurava nas práticas sociais comuns à figura feminina da época, onde o casamento era o destino de muitas mulheres, após concluírem o curso normal. Dona Rica estabeleceu-se profissionalmente na comunidade de Lagoa Real e de Caetité como professora. Sua narrativa enfatiza o prestígio social conquistado, o fato de ter assumido, com o auxílio da mãe e das irmãs, a posição do pai na educação e sustento da família, adotando, de certa forma, os códigos comportamentais da figura masculina (BOURDIEU, 2019), para, assim,



conseguir que as mulheres dessa família, sob a tutela de Dona Rica, superassem as limitações e as dificuldades impostas pela sociedade de preceitos masculinos.

As lembranças da família de Dona Rica mostram-nos a ideologia masculina, tão valorizada e representada na composição da sociedade e na representação mental, instituídas historicamente, como determinação das relações de gênero, tendo como condição colocar a mulher na invisibilidade, subordinada e muitas vezes inferiorizada, limitando-a ao reduto do lar, como reprodutora e cuidadora do marido e dos filhos. Muitas vezes, o sonho da autorrealização é sufocado, mas não foi o que aconteceu com as mulheres daquela família; pelo contrário, serviram de modelo para que outras famílias se encorajassem e acreditassem que mesmo com dificuldade era possível, naquele período, propiciar condições para os filhos e filhas frequentarem a escola, acreditando em uma vida sempre melhor e feliz.

As lembranças familiares de Marília de Lourdes Costa se interceptam com a de Dona Rica. Marília é a sexta filha de uma sequência de 10 filhos. Morou até os sete/oito anos na companhia da família, em uma fazenda de nome Alegria, próximo a Lagoa Real, distrito<sup>99</sup> de Caetité, herança dos seus avós paternos, onde seu pai e seu tio constituíram família, viviam da lavoura, principalmente de algodão, pela qual seu pai tinha paixão; também plantavam pequenas lavouras de feijão, milho, arroz. Mas era uma região maltratada pela seca. Em uma crise econômica, provocada pela seca, quando a terra não produzia, como já mencionamos, seus pais se mudam para São Paulo, e deixaram-na em Caetité, na companhia da família de Dona Rica. Em seu depoimento, o fato de se distanciar da família, primeiro para estudar em Rio de Contas, depois em Caetité, é lembrado com muita emoção, mas esses acontecimentos não a impediram de se formar com menos de 18 anos.

O distanciamento da família, principalmente quando os pais e os irmãos foram para o interior de São Paulo, na sua adolescência, é de se supor que foi muito difícil, mas reconhece que foi preciso ficar, “*caso contrário não teria estudado, e talvez minhas irmãs mais novas não tivessem estudado*”. Quando a família retornou para a Bahia, oito anos depois, ao obterem lucro na lavoura de café:

*[...] meu pai falou para meu tio: “não gosto de São Paulo. Vou voltar com minha família para a Bahia”. Quando a família retornou, nessa ocasião, eu já estava formada e lecionando na zona rural de Caetité, minhas irmãs mais novas voltaram para a escola, os mais velhos não se formaram. [...] Fui a primeira professora. Depois foram Glória e Florzinha, que ainda tinham*

---

<sup>99</sup> Emancipado em 1983.

*idade para estudar, porque os outros dois mais novos não quiseram. Os mais velhos não estudaram, pois não tiveram condição.*

Com o distanciamento da família, Marília teve a família de Dona Rica como referência para a sua educação. A tia, viúva, acolhia muitos rapazes e moças, da família, que desejassem estudar. Os pais ajudavam com as despesas da casa “*quando podiam, no mais as minhas primas, Zu e Rica, passavam o ano fora lecionando; minha tia e minha prima Zilda, a filha mais velha, ficavam em casa cuidando de nós que ainda estudávamos e dedicando-se à costura*”. Supomos que as despesas eram pagas com o salário das professoras e da costureira e a “ajuda” das famílias cujos filhos estavam estudando. Relata, também, que a prima Zilda costurava muito bem, era diplomada, “*era cada costura linda, cada vestido maravilhoso que a gente já vestiu*”. Tanto Rica como Marília mencionam que a costura era uma fonte de renda, para o sustento da família, e que a elite de Caetité encomendava muitos vestidos de seda, e que os tecidos vinham da capital.

*Naquele tempo, costuravam-se aqueles vestidos lindos, daquelas sedas bonitas da época. Alinhavava o vestido todo e a pessoa vinha para provar aquele vestido. Às vezes terminava no dia da festa. Depois que provava o vestido, não tinha mais preocupação, todas confiavam na perfeição da costura da minha prima. Ela para as mulheres “pode ficar tranquila, se não der pra mandar antes, no dia de você ir para festa o vestido chega”. Terminava aquela costura, passava ferro, muito bem passado, não deixava uma preguinha, dobrava numa toalha e me mandava ou outra menina qualquer da casa, ou as duas, levar para a pessoa que recebia prontinho.*

O relato de Marília sobre a prática da costura, do produzir roupas para as moças da “*alta sociedade, que iam, bem alinhadas e elegantes, às festas*”, remete-nos à ideia de que aprender a costurar, ou até mesmo a se diplomar em costura<sup>100</sup>, era uma forma de inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como as primas foram para o mercado de trabalho, fora de casa, a irmã mais velha, casada, não se limitava a costurar para atender as necessidades da família com seus vestuários e com os enxovais das moças, que se destinavam ao casamento, ou

<sup>100</sup> Como podemos verificar no Anexo H, em um rascunho do Jornal Bem-ti-vi, intitulado secção para meninas, Semanário N. 1 das meninas, com a descrição de um desenho de corte e costura de uma camisa. Datado de 29 de março de 1916, não podemos afirmar se esse prospecto foi publicado, considerando que o jornal circulou em Caetité, de outubro de 1912 a junho de 1914, quinzenalmente, o jornal O Bem-ti-vi – um “Orgam da Infância” –, que teve como redatores os meninos Mario Teixeira Rodrigues Lima e Anísio Spínola Teixeira. Sobre isso, ver Carneiro (2021). Esse documento nos traz indícios da existência de aulas de corte-costura em Caetité. Para desenvolver as habilidades necessárias à costura, as mulheres precisavam do conhecimento matemático de Geometria e Aritmética.

aos afazeres domésticos, pelo contrário ela usava o conhecimento da costura em benefício da família, no sentido de atuar profissionalmente, assegurando, junto com as irmãs, professoras, o sustento de todos os que moravam na casa, que constituíam uma única família. Marília relata:

*As filhas tinham paixão pela mãe e a protegiam. Era frágil, mas foi uma lutadora, enfrentou a vida com muita garra e muita fé, e apoio da família, porque sempre fomos muitos unidos. Minha tia era uma criatura maravilhosa para nós, a tenho como mãe. Me recebeu em sua casa como estudante, por isso é imensa a gratidão que tenho por aquela tia. Na ausência dos meus pais, ela praticamente os cobria em tudo (MARÍLIA, áudio no WhatsApp, outubro de 2020, grifo nosso).*

Interessante lembrar que Marília se refere a dois núcleos familiares, considerando que, na ausência da família de 1º grau, ela adota como referência a família de Rica. Grupo familiar chefiado por mulheres, que não se destacavam somente por serem esposas, mães e/ou mulheres dedicadas ao lar. Elas foram para o mercado de trabalho, ocuparam lugares destinados a mulheres, e, com isso, transformaram as percepções e as relações entre gêneros, tornando-se modelo feminino e de feminilidade dominantes. As mulheres dessa família descobriram, em meio às dificuldades, como usar o conhecimento das professoras, da costureira em benefício da própria família, superando as dificuldades e limitações impostas no contexto da cidade.

Ao concluir o curso normal, Marília alimentava o sonho de estar com a família; após a sua formatura, foi para São Paulo ao encontro deles.

*[...] naquele fim de ano, fui em São Paulo, visitei meus pais, passei uns dois ou três meses com eles, mas eles queriam mesmo voltar para a Bahia. Se fossem continuar morando lá, [...] eu iria embora para São Paulo.*

Mais uma vez, Marília não consegue permanecer no convívio com a família, retornando para a Bahia, onde já tinha uma escola para dar aula. Quando a família retornou de São Paulo, Marília já era professora concursada e passou a morar com seus pais, em um sítio pequeno que o pai comprou próximo a Lagoa Real, onde relata que viveu uma vida harmoniosa, e após oito anos distante dos irmãos teve a oportunidade de estar com eles.

*[...] tinha uma relação prazerosa com meus irmãos, não tinha briga, porque todos estavam ansiosos para me ver, para ficarmos juntos, e eu também! [...] fui a primeira professora da família. Muita alegria e incentivo para os outros estudarem. Eu já trabalhava e podia ajudar, meu pai já estava com família criada, então fui morar com eles. As outras meninas foram estudar, os rapazes queriam se casar em São Paulo e por lá mesmo ficaram,*

*vinham nos visitar. Foi um tempo bom, porque já pude desfrutar. Nas férias, as meninas iam para a fazenda, era aquela folia.*

Assim como Rica, Marília não se casou, e por ter origem em família da classe média, o salário servia para ajudar nas despesas da família, ou com as irmãs que foram estudar em Caetité. Morou com seus pais até a morte dos mesmos. No entanto, a ausência dos irmãos e das irmãs é lembrada com consternação, seja pelos que ficaram em São Paulo, ou pelas irmãs que foram estudar e depois trabalhar em cidades diferentes; como ela mesma menciona, a irmã Glória foi trabalhar no Sul da Bahia e a irmã Telmira morou 35 anos em Brasília.

Marília sempre teve o apoio da família de Rica, que a amparou quando criança, à qual ela faz referência de proximidade, mesmo após retornar ao convívio dos pais.

*[...] eu ainda continuei com as meninas, só não morávamos mais juntas. Todo dia, às 07:00, eu ia a cavalo para lá, às vezes almoçava em casa, às vezes na casa das meninas, na casa do prédio escolar onde elas davam aula. Não me desliguei delas fácil assim, tinha muito afeto, foram oito anos em que ensinamos em Lagoa Real.*

Em 1963, a família de Marília foi morar no distrito de Pedra Preta, que pertence ao município de Brumado/Bahia, um ano depois o pai faleceu. Após a morte do pai, a mãe decidiu se mudar para a cidade de Brumado, distante 110 km de Caetité. Marília e a irmã, Florzinha, continuaram ensinando em Pedra Preta.

Assim como Rica, Marília não fala sobre a participação dos avós, se tiveram influência na sua educação, menciona a presença da mãe em sua vida, de forma muito discreta, o pai sempre aparece como a figura central para Marília. Relata que o pai estudou em Rio de Contas, e se empenhou para os filhos serem alfabetizados, com a contratação de uma professora. No entanto, sua referência de família foi a família de Dona Rica. Segundo ela, suas primas se destacam como exemplo de vida a ser seguido. “[...] naquela época dos anos de 1950, pela formação de família, éramos pessoas muito disciplinadas, muito tímidas, mas Rica [...] se expandiu muito e as outras também, não consegui ser como elas. Eu era muito retraída [...]” (Marília, entrevista, 24 de outubro de 2018).

Esse depoimento também expõe, de forma clara, que Marília, mesmo tendo vivido distante dos pais, lamenta não ter conseguido romper com os padrões de comportamento determinado pela sociedade da época, assim como suas primas, que moraram em pensionato, na total ausência dos laços familiares. Interessante como as práticas e comportamentos idealizados pela sociedade na primeira metade do século XX marcaram a educação desta

mulher, que mesmo distante dos pais, acolhida pela tia, sentia que suas ações foram limitadas pela ausência/presença da família. A sua fala nos remete à ideia de que as moças educadas no universo dos pensionatos, sem a presença de familiares, provavelmente se revelavam independentes e emancipadas ainda na juventude.

Ao contrário das narrativas de Dona Rica e Marília, que assinalam diversos detalhes da vida familiar, cujas lembranças são destacadas ao longo de toda a narrativa, Dona Lili (1932-2019) não apresenta detalhes sobre a sua família. Ela fala disso de forma muito sutil. Suas lembranças da infância não aprecem muito e não sabemos se foram apagadas ou se foram omitidas para proteger a história familiar. Não menciona o nome do pai, da mãe e do marido. Relata que na infância a família mudava-se muito por causa da profissão do pai. *“Papai era político e funcionário público, era coletor em Bom Jesus da Lapa e nos trouxe para Caetité, para estudar. Fiz o exame de admissão na época, passei até bem, porque eu era muito estudiosa”*. Também não fala das condições financeiras, se toda a família veio morar em Caetité ou apenas ela e/ou outros irmãos e/ou irmãs, a fim de estudarem na Escola Normal, indo morar em casa de parentes, amigos, pensionatos.

Dona Lili lembra que era uma família de nove irmãos, sendo ela a quinta filha e a mais velha das mulheres. Demonstra se orgulhar dos irmãos porque *“todos se formaram para professor”*. Menciona que as irmãs Elizete e Carmem eram professoras licenciadas e que o irmão Lucas e ela ensinaram matemática: *“Lucas e eu ensinamos matemática a vida inteira”*. Ao falar da sua experiência e dos irmãos no magistério, lembranças da professora primária na zona rural de Caetité, em Itambé e na escola anexa da Escola Normal em Vitória da Conquista, reafirma que foi professora de matemática. Lembra que os irmãos eram ótimos alunos e a irmã Carmem *“Era ótima aluna, diferente de mim, eu era média”*.

A figura feminina da mãe não aparece na sua narrativa. O pai aparece como aquele que enviou os filhos para estudarem e tinha influência política, como provedor da família e cuja posição de coletor estadual concedia-lhe prestígio político, determinante no momento de sua nomeação para o cargo de professora e/ou quando precisou de transferências de uma localidade para outra, ou representava entraves por divergências políticas, ou usufruía de alguns favores quando o contexto político era favorável ao pai. A exemplo de quando precisou ser transferida para Vitória da Conquista, na ocasião em que o pai estava doente: *“Eu vim para Conquista porque pedi ao prefeito, que era Gerson Sales. Os nomes eu não esqueço não (risos), Gerson Sales. Pedi para vir porque meus pais residiam aqui e papai estava doente. Ele me ajudou, politicamente. Era chefe em Vitória da Conquista e me ajudou”* (Dona Lili).

Ela fala com orgulho sobre o nascimento dos filhos, da forma como constituiu uma família com quatro filhos adotivos, dois homens e duas mulheres, refere-se aos netos e netas, e quando fala das dificuldades com a matemática, chama atenção para a escola onde o neto estuda: “*matemática muito puxada*”.

O marido não sabemos se foi esquecido intencionalmente ou se foi apagado da sua memória, considerando que não aparece na sua narrativa, sendo lembrado apenas na ocasião do nosso último encontro. A lembrança do marido foi registrada da seguinte forma: “*Meu marido vivia pelo mundo, não ajudava muito, ele vivia de lá e eu de cá com meus filhos. Era caminhoneiro, mas estive ao lado dele até a morte*” (Dona Lili, anotações da pesquisadora).

Em nossa conversa, após atender a um telefonema do filho mais velho, passou a narrar a história da adoção dos filhos, dando ênfase à primeira adoção, direcionou a atenção para o quadro de Nossa Senhora, na parede, e disse: “*eu converso com ela todos os dias, a senhora me deu um filhinho de uma mãe morta*”; em seguida, falou sobre a família desse filho. Conforme seu relato, tem uma felicidade plena com a família que construiu; mencionou que já enfartou três vezes, e superou todas elas. Entretanto, em 2 de novembro de 2019 não resistiu a mais um enfarte.

Dona Lili não fala da vida social, religiosa e econômica, e nem da presença masculina como controladores das suas ações, quais modelos Dona Lili teria adotado para se tornar uma mulher forte e determinada, que se orgulhava da maternidade e de ter exercido o magistério, seja como professora primária ou como professora de matemática no Curso Normal e no 2º grau.

A memória da família, que atravessa as lembranças relacionadas à formação da mulher professora, aparece nas narrativas das colaboradoras marcada por relações de gênero e de poder. Assim, as relações familiares se constituem como um dos legados das lembranças dessas mulheres, principalmente na formação da mulher professora, que, mesmo na velhice, mantém viva a lembrança da família temática de suas narrativas, ou seja, a memória da família é preservada como um valor a ser transmitido às gerações futuras.

## **4.2 Entrando na Escola**

Como sabemos, a falta de vagas no ensino secundário impunha a necessidade de realizar um exame para o ingresso no mesmo. Sem aprovação no Exame de Admissão não era possível continuar o percurso escolar e, no período em que nossas colaboradoras frequentaram o curso normal, isso valia também para as Escolas Normais. Para aquelas que ingressaram na Escola

Normal ainda crianças, como Dona Zilda, Dona Rica e Dona Zaira, os estudos nas escolas anexas tinham por objetivo prepará-las para realizar o exame de admissão, e segundo Dona Rica já iniciava uma formação para o ensino. Então, elas relatam que aqueles ou aquelas que chegavam em Caetité para se submeter ao exame de admissão precisavam tomar curso e se dedicar bastante aos estudos. Rita relata que foi para Caetité meses antes dos exames, para poder estudar.

O exame de admissão configurou-se, para algumas delas, como o primeiro grande desafio para a formação da professora primária. Dona Lili apresenta sua primeira experiência para o ingresso na Escola Normal:

*Quando papai nos trouxe para Caetité, iniciei minhas experiências na Escola Normal com o exame de admissão. Passei até bem, porque eu era muito estudiosa, hoje que eu estou muito “avacalhada”, mas (risos) era muito estudiosa, e tinha também umas companheiras: Sinhazona, que era de Guanambi; Elzinha, que era de Urandi. Então, esse pessoal nos dava muita força, exigiam tanto que a gente, para não dormir, naquele tempo em que Caetité fazia gelo, colocava os pés no gelo. Acredita numa coisa dessa? Fazia exame de admissão e entrava no primeiro ano. Fazia o segundo, terceiro, quarto e no quinto se formava. Mas ficava muita gente sem se formar, porque havia muita exigência (DONA LILI).*

Dona Zilda relata que precisou se afastar das aulas, porque contraiu sarampo e depois conjuntivite, ficando muito desnutrida, causa de interrupção dos estudos:

*[...] foi preciso contratar um professor particular para me ensinar. Ele me deu um conteúdo superior ao conteúdo dos programas das escolas normais, das escolas primárias, regulares. Depois ele disse: “agora você vai tomar curso com o professor Alfredo, porque ele é que tem costume de dar curso para admissão”. E fui (DONA ZILDA).*

Rita apresenta sua experiência na ocasião em que foi para Caetité a fim de submeter-se ao teste de admissão, indo morar no colégio das freiras, no intuito de se preparar para o exame considerado difícil e que muitas pessoas não passavam. Ela relata que o exame era de Português e Matemática, lembra dos conteúdos de matemática.

*Quando chegamos no colégio, a freira deu o estatuto de tudo que precisava. E fiquei logo lá. Tinha que estudar para o exame de admissão, estudar muito e eu já estava preparada. A turma estava com muito medo de fazer, muitos colegas perderam, mas consegui passar no exame de admissão e fiquei lá estudando [...] (RITA).*

O exame de admissão é lembrado por Dona Rica não pela dificuldade ou pelas exigências, como as outras colaboradoras narram, mas pela morte do pai; ao se lembrar do ano de 1937, assim relata, emocionada: “*No ano em que papai morreu, em março, fiz a admissão. Passei! Ele já estava doente. Em 1937 entrei para o ginásio, após fazer o teste de admissão*”.

Marília não falou do exame de admissão no dia da entrevista, mas em outros momentos que estivemos juntas mencionou algumas vezes. Ela se esqueceu ou não quis falar do referido exame, não saberemos os motivos. Mas sabemos, a partir da fala das colaboradoras, que era um momento de exposição a uma banca, tinha a parte escrita e oral, muitas e muitos eram reprovados; elas ressaltaram que era desafiador e gratificante passar no exame de admissão, devido a sua importância para o ingresso no Curso Normal. Considerado uma das exigências para candidatar-se ao Curso Normal, primeiro era preciso cursar o ginásio; passar no exame de admissão de caráter seletivo e classificatório era necessário para ter direito à matrícula no curso normal.

Ao lembrar dos programas, elas afirmam que *era difícil*, que precisavam de muita dedicação para o estudo, que faziam sacrifício para estudar, ademais o exame de admissão já representava o nível da escola, muitas exigências feitas aos alunos.

Rita faz alusão à modalidade de provas do exame de admissão e metodologia para a realização das provas. Em suas palavras,

*Na admissão tinha a prova escrita - de português e matemática, [...] Depois do escrito, tinha arguição oral. O professor fazia perguntas e nós respondíamos e um professor de outra matéria assistia. Eu escrevia no quadro na prova oral. Então, mandaram-me somar tudo e eu somei. Depois perguntaram quanto faltava para chegar a mil, mas eu não soube. Era só fazer a conta. Eu não sabia de muita coisa, mas depois aprendi (RITA).*

Já Dona Zaira lembra-se de que o exame

*[...] era igual ao vestibular, [...] a escola preparava os alunos, mas era preciso estudar. Minha tia Eponina sabia tudo, [...] forçava muito o ensino de português para fazermos o exame. [Dona Lili se lembra de que era preciso fazer] muito sacrífico para se manterem acordadas durante os estudos para o exame de admissão [...], onde tudo começava.*

As lembranças do tempo em que fizeram o exame de admissão emergiram no decorrer de nossas conversas como uma prova difícil, que exigia muita dedicação aos estudos. Da mesma



forma, as primeiras lembranças da matemática são associadas ao professor e/ou à professora, à metodologia adotada pelo(a) professor(a), à dificuldade própria dos conteúdos de matemática e à facilidade que os meninos tinham para aprender matemática.

Mas não bastava o Exame de Admissão para entrar na Escola Normal. As ex-normalistas evidenciam durante nossas conversas que era preciso apresentar termo de conduta no ato da matrícula, como bem destacou Rita:

*Para a matrícula ainda fazia o atestado de conduta e atestado médico. O de conduta era para saber se procedia bem. Qualquer professor que nos conhecesse fazia o teste, confirmando que a pessoa tinha boa identidade e moral comprovada. Era assim que eles falavam. E escrevia o nome (RITA).*

Cumpridos estes requisitos, e tendo as alunas condições materiais de frequentar o curso, começavam<sup>101</sup> o lento aprendizado do ser professora. E nem sempre isso era fácil!

### **4.3 Das várias formas que se aprende a ser professora**

As ex-normalistas, ao relatarem as experiências com a Matemática, seja no decorrer do processo da formação da professora primária na Escola Normal de Caetité, ou como professora primária, permitem vislumbrar as experiências narradas, mas, por diversas vezes, distraem-nos, de um ponto a outro, com suas lembranças de terem vivido a experiência de ser normalista pelas ruas da cidade, nos esquecimentos e nas omissões. Deste modo, buscamos descrever como essas mulheres se relacionaram com os professores e professoras, com os colegas e as colegas, com a matemática, com os métodos de ensino, com o conteúdo, com as práticas dos professores, sempre considerando que a matemática perpassa por todas as áreas do conhecimento, determinando lugares no cenário socioeconômico e sociocultural.

É importante considerarmos que a literatura situa a Matemática no campo da ciência abstrata, e para as colaboradoras é o que a coloca em condição de difícil alcance, difícil de ser assimilada, e que para aprendê-la é preciso ser “*inteligente, é preciso ser uma sumidade*” (Dona Rica). Assim como Dona Rica, todas elas reforçam o discurso sobre a ideia de que para aprender matemática é preciso ter habilidades “especiais”.

Essa condição conduz a uma reflexão acerca da relação estabelecida pelas normalistas com a matemática, e do juízo de valor elaborado sobre a mesma, de que a matemática é difícil,

---

<sup>101</sup> Ou continuava, se considerarmos que se aprende a ser professor e a ser professora mesmo antes de se entrar na escola primária.

que nem todos aprendem, que os homens têm mais habilidades com os números, preconceitos que até os dias atuais são reproduzidos no ambiente familiar, na escola e em outros espaços sociais<sup>102</sup>.

As ex-normalistas se resguardavam ao falar da matemática, por isso era necessário ressaltar que as suas lembranças eram importantes, que não tínhamos a pretensão de julgar o seu desempenho em matemática, nem tampouco verificar se aprenderam ou não os conteúdos específicos da matemática. Assim, fomos nos aproximando das lembranças que guardaram da matemática, considerando que “a lembrança é a sobrevivência do passado” (BOSI, 1994, p. 53), e por acreditar que os enunciados das suas narrativas pertencem a um campo discursivo, as relações sociais que perpassam o processo ensino/aprendizagem da matemática; são as lembranças que guardaram da matemática, das aulas, dos conteúdos, dos métodos, dos professores e professoras, e os significados que estabeleceram sobre a formação matemática, ao longo da vida, que importam para a história da formação dos professores.

Sentimos que as lembranças das experiências com a matemática aparecem nas narrativas como uma tentativa de mostrar que os acontecimentos vividos na sala de aula foram marcados pelo rigor acentuado nas práticas do professor ou da professora, no decorrer das aulas de matemática. As ex-normalistas deixaram entrever que as exigências nas aulas de matemática não estavam relacionadas apenas ao rigor que historicamente é imposto aos conceitos da matemática, enquanto área de conhecimento, elas também evidenciam que a escola, de um modo geral, era rigorosa, que os “programas das disciplinas não eram fáceis”, os professores e professoras faziam muitas exigências aos alunos e às alunas.

Como se percebe nas narrativas, não só o professor de Matemática, mas o corpo docente como um todo aparece representado pela ideia de um “bom professor”, os quais elas associam ao saber da disciplina a ser ensinado aos seus discípulos, ao respeito, ao rigor, aos padrões de beleza, a relações de gênero e às exigências impostas aos alunos no interior da sala de aula, nos corredores, ou nas ruas da cidade, devido aos valores atribuídos socialmente ao professor e/ou à professora. Em vários trechos das narrativas, elas mencionam situações, sentimentos e ações vividos no contexto da sala de aula, e sugerem que foi preciso muito esforço para superar as tensões presentes nas relações estabelecidas na sala de aula.

Aqui, talvez as ideias de Charlot (2005, p. 77) possam nos ajudar a ampliar nossos

---

<sup>102</sup> Nesse mesmo sentido, pesquisas como as de Souza e Fonseca (2010), Silveira (2020) reforçam que este afastamento das mulheres dos ambientes de predomínio da matemática esteja relacionado aos papéis sociais que, muitas vezes, são impostos “por meio de uma educação com viés de gênero, ou ainda, por fatores aliados à ausência ou escassez de modelos nos quais elas possam inspirar-se” (SILVEIRA, 2020, p. 61).

horizontes de indagação. Segundo este autor, a vivência com o outro pode estar relacionada a um “conjunto de valores, de objetos intelectuais, de práticas, etc.; com destaque para o outro ser humano (ou vários)” e a educação também supõe uma relação com “o Outro”. No processo de ensino e aprendizagem existe uma relação diferenciada, a relação entre duas gerações. As narrativas das ex-normalistas evidenciam que essa relação é marcada por valores e pelo papel desempenhado pelo outro (professor(a)) no contexto da formação, quando o jovem e/ou a jovem e o adulto estabelecem uma relação antropológica (CHARLOT, 2005), como sujeitos dos estatutos sociais. O autor também destaca que mediante os estatutos sociais “o docente é, ao mesmo tempo, um sujeito (com características pessoais), um representante da instituição escolar (com direitos e deveres) e um adulto encarregado de transmitir o patrimônio Humano às jovens gerações (o que é uma função antropológica)”. Entendemos que essas relações são historicamente construídas entre jovens e adultos, em que o primeiro precisa do segundo, como bem acentua Charlot (2005), em que o jovem sempre “está à espera da palavra [...], da transmissão de uma experiência Humana” apresentada pelo professor e/ou pela professora, no caso das ex-normalistas essas experiências estão registradas na memória e vão sendo lembradas à medida que vão descrevendo as vivências na Escola Normal.

Pensando nas considerações de Charlot (2005), podemos vislumbrar que as ex-normalistas trazem nas narrativas elementos sobre o papel do professor e da professora que marcaram o percurso da assimilação, não só do conhecimento matemático, como de outras áreas do conhecimento, quais sejam: Ciências, Literatura, Geografia, História; conhecimentos selecionados ao longo do tempo e pela sociedade no período em que essas mulheres foram estudantes e docentes atuando no ensino primário; o que guardaram na memória aparece nas lembranças como uma forma de caracterizar o tempo e a sociedade.

As colaboradoras contam-nos de formas diferentes como percebiam a relação com os professores e as disciplinas em sala de aula. Todas elas se posicionam como se a relação na sala de aula fosse afetada por modelos sociais definidos por relações de gênero; padrões de beleza; sexualidade, domínio de conteúdo; conservadorismo; rigor; nível de exigência. Assinalam como um momento em que a convivência entre professores e alunos/as fora marcada pelo respeito e reconhecimento do papel social que cada um desempenhava na sociedade.

*[...] doutor Clovis ensinava puericultura. Era um médico, uma pessoa maravilhosa. O que não significa que tínhamos intimidade, nos mantínhamos a distância. No recreio, quando eles (os professores) passavam, podíamos estar pulando, parávamos tudo e ficávamos em posição fundamental. Nos levantávamos para eles passarem (DONA LILI).*

*Elas foram ótimas, excelentes professoras, cada uma do seu tipo. Essa escola estava dentro dos padrões de muita disciplina; o diretor falava e todo mundo ficava calado (MARÍLIA).*

Marília também menciona sobre o rigor do professor de matemática, da professora de Geografia e do professor de Ciências. Ao narrar sobre a conduta dos mesmos, ela dá destaque para sua timidez, para a beleza da professora, para o comportamento do professor, homem casado, mas que “*era o caos*”, e/ou para a conduta das colegas, consideradas por ela moças “*assanhadas*”.

*As aulas, o currículo de disciplinas, eram divididas: Matemática, Português, Geografia. Dona Helena era uma professora muito rigorosa, muito competente, mas eu não gostava muito, não me dei bem com o jeito de dona Helena; ela tinha uma voz bonita, muito atraente, era uma mulher bonita, de meia idade, mas não aprendi geografia com ela, [...], mostrava mapas enormes (faz uma expressão com as duas mãos). Éramos obrigados a ir até o mapa e mostrar uma ilhazinha da Europa [...]. A aula de dona Helena era um terror (MARÍLIA).*

*Nós tínhamos um professor de ciências, professor Edilberto. Ele era casado, mas o homem era o caos. O dia em que ele estava “danado”, vinha aqui o riso dele (faz uma expressão facial). Ele já passava no pátio e as meninas iam dando o braço a ele, ele era bem popular. Aquelas meninas mais assanhadas davam o braço e ele sorria. Quando ele entrava na sala era o “cão”. Aquelas meninas que deram o braço para ele eram as primeiras que iam para a frente responder às perguntas sobre o assunto dado no dia anterior – se não soubesse responder, tomava zero. No dia da prova, para aquela menina que estava com zero ele o “1” na frente e vira “10”. Quando chegava sério, não dava ousadia a ninguém, dava o assunto. Podia ficar bem à vontade com ele (MARÍLIA).*

Para Marília, a variação do humor do professor de Ciências, muitas vezes escondida no riso e na intimidade que ele dava “*àquelas meninas mais assanhadas*”, ou o encantamento da professora de Geografia, eram atributos que atrapalhavam sua aprendizagem. Ela constrói uma relação com esses professores baseada na representação da mulher bonita cujas aulas “*eram um terror*” e do professor que chegava sorridente, cujo riso indicava que não estava bem e que, nesse dia, “*assemelhava-se a um cão*”. No entanto, as aulas desse mesmo professor, nos dias em que chegava sério, não permitiam a aproximação das meninas e, como ela enfatiza, “*não dava ousadia para ninguém*”, eram produtivas.

Nos dois casos, as imagens que Marília guarda na memória das aulas dos professores de Geografia e Ciências estão relacionadas à beleza e simpatia da professora. Não sabemos, ao

certo, o que mais incomodava Marília: se a prática de convocar os alunos à frente, considerando que os documentos e as narrativas nos indicam que em algum momento os professores convocavam os alunos e as alunas à frente para realização da prova oral, ou se a beleza da professora e a liberdade que as colegas tinham com o professor de ciências, visto que esse comportamento não era o esperado para moças “reservadas”, como as moças da família de Marília. Como ela bem acentua: “*pela formação de família [...] nós éramos pessoas muito disciplinadas. Eu era muito retraída*” (Marília).

O fato de serem tímidas, acanhadas, tanto para Marília como Rita, era um fator que muito atrapalhava nos seus estudos,

*Eu e outras companheiras que não toleravam matemática ficávamos escondidinhas atrás do colega da frente para não sermos chamadas ao quadro. Era um terror, então ficávamos sentadas ouvindo as perguntas (MARÍLIA).*

*Fui uma aluna mais ou menos, não fui uma aluna brilhante, porque também tinha problemas na visão. Muito acanhada, ao invés de pedir ao professor para sentar na frente, não pedia. Ainda sou até hoje e por isso eu perdi muito. Eu devia ser mais expansiva, perguntar mais (RITA).*

*O professor Hyeront explicava muito, mas eu não gostava. Talvez porque não enxergava direito e ficava lá atrás (RITA).*

Enquanto Marília nos diz que era um terror ficar sentada escondida atrás dos colegas para não ser vista pelo professor, destacando o comportamento das colegas que tiravam zero, quando convocadas pelo professor de Ciências no decorrer das aulas, mas no final o zero era transformado em dez na prova final do mês, Rita lamenta que o acanhamento e o problema na visão a impediram de ser uma aluna brilhante. Assim, elas trazem para si a responsabilidade por não aprenderem Matemática, Geografia, Ciências e outras disciplinas, considerando que a conduta adotada por professores e professoras em sala de aula poderia ser vista como natural para época, e/ou estranha no caso do comportamento do professor e de algumas alunas nas aulas de Ciências.

Além da relação dos professores com elas, consideram que a timidez as colocou em um lugar de menos destaque do que a figura masculina. Nenhuma delas se refere aos rapazes como tímidos ou acanhados, que buscassem alguma forma para se esconder, que quisessem ficar distantes do olhar do professor ou da professora ou demonstrassem quaisquer sentimentos parecidos com aqueles descritos pelas colaboradoras diante da possibilidade de serem convocadas pelo professor de Matemática e pela bela professora de Geografia.

As colaboradoras deixam vislumbrar, também, que os professores eram reconhecidos como “maravilhosos”, “competentes”, “bons”, excelentes, dignos de muito respeito mesmo fora da escola, mas, também, extremamente exigentes. As narrativas sinalizam que, hoje, elas reconhecem que a submissão ao professor não era necessariamente uma coisa boa, o mesmo ocorrendo em relação ao cumprimento das ordens dadas pelos professores, e que sempre estavam em posição de destaque, quer na sala de aula ou pelas ruas da cidade, o que significava, também, serem continuamente vigiadas.

*Doutor Clovis ensinava puericultura. Era um médico, uma pessoa maravilhosa. O que não significa que tínhamos intimidade. Nos mantínhamos a distância; no recreio, quando eles (os professores) passavam, parávamos e ficávamos em posição fundamental. Nos levantávamos para eles passarem (DONA LILI).*

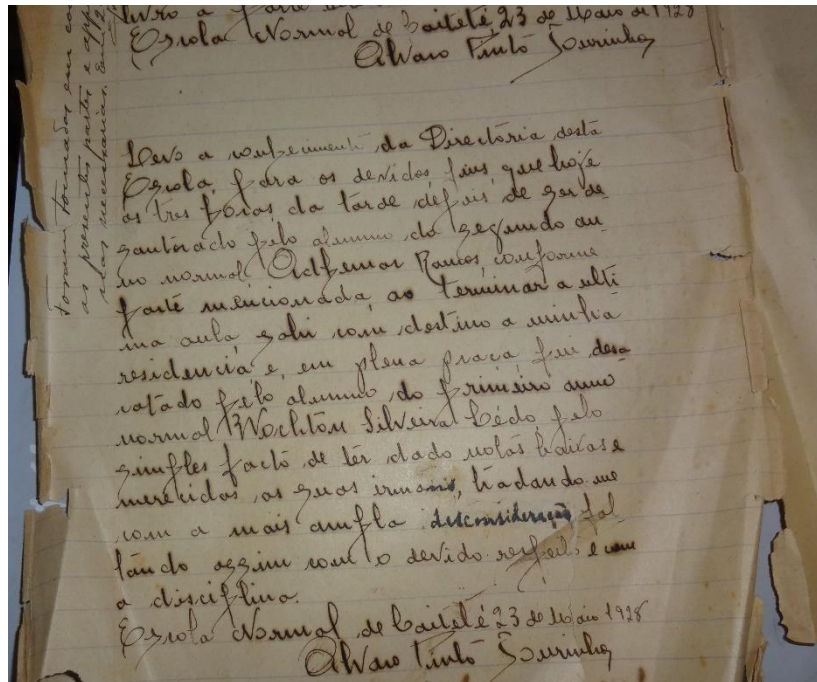
*Naquele tempo o professor estava em cima e nós em baixo. Ele dava ordem e a gente só fazia cumprir (RITA).*

*Tínhamos tanto respeito pelos professores que, se você estivesse na rua uniformizado e um deles passasse, você tinha que se levantar para responder o bom dia do professor. Naquele tempo, achávamos tudo natural, isso não era bom! (MARÍLIA).*

Está claro, nas narrativas, que o professor e a professora são reconhecidos como aqueles que detêm o conhecimento, que podem ser exigentes e rigorosos, colaboram de forma direta para fazer cumprir as normas escolares, principalmente aquelas relacionadas à conduta dos alunos e alunas dentro ou fora da escola.

As ex-normalistas relatam que os alunos e alunas tinham o dever de respeitar os professores dentro e fora da escola; interessante situar que as narrativas se referem às lembranças dos acontecimentos posteriores à 1932, ano de matrícula das colaboradoras mais idosas, Dona Rica e Dona Zilda, na escola normal e no ensino primário. Consoante às narrativas, encontramos registros em folhas soltas e no livro de ata de punições a alunos, reforçando o argumento de que os alunos eram controlados dentro e fora da escola, no período do recorte da pesquisa. Em caso de desobediência aos professores fora da escola ou que faltassem com o respeito, seriam punidos pelo diretor, como podemos verificar na Figura 28.

Figura 28 - Folha solta de um livro de registro de conduta dos alunos



Fonte: Acervo da escola Normal- Arquivo do IEAT.

Os documentos e as narrativas revelam que os alunos e alunas precisavam seguir as normas comportamentais determinadas pelo regulamento da Escola Normal, seja dentro ou fora dos espaços escolares. Assim como no documento datado de 1928, as ex-normalistas relatam que nos anos de 1950 os alunos e alunas precisavam respeitar os professores e professoras dentro e fora da escola, elas chamam atenção para a metodologia de ensino, os esforços para tirar notas boas, os limites para a aprendizagem da matemática e de outras áreas do conhecimento. Destacam que meninos e meninas são percebidos no contexto da aprendizagem com a matemática e de outras áreas do conhecimento mediante as relações de gênero que atravessam a história que estamos contando.

De um modo geral, as seis ex-normalistas percebem que muitas das estratégias adotadas pelas professoras e professores eram no sentido de manter a ordem e a disciplina no interior da sala de aula, elas reconhecem, hoje, que o excesso de normas e a rigidez paralisavam muitos alunos, interferindo no processo da aprendizagem e “hoje reconheço que não era bom” (Marília).

Não era bom porque, também, tudo parecia controlado e com muitos privilégios para os meninos. A esse respeito, lembra Dona Lili:

*Terminava aula ou na hora do recreio, primeiro os meninos saíam, depois as meninas. Quando eles saíam para o lado deles, trancavam o portão*

*e nós ficávamos do nosso lado. Os meninos à frente e as meninas ao fundo. E não tinha o direito nem de olhar do lado. Os meninos sentavam-se à frente e nós nos sentávamos atrás. [...] não ficávamos juntos [...], não podia conversar de jeito nenhum. Achavam que acabaria com a decência, era uma coisa séria.*

Na narrativa de Dona Lili, é possível perceber uma concepção moral ligada ao fato de que “os meninos entravam primeiro na sala e se sentavam todos à frente, e as meninas no fundo, para não distrair a atenção dos meninos; eles achavam que se as meninas sentassem na frente os meninos ficariam olhando para elas”. Dona Zilda complementa: “E outra coisa, o recreio era separado, não ficávamos juntos não. Tinha um portão, quando tocava o sinal eram 10 minutos de intervalo entre uma aula e outra. Os rapazes vinham, passavam pelo portão, vinham para fora e nós ficávamos lá dentro”. Apesar de distantes no tempo, esses relatos coadunam com o relato do Diretor da escola normal da província do Rio de Janeiro em 1880, quando a maioria dos alunos era do sexo feminino, ao Diretor da instrução, esclarecendo “como funcionaria a entrada e a saída dos alunos e alunas por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas” (VILLELA, 2000, p. 121-122).

Dona Zaira formou-se em 1956 e ainda relata que sua turma tinha mais mulheres, mas, mesmo assim, “Botaram os rapazes na frente primeiro. Eram separadas as moças dos rapazes, o que impedia que meninos e meninas se encontrassem; tinha sempre alguém por perto para impedir que a gente ficasse de conversa com o menino”. Naquele contexto, a formação da professora primária é perpassada pela necessidade de mecanismos que assegurassem a conduta moral sólida e ilibada que garantisse a “proteção às moças” e os privilégios aos rapazes, como princípios necessários às futuras professoras.

Assim, vemos que tais mecanismos e princípios de formação que atravessam o tempo são difundidos na sociedade, naturalizando, de forma explícita, hierarquias de desigualdade entre sexos, com lembranças de uma cultura de base patriarcal. De acordo com Bourdieu (2019), essas heranças de fundo patriarcal sustentam as relações de hierarquização dos lugares entre homens e mulheres, ocasionado ideias estereotipadas, comportamentos bivalentes, fazendo emergir tabus, preconceitos. Vemos claramente nos discursos das ex-normalistas representações em que culturalmente homens/mulheres estão em lugares distintos, o homem na esfera do público e a mulher no espaço do privado, “limitadas às tarefas que esse lócus lhe oferece” (MENEZES, 2011, p. 35).



Diante disso, quando falam que precisavam se esforçar muito para seguir os estudos na Escola Normal e mencionam que era muito difícil, que os estudos eram puxados e que não podiam perder de ano, é preciso entender que tais dificuldades, e certamente as alegrias também, iam muito além da sala de aula. Nesse processo, iam aprendendo a ser professoras e, especificamente, iam se constituindo como professoras que ensinariam matemática, como demonstraremos a seguir.

#### 4.4 Da Escola Normal à Escola Rural: aprendendo a ser professora de matemática

Ao narrar sobre as lembranças da matemática, as colaboradoras remetem às aulas ministradas por dois professores da Escola Normal: Hyeront Batista Neves<sup>103</sup> e Dr. Clovis Moreira<sup>104</sup>. O primeiro, desde a nomeação, em 1941, lecionou matemática elementar no curso normal; o segundo, em 1937, lecionou no Curso Normal e no Ensino Fundamental, e “cursos<sup>105</sup>” ministrados pela professora Dona Idalina Vieira<sup>106</sup> e pelo professor Silvio Gumes, para prestar os exames finais e de segunda época.

Quando buscamos conhecer a relação entre o(a) professor(a) e o(a)s aluno(a)s, as ex-normalistas selecionam em sua memória a imagem dos professores e das professoras que lhes ensinaram Matemática na Escola Normal de Caetité como uma pessoa boa, que goza de prestígio social, competência, rigor e rigidez. Esses atributos configuram a relação professor aluno como positiva e/ou negativa. Segundo as colaboradoras, sempre foi uma relação muito tensa, mesmo para Dona Lili que reconhece que gostava de matemática e o professor a colocava em lugar de destaque, sempre sentada a seu lado.

Marília dá seu depoimento sobre o professor de Matemática em sua narrativa:

---

<sup>103</sup> De tradicional família da cidade de Caetité, filho de Francisco Batista Neves e de D. Suzana Carolina. Seu pai era adversário político de Dr. Deocleciano Teixeira, o qual não mediu esforço para formar 10 dos seus 11 filhos, na capital, e aclamava “não é só Deocleciano que forma filhos” (Wikipédia, a enciclopédia livre). Observamos que não encontramos registros sobre a vida do professo Hyeront e da sua atuação profissional. No arquivo do IEAT, localizamos apenas uma pasta com seu nome e fichas com os horários semanais de Matemática elementar (Álgebra e Aritmética) no curso normal, com datas a partir de 1941. Esse personagem aparece como professor de Matemática Elementar de todas as normalistas que se formaram entre 1941-1961, não sendo possível localizar em que momento ele deixou de desempenhar a função de professor no curso de formação de professores e professoras primárias no IEAT. A última ata das sessões da Congregação que tivemos acesso data de 28 de dezembro de 1961, onde consta o nome do professor Hyeront Batista das Neves, atuando como professor de Matemática no curso para formação de professores primários.

<sup>104</sup> Nomeado em 1929 para o cargo de professor de Ciências Naturais e Matemática respectivamente para o Curso Normal e para o Ensino Fundamental.

<sup>105</sup> Curso preparatório para exames finais e exames de segunda época.

<sup>106</sup> Professora de Inglês da Escola Normal de Caetité.

O professor *Hyeront Batista Neves* era um homem bem fechado [...] Às vezes, chegava “carrancudo”. Não era uma pessoa ruim, mas era muito fechado [...] uma pessoa muito conceituada na cidade, uma pessoa boa, era de Caetité mesmo. Era o professor padrão da época. [...], competente também. Perdi dois anos só matemática, e quando perdia ia para a segunda “época” (MARÍLIA).

Marília se refere ao perfil do professor de matemática como uma pessoa boa e competente, mas muito fechado, rigoroso, sendo descrito, por sua vez, por Rita, Dona Zilda e Dona Lili da mesma forma:

O professor *Hyeront* entrava na sala, se sentava na cadeira e esperava a caderneta, trazida pelo censor, [...]. Professor *Hyeront* era muito bom. Ele tinha o apelido de professor *Hyeront* “o senhor é o bom” (ela canta, repetido várias vezes, como se fosse um refrão de uma música). E quando os alunos começavam a chamá-lo de tio *Hyeront*? E um dia ele ficou bravo, e falou assim: “eu não tenho nenhuma sobrinha aqui nessa turma. Eu só tenho uma sobrinha no quinto ano”. Acho que ele ficou bravo porque a turma não queria aprender (RITA).

Professor *Hyeront*, como professor de matemática, muito rígido, eu não gostava de matemática. Lembro bem do professor de matemática *Doutor Clovis*. *Valdir Lacerda*, filho de seu *Juvenal Lacerda*, que era aluno no primeiro ano fundamental, era colega nosso, brigou com *Doutor Clovis*, que o expulsou da sala (DONA ZILDA).

Em dia de uma prova, de Matemática, se pensássemos em olhar para o lado, o professor *Hyeront* dizia: “Vocês querem tomar pau? Toma!”. Era assim. Mas eu gostava, porque ele sabia muito de matemática (DONA LILI).

Na narrativa de Dona Rica, a figura desse professor é apagada em diversos momentos da sua memória. Em outros ela se nega a pronunciar seu nome, mas o destaca em alguns episódios. Assim, sabemos que está se referindo ao professor *Hyeront*, pois encontramos registradas no livro de ata informações relacionadas ao corpo docente da escola, no período em que Dona Rica foi matriculada no curso Normal.

Lembro-me do meu professor de matemática do primeiro ano, não sei se foi professor *Hyeront*, acho que foi! As provas eram por meio de um exame oral, e quem me perguntou foi professor *Hyeront*. “O que é uma circunferência?”. Eu falei: “circunferência é uma linha curva, fechada, onde os pontos estão... agora me fugiu”. E novamente: “circunferência, curva fechada cujos pontos estão em fuga, cuja mesma distância do centro”. “Pois é... fugiu”, falou o professor *Hyeront*.

Após relatar o caso da falsa posição apresentada anteriormente, Dona Rica, por várias vezes, se recusou a pronunciar o nome do professor. Em alguns momentos, deixa-nos entender que se o identificasse estaria fazendo uma denúncia. A forma como Dona Rica se nega a pronunciar o nome do docente de matemática revela alguns indícios da relação que estabeleceu com ele. Mesmo que negue ter desenvolvido um sentimento de desgosto pelo mestre, ao dizer “não tive raiva dele”, talvez seus princípios, valores não lhe permitam falar de forma que venha a denunciar a conduta do professor, que na época era reconhecido pelo seu prestígio social: “[...] eu não vou falar o nome dele [...] Ele disse “não senhora, vai fazer a prova” [...]. Mandou, obedecia. [...] nunca tive raiva desse professor, de certo tinha as razões dele [...] eu gostava de jogar e não de matemática” (Dona Rica).

De todo modo, depreende-se do conjunto desses excertos que, conforme já estabelecido na bibliografia<sup>107</sup>, a relação das alunas com as disciplinas passa, fundamentalmente, pelas relações afetivas que mantinham com seus professores. Além disso, era o “conjunto da obra” dos mestres que se apresentava ao aprendizado das alunas, e não apenas suas aulas, suas metodologias e os conhecimentos que desejavam transmitir-lhes.

*Professor Hyeront era aquele tipo de professor seco, chegava e saía e a gente não tinha intimidade. E as outras professoras eram professores amigos. Tínhamos, às vezes, uma relação de perguntar, conversar alguma coisa. [...] os professores ensinavam. A única coisa que eu não aprendi foi a matemática. Eu acho que foi porque ele (professor de matemática) não tinha aquele carinho de nos chamar para aprender. [...] E o professor era desses relapsos mesmo. Preguiçoso, só andava com dor de cabeça. Um dia ia, outro dia não ia, mas estava lá, porque ele era o professor. Eu não aprendi nada de álgebra. O que ele explicava não entendíamos (DONA ZAIRA).*

Entretanto, quando falam da professora Dona Idalina Vieira, as ex-normalistas Dona Zaira e Dona Rica se referem à professora de matemática como a do ginásio e dos cursos para exames de admissão e exames finais e de segunda época; Marília e Rita apontam apenas como professora do curso para se submeterem aos exames finais e de segunda época. Elas falam sobre essa professora vendo-a como a professora que sabe matemática e tem uma maneira de ensinar que a diferencia dos professores Hyeront e Dr. Clovis. Com essa professora, relatam que aprendiam matemática.

---

<sup>107</sup> Nesse sentido, Leite e Tassoni (2002), Tassoni (2005) e Leite (2014), entre outros, apontam que as experiências vividas em sala de aula são de natureza afetiva, e a forma como as práticas pedagógicas são conduzidas podem produzir “impactos afetivos positivos ou negativos” nas relações estabelecidas no espaço escolar, os quais, muitas vezes, são marcados pelos movimentos de aproximação ou de afastamento “entre o sujeito e os objetos do conhecimento” (LEITE, 2014, p. 53).

*Talvez tenha professor que transmite melhor. Dona Idalina Vieira tinha uma maneira de ensinar que a gente aprendia logo. No primeiro ano ginásial, no segundo ano ginásial, aprendi a matemática. Até a sexta série eu ainda sei matemática. [...] Dona Idalina explicava e a gente aprendia mesmo. [...] Essa daqui (mostra uma foto). [...] Aqui era cobra em Matemática, sabia mesmo. [...] para os exames a gente recorria a quem soubesse para nos ensinar.*

*Quem dava o curso eram os professores da escola. Tomei muito curso com Dona Idalina. Tinha outra que era irmã dela e também dava curso. Até tia que era autodidata, [...] também ensinava matemática para a gente [...] (DONA ZAIRA).*

*Lembro-me que tive que ir para a segunda época, e tomei curso com dona Idalina, [...] pessoa com quem eu aprendi um pouquinho, ela era maravilhosa para ensinar no curso. Tinha também Silvio Gumes, um professor novo, bonitinho, lindo, paciente. [...] na segunda época ele facilitava, era bem mais aberto (se refere ao professor Hyeront Batista Neves), e conseguíamos passar (MARÍLIA).*

*Dona Idalina foi até nossa professora de Inglês. Muito sabida, muito boa. Chamava a gente até para estudar na casa dela. Muito desprendida. [...]. Nós tomamos um curso para fortificar mais e pedimos a Dona Idalina para explicar esse problema que ninguém sabia. [...] Fazíamos o curso de matemática com dona Idalina para aprender mais. Era um cursinho particular (RITA).*

Do mesmo modo, Dona Rica menciona que Carmem Spinola Teixeira ensinava matemática “muito bem”. Essa professora, de acordo com o Termo de Posse, foi professora primária na escola anexa da Escola Normal, onde Dona Rica estudou: “*Eu me lembro de Dona Carmem Teixeira, irmã de Doutor Anísio, ensinava muito bem, sábado era dia de sabatina de tabuada e eu aprendia tudo*”.

De um modo geral, todas as colaboradoras, a seu modo, falaram do perfil do professor de Matemática, e que a relação com a matemática era muito tensa, não favorecia a aprendizagem. Percebe-se que essa relação, muitas vezes, aparece vinculada ao perfil daquele ou daquela que ensinava matemática. Embora elas não deixem explícito, dão-nos indícios de que tinham consciência da existência da lógica de dominação do masculino (BOURDIEU, 2019) que se traveste dos próprios atributos masculinizantes da disciplina presentes nas narrativas: o professor de Matemática era “carrancudo, fechado, bravo, muito rígido, sabia muita matemática, professor seco, não tinha carinho, relapso, preguiçoso” que não favorecia a aprendizagem. Mas elas o colocam em uma condição de privilégio, como podemos observar quando Marília enfatiza: “era uma pessoa conceituada na cidade, uma pessoa boa, era de Caetité

mesmo. Era o professor padrão da época. [...], era competente”; a maioria afirma que era “um professor bom” ou era “uma pessoa boa”. Dona Zaira afirma que o professor era “preguiçoso, [...] mas como era professor estava lá”, deixando subtendido que se fosse uma mulher ao certo não permaneceria, caso comungasse das mesmas atitudes do referido professor.

Os fragmentos da memória expressam que essas mulheres vincularam a aprendizagem da Matemática ao perfil do professor e da professora. Quando falam do professor e da professora afastam a ideia de que “os homens são naturalmente melhores em Matemática do que as mulheres”. Como foi possível observar, nos trechos mencionados das narrativas, ao relacionar a aprendizagem com a maneira adotada pela professora para ensinar matemática no “curso”, elas afirmam que essa mulher sabia muito matemática, tinha uma maneira diferenciada de ensinar o conteúdo de matemática, como ninguém sabia. Elas afirmam que aprendiam com essa professora, por isso sempre recorriam a ela antes dos exames finais, porque sabia ensinar, era maravilhosa e elas aprendiam. Em suas palavras: “muito sabida, muito boa”, dedicada, desprendida, pois “chamava a gente para estudar na casa dela” (Rita), “permitia questionar nas aulas, tornava a professora mais amiga” (Dona Zaira).

O saber matemático da professora é reconhecido na voz dessas mulheres, e o aprender matemática aparece conectado à figura feminina da professora, que desde o final do século XIX aparece como aquela que organiza e ocupa o espaço da sala, “a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. [...], embasadas em afeto e confiança devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação” (LOURO, 1997, p. 247). Ao enfatizar que o professor Silvio Gumes, que dava curso, “era um professor novo, bonitinho, lindo, paciente”, demonstra uma relação de afeto que reforça a ideia da feminização do magistério como fator preponderante para a aprendizagem.

Outra forma de apreender a imagem construída do professor e da professora é percebendo que essa imagem é elaborada em outros espaços sociais, antecedendo a chegada à escola, ou seja, quando chegavam a esse lugar já gozavam de autoridade no âmbito da sociedade. Nóvoa (1992) destaca que desde os anos 20, do século passado, o professor goza de prestígio social. Assim, a imagem de um “bom professor” era construída pela sociedade, devido à importância do papel social desempenhado, pela competência profissional, e/ou pela conduta moral. As colaboradoras sinalizam que o prestígio social destinado àqueles e aquelas que seguiam a carreira no magistério perpassa todo o período de sua formação.

A lei 1.846 de 14 de agosto de 1925 e o regulamento do Ensino Primário e Normal reforçam essa ideia ao normatizar que para se submeter ao concurso público o professor e/ou a

professora deveriam ser competentes e pessoas que inspirassem respeito na sociedade, sendo a boa conduta moral uma exigência do próprio concurso. Ao verificar o regulamento de ensino primário e normal, que traz a obrigatoriedade e as exigências para aqueles e aquelas que desejassem se submeter ao concurso para professor, constata-se que essa submissão só seria possível mediante a apresentação de documentos pessoais e apresentação de provas de conduta moral, conforme o Art. 181. Paragrapho único:

Os candidatos casados mas separados judicialmente, deverão provar mediante certidão *ad verbum* das respectivas sentenças, que o motivo da separação não lhes é deshonroso. Art. 182 *a*) houver perdido emprego federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judicial; *b*)houver sofrido condenação por crime contra a vida ou a propriedade, a moralidade e bons costumes, ou que estiver sendo processado, como incurso em delicto dessa natureza; *c*)houver perdido cadeira de ensino público por abandono, salvo reabilitação, ou por sentença em processo disciplinar; *d*)exercer ou tiver exercido profissões ilícitas ou consideradas taes pela opinião pública.

Para as ex-normalistas, a relação das meninas e dos meninos com a matemática aparece marcada pela ideia de que os meninos têm mais habilidades com a matemática, consideram como natural a valorização dos meninos na sala de aula, algumas delas se expressam como alunas que não participavam das aulas de matemática, que não tinham habilidades para a matemática. Apontam suas próprias limitações, destacam as habilidades masculinas para a matemática, são cuidadosas ao falarem das práticas dos professores e da forma como elas conduziram as suas práticas nas aulas de matemática, quando atuaram como professoras primárias. Ao mencionarem as aulas de matemática, as dificuldades com os conteúdos, cujo programa é o mesmo para meninos e para meninas, elas falam com naturalidade e reconhecem que não existe uma mediação entre professor e alunos/alunas que favoreça a aprendizagem, não reconhecem o contexto da sala de aula como espaço de desenvolvimento, cujo caráter de produção (LARROSA, 2000) deve estar presente, considerando que o ambiente da sala de aula produz e reproduz relações de gênero.

As nossas colaboradoras deixam entender que a aprendizagem da matemática não apresentava dificuldade para os meninos, que eles não experimentavam as mesmas privações que as meninas. Seja na condição de aluna do curso normal ou de professora primária, esse discurso torna natural e imparcial o processo de aprendizagem da matemática por meninas e por meninos, ou seja, toma como natural que as meninas precisem se esforçar mais, como podemos observar nas narrativas, principalmente na fala de Dona Lili, e que os meninos são naturalmente dados para o saber matemático.

Dona Rica expressa com naturalidade que “*A relação entre os meninos e as meninas na aula de matemática era a mesma coisa em todas as aulas, mas eram só os meninos que aprendiam... tinha uns que davam gosto*”. No entanto, como vimos no caso da falsa posição, parecia-lhe visível como o professor desencorajava as meninas a participarem das aulas de Matemática. Não por acaso, ela confidenciava: “*Aqui para nós, é o tal caso lá, que eu falei da falsa posição dos meninos*”, reforçando a ideia de que as atitudes do professor e da aluna fortaleciam o estereótipo em torno da aprendizagem da matemática e das relações de gênero estabelecidas no cenário da sala de aula.

Marília apresenta uma relação explicitamente mais crítica com as aulas de matemática, não só de dificuldade, mas de aversão, impossibilidade e medo:

*[...] os alunos ficavam sentadinhos um de costas para o outro, na salinha bem arrumadinha. Eu e outras companheiras que não toleravam matemática ficávamos escondidinhas atrás do colega da frente para não sermos chamadas ao quadro, era um terror. Ficava sentadinha, ouvindo perguntas. [...] Quando ele estava nervoso, chamava um mais fraco no quadro e falava: “é por aqui”. Eu me lembro que um dia ele chamou uma colega nossa ao quadro, no segundo ano normal, Iani, e quando ela chegou no quadro não acertou fazer nada; “é um absurdo!”, foi a fala dele, “é um absurdo, nós já estamos no Y e você ainda está no C, quando é que a senhora vai aprender?”. Iani tremia e não falava nada, depois saía fazendo graça com as colegas. Aquele que fosse mais ousado, que tentasse perturbar a aula, era cortado logo, ou saía da sala ou parava; aqueles que entendiam mais o assunto, se quisessem fazer uma perguntinha, faziam e ele respondia. Para nós, não interessava muito, porque não tínhamos base para poder entender as coisas difíceis que ele falava.*

Ela reconhece que a matemática é difícil e ao dizer que “não tinha base” podemos entender que não tinha os conhecimentos prévios para aprender os conteúdos que eram ministrados pelo professor. No entanto, parece-lhe que os meninos sempre os tinham, e que sempre estavam aptos a aprender. Ainda destaca uma relação de conteúdo:

*Os conteúdos eram aquelas coisas básicas, [...], o conteúdo mesmo tinha fração, decimais, sistema métrico, peso, proporção, razão, tudo muito teórico, juro, coisas bem difíceis; entrava tudo no chamado programa, dava o programa com a lista de assuntos.*

Em sua narrativa, Marília destaca que os rapazes da sua turma tinham como prática estudarem Matemática em sua casa.

*Os rapazes da nossa turma moravam muito próximo da nossa casa, eram colegas dos meninos (irmãos de Dona Rica). Às vezes, à tarde, eles iam para estudar um pouco de matemática com os meninos em nossa casa, mas nós estávamos tão atrasadas, tão por fora do que eles estudavam, que não nos interessávamos. Ficávamos em nosso lugar, eu e Laura, uma prima minha [...], porque o que eles estavam estudando sobre matemática estava muito além da gente. Às vezes, eles estudavam juntos, trocavam ideias, se tinha um apontamento interessante eles nos passavam, havia muita união.*

Rita não destaca que os meninos aprendiam mais matemática nas aulas do professor Hyeront. Pelo contrário, ela afirma: “*Sobre os meninos aprenderem mais que as meninas, ele não falava isso não. Não tem esse negócio de homem saber mais matemática que mulher*”. No entanto, ela menciona que na sua turma havia dois meninos, revela que não gostava de matemática, “*como eu não gosto de matemática eu puxo muito*”. E alega que sua colega com quem fez estágio também não gostava de matemática: “*Eu não gostava de matemática, quanto mais ela, pedi que na hora de matemática ela desse aula por mim e eu faria outra coisa que ela quisesse. Lembro-me que era para multiplicar frações ordinárias. Não quero nem saber disso*”.

É importante considerar que Dona Lili se diferencia das demais. Ela foi a única a dizer que gosta de Matemática, que se sentava ao lado do professor, que seguiu a carreira do magistério no início dos anos de 60, do século XX, como professora de matemática da Escola Normal de Vitória da Conquista, após ser escolhida pela diretora para participar curso da CADES<sup>108</sup>, “*foi a diretora que indicou porque eu gostava de matemática e ela percebeu que eu daria conta. Então falei: ‘eu vou!’*. Fiz, passei bem em tudo, porque estudei muito”.

Muito do que percebemos sobre a relação de Dona Lili com a Matemática está pautado na ideia de que a matemática é difícil, que requer estudo, determinação, esforço, que ficava apreensiva no dia das provas, e sobretudo ela não reconhece que é “tão boa” em Matemática quanto os seus colegas; é preciso que o outro lembre-a que ela tem habilidades para a Matemática, sejam ou não habilidades adquiridas pelo esforço, como ela reconhece, ou porque as mulheres, assim como os homens, podem aprender matemática. Dona Lili é a única que não relata ter participado de banca para os exames mensais de matemática, mesmo afirmando que tinha teoremas, demonstrações, que os programas eram difíceis, que os dias de prova não eram

---

<sup>108</sup> Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) criada a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Com ampliação para as diversas localidades do Brasil, principalmente as mais distantes das capitais. O capítulo da Tese de Doutorado de Oliveira (2013), intitulada *Cades na Formação de Professores No Brasil: do que se pode dizer*, apresenta uma compreensão sobre o funcionamento e papel da CADES na formação de professores no Brasil nas décadas de 1950 e 1960.



tranquilos e, da mesma forma como as outras colaboradoras destacam suas limitações nas aulas de matemática, também acredita que aprender matemática era mais fácil para os meninos.

*Os meninos tinham muito mais facilidade. Para nós, era difícil. Quando falavam em matemática, íamos para casa tristes. Falar em prova de matemática era o mesmo que falar “você vão para cadeia” (risos), mas eu sempre me saía melhorzinha, não era ótima. Tirava um 7... era muito difícil tirar 8; tirava mais 6,5. Os meninos sabiam mais matemática do que as meninas, naquele teorema terrível. Aqueles teoremas matava a gente!*

A professora insiste em dizer que o Professor Hyeront não tinha preferência pelos meninos ou pelas meninas. “Não havia diferença. Não destacava ninguém. Eram somente cinco meninos”. Quando diz “somente cinco” de uma turma de 35 ou 40 alunos (como ela afirma), talvez quisesse dizer que eram poucos meninos para o professor destacar, que pelo fato de ter mais meninas eles já se destacavam. Ela menciona que o professor

*Também chamava as outras meninas ao quadro, mas a preferência era por ‘dona Leocina’, é o meu nome, ele chamava Dona Leocina! [...] eu gostava, ele sabia muito de matemática. Então, ele dizia: ‘Dona Maria Leocina, senta aqui na frente!’. Junto dele! Ele me chamava para explicar, mas a maior parte das vezes era ele que enchia o quadro e sei que ali não podia perguntar: “é assim, professor Hyeront?”, Ele respondia: “Já falei!” (risos), “Já expliquei!”! Tinha que se calar”.*

Dona Lili expressava uma visão do professor de matemática como aquele que detém o saber da matemática, e como alguém que também lhe colocava em lugar de destaque durante as aulas, uma vez que se sentava ao lado dele. Assim, a matemática, sempre concebida como uma disciplina muito difícil, de pouco alcance pelas mulheres, era também um lugar onde ela era privilegiada, notada e onde o professor explicava diretamente para ela. Não era, pois, um lugar compartilhado com outros alunos e/ou alunas.

Podemos imaginar que Dona Lili gostava daquele lugar conquistado nas aulas de Matemática, que lhe dava destaque em relação às meninas e os meninos da turma. No entanto, considerando o conjunto das narrativas, as moças deveriam se sentar no fundo da sala como todas elas narram. Imaginar uma moça sentada ao lado do professor de Matemática faz-nos indagar se ela era um modelo para as colegas ou era impedida de compartilhar os seus conhecimentos com as colegas. Essas indagações surgem ao nos reportarmos mais uma vez ao “método da falsa posição” e às meninas recolhidas no fundo da sala, como se se escondessem do professor e/ou estivessem impedidas de ter acesso ao conhecimento matemático.

É evidente na narrativa de Dona Lili que aquele lugar agradava-lhe, mesmo reconhecendo os custos de se manter ao lado do professor de Matemática. Não é sem razão, pois, que ela demonstra felicidade ao se lembrar das aulas de matemática, das demonstrações dos teoremas, embriaga-se com as próprias lembranças.

*Não me lembro de mais nada! Só sei que estudávamos muito. Aqueles teoremas matavam a gente. [...] Era um rigor terrível, colocava lá o enunciado e tínhamos que nos desdobrar. Não era “você entendeu” e fez. Matemática não é isso, é o teorema mesmo, com desenho e tudo. E eu que não era boa em desenho ficava “doida de pedra”! (risos). Fazia os cálculos errados e eram uma coisa séria. Já a parte de escrita menos mal, porque eu sabia.*

*Para não dormir e poder estudar para a prova precisava colocar gelo nos pés, naquele tempo. Naquela Caetitê gelada que era, colocava os pés na água gelada. A gente comia o que não podia, para ficar a noite inteira acordados, perdíamos noites e mais noites para ter um cinco, um cinco e meio, um seis, era um ensino muito rigoroso. Hoje deve estar muito diferente, porque a época também é outra.*

O que percebemos com base nas narrativas é que as professoras destacam que os meninos tinham lugar de realce na sala de aula. Em todas as falas aparece que os homens gozavam de lugar de privilégio na sala de aula, que favorecia a sua aprendizagem. Isto chama a atenção para a presença da questão cultural relacionada ao lugar de meninas e meninos na sala de aula, que não diz respeito apenas às aulas de matemática, mas a todas as áreas do conhecimento.

Marília relata que:

*Os alunos bons geralmente eram os rapazes, eles iam ao quadro. Não me lembro de ter visto colegas meninas irem muitas vezes até o quadro, eram os homens: Hermes, Raimundo Moura que era irmão de Rica, Joaquim que era irmão de Rica, Caio Mafra, Francisco Guanais etc.*

Dona Lili e Dona Rica apresentam essa ideia de que os homens eram os primeiros a ocupar os espaços, extrapolando o espaço da sala de aula. Dona Rica destaca: “*Tinha o portão; quando batia o sino, os rapazes vinham primeiro e iam para um lado e as moças iam para o outro. Os meninos entravam primeiro na sala e se sentavam todos à frente e as meninas no fundo, para não os distrair*”.

Marília, Dona Lili e Dona Rica foram aprendendo, na escola e fora dela, a não se reconhecerem como sujeito de direito da aprendizagem da matemática. Com base em seus

relatos, constatamos que as meninas se autorreconhecem como carentes de raciocínio para aprender matemática, e os meninos, na perspectiva das colaboradoras, pelo contrário, por natureza, já nascem com habilidades para o raciocínio lógico-matemático. Observamos nas narrativas que em nenhum momento a capacidade intelectual dos meninos é questionada.

As lembranças que essas mulheres guardam das alunas de matemática não estão relacionadas apenas ao lugar ocupado na sala de aula, ou ao conteúdo considerado difícil, muitas vezes associado à figura do professor, mas, também, aos aspectos relacionados às práticas dos seus professores e das professoras e às suas próprias práticas enquanto professoras/es primárias/os que ensinaram matemática.

Dona Zaira pouco fala da experiência no magistério, não menciona ensinava matemática para seus alunos: “*Ensinei multisseriado. Tinha os alunos mais adiantados. Um aluno mais novo se sentava no colo da mais velha, para escrever. Quando acabava de escrever se sentava em outro lugar; aprendia escrever do mesmo jeito da cartilha*”. Dona Zaira relata que foi professora do primário e que deu algumas aulas de português para o Ginásio.

Marília, parecendo lembrar sua própria experiência, enfatiza: “*tínhamos uma escola básica com professores bons, mas a matemática era dada do mesmo jeito, um pouquinho melhor no primário, porque o professor primário atende mais o aluno, ele repete o assunto, ele se junta ao aluno, dá uma explicaçãozinha a mais*”.

Marília descreve uma relação tensa com o professor que trabalha com aulas expositivas no quadro, que não abre espaço para tirar dúvidas, que ignora as dificuldades dos alunos, mas reconhece que era o padrão da época, ou seja, mais uma vez, naturaliza as práticas da escola. Ainda que tenha declarado que “*a matemática foi um terror*” para elas, afirma que, mesmo assim, precisava ensinar, considerando as necessidades das crianças.

*Ensinava tabuada, ensinava a contar, ensinava a fazer as primeiras operações, também levava livro para estudar, e aprender a ensinar. Eu recebi menino de primeira série, menino de segunda, menino de quarta e menino de quinta, em uma sala multisseriada; e a quem pedia orientação? Recorria aos livros, marcava os assuntos e “morria” de estudar, depois dava aula expositiva também.*

Marília rememora sua experiência e reconhece que poderia ser diferente se tivesse conhecimento de outros métodos de ensino, mas considera que era o que havia aprendido, “*onde é que fossem os trabalhinhos em grupos, minhas coisinhas para ensinar, tinha sido rica a experiência*” (sobre o período que começa a lecionar em Cana Brava das Caldeiras).

Ela se lembra que a prima sabia matemática, e que ensinavam na mesma localidade, e que usava de estratégias para não ministrar aulas de matemática. Admite que o fiscal de ensino nunca soube:

*Eu me lembro que eu e Zu éramos muito controladas; Zu era ‘taca’ em matemática, de dom, estudou na mesma escola que eu, muito boa em matemática, mas ela não apreciava muito história, talvez não gostasse, e o que nós duas combinávamos: ‘quando chegar na hora da aula de história, tu manda teus meninos para minha sala’. Nos dias que havia aula de História e Matemática eu a mandava levar seus alunos, na hora do recreio, para mim, e os meus ficavam com ela. Então eu dava aula de História e ela de Matemática, trocávamos sempre.*

Marília lamenta que não tinha as experiências, que ganhou com o tempo, insiste em dizer que as aulas eram expositivas, e enfatiza “*como tinha sido rica a experiência, naquele lugarzinho sossegado, onde menino prestava atenção*”.

Dona Rica ressalta que ensinou tabuada, mas se orgulha em dizer que ensinava matemática com alegria:

*Já as minhas aulas de Matemática... Era uma alegria quando eu acompanhava o recreio. Não deixava ninguém. Falava: “Vamos pular corda”. Ou então, eu avisava: “amanhã nós vamos ver quem sabe a tabuada para pular corda ou as capitais do Brasil”. Faziam a fila, todos pequenininhos, doidos para pular. Quem não soubesse ficava sentadinho. No outro dia, estava na ponta da língua.*

*Minhas aulas de Matemática eram na base do pular corda. Olha a foto aí. Quando entrava eu perguntava: “2 mais 2 ou 3 mais 3, é tanto”. “Amazonas, qual a capital? É Teresina. Não sabe, senta ali, amanhã você vai saber”. No outro dia estava na ponta da língua (mostra fotografia pulando corda com os alunos, conforme a Figura 31, adiante) [...]. Eu só perguntava: “5x8”, o aluno tinha que dizer 40, “noves fora, 4”.*

A Figura 29, a seguir, ilustra um desses momentos descritos por Dona Rica, em que procurava tornar a aula de matemática divertida.

Figura 29 - Foto de uma aula de tabuada descrita por Dona Rica – nos anos de 1940



Fonte: Arquivo de Dona Rica.

Ainda que a foto retrate uma atividade que não parece ocorrer no interior da escola, a imagem chama a atenção para a aparente descontração das participantes, todas mulheres, aparentemente numa aula de matemática no início dos anos de 1950. Essa figura permite-nos relacionar a prática de aulas ao ar livre, descrita por Dona Rica, com os documentos sobre os princípios da Escola Nova, abordados no capítulo 3, que repercutiram nas suas práticas anos depois.

Já nas narrativas de Dona Lili aparece a precariedade das escolas primárias da zona rural, lugar onde todas as nossas colaboradoras viveram suas primeiras experiências como professoras. Segundo ela:

*[...] não tinha sala nenhuma para ensinarmos, arranjaram uma sala e os meninos carregavam as cadeiras, todos, na cabeça, levavam e traziam. Foi um tempo muito duro que eu peguei, mas não tive arrependimento e não quero repetir. Se fosse para repetir eu não queria, mas lhe garanto que deixou muita lembrança, muita recordação boa.*

Os depoimentos de Dona Lili também são direcionados para as aulas que ministrava na escola primária na zona rural:

*Eu dava aula! Primeiro ensinava a fazer conta, eram as quatro operações. Somar, subtrair, multiplicar e dividir. Quando o aluno sabia direitinho, tomava a tabuada, não deixava sem a tabuada. Tomava a leitura, em qualquer série, obrigatoriamente, diariamente, assim como a tabuada.*

*Aluno era obediente, fazia o que falávamos. Se levantavam numa tremedeira, pois nunca tinha professor estadual. E fazia pena, então eu dizia: “meu filho, não precisa tremer tanto, não treme, aqui não tem bicho nem nada, vamos ver aqui”! Era alfabetização, ninguém sabia ler nem escrever.*

*Fiquei um ano nesse lugar. Quando eu fui para Guipará já tinha uma professora, antiga, cansada de viver.*

*Como eu sempre fui muito exigente com procedimento, com tudo, era aquele silêncio na aula; até hoje eu tenho uma varinha, não era para bater em menino, eu apontava no quadro-negro, que hoje é quadro de giz, mas no meu tempo era quadro negro.*

Vale ressaltar que a pedra de ardósia é ampliada e se torna o recurso didático ao “quadro negro” mais explorado pelo professor. As colaboradoras destacam que nas aulas de Matemática a exposição dos mais diversos conteúdos de Álgebra, Aritmética, Geometria, desde as mais “difíceis” demonstrações de teoremas ao ensino das mais simples operações, era no “quadro negro”, que aparece como a representação do desconforto sentido pelas ex-normalistas quanto à possibilidade de serem, a qualquer momento da aula, convocadas pelo professor para resolverem um problema de matemática.

A frente do *quadro negro*, lugar de desconforto e de sofrimento para as meninas e de destaque para os meninos, em seus tempos de estudantes, passou a se constituir, mais tarde, como lugar de exercício profissional e de afirmação social. Neste árduo processo, marcado por conquistas e fracassos, dores e alegrias, meninas se constituíram em mulheres, e alunas se transformaram em professoras. Certamente estes foram caminhos marcados por muitos outros encontros e desencontros, por muitos outros misteres e mistérios que não nos foi possível contar aqui. Mas é preciso, ao menos, supô-los nesta arte e neste ofício que é o de narrar, de se lembrar e de se esquecer que compõem as tramas, as trilhas e os dramas da memória e da história.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ainda hoje, quando sei que há uma história por contar, não me sinto preparada. Mas, não é possível mais adiar [...].  
A verdade, nua e crua, é que hoje a água se espalhou e a massa corre o risco de desandar. É preciso, pois, estancar a corredeira do tempo e sustentar o fluxo da memória (FARIA FILHO, 2021).*

Ao longo do processo da escrita desta Tese, muitas foram as interrupções que, suscitadas pelos mais diversos motivos, me conduziram por caminhos bifurcados. Não sei ao certo o que foi mais difícil fazer: seguir ou desistir, mas movimentar era inevitável. Às vezes, para seguir em frente foi preciso recuar. Tentei adiar, pensei em desistir, mas muito do que nos acontece “*não é possível mais adiar*”, desistir não é uma opção, considerando que mesmo não me sentindo preparada para contar a história, é preciso contá-la de alguma forma. A nós compete apenas definir que história contar. Daquele ou daquela que adiou ou desistiu e não teve a oportunidade de retomar, ou daquele e daquela que, mesmo se sentindo só, triste, angustiado(a), às vezes incapaz, mas que decidiu trilhar os caminhos, retornando e recomeçando, mas no “final” contou e deixou história para ser contada, recontada, não uma história de desistência, ou daqueles que não conseguiram retornar, mas uma história de resistência.

Esse dilema foi vivido por mim no processo de tessitura da história que narro nesta tese. Muitas foram as indas e vindas, os avanços e recuos. Não foi um momento tranquilo, mas o caminho foi percorrido e a história foi contada. Tenho plena consciência de que não agradarei a todos, talvez pudesse contar mais, ser mais detalhista, mais perspicaz, mas não foi possível nesse momento, também não saberei dizer se teria sido diferente, se as circunstâncias fossem díspares. Enfim, somos o reflexo das nossas experiências e são elas que direcionam a forma, o estilo que damos para as histórias que nos propusermos a contar, e para as outras que desejamos narrar, a partir dessa e de outras experiências educacionais que nos dispormos a ouvir.

Confesso aos leitores que a escrita das considerações finais foi o momento mais adiado. Concluir um trabalho significa deixar “coisas para trás”, é dar destaque para uns ou outros achados, que podem não ser a melhor opção. Talvez nunca saibamos, uma vez que somos alimentados pela insegurança, pela certeza de que tudo é provisório, inacabado. Nada é fixo. Entendo que essas ideias sejam comuns para muitos pesquisadores, no momento em que seus trabalhos acadêmicos precisam ser “finalizados”, para atender as formalidades acadêmicas.

Com certeza, esses sentimentos de insegurança, de incerteza, de medo do que acontecerá no “dia seguinte” nunca acarretaram tantas atribulações psíquicas ao ser humano como nos últimos meses. Estamos falando de danos causados pela Pandemia da Covid-19, que tem tirado

milhões de vidas por todo o mundo, causando danos das mais diversas naturezas à humanidade. É preciso abrir um parêntese para registrar que as estatísticas mostram que só no Brasil mais de 320.000 vidas foram perdidas no decorrer de um ano (março de 2020 a março de 2021). No momento em que escrevo estas considerações, já faz um ano que nos encontramos em constante isolamento social, adaptando-nos às novas formas de vida, sem contato físico com aqueles que mais amamos: pais, irmãos, filhos, avós, sem podermos nos deslocar geograficamente. Fomos limitados fisicamente por um ser invisível que nos impossibilita de dar carinho, através de um abraço apertado, pelo beijo, por um simples aperto de mão, ou através de um sorriso que ficou escondido pelo uso da máscara. Nos privar de um simples toque revelou-se uma forma de proteção à vida.

Estamos em meio a uma crise existencial, marcada por mortes decorrentes do Novo Coronavírus, que ficará registrada na história da humanidade. Todos, sem exceção, homens e mulheres, sejam idosos/idosas, jovens ou crianças exibiram, de alguma forma, as marcas deixadas pela Pandemia, sejam de ordem física e/ou psíquica, direta ou indiretamente vinculadas à contaminação.

Na ocasião da escrita do último capítulo, as preocupações, as angústias e a insegurança tornaram os dias mais tensos, o medo nos consumia. Afinal, a ideia de números em relação à pandemia tinha outra conotação, pois os rostos eram familiares: de amigos, de parentes, de vizinhos. Não que os rostos desconhecidos não tenham nos causado dores, mas queremos apenas sinalizar que os sentimentos se intensificaram a cada dia do ano de 2020, e adentramos 2021 com mais sofrimento. Cada dia vivido foi e continua sendo marcado por perdas, incertezas, medo – palavras que mais ouvimos e pronunciamos. As palavras reinvenção e esperança são proclamadas por nós na tentativa de aliviar as angústias interiores, mesmo aquelas vividas pelos que negam e buscam por ideias “malucas” para justificarem o vírus.

Chegamos em 2021 com a esperança de dias melhores, mas nos três primeiros meses os noticiários indicavam que os dias seriam sombrios, tristes, marcados pela segunda onda do vírus, novas cepas de vírus, processo de vacinação lento, falta de medicação, fome, desemprego, conflitos políticos nos três poderes, enfim, a incerteza permanece, alimentada por interrogações. Até quando suportaremos? A vacina vai resolver, considerando que o vírus sofre mutações? Quantos ainda morrerão? Muitas são as interrogações! Falta-nos o ar!

No cenário que estamos vivendo não podemos deixar de considerar que a luta contra a Covid-19 é travada de forma diferente por homens e mulheres, dos mais diversos grupos sociais.



Estudos<sup>109</sup> indicam que as mulheres representam a maioria na força de trabalho em serviços sociais, na saúde, na educação, no trabalho doméstico, dentre muitos outros, por todo o mundo.

O direito à proteção e o de ocupar lugares de tomada de decisões não são assegurados igualmente a homens e mulheres e, muito menos, a todas as mulheres – somente a um número reduzido delas. No entanto, é possível chamar atenção ao fato de que, embora o número de mulheres seja reduzido nas posições de tomada de decisão quanto às medidas de controle da pandemia, em outros espaços sociais elas se destacam. No cenário da pandemia, as pesquisas lideradas e realizadas por mulheres têm ganhado destaque no combate à Covid-19. Outro ponto que tem merecido destaque nos estudos e nos noticiários é que os países que vêm apresentando resultados satisfatórios contra a pandemia são aqueles governados por mulheres, onde muitas vidas foram salvas e pessoas poupadas de tanto sofrimento físico e psíquico.

É importante considerar que mulheres e homens sofrem pressão das mais diversas ordens todos os dias, sejam econômicas, psíquicas, emocionais, que ocasionam tensões e conflitos familiares. Faz-se necessário ponderar que as experiências e necessidades físicas, culturais, de segurança e sanitária são diferentes para homens e mulheres. Diferenças que se acentuaram com a pandemia, mostrando que as questões de gênero são centrais nos espaços de disputa. Mulheres são silenciadas, são violentadas, física e psiquicamente.

A busca pela sobrevivência da família, não apenas no sentido das proteções relacionadas ao vírus, mas pelo direito a ter alimento sobre a mesa, o direito à educação (que não tem chegado a todos e a todas) para seus filhos, tem tornado visível a necessidade da mulher assumir múltiplas jornadas de trabalho, o mesmo não é percebido no universo masculino.

Não quero afirmar que os homens não são afetados pelo desemprego, por não terem recursos para assegurar o sustento das famílias. Quero sinalizar que o lugar do masculino e o do feminino são atravessados por relações hierárquicas de poder, mesmo as pesquisas indicando as conquistas femininas ao longo da história. Ao homem compete o lugar de dominação, mesmo estando em condições de vulnerabilidade, fragilidade, talvez esse lugar nem seja real, mesmo ilusoriamente, ele é dado ao homem. Digo ilusoriamente porque acredito que muitas mulheres encontraram e encontram mecanismos de luta, para que possam lidar com os vários problemas que surgem nos mais diversos contextos socioculturais.

---

<sup>109</sup> Dentre os trabalhos que vêm sendo publicados, sugerimos para leitura: *Um olhar para gênero*, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), pois sinaliza as desigualdades de gênero e a condição de vida das mulheres em tempos de pandemia. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/covid19\\_olhar\\_genero.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/covid19_olhar_genero.pdf)

A figura masculina, que antes estava sempre presente, compartilhando dos trabalhos destinados ao cuidado da família, do lar, parece que, diante dos percalços impostos pela pandemia, se perde em meio às suas emoções. Já a figura feminina assume os diversos lugares destinados ao cuidado. Tenho vivido dias exaustivos, para dar conta das demandas que vieram com a Pandemia. Por mais que eu tenha vivido em condição de desigualdade em relação ao masculino, não me vejo nesse lugar de submissão, mesmo ao desempenhar os diversos papéis que surgiram no contexto do isolamento social. Essa realidade permite-nos afirmar que as questões postas pela Pandemia provocaram um cenário de desequilíbrio na rotina familiar que vem ocasionando mudanças de posturas em homens e mulheres.

Na condição de doutoranda, entendo que essas mudanças fizeram-se necessárias, não apenas mudanças na condição de trabalho, mas na forma de olhar o lugar que a mulher ocupa no cenário social. Talvez exista um novo prisma que direcione o olhar de homens e mulheres para um ângulo diferente do que estamos acostumados a ver, e possibilite conceber uma ideia de que a mulher não é frágil. A sociedade impõe-lhe, de forma desigual, situações limitadoras e exige uma produção igual e/ou superior à do homem. Versa-se sobre um campo de relações de poder que são instituídas socialmente, mas por meio das relações de gênero é possível compreender como essas relações socioculturais instituem lugares para homens e mulheres.

Retomando a minha viagem no processo da pesquisa, sinalizo que não atuei sozinha. No caminho, encontrei-me com diversas pessoas, que me levaram para passear por lugares nunca imaginados. Visitei arquivos, onde tive o prazer de tocar, ler diversos documentos; ver fotografias; admirar objetos pessoais (cristaleiras, moveis, baú, escudo da escola, álbuns de fotografia, o caderno guardado pela filha – cujas lembranças da mãe foram construídas por meio das histórias contadas pelas tias –, dentre muitos outros objetos, documentos que menciono ao longo da tese). Também ouvi histórias, casos.

Não poderia deixar de mencionar minha trajetória pessoal, como professora de matemática que se desloca da sua área de formação e atuação, marcada por cálculos, números, equações, demonstrações, para a área de História da Educação, onde os conceitos se relativizam, onde a escrita se configura como uma forma segura para o registro dos fatos. Onde outras leituras constituíram-se exigências essenciais e exigiram um tempo para apropriação de novos conceitos, novas teorias. Este deslocamento, que aconteceu no campo da epistemologia, deixou marcas na trajetória da pesquisadora.

Em minha trajetória de pesquisadora, atuando no campo da História da Educação, senti e provoquei emoções de diferentes ordens. Controlá-las não foi possível, senti-las, vivê-las intensamente foi preciso. Afinal sou Mulher, não no sentido do que nos diferencia dos homens,

pelos aspectos físicos e/ou biológicos, mas pelos aspectos sociais, históricos e políticos, que culturalmente nos são impostos ao longo da vida.

Meus pensamentos foram arrebatados pela consciência de que uma história, ou melhor, várias histórias precisavam ser contadas. Dentre elas, não teria como negar a minha, constituída por lembranças, às vezes classificadas como mais íntimas, ou irrelevantes para a minha formação, mas que foram selecionadas pela memória, em um processo de troca, em que pesquisadora e colaboradoras estabeleceram uma viagem prazerosa, por vezes nostálgica, refletindo sobre as experiências vividas/lembradas, às quais procurei dar visibilidade no processo da escrita da tese.

As mais íntimas lembranças guardadas na memória, que jamais saberemos se havia o desejo de narrar, por se tornarem latentes, surgem quase naturalmente nas narrativas. A exemplo das lembranças sobre as experiências da infância, marcadas de significados, tais como: da menina que vendia limão, da que viajava a cavalo, de carro-de-boi, na boleia do caminhão, ou daquela que regava o jardim da escola normal, não se esquecendo do “regadorzinho” e do canteiro de “verbena” – essa flor significa “sagrado”, “mistério” e “encantamento”. Assim como a simbologia da flor, foram os arquivos e as normalistas um misto de sagrado, mistério e encantamentos.

Ao pesquisar acerca das relações de gênero na formação matemática e na atuação de professoras primárias em Caetité, no interior da Bahia (1926-1956), um dos aspectos que priorizamos para registro foi a formação da professora primária, no cenário educacional do sertão da Bahia.

Enfatizamos o respeito ao deslocamento das meninas em tenra idade, entre seus familiares, do interior da cidade, para uma profissão que se instituiu como lugar de emancipação dessas mulheres. Essas mulheres saíram da zona rural e se formaram nos espaços sociais da cidade, em um período que as limitações morais, os preceitos da educação patriarcal da época, eram determinantes na educação das moças, mediante o acesso à instrução escolar, e competia a essas mulheres disseminar conhecimentos para as regiões mais distantes no sertão baiano.

As várias maneiras de deslocamento destacadas nas falas das colaboradoras e suscitadas nos documentos tornam evidente que não existe linearidade no processo de formação da professora. Destaca-se, portanto, que as experiências dessas mulheres, como protagonistas de suas histórias, evidenciadas por meio da produção e análise das narrativas de suas lembranças da família, da escola, da carreira, das diversas formas de deslocamentos (vários geográficos, simbólicos, geracionais, escolares etc.), possibilitam construir novos caminhos para contar

histórias de formação das mulheres que atuaram como professoras ensinando matemática no primário e no curso normal.

Foi no ir e vir, pelas ruas da cidade de Caetité, que essas mulheres encontraram as possibilidades para aquisição do conhecimento, envolvido em relações de poder estabelecidas no cenário da cidade, como “lugar de transformação” dos espaços e dos sujeitos que nela se deslocam. Assim, essas mulheres e muitas outras, cada uma a seu modo, narraram as experiências vividas nos mais diversos espaços sociais.

Vale ressaltar a importância da caminhada através da história da construção do pensamento feminino, no que diz respeito à formação e atuação das professoras primárias, que se colocaram no espaço público como professoras competentes e exigentes, sem descuidar da mulher, da filha, da amiga, da irmã, da mãe, que não são atribuições simples. As narrativas também evidenciaram que essa caminhada, resultante das experiências femininas referentes ao processo de formação da mulher, da professora que ensina matemática e outras áreas do conhecimento, não ocorreu de forma harmoniosa. Meninas, moças, mulheres enfrentaram e tiveram que administrar um universo intenso de discriminações de gênero e de relações de poder, que em geral se efetivavam de forma sutil.

Mesmo que este estudo revele uma história de busca de um passado marcado por ações pedagógicas centradas nos ideais da Escola Nova, que aproximam a formação da normalista em Caetité do cenário nacional, vale a pena lembrar que para as ex-normalistas, não só as que habitaram as escolas do sertão da Bahia, esse passado aparece marcado por lutas e obstáculos de enfrentamento sobre a formação da professora primária e as relações de gênero que se instituíram no cenário da Escola Normal de Caetité, na primeira metade do século XX. Alude-se, assim, a uma estrutura social e cultural assentada em uma sociedade marcada pelo pensamento androcêntrico, que se perpetua até os dias atuais como obstáculo no movimento da vida das mulheres. Mesmo que as lutas feministas, travadas ao longo da história, sinalizem avanços, ainda é evidente que relações de gênero e as relações de poder se fazem presentes. É ilusório pensar que essas relações são tranquilas, nos mais diversos espaços sociais, ainda assim mulheres alcançam lugares de destaque e vivem em lugares antes restritos ao sexo masculino.

Gostaria de destacar que, embora esta pesquisa tenha sido realizada com o propósito de dar visibilidade para as relações de gênero que atravessaram o processo da formação matemática das professoras primárias que desempenharam um papel fundamental na expansão do ensino público do Sertão da Bahia, as relações socioculturais que perpassam o processo ensino/aprendizagem, os significados que estabeleceram sobre a formação matemática, ao longo da vida, revelaram-se importantes para a história da formação das professoras, e também

ganharam destaque nas narrativas das experiências dessas mulheres, que representam a participação do feminino não apenas no cenário educacional, mas no contexto social, cultural, econômico. Desse modo, as histórias e trajetórias de vida de muitas Dona Rica, Dona Zilda, Dona Lili, Marília, Rita e Dona Zaira são visibilizadas pela historiografia.

A abrangência das narrativas possibilitou a investigação sobre o processo da formação da professora primária, pela dimensão pessoal e social, permitindo apreender sentimentos, representações e confirmar as evidências de invisibilidade do papel da professora primária no desempenho de suas atividades profissionais que se sobressaem nas relações de gênero ao longo da vida. Entretanto, não desejamos, e mesmo que desejássemos seria impossível, esgotar o tema, considerando que as análises dos documentos, das narrativas e a fundamentação teórica puxam para várias dimensões do viver. Indicam possibilidades de novas investigações, novas reflexões que venham a enriquecer a História da Educação e a História da Educação Matemática.

Assim, a partir das fontes consultadas e das contribuições das colaboradoras tornou-se possível trazer para o centro da pesquisa histórias de vida, parte delas vividas na cidade de Caetitê, que se configura como lugar de encontro e desencontro, de relações sociais, lugar de troca de ideias para as jovens mulheres e jovens rapazes, sejam nas itinerâncias pelas ruas da cidade, no contexto da Escola, e até mesmo no Colégio das Freiras. Nesse colégio, as moças das mais diversas regiões se encontravam, dividiam os mesmos espaços, inevitavelmente trocavam experiências diversas, as quais, muitas vezes, ficam fora do alcance do pesquisador. Evidenciamos que o cenário/cena da nossa pesquisa abriga histórias diversas, que precisam ser contadas, recontadas e registradas.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou o contato com diversos documentos, ainda que fragmentados, e com as narrativas de ex-normalistas que nos permitem sinalizar o necessário investimento em pesquisas sobre as experiências educacionais vivenciadas pelos sujeitos sociais no sertão da Bahia, seja pela via da história oral, da autobiografia, da análise documental, para que histórias como as de nossas colaboradoras não sejam invisibilizadas ou negadas.

Para que as histórias possam vir à luz, asseveramos que outras questões merecem aprofundamento em pesquisas posteriores. As primeiras questões que vislumbramos são: a necessidade de um levantamento de fontes para elaboração de uma história da educação e uma história da educação matemática em Caetitê; o desenvolvimento de políticas e sustentação de

projetos<sup>110</sup> de preservação da memória da história da educação de Caetité, em especial da Escola Normal, considerando que os documentos têm se perdido ao longo do tempo. As pessoas que contribuíram direta/indiretamente para a história do curso normal em Caetité estão fechando o ciclo da vida, o que significa que junto com elas/eles experiências, que não estão registradas em nenhum lugar, deixarão de existir, daí a importância do registro de narrativas de histórias de vidas, o que só será possível mediante o mapeamento dos/das ex-normalistas e a escuta sensível desses idosos. Nesse sentido, é preciso desenvolver pesquisas que tenham como foco a preservação da memória, para que os documentos localizados nos arquivos não sejam as únicas fontes, mas que outras sejam produzidas através da escuta de pessoas que circularam pelo cenário/cena da educação do sertão da Bahia, a fim de que suas histórias não se percam.

Nessa mesma perspectiva, outra questão que merece ser aprofundada diz respeito aos deslocamentos, vários geográficos, simbólicos, geracionais, escolares de homens/mulheres que marcam o processo de institucionalização dos espaços de educação, seja da Escola Normal ou da própria UNEB, com política de *multicampus*, onde alunos, alunas, professores e professoras se deslocam, das mais diversas formas, e se relacionam com diversos contextos socioculturais, trazendo, assim, importantes contribuições para a compreensão da construção histórica da educação.

Destacamos que os documentos da Escola Normal de Caetité são fontes que precisam ser cuidadosamente analisadas, muitos documentos já se perderam, e poucos trabalhos de pesquisa foram realizados com essas fontes, principalmente no que diz respeito às relações de gênero, considerando que não encontramos pesquisas concluídas com destaque para essas relações, no contexto da História da Educação Matemática.

Portanto, procuramos, a partir da ideia de uma escuta sensível, compreender o processo da formação matemática da professora primária e das relações de gênero estabelecidas entre o ensino e a aprendizagem da matemática, no espaço-tempo histórico apresentado, que assegurou a carreira feminina no magistério com base em uma escolarização de qualidade e dando destaque para a educação feminina. Essa formação extrapolava o acesso à instituição de ensino e às atividades curriculares, voltadas para um ensino sistematizado seja da matemática ou de

---

<sup>110</sup> No início de 2020, a pesquisadora Lucia Porto Nogueira deu início ao projeto de Extensão “Arquivo-Escola: preservação documental e patrimonial”, cujo objetivo é preservar acervos escolares e promover atividade que destaquem a importância da preservação do documental histórico e do seu manuseio adequado, dentre as atividades está prevista a estimulação de prática de doação dos documentos localizados nas escolas para o ACPM, com o propósito de preservação e disponibilização para a pesquisa; visa também à criação de um acervo de fontes orais através dos depoimentos das pessoas da comunidade e profissionais que atuam em instituições de guarda e preservação de documentos, a fim de preservar a memória escolar.

outras áreas do conhecimento. O acesso e a participação em eventos socioculturais, em conjunto, possibilitaram e possibilitam que mulheres sejam protagonistas da sua história.

Logo, adotando a narrativa dessa história, compete a nós, pesquisadora e pesquisador envolvidos com a formação de professores e professoras, fazer com que seja clara essa história, permitindo que as realizações femininas tenham um lugar, para que se tornem visíveis aos que se interessarem por essa temática. Esperamos, dessa forma, que se perceba que o processo de formação da professora primária não foi e não é tranquilo, e que sejam elaboradas novas percepções para os cenários de desigualdade, invisibilidade, silenciamento e assimetrias diversas presente nas relações de toda ordem travadas por pessoas. Portanto, destacamos as experiências, os deslocamentos, com foco nas discussões sobre as relações de gênero e poder que se estabeleceram na escola normal de Caetité, nas aulas de matemática ou não, no intuito de que mulheres sejam retiradas da invisibilidade e suas vozes sejam ouvidas.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena, Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Memórias da rural: Narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950 – 1960)*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: Uma Paixão Pelo Possível*. São Paulo. Editora Unesp, 1998. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/up000028.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

ALMEIDA, Jane Soares de. Os desafios da escola co-educativa nos tempos republicano. 1870/1930). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4. 2006, *Anais...* Goiânia, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 2010.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Basanezi. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BAHIA. Decreto n. 4.218, de 30 de dezembro de 1925. Aprova Regulamento no Ensino Primário e Normal. Diário Oficial do Estado da Bahia, 31 de dezembro de 1925. In. *A construção da escola primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reformas e regulamento, 1890-1930/ Elizabete Conceição Santana [et al.], organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2011. p. 2251-2292.*

BAHIA. *Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

BAHIA. Decreto-Lei, Nº 12.691, DE 5 DE MARÇO DE 1943. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTANA, Elizabete Conceição; BARRETO, Neilton. *Legislação da educação na Bahia 1920-1980*. Salvador: EDUNEB, 2009.

BARROS, Maria Lêda R. de; ALMEIDA, Stela Borges de. Escola Normal De Feira De Santana: Fonte Para O Estudo Da História Da Educação Feira De Santana. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n 24, p. 9 -30, Jan./Jun de 2001. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/24/escola\\_normal\\_de\\_feira\\_de\\_santana.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/24/escola_normal_de_feira_de_santana.pdf). Acesso em: 7 nov. 2020.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.



BESSE, Susan K. Redefinição do Trabalho das Mulheres In: BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940*. São Paulo: Adusp, 1999. Cap. 6. p. 143-181.

BIOGRAFIA de José Alfredo Silva. Disponível em: [https://academiacaetiteense.fandom.com/pt-br/wiki/Alfredo\\_Jos%C3%A9](https://academiacaetiteense.fandom.com/pt-br/wiki/Alfredo_Jos%C3%A9). Acesso em: 20 dez. 2020.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Editora: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre (1979). Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*; tradução Maria Helena Kuhner. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19. jan/fev/mar. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2002.

BUENO, Belmira; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia (Orgs.). *A vida e o ofício dos professores*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidências históricas*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CALVINO, Ítalo. *Palomar*. 2001. Disponível em: <https://doc-0o-60-docs.googleusercontent.com/docs/securesc/hu3r08tkeh2r7at5efouk6rgeghsbrlr/8q3b64o9vs7kmi3h27n476u1jkrnpp6/1612183275000/18427816463153078781/01677571014088236498/0BzAUWkbiOmtQUzN0ZfV4MXJhOWc?authuser=0&nonce=mimttqig4qaqu&user=01677571014088236498&hash=c4aomeqnp4kt1dvsm2lrhjj3io3hcl1n>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad.: Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARNEIRO, Giane Araújo Pimentel. *De pennas vacillantes em mãos infantis à produção do jornal O Bem-ti-vi: culturas do escrito e crianças de elites em Caeté, BA (1899-1914)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CATANI, Afrânio (Orgs.) *Escritos de Educação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 73-79.

CATANI, Denice Barbara Catani. Estudo de História da Profissão docente. In: *500 anos de Educação no Brasil*, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia Pereira de; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: *Docência, memória e gênero*. 4. ed [S.l: s.n.], p. 110, 2003.

CATANI, Denise Barbara; BUENO, Belmira Oliveira.; SOUSA, Cynthia. “O amor dos começos”: por uma história das relações com a escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 111, p. 151-171, dez. 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*, Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAMON, Magda Lucia. *Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. 1996. Tese de Doutorado. FaE/UFMG. Belo Horizonte-MG. 1996. Orientador: Glaura Vasques de Miranda.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revistas das revistas: Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, n. 11(5), 1991.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena, Afinal, o Que Pensam as Mulheres. In.: *Curso: As pensadoras*. 2019. Disponível em: [https://app.casadosaber.com.br/mulheres\\_marilena/class/q6nrWydD](https://app.casadosaber.com.br/mulheres_marilena/class/q6nrWydD). Acesso em: 13 abr. 2020.

COMAROF, Jean; COMAROF, John. Etnografia e imaginação histórica. *Proa-Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 2, p. 01-72, 2016. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2360/1762>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. Mestras e mestres para o sertão: Criação e funcionamento da escola Normal de Feira de Santana, 43-65. In: SOUZA, Ione Celeste Jesus de.; CRUZ, Antonio Roberto Seixas da (Orgs). *Escola Normais da Bahia: olhares e abordagens*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, Oct. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 abr. 2017.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: Profissão Feminina, Carreira Masculina. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 86, p. 5-14. Ano 1993.

DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, Mulheres, Matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (doutorado em História social) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2002.

DICK, Sara Martha. *Processo Histórico de Feminização do Magistério Baiano*, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>.

ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanistas FFCLH?USO: Fapesp/ Educ, 2003.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Séc. XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p.135 -150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Eunice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em minas gerais (1860-1910) política, legislação e dados estatísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/478.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FERNANDEZ, Cecília e Souza; AMARAL, Ana Maria Luz Fassarella do; VIANA, Isabela Vasconcellos. *A História de Hipácia e de Muitas Outras Matemáticas*. Sociedade Brasileira De Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2019.

FERRAZ, Fonte Bruna. Os exercícios de Palomar para uma autobiografia total Palomar's exercises towards a total autobiography. *Revista Literatura em Debate*, v. 4, Dossiê Especial, p. 103-111, jan., 2010. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/527/0>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Lisboa, Porto: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vigiar de Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 2014.

GATTAZ, André. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, José Carlos Sabe B. (org.). *(Re)definindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. p.

135-140. Disponível em: <http://gattaz-artigos.blogspot.com/2008/04/lapidando-fala-bruta-textualizao-em.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*/ tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: editora, Companhia das Letras 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos pagu (6-7) 1996: pp. 67-82. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GUMES, João. A antiga Escola Normal de Caetité. In Revista de educação: orgam da Escola Normal de Caetité. *Jornal A PENNA*, Anno I/NUM. I- Caetité Janeiro de 1927. Typ. D´A PENNA – Gumes e Filhos. Caetité Bahia.

IMPA/SBM. *Relatório sobre matemática brasileira, 2017/2018*. Disponível em: [https://www.sbm.org.br/wp-content/uploads/2018/01/matem%20c3%a1tica-brasileira\\_2018.pdf](https://www.sbm.org.br/wp-content/uploads/2018/01/matem%20c3%a1tica-brasileira_2018.pdf). Acesso em: 9 ago. 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In. BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. p. 90 -113.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr, 2002.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAUAND, Luiz Jean. (org.). *Educação, teatro e matemática medievais*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LEITE, Angelita de Souza. Estágio supervisionado e a formação inicial do professor de matemática.: saberes docentes e afetividade. Dissertação(mestrado). Jequié, UESB, 2014.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. *A Afetividade em Sala de Aula: As Condições de Ensino e a Mediação do Professor*. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

LIMA, Martha Leone. *Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de de uma história*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero História e Educação: construção e desconstrução. *Educação Realidade*. p. 101-132, 1995. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 8 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e poder, 37-56. In: LOURO, Guacira Lopes. *Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. O gênero da docência: Magistério: um trabalho "feminino"? Representações de professores e professoras, 88 -109 In: LOURO, Guacira Lopes. *Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. 443-481 p. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Mulheres na sala de aula*. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In: *O corpo Educado - pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma Leitura da História da Educação sob a Perspectiva do Gênero. *Proj. História*, p. 33-46, São Paulo, 11 nov de 1994. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/11412/8317>. Acesso em: 2 dez. 2019.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. A Reconstrução Educacional No Brasil. Ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova 1932. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

MATOS, Fernanda de Oliveira; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira: Instituto São Luiz Gonzaga – um colégio Jesuíta em Caetité (1912 -1925). *VI seminário Nacional e II Seminário Internacional: Políticas Públicas, Gestão e Praxis - Universidade do Estado da Bahia-UNEB*, 2017.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. *Caetité: A terra, a cultura e sua gente*. Caetité/BA: Gráfica de Caetité, 1996.

MENEZES, Cecília Maria de Alencar. *Itinerâncias de vida/formação de Carmen Teixeira e atividade profissional na educação visibilizadas pelas lentes de gênero*. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio. Relíquias de Professora: a singularidade de uma trajetória na trama de histórias. In: FRANCO, Creso, KRAMER Sonia (org.). *Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos pagu* (29), julho-dezembro de 2007, p. 429-457.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFMG, 2004.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

NEGRI, Fernanda De. *Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?* Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 5 dez. 2020.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A norma dos “bons costumes” e as resistências Femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897 -1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado e História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2010.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *Mulheres que vale à Penna: representações do feminino na imprensa do Alto Sertão da Baiano (1900 a 1930)*. 2016. Tese (doutorado em História social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277684536\\_ARQUIVO\\_fg9\\_MulherquevaleAPenna.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277684536_ARQUIVO_fg9_MulherquevaleAPenna.pdf). Acesso em: 12 nov. 2017.

NÓVOA, Antônio. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Capítulo I – Formação de Professores e profissão docente).

OLIVEIRA, Fábio Donizeti de. *Hemera: sistematizar textualizações, possibilitar narrativas*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013.

OLIVEIRA, Loraine. Vestígios da vida de Hipácia de Alexandria. *Perspectiva Filosófica*, vol. 43, n. 1, 2016. p. 03 -19.

PAIXÃO, Antonio. *O quadro negro*. Disponível em: <http://secbahia.blogspot.com/2008/10/o-quadro-negro.html>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PAIXÃO, Leila Pinheiro. *Trajatória escolares e profissionais de professoras primárias mineiras que iniciaram carreira antes de 1940*. Belo Horizonte-UFMG: Biblioteca, Universitária, 1991.

PAULA, Maria José; AUAREK, Wagner Ahmad. Viver e contar. In: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro et al. *Viver e Contar: experiências e práticas de professores de Matemática*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios de Vida: tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos no sertão de cima Rio de Contas de Caetité – BA (1860-1920)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 21 set. 2019.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M., M., FERNANDES, M., ALBERTI, V. (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro-RJ. Editora Fiocruz, 2000. p. 67-72.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letras e voz, 2016.

REIS, Diogo Alves de Faria. *História da formação de professores de matemática do ensino primário em Minas Gerais: estudos a partir do acervo de Alda Lodi (1927 a 1950)*. Belo Horizonte, MG: UFMG / FaE, 2014.

REIS, Josenir Pereira Meira. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*. Dissertação (mestrado em Educação) – UFMG/FaE, 2010.

REIS, Josenir Pereira Meira. A Escola Normal de Caetité-Ba na Memória de professoras Guanambinses. *Revista Consciência*, 2007, p. 65 -73.

REIS, Maria da Conceição S. *O Sampauleiro: romance de João Gumes*. Tese (Doutorado em Linguística), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

*Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*, anno I e anno II, circulação bimestralmente de janeiro de 1927 a junho de 1928. Typ – d’A PENNA - Gumes e Filhos, Caetité- Bahia.

REZENDE, Fernanda Mendes; SOUZA, Rita de Cássia de. Relações entre Método Intuitivo e Escola Nova em Minas Gerais e as Primeiras Décadas Republicanas. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13194>. Acesso em: 04 out. 2017.

ROCHA, Adriana de Oliveira. *Anísio Teixeira e a Escola Normal de Caetité/BA: Um projeto de formação de professores primários (1926/1941)*. 2005. Dissertação (mestrado em Ciência e Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências e Educação, Santa Catarina, 2005.

ROSEMBEG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos feministas*. 515- 538- scielo ano 9. 2º semestre 2001.

SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: guia de referência temática nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Andréia Pereira dos, MIGUEL, Antonieta. *A medicalização da escola na República: os Pelotões da Saúde na Revista de Educação da Escola Normal de Caetité (1927-1928)*. 2017. Disponível em: [http://www.ensinodehistoria2017.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1506801258\\_ARQUIVO\\_Artigomedicalizacao.pdf](http://www.ensinodehistoria2017.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1506801258_ARQUIVO_Artigomedicalizacao.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité “Pequenina e ilustre”*. 2. ed. Brumado-BA: Editora da Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léguas. *Léguas tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. 2014. Tese (Doutorado/História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2014.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In. BURK, P. (org.). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP: 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20(2), julho/dezembro, 1995.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55. Disponível em: [https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan\\_Scott-Experiencia.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf). Acesso em: 11 jul. 2020.

SILVA, Circe Mary Silva da. Formação de Professores e Pesquisadores de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, 2002.

SILVA, Gilda Valle Olinto. Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu. *Informare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Nubia Soares Sileira. *As Relações Sociais de Gênero nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Matemática no Estado da Bahia*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores campus de Jequié, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

SOUSA, Eustáquia Salvador de. *A História do Ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994)*. 1994. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 1994.

SOUZA, Gilda Lúcia Delgado. *Educação matemática na CENP: um estudo histórico sobre condições institucionais de produção cultural por parte de uma comunidade de prática*. Tese(doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, SP, 2005.

SOUZA, Luzia Aparecida de; Garnica, Antonio Vicente Marafioti. De arquivos e fontes, escrita e oralidade, infância e velhice: considerações acerca de um protocolo de pesquisa sobre um grupo escolar. *Revista de Educação Pública*, v. 22, n. 50, p. 763-784, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135150>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOUZA Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. *Relações de Gênero, Educação Matemática e discurso – enunciados sobre mulheres, homens e matemática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.



SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de. Tensões entre oralidade e escrita nas práticas de numeramento de alunas e da EJA: A escrita como mecanismo de diferenciação nas relações de gênero e matemática. *Educação em Foco* (Juiz de Fora), v. 16, p. 81-113, 2011.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Práticas de numeramento e relações de gênero: tensões e desigualdades nas atividades laborais de alunas e alunos da EJA. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 921-938, Dec. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782013000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 mar. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar*, n. 18, p. 75-101. 2001.

SOUZA, Rosa Fatima. Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (SÃO PAULO, 1889-1947). *Roteiro*, Joaçaba, v. 40, n. 2, p. 293-310, jul./dez. 2015, Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/7462/4928>. Acesso em: 27 fev. 2021.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno. 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2019t.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. *Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia, apresentado como Anuário do Ensino do Estado da Bahia*. Salvador, 1924-1928. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/relatorio-da-inspetoria-geral-do-ensino-do-estado-da-bahia-apresentado-como-anuario-do-ensino-do-estado-da-bahia-bahia>. E no APMC. Acesso em: 25 maio 2018.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Escola Normal de Caetité sua solemne inauguração. *Jornal A PENNA*, Anno XV – Caetite/ BA 29 de abril de 1926.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. *Relatório do serviço de Instrução pública do estado da Bahia, apresentado ao Ex<sup>o</sup> Snr. Cons<sup>o</sup> Braulio Xavier da Silva Pereira*. Secretário do Interior, justiça e Instrução pública. Imprensa Oficial do Estado-BA, 1928.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Os Românticos: Inglaterra na era revolucionária*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VILLELA, Heloisa de O. V. O Mestre-escola e a Professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 95-134.

XAVIER, Elódia. *O declínio do patriarcado*. A família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

### **FONTES DOCUMENTAIS – EDIÇÕES DO JORNAL A PENNA<sup>111</sup>**

JORNAL A PENNA, Caetité, 07 de junho de 1912, p. 02. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 28 de fevereiro de 1913. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 9 de agosto de 1913. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 29 de novembro de 1917. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 04 de fevereiro de 1926, p. danificada. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 05 de março de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 11 de Março de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 01 de abril de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 8 de abril de 1926; Ano XV, Nº 373. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 26 de abril de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, de 29 de abril de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

JORNAL A PENNA, Caetité, 04 de junho de 1926. Disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité.

---

<sup>111</sup> Jornal A Penna (1897-1930) – primeiro jornal do sertão e o segundo do interior baiano. Em virtude da pandemia da Covid-19 e das limitações de acesso ao Arquivo Público, não pudemos resgatar todas as informações que compõem a devida referência do material pesquisado.

**FONTES ORAIS**

COSTA, Maria Moura. [2018]. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. Caetité, 20 de set. 2018.

COSTA, Marília de Lourdes. [2018]. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. 24 de out. de 2018.

COUtrim, Zaira Gumes. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. 16 de jan. 2019.

LIMA, Zilda Santos. [2019]. Conversas entre colaboradora e a pesquisadora: Angelita de Souza Leite. 2017; 2018 e 2019.

MEIRA, Rita de Cassia. [2019]. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. 17 de dez. 2019.

NASCIMENTO, Maria Leocina Carvalho. [2018]. Entrevistadora: Angelita de Souza Leite. Vitória da Conquista/BA, 25 de out. 2018.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do projeto:** “Matemática e Relações de Gênero na formação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia - Caetité (1926-1956)”.

**Pesquisadores responsáveis:** Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (orientador); e Angelita de Souza Leite (doutoranda).

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Matemática e Relações de Gênero na formação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia - Caetité (1926-1956)”. O objetivo desta pesquisa é compreender os processos históricos de formação de professoras primárias a partir das relações de gênero e da formação matemática na Escola Normal, do município de Caetité/ Bahia no período 1926-1956. Para realizar a pesquisa será necessário gravar, em áudio, as falas e depoimentos de professoras que formaram na Escola Normal de Caetité e atuaram como professoras no Alto Sertão da Bahia, no período citado.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e não haverá pagamento de qualquer espécie pela participação na pesquisa. Assim como qualquer pesquisa, é possível que esta gere algum tipo de ansiedade ou desconforto, no tocante às perguntas a serem realizadas. Caso Sr.(a) sinta-se constrangido(a) por algum motivo, terá total liberdade de negar a continuar participando da pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Os locais e horários da entrevista serão combinados com o(a) Sr.(a), respeitando suas possibilidades e preferências. O(a) Sr(a) não terá nenhum custo com a pesquisa, bem como não receberá nenhuma gratificação financeira.

A participação é confidencial, em hipótese algum seu nome ou o material coletado, as gravações em áudio, e suas imagens serão divulgadas sem sua autorização. Todo o material coletado será de responsabilidade do entrevistador e da UFMG/UNEB, assegurando-se o sigilo sobre a participação dos envolvidos no projeto, com garantia de cumprimento dos acordos estabelecidos entre entrevistador e entrevistado (via carta de cessão de direitos), o que também se aplica a qualquer uso futuro que venha a ser feito desta fonte historiográfica, desde que esses futuros projetos sejam aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), bem como outras instâncias da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade do Estado da Bahia.

Caso seja autorizada a divulgação do material coletado, os conhecimentos resultantes deste estudo serão publicados em uma tese de doutoramento, bem como em artigos a serem submetidos a revistas especializadas, congressos e simpósios sobre pesquisas educacionais. O destino final das gravações ficará sob a responsabilidade da pesquisadora, guardados em arquivos do Campus - VI da Universidade do Estado da Bahia, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em seus arquivos pessoais, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones (77) 3441-2675 (celular), (77) 99802-6715. O senhor (a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo telefone (31) 3409 4592 ou pelo endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 Unidade Administrativa II – 2º andar, sala 2005 – Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – CEP 31.270/ 901.

Desde já agradecemos!

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “Matemática e Relações de Gênero na formação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia - Caetité (1926-1956)”.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

Assinatura do Orientador da Pesquisa  
 Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho  
 Leite  
 e-mail: [lucianomff@uol.com.br](mailto:lucianomff@uol.com.br)  
 Telefone: (31) 8777 9497  
 Universidade Federal de Minas Gerais  
 Minas Gerais  
 Faculdade de Educação  
 da Bahia  
 Belo Horizonte – MG

Assinatura da Pesquisadora Corresponsável  
 Profª Ma. Angelita de Souza  
 e-mail: [angelitaleite55@gmail.com](mailto:angelitaleite55@gmail.com)  
 Telefone: (77) 998026715  
 Universidade Federal de  
 Universidade do Estado  
 Belo Horizonte – MG

**CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO COMO COLABORADOR NA PESQUISA:** “Matemática e Relações de Gênero na formação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia - Caetité (1926-1956)”.

Declaro que, li e entendi as informações e os detalhes descritos neste documento. Participarei da pesquisa de acordo com os procedimentos descritos no corpo deste documento. Autorizo a gravação em áudio de minhas falas durante a realização da pesquisa, caso seja necessário a utilização de imagens. Todo o material coletado para o estudo pode ser guardado em banco de dados e utilizado na tese de doutorado que resultará desta pesquisa e em outras pesquisas de natureza educacional.

Eu, voluntariamente, aceito participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento.

Caetité \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome legível do colaborador

Assinatura do colaborador

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEIS PELO IDOSO)**

**Título do projeto:** “Matemática e Relações de Gênero na formação e na atuação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia no período de emergência do ensino secundário (1926-1956)”.

**Pesquisadores responsáveis:** Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (orientador); e Angelita de Souza Leite (doutoranda).

Prezado responsável,

Realizaremos a pesquisa de Doutorado “Matemática e Relações de Gênero na formação e na atuação de professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia no período de emergência do ensino secundário (1926-1956)”. a pesquisa tem como objetivo compreender os processos históricos de formação de professoras da educação básica a partir das relações de gênero e da formação matemática no Ginásio de Caetité e na Escola Normal, ambos do município de Caetité/ Bahia no período 1926-1956. Para isto, a pesquisa irá analisar as concepções sobre a matemática ensinada na Escola Normal, no curso para a formação do professor que atuavam na escola primária; Identificar regularidades entre discursos e práticas sobre a relação entre ensino de matemática, formação matemática do professor e gênero no período 1926-1956 e o tempo presente; Analisar discursos em substratos documentais e orais acerca das relações entre gênero e a formação matemática do professor das escolas primárias; Perscrutar práticas de formação de professores e professoras para atuarem na educação básica alicerçadas em processos de naturalização das desigualdades de gênero. Para atingir os objetivos realizaremos entrevistas gravadas, análise de fotografias e documentos pessoais referentes à formação do professor na Escola Normal e no Ginásio de Caetité, que as professoras tenham guardados, bem como entrevistas com a(o)s professora(s) . As entrevistas serão feitas no espaço definidos pelo idoso ou por seu responsável, no horário normal determinado pelos mesmos.

Conforme Resolução 466/12 não existe pesquisa sem riscos. No caso específico desta pesquisa, as entrevistas não oferecem quaisquer riscos para o idoso e nenhum procedimento invasivo, isto é, que possa causar dor ou dano físico ou moral será utilizado. Entretanto, há a possibilidade de haver algum desconforto com as entrevistas e com a presença dos pesquisadores. Sempre que necessário, conversaremos sobre esse possível desconforto e, se for o caso, a entrevistas será interrompida. Todos os dados obtidos por meio das entrevistas, e somente os pesquisadores responsáveis terão conhecimento ou acesso a eles. Os dados serão usados para análise que se transformará em trabalhos acadêmicos, sem fins lucrativos, que serão usados para formação inicial e em serviço de professores. As entrevistas, bem como os outros dados coletados na pesquisa serão arquivados e ficarão sob a guarda das pesquisadoras responsáveis. Ressaltamos que a participação é voluntária, não havendo nenhum compromisso financeiro com os pesquisadores da UFMG. Há plena liberdade dos sujeitos a se recusarem a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Quaisquer dúvidas ou pedidos de informação a respeito do projeto serão imediatamente atendidos pelo professor orientador Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (Professor do Programa

de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG) e pela Doutoranda Angelita de Souza Leite. O Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser consultado em caso de dúvidas éticas.

Em vista dos esclarecimentos prestados, dou o consentimento para a participação do/a meu/minha mãe/pai, tia/tio, irmão/irmã na pesquisa:

**“Gênero na formação matemática das professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia no período de emergência do ensino secundário (1926-1956)”.**

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do idoso)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do(a)s responsáveis)

\_\_\_\_\_  
Orientador Luciano Mendes de Faria Filho  
(Professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG)  
e-mail: [lucianomff@uol.com.br](mailto:lucianomff@uol.com.br)  
Telefone: (31)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte – MG

\_\_\_\_\_  
Angelita de Souza Leite – Doutoranda na Faculdade de Educação/UFMG  
e-mail: [angelitaleite55@gmail.com](mailto:angelitaleite55@gmail.com)  
Telefone: (77) 998026715  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Educação

Se tiver dúvidas sobre o estudo, contatar a pesquisadora Luciano Mendes de Faria Filho (Professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG) e/ou Angelita de Souza Leite tel.: (77) 998026715 e/ou email e [angelitaleite55@gmail.com](mailto:angelitaleite55@gmail.com)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFMG

Avenida Antônio Carlos, 6.627  
Unidade Administrativa II – 2º andar  
Campus Pampulha  
Belo Horizonte, M.G– Brasil  
CEP: 31270-901  
Fone: (31)3409-4592  
Email: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

**APÊNDICE C – CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS**

Eu, \_\_\_\_\_, RG  
nº \_\_\_\_\_, declaro ceder a Angelita de Souza Leite, RG nº04423852-50,  
sem quaisquer restrições, os direitos sobre a utilização gravação da entrevista que lhe concedi  
em \_\_\_\_\_, com duração de \_\_\_\_\_ e, também, os direitos sobre a  
textualização (a mim apresentada e por mim conferida e validada) do referido registro oral.

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA DA CESSÃO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO COLABORADOR DA PESQUISA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DA PESQUISADORA



## APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO

Nós, Luciano Mendes de Faria Filho e Angelita de Souza Leite, responsáveis pela pesquisa de Doutorado “Gênero na formação matemática das professoras que atuaram na educação primária do interior do Estado da Bahia no período de emergência do ensino secundário (1926-1956)” declaramos que conhecemos e cumpriremos os requisitos da resolução 466/12 e suas complementares. Comprometo-nos a utilizarmos os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceitamos as responsabilidades pela condução científica do projeto. Temos ciência de que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada e fará parte integrante da documentação da mesma.

Belo Horizonte,

---

Luciano Mendes de Faria Filho – Professora da Faculdade de Educação/UFMG

---

Angelita de Souza Leite – Doutoranda da Faculdade de Educação/UFMG

## APÊNDICE E - MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE O CONSTITUIR-SE PROFESSORA PRIMÁRIA

A seguir, damos destaques para os textos construídos a partir das conversas com as colaboradoras da nossa pesquisa, que narram sobre as experiências vividas como filhas, alunas da Escola Normal de Caetité/BA e professoras primárias que atuaram no sertão da Bahia.

### DONA RICA

MARIA MOURA COSTA – 93 ANOS

Ex – Normalista – formou em 1943

Data da Entrevista: 20/09/2018.

O nome Dona Rica foi ouvido pela primeira vez quando uma colega, Telma, disse “Tem uma casa na Avenida Santana onde moram 4 professoras solteiras, todas elas estudaram na Escola Normal”.

A primeira entrevista – foi realizada no dia 19/10/2018, no período vespertino, na sala de visitas da sua residência, na Avenida Santana, no centro de Caetité. Foi gravada em áudio, com duração de 72 minutos e 35 segundos.

Dona Rica é solteira. A quinta filha de 11 irmãos. Relata que os pais tiveram vários filhos, mas sobreviveram 7 mulheres e 4 homens; das 7 mulheres apenas a mais velha se casou. Atualmente mora na Rua Nossa Senhora de Santana, no centro da cidade de Caetité. No decorrer da entrevista demonstrou-se interessada pela pesquisa, mas a todo o momento alertava que eram apenas lembranças de uma velha maluca; conforme mencionou, não tinha certeza de que suas lembranças e suas histórias poderiam ajudar muito. A entrevistada afirmou ter muitos casos para contar sobre suas proezas, chamando a atenção para o tempo que distancia o hoje do dia da sua aposentadoria e para o período em que estudara na escola Normal.

A entrevista foi realizada após quatro visitas à casa de Dona Rica. Como em todas as visitas, Dona Rica encontrava-se tranquila, satisfeita, fazendo palavras cruzadas e muito empolgada em falar das suas experiências. Na medida do possível, esclareci que precisava registrar e gravar as conversas, que não tinha um roteiro a seguir e, se fosse preciso, faria perguntas, no decorrer da nossa conversa.

Voltei a comentar que a pesquisa tinha como propósito mostrar a importância da formação matemática da professora primária, salientar que teve um papel relevante no ensino do período estudado, considerando que o papel desempenhado pelas normalistas na Educação do sertão da Bahia foi de fundamental importância para abrir os caminhos, a fim de dar continuidade à história iniciada por elas na atuação como professora primária. O objetivo é colocar a mulher no discurso sobre a educação e o ensino da matemática, e mostrar que desempenhou um papel fundamental na expansão do ensino público no Sertão da Bahia.

Assim, ao iniciar a entrevista, pretendia solicitar que nos contasse as histórias de sua formação na Escola Normal de Caetité e da atual no ensino primário. Desejamos saber, também, sobre a matemática, seu ensino e sua aprendizagem e as relações de gênero na escola.

#### 1. Lembranças relacionadas à família

Não há necessidade de gravar, são apenas lembranças de uma velha maluca (reflete por um momento e justifica), trata de verdade, pode gravar! Mas não deixa ninguém ouvir, pode contar, mas só você ouve.

Eu nasci em Lagoa Real, em 07 de agosto de 1926. Sou a quinta filha de onze filhos; fora os que morreram prematuros, sobreviveram 7 mulheres e 4 homens, das mulheres apenas a filha mais velha se casou. Eu e minha irmã Zulmira viemos para Caetité em 1932. Mas eu não sei, é um pedaço da minha vida que não lembro bem, sei que a gente veio passear aqui, eu e Zú! A gente era pequenininha... (oferece algo para beber). Éramos visitas na casa onde ficamos, mas a família se apegou a nós. Papai era político! Isso foi em 1932. Ele cuidava de mamãe, de todo mundo, no que fosse possível, não media esforços,

mas ele não se cuidava. Por isso tenho horror à política, no fim das contas ele que perdeu. Era mão aberta.

Retornamos após a morte de papai, o homem que ele sempre chamou para política ficou assim meio intrigado. Estávamos na casa dele, ele nos tirou de lá. Colocou-nos numa pensão aqui na Rua Barão, pensamos que iria ajudar, mas ele achava que não íamos continuar a estudar.

Lembro-me, nós pequenininhas, sete anos, viajando. Mamãe vinha com papai. No ano que papai morreu fiz admissão. Passei! Morreu em março. Já estava doente. Em 1937 entrei para o ginásio, fiz o teste de admissão, e nesse mesmo ano papai faleceu. Em 1942 perdi de ano, mas era muito jovem e impossível, coisa de adolescente, concluí o curso normal com 17 anos, em 1943.

Passei no concurso, então vim para cá. Minha irmã casada falou: “mas não dá, como é que aqueles meninos ficam lá, sem estudar”. Enfrentamos e viemos andando, trazendo tudo que tinha na roça: banco, cadeirinha de pau, as caminhas, tudo em carro de boi, saindo de Lagoa Real para cá.

Minha irmã que costurava tinha o diploma. Eu já não costurava e aprendi fazer as costuras de minha mãe, amanhecia o dia, uns pagavam, outros não pagavam, sabe como é?

Alugamos uma casa, no ano seguinte; mudamos para outra casa. No terceiro ano, meu tio tinha comprado uma casa aqui e pediu para que mamãe ficasse com os filhos dele, pelo aluguel. Porque a mulher não podia, ele não podia ficar sozinho. Mamãe ficou e ele foi para o mundo. Então ele disse: “pode ficar”, mas os filhos dele estavam se casando e precisando da casa, foi quando a gente arrumou aqui, por acaso, esse lote. Aqui era mato, tinha aqui embaixo uma rua chamada “Beco das Éguas”, nessa rua moças de boa reputação não podiam nem se aproximar, a gente ia para a escola, para igreja passando pela Rua Barão e não podíamos passar pela rua de baixo, se alguém visse uma moça de família passando naquelas imediações a reputação estava acabada. Demorou dez anos para construir essa casa! Agora por quê? Recebia pela procuradoria ou era política e para a política eu não ia, não vou. Depois passou para o banco, então nós fomos pagando um e outro. Tivemos tanta sorte que entramos aqui com o pé direito, todo mundo teve confiança em nós. E aí começamos nossa vida. Fomos lutando e formamos os irmãos, seis, as três que são ela, Zenilda e uma que morreu. Zenilda tinha sete anos quando veio para cá. Formamos os seis, uns foram embora para Goiás. O de Goiás vinha aqui, procurava saber o que a gente estava devendo e pagava tudo, não tinha nada em volta. E a mesma coisa nós, se precisasse. Mas hoje não, o povo quer subir duma vez, por causa de uma porcaria de um celular mata um. A roupa tem que repetir, não pode repetir uma roupa para ir a uma festa, o sapato tem que ser dez tipos, porque está num emprego precisa de dez tipos de sapato. A gente era na “meia sola”, ia para festa, duvido quem dançasse mais do que eu. (Risos) Duvido!

A gente sabe como a gente lutou aqui até hoje, não tenho vaidade nenhuma. Eu não faço dívida nenhuma para poder alegar os outros. Se você me convida para ir em sua casa, você me aceita com o que eu tenho. Você me convida para seu casamento, eu vou com o que eu tenho. Eu posso fazer até um vestidinho, tudo bem. Já devi muito, sei o que é dever. Depois que pagava minhas dívidas, a moça virava para mim e falava “compra um vestido Rica”, para ir ao casamento. Eu falei não. Quem vai é Zenilda, já compramos um lá para ela. Quem tem que ficar “lorde” é a noiva, nós não. Quando era milhões, você via que tinha conta de três mil e tanto, de luz. Quando o governo Sarney estava lá em cima. Acho que era dez mil um vestido. Não sei como era não. Vai que eu estou lá na festa e você fala: “Olha, Rica não me pagou”. (risos). Aí chegou uma e falou: “Olha, lá em Guanambi demos sorte, tem uns vestidos assim, assim, assim”. Lá colocou os vestidos em cima do balcão, eu falei, guarda esse para mim. Eu vou lá, se não der certo eu pego esse para mim. Quando acabou de descer as escadas ela falou: “Não pagou nem o vestido do outro casamento”. Papai cansava de falar: “Minha filha, só põe a mão, não levanta o pé, porque se levantar o pé você depois não alcança...”. Essas coisinhas pequenas ficaram gravadas aqui (aponta para cabeça).

É igual à carne, dia de sexta-feira... só comprava carne no sábado lá em Lagoa Real. Sexta-feira tinha uma carne bem pouca, mamãe cortou, fez um molhozinho e botou... a carne é pouca por isso. E cansava de falar com a gente, não sirva assim: “É de fora para dentro, para não sujar a borda do prato. E esse dia eu estava “com a macaca”. Todo mundo à mesa, ela não era nascida não. Uma mesa grande, ele na cabeceira, peguei o prato e fiz assim “pac”, puxei um monte (Barulho). Mas quando a carne caiu no prato eu levantei a vista e ele falou: “minha filha, seus irmãos também querem”. Ô tristeza, eu tinha que comer até o último pedacinho ou comia tudo que havia colocado no prato. Depois disso tudo, até hoje, tudo aqui é dividido. Se tem uma banana, só tem uma banana, 1, 2, 3, é dividido.

A filha dessa empregada nossa aqui leva pão, leva tudo para casa, para café da noite. Chega lá, come tudo antes da hora. Uma quer dois pães, uma pega, outra pega. Eu falei: “Rosa não é assim não! Ensina quantos pães são de cada”. Ela trabalhou pouco tempo aqui, ela era até empregada no Banco do Brasil, veio aqui e trabalhou. Encontrou com Zildete há pouco tempo. O que vocês comiam dividiam com a gente. Ela observou isso. Mas não é assim? Como é que não ensina uma criança?

## 2. Lembranças da formação

Separei umas fotografias para você olhar. Essa foto aqui, tinha uma cachoeirinha no jardim da escola, corria assim para uns lugares, tinha o mapa do Brasil, era uma belezinha assim (mostrando uma foto da Escola Normal). Nessa foto estávamos sentadas sobre a cachoeira.

Tinha a parte da Escola Normal separada e outras escolas anexas, era outro anexo, tinha salas de aula comuns. Eu tive bons professores, eu tive Dona Judite, me alfabetizou. De Dona Mariquinha Lobão eu tenho uma vaga lembrança. Fiz o quinto ano com o professor Lourenço e estagiei com ele, na sala dele, mas isso era normal. A gente decorava muito, estudava tudo. Hoje não tem esse negócio não. A filha da empregada que eu não sei não, eu fico louca da vida. A menina chega, agora é uma estátua... levou uma mochila desse tamanho, para que eu não sei... é só no celular. Então, eu sinto muita diferença do tempo, porque eu ensinei a base, o que eu aprendi e nossos programas também não eram fáceis.

Gostava muito de geografia, aqueles mapas eu adorava, e era bom demais. Ficávamos na escola doidas para sair como professoras e é a maior bobagem do mundo. O melhor tempo da vida da gente é de escola, você pode correr na rua, você pode fazer isso, fazer aquilo... formou você tem que ser, Deus me livre!

Pedagogia, matéria horrorosa! Psicologia. Agora, no terceiro normal, era didática geral, didática especial. Higiene geral, higiene especial. Eu estudei num livro de um farmacêutico de livramento, uma colega me emprestou, um livro de médico.

Estudávamos no livro matemática progressiva (emprestou-nos uma edição posterior ao período que estudara, afirmando que era o mesmo, mas esse era mais novo, usado pela irmã mais nova). Mas esse livro (mostra o livro) era do aluno, todo mundo tinha que comprar seu livro. Não tinha nada de graça.

Não comprava, por exemplo, os de higiene, não podia comprar porque era coisa de médico. Tanto que quando eu fui encaminhada para o ginásio, fui fazer parte de uma banca, não lembro. Já não era mais higiene, era tudo puericultura, já não tinha mais higiene. Dr. Clovis disse para mim assim: “Tá vendo, Dona Maria, a diferença do seu tempo”. Era higiene geral e higiene especial. Tinha outro, que foi meu professor, tanto que no ano da minha formatura eu frequentava sozinha a aula dele, porque eu estava quase perdendo por falta. Era eu e Derval.

Derval falava: “Moura, deixa de ser tola que eu não vou levantar cedo”. Eu falei, mas eu vou Derval. Quando foi o primeiro dia das provas de fim de ano, eu ali sentada... Aí a professora entrou e falou: “O estudante Derval não pode fazer a prova porque perdeu por falta”. Cheguei tremer e pensei: eu lhe falei Derval! Eu só faltava à primeira aula porque fazia muito frio.

No curso normal, a relação entre os meninos e as meninas na aula de matemática era a mesma coisa. Até o terceiro normal todos os meninos se sentavam na frente e as meninas atrás. Tinha o portão; batia o sino, os rapazes vinham primeiro e iam para um lado e as moças iam para o outro. Os meninos entravam primeiro na sala e se sentavam todos à frente, e as meninas no fundo, para não distrair a atenção dos meninos. A relação entre os meninos e as meninas na aula de matemática era a mesma coisa em todas as aulas. Mas, eram só os meninos que aprendiam... tinha uns que davam gosto. Alunos de cabeça boa. Adorei ser aluna, gostei demais; repeti um ano por falta de estudo mesmo. Mas, no ano seguinte, fui direto para o segundo normal, mas o segundo normal era pesado, eu era nova tinha 15 anos.

Me formei com 17 anos (mostra a foto da formatura). O mais engraçado foi quando eu cheguei, e falei: “vou fazer o concurso”; o diretor: “Vá não que a senhora não passa”. Eu falei, passo. “Ah, fulana tá com o programa”. Eu falei: “mas eu vou fazer”. Foi quando estava mudando a ortografia, “p”, “h”, “y”, fi- si- ca (física). Foi difícil, estava na mudança, foi nessa época. E mesmo na prova do concurso estudei com uma menina de Rio de Contas. Eram 13 alunos na sala, no concurso daqui de Macaúbas... Aí a gente tinha estudado isso, como diz “fulano de tal” a composição. Perguntei para Guilé como era o nome do homem que falou. Ela disse assim: “Ceifet” – não esqueci esse nome. Aí ele falou, Dona Maria

Costa, ponha seu tinteiro e vá lá para trás. Eu peguei o tinteiro e fui lá para trás. Eu fui, ele era o diretor, não estava nem aí.

Veja essa foto, presta atenção para a disposição das meninas e dos meninos na fotografia, pois inverte-se a disposição na sala de aula, não sei por que, aqui os meninos estão atrás, na sala deve ser porque tirávamos a atenção dos meninos, eles não podiam se distrair.

### 3. Lembranças da Matemática

Lembro-me do meu professor de matemática do primeiro ano, não sei se foi professor Hyeront, eu acho que foi... depois veio Doutor Clovis. Ele era médico, depois ele foi dar aula de higiene. As provas eram por meio de um exame oral, tinha exame oral, quem me perguntou foi professor Hyeront. “O que é uma circunferência”? Eu falei: circunferência é uma linha curva, fechada, onde os pontos estão... aí fugiu. E voltava, circunferência, curva fechada cujos pontos estão em fuga, cuja mesma distância do centro. “Pois é... fugiu”, falou o professor Hyeront. Aqueles teoremas, era geometria, era botânica, agricultura, era... geometria, botânica, agricultura, português, “corografia”; o que é essa corografia não me lembro mais.

Matemática. Aquele livro de matemática progressiva! Todo mundo tinha que comprar seu livro. É... não tinha nada de graça.

A matemática que a gente aprendia ia até regra de três composta no 5º ano, hoje eu não lembro mais nada. Cá para nós. É o tal caso lá que eu falei da falsa posição dos meninos. Eu numas férias, na escola primária ainda, eu fui para lá e papai era muito bom de matemática, ele estudou com o Professor Santana, lá em Rio de Contas, já ouviu falar? Pois é... tem um retratinho dele lá. Então, ele botou gente, assim que fazia essa falsa posição, e eu gostei demais por que ele falava fulano tinha tantos bois, metade foi para não sei onde, um terço foi para não sei onde, um quinto... com quantos bois eles ficavam? Você tinha que fazer aquilo tudo e dividir por 4, por 5, ou você ia muito para cá, pode ser na sala de aula.

Começaram as aulas, o professor entrou nesse assunto, eu falei “epá”, eu sei! Eu sei! Aí ele explicou, passou um quesito para meu colega, Humberto Carlos, que tinha uma capacidade mesmo, eu não vou negar. Ele o número um e eu número três, mas o número três sentando lá atrás, porque na frente só sentava homem, era assim. Era assim, pelo número, os homens na frente e nós atrás. Quando Humberto levantou, eu levantei. Ele falou: “A senhora copiou de Humberto”; eu não vou falar o nome dele não. Humberto disse: “Professor, Moura senta lá atrás... eu sento aqui na frente, como é que ela copiou? Ah, não!”. Corrigiu, deu uma nota, deu um 10 nele e me deu um 9. Eu não estava nem aí, 9 para mim eu estava no céu. Eu não ligava, só ligava para bola. Aí pronto, eu falei estou livre de fazer prova esse mês, porque era uma nota, só é uma nota. Ele explica regra de três composta, me chamou no quadro, fiz lá umas atrapalhões, ele me deu 3. Eu falei, ô professor, eu já tenho nota. Ele disse não senhora! Agora a prova do mês, todo mundo, a prova do mês... eu falei, “epá”, eu não vou fazer! Ele disse vai. E meu colega não fez. Fui fazer. Mandou, obedecia. Fiz a prova, tirei 3. No mês dos 9 eu fiquei com 6 (riso). Não estava nem aí, nunca tive raiva desse professor, que de certo tinha as razões dele. Eu era impossível, eu não ligava para muita coisa não, porque eu gostava muito de jogar bola.

Eu me lembro de Dona Carmem Teixeira, irmã de Doutor Anísio. Ela explicava, explicava tudo. Foi na sala de aula e nos ensinou a fazer um recorte com papel dobrando (com as mãos explica como dobravam o papel), quando abria apareciam as pessoas de mãos dadas. Depois dessa aula, nos levou para ver uma estátua que tem do lado de dentro do salão nobre da escola anexa... ela levou a gente lá com o caderninho para desenhar aquela estátua... só para ter ideia, depois falou que nas contas botava aquela ali que influenciava muito a criança para aprender a contar, ajudava no raciocínio da criança. Saía dali sabendo a tabuada, prova de nove e prova real, tudo.

O sábado era a sabatina, tinha que ficar todo mundo em fila e as tabuadas eram um programa de “decoreba”, ninguém inventa uma definição não, era decorada mesmo. Agora explicava, vinha explicação, ela explicava tudo. A gente decorava muito. Hoje não tem esse negócio não!

Ah, geometria era isso, a matemática era algarismos romanos, as duas primeiras operações, somar e subtrair.

Já as minhas aulas de Matemática... eu acompanhava o recreio com alegria. Não deixava ninguém. Vamos pular corda. Ou então, eu avisava: amanhã nós vamos ver quem sabe a tabuada para pular corda ou as capitais do Brasil. Faziam a fila, tudo pequenininho, doidos para pular. Quem não soubesse ficava sentadinho. No outro dia, estava na ponta da língua.

Engraçado, veio uma moça aqui e falou assim: “Ah, porque hoje o processo que nós ensinamos é o processo de não sei o quê”. Eu falei que não sabia qual era o processo que eu ensinava não sei, eu sei que lá batia corda, perguntava de tabuada. Ah, é esse o processo.

Eu só perguntava... 5x8, você tinha que dizer 40, nove fora 4. Quando foi um dia a professora me perguntou 5x8, eu virei... 5x8, “não sabe”! Porque você está me procurando. Aí a professora me respondeu. Eu fiquei assombrada, porque eu sabia. Agora eu já estou sabendo, eu não podia falar. Era puxado, mas era bom. Tudo que tem uma disciplina é bom.

#### 4. Lembranças da carreira

Pega uma folha de papel amareladas e diz, em seguida: Agora, isso aqui, foi um colega meu de Guanambi, que perdeu o ano e formou depois, no ano seguinte. Então, eu estava aqui um dia e daqui a pouco ele me manda o resultado do concurso (Mostrando a classificação do concurso). Helena Meira, Guilhermina, Maria Moura 6 e 98 (6,98). Veja as Lessa aí para você ver. Ficaram todas abaixo. Não emprestaram o livro, o diretor disse que eu não ia passar, elas estavam mais preparadas.

Quando falei que passei com 6,98, foi uma alegria só. No dia da prova só via gente fazendo assim no papel, que era folha de papel escrevendo aqui e eu escrevia daqui até aqui (mostra em uma folha de papel, que escreveu menos do que os outros candidatos). Fiquei no terceiro e saí, não, já tomei pau. Agora tenho o diário (oficial), não encontrei para te mostrar.

Primeiro fui para zona rural, depois para Lagoa Real... eu fui para Lagoa Real e fiquei distante um pouquinho na casa de uma tia minha. Uns 3 km... morava lá. Ia todo dia e ficava.

Agora era uma sala (em outra visita havia contado essa história), como eu já lhe falei. Tinha um quadro de meio metro, 4 carteiras duplas balançando e o resto era caixão de querosene, deitado e de pé. De pé servia de mesa e deitado duas crianças se sentavam. Um banco de igreja muito alto, assim do lado, era um que tinha na escola, na antiga... que a antiga professora ensinava. Ela quase não ensinava, não vou falar dela não que não interessa. Então, comecei a ir. Ensinei primeiro, segundo e terceiro ano. No primeiro ano, menino alfabetizado, menino que já era alfabetizado, foi “dose”. Mas foram poucos meses, pois eu fui em outubro. No ano seguinte é que eu fui começar mesmo... fiquei esse tempo todo lá ensinando a soletrar: p-a-t-o, é a parte dos sons, não tinha ainda a novidade dos “efe” e “G”, era “Guê” (G), “fê” (F); feito isso, soletrando, o menino primeiro ia conhecer as letras pelo alfabeto... nada, na cartilha do abc. Quando eles memorizavam tudo, como é que não decora? Depois fomos para o quadro para saber como fazer as letras. Sobe, desce, vai a perna do a é para baixo, a perna do o é para cima, as letras que depois do o, tem puxada aqui. Porque o menino muitas vezes puxa o de baixo. Tudo isso era passado. Quando chegava ali, ele já... eu fazia um traslado, papel, chamava traslado (com as folhas de papel que tinha na mão demonstra o que é um traslado). Escrevia escola pública de Lagoa Real e tal, tal, tal, tal. Primeiro assim, depois que eles já dominavam a escrita ia mostrar o parágrafo. Agora se sua letra der para escrever até mais na frente, você pega essa palavra que partiu... tudo, tudo, tudo. Depois, vinham os ditados, palavrinhas, assim, umas palavras simples. Ele já soletrava e falava: quem soletra sabe. Se você sabe fazer o “p”, sabe fazer o “a”, o “t” e o “o”, você sabe... “p a pá, t o tó”. Quer dizer, quem soletra, escreve mais correto, porque presta atenção, e aí muitos passaram. Aí vinham, e tudo vinha de lá, parte do programa que tratava dos sólidos geométricos, era cone, esfera, o que era mais? Não me lembro tudo assim não. O menino tinha que estar pronto para isso. Geografia era sobre os estados do Brasil, denominações dadas às águas, moral e cívica que não tem mais, era... bandeira, pátria, aquelas... não me lembro também. Geografia eu já falei. Agora ciências... corpo humano, não era para o menino ficar sabendo tudo quanto é osso não, mas ter a ideia do que era o corpo humano. História do Brasil, indígenas e descobrimento do Brasil. Que mais?

Português era divisão de sílabas, saber revisão de sílabas, conhecer por alto assim, palavras, substantivo, mas não era artigo, não era aquela coisa, mas separação de sílabas. Isso aí, chegava no fim de ano, quem fizesse mais ou menos, acertasse, ia para o segundo ano. Hoje o menino acerta ou não ele vai para o segundo ano. Mas não tem condição, não tem mesmo. Se ele podia ter feito a prova. Como é que a professora dentro da própria sala de aula vai cuidar daquele de três tipos de curso? Eu sei que depois tentaram normalizar tudo isso, dava, fazia, passava conta para o segundo ano. Botava o terceiro ano para fazer outra coisa, estudar lição, para eu tomar lição no primeiro. Em seguida trocava, o primeiro ia fazer conta, o segundo outra coisa. Foi difícil para nós. E aquele era fiscalizado, quando menos esperava o inspetor chegava na sala. A gente dando aula e ele sentado ali.

Eu vim para Lagoa Real aos 20 anos, comecei a trabalhar em Lagoa Real e fiquei nove anos, depois fui para Brejinho das Ametistas. Fiquei de 1954 a 1958. Jú ficou 16 anos em Lagoa real, ela já faleceu. Coitada, ela ensinava em Livramento, vinha a cavalo, dormia perto, lá na roça do tio nosso e no outro dia vinha a cavalo. Tudo isso e ninguém enxerga, agora o aposentado que se vire. O que vem de bom agora é para os outros, os aposentados que se virem. Eu sou revoltada com isso.

Para o aposentado ninguém liga, é gente morta já, aposentado ninguém liga, eu agora vou aceitar. Bota meu nome aqui na sala. Sala Maria de Moura Costa, alegre por meu nome estar ali... olha que beleza. Aí, quando eu menos espero, assistente, fulano ganhou sua sala. Para que isso? Aqui, o Fórum era César Zama, afamado, César Zama. Aí, José Vanio Silveira que era daqui, veio outra, voltou.

E outra, um prefeito foi ótimo, Janir. Tinha uma sala lá com o nome Janir, mas aí pegaram, tiraram Janir e botaram o Doutor Vane. Você já viu contar uma coisa dessa? Rua fulano de tal, quando vê arranca e bota fulano de tal. Eu quero saber, eu falei para meu colega, que ele era vereador, eu falei, você vai me desculpar minha ignorância, não aceito... nunca vivi de ninguém.

Para mim, nunca tive vaidade, nunca fui desprezada. Eu cansava de falar na minha sala de aula: Olha, vai ter um quadro para... passeata de 7 de setembro, vai ter um quadro que precisa, quem puder gastar, é de baiana. Sabe, baiana é coisa de "retado". Quem puder gastar, porque eu nunca tomei parte nisso, porque eu não podia. E eu iria alegre da vida, de farda. Nunca entrei. Agora não vá falar com sua mãe que estou obrigando, não, porque eu nunca fiz isso. A pobre da menina... eu quero! Eu falei, vamos. Quando chegou, meu Deus do Céu. Chegou, a pobrezinha com uma saia, parecendo de americana. Ela vai entrar, não tem que falar nada, eu não estou vendo nada. E ela mandou buscar um chale na casa. Não vou falar com ela, fazê-la sair... não! De jeito nenhum. Gostaram muito do quadro, pediram para sair no aniversário da cidade, que era 12 de outubro. Falei com ela, nós vamos repetir, vocês concordam? Concordamos, Dona Rica, concordamos. Depois ela falou: "Dona Rica, eu vou aproveitar esse feriado e vou lá em casa agora, em Igaporam, faz falta eu sair?". Eu falei que não. Eu modifico, não tem problema não, pode ir. Por que ela fez isso? Ela se sentiu humilhada, mas porque quis. Não tem nada, eu não faço dívida nenhuma para poder alegar os outro. Eu já devi muito, sei o que é dever.

Eu ia com as mesmas roupas para as festas, não estava nem aí. Nunca fui rejeitada, era querida pelos colegas todos. Você viu pelos livrinhos, né? Era querida pelos colegas, era a besta, faziam de mim o que quisessem e eu não estava nem aí. Então, voltei, cumpri minha obrigação como professora, cumpri minha obrigação, sei que cumpri. Veio uma oferta de ... ganhou o título de homenagem lá da prefeitura, recusei. Não, o que eu fiz não foi para ninguém, eu fiz porque era minha obrigação. Eu fiquei 38 anos na escola primária. Hoje o que eu ganho? Um salário-mínimo. Fiquei 31 anos em educação física, levantando 5 horas da manhã, um sol que não tinha um lugar para você se proteger... Hoje, dizem que as quadras são cobertas e não aparece um professor lá, os professores jogam a bola lá e os meninos ficam, os meninos que se viram. Nunca fiz uma greve, me arrasava; eu falava: mas eu sei onde desconta, quando desconta, eu sei onde dói... eu parto para outra, se Tôi me descontar eu parto para outra. Pode partir, mas eu não posso. Quando chegava, quando era nessa época, quanto é que descontou? Eu falei não! Eu não fiz greve, o aluno não veio, mas eu vim, aquele desgraçado. Eu falei, parta para outra! Parti com tudo do meu jeito, com aquela voz, eu não. Houve greve e eu não fiz, mas quando foi hora de repor aula eu fui. Dei as minhas, porque eu sei que todo mundo fica de olho. Não queria nem deixar eu entrar na sala, as outras. Umas me diziam: "O que você ganhou com isso?". Eu falei: eu? nada. Recebi meu dinheirinho. E você o que ganhou? descontou?

Minhas aulas de Matemática eram na base da pular corda. Olha a foto aí. Acompanhava o recreio com alegria. Não deixava ninguém de fora, eu avisava: amanhã nós vamos ver quem sabe a tabuada para pular corda ou as capitais do Brasil. Faziam a fila, tudo pequenininho, doidos para pular. Entrava eu perguntava: 2 mais 2 ou 3 mais 3, é tanto. Amazonas capital, é Teresina. Não sabe, senta ali. Fica sentadinho ali, amanhã você vai saber. No outro dia estava na ponta da língua (mostra fotografia pulando corda com os alunos).

Engraçado, veio uma moça aqui e falou assim: "Ah, porque hoje o processo que nós ensinamos é o processo de não sei o que". Aí eu falei: então estou adiantada. Era um "movimentão", todo mundo gostava do recreio. Minhas amigas estavam lá. Eu não sei como minha pele ainda aguentou até hoje, porque era num sol. Aqui também, por causa de uma colega, eu não ia para o recreio, disse: "Ah, seu aluno bateu no meu". Bateu? Ah, não vai bater mais. Aí eles ficavam de lá, "ah, eu posso entrar"? Não! Vai chamar sua professora que está tomando café. Eu falei: não bato mais, porque a gente chateia. Mas era movimentado mesmo, mas na medida.

Eu sou muito de seguir disciplina. No ginásio, a diretora disse: “Olha, eu vou abolir o sapato, o tênis branco, porque nem todo mundo pode comprar, então fica com o preto mesmo para educação física, que era branco”. Aparecia uma de branco, falta. “Ué, mas eu tô aqui”! Não está não! Você está de branco, você não é minha aluna! Eu estou aqui, a diretora me avisou, estou cumprindo a ordem da diretora, então você tem que cumprir a minha. A “nigrinha” passa e diz: “Ei, Dona Rica, tá me conhecendo”? Eu disse: sei, é a do tênis branco. “Ah, a senhora tá lembrando?”. Eu falei, estou.

Se eu levava uns biscoitinhos para um, eu levava biscoitinho para um. Eram umas cocadinhas de São João, umas cocadinhas contadas, bolinho de forma contado. Quando despejava no pratinho, eles olhavam uns para os outros, não adianta, eu sei quem eu não dei. Quer dizer, essa diferença é que acaba com o aluno. Você senta aqui nessa carteira, outro aqui, você chega e me dá um prato cheio, vem e bota pouca coisa no do outro. Porque tem gente que faz assim, tem colega que faz assim, tenha dó! Quero nem saber. Sei que no dia que essa turma formou, tirou o quinto ano, eu avisei: tal dia, vocês vão lá em casa, tem uma merendinha. Ofereci uma merendinha para eles, eles dançaram, tinha uma vitrolazinha, botei, eles dançaram.

Tanto que vieram me convidar para os 60 anos deles... Você me desculpa, eu desejo que seja muito feliz. Veio um aqui eu tinha um retrato desse. Você tem desse retrato? Ele disse não. Você quer? “Me dá, me dá tudo que a senhora tiver sobre isso, me dá”. Dei dois para ele, o da formatura e esse (mostra fotos das turmas que lecionou). Eu falei, eu não dou para os outros porque eu não tenho. Tinha alunos ainda que reconhecem.



“Nessa ocasião, eu vim de Lagoa Real, a Escola Normal não tinha mais, eu ensinava onde era a sala dos professores, a escola já estava arrebitada”

*2ª turma que Dona Rita da aula em Caetité, quando foi transferida do Distrito de Lagoa Real para Caetité.*



## MARÍLIA

MARILIA DE LOURDES COSTA – 86  
Ex-Normalista – formou em 1950  
Data da Entrevista. 24 de outubro de 2018

### 1. Lembranças da família

Nasci na fazenda de nome Alegria, próximo de Lagoa Real, distrito de Caetité, que foi emancipada em 1989, herança dos avós paternos, onde meu pai e meu tio constituíram família, viviam da lavoura, principalmente de algodão. Meu pai tinha paixão pelo algodão, também plantava pequenas lavouras de feijão, milho, arroz.

Éramos 10 irmãos, mas não cresci com eles. Com uns 8 anos de idade fui estudar em Rio de Contas. Eu era uma das menores da minha casa naquele tempo, eu sou a sexta filha, dos filhos nascidos vivos. Nem todos os meus irmãos estudaram, dois começaram e desistiram, os mais velhos não estudaram, e depois mais duas irmãs fizeram até o final, mais novas do que eu, Telmira e Gloria. Telmira morou em Brasília por 35 anos.

A lavoura era nossa principal fonte de renda, principalmente de algodão. Meu pai gostava, ele era apaixonado pela lavoura de algodão, essa lavourazinha de feijão, milho, arroz. Moramos numa região seca que era fazenda de herança dos pais dele, aquela história da época, então lá mesmo ele constituiu a família, ele e o irmão.

Então veio a seca. Naquela época era assim, o filho mais velho ia e geralmente o juvenzinho já não aguentava aquilo, queria ver coisa diferente, apesar da época, né? Eles iam fazer experiência, se desse certo, aí eles voltavam e aconselhavam os pais deles e iam para a lavoura de café, aí eles arrendavam um terreno e plantavam café, na meia (como meeiro), com o dono da terra. Chegava no fim, fazia o contrato por tantos anos, contrato por seis anos, naquele terreno ali eram eles que mandavam, cultivando café. Depois de seis anos é que o café ia dar uma colheita boa, no fim dos seis anos eles dividiam com o dono do terreno. No fim dos seis anos eles tiveram lucro e meu tio, que eu lhe disse que era muito apegado a papai, resolveu não voltar, aí disse, “olha, primo, vamos mudar daqui, nós já pesquisamos e arranjamos um sítio bom noutra cidade e tal, vamos comprar esse sítio nós dois? E vamos continuar morando juntos”. Ele disse: “não gosto de São Paulo. Vou acabar de criar minha família na Bahia”. Separaram. Foi uma dor para eles, mas meu pai não quis, ele não se dava bem com os costumes de São Paulo. “Muito bonito São Paulo, um progresso, beleza pra eu ir lá e ver, pra eu morar, não. Não gosto daquele povo, povo diferente”. Agora se falasse “vamos passear em São Paulo?”, ele queria.

Quando a família retornou, nessa ocasião, eu já estava formada e lecionando na zona rural de Caetité, minhas irmãs mais novas voltaram para a escola, os mais velhos não se formaram.

Fui a primeira professora da família depois que voltaram de São Paulo. Glória e Florzinha eram as que ainda tinham idade para estudar, já que os outros dois não quiseram. Os mais velhos não estudaram, não tiveram condição.

Naquele fim de ano, que me formei, fui em São Paulo, visitei meus pais, passei uns dois ou três meses lá, mas a ideia deles era voltar para a Bahia, meu pai disse: “ah! Não é foi conveniente ela ficar aqui, porque já pode trabalhar né”, se fossem continuar morando lá eu iria embora para ficar com eles.

O meu relacionamento com meus irmãos foi nota dez, sem problema, um confiava no outro, tínhamos uma relação prazerosa uns com os outros, não tinha briga, porque todo mundo estava ansioso para me ver, para ficarmos juntos, e eu também! Eu fui a primeira professora da família. Muita alegria, e o meu incentivo para os outros estudarem. Eu já trabalhava e podia ajudar, também já estava com família criada, aí eu fui morar com eles. As outras foram estudar, quem não quis voltar de São Paulo, rapazes, que já queriam se casar, por lá mesmo ficaram, vinham só visitar a gente, e eu fiquei com eles. Foi um tempo bom, porque aí eu fui desfrutar. Nas férias as meninas iam para a fazenda, era aquela folia da gente.

Quando eu morava com minha tia, na medida do possível ele ajudava com as despesas da casa, ajudava as meninas. O mais era com elas, tinham um pensionatozinho de pessoas bem próximas da família, filhas dos compadres de Itanagé, daqui da região mesmo. E aí fomos à luta. Zu e Rica estavam fora, não ficavam em casa, passavam o ano fora, lecionando, e quem ficava com a gente era Zilda e a

tia. Zilda era a mais velha, costurava bem. Era cada costura linda, cada vestido maravilhoso que ela fazia.

Naquele tempo, costurava aqueles vestidos lindos, daquelas sedas bonitas da época que usava, nem me lembro do nome. Alinhava o vestido todo e a pessoa vinha para provar aquele vestido. Às vezes, ia terminar no dia de uma festa. A criatura ficava de lá, provou o vestido, “pode ficar tranquila, se não der pra mandar antes, no dia de você ir pra festa, o vestido chega”. Terminava aquela costura, passava ferro muito bem passado, não deixava uma preguinha, dobrava numa toalha e mandava eu ou outra menina qualquer da casa ou duas levar, a pessoa ia receber prontinho. “Hoje a gente vai costurando, ela embola aqui, tu vem buscar, estranhei quando eu cheguei aqui, era diferente”. Era costume da época, costume do lugar.

São muitas lembranças da convivência com minhas primas, mesmo depois que fui morar com meus pais eu ainda continuei com as meninas, só não morávamos mais juntas. Todo dia, às 07:00, eu ia a cavalo para lá, às vezes almoçava em casa, às vezes na casa das meninas, na casa do prédio escolar onde elas davam aula. Não me desliguei delas fácil assim, tinha muito afeto, foram oito anos que ensinamos em Lagoa Real.

## 2. Lembranças da formação

Nem se eu quisesse outro lugar na época não existia para nós, por isso a escolha pela Escola Normal. Tinha Ponte Nova, próximo a Salvador, mas era muito distante. Única opção para estudar era Caetité.

Naquele tempo era difícil escola para zona rural, tinha uma escola uns 18 ou 20 quilômetros distante, não tinha onde os alunos ficassem, os pais não tinham condições de matricular. Assim, os moradores se reuniam e contratavam uma professora para alfabetizar os filhos, a cada ano, um período de cada um ano ou dois; ela se hospedaria, moraria em uma das casas dos moradores, e aquele círculo de amigos e parentes iriam para a escola na casa onde ela residisse. Isso aconteceu em quantas casas, 1, 2, 3 ou 4 casas, era uma professora leiga, de Rio de Contas, pois Rio de Contas sempre foi tido também como uma cidade de uma certa cultura, de uma certa tradição, se falava muito na fina educação do povo de Rio de Contas, então quem morasse na zona rural tinha aquela boa impressão; meu pai, por exemplo, e outros tios fizeram o curso primário em Rio de Contas, com o chamado professor Santana.

A gente tinha essa professora e eu era uma das menores da minha casa naquele tempo, tinha 8 anos, 7 para 8 anos quando comecei a ser alfabetizada, fui alfabetizada com uma certa facilidade, as primeiras letras, as primeiras continhas, aquelas operações básicas, de início adicionar, subtrair, então era assim; a essa altura ela já era comadre de meus pais, porque ela crismou Glória. Disse: “Compadre, deixa essa menina ir comigo para eu colocar na minha casa e matricular numa escola, porque ela está se saindo muito bem aqui; ela é pequena, não ajuda vocês em nada ainda”. Ela já tinha feito um ciclo de amizade muito forte, agora você veja a confiança que se tinha naquela época nas pessoas, meu pai abriu mão e me levou em Rio de Contas para ficar lá com aquela família que ele foi conhecendo na realidade quando ele foi lá, e eu saí de casa e ainda não tinha nove anos... ainda não tinha completado nove anos quando saí de casa, ela foi com ele, comigo... passou uns dias, ele voltou. Eu não me lembro se voltou com ela ou se ela voltou depois, e eu fiquei na casa dela, com os pais, os pais já idosos, com umas moças já idosas que tomavam conta da gente, é assim, e lá eu fiz o segundo ano e o terceiro.

Em 1944 fiz o terceiro ano em Rio de Contas, quando eu voltei para as férias no fim do ano, porque eu só ia nas férias no fim do ano. Quando eu voltei para casa em 44, no fim do ano, a família de Rica já tinha mudado para Caetité, e ali eles foram recebendo sobrinhos e primos que vieram estudar, ficar com eles. Minha tia que era irmã do meu papai disse: “manda essa menina pra Rio de Contas mais não, manda essa menina pra Caetité, que lá em Caetité ela já continua”. O meu primeiro contato com Caetité foi aí. E depois de mim foram mais dois irmãos. Mas esses dois não continuaram, já estavam ficando rapazinhos e tal, interromperam. Eu fui fazer o quinto ano em 1945, fui para a casa de Rica, só que não era naquela casa, era na rua que a gente chamava rua Aqui da Van. Mas minha tia, “Ave Maria”, era uma doçura de pessoa.

Minha professora foi Carmem Guedes, lá de Caetité, uma professora muito boa, terminei o quinto ano e fui fazer o curso normal. Convém você fazer uma perguntinha, por que eu saí da principal?

Olha, a Escola Normal, pelos padrões da época, era uma escola muito rigorosa, de muita disciplina, uma escola simples, pobre. Mas tinha um nível de cultura muito bom, só que para os padrões

da época. A gente, por exemplo, naquela época de 50, pela formação de família que tínhamos, nós éramos pessoas muito disciplinadas, muito tímidas. Rica foi uma coisa fora da época entendeu, mas também quando estudou e morou em pensionato, fora da família, parece que solta mais, e ela se soltou muito, apesar de morar um pensionato muito rigoroso, mas ela se expandiu muito e a outras também. Não consegui ser como elas. Eu era muito retraída. Elas foram ótimas, excelentes professoras, cada uma do seu tipo.

Essa escola era dentro dos padrões de muita disciplina; o diretor falava e todo mundo ficava calado. A gente tinha tanto respeito pelos professores que, se você estivesse na rua uniformizado e um deles passasse, você tinha que se levantar para responder o bom dia do professor, para você ter uma ideia, que naquele tempo a gente achava tudo natural, isso não era bom.

Outra coisa: menino e meninas não se misturavam. Eram os meninos na frente, como também ficavam em pátios diferentes quando saíam da sala de aula, tinha o pátio dos rapazes e o pátio das meninas, tinha um portão no meio, e quando as aulas começavam, eles vinham de lá, para ir à aula, e nós ficávamos no outro pátio, e juntos na sala de aula. Era um convívio bom, a gente gostava, era da época, ninguém achava que tinha nada errado, era isso e isso mesmo, mas tínhamos as colegas que brincavam e conversavam, passeavam nos domingos etc. Era bom.

As aulas, o currículo de disciplinas, eram divididas. Matemática era aquelas contas, Português, Geografia era tudo dividido. Dona Helena era uma professora muito rigorosa, muito competente, mas eu não gostava muito, não me dei bem com o jeito de dona Helena não, as aulas dela eram um raio, tudo aula expositiva; ela tinha uma voz bonita, muito atraente, ela era uma mulher bonita, meia idade, e não aprendi Geografia com ela, tinha a parte de Cartografia, que era aula separada, e a parte de Geografia, cada mapa que vinha daqui até aqui, era obrigado a ir lá e mostrar uma ilhazinha lá na Europa, tinha que ser obrigado a fazer, o chão tremia com a gente, quando ia num mapa daquele, um pinguinho para ir lá e colocar. A aula de dona Helena era um terror.

No fim do ano, para você estudar, recebia o programa, para fazer a última prova, para fazer segunda época. Tinham também as questões orais, no fim do ano; você fazia a última prova e também uma prova oral, aí tinha aquela urnazinha, colocava ali quantos números tinha o programa, primeiro, segundo, terceiro, colocava só o número, depois esfriava a mão e tirava por sorte. O professor ia ali e pegava naquele assunto.

Alguma situação com professor não lembro... assim coisa especial não. Perguntavam-nos sobre aquilo que tinha estudado, se saísse um assunto que por sorte você gostasse, se saía bem, eram dois examinadores, o professor da disciplina e mais outro, aí seria para um ou para outro, a gente gostava mais de ir para o que não era professor da gente, aquilo era natural... aqueles que iam terminando iam saindo, às vezes quando alguns saíam, quando ficavam os últimos já não tinha mais ninguém na sala, e também eram bem menos porque alguns já tinham passado. Quem passava não precisava nem fazer prova, parece que nem a oral e nem a última prova. Se me lembro bem, parece que não fazia não.

Nós tínhamos um professor de ciências, professor Edilberto. Ele era casado, mas o homem era o caos. O dia que ele estava danado, vinha aqui o riso dele (faz uma expressão facial). Ele já passava no pátio e as meninas iam dando o braço a ele, ele era bem popular. Elas dando o braço, aquelas meninas mais assanhadas davam o braço, e ele sorria. Quando ele entrava na sala era o cão. Aquelas meninas que deram o braço para ele eram as primeiras que iam para a frente responder às perguntas doidas que ele fazia do assunto que ele tinha dado no dia anterior – não sabia responder, zero. Quando era o dia da prova, aquela menina estava com aquele zero, o que ele fazia? Ele ia lá, a menina fez uma prova boa, né? Aí ele botava o um aqui. O dia que ele chegava sério, que não dava ousadia a ninguém, ele estava lá, dando o assunto, uma beleza. Podia ficar bem à vontade com ele.

### 3. Lembranças da matemática

De Matemática eu só tive um professor na Escola Normal, professor Hyeront Batista. Ele era um homem bem fechado, não era uma pessoa ruim, mas era muito fechado. Às vezes, chegava carrancudo. Nesse dia, se amolássemos muito ele, o “pau quebrava”, ele dava esporro. Cumpria suas obrigações, chegava, dava sua aula expositiva, usava o quadro negro – a gente chamava de quadro negro, era só quadro negro, na época, usava para fazer as ilustrações, ilustrações em palavras, desenho não tinha nada, gráfico não tinha nada, eram só palavras.

Os alunos estão lá sentadinhos, um de costa para o outro, na salinha bem arrumadinha. Eu e outras companheirinhas que não toleravam matemática ficávamos escondidinhas atrás do colega da frente para não sermos chamadas ao quadro, era um terror, ficava ali sentadinha, ouvindo perguntas. E outro detalhe, os alunos bons, que geralmente eram os rapazes, era quem iam ao quadro, eu não me lembro de ter visto colegas meninas irem muitas vezes até o quadro, eram os homens, era Hermes, Raimundo Moura que era irmão de Rica, Joaquim que era irmão de Rica, Caio Mafra, Francisco Guanais etc. Eram homens que aprendiam a matemática com mais facilidade, esses sentavam sempre a frente, porque os homens sempre se sentavam na frente chamavam a atenção logo... Sentavam perto do quadro para acompanhar a palavra dele e ele mandando anotar no quadro, era assim que a gente aprendia matemática.

Quando ele estava nervoso, chamava um fraco no quadro e falava: “é por aqui”. Eu me lembro que um dia ele chamou uma colega nossa ao quadro, no segundo ano normal, Iani, e quando ela chegou no quadro não acertou fazer nada; “é um absurdo!”, foi a fala dele, “é um absurdo, nós já estamos no Y e você ainda está no C, quando é que a senhora vai aprender?”, e Iani tremia não falava nada, depois saía fazendo graça com as colegas. Aquele que fosse mais ousado, que tentasse perturbar a aula, era cortado logo, ou saía da sala ou parava; aqueles que entendiam mais o assunto, se quisessem fazer uma perguntinha, faziam e ele respondia. Para nós, não interessava muito, porque não tínhamos base para poder entender as coisas difíceis que ele falava.

Tínhamos uma escola básica com professores bons, mas a matemática era dada do mesmo jeito, um pouquinho melhor, porque o professor primário atende mais o aluno, ele repete o assunto, ele junta o aluno, dá uma explicaçãozinha a mais. Então nós estudávamos o mês, que naquele tempo não era a unidade ainda não, eram provas mensais. Chegava o fim do mês fazia prova e aguento as notas baixas, cansei de receber prova com 3,0... aquele 3 de lápis vermelho grandão, não tinha comentário também não, todo mundo ficava lá.

Ficava lá para recuperar depois. Dois anos eu perdi em matemática, eu deixei de fazer, pois naquele tempo não tinha recuperação, era segunda “Época”, você deve saber né? Era a recuperação de hoje. O que acontecia: dois anos que eu estudei com ele, ele não era uma pessoa ruim não, mas era o padrão da época, era competente também, ele tinha competência, então dois anos eu perdi, era só matemática, eu perdia e ia para a segunda “Época”; e como era a segunda “Época”? Em janeiro, quem ficou, pagava seu cursinho, então tinha que tomar curso com outro professor. Me lembro que eu tive que ir para segunda Época, e tomei curso com dona Idalina, você não conheceu porque ela já morreu... pessoa com que eu aprendi um pouquinho, ela era maravilhosa para ensinar no curso, e um tal de Silvio Gumes, parece, professor novo, bonitinho, lindo, paciente. Também tomei curso com dona Idalina, e ia para fazer a prova, agora era interessante, na segunda época ele facilitava, ele era bem mais aberto, aí fazia e passava. Só perdia em matemática, não tinha outra época que eu pegava, chegava faltando, precisando tirar um 4 ou 5, mas um 4, 5, ou 6 para a gente conseguir naquela época, tinha que ser de raça, não era fácil como hoje não, não tinha aquelas questões de lembranças, de escolha, nada, eram 3 quesitos com problemas para resolver, não tinha saída.

Tinha matemática no primeiro, segundo e no terceiro ano, eu não me lembro mais, se era associado à Geometria, foi um ano que eu pude passar sem. Tinha Matemática e Geometria associada, foi o ano que eu não precisei fazer a segunda época, porque tinha Geometria, senti mais facilidade, tinha teórica que estudava, ângulo, triângulo, linha reta, polígonos. Ele explicou, deu aulas expositivas, geralmente passava 2 ou 3 problemas no quadro, você copiava e os meninos iam lá no quadro e resolviam. Geralmente eram os meninos que iam ao quadro e resolviam.

Os conteúdos eram aquelas coisas básicas, eu nem me lembro que algum conteúdo tenha me marcado, mas é aquele conteúdo mesmo que tinha fração, frações, decimais, sistema métrico, peso, proporção, razão, era aquela coisa toda teórica, juros, essas coisas bem difíceis até; entrava tudo no chamado programa, dava o programa com a lista de assuntos.

O professor Hyeront era uma pessoa muito conceituada na cidade, uma pessoa boa, era de Caetité mesmo. Era o professor padrão da época. Chegou lá, deu o assunto, acabou, não interessa se você aprende ou não, você tem obrigação de aprender. A obrigação dele agora era só passar a prova e dar a nota.

Os rapazes da nossa turma moravam muito próximo da nossa casa, eram colegas dos meninos. Às vezes, à tarde, eles iam para lá estudar um pouco de matemática com os meninos, mas nós estávamos tão atrasadas, tão por fora do que eles estudavam, que a gente já não se interessava não. Ficávamos cá,

eu e Laura, uma prima minha, a gente ficava no cantinho da gente, porque o que eles estavam estudando sobre matemática estava muito além da gente. Às vezes, eles estudavam juntos, trocavam ideias, se tinha um apontamento interessante eles passavam para nós, tinha muita união.

Ainda assim a matemática foi um terror para mim, mas para as crianças o que a gente tinha naquele tempo? Ensinava tabuada, ensinava a contar, ensinava a fazer as primeiras operações, também levava livro para estudar, estudar e aprender a ensinar, e eu recebi menino de primeira série, menino de segunda, menino de quarta e menino de quinta, uma sala multisseriada; e a quem pedia orientação? Eu ia para os livros, marcava os assuntos e morria de estudar, e ia dar aula expositiva também, onde é que fossem os trabalhinhos em grupos, minhas coisinhas para ensinar, como tinha sido rica a experiência (sobre o período que começa lecionar em Cana Braba das Caldeiras).

Eu me lembro que eu e Zu éramos muito controladas; Zu era “taca” em matemática, de dom, estudou na mesma escola que eu, muito boa em matemática, agora ela não apreciava muito história, talvez não gostasse, e o que nós duas combinávamos: “quando chegar na hora da aula de história, tu manda teus meninos para minha sala”. Nos dias que havia aula de História e Matemática eu a mandava levar seus alunos, na hora do recreio, para mim, e os meus ficavam com ela. Então eu dava aula de História e ela de Matemática, trocávamos sempre.

#### 4. Lembranças da Carreira

No período que fiquei em Caetité, me lembro que papai me visitou uma vez, mas da família não, nem na minha formatura não puderam vir. Quando terminei o Curso Normal, naquele fim de ano eu fui logo providenciar um lugar para ensinar, e lembro que minha primeira nomeação, no mês de janeiro do ano seguinte, de 1951, já saiu para uma roça perto de Guanambi, um tal de Pilões, que naquele tempo era um terror, mas parece que tem outro nome, tem um nome até bonitinho que eu não sei, disse que era um terror na seca, na feiura. Eles tiveram tanta pena de mim, eu era aquela pessoa ainda inexperiente, me formei com 18 anos incompletos, sem experiência nenhuma, ficava da casa para a escola, ia numa festinha de vez em quando e pronto. Resolveram pedir para trocar, o irmão de professor Hyeront Batista, Francisco Batista, era secretário de educação, então providenciou a transferência de Pilões para Cana Braba das Caldeiras, que é distrito de Caetité.

É uma vilazinha, sozinha, não tinha uma professora, era uma vilazinha que já tinha tido professores bons, até mais de um, mas estava em uma certa decadência nesse sentido. Fui sozinha, e imagine com que experiência? A Escola Normal não dava, tivemos um estágio na escola em que a gente era convidada para tomar conta da sala de aula, dar umas aulinhas ali com a presença da professora regente, mas não adiantou muita coisa. Fui tentar. Ia para os livros, marcava os assuntos e morria de estudar, dava aula expositiva também... como tinha sido rica a experiência, naquele lugarzinho sossegado, onde menino prestava atenção. Fiquei um ano fui transferida para Lagoa Real. Quem ensinava em Lagoa Real, que é nossa terra, era Rica, Zu que já morreu e Terezinha, eram essas três professoras, na época, construíram pelo interior dos municípios o chamado prédio rural.

Em Lagoa Real construíram o prédio rural. Nesse prédio rural as professoras moravam, porque nas casas de morar tinha uma sala de aula, e a professora que foi nomeada para ocupar esse prédio rural tinha direito de ficar naquela sala para dar aula; outra não podia dar no outro turno, era proibido, só podia a que foi nomeada para ocupar, e aquela sala enorme ficava a tarde toda vazia... não podia, tinha que ir lá para baixo alugar sala, ficava um pouco fora da rua, e nós íamos alugar sala lá, com uma sala desocupada pelo menos para uma. Para você ver as bobagens, os atrasos da época; então Zu é quem era a professora titular, nós morávamos na casinha com ela. No fim do meu primeiro ano lecionando, Terezinha foi transferida para Caetité, é parenta nossa; Terezinha foi transferida para Caetité, e eu pedi para ficar no lugar de Terezinha. Fui morar na mesma casa com Rica e Zu, fiquei alguns anos. Nesse meio da história, Rica foi transferida para Caetité, quem veio para o lugar dela? Zilmar, a outra irmã, e depois vieram Zildete e Zenilda, nós ficamos todas na mesma casa, era gostoso, ficamos as três. Teve uma época que Lagoa Real era escola isolada e tinha 7 professores, eu ainda peguei esse tempo, era uma escola boa, considerada boa, que a gente trabalhava, não tinha isso de vamos planejar, não usava o termo planejar na época, era vamos estudar para amanhã.

Gostávamos de lá, era divertido, o lugar dava flores lindas, tudo ficava belo. À noite, jogávamos buraco, eu, ela e Rica, mas Rica era disciplinada, sempre corrigindo as coisas dos meninos. Se regulava no buraco, jogava só até tal hora. No buraco tinha uma jogada que dava loba, que valia 500 pontos,

quando isso acontecia vibrávamos muito e Rica reclamava lá do seu quarto. Mesmo com as queixas, sempre abusamos do buraco, ficávamos até mais tarde jogando, era uma época boa, muito gostosa.

Rica nem recebia jornal direito, só dias depois, e quando recebia vinha de Caetité. Ouvíamos as novelas de rádio, e era uma vida pacata em um dos distritos de Caetité, que hoje já é emancipado. Lagoa Real cresceu muito, vários comércios, e o que fez a cidade ter mais visibilidade foi a vaquejada.

Nas aulas de Matemática, alguns meninos ficavam mais exclusivos nas brincadeiras de correr, nas mais animadas, enquanto as meninas ficavam mais separadas, porém o relacionamento era bom, amigável.

Fiquei uns oito anos no primário, nesse período a minha família já havia chegado de São Paulo e eu passei a morar com eles, em um sítio pequeno que o meu pai comprou, próximo de Lagoa Real. Porém, eu ainda continuei com as meninas, só não morávamos mais juntas. Todo dia, às 07:00, eu ia a cavalo para lá, às vezes almoçava em casa, às vezes na casa das meninas, que chamávamos de prédio. Não me desliguei delas fácil assim, tinha muito afeto. Depois dos oito anos em Lagoa Real, em 1963, eu e minha família mudamos para cá. Minha irmã Florzinha, juntamente comigo, pegou a Pedra Preta para ensinar, ela já havia formado na época. Ficamos por lá uns três anos, mesmo que, após um ano da nossa mudança, papai tinha falecido. Nesse meio tempo, mamãe resolveu que íamos para Brumado, mas continuei lecionando em Pedra Preta, tinha um transporte que a Magnesita disponibilizava.

Me transferi para cá, aluguei uma sala e comecei a dar as minhas aulas. Glória já tinha ido para o sul da Bahia trabalhar, não quis ficar por aqui. Trabalhei dois anos nessa salinha, e em 1967 eu arranjei umas aulinhas no colégio, para ser professora de Português, fiquei até o restinho do ano. No final do ano, apareceu uma oportunidade de um curso que seria um treinamento para acompanhar o trabalho dos professores leigos. Naquele tempo, chamava aquelas siglas, era federal. Eu, Teresa Souza e Lígia nos candidatamos para esse curso, e fomos para Salvador para fazer a seleção. Teresa Souza foi dispensada porque no seu histórico falava que ela era muito ligada à comunidade, ao social, e eles queriam uma pessoa que se dedicasse totalmente aos leigos. Eu e Lígia fomos para o Espírito Santo fazer o curso, isso durante um ano. Lá havia várias meninas da Bahia e de muitos estados, foi uma experiência maravilhosa! Como se lá tivesse tirado um véu do meu rosto e me falado “O mundo é assim”.

Antes de lá não tinha muito noção, lá abri os meus olhos. Ficamos em um internato, muitas colegas, muitas meninas, trocamos experiências, foi muito gostoso, mesmo que eu tinha muito trabalho para fazer, foi um ótimo ano. Depois disso não voltei para o primário, voltei para o colégio, e no primário só fiquei acompanhando, supervisionando o trabalho dos professores leigos. Eu e ela fomos acompanhando-os até na zona rural, e tínhamos uma enorme satisfação em passar o que sabíamos para os professores. Foi uma benção esse trabalho, para toda a Bahia! No ano trabalhávamos e no meio de janeiro era curso, então vinham muitos professores leigos para cá, de diversos lugares, atendíamos mais de 100. Até colegas da nossa época vinham para cá, a fim de ajudar com o curso. Ficávamos dois meses passando as nossas novas técnicas, didáticas todas trabalhadas. Foi um progresso enorme. Quando não dávamos curso, íamos para o colégio, saímos de porta em porta tomando panela, puxando, dormíamos lá, isso na década de 70. Trabalhamos 4 anos, e depois dos dois meses de curso eles já saíam prontos de carga disciplina, acompanhamos eles, viajamos muito. Isso tudo além de ensinar no colégio, foi muito bom, esse período me ajudou demais. Eu deixei de ser tão tímida, já tinha coragem de falar, foi diferente.

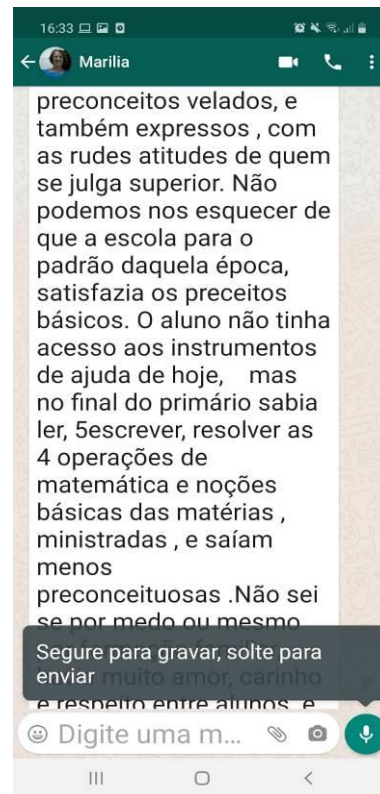
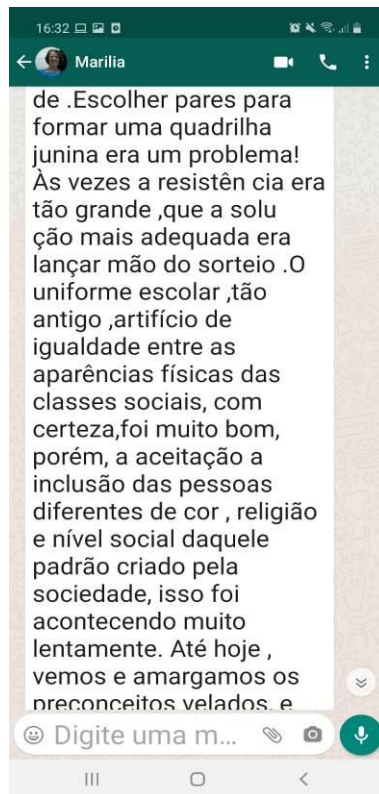
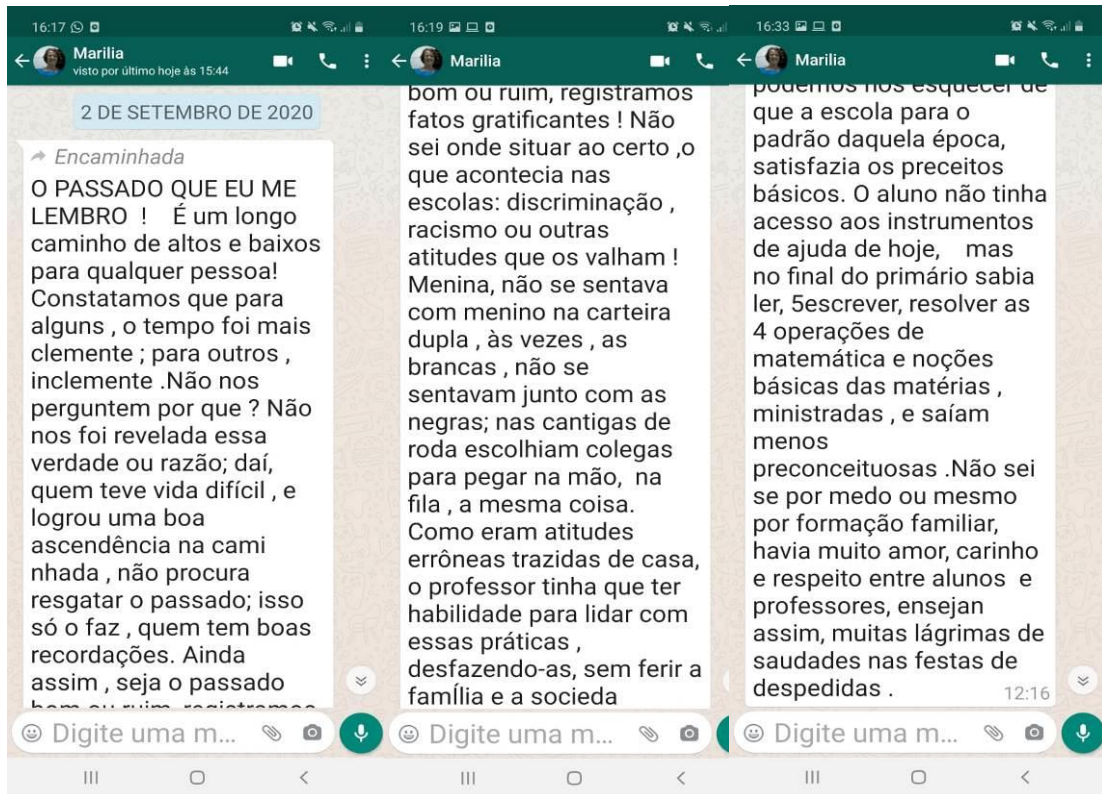
Era tudo do nosso bolso, desde Lagoa Real. Quem não tinha um espaço cedido pela prefeitura, alugava uma salinha.

Nós mesmas fazíamos a matrícula. Tinha um fiscal escolar, era uma pessoa idônea da comunidade, no início de março enviamos um ofício a ele dizendo que estávamos resumindo, na época era um esposo de uma colega nossa. A gente reunia os alunos para fazer a matrícula; na época o pai escolhia a professora, por questão de distância ou até mesmo preferência. Depois de fazer a matrícula, dividíamos as turmas. Ainda havia o seriado, não dava para uma ficar, só passamos a ficar com uma ou duas turmas na época que tinha sete professores, antes disso não era possível várias séries no mesmo lugar, no mesmo período. É que quando eu fui para Lagoa Real, eu ensinei primeira, terceira e quinto ano.

*“Minha turma no 1948, quando cursávamos o terceiro Ano Normal. Ao centro, o Prof. Edilberto.” (Marília, destaque em vermelho)*



Texto enviado a mim por Marília: O PASSADO QUE EU ME LEMBRO





## DONA ZAIRA

ZAIRA GUMES COUTRIM - 81 ANOS

Ex – Normalista – formou em 1956

Data da Entrevista. 16 de janeiro de 2019

### 1. Lembranças da família

Minha família é de Caetité. Eu estudei lá em Caetité nos anos quarenta, quarenta foi. Lembro disso porque minha mãe faleceu em quarenta e dois. Fui para lá aos 3 anos para morar com minhas tias. Fui criada por quatro tias, eu falo quatro anjos. Apesar de que tive uma criação muito rigorosa. Elas eram beatas como diziam. Então elas achavam que tinham que me aprimorar e me criaram assim; parecia que era princesa, quando chegava lá todo mundo vinha me “paparicar”.

Éramos três. Minha irmã mais velha, que era adotiva, depois de seis anos foi que eu nasci, meu irmão, eu e depois o outro irmão. Quando minha mãe morreu, um ficou com dois e o outro três e outra com seis anos. Então passamos a morar lá com elas. Meu pai construiu nova família e teve 11 filhas, fomos criadas lá com elas, mas tínhamos ligação com o meu pai. Mas como meu pai não morava em Caetité, a gente precisava estudar. Desse modo, ficamos em Caetité. Fiz o primário lá.

Já meus irmãos não. Essa irmã minha estudou em Ponte Nova, ela fez lá o ginásio. Ela nem chegou formar em professora. Depois ela abandonou, não quis. Casou-se. O outro estudou também em Caetité. Ele já fez o científico. Ele foi para Recife, lá fez concurso. Ele estudou inglês, e era tão bem dado que ele trabalhou no banco internacional, falava inglês. Com o que aprendeu lá em Caetité. No pedagógico não deu inglês não.

### 2. Lembranças da matemática

Na hora da aula de Matemática mudávamos de sala, não era tudo numa sala só. Nós íamos para outra sala, se fosse aula de Matemática mudávamos para sala Pedro Carrascoso.

A sala de geografia tinha esses mapas, globo, pintura, alguma coisa na parede, relacionada à aula. E a de Matemática era só Pedro Carrascoso. Ela não tinha nada específico determinando que era matemática. Não sei se é porque o Pedro Carrascoso podia ser algum matemático. Eu sei que tinha essa sala Pedro Carrascoso.

Olha, as aulas de Matemática... eu vou lhe dizer, talvez, que tem professor que transmite melhor. Então tinha uma professora, chamava Dona Idalina Vieira. Ela tinha uma maneira de ensinar que a gente “pegava” logo. Aprendia logo. Então, me lembro que foi no primeiro ano ginásial, segundo ano ginásial, chamava assim, que aprendi a matemática. Tanto que até a sexta série eu sei matemática.

Mas quando entrou para álgebra... E o professor era desses relapsos mesmo. Preguiçoso, só andava com dor de cabeça. Um dia ia, outro dia não ia, mas estava lá, porque ele era o professor. Eu não aprendi foi nada de álgebra. O que ele explicava a gente não entendia. Eu não sei se, talvez ele não fosse formado em matemática, não sei, porque Dona Idalina explicava e a gente aprendia mesmo. Para os exames recorriamos a quem soubesse para nos ensinar.

Tinha que tomar curso para o primeiro e o segundo, quinta e sexta antigamente, esqueci como era. Os dois primeiros anos ginásiais. No ginásio tinha um professor bom, então aprendia matemática por conta disso, eu só sei matemática até aí. Quando tínhamos a prova – porque a gente tinha que estudar tudo –, era preciso recorrer a um professor de matemática para nos explicar, quando o professor não era bom. A Matemática era de Trajano, Antônio Trajano. Que tinha a elementar que era do primário, Matemática Elementar de Antônio Trajano e tinha Matemática Progressiva, que eu não me lembro se era por série. Eu sei que tinha essa também, eu tinha até uma. Essa parte, por exemplo, juros, porcentagem, isso tudo eu aprendi muito bem, sabia muito bem. Meu problema foi só quando chegou na parte de Álgebra que eu não aprendi foi nada, não sei matemática.

Quem dava o curso eram os professores da escola. Tinha essa Dona Idalina mesmo, tomei muito curso com ela. Tinha outra lá que era irmã dela, dava também curso. Até essa tia minha que eu falo que ela era autodidata, porque ela sabia tudo. Ela sabia Português, Geografia, Francês, apesar de ter estudado em colégio americano. Francês era a outra tia que ensinava. Então ela ensinava também a matemática para a gente.

Minha tia Heloisa sabia matemática muito bem, matemática não, francês muito bem. E o latim, a gente tomava curso também, com um padre. Porque tinha que aprender tudo de Latim, e traduzir aqueles livros tudo. Era *ludos primus, ludos testes, ludos*.

Esse professor do ginásio não foi do Pedagógico. Do pedagógico eu não estou me lembrando quem era. Hyeront Batista Neves. Ele era assim aquele tipo de professor seco, chegava e saía e a gente não tinha intimidade. E as outras professoras eram assim, professores amigos. A gente tinha, às vezes, até uma relação de perguntar, conversar alguma coisa assim. Não era como hoje. Os professores ensinavam, a única coisa que eu não aprendi foi a matemática. Eu acho que foi porque ele (professor de matemática) não tinha aquele carinho de chamar a gente para aprender.

Mostrando a fotografias aponta para a foto de uma professora e diz: “Essa daqui ensinava matemática. Aqui era cobra, viu, cobra em Matemática, sabia mesmo”!

### 3. Lembranças da formação

As aulas de Geografia eram ministradas numa sala especial, específica. Chamava-se João Cleber. Na aula de Matemática mudávamos de sala, não era tudo numa sala só. A sala de geografia ela era com todo o material de geografia, mapas, globo e tudo. Tudo de geografia. Eu não sei quem era Pedro Carrascoso. A gente teria que pesquisar. Agora, as aulas de Português, de História e Geografia que eram lá. Já era uma sala só.

A sala de aula de Geografia tinha esses mapas, globo, pintura, alguma coisa na parede, relacionada à aula. E a de Matemática era só na Pedro Carrascoso. Ela não tinha nada específico determinando que era matemática. Não sei se é porque o Pedro Carrascoso podia ser algum matemático. Eu sei que tinha essa sala Pedro Carrascoso. Na aula de desenho, nós tínhamos desenho, passávamos então para outra sala. Lá na sala tinha uns cavaletes, uma coisa, assim, bem alto e lá tinha todo material de desenho.

Nós íamos com os cadernos e a professora era muito minuciosa. Eu até vi esse retrato, ela ainda é viva. Alice Quene. A gente chamava Dona Alicinha. Parece que ela tinha os olhos de lince para olhar o mínimo detalhe. Na aula de desenho eram quatro aulas.

Nós tínhamos aula à tarde também. Tinha aula de manhã e algumas matérias de tarde. Tinha a aula de canto “afeônico”, que era música, mas era canto “afeônico”. A tinha que fazer todos aqueles “sufejo”. A gente ficava assim, falando e a professora explicando.

Durante o ginásio e teve uma no pedagógico, que nós fizemos pedagógico, não chamava magistério não, era pedagógico. Eu fiz os 4 anos de ginásio e fiz o pedagógico lá. Não tinha esse curso que hoje chama ensino médio. Eu me lembro que tinha um científico também. Mas eu não peguei esse científico, tanto que eu tenho uma carga horária.

Eu não podia entrar para uma faculdade, não podia. Na época, nós teríamos que fazer o chamado Artigo 91. Então, para fazer esse Artigo 91 teríamos que ir a um colégio em Salvador, pois só tinha em Salvador e lá fazia as matérias específicas do que seria o científico. Isso foi até 1956, até 1958, em 1959 ainda foi esse sistema.

Eu formei em 1956. Então teria que sair de Caetité, não tinha em Conquista, só podia fazer em Salvador. Em salvador alguns colégios particulares, tinham um pouco. Tinha o Vieira... eu, por exemplo, não tive a oportunidade de ir a Salvador fazer esse curso, então eu fiquei somente com o curso formação de professor primário.

O fundamental era de primeiro a quinto ano. Fazia um exame de admissão. Era quase um vestibular. Fazia o exame de admissão e ia para o ginásio. Do primário ia para o ginásio, aí passava para o pedagógico, mas nós não fazíamos mais prova nenhuma não. Agora tinha esse problema que só podia fazer faculdade quem tivesse esse curso adicional. Não era nem adicional, chamava Artigo 91, mas deve ser adicional. É tanto que eu não pude fazer. Muitos colegas meu fizeram, continuaram. Essas aulas eram assim ministradas, a de Português, por exemplo, eu tinha uma professora muito boa, era Dona Conceição Pontes, tinha até a foto dela aí. Então, era aquela aula teórica mesmo, que você tinha que aprender o português a fundo, aquelas regras. Não tinha mimeógrafo, não tinha xerox, então, tinha que aprender escrever. Tinha que aprender escrever corretamente.

Um exame era feito no mês de junho. Marcavam as provas para fazer o exame. E o outro era em novembro. A gente tinha que fazer todas as disciplinas. Março, abril, maio, junho fazia o exame dos

conteúdos. Esses conteúdos todos tinham que estar afiados, na ponta da língua. Depois a gente estudava o outro semestre, que começava em julho. Lá em Caetité, por exemplo, era depois da Festa de Santana.

Minha tia Eponina sabia tudo. Ela já ensinou já práticas de ensino. Então ela forçava muito o ensino de Português para a gente. Ela foi a primeira professora da escola normal. Da segunda etapa da escola normal. Que teve aquela primeira e teve a segunda. Ela ensinou no Colégio Ponte Nova. Já estudei lá também. Hoje chama-se Vagner. Era o colégio de Americanos, ela ensinou lá. Ela ensinava prática de ensino, ensinava Francês nesse colégio. Tinha a parte do internato lá, era o internato das mulheres, feminino e o masculino. Quando foi no ginásio eu vim embora para Caetité.

Eu fui para lá porque ela foi. A minha irmã mais velha já estava lá estudando, era do governo do americano. E ela teve o direito a esse estudo, que era particular. Era muito caro o internato. Internato com estudo. Eu, na época, tinha onze anos quando terminei o primário. Ganhei uma bolsa de estudo para fazer o estudo, o ginásio e para instituto de enfermagem. Era lindo o instituto, tinha o colégio e o instituto de enfermagem, perto do hospital. Primeiro hospital do interior da Bahia, Grace Memorial Hospital. Ganhei uma bolsa de estudo para ficar lá e fazer o curso de enfermagem, quando tivesse o ginásio eu entraria já para o curso de enfermagem, mas eu não quis. Era muito longe e eu não tinha vocação.

Eu fui com dez anos para Ponte Nova. Eu terminei o curso primário lá. Foi um ano só. Os anos anteriores eu fiz em Caetité. Eu estudei lá em Caetité nos anos quarenta. Minha mãe faleceu em quarenta e dois. Eu fui aos três anos. Com quatro, cinco anos em Caetité, tinha jardim infantil. Era a coisa mais linda o jardim infantil de Caetité na escola normal. No jardim a gente tinha que cuidar das plantas, tinha as cadeirinhas, tinha o “regadorzinho”, tudo isso tinha lá em Caetité, a coisa mais linda! Não é o tempo não que acaba não são as pessoas. Por que como é que destruiu uma coisa dessa? Uma escola daquela, com sala para tudo. Acabou a escola normal em Caetité.

Ficamos lá em Caetité, onde fiz o primário. Eu aprendi a cartilha, a cartilha que tinha que aprender primeiro, o ABC, depois a cartilha asa, ovo, uva, aquela cartilha com uma professora já formada, formada lá em Caetité também. E era uma sala com umas cadeirinhas, a gente se sentava para poder escrever, era multisseriado. Tinha os mais adiantados, multisseriado. Eu ensinei numa sala assim também. Um escrevia, se sentava no colo da mais velha, da maior, para escrever. Depois é que eu fui para a escola mesmo, mas era escola do estado, não era lá na escola normal não, porque tinha escolas anexas à escola normal de Caetité. A anexa, a parte anexa era o primário. E a outra parte era a escola normal, que formava professor. Depois ficou ginásio. Quando eu entrei para o ginásio, ainda tinha duas turmas da escola normal.

Estudei durante todo o ginásio e pedagógico na escola normal antiga. Nessa escola que tem aquelas salas todas, muito boa. Tinha um museu; na aula de ciência a gente ia lá no museu, explicava, tinha os animais empalhados e dentro do formol. Até uma criança, um fetozinho.

Em 1956, foi construído lá o ginásio. Não era chamado de instituto, era o ginásio. A minha turma foi para o ginásio. Estudei na Escola Normal, no prédio da Escola Normal, mas eu fiz o último semestre no ginásio. A mudança foi para lá, onde me formei... no pedagógico eu dava Higiene e Puericultura. Todas aquelas normas, tudo de higiene e puericultura. Era um médico. E fazia aquelas provas com esses livros de higiene e puericultura. E a gente tinha que fazer essas provas com todos. Estudei direito constitucional também, no pedagógico. O professor era um juiz. “Olha o retrato dele aqui”. Juiz de direito, João de Almeida Bulhões era o nome dele. Foi um estudo antigo. Hoje, para dar uma aula de Português, tem que começar do âmagô mesmo, para ele entender.

Acho que é a evolução. Depois veio esse advento de internet que ninguém mais escreve, ninguém mais lê. E as escritas todas erradas, tudo errado. Não tem regrinha nenhuma de acento, nem de nada. Não tem concordância, não tem acentuação, não tem nada.

No pedagógico não teve inglês, nem francês. A minha professora de inglês estudou inglês nos Estados Unidos, pelas missões presbiterianas. Eu me identificava mais com o francês, porque tinha que decorar, que falar, cantar e traduzir o hino da França. Tinha que traduzir o hino da França. E Latim? Eu comecei Latim com um padre. Padre Aurelino. Depois veio o professor Moura. Esse sabia, ele não era padre. Ele dava aula de Latim e a gente tinha que aprender aquilo tudo. Umas tais de umas declinações. E tinha o livro de latim também. Tinha os textos. Eu dei tudo para Belma, uma prima minha que era da faculdade. Depois, o professor Moura deu aula. Em seguida, veio um Padre Aldo, de Salvador. O padre Aldo pegou e abandonou, porque tirou a batina e se casou. Ele foi noivo de uma moça que era filha de Doutor Nelson Lula, que dá nome a uma praça aqui.

Nosso estudo era muito rigoroso. Nós tínhamos pedagogia e tinha práticas de ensino. Tínhamos que estagiar, fazer aquele relatório todo, planos de aula e a professora tinha que olhar para ver se os objetivos estavam certos. Era para dar nota e tudo. E tinha a pedagogia separada. Eu tinha professora de pedagogia, era Dona Judite Cunha. E tinha a de psicologia, Dona Nizinha; tinha a de práticas de ensino.

Para a parte pedagógica tínhamos esse estudo assim. No caso de geografia e história, a geografia já era específica, a história a gente estudava; no pedagógico a gente já estudava história das civilizações. Lembro-me que era separado. Tínhamos que assistir as aulas, fazer o relatório e ainda fazer um comentário sobre o que aprendemos, o que vimos. Era tudo escrito. A gente tinha que apresentar. Quando era setembro, mais ou menos, íamos fazer o estágio. E o curricular. Ali a gente tinha que preparar tudo. Fazia as aulas com algum materialzinho muito modesto, mas fazia. Depois de formada, eu tive um curso de audiovisual, com o professor Satelis, ele era secretário de educação e veio a Caetité para dar essa aula de audiovisual.

Minha tia que ensinava francês era Heloisa Gomes Portela. Ela traduzia o francês na maior facilidade e sabia matemática muito bem, matemática não, francês muito bem. E o Latim a gente tomava curso também com o padre. Dona Judite era prática. Eram separadas as moças dos rapazes. Das moças era professor Alfredo. Esse de Literatura.

#### 4. Lembranças (começa a mostrar fotos diversas)

Essa aqui é Sandra? Sociologia. Tão bonito o povo. Esse aqui é Hélio Negreiro? Era de educação física, mas dos rapazes, ele não foi meu professor não.

Minha mãe foi da segunda (sobre a turma da mãe), tenho até o retrato. Carmen Dolores é o nome dela. Eu tenho aqui alguma coisa dela. Em 1929 foi minha tia, Eponina, essa que era autodidata. E 1930 foi ela (a mãe); em 1931 foi essa outra tia. Elas se formaram em seguida. Depois foram as outras duas que eram gêmeas. Essa daqui. Ela quem ensinava Matemática. Aqui era “cobra”, cobra em Matemática, sabia mesmo. Essa aqui era de Educação Física. Essa Dona Helena, simpatia, de Geografia. Eu saí e ela ficou lá. Essa daqui era de canto “afeonico”.

Dona Ida Silveira foi minha professora de História. Eu tive outras, várias, de História. Tive Dona Celina, no ginásio, mas aquela foi do pedagógico. Dona Judite não sei se foi de geografia... não, geografia foi Dona Helena. Essa aqui era “cobra” em português, acho que ela é de Rio de Contas. Essa aqui era de Artes domésticas, eu tinha até o livro. Economia doméstica.

Não tenho mais esses livros. Quando eu mudei para cá ainda tinha. Após colocá-los num quarto, deu cupim. Ensinava bordar, pregar botão, fazer casa, tinha que fazer um álbum. Um álbum para obter a nota. Fazia esse álbum de bordado, crivo, tudo lá na escola, tinha aula dela.

A turma Juscelino Kubitschek foi para Ouro Preto. Uma coisa interessante que eu ia lhe mostrar: as colegas faziam comentário das colegas e publicavam no jornal. Não botaram aqui o nome do jornal. Acharam lá em Caetité, nos achados e perdidos de lá e mandaram falando da minha mãe. Granada de 1930 era uma pessoa, Perpétua, era o suposto nome de uma colega. Ela (minha mãe) morreu com 37 anos. Meu pai e minha mãe eram parentes, primos, mas não eram distantes. Quem criou meu pai foi meu avô, pai dela. Eles foram criados juntos e acabaram se casando.

Ela fazia um comentário de uma colega e ninguém importava. Tem a nossa bondosa Carmem, uma vida romântica ideal, crescendo sobre o mesmo teto que o seu pequeno habitat. Depois fala sobre nunca compartilhar com as colegas em suas brincadeiras nem phantasia, “ph”, fantasia. Pela realização do seu sonho, logo após a formatura, que era se casar, aí ela se formou. O prazo de formar, pois sua alma não resiste à saudade que sofre pela separação de seu noivo. Porque meu pai era novo. Ele ficou viúvo com 37 anos. E ele tinha uma loja em Guanambi. Ainda tenho umas cartas que ele escrevia, porque não podia ir lá, mas que morria de saudade. Eu falei: “ô meu Deus do céu, o povo era tudo por carta”. Ele não estudou, mas escrevia muito direitinho as cartas, todas bem escritas, com uns ph.

Eu ia pegar meu convite da formatura. está aqui. Ainda tem a “velharada”. Fica ali guardado dentro dos plásticos. Aqui é o convite da formatura. Deixe-me ler para você: “A melhor pedagogia será falha e vã”. Tantos anos que a gente tem isso. Não me pesa a memória.

O professor Hyeront não ensinou nessa turma, não. O professor Alfredo é que ensinava Literatura. Era turma A, B e C. Três turmas de professor. Os meninos e as meninas na mesma sala. Era pela ordem alfabética. As carteiras, antigamente, eram aquelas carteiras duplas. Então, os rapazes ficavam aqui mesmo, acho que de minha turma era por letra. Ruth, Raimunda, Dalva, Teresinha, Rui

Vasconcelos, tem Rui também aqui. Botaram os rapazes na frente primeiro. É Vilage Santana, Oscar, ele já morreu num acidente. Oscar Oliveira Alves e Rui Vasconcelos. Hermelinda Mirante já morreu também. Rui mora aqui. Ali junto de Diná. Rui fez curso pedagógico também. Acho que ele nem ensinou. Ele fez concurso para coletor. Não sei se era concurso ou se era nomeação, ele era coletor. Ele mora na praça Anastácia. Perto da casa de Diná. Ruth é na casa de cima, na Paulino Chaves.

Essa aqui já morreu. Essa Exuperia Moura Pires é desse povo pires daqui de Beto Pires. Ela era irmã de Beto Pires. Essa aqui é Laurinda, tia do Padre Eutrópio, que eu soube que morreu também em Brasília. Elas foram tudo para lá. Essa também morreu num acidente em Salvador, Maria Amélia. E essa irmã dela, Ana Pereira, com 15 dias que formou, morreu. Ela teve uma espinha infeccionada. E ela era noiva de um rapaz, eu o conhecia muito. Ele ia muito em Caetité, tinha uma loja muito grande. Quando ela formou, foram para a roça, para fazenda do pai, lá perto de Monte Alto. Ela e a Maria Amélia. Não teve tratamento, ela morreu e quem ajudou fazer o caixão foi o noivo, porque disse que chovendo muito não podia passar. Uma história de vida. Muitas aqui eu não sei mais.

Camila Ruth Vasconcelos é Ruth. Ermelinda Mirante morreu. Essa é Eunice Carlos Cotrim, ela tem uns filhos que são médicos lá em Conquista. Exuperia mora em Salvador. Essa aqui mora em Caetité, ela morava com aquela professora minha, Judite. Judite morreu e dizem que deixou a casa para ela.

Eurides da Rocha Gama mora na esquina após a escola Grão de Areia, passa primeiro pela Rua Barão, onde fica a casa do bispo, depois a escola; na esquina seguinte fica a casa de Eurides. Ela é tia de Benito Gama. Ela morava com essa professora aqui, os pais dela foram embora, ela ficou lá e formou em Caetité. Dona Judite não tinha filho, passou a casa para ela. Essa aqui é minha prima, Delia de Castro, escreve muito, faz muita coisa lá em Guanambi. Se você conseguisse falar com ela seria uma beleza.

Essa aqui mora em Conquista, Hermelinda, Eunice, Exuperia mora em Salvador. Eunice é essa. Hilda Vasconcelos mora em Boquira. Essa morreu, que é a tia do Padre Eutrópio. Essa morreu, Lia, essa menina morreu nova. Lineia Bezerra mora em Guanambi. Ruth Cardoso eu sei, Maria da Gloria Rego é de Livramento. Marília também morreu nova. Maria Cardoso de Castro é irmã de Preta. É engraçado que são duas Castro, mas não são parentes.

As moças que eram de fora moravam no convento de freira ou em casa de família. Mas aquele tempo era assim, não tinha muito atrativo, a gente se encontrava mais na escola. Não tinha essas festas. Nice Alves Oliveira era amicíssima minha. Outro dia eu estava olhando no facebook, ela está com um cabelinho branco. Ela era mais velha do que eu. E essa aqui morreu, Vilma Sônia Viera Carvalho. Era só na escola. Não tínhamos esse hábito de formar grupos para estudar. Cada uma morava no seu canto.

A única que já morou com a gente foi Maria Aparecida, que mora em Caculé. Estudou desde o primário até formar lá com minha família. Essas duas aqui moram em Caetité: Zenilda de Moura Rocha e Zildete de Moura Rocha, na Avenida Santana (Zildete). Prima de Marília. Dona Rica já está com 90. Zumerinda, a mais velha, morreu. Essa Valquíria é de Ibiassucê.

Teresinha Leite Soares mora no Rio, mas é de Sincorá da Serra. Estudou em Caetité, mas acho que só veio no pedagógico também. Ensinou por essa região toda. Eu já viajei muito de trem com ela e saltava lá nesse lugar. Marlene, irmã dela, disse que ela, depois que se aposentou, foi passear, era solteirona. Arranjou um namorado da aeronáutica, casou aos 60 anos, depois que ela já tinha feito o que ela quis fazer. Passeou muito, viajou muito e se casou. Acho que ainda é viva. Essa aqui é Raimunda, mora na rua do colégio. A casa dela fica acima da Direc; creio que elas têm prazer em receber. Essa é tia de Taise, mora em conquista. Neusa Maria. Nice é salvador. Essa Neusa Silveira Brito nunca mais vi. Neide Pinho também já morou aqui muito tempo. Neide Pinho ensinou aqui, ela mora em Salvador. Essa Neide Fernando foi para a Itália. Essa aqui mora em Livramento. Ela é pretinha, tem filhas gêmeas. Natalia Santana é essa. Essa é a irmã de Juscelina, acho que mora em Salvador. Nadir Lessa, os irmãos foram meus colegas, mas foram para salvador.

Não havia diferença entre homens e mulheres, todos eram amigos. Nem da parte dos professores. Não queriam dizer que eram mais inteligentes. O doutor Clovis, doutor Bulhões, não. Doutor Bulhões chegava lá todo “empetecado”, dava aula de direito. Ele tinha uma voz toda embolada. Professor Alfredo também do mesmo jeito. Ele era negro, mas os outros não.

Maria Serafina Dantas Teixeira mora em Livramento. Eu tenho uma vontade de encontrar com ela. Maria de Lourdes Pires mora em Salvador. É irmã de Beto Pires. Marli Cardoso Melo mora em São Paulo. Essa Marlene Fagundes Neves era amicíssima minha, mora em Igarorã. Quem me dava notícia

dela era Cátia, Cátia de Bioquímica. Marina Ramos Pinto também é de Livramento. Sulanita é Ana, Ana Bomfim, que já teve aquele supermercado, hoje tem a pousada Brumado.

Minhas colegas eram de diversas regiões... umas começaram no Ginásio e foram até o pedagógico. Vinham de cidades como Livramento e Rio de Contas. Neide Pinho era de Caculé. Leonor acho que fez só o ginásio. Ela era de Espinoza. Ela veio para Caetité para estudar o ginásio, e ficou morando num pensionato. Um senhor tinha um pensionato, uma pensão de estudante. Depois veio um rapaz chamado Fabrício, não, era Florêncio, Florentino parece, e hospedou no mesmo pensionato de Dolores. Quando passou uns tempos. Era Fulgêncio e não Florentino! Era altão o Fulgêncio. A mãe de Fulgêncio soube que Leonor estava em Caetité. O que aconteceu? Leonor namorando Fulgêncio. O que eram? Irmãos. Descobriram já em Caetité. Depois ela foi embora, ele foi embora também; depois ela se casou com um rapaz de Caetité. Acontece cada coisa! Eram filhos do mesmo pai.

Essa prima minha já morreu: Cremilda Fernandes Lessa. Não sei onde anda. Clemilda de Lourdes Mafra também. Há muito tempo não temos contato, mas hoje tem contato por causa da internet.

Eu encontrei com uma menina, aluna minha lá da cirandinha. Na época, fui à casa de Joelma. Joelma foi criada com a família dela, são primas. Na saída, fui falar com ela. Perguntei: “Você é Daiane”? Ela respondeu: “Sou Daiane”. Perguntei se ela estudou na Cirandinha; disse que sim e a irmã mais nova também. Quando perguntou: “E quem é a senhora”? Eu falei Dona Zaira. Foi tanto beijo, tanto abraço. Era tanta gente para que ela queria passar a mensagem de que se encontrou comigo, que se encontrou comigo lá em Caetité...

Veja as cadernetas como eram. Aqui já foi no ginásio. Os colegas escreviam isso aqui, está tudo “bagunçadim”: “Para quando você abrir essa caderneta sempre lembrar da colega amiga”.

É de maio de 1954. Zilma, acho que é irmã de Nilton Cardoso. Você me pede uma recordação? Lembre-se da colega amiga. São umas coisas simples assim. Valquíria era tão amiga minha. Essa Teresinha Viana não vi mais. Recordação. Tinha até caneta. Veja: “para que nunca se esqueça de mim é que deixo meu nome escrito em sua caderneta coração. Anexa a grande simpatia. Que a ti dedico”. Essa que se casou com 60 anos: “dedico a minha saudade, tua boa amiga, Teresinha. Os lábios não dizem o que o coração sente, mas através dessa cópia parece, deixo a minha amizade pra você”.

Essa aqui já escreveu priminha. Ela era noiva de um primo meu e depois acabou. Neuza. As cadernetinhas a gente guarda. Tem horas que eu pego.

Essa daqui o pai mora lá em Caetité, Raimunda. Mas já rasgou tudo. E tem os rapazes também: Dalmar, que é médico. Marina foi do ginásio. Neide Baleiro é a que mora na Itália. Nos separávamos nas férias só. Olivia era baixinha. Stela Rodrigues todo ano vem passar, não sei se é festa dois de julho ou Santana. Lourde Pires é irmã de Beto Pires. Lourde Moura é de Rio de Contas. Essa é uma recordação de Dalmar, da nossa quarta série: “Deixo o meu nome na sua caderneta de dedicatória”. Fulgêncio: “A minha simpatia por você está gravada na dedicatória, que será também uma lembrança do nosso convívio”. Eles foram embora para Salvador. Joaquim Costa, irmão de Doutor Zequinha do hospital. Esse irmão de Juscelina morreu, Zi Lessa.

Esse aqui é o caderno de recordação de 1956, já de formatura. Foi minha colega que fez com muito capricho. Eu sabia fazer. Cada um escrevia e botava a dedicatória. Essa aqui: “por Deus e pela pátria”. Tão bonito isso aqui. As poesias: “Temo nos separar brevemente”. Parecia que ia morrer. “Desejo felicidade”. Gosto muito dessa aqui... Engraçado que essa aqui não botou “a tuas mãos”. Essa Leonor foi a que namorou o irmão.

Fazia tudo assim, pois a gente não tinha outra opção. Não tinha televisão, não tinha internet. Acho tão triste a poesia de Zenia, que era irmã de Marísia. Ela também não tinha mãe, e não foi minha colega. Ela, Ligia, Marisia e tudo. Não foi, não foram minhas colegas. A sinfonia inacabada. Essa que era minha amicíssima escreveu: “Para você minha amizade será sempre como a sinfonia de Schubert, jamais terá fim”. Nunca mais a vi. Ela se casou e foi para Montes Claros. Eu fiz duas caixas de tricô e dei para ela, porque ela disse que teria uma filha e que não iria mais se encontrar comigo. Levou o presente de formatura.

Ela formou em dezembro e já iria se casar. Casou-se e teve essa menina. O marido era descendente de espanhol. O segundo filho, como se falava antes, nasceu mongoloide. Hoje falamos Síndrome de down, mas só vivia deitado. Depois disso, ele se separou dela.

Eu guardo o caderno, porém outro dia eu quis rasgar. Mas depois eu não rasguei não. Aqui já é música. Nessa época, ensinei em Rio do Antônio.

Aqui, coisa de gente que tinha encontrado de lá e de cá... olhe a letra. Ele é agente de polícia: “E que eternamente viva no teu seio e vivo? Essa aqui? Eu acho que essa foi ele também: “Tu e eu” é a letra. “Ligado a uma só vontade, alterar do viver? a distância resumida, tu vês em mim tua felicidade. Eu vejo em ti um bem na minha vida”. Gilson. Silvia Ramos. Esse menino morreu. São as coisas da vida. Faz parte da vida. A vida na escola era essa. Era estudar. Pelas dedicatórias você vê como era. Como os professores ensinavam. A única coisa que eu não aprendi foi a matemática.

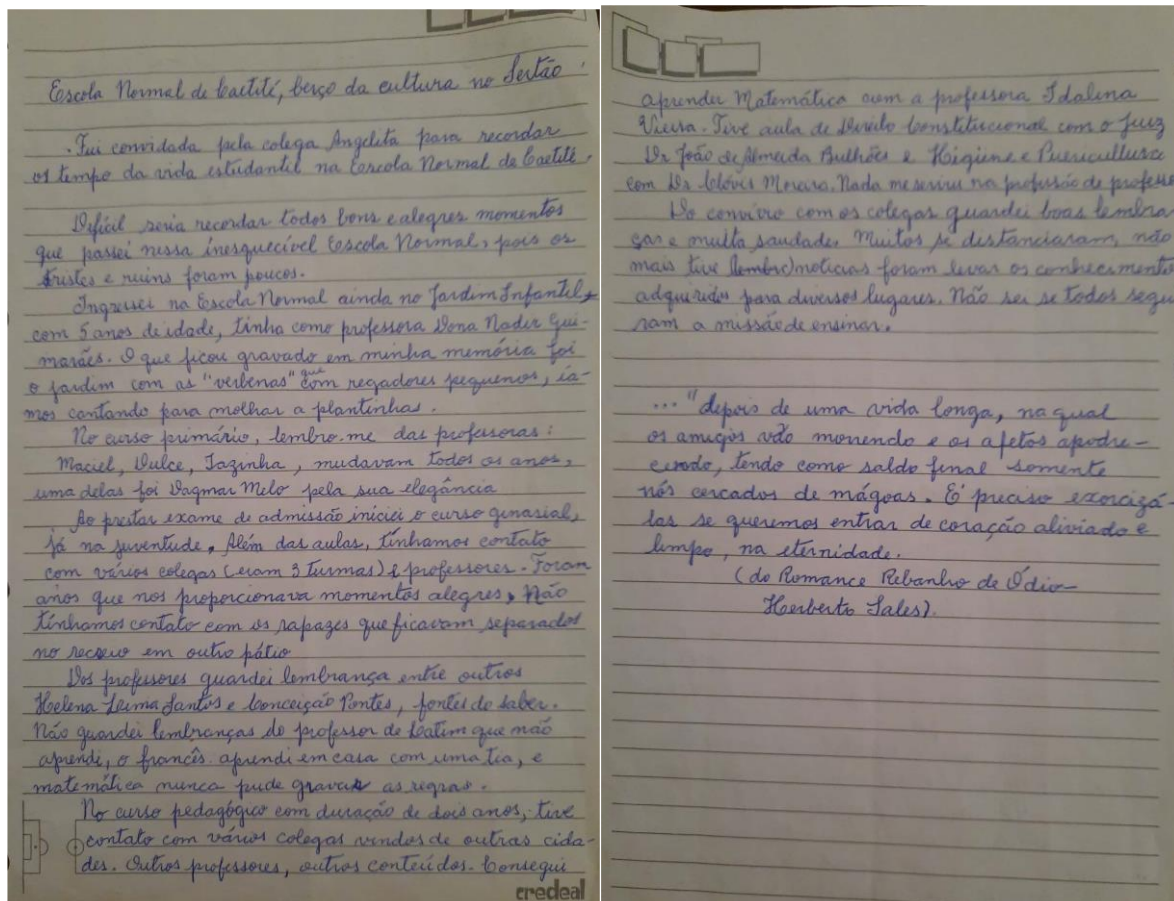
## 5. Lembranças da carreira

Tenho formação de professor primário, mas ensinei em ginásio. Ensinei no ginásio, como era chamado naquela época. Lá na escola mesmo era primeiro grau, segundo grau. Depois, ensino médio, mas eu atuava no ginásio. Eu ensinei Português no ginásio, já aqui em Brumado, porque o ensino de Português da Escola Normal era muito puxado. Sempre fui muito boa em Português. Eu ensinei português, no ginásio. Era aquela aula teórica mesmo, que você tinha que aprender o Português a fundo, aquelas regras.

Ensinei multisseriado. Tinha os mais adiantados. Eu ensinei numa sala assim também. Um aluno mais novo se sentava no colo da mais velha, da maior, para escrever. Quando acabava de escrever se sentava em outro lugar; aprendia escrever do mesmo jeito a cartilha.

Não é o professor que não sabe, é o sistema, hoje, que acha que tudo passa num instante. Quando o professor vai dar uma aula de português, tem que começar do âmago mesmo, para chegar lá, para o aluno entender. Não dá para ele entender o que é o português assim, sem regrinha, sem nada. Eu acho isso um pouco passado.

### Escrito de Dona Zaira para a pesquisadora



Capa do Álbum de Formatura da turma de Dona Zaira - 1956





## RITA

RITA DE CASSIA MEIRA – 86 ANOS

Ex – Normalista – formou em 1953

Dia 17 de dezembro às 9:00h – na entrevista de Dona Rita, encontrava-se presente inicialmente Teresinha, sua irmã, que a ajudava a preparar o enxoval de uma sobrinha neta, com trabalho de tricô, crochê. Ao elogiar o trabalho, Rita informou que as tias se preocupavam com os afazeres do lar, e que todas as mulheres precisavam saber costurar, bordar, fazer crochê, tricô e a cozinhar, considera que “com certeza ela acreditava que todas nós íamos nos casar”. Só uma, Maria do Carmo, se casou.

Para evitar interrupções, fomos para a cozinha, local que possivelmente favoreceria as lembranças, visto que em sua família há mulheres habilidosas na culinária, porém Rita não compartilha desse talento, pois diz não saber cozinhar, por ser a mais velha e ter saído de casa muito jovem para estudar, e quando retornou já era professora e suas ocupações eram outras.

Trata-se de uma senhora de aparência frágil, magra, de estatura baixa, pele branca, de cabelos curtos, lisos e brancos (encoberto por um tom de castanho escuro); solteira, católica praticante, sempre presente nas obrigações da igreja. Seu pai era fazendeiro e comerciante que sabia ler e escrever. Segundo Rita, aprendeu a ler com o avô, mas foi alfabetizada em casa por uma professora particular. Sua mãe, dona de casa, era conhecedora das regras de civilização, mesmo sem ler livro de etiqueta, conforme conta.

Na ocasião da primeira visita, não havia observado que Rita (como pediu para ser chamada, ao solicitar que esquecesse o “dona”) tinha um tremor no lábio superior, como se estivesse nervosa, talvez pelo fato de estar narrando acontecimentos da própria vida, ficando ansiosa. Na ocasião da primeira visita, Teresinha chamou a sua atenção, dizendo: “não vá ficar preocupada e perder o sono até o dia da entrevista”. Mas, durante nossa conversa, Rita justificou que o tremor nos lábios “não é nervosismo, há alguns anos apresentei esse tremor, nos lábios, meu sobrinho que é médico disse que é da idade”. Essa justificativa trouxe tranquilidade, porque havia a preocupação de provocar desconforto à colaboradora. A conversa foi gravada em um gravador e no celular, com duração de 1h e 50min

### 1. Lembranças da família

Eu tinha duas avós. A mãe de meu pai, que morava conosco, me ensinou a fazer até renda de almofada. Eu esqueci, mas ainda assim aprendi. Lourde aprendeu até fiar. Eu não aprendi fiar. Depois começou a me ensinar as letras também.

Meu avô gostava muito de ler Romance. Tinha aqueles romances grandes. De vez em quando ele arranjava um menor e eu lia. Os pequeninhos também gostavam muito de ler. Minha avó também gostava muito de ler e contava as histórias para a gente e eu recontava tudo. A admirava muito, porque com ela aprendi a contar e mostrar as figuras. Ela contava para as amigas, parecia que estava lendo, mas ela não sabia ler ainda.

Meu avô gostava muito de levar o livro de história para nós e minha avó lá na roça lia tudo e nós aprendíamos tudo. Tudo que ela ensinava eu aprendia. E não tinha muita coisa que ensinar também. Eles moravam na roça. E também não sabiam muito, mas ensinavam muito a rezar, ensinavam muito a obedecer. Obedecer vinha em primeiro lugar. Se não obedecesse apanhava. Batia mesmo. Naquele tempo meu pai e minha mãe me batiam. E tinha uma tia, irmã de minha avó, uma tia avó nossa que não deixava bater. Começava bater, dizia: “ê, pra que vocês ficam batendo nessas meninas? Precisa bater não”. Quando a gente começava atentar, se Tila não estivesse presente, minha mãe falava: “Titila não tá aqui não, ela não tá aqui pra...” (risos). Assim a gente ficava quieta, obedecia.

Meu pai me enviou para livramento, porque uma tia nossa ia se casar. Minha avó não acreditava que eu ficaria. Ela fazia as coisas e falava assim: “na hora da separação ela não fica”. E todo mundo perguntava: “Tu quer ficar”? Eu falava “quero”. “Tu queres aprender?”, “Quero”. Nunca dizia não. Gostava muito de estudar. Minha tia chegava brincar comigo: “fica só estudando, não quer fazer as outras coisas, precisa aprender a fazer tudo. Escola é pouco tempo”. Ela pensava que eu sairia da escola primária e me casaria.

Após concluir o primário em Livramento, perguntaram: “quer ir pra Caetité estudar”? “Quero”. Eu sempre dizia quero. Quando fui para Caetité minha mãe arrumou tudo, as coisas que podia ter. Já

tinha roupa de cama, toalha, algumas peças de roupas, um pequeno enxoval. Não tinha a farda ainda porque não sabia como é que era. Era muito difícil, muitas despesas.

Estava sempre quietinha. O pessoal da roça não desenvolvia muito não. Nós fomos para Caetité no transporte do caminhão. Meu pai foi em cima do caminhão. Eu e minha mãe fomos na boleia. Lourde também foi. Levou Meire que era pequena. Minha mãe falou “vou pra saber como é que é”. Lá ficamos no hotel Brasília, aquele de frente à catedral. Naquele tempo era novo, era bonito. Quem tomava conta era seu Antonino, pai de uma professora nossa, Dona Idalina. Foi até nossa professora de Inglês. Muito sabida, muito boa. Chamava a gente até para estudar na casa dela. Muito desprendida.

Meu avô, pai de minha mãe, era tesoureiro da prefeitura. Era gente grande lá, mas ganhava muito pouco. Ele falava que ganhava 300 reais e os 300 reais era para comprar as coisas para casa, na venda de Antônio. Quando era o fim do mês ia pagar duzentos, mas a conta dava 280. Outra vez eram os 300 reais, não dava para nada. O dinheiro era muito pouco, mas ele não reclamava muito.

Quando éramos pequenos, meu pai comprava livros para a gente e esse meu avô que era tesoureiro da prefeitura também nos dava os livros. Meu avô dizia que estudou até em Salvador, mas o pai morreu, ele não conseguiu se formar. Ele era assim como Tila, não podia pegar no pesado. Então, arranjou esse emprego na prefeitura; quando entrou outro prefeito ele foi dispensado. Foi para a fazenda. Ele tinha uma fazendinha também. Minha tia que era costureira mantinha a casa. Era gente muito pobre. Muito honesto, muito direito, mas era pobre.

Meu pai estudou em casa também, com professor particular. E minha mãe foi meu avô que ensinou. Minha era uma pessoa muito boa. Eu tinha um retrato dela ali para você ver. Ela sabia essas coisas tudo. Ontem mesmo eu estava falando que minha mãe nunca leu livro de civilidade e sabia quando que a gente estivesse numa casa tinha que dar um agradinho para os empregados.

Eu fui aprender isso depois, lembro do nome civilidade. Mas minha mãe tinha uma educação berço. Uma pessoa muito boa. Minha mãe e meu pai me incentivavam muito, desde a ida para Livramento, para morar com minha avó. Tinha muito o apoio do meu pai, mas minha mãe incentivava mais. Minha mãe gostava muito de mim porque eu nunca medi dificuldade. Tudo para mim e eu também muito econômica, porque eu sabia que eles tinham dificuldade em arranjar esse dinheiro e mandar para mim.

Aqui todos estudaram. Todas são professoras (seis) mulheres e três homens. Agora cinco, pois uma faleceu. Sou a mais velha. Dos homens é Diulino que mora em Salvador. Os homens se casaram e de mulher só uma se casou, mora em Conquista. O marido morreu, mas ela tem os filhos. Os filhos todos casados também. As netas todas namorando já.

Minha irmã que se casou foi a do meio. Sou eu, Lourdes e Tila, depois veio ela. Depois dela teve José, Meira, Lucia e Terezinha. Ela ficou bem no meio. Tete e Lourdes nasceram aqui. Tila era uma pessoa muito agradável. Muito social, gostava muito de criança. Pena que Tila morreu tão cedo, tão de repente. A gente não esperava. Ela tinha uns problemas, mas acho que não se queixava, fazia o “servicinho” dela.

Desde criança eu era muito atenta. Atentava Lourdes e estava mudando os dentes. Lourdes falava assim: “Ô mãe, chama Lilica pra lá pra arrancar o dente”. Aí eu ficava boazinha. Ficava com medo de minha mãe me chamar para arrancar o dente. Era a parte fraca.

Lembro-me de quando viajava, minha mãe arrumava tudo, fazia as malas, preparava a galinha para comer no caminho, porque lá na casa do meu avô tinha tudo. Cafezinho do quente-frio nem sei se tinha ainda. Lembro que eu tomei um emprestado de uma amiga nossa lá na roça. No fim, o cavalo entrou lá no meio do mato e saiu rasgando; não sei como não rasgou minha perna também. Quando chegou lá minha vó consertou tudo. Minha mãe tinha um roupão de brim. Vestia de pé, manga comprida, vestia até no pé. Não sei como eu era boa em cavalgar. E montava no cavalo com uma sela diferente, chamada “sineão” (Simeão). E a gente ia de carro de boi também, de vez em quando. Quando levava os meninos tudo, eu ia de congote, minha mãe de roupão.

Meu pai ia também. Ele não deixava a gente só não. Não podia, porque era muito longe. E ainda levava um camarada chamado Jesuinho. O Jesuinho é que me pegava e botava no cavalo. Meu pai também naquele tempo era forte, ainda me pegava também, mas geralmente era Jesuinho. O Jesuinho levava coisa assim de comer, levava carne, requeijão, essas coisas que tinham na fazenda, porque meu avô morava na cidade e não tinha essas coisas. Tudo que tinha de bom lá na fazenda levava para meu avô. Meu pai tinha gado, tinha galinha. A fazenda era boazinha naquele tempo.

Morávamos no município de Brumado. Indo para conquista, à esquerda tem a entrada; fica perto da fazenda de Gilson, a nossa ficava pertinho da de Gilson. Até hoje ainda tem um mandacaru que era a casa de minha bisavó. Meu bisavô mandou construir. Zé reconstruiu, consertou tudo. Hoje é lajota. Caiu tudo, consertou tudo. Tem cama, tem guarda-roupa, tem televisão, água encanada, luz elétrica, está bom para passar o São João lá. Eu gosto muito.

Demora um dia para chegar em Livramento. Saía aqui num dia, dormia na Água comprida e no outro dia chegava em Livramento. Quando a viagem estava muito puxada, dormimos na casa de uma conhecida; no dia seguinte chegava em livramento. As minhas tias já tinham se casado, só tinha a caçula. Tinha Lena. Só tem uma que é viva ainda, mora em Salvador. Ela já é viúva, os filhos já todos casados.

La para Livramento e meu pai me buscava nas férias. Só me lembro de uma vez que vim com seu Lozinho, pai de Antônio Carlos, da Magnesita. Dona Regina tinha uma pensão aqui e as meninas eram pequenas ainda, Stela, Sonia. Sonia de Doutor Juracy. Tinha uma irmã dela, chamada Lícia, que foi minha professora. Ela gostava muito de mim. Quando Lícia me pega no telefone não tenho vontade mais de largar os casos. É muito boa de prosa, é uma pessoa muito boa, muito agradável. Stela também é. Eles todos são muito bons.

Meu pai tinha os amigos dele, os primos. Ele tinha uma lojinha e os amigos iam lá prosear. Ele vendia, naquele tempo, numa lojinha pequenininha, mas tinha tudo. Tinha fazenda, tinha sapato, tinha miudezas, essas coisas assim. Depois que ele veio para cá, ficou alguém tomando conta da fazenda, depois ele vendeu. Mas naquele tempo a gente tinha tanta boa-fé nas pessoas, meu pai vendeu e não fez contrato, a criatura usou da má fé com meu pai. Meu pai precisou contratar advogado para receber.

Ele não recebeu por inteiro, porque ele entrou no meio, apaziguou. Pagou, mas não pagou tudo. Levou algum tempo ele ficou doente também. E morreu cedo, morreu com 64 anos. Minha mãe ficou só com a gente, mas a gente já trabalhava. Eu já trabalhava na escola, já ganhava algum dinheirinho. Lourdes também, trabalhava muito na máquina, Lourdes costurava, ganhava dinheiro, fazia bolo para ganhar dinheiro. Lembro de uma vez minha mãe falar assim, os meninos tudo pequeno ainda, “mal de nós se não fossem essas duas meninas. Deus ajuda que dá muita saúde pra Rita e Lourdes que elas não estão aguentando”. Minha mãe muito sabida, muito religiosa, muito boa pessoa, teve muitos amigos aqui em Brumado. E uma colega nossa falou “nenhuma de vocês tem a beleza que tua mãe tinha”. Todo mundo gostava dela, ricos e pobres. Ajudava, com todo prazer. Hoje eu não faço mais nada não. Eles que me ajudam.

## 2. Lembranças da formação

De meus tempos na escola não tenho muita coisa, muito material. Era sempre uma coisa mais pobre, mais simples. Era um colégio muito pobre, tinha muita ordem. Tinha que obedecer às ordens, mas não tinha muita coisa assim que hoje tem. Não tinha televisão, não tinha telefone, nem rádio. E a gente tinha que vestir aquelas roupas tudo diferente. As roupinhas eram compridas. Só podia sair na rua de meia comprida também. Não podia sair sozinha. Nossa turma. Lá no tempo que eu estudava morando com minha avó. Eu era menina, mas a gente podia sair. Era menina de mandado. Fazia os mandados.

Eu já entrei na escola sabendo as letras, soletrando e já escrevia também. A professora não era formada, mas era sabida. Ela ensinava direitinho. Depois ela achou melhor oportunidade em outro canto e foi embora. Para Livramento, já fui lendo e escrevendo. Fiquei no primeiro ano lá. Podia até ficar no segundo ano, mas fiquei no primeiro. Minha mãe pensou que escola particular era melhor e me colocou na escola particular, junto com meus primos. Depois eu passei para escola pública. Na escola pública foi muito bom, eu aprendi mais e brincava mais também. Sempre brincava. Brincava de pique esconde, de roda, de chicotinho queimado. Tanto na escola, na hora do recreio, como brincava assim de noitinha com as colegas. Brincava muito. Não tinha televisão, não tinha nada. Então era brincar mesmo. De correr, de boca de forno. Eu sempre gostava muito de estudar, estudava muito, não perdia ano. Quando terminei o curso primário, diplomei (risos).

Claro que eu não achei mais o diploma, mas o de professora sim. Tinha até umas poesias que eu comecei a escrever. Aqui tem uma. Depois eu rasguei as outras e meu sobrinho falou: “pra que que você rasgou? Torna escrever que eu quero até publicar suas poesias!”. Me incentivaram demais. Então, estudei em Livramento, diplomei. A professora era muito boa. Me falaram que ela até me adulava, mas eu acho que não. Naquele tempo ainda usava palmatória e usava “puxavanco” de orelha. Tudo isso eu ganhei. Quem não aprendesse muito tinha que ganhar puxão de orelha e os meninos falavam que ela

puxava a minha devagar (risos). E ela falava “Rita é muito boa, Rita não é atentada. Esses ‘puxavancozim’ assim é pra ela estudar mais”. Mas eu estudava, gostava de estudar, porém à noite eu não estudava, de noite era para brincar. Todo dia tinha recreio, mas era só a merenda, não ia lá fora brincar. Estudava de manhã e de tarde.

Nós e nossos vizinhos pagávamos a professora e ela morava na casinha dela. Essa casa era de meu pai. Acho que meu pai deu. Era uma casinha também lá na zona rural. Tinha uma lagoa muito grande. Eu lembro que eu ia com meus colegas. Chegava lá a gente lavava os pés primeiro para poder entrar na sala; quem queria, não precisava não. A gente já ia tomada banho, já ia prontinha. Ela teve que ir embora... eu já tinha de oito para nove anos, depois meu pai me mandou para livramento. Quando eu fui eu tinha dez. Acho que devo ter voltado com uns 15. Fiz meu segundo, terceiro, quarto e quinto. Fui com uns 16 anos para Caetité. Ainda estudei um ano aqui.

Minha mãe arrumou tudo para minha ida. Já tinha roupa de cama, toalha, essas coisas. Não tinha a farda ainda porque não sabia como é que era. O pessoal ensinou. Uns falavam “não bota no colégio não que fica muito isolada. Ela já é muito distraída, muito retraída”. Era muito acanhada. Ainda sou até hoje e por isso eu perdi muito. Eu devia ser mais expansiva, perguntar mais.

Quando chegamos no colégio, a freira deu o estatuto de tudo que precisava e eu fiquei logo lá. Tinha que estudar para o exame de admissão, estudar muito e eu já estava preparada. Mas tinha que estudar e a turma com muito medo de fazer, muitos colegas perderam. Mas consegui passar no exame de admissão. E fiquei lá estudando. No Colégio de freira a gente festejava as datas dos santos, fazia uma comida melhor, não perdia uma missa. Não perdia missa todo dia de domingo.

Depois da missa de domingo todo dia tinha um passeio no mato. Na rodagem tinha uma cachoeirinha lá muito bonita, tinha o observatório. Tudo a gente ia. Acho que era para tomar sol. Na hora de chegar para tomar esse banho só tinha três banheiros. Água fria e na friagem de Caetité. A gente tomava esse banho. Cada uma tinha seu sabonete, sua toalha, suas coisas tudo. E lá em cima tinha um quartinho de guardar as malas, o maleiro. Tinha uma prateleira para botar escova de dente, pasta, livro, tudo nessa prateleirinha. Cada uma tinha a sua. De vez em quando sumia um lápis, uma caneta, qualquer coisa. Uma hora outra não tinha tomava emprestado da outra, fazia amizade. Todo dia de manhã ela acordava a gente rezando. Quem estava dormindo ela fazia uma “cosquinha” no pé para acordar. “Acorda, acorda, na hora da reza”. Rezava. Terminava de rezar fazia uma fila para lavar o rosto, fila para tomar o café, fila para ir à escola. A freira nos deixava na escola e voltava. Quem não tinha a última aula tinha que esperar, pois não deixavam sair só.

Eram umas 40 moças, mais ou menos.

De tudo quanto é lugar tinha uma. Livramento, Ituaçu, Tanhaçu, Urandi, Caculé. Nesses cantos não tinha Colégio. Era só Caetité. Caetité naquele tempo era chamada “princesa do sertão”. Uma vez, viajei com um rapaz que falou da “princesa do sertão”. Eu fui ver, cheguei lá eu não vi princesa nenhuma. Dei pra rir. Antigamente a gente viajava assim e algumas moças tinham namorado, outras não tinham, namoravam escondido. Era por isso que a freira não deixava ninguém sair. Tinha que vestir as roupas de lá, específicas do colégio. Vestia o vestido branco, azul. Só o vestido e azul. E a farda para a escola. Não podia vestir um vestido colorido assim não. Podia usar capote, porque fazia muito frio.

Eu aproveitava, era muito econômica, estudava muito. Minhas qualidades. Fui mais ou menos, não fui aluna brilhante não, porque também eu tinha problema na vista. Muito acanhada e ao invés de pedir ao professor para sentar na frente, não pedia. Eu ouvia bem. Até hoje ainda ouço, mas enxergar não. Naquele tempo, acho que nem óculos usava ainda. Hoje eu uso óculos, tive catarata. Já operei dos dois olhos.

Como disse, a gente sempre era muito pobre. Um dia um professor de didática, o professor Meireles, pai de Ubaldo, Doutor Ubaldo, pediu para que eu e as colegas trouxéssemos cinco coisas. Uma pediu cinco pedrinhas, cinco caroços de milho, cinco caroços de feijão e a mim foi pedir cinco botões. Era tão difícil não ter dinheiro para comprar botão. Estudante é sem dinheiro. Naquele tempo acho que era pior ainda. Eu tinha umas calcinhas de usar que a gente fazia à mão e a avó costurava. Pensei: arranco os botões de minhas calcinhas e levo. As meninas acharam graça. Ele nunca soube. Resolvi o problema... a gente não contava nada não. Naquele tempo o professor estava em cima e a gente em baixo. Ele dava ordem e a gente só fazia cumprir.

Depois que fiz o teste de admissão, tive que matricular na escola primária. Ainda fazia o atestado de conduta e atestado médico. O de conduta era para saber se procede bem. Qualquer professor que

conhecesse a gente fazia o teste. Confirma que fulano de tal tem boa identidade moral comprovada. Era assim que eles falavam. E escrevia o nome.

Na admissão tinha a prova escrita - de Português e Matemática. E tinha a prova oral também, todo mundo, nas matérias todas. Hoje é só escrito.

Depois do escrito, tinha oral. O professor fazia perguntas e a gente respondia e tinha outro professor de outra matéria assistindo. E cada um dava sua nota. Lembro que uma vez falaram que eu tinha perdido em Latim. E eu não tinha. Eu era boa em Latim. Naquele tempo dava Latim e hoje não. O professor falou “você perdeu em Latim”. Eu falei “não, Latim eu passei”. O professor Meireles ficou muito alegre, falou “graças a Deus que não teve nenhuma rasura, foi a nota que eu dei. E eu preciso prestar mais atenção para não reprovar os alunos”.

Em seguida tinha que fazer o ginásio, o curso ginásial, do quarto ano do ginásial. Recebia o diploma do ginásio. Eu não tenho não. Eu falei “para que que eu quero”. Rasguei. Para matricular no normal tinha que apresentar o diploma do ginásio, certidão de idade e carteira de identidade naquele tempo não tinha. Tirei carteira de identidade depois de formada, em Salvador.

Eu me sentava junto com Perciliana, muito amiga. Ela me chamava de Tintinha, eu a chamava de Su. Eu tinha um santinho que ela me deu. Uma vez chegou por lá um circo e as freiras deixavam todas irem ao circo, mas precisava que uma pessoa da rua nos recebesse depois que o espetáculo acabasse. Minhas colegas foram e contaram que era tão bonito o milagre de nossa senhora de Lourdes, uma beleza. Tinha uma mulher que tocava piano na escola, tanta coisa bonita. Minha colega disse que pediria a Piçu para me receber na casa dela. Eu falei “não vai não”. Não vai não, porque ela vai querer me botar na mesma cama dela. Ela não tem casa. Então não pedi. Mas eu gostava muito da professora Perciliana. Eu tinha uma professora, Dona Celina. Dona Celina é história.

Dona Celina era exigente e usava óculos. Uma das lentes do óculos de Dona Celina quebrou, mas ela usava com uma só e não enxergava direito. Deixava a turma com as provas sem corrigir. Ia corrigir no fim do ano. Dona Celina falava assim: “você é uma menina muito boa, muito inteligente, mas com esse nome. Perciliana, isso é nome minha fia?”.

Nossa organização era por ordem alfabética. Fernando, Walter; Edilson, Elizete, Elza. Eu já ficava lá no fim, com Perciliana. Aí vinham as Terezinhas; Terezinha Meira, Terezinha Moreira, era a sobrinha do doutor Clovis que antigamente ele era o diretor. Doutor Clovis era professor de Higiene escolar, tinha isso também.

Na Escola Normal minha professora de Português foi Dona Conceição. Professor Hyeront era de Matemática. Dona Irani professora de Educação Física. Dona Clara professora de Trabalhos Manuais. Dona Alicinha, professora de Desenho. Professor Hyeront, Dona Conceição. Tinha a professora de Inglês e padre Oswaldo, professor de Latim. Os sensores, que tomavam conta das cadernetas.

O professor Hyeront, quando entrava na sala, se sentava na cadeira e esperava a caderneta trazida pelo sensor, Zé Lobo, que era mais amigo. Ele trazia as notas. No caminho a gente perguntava “quanto eu tirei, Zé?”. A gente entrava na aula de Dona Conceição, e ela dizia: “silêncio”! Ela explicava muito. Muita coisa que eles ensinaram eu aprendi.

Ele explicava que a luz tinha que vir ou da esquerda ou de costa. Que nunca a luz vinha da frente. Explicava que tínhamos de beber muita água em pequena quantidade. Muita coisa não ficou muito na minha cabeça. Puericultura, essas coisas assim.

Os meninos da turma eram muito bons. Edilson toda vida foi muito bom aluno. Mostrava a prova e Valter olhava também. Eu era magrinha, do cabelo preto. Era muito disposta. Edilson era muito dado, muito exposto. Naquele tempo tinha negócio de “pesca”. Mas eu nunca fui boa na pesca não. Tinha colega que pescava tudo. Eu fazia a pesca, bem-feita, botava na mão, mas na hora, ao invés de olhar para ela, olhava para o professor (risos). Era assim em História, Geografia.

Professor Alfredo era pai de uma professora que chamava Alfredina. Ele era negro e muito sabido, mas ele tinha um complexo. Tinha a sala dos professores, todo mundo ia para lá. Ele, ao invés de ir, ficava na dele, no jardimzinho. Era assim, todo complexado. Ele chamava carteira de “calteira”, trocava o “r” pelo “l”. Não sei se era assim. Professor Alfredo era professor de Português e Literatura. Dona Conceição era professora de Português. Quando terminou o curso ginásio, já não era Português, era Literatura. A história da língua.

Uma vez, quase tirei um dez com o professor Alfredo, porque decorei as coisas e fui falar - foi professor Alfredo ou foi Dona Conceição. Tirei um nove com um desses. Outra vez, falei decoradinho sobre o que é o aposto: aposto é o adjetivo que modifica outro. Ainda dei o exemplo assim: “Dona Isabel

a redentora era brasileira”. Minha colega falou assim: “Ô, Rita, eu não sei como é o negócio de aposto”. Dei um exemplo e ela entendeu.

Isso foi no estágio. Teresinha, a dona da classe, fazia de conta que não estava vendo. Ajudava a gente. Também tinha uma matéria chamada Literatura. Os próprios professores falavam que era escola rural, mas só tinha de rural o nome, porque era tudo decorado. No fim do estágio a gente fazia um passeio numa chácara daquelas. No fim, fazia uma prova da matéria que a gente estudava. Lembro que escolhemos a cana, lá na prova oral. Expliquei aos meninos que a parte melhor para o plantio é o meio da cana. Meu aluno falou: “Não é não, Dona Rita, a parte melhor é o olho”. Teresinha corrigiu e falou: “Ô, meu filho, seu pai e o meu plantam o olho pra aproveitar, mas a parte melhor é como Dona Rita falou, é o meio”, e eu não sabia nada de cana. Decerto que eu estudei. Aprendi e ensinei. Teresinha Guanaes explicou. A família Guanaes de Caetité. Ela é uma pessoa muito boa também. Eu sempre achei gente boa. Só não aprendi mais por causa de meu acanhamento, mas eu não tenho nada para falar mal de meus professores nem de meus colegas também. Meus colegas eram muito bons, tanto do colégio como da escola. E fazia amizade.

Como aluna no ginásio, não usei a pedra, mas na escola primária usava. Meu pai ensinava a pedra, minha professora primária também usava a pedra. E não era somente eu, os colegas todos. Minha professora mandava muito lavar a pedra. Dizia: “Lava tua pedra que cada um leva a pedra pra casa pra lavar, pra trazer aqui, bem bonito”. Essas pedras eram compradas.

Quando saí do colégio fui para a casa de Dona Miúda, mãe de Dona Dina. Lá tinha muita gente, rapaz, moça, muito barulho. Fiquei muito desambientada. Ia estudar, não podia. Gostava de estudar com mais silêncio. No fim da rua morava um guarda que a gente chamava de “Mata Rato”. Guarda em peste. Casadinho novo, com uma mulher. Fui para lá. Era muito bom nessa pensão, pois ficava sozinha, podia estudar na hora que eu quisesse, dormir na hora que eu quisesse. Tinha rádio, tinha revista. Ele comprava revistas para revender; eu aproveitava as revistas, assistia rádio.

Passei três anos com as freiras, depois fui para a casa de Dona Miúda, por uns três meses. Era um pensionato. Não era bem um pensionato, porque ela recebia. Depois eu fui para a casa desse guarda, chamava Alírio. Era um guarda de peste, a mulher dele chamava Edite. Eu dormia sozinha num quarto; ela arrumava. Cozinhava batata, aipim, abóbora. Dava aquele café gostoso e eu “perdia a hora”; na escola tomava falta. Minha colega dizia “pede a ela pra lhe dar o cafezinho só com pão pra você não perder aula”. E acredita que meu acanhamento era tão grande que eu não tinha coragem de pedir isso a ela. Podia até deixar as coisas cozidas no outro dia, mas eu sou assim, sempre fui inimiga de pedir as coisas. Tomar emprestado até tomava, quando eu não tinha.

Nessa época eu já ia sozinha para a escola. Saí de lá porque elas foram embora. Acabou o colégio, foi uma pena. Todo mundo falou que foi uma pena. As moças tiveram que ir para outros espaços. Um ficaram externas e outros deixaram de estudar. Alguns pais não tinham coragem de deixar as filhas externas, tinham medo, porque naquele tempo era um lugar muito pacato, mas eles tinham medo. Uma vez, a mãe de Dite adoeceu e elas foram para salvador, para se tratar e me deixaram com o marido dela e uma irmã de sete anos. Ele tinha que trabalhar na roça. Então fiquei com a menina. A menina saía para a rua e eu ficava sozinha dentro de casa, com a porta aberta e tudo. Ficava em casa estudando. Eu era muito esforçada.

Para trocar de moradia meus pais já não precisavam vir. Eu mesma ia, sempre escrevia e eles me respondiam. Não tenho mais as cartas, guardei não.

### 3. Lembranças da matemática

No teste de admissão, o conteúdo foi número, começou um, dez, cem. E ia sempre aumentando. Eu escrevia no quadro na prova oral. Me mandaram somar tudo e eu somei. Depois perguntaram quanto faltava para chegar em mil, mas eu não soube. Era só fazer a conta. Eu não sabia de muita coisa, mas depois a gente aprende.

Minha turma sempre tinha mais meninas. Quando eu formei, em 1953, os últimos nomes eram sempre de mulheres, porque começava por ordem alfabética pelos meninos. No exame de admissão tinham três turmas do primeiro ano. Eu era da turma C. Turma A, turma B, turma C. Minha amiga, Avanira, era da turma B, que tinha menino e menina. Tinha a primeira turma que só tinha homem. A segunda que tinha homem e mulher. E na terceira, que era a minha, só tinha mulher.

Isso foi no ginásio. No segundo ano e no terceiro do ginásio não estou me lembrando como era. No curso normal, só tinha dois homens. Fernando, que era sobrinho do professor Hyeront. Não sei se já ouviu falar nele. Muito engraçado, muito bom, muito amigo. E tinha outro louro, que chamava Valter. Só esses dois. Eu lembro o nome de meus colegas tudo: Edilson, Elizete, Elza, Maria Felicíssima, Maria do Carmo, Maria Terezinha, Monalina, uma preta, e Magnólia, uma loira; Perciliana, minha colega, e Rita - tudo por ordem alfabética.

O professor Hyeront explicava muito, mas eu não gostava muito não. Não sei se era porque não enxergava direito, ficava lá atrás. Era assim: Comprei carneiro e cabrito, ao todo não sei quanto; a carteira do meu cabrito custou não sei quanto e a ovelha quanto custou? Acho que era regra de três, me lembro muito dele falar isso.

Nós tomamos um curso para fortificar mais e pedimos a Dona Idalina para explicar esse problema que ninguém sabia. Dona Idalina falou assim: “mas eu expliquei muito, é porque só que eu mudei os termos”. Professor Hyeront falou marcou cabrito e carneiro. Antes era uva e não sei o que botou no lugar de fruta. E a gente não prestava muita atenção, porque naquele tempo a gente decorava muito e muitas vezes sem compreender. E era mais teoria. Falo mal deles não, porque eles estavam na maneira deles.

A gente fazia o curso de matemática com dona Idalina para aprender mais. Era um cursinho particular.

Professor Hyeront era muito bom. Ele tinha o apelido de professor Hyeront “o senhor é o bom”. E quando começava a chamá-lo de tio Hyeront? E um dia ele ficou bravo, ele falou assim: “eu não tenho nenhuma sobrinha aqui nessa turma. Eu só tenho uma sobrinha no quinto ano”. Acho que ele ficou bravo porque a turma não queria aprender. Sobre os meninos aprenderem mais que as meninas, ele não falava isso não. Não tem esse negócio de homem saber mais matemática que mulher não.

Tinha prova oral. Ele chamava ao quadro e passava o problema, a gente escrevia e fazia. Às vezes, perguntava quem queria ir ao quadro. Os colegas se prontificavam e iam. Matemática era dada no quadro. Outra hora, usava também uma pedra. Eu tinha uma que foi de meu pai. Uma pedrinha preta. Do lado tinha uma madeira. Escrevia com o lápis, chamava lápis de pedra. Antigamente usava muito essas pedras depois caiu da moda. Ficou no caderno. Tinha os cadernos de Português, caderno de Matemática. A pedra era para escrever. Fazer a conta na pedra, para não gastar papel. Na pedra era só passar a mão apagava tudo. Cada um tinha sua pedra e um lápis de pedra. Hoje tem o caderno de matemática e o lápis. Naquele tempo era pedra. Muita gente passava saliva na pedra. E acho que por isso aboliu. Meus irmãos acho que já não alcançaram mais a pedra.

Na época das provas escrita e oral a gente estudava. Estudava junto. Eu gostava muito de estudar junto com as colegas. Não só Matemática, mas as outras matérias também. Ia perguntando às outras. E sempre que a gente conversava na hora do recreio, se lembrava depois. Uma ensinava a outra, a outra fazia pergunta, as conversas eram essas. E no fim uma de nós falou assim: “nós estamos dando aula de civilidade pra nós mesmos”. À noite a gente não podia conversar, mas a gente lembrava, conversava, até que a freira chegava e dava um “pito”.

Eu era muito amiga de Zinha. Eu a ensinava, ela me ensinava. Eram umas coisas assim. Eu fiz o estágio. Hoje ainda tem estágio? Fiz junto com ela. Ela me ensinava música. Eu gostava muito de cantar, mas não entendia muito bem a nota da música. Então, ela escrevia e falava para mim. Ela não gostava de matemática. Eu já não gostava de matemática, veja lá ela. Eu falei: “na hora de matemática tu dá pra mim e eu dou qualquer outra coisa que tu quiseres. Tá bom”. Eu lembro que era multiplicar frações ordinárias. Eu não quero nem saber disso. Era a turma do terceiro ano. Eu dava aula de matemática para ela.

A gente entrava na aula de Dona Conceição, e ela já pedia silêncio. Deixava o cinco, o seis, o sete ou quanto tirou para lá porque era aula de Dona Conceição. Ela explicava muito. Muita coisa que eles ensinavam eu aprendia.

Eu fiz um curso de reciclagem com Marília. Tinha que dar uma aula que chamasse a atenção de todos. Por exemplo, matemática: dois caminhos, um grande, um perto e um longe. Eu trabalhei com a história da Chapeuzinho Vermelho de pintura. Encaixei o assunto e as matérias. Uma matéria junto com a outra. Português, Matemática, História. Na história da Chapeuzinho Vermelho que eu contei era um vestido verde para chamar atenção que a mata era verde. Chapeuzinho tinha a avó que o lobo comeu. Por causa da desobediência. Se ela tivesse obedecido, o lobo não tinha comido a avó. Foi coisa que eu

contei. Sei que as colegas todas gostaram muito dessa aula que dei. Era o plano integrado. Não foi ideia minha, foi delas mesmo. E outras não conseguiram integrar.

OBS.: Rita comenta sobre a experiência com a matemática, quando foi professora primária.

Os meninos e as meninas Gostavam das aulas de matemática. Uma vez, substituí uma criatura lá na escola Monsenhor Fagundes. Tinha meus alunos e havia uma professora que também ensinava lá. Eu ensinava terceiro ano e Lia de João também. Minhas alunas gostavam mais de Matemática do que os dela. E os dela gostavam mais de Português do que os meus.

Eu falava com as meninas assim: “Como eu não gosto de matemática eu puxo muito”. Na escola primária a gente sabe, a gente estuda, tem que dar conta mesmo. É de Português que eu gosto mesmo, eu acho que não ligava muito não. E Lia que era professora de Português. Eu achava que os alunos dela gostavam mais de Português.

#### 4. Lembranças da Carreira

Depois de nomeada, e após tirar a carteira de identidade, fui ensinar em Ubiraçaba. Na casa de seu Raimundo. Era muito bom. Depois ele disse que não podia mais receber. Não recebeu. Fui para a casa de um outro senhor. Tomava uma xícara de café puro e ia para a escola. Acostumada a tomar café com leite e massa. A gente era pobre, mas não passava fome não. Mas nesse tempo passei muita fome. À noite tinha muita festa e a gente ia dançar, arranjava paquera, mas quando a gente arranja um que fala uma palavra errada, cai tudo. “Quero não!”.

Quando começava a falar errado esmorecia logo. Tinha festa e tudo, mas não era aquele príncipe encantado que eu queria. O príncipe encantado acho que não me queria também, já queria outra. E foi passando, passando, não apareceu mais. Eu falei: “olha, vou ‘quietar’ por aqui mesmo, porque meu esposo vai ser Deus. É Jesus, tudo bem”. Doutor Juracy brincava: “Você tá precisando casar pra tomar conta dos seus filhos. Fica só tomando conta do filho dos outros”. Eu respondia: “Não, tá muito bom”. E os meninos gostavam muito de mim. Até hoje de vez em quando me aparece um. “Tá lembrando de mim? Fui seu aluno”. Às vezes nem lembro.

Pensava em casar e continuar sendo professora. Nunca pensei em deixar não. Sempre gostei e os alunos gostavam muito de mim. No dia que eu estava rouca, que não podia ir, eu ia assim mesmo. Chegava lá, Juscelina dizia: “Ô, Rita, vai pra casa. Não tem condições de dar aula não”. Eu chorava, não dava aula excelente, mas do jeito que eu dava os meninos gostavam, aprendiam, com o material que tinha. Depois de muito tempo é que comecei a fazer reciclagem, arranjar mais uns ‘materiaizinhos’. Eu gostava muito de cantar, cantava muito com os meninos. E os meninos gostavam muito dessas coisas. Gostava muito de brincar. Até carnaval eu pulava. Brincava muito mesmo.

Teve uma vez que teve um curso de reciclagem e fiz aqui mesmo em Brumado, foi ministrado por com Marília, Ligia e Zenia, a irmã de Marisa também já morreu. Só tem Ligia viva.

Marisa é uma pessoa muito boa. Elas todas. Ligia também. Quando mais aprendi foi nesse curso. Tomei gosto mesmo. Depois dei uma aula muito boa. Eu posso falar porque minha colega queria até o plano. Começou me cobrar muito. Então falei: “Ô, menina, toma esses planos tudo pra tu”. Eu não me importava muito com as coisas não. Gostava muito de ajudar. Lembro que eu montava aula de modo que chamava atenção do outro, como, por exemplo, matemática: dois caminhos, um grande, um perto e um longe. É a história da Chapeuzinho Vermelho de pintura. Encaixei tudo. Uma matéria junto com a outra. Português, matemática, história. A história da Chapeuzinho Vermelho que eu contei usava um vestido verde para chamar atenção que a mata era verde. Chapeuzinho tinha a avó que o lobo comeu, por causa da desobediência. Falando sobre a importância da obediência. Se ela tivesse obedecido, o lobo não tinha comido a avó. Foi coisa que eu contei. Sei que as colegas todas gostaram muito dessa aula que dei.

A integração foi devido ao plano integrado. Não foi ideia minha, foi delas mesmo. Mas a gente tinha que fazer. Elas gostaram muito e falaram que meu assunto foi muito bom para poder integrar. E outras não puderam integrar. Meu assunto foi português ou foi história. Só sei que essa aula foi boa. E todo mundo gostou. Tinha uns desenhos, tinha muita coisa assim. Elas lá ensinaram muita coisa. E gente aprendeu. E todo mundo era interessado.



Demorou um pouco para sair a nomeação. Quando saiu, foi para Ubiraçaba. Fui com Doutor Nezim, que era o prefeito daquela época. Doutor Nezim tinha um rapaz que chamava Debrando. Eu acho que tinha um negócio. Transporte era muito difícil naquela época. Doutor Nezim me levou e meu pai não foi dessa vez, porque acho que já conhecia o doutor, seu Raimundo. Seu Raimundo é uma pessoa muito boa. A delegada naquele tempo era a delegada escolar. Era Dona Giselda que já tinha ensinado lá. Casou-se com um rapaz de lá, seu Floriano. Ela já era casada, já tinha os filhos. Falava assim: “Rita, você vai, mas você não fica não. Não fica não porque lá não tem nada. Lá não tem carne, não tem padaria, não tem nada”. Seu Floriano corrigiu logo: “mas ela vai pra casa de Raimundo”. Enquanto eu estava na casa de Raimundo, estava tudo muito bom. Quando eu passei para outra casa, contei tudo em casa. Meu pai falou: “Você não fica lá mais não”. E arranjou outro lugar. Depois perguntaram quem foi e por que que tirou a professora de lá. Eles gostavam muito da professora, mas não tratava bem como merecia.

Naquele tempo também não tinha banheiro, a gente tomava banho na bacia. Fazia xixi no mato e lá tinha um colégio com as casas e tudo. Aracatu tinha um banheiro, mas era um banheirinho de lata de doce, todo furadinho, para a água sair, como um chuveiro. E a empregada colocava a água morna para nós. Em Ubiraçaba também tinha água morna, mas não era banheiro. Ninguém tomava banho no banheiro. Depois que comia o doce, aproveitava a lata. O povo era muito econômico.

Minha experiência com o primário foi muito boa. Apesar de não ter muito material, nem sala. Naquele tempo as meninas aproveitavam garagem. Eu tive até muita sorte, pois arranjei o aeroclube aqui pertinho. Eu de tarde e Lana de manhã. Lana era a irmã de Dona Pedrina. Lana ainda é viva. Ela também estudou em Caetité, mas se formou depois de mim. A gente também não tinha carteira. Os meninos levavam os “tamboretezinhas”. Não tinha quadro verde como tem hoje. É o quadro preto. Acho que não tinha nem quadro naquele tempo. Mandaram umas carteiras velhas para nós. Depois muito tempo arranjamos umas carteiras novas. Depois de muito tempo ainda saímos do aeroclube para a escola Rosa Levita, pertinho do Rotary, onde tive a primeira sala de aula. Já tinha o quadro verde, já tinha diretora, já tinha biblioteca. No princípio foi difícil, porque não tínhamos material.

Era tudo misturado, mas não tínhamos muitos alunos. Trabalhávamos com o livro que cada um tinha, o material que cada um tinha. Eu ensinava do jeito que sabia, do jeito que podia fazer. Dava o recreio, dia de domingo também passeava no mato com os meninos. Os que queriam. Os namorados também iam. Tinha dia que a gente encontrava muito com os namorados, na rua, nos passeios, um pouco escondido. Tinha um campinho de futebol que a gente ia. Na sala de aula mesmo eu também não tinha relógio. Perguntava os homens da venda se estava na hora de dar o recreio. Tinha um solzinho, os meninos falavam: “Dona Diná foi professora aqui, ela também não tinha relógio não, Dona Rita”. Era esse sol aqui. A hora que o sol estava aqui era hora do recreio, a hora que chegava aqui era a hora da gente entrar. A gente entrava. Tinha a “sessãozinha”, cada um recitava uma poesia. Quem queria.

No início do ano pedia, mas os alunos já sabiam que deveriam levar a pedra, e levavam. Levavam o livro, caderno e a pedra logo (risos). Pois é, tinha a pedra de escrever.

Foi muito um ano muito bom, fiz amizade com as meninas e a gente sempre procurava ganhar mais um “dinheirinho”. Substituía muito. Eu gostava do meu trabalho. Lourde cansou mais porque ela cuidava de tudo. Ajudava muito minha mãe na cozinha e tudo. No tempo que eu estudava, só fazia estudar. No tempo que ensinava, só fazia ensinar. Acho que por isso minha mente está boa.

### **Começa a mostrar as poesias**

Gosto muito de ler e escrever; faço crochê. Depois eu posso lhe mostrar os crochês que faço. Também leio poesia. Eu escrevia as poesias e rasgava. Penso em passar a limpo naquele quarto um monte, depois penso que já fiz o que tinha que ser feito. Agora vou esperar a morte.

Esta poesia é dos 80 anos. Eu não sei, mas tento escrever: “Meus 80 anos, nesse domingo de Páscoa, celebramos com alegria, junto com o coração de Jesus e a sempre virgem Maria. Tive esse privilégio com [inaudível]. E festejar com muita graça, junto com meus oito irmãos. Esse 31 de março na minha mente não passa. Participei da santa missa na antiga igreja da graça. E a noite tudo em ordem com muitas cores e luzes. Contradicionar o bolo feita pelas mãos de Lourdes. Tudo estava perfeito, eu parecia uma rainha, também foi tudo programado, pela irmã Teresinha. E os outros irmãos Diolino, Lucia, Tila e Zé. Sabemos junto apreciam as maravilhas da fé. Meire do Carmo, só pelo coração.

Comunicamos sempre com o telefone na mão. E a voz senhor Jesus, eu quero agradecer, por sua gloriosa majestade, o mundo faz crescer”.

Aqui é no aniversário de Mel. Sempre quando tem uma comemoração gosto de escrever: “Oi Melchi, nesse 21 de agosto, o seu sol brilhou, nasceu um belo menino, seu nome é Melchior. Seus pais com muita alegria, mãe Maria, pai José. Receberam com carinho, com muito amor e fé. E os irmãos Fan e Lu, sempre bem-humorados, com mais um novo irmãozinho que por Deus lhe foi dado. Depois nasceu Adriana, por ele muito esperada. Aquela companheirinha que fora o amor, por amor guardada. E vós tias corujas e nós tias corujas, Tila, Lolo. Elas chamavam Lu de Lolo. Tila, Lucinha e Do Carmo, Melchior é um xodó. Foi crescendo Melchior em graça e sabedoria. Depois em seus estudos muita beleza se via. Formado em medicina, pensando em ajudar o próximo. Coisa que fazia e faz, dizendo sempre eu posso. E agora vamos minha gente, cantar com todo fervor. Aquele velho refrãozinho, Melchior meu grande amor. Hoje aos 40 anos queremos agradecer, ao bom Jesus querido, que lhes faz muito crescer”.

Esse aqui eu dei para ele. E esse aqui por preguiça ainda não passei a limpo. Quando a legião de Maria completou 50 anos escrevi um bem bonito, mas rasguei. Quero lembrar e escrever.

Esta poesia foi pelo aniversário de Zé e Lia. No Natal escrevi um poema bem bonito. Achei bonito. Do Carmo é uma criatura muito boa, muito engraçada. É esse: “Bodas de Ouro, para Zé e Lia, com muita dedicação. Hoje faço esses versinhos, de todo coração. Cinquenta anos passaram, aqui é cinquenta de Dona Conceição. Nada de matemática aqui agora. Dessa legítima união com Jesus e Maria, sempre lhes dando as mãos. Foram anos marcados com trabalho e lazer. Sempre guiado por Deus, não podemos esquecer. Deste casal nasceram Francisco, Luiza e Melchior. Depois veio Adriana, recebida com muito amor. Não vou me estender muito, pois pouco sei escrever. Só uma coisa peço a Deus, que ele só a ele agradeça”.

Tenho que passar a limpo e dar para eles. Melchior disse que até chora.

Uma vez escrevi para uma colega minha, uma amiga da legião. Disse que ela não chorou, mas o marido sim. Eu fiz lembrando quando ela era criança. Comecei assim: “Nesse seis de janeiro nasceu uma menina, para alegria de seus pais, seu nome era Lavínia...”. Não lembro o restante.

### **Momentos com fotos**

Foto é bom a gente mostrar e ir falando o que é, pois a pessoa que está vendo não conhece.

Aqui sou eu com 80 anos. Quando completei 80 anos tirei essa foto. Estas são da mesma, muito repetido. Esta é na igreja, uma igreja antiquíssima. Era do tempo mil quinhentos e tanto, em Salvador. A igreja Paraguaçu. Catarina Paraguaçu sonhou que Nossa Senhora a mandou construir a Igreja e ela construiu. Aqui somos eu e Teresinha na mesma igreja, no pátio da igreja. Nesta foto tem o padre me dando a bênção. O padre estava com muita pressa, não tirou nem o capuz. Aqui o bolo dos 80 anos, tem ele aqui maior. Aqui meus irmãos, José e Diolino. Essa aqui é Lia. Nessa aqui somos eu e Teresinha. Aqui eles me dando a plaquinha. Depois eu vou lhe mostrar a plaquinha dos 80 anos.

Aqui é minha cunhada, a mulher de Diolino. Ali tem eles todos. Diolino é o pai de Ana Emília. Ana Emília é casada com a neta de Dona Ninha. Deixe-me ver se acho eles todos aqui, a irmandade toda. Esse aqui estou passando ligeiro porque você já viu.

Essa aqui tem todos: Lucia, eu, Teresinha, Diolino, Zé e Lourdes. Ainda falta do Carmo e Meira. Esse aqui mora em Salvador. Esse aqui é Zé, meu irmão. Esse aqui é o marido de Lia. Essa menininha aqui é filha de Luísa, ela é especial, ela não fala e nem enxerga, coitadinha. Ouve muito, ela é autista.

Aqui sou eu conversando com Tete. Ao invés de olhar para a foto, fiquei olhando para Tete, rindo. Teresinha é uma pessoa muito agradável, pessoa muito boa, faz tudo, aqui nossa secretária. Foi no aniversário de Lourdes, mas só quem saiu foi ela. Eu nasci em 1933.

Os meninos tiraram retrato, Tete também tirou. Ainda tinha Tila, mas ela não gosta de tirar retrato. Aqui acho que são todos: Lúcia, eu, Teresinha, Diolino, José e Lourdes. Ainda faltam três.

Tila não gostava de tirar foto, Meira e do Carmo não foram e Cllescência estava doente. Nossa secretária. Essa menina aqui é sobrinha dessa que foi com a gente. Luísa, eu, Francisco. Luísa está bonitinha, daquele mesmo jeito. Ainda canta. Francisco é tão engraçado, sempre brincalhão. Uma pessoa muito boa. Meus sobrinhos todos são assim, tem muita consideração. Esta aqui está “moçona”, tem 18 anos.

Este retrato acho que é o de 50 anos de formatura. Tem um retrato de Edite, Juscelina. Morreu tão nova. Padre Gilvan, Juscelina, eu, Lucimar. Lucimar está quase escondida. Essa aqui é sobrinha de

Zilda, nossa colega, Ofélia, Dona Tila. Dona Tila hoje está ruim, coitada. Nesse tempo ela já não estava muito boa.

Juscelina foi com nossa diretora, ela já morreu também. Essa aqui se chama Zilda, minha colega de turma. Mora aqui em Brumado. Ela era esposa de seu Pedro Galvão. Ela morava aqui atrás do cinema, mas se mudou. Não sei mesmo onde ela mora. Eu sei que Guiomar morreu. Seu Pedro morreu e eu não fui lá. Tila morreu, não veio aqui. Ainda quero ir à casa de Zilda.

Lourde fez o bolo, deu um cafezinho para a turma. Vieram umas amigas nossas. Acho que tem eu e meus aluno aqui. Nesta somos eu e o padre. Esta vou rasgar porque estou muito feia.

Nesta foto é uma Igreja de Brumado, quando foi consertada. Achei muito bonita. Aqui somos eu e minha aluna, eu já ensinava. Olha eu como estou bonita. Nova, na verdade. Nesta é a festa dos diplomas, do quinto ano. Eu tinha essa turma toda, depois a irmã de um aluno meu falou “me dá pra mim”, eu falei “toma minha filha”. Aqui eu e Niete. Valdir. Eu gostava muito dela. Clélia e eu. Eu tinha outro retrato desse com Raquel, Juscelina e Marinalva. Eu coloquei em um livro. Está guardado, mas não sei onde. Aqui sou eu e meus alunos. Aqui é Marinês pequenininha, minha sobrinha.

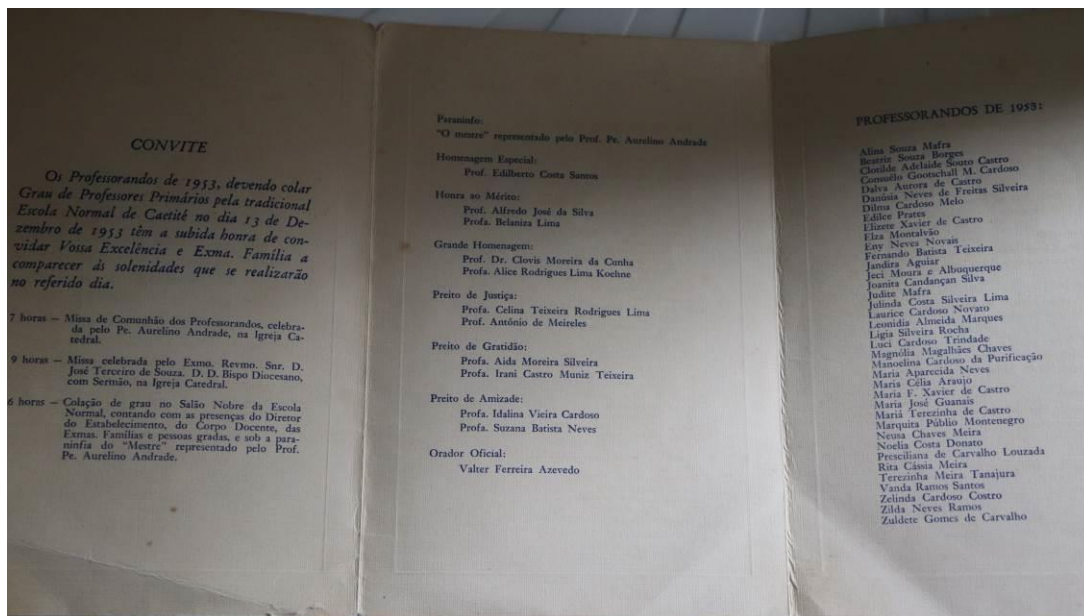
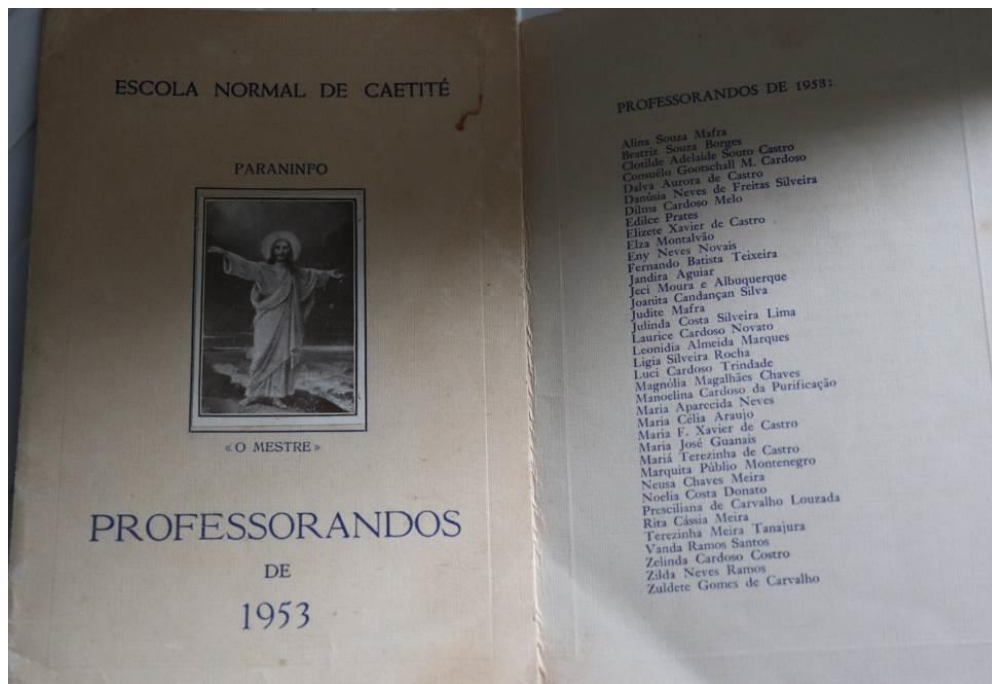
Aqui sou eu e o sobrinho de Eulália. Era muito amigo. Na primeira comunhão ele me deu esse retratinho. A mãe dele morreu nova. Amicíssima minha. Pensei: “Meu Deus, minhas companheiras estão morrendo tudo, meus professores já morreram”. Nesta foto é o menino de Zé, é médico. Aqui eu, Luiza, pequenininha ainda.

E aqui é Dri, Adriana mais novinha. Esses são os quatro meninos de Zé. Está faltando Francisco. Sou eu e os três meninos. Essa daqui é uma amiguinha deles. Aqui é Leo, ele escreveu com uma letreirinha: “Para minha amiga Rita, uma lembrança, minha primeira comunhão 28/08/2000. Com muito carinho para você”. Ele já se formou, se casou, depois que a mãe morreu.

Aqui a turminha também. Eu e Juscelina; eu e a estagiária, acho que é outra estagiária. Na escola Rosa Levita, pertinho do Lions. Que pena que derrubaram o Rotary.

Aqui a poesia de quando fiz 80 anos.

Convite de Formatura da turma de Rita de Cassia Meira – 1953



## DONA LILI

MARIA LEOCINA BORGES CARVALHO NASCIMENTO -87

Ex – Normalista – formou em 1951

Data da Entrevista: 25 de outubro de 2018

(Faleceu em 02 de novembro de 2019)

A primeira entrevista – Após contato prévio, agendamos a entrevista para o início da tarde do dia 25 de outubro de 2018, em sua residência, na Rua Dois de Novembro, no Bairro Alto Maron, em Vitória da Conquista-BA.

Estando na casa de Dona Lili no dia e horário combinados, na sala de visitas, nos acomodamos diante de uma mesa. Em uma parede, à frente, estava fixado um quadro de Nossa Senhora, com mais de 1m de altura; assim, sempre que falava da adoção dos filhos, dirigia-se à imagem, em forma de agradecimento. Nossa conversa foi gravada em áudio, com duração de 59 minutos e 34 segundos.

Conversamos sobre os objetivos da pesquisa. Pedi permissão para gravar o áudio da entrevista no celular e no gravador. Sem restrições, autorizou a gravação. Antes mesmo que ligasse o gravador e fizesse um questionamento que serviria como ponto norteador da conversa, assim como Dona Rica, Dona Lili começou a falar. Diferente de outras colaboradoras, ela começou a falar sobre o professor de Matemática. Não a interrompi e deixei que falasse.

Em outra ocasião que estive em sua casa, falei da pesquisa e da importância da sua história como aluna da Escola Normal, professora primária e professora de Matemática. Nessa oportunidade, Dona Lili me questionou sobre minha área de atuação; ao afirmar que gostava de matemática, ela demonstrou contentamento em falar das suas experiências com a matemática, razão que talvez justifique ter iniciado falando do professor de matemática, antes mesmo que a pergunta fosse feita.

Alguns minutos após ter iniciado a sua fala, fomos interrompidas pelo toque do telefone fixo. Justificou que se tratava do filho mais velho: “Estava aguardando essa ligação, é meu filho ele está viajando, estava preocupada”, disse ela. Depois da conversa com o filho, passou a narrar a história da adoção dos filhos. Dando ênfase à primeira adoção, direcionou a atenção para o quadro de Nossa Senhora, na parede, e disse: “eu conversei com ela todos os dias, a senhora me deu um filhinho de uma mãe morta”; em seguida, falou sobre a família desse filho. Conforme seu relato, tem uma felicidade plena com a família que construiu; mencionou que já enfartou três vezes, mas superou todas elas.

Assim narrou: Nasci em Araraquara, município de São Paulo, em 31 de janeiro de 1932, sou a quinta filha de 9 irmãos. Me formei com quase vinte anos, em 1951! Minha vida na escola foi naquela ocasião em que era primeiro fundamental, segundo, terceiro, quarto e quinto ano, que era normal. Na época eu vim de Bom Jesus da Lapa, papai era político e funcionário público, era coletor em Bom Jesus da Lapa e nos trouxe para Caetité. Fiz o exame de admissão na época, passei até bem, porque eu era muito estudiosa, hoje que estou muito “avacalhada”, mas (risos) era muito estudiosa. Eu gosto muito das lembranças da Escola Normal de Caetité e das de Conquista, onde ensinei Matemática por muitos anos. Tenho uma saudade imensa!

### 1. Lembranças da família

Venho de uma família de nove irmãos. Perdi uma irmãzinha agora, mas éramos seis mulheres e três homens. Agora morreram dois homens, só tem um, e morreu uma irmã que estava com aquela moléstia que se esquece de tudo... Alzheimer. A maior pena do mundo, porque era excelente professora. Todos eles se formaram! Todos, todos, todos formaram para professor! Até uma morreu, aliás as duas, Cremilda e Elizete morreram. E Lucas também era professor de Matemática, agora Napoleão História, esse Napoleão é o que existe. O único que ensinou História. O Lucas era Matemática, Didi era primário, Elizete era licenciada também, mas ensinava História e assim por diante. Agora o Lucas e eu ensinamos Matemática a vida inteira.

Carmen se formou. Elizete também. Eu, Zezé e Santinha e Carmen, quatro! Sou a mais velha. Tinha Zezé, que era a segunda e como chama? Carmem, essa está viva, graças a Deus. Carmen mora em Salvador. Era ótima aluna, diferente de mim, eu não era não, eu era média.

“Chamou vovó? É meu netinho” (Falando com o netinho). “Já vai, meu bem!!”

É filho de uma das meninas que criei, é essa que mora em Vitória. É porque largou o marido, o pai ficou com ele e ela se casou com outro, em Vitória, no Espírito Santo.

“Anda filho, pode entrar! Entra meu bem, pode ligar a televisão!” Eu amo demais. - “Eu te amo, viu!” (Voltando para a entrevistadora): Ele está na banca e no colégio mais rigoroso do mundo, Oficina é rigoroso! (O neto jogou a mochila no chão) – Você está vendo! Está pesada... eu digo: “Meu filho, pra que você jogou no chão”? Ele responde: “Ó, vovó, está pesado demais da conta”. Tenho quatro filhos adotivos. Duas meninas e dois homens (Narra a história da adoção do primeiro filho).

Meu marido vivia pelo mundo, não ajudava muito, ele vivia lá e eu cá com meus filhos.

## 2. Lembranças da formação

Quando papai nos trouxe para Caetité, iniciei minhas experiências na Escola Normal com o exame de admissão, na época. Passei até bem, porque eu era muito estudiosa, hoje que eu estou muito “avacalhada”, mas (risos) era muito estudiosa, e tinha também umas companheiras: Sinhazona, que era de Guanambi; Elzinha, que era de Urandi. Então, esse pessoal nos dava muita força, exigiam tanto que a gente, para não dormir, naquele tempo em que Caetité fazia gelo, a gente botava os pés no gelo para não dormir. Acredita numa coisa dessa?

Os professores eram maravilhosos, por exemplo, o professor Hyeront Batista Neves, professor de Matemática, muito bom; professor Hernandes Veloso Viana, Edilberto da Costa Santos ensinou Ciências, Helena Lima ensinava Geografia, dona Celina Rodrigues Lima ensinava História, Professor Meireles ensinava Psicologia, Professor Alfredo Galvão ensinava Literatura. Foi um período muito bom. Dona Aída que ensinava música, tinha canto orfeônico. E o piano que dona Aída tocava? Lindo. A mulher era feia, a professora, mas tocava tão lindo o hino nacional, a sua irmã ensinava prenda; Dona Iani que ensinava Educação Física. Professor Hernani ensinava agricultura, a gente capinava na época (risos). Tinha de capinar. De História era dona Celina, História e Moral e Cívica eram separadas, as notas eram duas: de História e de Moral e Cívica. Doutor Hernani ensinava agricultura, em que a gente capinava. Professor Almir ensinava Desenho. Ele era irmão da professora de Educação Física, um baixinho, miudinho. O jardim de infância, no pavilhão novo, era Dona Nadir que ensinava; gordona, mas era muito competente. Você não deve ter conhecido mais ninguém da nossa época.

Essa Dona Helena que ensinava Geografia, misericórdia! Era muito boa. Não havia nenhum que eu possa dizer que não fosse competente. Naquela ocasião, tinha doutor Clovis, que ensinava puericultura. Era um médico, uma pessoa maravilhosa. O que não significa que tínhamos intimidade, era ele lá e a gente cá. Era a distância, tanto que no recreio, quando eles (os professores) passavam, a gente podia estar pulando, parávamos tudo e ficávamos em posição fundamental. Se estivesse sentado, nas banquinhas que tinha na escola normal. A gente se levantava para eles passarem. A professora Conceição Ramos teve uma doença e faleceu, essa era maravilhosa, competentíssima. Não sei se estão vivos, sei que Dona Helena faleceu, a professora de Geografia, faleceu; Dona Celina Rodrigues Lima faleceu também. Professor Alfredo, que ensinava Literatura, faleceu. A gente não sabe também, eram velhos, se eu sou velha e caduca (risos) quanto mais eles, e bem mais velhos do que eu.

Era um tempo bom, exigia demais da conta, eram excessivamente exigentes, a gente tinha obrigação, tinha prova oral e escrita; a prova certa era escrita primeiro, depois oral. Alcançávamos os pontos por meio de sorteio desses assuntos. Era rigoroso, na época que eu fiz era terrível, mas não foi ruim porque me formei no tempo certo, quando saí em dezembro, em fevereiro fiz o concurso e passei muito bem, então valeu, não é? Valeram as exigências deles.

O ensino era dez na época, tanto que eu fiz o concurso sem tomar curso, sem nada e quase não estudei. Lembro da prova do concurso, foi até a interpretação do hino da bandeira, foi o ponto que saiu no concurso da gente e tudo de pedagogia, tudo de psicologia, tudo difícil e eu passei, não esqueço. Ah, eu sou muito difícil de esquecer das coisas, muito difícil! Não ouço bem, mas esquecer não esqueço, gosto demais da Escola Normal, tenho uma saudade imensa dali.

De tanto estudar, a gente via estrelas. Era pesadíssimo nessa ocasião e os professores não eram delicados. Era: “Não”, “sim”, “tá” e só! Monossilábico, sabe? Não era nada de agradável, para dizer que sentavam para conversar com a gente, nunca! Esse professor Alfredo ensinava literatura. Aquele homem sabia muito! Aqueles nascimentos daquele povo, todos os fatos principais, era exigente ele.

A escola batia o sino. Seu Tatim chamava os alunos! Seu Tatim era mais velho. Quando batia o sino não ficava um aluno fora da sala. Seu Tatim na porta parecendo um cão (risos). Aí a gente olhava para ver se ele saía.

Na minha sala tinha trinta e cinco alunos. Tinha poucos meninos, se muito tivesse eram uns seis e era trinta e cinco, quarenta na sala. Os meninos sentavam na frente e nós sentávamos atrás. Quando o recreio batia, até em terminação da aula, a gente ficava num lugar, eles saíam e iam para outro, não ficávamos juntos, e nem tinha conversa, para dizer que a gente não tinha prosa com os colegas, não podia conversar de jeito nenhum. Era aquele tipo de achava que era muito ruim. Achava que estava acabando com a decência, era uma coisa séria.

Batia a terminação da aula ou do recreio, você via todo mundo, procurava esperar, primeiro os meninos saíam, depois as meninas, os meninos iam para lá, trancavam o portão e nós ficávamos cá. Batia, entrava! Antes de bater a terminação, nós em um fino já estávamos lá. Tudo isso me deixa saudade. Não tenho arrependimento nenhum de ter me formado na Escola Normal.

Sentávamos pelo número que nos identificava: “um, dois, três, quatro, cinco”. Os meninos à frente e as meninas ao fundo. E não tinha o direito nem de olhar do lado, não podia, era olhando assim. Parecia aquelas escolas particulares, daquelas bem rigorosas. Em dia de uma prova, você pensa que podia consultar, nada! Se você fizesse isso, o professor reclamava: “Quê que você quer olhar pra trás?”. Que atrás que nada, eu olhei foi para o lado (risos). Eu não podia nem olhar assim, era um rigor terrível, era rigorosa! Você podia faltar e o lugar ficava ali reservado. Ninguém podia sair do lugar. Quando acontecia de levantar para perguntar uma colega: “O que é que você quer?”, “Vá sentar”!

Tinha dona Irani que era mais assim, que era Educação Física, tudo tinha nota, tinha frequência; eu tive uma irmã que tinha um problema no joelho, mas nunca pôde pedir dispensa da aula. Não dava não. Podia menstruar, podia fazer o que fosse, não tinha nada não. Era um rigor, mas era um rigor bom, não era um rigor imoral não, sabe? A gente não ia sem farda, porque se fosse sem a meia, voltava.

Todos os professores eram competentíssimos, todos! Hoje é que eu vejo uns professores terríveis dizerem que são professores, mas que a gente tem até vergonha de dizer que são mesmo. Mas naquela ocasião, era aquele rigor, aquela coisa e era fundamental, primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto fundamental.

Para o ginásio não tinha exame de admissão, era só o curso normal. Fazia exame de admissão e entrava no primeiro ano. O segundo, terceiro, quarto e quinto que formava, com cinco anos formava. Mas ficava muita gente sem formar, porque a exigência era demais da conta.

Eu não estou dizendo a você que para a gente não dormir para estudar a prova precisava colocar gelo nos pés, naquele tempo. Naquela Caetité gelada que era, botava os pés na água gelada. A gente comia o que não podia, porque para ficar a noite inteira, perdíamos noites, noites e mais noites.

Para ter um cinco, um cinco e meio, um seis, era assim, muito rigoroso. Hoje deve estar muito diferente, porque a época também é outra, não é? Mas na minha, Deus me livre! Era terrível, mas eu tenho muita saudade, muita saudade dos professores. Professor Alfredo, com as biografias dele, não havia quem suportasse, era “tim-tim por tim-tim” ele queria, ele cobrava.

Uma época de exigência, mas eu lhe garanto que valeu, que no concurso nosso não me lembro que ninguém tenha perdido. Os que fizeram em Caetité. Houve interpretação do hino da bandeira. Me lembro disso. Caía tudo! Caía teorema, era isso, aquilo outro, botava o desenho lá para você desvendar. No concurso! E o português foi interpretação do hino da bandeira (Sobre o concurso).

### 3. Lembranças da matemática

O meu Professor de Matemática, na Escola Normal, era o professor Hyeront Batista Neves. Ele ensinava, fazia prova num ensino de oportunidades da gente, não foi bem naquela prova, ele fazia outra prova. Ensinava muito, aliás todos eles ensinavam demais.

Em dia de uma prova, de Matemática, se você pensava em olhar para o lado, o professor Hyeront dizia: “Vocês querem tomar pau? Toma!”. Era assim. Mas eu gostei, eu gostei, ele sabia muito de matemática. Então, ele me sentava na frente: “Dona Maria Leocina, senta aqui na frente!”. Junto dele.

Ele chamava, chamava a gente! Gostava muito de me chamar, pois eu gostava muito de matemática, sempre gostei. Hoje que eu não sei nada mais. Mas eu gostava demais. Ele me chamava para explicar, mas a maior parte das vezes era ele que enchia o quadro e sei que ali não podia perguntar como era, pois ele dizia que já tinha explicado.

Não me lembro de mais nada! Só sei que a gente estudava era muito, estudava tudo... aqueles teoremas? Ele matava a gente. Você está pensando que o negócio era brinquedo? Não era não! Era um rigor terrível e colocava lá o enunciado; você que se desdobrava e fazia tudo e era “tim-tim por tim-tim”. Não era “você entendeu” e fez, não. Matemática você sabe que não é isso, é o teorema mesmo, com desenho e tudo. E eu que não era boa em desenho ficava doida de pedra! (risos)

Fazia os cálculos errados e eram uma coisa séria. Já a parte de escrita menos mal, porque eu sabia. A parte de desenho também era separada, nenhum desses professores ensinavam a mesma disciplina.

Professor Hyeront não tinha preferência pelos meninos ou pelas meninas. Olha, não havia diferença. Não, não destacava ninguém. Eram somente cinco meninos, cinco. Um Zé Lobo, não sei se existe mais; um Vanderlei, eu me lembro assim, esporadicamente.

O Professor Hyeront chamava ao quadro. Às vezes, ele chamava “fulana”! A gente ia e se tivesse o assunto já dado, tudo bem. Se não tivesse o assunto dado, ele dava. Dava tudo, tudo, tudo e perguntava: “entenderam?”; “Dona fulana, faça um favor”! Chamava para o quadro e dava nota!

Ele chamava as outras meninas ao quadro, também. Agora a preferência era “Dona Leocina”, era o meu nome assim, Dona Leocina. Ia até lá e ele explicava; ele explicava, e depois passava um exercício para mim. Eu não sabia como é que fazia, dizia: “Como é que começa isso professor?”; e ele começava para mim, ele fazia. Gostava muito de mim, mas não era para dizer que gostava para proteger não... um décimo ele não dava a mais. Gostava porque eu gostava de matemática, era mais fácil para ele, mas nunca facilitava.

Os meninos tinham muito mais facilidade, muito mais. Para nós, era difícil. Quando falava matemática, a gente ia para dentro de casa triste. Falar em prova de matemática era mesmo que falar “você vão para cadeia” (risos), mas sempre eu saía melhorzinha, não era ótima, mas era melhorzinha. Tirava um sete, muito difícil tirar oito, mas muito difícil mesmo; mais era seis e meio. Os meninos sabiam mais, os meninos sabiam mais matemática do que as meninas, naquele teorema terrível. Você já viu aqueles teoremas, aquilo matava gente!

Na minha época, na Escola Normal a Matemática era mais de Aritmética, na época não era o livro de matemática não, era o livro aritmética de Tony Trajano. Estou até sabida (risos) sobre o livro que estudava na Escola Normal.

Quando fiz o curso da CADES, foi a diretora que indicou porque eu gostava de matemática e ela percebeu que eu daria conta. Fiz, passei bem em tudo, porque eu também estudei muito, e várias colegas também, não fui eu só não. Eu e Bertina, que ainda é viva, tem Olívia, que infelizmente faleceu, e outras professoras fizemos esse curso e depois fizemos o concurso.

Foi um Curso de Matemática muito difícil, eu quase entregava a prova em branco. Parecia que não sabia nada, sussurrei: “Eu sei lá o que é isso”! Depois, Deus me ajudou. Que a gente vai assim devagarinho. E eu consegui ser aprovada, mas fui aprovada beleza, foi uns seis e pouco. Quase eu ia perdendo.

O conteúdo cobrado tinha de tudo, tudo de ginásio. Tudo de ginásio daquele tempo, mas não era aquela matemática de hoje, que é aquela dificuldade sem fim. Ele (o neto) pega uma matemática e me dá aqui e eu fico parecendo uma doida. Ele cansa de dizer: “Você não sabe mais nada, minha vó”.

Os conteúdos variavam demais da conta, a matemática que aprendi na Escola Normal não ajudou muito na CADES. Tinha os livros que eram do professor, vinha livro do professor e livro do aluno; a gente ficava, é claro, com livro do professor e estudava ali. Eles mandavam o livro do professor e o livro do aluno. A gente ficava com eles, é claro que a gente tinha de estudar, tinha de estudar e fazer uma prova, era até cotado demais da conta.

O professor nos chamava quando ia explicar um assunto. Todo mundo caladinho, porque Matemática é uma matéria difícil, não é? A gente ouvia as moscas tocar.

Quando eu ensinava também chamava um aluno, dizia: “vem cá fulano, você entendeu? (Risos) Não entendeu não?”. Eu voltava, repetia e tudo quanto há. “Agora aprendeu, melhorou?”. “Melhorei”; agora vinha ao quadro e não sabia nada. Matemática sempre foi muito difícil. Eu não acho, mas para o aluno. E antigamente ensinava a tabuada, hoje ninguém quer mais. Hoje é preciso sair adivinhando as coisas, esse mesmo (o neto) não sabe nada de tabuada e fez a quinta série.

Quando eu ensinava, a turma tinha mais meninas! Meninas eram mais interessadas. Eu também fazia isso. Passava exercício, daí a pouco recolhia os cadernos, corrigia e dava a nota. Aí eles ficavam



bem entusiasmados, porque a nota era melhor do que a prova e ajudava na prova, fazia a prova e dividia por dois.

Os meninos gostavam mais, os meninos tinham as melhores notas, apesar de não serem muito atenciosos, mas os meninos tinham notas melhores. As meninas, coitadas! Lutavam, mas eu dava a notinha no fim do ano no caderno, caderno todo passado a limpo, arrumadinho. Eu dava uma notinha para ajudar.

Os meninos não brincavam não, porque comigo ninguém nunca brincou, mas eram menos responsáveis. Agora tinha alunos que queriam mesmo aprender, homens que queriam mesmo aprender. Eu ensinei no noturno vários anos. Ensinei no Abdias Menezes vários anos, eu fui até convidada depois que eu aposentei para poder ensinar, pegar umas aulas lá. Eu falei: “não posso, já aposentei”.

Pois é, matemática é bom, pois é ou não é. Ou você acertou ou você errou e se você começou acertar e não terminou o acerto ainda está na linha ruim. Eu não levava nada em consideração, se começou certinho; “ah dona Lili eu fiz isso, olha aqui, oh! Eu fiz até aqui!”. Você fez, mas não fez o principal: a resposta. Nunca me responderam, nunca!

Se esforçavam. Era um grupo muito bom, quando eu chegava na sala a primeira vez se a gente ia seguir a turma o povo fazia assim “shiiii”. Eu dizia: “Êh, meu Deus do céu!”. Mas era aquele silêncio, era aquela delicadeza, nunca um menino me respondeu, nunca! Não sei se é porque minha cara era muito fechada ou porque eles não queriam mesmo. Mas eu não humilhava ninguém de jeito nenhum. Eu olhava as coisas: “Minha filha, isso não está certo, esse é assim, não está certo”. Ela pegava o caderninho e ia se sentar.

#### 4. Lembranças da carreira

Iniciei minha carreira como professora primária. Comecei até na roça, porque meu pai era político e tinha um político em Urandi, esse político em Urandi era terrível. Eu fui nomeada três ou quatro vezes para depois tomar posse; meu papai era político e eles também eram. Demorei e fui para a roça, mas eu nunca fui de achar facilidade em nada. Nós ficamos num prédio rural nessa ocasião. Eu e minha irmã, também formada em Caetité, onde ensinamos um ano.

Em Caetité, dei aula em Guipará. Tanto que em Guipará um dos alunos formados eu trouxe para Caetité. Nessa ocasião, viajávamos a cavalo para Caetité. O filho de um chefe político de lá. Então me ofereceu uma festa, mas uma senhora festa para dizer que eu fui lá em Guipará, não sei há quantos anos. Foi logo depois que formei, não me lembro quando foi isso, agora é outra coisa.

Era assim que a gente ensinava, eu ensinei num prédio rural, esse prédio quando eu cheguei foi inaugurado por mim, inaugurado assim, fui a primeira pessoa que ensinou lá, não foi inauguração nenhuma não.

Quando eu cheguei estava lá, o prédio já estava, o prédio prontinho. Entrei, matriculei aluno à vontade. Aluno que saiu de uma escola que tinha por nome a professora: Dona Dina, que já estava cansada, não ensinava mais nada e fazia muitos anos que estava lá. Resultado: depois desses professores velhos, os alunos saíram todos e foram ficar com a gente, que nós éramos novos, jovens e queríamos que o aluno aprendesse. Saímos da escola mais exigentes, queríamos cobrar também dos nossos alunos.

A gente vivia em torno de chefe político no local, apesar de que eu tive um chefe que foi até meu compadre, morreu de diabetes, mas muito bom, muito bom. Bastava eu lhe dizer que viria para Caetité a cavalo, por aí você tira o atraso! Vinha de Jurema, oh! Antes de ensinar em Guipará, eu ensinei em Jurema primeiro e em Jurema nunca tinha ido uma professora estadual, nunca! Então eu fui. O povo adorava e não tinha carteira, não tinha sala nenhuma para a gente ensinar, arranjaram uma sala lá e os meninos carregavam as cadeiras todos na cabeça, levavam e traziam. Foi um tempo muito duro que eu peguei, mas não tive arrependimento e não quero repetir. Se fosse para repetir eu não queria, mas lhe garanto que deixou muita lembrança, muita recordação boa.

Aluno era obediente, fazia o que a gente falava, fazia. Levantava numa tremedeira. É que nunca tinha professor estadual. E fazia pena, eu dizia: “Meu filho, não precisa tremer tanto, não treme, aqui não tem bicho nem nada, vamos ver aqui”! Era alfabetização, todo mundo não sabia ler nem escrever. Fiquei um ano nesse lugar. Quando eu fui para Guipará já tinha a professora, é a que eu falei, já antiga, cansada de viver. Nem ensinava quase, chamava Dina, não ensinava quase nada.

Os meninos saíram todos da escola de Dina e foram para lá, mas todos analfabetos, para a gente ensinar as coisas. Naquela ocasião, distribuíam umas cartilhas. Cartilha a gente marcava a liçãozinha,

quem não sabia ler a gente ensinava o alfabeto, que muitos iam misturado, quem sabia ler, quem não sabia, tudo misturado que não podia dividir.

Eu dava aula! Primeiro a gente ensinava a fazer conta, eram as quatro operações. Somar, subtrair, multiplicar e dividir. Quando o aluno sabia direitinho, tomava a tabuada, tomava a tabuada, não deixava sem a tabuada não. A leitura, tomava a leitura, fosse a série que fosse, obrigatoriamente, tinha que tomar a leitura diariamente, a tabuada diariamente. E o resto era escrito; em ciências falávamos muito, mas eles sabiam mais do que a gente.

Nas turmas tinha mais meninas! Era! Mais sexo feminino. Os meninos estavam trabalhando na roça e só tinha dois turnos, minha irmã dava um turno e eu dava outro, quer dizer, quem estudava de manhã não podia ir para a roça. O outro vinha, cansado já de viver, coitado! Meninos, do tamanho desse meu neto (Aponta para um menino com mais ou menos 10 anos de idade), mais ou menos. Mas vinha com o livrinho debaixo do braço, cartilha, era a cartilha.

Eu sei que foi um período muito bom, experimentei muita coisa, mas em compensação venci!

Mudamos para Itambé, aqui essa cidade vizinha. Continuei trabalhando com o primário. Em Itambé moramos uma vida inteira, uma de minhas irmãs até se casou em Itambé e eu vim para Conquista porque pedi ao prefeito, que era Gerson Sales. Os nomes eu não esqueço não (risos), Gerson Sales. Pedi para vir porque meus pais residiam aqui e papai estava doente. Ele me ajudou, politicamente. Era chefe em Vitória da Conquista, e me arranhou. Depois minha irmã ficou lá, casou-se e ficou por lá. As outras se formaram professoras, mas uma professora “avacalhada” aqui.

Depois que eu vim para Vitória da Conquista, fiz um curso, como chama? A CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – pesquisadora); nessa ocasião, e quando eu vim para o primário, era anexo da Escola Normal, onde trabalhei a vida, depois surgiu um curso para gente de matemática. A Diretora disse: “olha, você gosta de matemática?”, e incentivou para fazer um curso de matemática. Chama CADES, você já ouviu falar?

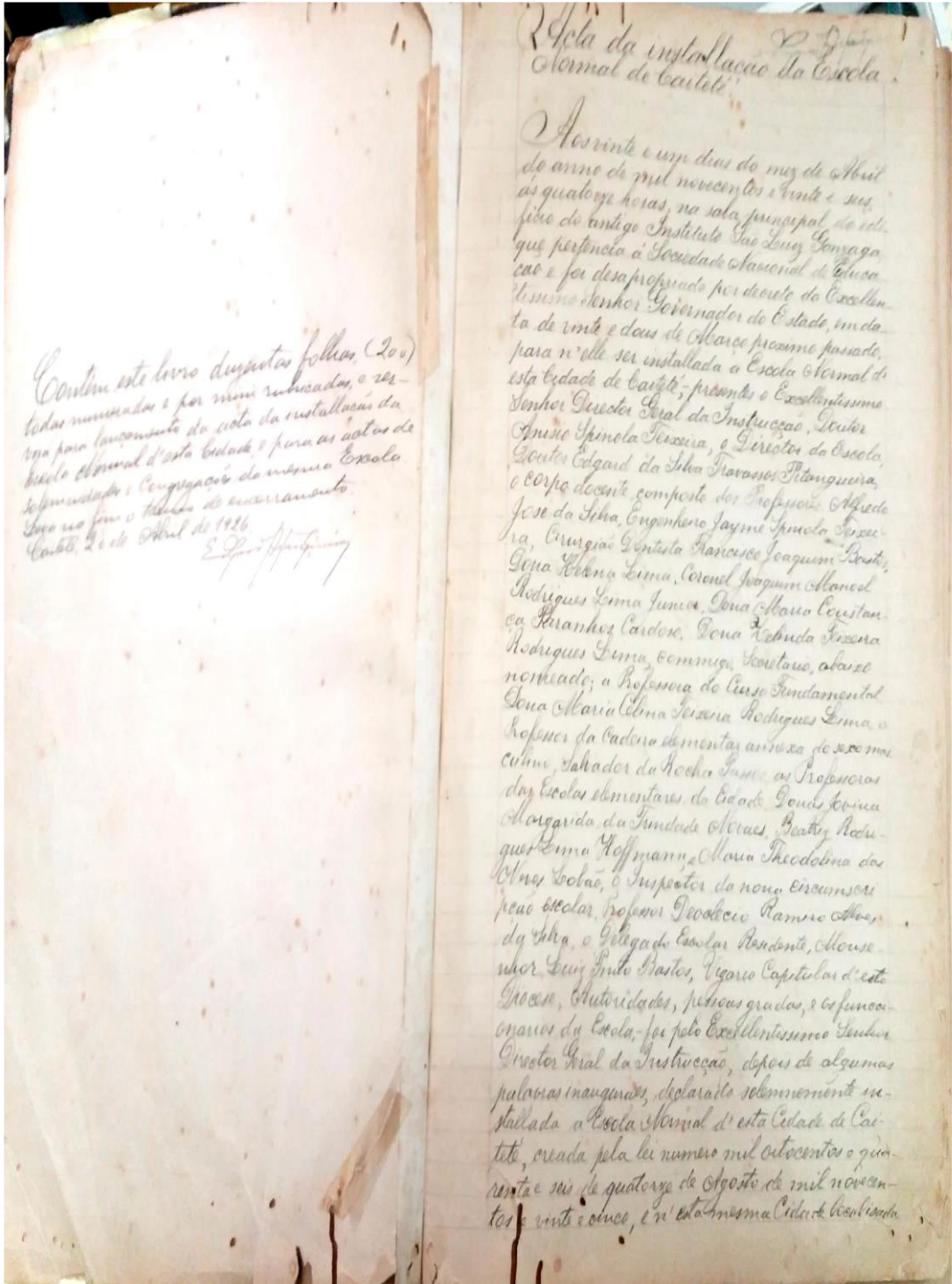
Foi Dona Nana quem me indicou para fazer a CADES. Fiz a CADES, melhorei de nível, fui nomeada de imediato, porque a classificação foi boa, não foi ruim, eu fui nomeada. Graças a Deus, melhorou muito minha situação financeira. Só andava assim, sem dinheiro. Principalmente agora com esse Rui “bosta” ainda piorou (Refere-se ao governador atual da Bahia).

Quando fui nomeada para a Escola Normal, para dar aula no curso normal, o Professor Geisel Norberto, professor de matemática, quando tinha dificuldade, quando tinha dúvida perguntava para o colega e ele era maravilhoso para ajudar, ele me ajudou muito.

Naquela época os alunos não me deram trabalho não. Na Escola Normal se eu disser que deram trabalho, estou mentindo! À noite, aqueles homens eram iguais ao cão! Eu ensinei à noite também, para ajudar, que sempre gostei muito de fazer as coisas para ter dinheiro e hoje não devo ninguém, ninguém mais.

Hoje é que aluno está batendo até no professor na escola, mas nunca me responderam de jeito nenhum. Ensinei na Escola Normal 25 anos completos. Como eu sempre fui muito exigente com procedimento, com tudo, era aquele silêncio na aula; até hoje eu tenho uma varinha, não era para bater em menino não, eu apontava no quadro-negro, que hoje é quadro de giz, mas no meu tempo era quadro negro.

ANEXO A - ATA DE INSTALAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ



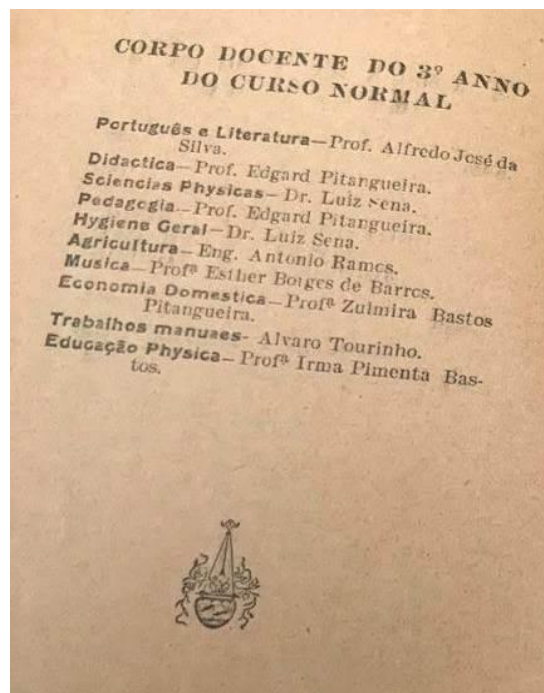


ANEXO B - REVISTA DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ

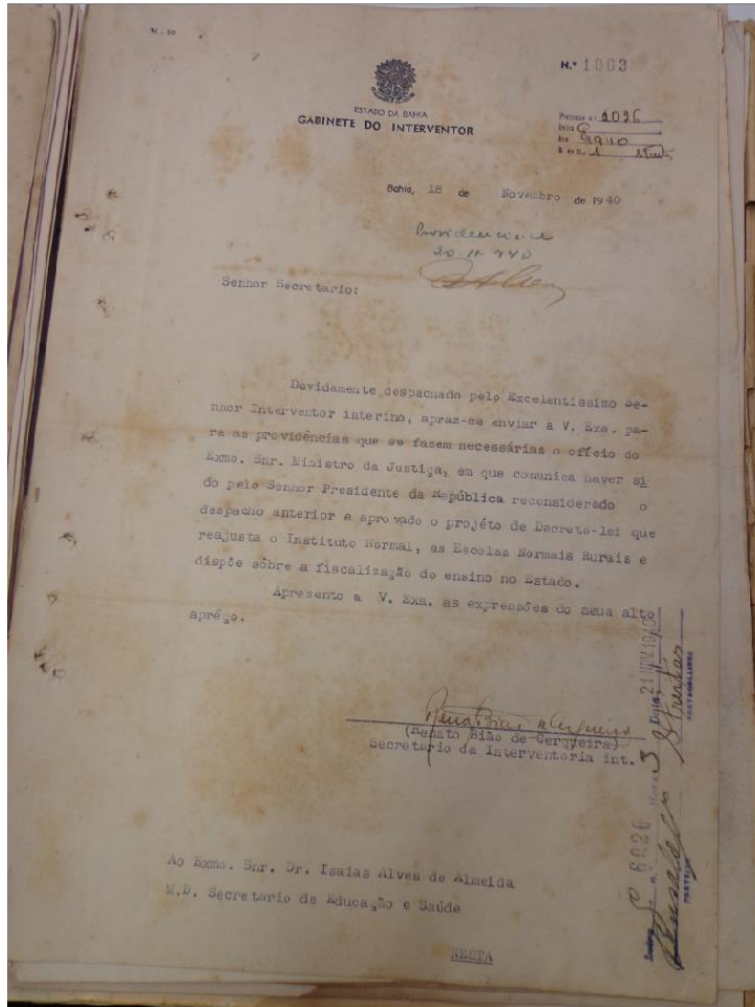


## ANEXO C - PROGRAMA DO ENSINO CURSO NORMAL (FASCÍCULOS PARA USO DOS ALUNOS DO 3º ANO EM 1928)

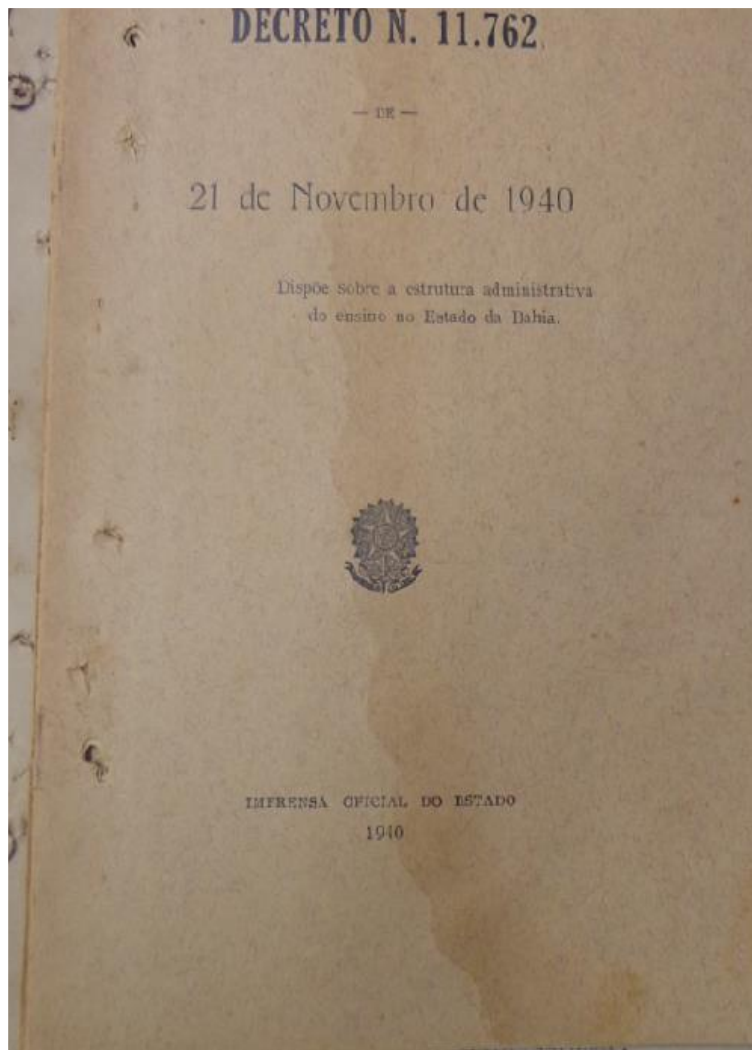
(Único fascículo localizado – arquivo da pesquisadora Lucia Porto Nogueira)



# ANEXO D - CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, DR. ISAIAS ALVES DE ALMEIDA



**ANEXO E – DECRETO N. 11.762 DE 21 DE NOV DE 1940, BAHIA**





ANEXO F – 37ª ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1944

Ata da trigesima sétima (37ª) sessão ordinária da Congregação da Escola Normal Rural de Bartite.

Nos treze (13) dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), às quatorze (14) horas, na "Sala dos Professores" da Escola Normal desta cidade de Bartite, com a presença dos Catedráticos: Professor Alfredo José da Silva, de Português e Literatura Nacional; Professora Helena Lima Santos, de Geografia Geral e do Brasil; Professor Antônio de Medeiros, de Pedagogia, História da Educação e Metodologia; Professora Belariza Lima, de Psicologia Educacional, Estatística e Administração Escolar; Professor Hyerent Batista Mendes, de Matemática Elementar; sob a presidência do Senhor Doutor Cláudio Moreira da Cunha, Diretor da Escola e Catedrático de Higiene, Puericultura e Educação Social, foi, pelo mesmo, aberta a trigesima sétima (37ª) sessão ordinária da Congregação, convocada para os fins de que trata a letra (b) do artigo seiscentos e trinta e três (633), do Regulamento da Lei número mil oitocentos e quarenta e seis (1.846), de quatorze (14) de Agosto de mil novecentos e vinte e cinco (1925). Não compareceram os Professores: Helina Teixeira Rodrigues Lima, Edilberto Costa Santos, Hernani Veloso Viana, Maria Conceição Ramos e Padre Delio Helypio de Almeida, respectivamente, catedráticos de História Universal e do Brasil e Educação Moral e Cívica; de Ciências Físicas

e Naturais; de Agricultura Prática; de Português e de Biografia  
 Francisca, por se acharem ausentes desta Cidade.  
 Depois de explicada a finalidade da sessão em apreço, pelo  
 Senhor Presidente, foi lida pela Secretária da Escola  
 a ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada e assinada  
 pelos Catedráticos presentes. Convidados os professores  
 para apresentarem os programas a digitar em no corrente ano  
 lectivo, a professora Belaniza Lima apresentou o programa  
 de Psicologia Educacional para o quinto (5º) ano Normal,  
 com modificações. O Doutor Clodis Moreira da Cunha  
 apresentou os programas com as seguintes modificações: Sa-  
 meamento para o programa de Higiene do quarto (4º) ano  
 Normal e Educação Sanitária para o quinto (5º) ano.  
 O Senhor Presidente designou a seguinte comissão para emi-  
 tir parecer sobre o programa apresentado pela professora  
 Belaniza Lima: Doutor Clodis Moreira da Cunha, profes-  
 sores Alfredo José da Silva e Antonio de Oliveira.  
 E, para julgamento dos programas apresentados pelo Dou-  
 tor Clodis, foi esta a comissão designada: professores  
 Alfredo José da Silva, Hieronym Helles e Belaniza Lima.  
 As referidas comissões deram parecer favorável, sendo apro-  
 vados todos os programas. Os demais professores fizeram  
 presente à Congregação que continuariam adotando os mesmos  
 programas anteriormente aprovados, sem nenhuma alteração.  
 O Senhor Presidente apresentou à Congregação a proposi-  
 ta para que fosse consignada na ata da presente sessão  
 um voto de confiança à administração do Doutor Clodis  
 Augusto da Silva, Director do Departamento de Educa-  
 ção, visto já ter o mesmo, em um ano e poucos meses  
 de gestão, dado provas de que muito se interessa por  
 esta Escola, conseguindo Cr. \$ 51.000,00 (cinquenta e um  
 mil cruzeiros) para reparos no prédio deste Estabele-  
 cimento, maquinário agrícola e cinquenta (50) carteiras pa-  
 ra as Escolas Primárias Temexas, solicitados por esta  
 Directoria. A proposta do Doutor Clodis foi aprova-  
 da por unanimidade. Tranquada a palavra e não  
 havendo quem dela quizesse usar, o Senhor Director de-  
 clarou encerrada a sessão. E para tudo constar, ha-  
 vrei a presente ata que será lida e submetida à aprova-  
 ção da Congregação na próxima sessão. Eu, Sophia Gui-  
 marães Teixeira, Secretária deste Estabelecimento a escrevi.  
 Clodis Helles de Lima  
 Alfredo J. Silva

ANEXO G - TERMOS DE POSSE

Termo de posse

No primeiro (1º) dia do mez de effe-  
 ro de mil novecentos e setenta e sete (1937),  
 no salao nobre da Escola Normal desta Cida-  
 de de Curitiba, perante o Senhor Director Pro-  
 fessor Antonio de Muelles, tomou posse  
 do cargo de Professora da Escola Normal,  
 annexa a esta Escola Normal, a professora  
 Judith Moreira da Cunha, nomeada, - por  
 Portaria numero oito (8) de dezesse (16) de  
 fevereiro do corrente anno, do Excellentissimo  
 Senhor Director Geral do Departamento  
 de Educaçao, e publicado no "Diario Oficial"  
 de dezete (17) do corrente mez, - para sub-  
 stituir a regente effective professora Evangelina  
 Alves de Moraes Mante, enquanto durar o seu  
 impedimento.

E para constar, eu, Sophia Guimarães Tei-  
 xeira, Secretaria, lavrei o presente termo de  
 posse, que vai assignado pelo Senhor Director  
 da Escola e pela nomeada Professora.

Antonio de Muelles  
 Juiz de Paz da Cunha

Termo de posse

No vinte e seis (26) dias do mez de effe-  
 ro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), nella  
 Cidade de Curitiba, no Salao Nobre da Escola  
 Normal Qual, perante o Senhor da mesma Es-  
 cola, Professor Antonio de Muelles, tomou posse  
 do cargo de Presidente interino do Rendimento  
 Oculista, desta referida Escola, o Professor Ruy  
 de Almeida Neto, para cuja cadastra foi ho-  
 norado por Decreto do Excellentissimo Senhor  
 Governador Estadual, datado de quinze (15) de  
 Maio de mil novecentos e quarenta e nove  
 (1949), e publicado no "Diario Oficial" de dezete  
 (17) do corrente mez.

E para constar, lavrei o presente ter-  
 mo de posse, que vai assignado pelo Director  
 e pelo nomeado Professor.

Eu, Sophia Guimarães Teixeira, Secretaria,  
 e assim.

Um tempo, declarei que o Professor acima re-  
 ferido apresentava, no ato da posse, a cartao de  
 identidade, de numero oitenta e dois mil cento  
 e doze (82.112), Serie E. 1333 (quatro mil trezentos  
 e trinta e tres), e o certificado de registro de ter-  
 ceira (3ª) categoria, sob numero setenta e dois mil  
 cento e noventa e nove (72.199).

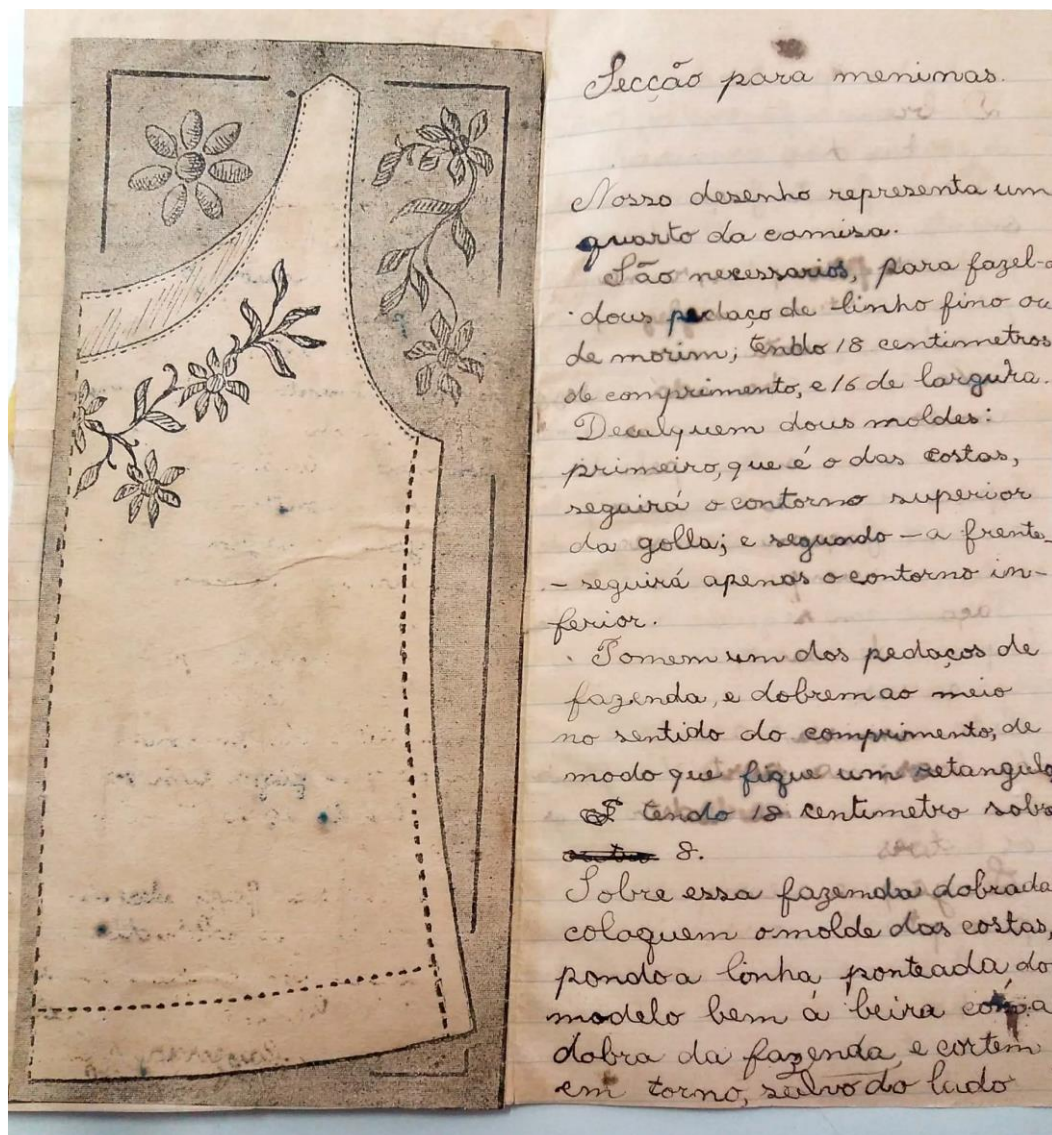
Antonio de Muelles  
 Aquino Batista de Souza

Termo de posse

No vinte e cinco dias do mez de Mar-  
 ço de anno de mil novecentos e vinte  
 e seis, no salao nobre do edificio da Es-  
 cola Normal d' esta Cidade de Curitiba, pe-  
 rante o professor Decio Ramiro Alves  
 da Silva, Inspector Regional da organiza-  
 çao escolar, para isto autorizado  
 pelo Excellentissimo Senhor Director Ge-  
 ral do Ensino, tomou posse do cargo  
 de professor cathedra de interino da Ca-  
 tedra de Matematicas, para onde foi  
 nomeado por decreto do Excellentissimo  
 Senhor Governador do Estado, em data  
 de dezete do corrente, o Engenheiro Jay-  
 me Spuola Teixeira. E para constar, foi  
 lavrado o presente termo, que sera assigna-  
 do pelo Inspector Regional e pelo referi-  
 do professor. Eu, Antonio Marcelino  
 das Neves, secretario, e escrevi.

Prof. Decio R. Alves da Silva  
 Jayme Spuola Teixeira

ANEXO H - RASCUNHO DO JORNAL BEM-TI-VI, INTITULADO SECÇÃO PARA MENINAS, SEMANÁRIO N. 1 DAS MENINAS, COM A DESCRIÇÃO DE UM DESENHO



da linha pontada.  
 Dobrem a fazenda; tire  
 as costas das camisas.  
 Para frente, façam exactly  
 frente o mesmo. Os dois  
 pedaços p[ro]mptos, reunamos  
 pelas costuras, no lugar, do  
 modo seguinte:  
 A costura chamada inglesa,  
 começa-se por coser as bainhas  
 uma com a outra pelo direito,  
 depois viram a camisa pelo  
 avesso, façam um segunda  
 costura que se prende a outra.  
 Façam em seguida a bainha  
 da parte de baixo, do direito e  
 das costas.  
 Esta camisa é aberta nos  
 ombros; na parte da frente  
 fixe os botões, e na de detrás fixe  
 os botões.  
 Logo que a camisa estiver  
 p[ro]mptas é necessario marcar  
 o. A camisa deve ser marcada  
 no hombro direito, acima  
 da costura.  
 Zelinda. S. P. Lima

1891 Semanario N. 1  
 das meninas  
 Bern-ti-vi  
 Caetete, quarta-feira, 29  
 de Março de 1916.  
 As rosas  
 Numero andino 50 reis, atazaga 10 reis.

# ANEXO I - LIVRO DE PONTO – REGISTRO DE AULAS DE MATEMÁTICA ELEMENTAR



1926. *Ceresolândia* *6*  
*Setembro* *31*  
*Ceresolândia* *31*

8009	Algebra	Primeira Parte	Regras para a resolução de equações
9010	Geometria	Áreas e volumes	Áreas e volumes
10011	Geografia	Geometria plana	Áreas e volumes
13014	Geometria	Geometria plana	Áreas e volumes
14015	Trabalho	Trabalho	Trabalho

*Trabalho de Matemática*  
*Trabalho de Matemática*  
*Trabalho de Matemática*

1926. *Setembro* *31*  
*Ceresolândia* *31*

8009	Algebra	Primeira Parte	Regras para a resolução de equações
9010	Geometria	Áreas e volumes	Áreas e volumes
10011	Geografia	Geometria plana	Áreas e volumes
13014	Geometria	Geometria plana	Áreas e volumes
14015	Trabalho	Trabalho	Trabalho

*Trabalho de Matemática*  
*Trabalho de Matemática*  
*Trabalho de Matemática*

1926 Setembro Dia 18

*Curso Normal*

Disciplinas	Prof. das Disciplinas	Assumpto da lição
12 de 13	Arithmetica	Ypocras e pueris Capitulo
14 de 14	Francês	
14 de 15	Hist. do Brasil	Luiz de Albuquerque
15 de 16	Portuguez	Luiz de Albuquerque
16 de 17	Franc. do Brasil	Antonia Antonia Pereira

1926 Setembro Dia 19

*Curso Normal*

Disciplinas	Prof. das Disciplinas	Assumpto da lição
8 de 9	Algebra	Algebra
9 de 10	Portuguez	Algebra
10 de 11	Geographia	Geographia
13 de 14	Calligraphia	Calligraphia
14 de 15	Educ. Phys.	Educ. Phys.

## ANEXO J - VÁRIAS NOTÍCIAS - REVISTA DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÊ Nº 3

REVISTA DE EDUCAÇÃO

### VARIAS NOTICIAS

#### DR. ANISIO SPINOLA TEIXEIRA

Para os Estados Unidos da America do Norte, onde foi representar o Estado da Bahia, no congresso americano de Instrucção, seguiu em Abril p. p. o Dr. Anisio Spinola Teixeira, Director Geral da Instrucção.

O esforçado e brilhante collaborador do governo Calmon, levou tambem deste a incumbencia de estudar os modos e processos de aperfeiçoamento do ensino, afim de que a Bahia aproveite, depois da respectiva adaptação, as iniciativas e os avanços do ensino na patria de Washington.

Ao Dr. Anisio Teixeira, a «Revista de Educação», deseja feliz e proveitosa estadia naquelle grande paiz.

#### DR. JAYME JUNQUEIRA AYRES

Em substituição ao Dr. Anisio Spinola Teixeira, Director Geral da Instrucção, foi nomeado o Dr. Jayme Junqueira Ayres, Director da Secção do Ensino Primario.

A «Revista de Educação», apresenta ao Dr. Jayme Ayres, sinceros parabens e votos de proficua administração na Directoria Geral da Instrucção.

#### PROF. POSSIDONIO DIAS COELHO

Após quarenta annos de exercicio no magisterio primario, com dedicação e brilhante eficiencia, solicitou jubilação o acatado professor Possidonio Dias Coelho.

Este educador não pode ter na historia da instrucção publica da Bahia um lugar com num, taes são os serviços por elle prestados á sua terra.

Por decreto do Governo do Estado foi aquelle emerito educador aposentado, com uma fé de officio honrosa e enaltecedora.

A «Revista de Educação», noticiando este facto, deseja ao velho professor Possidonio Dias Coelho innumeradas venturas no decorrer de sua preciosa existencia.

#### DR. JAYME SPINOLA TEIXEIRA

Afim de assumir o alto posto de Fiscal do Governo do Estado, junto á Empreza Viação do S. Francisco, pediu exoneração do cargo de professor de Mathematica desta Escola Normal, o Dr. Jayme Teixeira.

A «Revista de Educação» perdeu um dos seus redactores, mas continúa a ter, na pessoa do Dr. Jayme Teixeira, um amigo dedicado.

#### PROFESSORAS HELENA LIMA E MARIA CONSTANÇA PARANHOS CARDOSO

Passou a fazer parte do corpo redaccional desta Revista, a professora Helena Lima, que vinha exercendo o cargo de secretaria, e para este logar foi indicada a professora Maria Constança Paranhos Cardoso, ambas docentes da Escola Normal.

#### ANIMANDO AOS QUE TRABALHAM

O Sr. Dr. Góes Calmon, benemerito Governador do Estado, num movimento de justiça e animação ao esforçado professorado da Bahia, de volta de uma viagem que fez ás zonas de Nazareth e Jequié, tendo verificado o zelo que os professores daquelas regiões demonstram pelo ensino, mandou que se baixasse a portaria seguinte, publicada no «Diario Official» de 30 de Abril p. p.

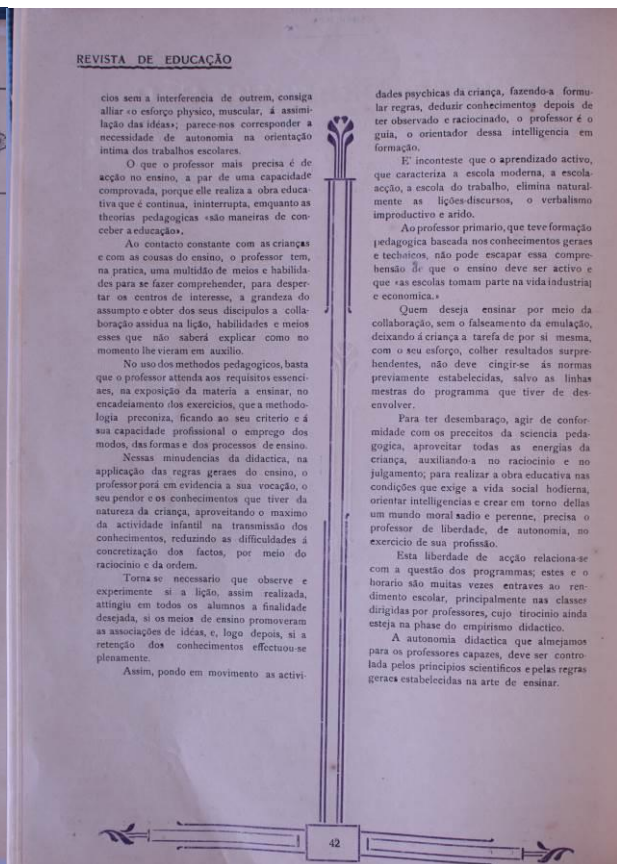
#### PORTARIA

O Desembargador Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica, em nome do Sr. dr. Governador do Estado, resolve recommendar ao Sr. Director Geral da Instrucção, que louve os professores: Nestor Carlos de Sá, Engracia da Costa Lima, Almerinda Augusta de Britto, de Jequiriçá; Valeriana Maria dos Prazeres, Claudionor Ribeiro Bastos, Alexandrina dos Santos Pitta, Glaphina de Figueiredo Duarte, de Santa Ignez; Zulmira Sande Bitencourt, Judith Benigna da Silva, Maria Julia da Silva, de Mutuipe; Maria Alzira de Miranda, Olegaria de Novaes Ramos, de Jaguaquara; Nemezia Amelia Galvão de Souza, Zulmira Tanajura Araujo Cahyba, adjuncta, Victoria Rodrigues Andrade, Aurelia Ramacciotti, adjuncta, Isaura Moutinho de Assumpção Passos, Zulmira Maria dos Prazeres, Celina de Moura Couinho, de Areia; Aljovita Marques de Souza, Edith Pereira do Nascimento, de Itaquera; Rosa Esmeralda Garcia Pinto, Maria Eça de Menezes, Edith Salles Lima, adjuncta, Lindaura da Rocha Fonseca, Faralides Santos, Floripes Maciel Sodré, Covilha Theodora Cerqueira, de Jequié; Maria Getulia de Oliveira Dias, Maria Augusta dos Reis, de Rio Fundo em Nazareth; Anisia Soares de Souza, Maria Candida de Moura Castilho, Itrussú, em Jaguaquara, pelo zelo e disciplina de suas respectivas escolas, verificados pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, na sua ultima viagem ás zonas comprehendidas, pela 3.ª e 11.ª circumscrições escolares.

Secretaria do Interior, Justiça e Instrucção Publica da Bahia, 29 de Abril de 1927—(Assignado) BRAULIO XAVIER DA SILVA PEREIRA.



## ANEXO K - TEXTO: AUTONOMIA DIDACTICA



ANEXO L – CARTA DE JAYME SPÍNOLA TEIXEIRA ENDEREÇADA AO PAI – 20 DE NOVEMBRO DE 1922

2735 Rio - 20/11/1922. OPT-1-198.2  
D.P.T. 1.56-2

Papai:

Estava de receber vossa carta de parabéns. Além do prazer que vossa carta naturalmente nos causou, ella, quasi sempre nos trouxe os melhores conselhos que só o vosso affecto e a vossa experiencia nos podem dar. Agraceo os votos de felicidade e o retribuo com toda a sinceridade. Ha poucos dias escrevi a vossa carta e eu que tratava de estabelecer uma carreira quando referido a vós três, diz: "o tempo de vós três irem cuidando de uma profissão de trabalho, procurando se collocarem na sociedade" - e eu, adiante: "Espero nel-os collocados conforme a aptidão e a vocação de cada um e satisfitor. - et minha carta quasi que parece uma resposta a estes topicos - adiante ainda Papai e Mãe de inteiro accordo comengo no que concerne as fazendas, dizendo que

"estão quasi abandonadas, só nos dando de lucro o numero de bois, quando melha tratados e aproveitados, darão o triplo semão mais lucro" -

Como na minha carta ultimate eu referi e creio, que terei mais prazer em viver ali que em qualquer outra cidade, do que aqui no Rio e por isso que será muito mais facil a mim, poder accumular alguma coisa para ter uma mellice folgada, ali, n'aquelles campos que faltar, do que aqui onde a unica coisa que se pode ter é empregação publico.

Estão pensa, Papai, que eu vejo d'aqui e te vejo através de uma prisma esganado, mas eu sei bem o que é isto, sei que tenho de lutar com a realidade ingrata e com o lucro, mas, graças a Deus, eu tenho confiança em mim e quasi tenho a certeza que não deixarei de vencer -

Politica - Pela vossa ultima carta, sei que Papai tem andado interessado ultimamente mais na arte e no estudo de politica - Eu não vejo os nossos politicos através do meu prisma

Após que elle fôr ou quasi todos os meus - Ha os pessimos, pessimos, meus como o Seabra, como o Freixo, e os outros, fôr os melhores, como Epitacio que ha poucos dias abandonou o governo creio de admiração minha, da dos que renunciaram e que não vieram presos a garrula de interesses - De não esta duvida, os politicos da Inglaterra nos deixam de fôr, eu não dirijo os vossos assuntos, cuja republica e cujo prestigio e feito fôr e exelentissimo a costa do Dollar - Parece que a paz a Bahia se livrará dos seus de lapidadores - Ha poucos dias, reunidos se em casa do Rey, o Amelino, o Calmon, os Affangalbes e o Lago (parte d'os pessimos) e parece que formaram o partido opposicionista que apressa fôr o Amelino por governar os de Bahia - Com as relações q'tuas, de Rey com o governo, com o Calmon e outros, parece que a opposição terá lá conter do bom estado. Es isto lá poderá realizar com a intervenção com a força - Fôr de voto, de

eleições, a grande "blaque" republicana, nada virá - O Bernardes a pesar de não ter escolhido bom ministro (não foram bons) parece fará bom governo, não tem a seu parecer, nem a energia, nem a intelligencia do Epitacio, que foi realmente o "grande presidente" - Eu assisti a posse e estive no Cattete, onde tive o prazer de a parando a mão do Epitacio, dar-lhe os parabens pelo seu governo. Papai já deve ter lido o jornal do Commercio que fôr a homenagem do Epitacio a nos - Estão de esmagar -

Adams -

Affengalbes e f. de t. au.

Jayme